CONGRESSO NACIONAL

ANNAES

DO

SENADO FEDERAL

TERCEIRA SESSÃO DA PRIMEIRA LEGISLATURA

Sessões de 16 de junho a 15 de julho de 1893

VOLUME II

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1893

3120—93

INDICE

DAS

SESSÕES DE 16 DE JUNHO A 15 DE JULHO DE 1893

Almeida Barreto (O Sr.)—Discursos:

Fazendo um requerimento. (Sessão de 17 de junho.) Pag. 13.

Fazendo uma communicação. (Sessão de 23 de junho.) Pag. 77.

Sobre o projecto n. 13, de 1893. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 133.

Requerendo a publicação de diversos documentos. (Sessão de 1 de julho.) Pag. 142.

Dando uma explicação. (Sessão de 3 de julho.) Pag. 167.

Amaro Cavalcanti (O Sr.)— Discursos:

Sobre o projecto do Senado n. 5 de 1893. (Sessão de 16 de julho.) Pag. 3.

Sobre o projecto n. 6 de 1893. (Sessão de 19 de junho.) Pag. 36.

Sobre o projecto n. 49 de 1893. (Sessão de 20 de junho.) Pags. 56 e 59.

Apresentando um requerimento. (Sessão de 21 de junho.) Pag. 66.

Sobre o projecto do Senado n. 15 de 1893. (Sessão de 21 de junho.) Pag. 66.

Sobre uma representação da Camara Municipal de Santos. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 80.

Sobre a proposição n. 130 de 1892. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 85.

Sobre um requerimento do Sr. Virgilio Damasio. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 88.

Sobre a proposição n. 7 de 1893. (Sessão de 28 de junho.) Pags. 104 e 105.

Sobre a proposição n. 50 de 1892. (Sessão de 1 de julho.) Pag. 144.

Sobre a proposição n. 114 de 1892. (Sessão de 4 de julho.) Pags. 183 e 184.

Sobre uma indicação do Sr. Ruy Barbosa. (Sessão de 6 de julho.) Pag. 189.

Sobre o parecer n. 107 de 1893. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 246.

Sobre a proposição n. 98 de 1892. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 256.

Fazendo uma reclamação. (Sessão de 15 de julho.) Pag. 281.

Americo Lobo (O Sr.) — Discursos:

Respondendo ao Sr. Almeida Barreto. (Sessão de 17 de junho.) Pag. 13.

Sobre a proposição n. 126 de 1892. (Sessão de 17 de junho.) Pags. 16 e 20.

Fazendo uma communicação. (Sessão de 19 de junho.) Pag. 30.

Sobre o projecto n. 49 de 1892. (Sessão de 19 de junho.) Pag. 44.

Sobre o projecto n. 46 de 1892. (Sessão de 3 de julho.) Pag. 171.

Sobre o projecto n. 19 de 1893. (Sessão de 4 de julho.) Pags. 177 e 181.

Sobre a proposição n. 10 de 1893. (Sessão de 7 de julho.) Pag. 198.

Offerecendo dous projectos. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 212.

Sobre o projecto n. 16 de 1893. (Sessão de 8 de julho.) Pags. 219 e 222.

Sobre a proposição n. 61 de 1892. (Sessão de 11 de julho.) Pag. 237.

Sobre o parecer n. 107 de 1893. (Sessões de 11 e 12 de julho.) Pags. 243 e 245.

Sobre o projecto n. 17 de 1893. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 251.

Antonio Baena (O Sr. 3º secretario)—Discursos :

Pedindo a publicação no *Diario do Congresso* de uma representação dirigida ao Congresso Nacional, acerca da questão do imposto de sello. (Sessão de 20 de junho.) Pag. 52.

Respondendo ao Sr. Almeida Barreto. (Sessão de 3 de julho.) Pag. 167.

Aristides Lobo (O Sr.) — Discursos :

Sobre o parecer n. 77 de 1893. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 136.

Sobre a proposição n. 8 de 1893. (Sessão de 3 de julho.) Pag. 168.

Braz Carneiro (O Sr.)—Discurso :

Sobre a proposição n. 9 de 1893. (Sessão de 7 de julho.) Pag. 207.

Christiano Ottoni (O Sr.)—Discursos :

Sobre a proposição n. 126 de 1893. (Sessão de 17 de junho.) Pag. 20.

Sobre a proposição n. 10 de 1893. (Sessão de 7 de julho.) Pag. 200.

Sobre a proposição n. 61 de 1892. (Sessões de 11 e 13 de julho.) Pags. 228, 236 e 271.

Coelho e Campos (O Sr.)—Discursos :

Sobre o projecto n. 49 de 1892. (Sessão de 19 de junho.) Pag. 37.

Sobre o projecto n. 17 de 1893. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 254.

Coelho Rodrigues (O Sr.)—Discursos :

Pedindo a publicação de uma representação. (Sessão de 17 de junho.) Pag. 11.

Fazendo um requerimento. (Sessão de 17 de junho.) Pag. 14.

Sobre o parecer n. 74 de 1893. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 82.

Sobre uma publicação no *Diario do Congresso*. (Sessão de 28 de junho.) Pag. 103.

Sobre o projecto n. 13 de 1893. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 130.

Sobre o parecer n. 97 de 1893. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 135.

Declarações :

« Declaro que votei contra o projecto n. 6 do corrente anno concedendo subvenção para uma Universidade em Curityba. — *João Barbalho.*» (Sessão de 19 de junho.) Pag. 36.

Domingos Vicente (O Sr.)—Discursos :

Sobre a proposição n. 130 de 1892. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 88.

Apresentando um requerimento. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 125.

Sobre o parecer n. 97 de 1893. (Sessão de 6 de julho.) Pag. 190.

Pedindo a publicação de diversos documentos no *Diario do Congresso*. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 244.

Elyseu Martins (O Sr.)—Discursos :

Sobre um projecto relativo a engajamento de trabalhadores asiaticos. (Sessão de 7 de julho.) Pag. 195.

Sobre o projecto n. 12 de 1893. (Sessão de 15 de julho.) Pag. 281.

Emendas :

Ao projecto do Senado n. 5. de 1893 :

Ao art, 1º § 3º :

Depois da palavra final—*militares*—accrescente-se — conforme for determinado em lei.

Sala das sessões, 16 de junho de 1893. — *João Neiva.*

Supprima-se o § 16 do art. 29. — *Amaro Cavalcanti.*

Diga-se : por intermedio do Ministerio da Justiça, e pelo Ministerio da Justiça—em vez de: por intermedio do Ministerio da Fazenda e pelo Ministerio da Fazenda.—*Americo Lobo.*

Art. 8.º Em vez de — vencimento de 2:400$, — diga-se : 3:600$000.

S. R. — Sala das sessões, 16 de junho de 1893. —*João Neiva.*

Art. Para as primeiras nomeações serão preferidos os funccionarios nomeados *ex-vi* do decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892 na ordem do maior tempo de serviço do cargo.

S. R.— Sala das sessões, 16 de junho de 1893. —*João Neiva.* Pags. 8 a 9.

Ao projecto do Senado n. 49 de 1892 :

Ao art. 1º, paragrapho unico :

Supprimam-se as palavras—por qualquer causa, inclusive renuncia—por inuteis.

Em vez de—paragrapho unico—diga-se—§ 1º—accrescentando-se: § 2º — Realizada a hypothese do paragrapho anterior, o presidente da Camara communicará immediatamente o dia que houver marcado para a eleição á junta eleitoral da capital do respectivo Estado e esta transmittirá a communicação, em circular, aos governos municipaes, os quaes promoverão a eleição no dia designado, de conformidade com a lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892.

Accrescente-se :

Art. 3.º O membro da junta eleitoral ou do governo municipal que deixar de cumprir o disposto no § 2º do art. 1º incorrerá na pena do art. 48 da referida lei n. 35 de 1892.

S. R.—*Manoel Victorino.—Antonio Baena.—João Neiva.—Gomensoro.—A. Cavalcanti.—Gil Goulart.* (Sessão de 19 de junho.) Pag. 37.

Ao projecto n. 49 de 1892:

Ao art. 1º paragrapho unico — Em vez de — *presidente da respectiva Camara*, diga-se: *Presidente da Republica*.

Ao mesmo artigo, paragrapho unico — Supprimam-se estas palavras finaes — *como incursos em crimes politicos*.

Substitua-se o art. 2º e seu paragrapho pelo seguinte:

Art. 2.º Incorrerá na pena de suspensão do emprego por 9 a 18 mezes o presidente ou governador do Estado que deixar de cumprir o disposto no art. 1º.

A pena será de suspensão dos direitos politicos por 3 a 6 annos, além das mais em que incorrer, si obstar de qualquer fórma o presidente do Estado a eleição marcada pelo Presidente da Republica, na fórma do paragrapho unico do mesmo artigo.

Paragrapho unico: Compete ao procurador geral da Republica denunciar e ao Supremo Tribunal Federal formar a culpa e julgar nos crimes previstos neste artigo, observando-se quanto ao processo a lei em vigor para os crimes funccionaes de fôro especial.

O Poder Executivo dará conhecimento do facto, com os documentos que tiver, ao procurador geral da Republica para os devidos effeitos.

Art. Os juizes seccionaes dos Estados dão cumprimento ás providencias que lhes forem ordenadas pelo Presidente da Republica para a execução do disposto no paragrapho unico do art. 1º, de modo que a eleição se faça no dia por este fixado.

S. R.— Sala das sessões, 19 de junho de 1893. — *J. L. Coelho e Campos*. Pag. 44.

Ao projecto n. 49 de 1893:

Ao art. 1º paragrapho unico — Substituam-se as palavras — *e tribunaes respectivos* — por estas — *seccionaes*.

Art. 2.º— Substituam-se as palavras — *ás penas do art. 135 do Codigo Penal* — pelas seguintes — *á pena de prisão cellular por quatro mezes a um anno*.

Ao art. 2º paragrapho unico — Accrescentem-se em seguida ás palavras — *art. 54*—, as seguintes — § 2º.

Addicione-se o artigo seguinte:

A formação de culpa e o julgamento dos crimes de que trata o art. 54 da lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892, compete aos juizes seccionaes, qualquer que seja o logar do delicto.

Sala das sessões, 20 de junho de 1893.— *Americo Lobo*.

Fica o governo autorisado a pôr em execução a tabella de vencimentos do pessoal dos telegraphos, logo que o respectivo regulamento esteja confeccionado; respeitadas as forças do vigente orçamento e fazendo as necessarias transferencias nas consignações relativas ao pagamento do pessoal.

Sala das sessões, 20 de junho de 1893.— *Gaspar Drummond*.— *João Barbalho*. Pag. 56.

Ao projecto n. 7 de 1893:

Accrescente-se onde convier:

Aos juizes federaes será abonada a quantia de 100$ mensaes para aluguel do edificio onde cada um delles tenha de funccionar, desde que não haja proprio nacional adaptado a esse fim.— *Q. Bocayuva*.

Accrescente-se onde convier:

Haverá em cada secção um porteiro, um continuo e os officiaes de justiça que forem necessarios á vista da exigencia do serviço, vencendo o primeiro e o segundo 600$ annuaes e os ultimos 400$, não excedendo o numero delles a tres em cada secção.— *Q. Bocayuva*.

Accrescente-se:

São creados nos municipios de cada secção dous supplentes do juiz substituto, com a attribuição de cumprir e executar os actos e sentenças da justiça federal, vencendo os emolumentos e custas do regimento em vigor, pelos actos que praticarem.— *Q. Bocayuva*.

Nas outras secções haverá tambem um solicitador, para cada uma dellas, com os mesmos vencimentos e vantagens do solicitador da fazenda do districto federal.— *Q. Bocayuva*.

Art. 8.º Em vez de — 2:400$, — diga-se 3:600$000.—21 de junho de 1893.—*João Neiva*. — *Almeida Barreto*.— *Firmino da Silveira*. — *Santos Andrade*— *J. Catunda*. Pag. 69.

Accrescente-se ao art. 1º da proposição n. 130 de 1892:

§ O credito será distribuido em tres exercicios successivos conforme os pagamentos a realizar-se.

S. R.— Sala das sessões, 27 de junho de 1893. — *Manoel Victorino*. Pag. 84.

Ao projecto n. 13 de 1893:

Accrescente-se ao final do art. 1º o seguinte — *e bem assim os implicados em todas as occurrencias que se teem dado na comarca da Boa Vista, no mesmo Estado, desde fevereiro do anno findo*.

Sala das sessões, 30 de junho de 1893.— *Firmino da Silveira*. Pag. 129.

Additivo ao parecer n. 77 de 1893:

E' a commissão de parecer que a representação do Dr. Albino Meira, presidente do Congresso de Pernambuco, seja remettida ao Poder Executivo para que este informe o que constar-lhe sobre os factos nella referidos.

S. R.— Sala das sessões, 30 de junho de 1893. — *A. Coelho Rodrigues*. Pag. 135.

Aos arts. 1º, 3º e 5º da proposição da Camara dos Deputados n. 50 de 1892 — assignadas pelos Srs. João Neiva e outros na sessão de 1 de julho. Pag. 143.

A' proposição n. 61 de 1892:

Art. 1.º Em vez de — *o arsenal de marinha da Bahia* —diga-se — *os arsenaes de marinha da Capital Federal e da Bahia*.— *João Neiva*. (Sessão de 6 de julho.) Pag. 191.

Ao projecto n. 16 de 1893:

Ao art. 3º (lettra *a*) accrescente-se *in fine:* e tambem para o caso de ser ella executada para rehabilitar a memoria do condemnado.

Ao mesmo artigo (lettra *c*) supprimam-se as palavras: e condecorações.

Sala das sessões, 8 de julho de 1893.— *João Neiva.* Pag. 224.

A' proposição n. 61 de 1892:

Ao art. 1º accrescente-se:

E bem assim a remover para logar mais conveniente o Arsenal de Marinha de Pernambuco.

S. R.— *Gaspar Drummond.*— *Joaquim Pernambuco.* (Sessão de 11 de julho.) Pag. 228.

A' proposição n. 61 de 1893:

Precederá á hasta publica a escolha pelo governo do local para onde deve ser mudado cada um dos arsenaes.

Por conta da União se fará a acquisição pelos meios legaes da área necessaria e igualmente os estudos e planos definitivos das obras a construir.

Dso estabelecimentos actuaes sómente será cedida a parte que o governo, consultando as necessidades do fisco, não julgar util annexar ás respectivas alfandegas.

A hasta publica se abrirá, com exposição dos planos que o emprezario não terá o direito de alterar, com especificação das construcções que garantam a efficaz fiscalização.

A licitação versará sobre o valor em que for estimado por cada concurrente o terreno cedido, e a quantia que offerecer para indemnisação das despezas feitas com os estudos e acquisição do terreno, computo que será declarado no edital.

Sala das sessões, 11 de junho de 1893.— *C. B. Ottoni.* Pag. 230.

A' proposição n. 61 de 1893:

Precederá a hasta publica, além da escolha do local para a mudança, á acquisição por conta do Estado de área necessaria ás construcções, e os estudos definitivos e orçamento das obras.

Dos estabelecimentos actuaes sómente será pedida a parte que o governo, consultando as necessidades do fisco, não julgar util annexar ás respectivas alfandegas.

A hasta publica se abrirá com exposição dos planos que o emprezario não terá direito de alterar e com especificação de construcções que garantam efficaz fiscalização.

A licitação terá em vista:

De um lado, a despeza feita com a acquisição do terreno e estudos; e o valor da propriedade cedida pelo Estado, valor determinado previamente pelo meio que ao governo parecer melbor.

De outro lado, o orçamento dos trabalhos e construcções por adjudicação.

No balanço destas sommas será preferido o concurrente que offerecer ao Thesouro maiores vantagens.

Sala das sessões, 11 de julho de 1893.— *C. B Ottoni.* Pag. 237.

Ao projecto n. 17 de 1893:

Que seja adiada a discussão da materia até que seja approvado ou rejeitado o projecto do Codigo Civil.— *Coelho e Campos.*— *Nina Ribeiro.*— *Gomensoro.* (Sessão de 12 de julho Pag. 255.

Firmino da Silveira (O Sr.) — Discurso Sobre o projecto do Senado n. 13 de 1893 (Sessão de 30 de junho) Pag. 129.

Gaspar Drummond (O Sr.) — Discursos .

Sobre o projecto n. 49 de 1893. (Sessão de 20 de junho.) Pag. 57.

Sobre o parecer n. 77 de 1893. (Sessão de 1 de julho.) Pags. 196 e 146.

Sobre a proposição n. 10 de 1893. (Sessão de 7 de julho.) Pags. 196 e 201.

Sobre a proposição n. 61 de 1892. (Sessão de 11 de julho.) Pag. 230.

Gil Goulart (O Sr. 2º secretario)—Discursos:

Sobre o projecto do Senado n. 5 de 1893. (Sessão de 16 de junho.) Pag. 6.

Fazendo um requerimento. (Sessão de 16 de junho.) Pag. 8.

Sobre a proposição n. 98 de 1892. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 264.

Gomensoro (O Sr.) — Discursos:

Sobre o projecto n. 8 de 1893. (Sessão de 16 de junho.) Pag. 8.

Sobre o projecto n. 7 de 1893. (Sessão de 21 de junho.) Pag. 70.

Sobre uma emenda do Sr. Firmino da Silveira. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 129.

Sobre o projecto n. 13 de 1893. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 134.

Sobre o projecto n. 22 de 1893. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 218.

Indicação:

« O Senado, informado das circumstancias que interromperam hontem os trabalhos da Camara dos Deputados, lastimando esse triste incidente, que deve encontrar no poder competente a necessaria reparação, declara-se solidario com aquella casa do Congresso na moção por ella adoptada em presença desse deploravel acontecimento, e espera as providencias do governo. — *Ruy Barbosa.*» (Sessão de 6 de julho.) Pag. 189.

Joakim Catunda (O Sr.) — Discursos:

Sobre a proposição n. 10 de 1893. (Sessão de 7 de julho.) Pag. 203.

Sobre o projecto n. 12 de 1893. (Sessão de 15 de julho.) Pag. 282.

João Barbalho (O Sr.) — Discursos :

Sobre uma emenda do Sr. Firmino da Silveira. (Sessão de 30 de junho.) Pag 129.

Sobre o parecer n. 77 de 1893. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 140.

João Neiva (O Sr.)— Discursos :

Apresentando um projecto. (Sessão de 16 de junho.) Pag. 2.

Sobre o projecto n. 5 de 1893. (Sessão de 16 de junho.) Pag. 5.

Fazendo um requerimento. (Sessão de 16 de junho.) Pag. 9.

Sobre o projecto n. 55 de 1892. (Sessão de 23 de junho.) Pag. 77.

Sobre a proposição n. 130 de 1892. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 83.

Sobre um requerimento do Sr. Virgilio Damasio. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 88.

Sobre a proposição n. 50 de 1892. (Sessões de 28 de junho e 1 de julho.) Pags. 106, 108 e 142.

Sobre a proposição n. 8 de 1893. (Sessão de 3 de julho.) Pag. 169.

Sobre o projecto n. 19 de 1893. (Sessão de 4 de julho.) Pag. 181.

Sobre a proposição n. 61 de 1892. (Sessão de 6 de julho.) Pag. 189.

Sobre o projecto n. 22 de 1893. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 214.

Sobre o projecto n. 16 de 1893. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 221.

Sobre a proposição n. 61 de 1892. (Sessões de 11 a 13 de julho.) Pags. 230 e 274.

Laper (O Sr.)—Discurso :

Sobre o projecto n. 12 de 1893. (Sessão de 13 de julho.) Pag. 277.

Luiz Delfino (O Sr.)—Discurso:

Sobre a proposição n. 114 de 1893. (Sessões de 3 e 4 de julho.) Pags. 169 e 183.

Manoel Victorino (O Sr)—Discursos :

Fazendo um requerimento. (Sessão de 16 de junho.) Pag. 8.

Sobre o projecto n. 6 de 1893. (Sessão de 19 de junho). Pags. 33 e 35.

Sobre o projecto n. 49 de 1893. (Sessão de 20 de junho.) Pags. 58 e 60.

Sobre a proposição n. 130 de 1892. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 83.

Sobre a proposição n. 7 de 1893. (Sessões de 27 e 28 de junho.) Pags. 91 e 105.

Sobre o projecto n. 19 de 1893.

Sobre a proposição n. 61 de 1892. (Sessão de 6 de julho.) Pag. 190.

Sobre o parecer n. 97 de 1893. (Sessão de 6 de julho.) Pag. 191.

Sobre o projecto n. 22 de 1893. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 215.

Sobre a proposição n. 61 de 1892. (Sessões de 11 e 13 de julho.) Pags. 232, 238, 270 e 273.

Sobre o parecer n. 107 de 1893. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 249.

Sobre o projecto n. 12 de 1893. (Sessão de 13 de julho.) Pag. 276.

Mensagens :

«Submetto á vossa approvação, na fórma do art. 48 § 12 da Constituição, a nomeação dos Srs. Antonio Luiz von Hoonholtz (Barão de Teffé) e Francisco Regis de Oliveira como enviados extraordinarios e ministros plenipotenciarios representativamente na Austria-Hungria e na Italia. Esses diplomatas estão actualmente acreditados, o primeiro junto a sua magestade o rei de Italia e o segundo na Russia.

Capital Federal, 1 de julho de 1893.— *Floriano Peixoto*.» (Sessão de 4 de julho.) Pag. 175.

Monteiro de Barros (O Sr.) — Discursos:

Sobre o parecer n. 97 de 1893.(Sessão de 6 de julho.) Pag. 193.

Sobre o projecto n. 12 de 1893. (Sessões de 13 e 15 de julho.) Pags. 275 e 283.

Officios :

Do Ministerio das Relações Exteriores, datado de 16 do corrente mez, remettendo, afim de serem distribuidos pelos Srs. senadores, 80 exemplares do relatorio daquelle ministerio apresentado ao Sr. Vice-Presidente da Republica.

Do Ministerio dos Negocios da Guerra, datado de 15 do corrente, devolvendo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, devidamente sanccionado, um dos autographos da Resolução do Congresso Nacional que manda pagar ao alferes honorario do exercito Antonio Paes de Sá Barreto a quantia de 2:592$, proveniente de differenças de soldo que deixou de receber em tempo. (Sessão de 17 de junho.) Pag. 11.

Do Sr. senador Coelho Rodrigues, datado de hoje participando que, por incommodo de saude, é forçado a ausentar-se por algumas semanas para fóra desta cidade, e pedindo um mez de licença.

Do Sr. 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 17 do corrente, communicando que áquella Camara foi devolvido, devidamente sanccionado, um dos autographos da Resolução do Congresso Nacional, que manda rectificar as patentes dos officiaes do exercito reformados nos postos de generaes voluntariamente ou não.

Do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, datado de 17 do corrente mez, transmittindo, para os fins convenientes, a Mensagem pela qual o Sr. Vice-Presidente da Republica, communicando ter nomeado o coronel Dr. Henrique Valladares para o cargo de Prefeito do Districto Federal, sub-

mette á approvação do Senado a mesma nomeação.

Do governador do Estado da Parahyba do Norte, datado de 10 do corrente mez, agradecendo a remessa da collecção dos *Annaes do Senado* do anno passado e um exemplar do *Manual do Senador*; e remettendo dous exemplares da Constituição Estadoal e um da collecção de leis e decretos daquelle Estado. promulgadas no anno proximo passado. (Sessão de 19 de junho.) Pag. 30.

Do Ministerio das Relações Exteriores, enviando uma Mensagem do Sr. Vice-Presidente da Republica.

Do Sr. Saldanha Marinho, communicando não poder comparecer á sessão, por se achar enfermo.

Do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, datado de 19 do corrente, devolvendo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, os documentos que acompanharam a Mensagem de 11 de novembro do anno findo, relativa ao projecto apresentado por F. Doncker, para construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre esta capital e Entre-Rios, entroncando-se na linha central e passando por Petropolis. (Sessão de 20 de junho.) Pag. 49.

Do Ministerio da Marinha, datado de 19 do corrente mez, transmittindo, em resposta ao officio do Senado de 20 do mez passado, a opinião do governo sobre a proposição da Camara dos Deputados relativa á transferencia do Arsenal do Marinha do Estado da Bahia. (Sessão de 21 de junho.) Pag. 63.

Do Sr. senador Prudente de Moraes, datado de 21 do corrente mez, communicando que por motivos justos é forçado a deixar de comparecer ás sessões por alguns dias. (Sessão de 23 de junho.) Pag. 75.

Do 1º secretario da Camara dos Deputados, de 22 do corrente, communicando que, em sessão de 21 do corrente, aquella Camara não póde dar o seu consentimento ao projecto do Senado estabelecendo os casos em que é livre ou obrigatoria a precedencia do casamento civil.

Do governador do Estado da Bahia. datado de 15 do corrente mez, remettendo um exemplar da Mensagem e relatorios, apresentados por aquelle governo á assembléa geral legislativa do mesmo Estado no dia 7 de abril ultimo. (Sessão de 23 de junho.) Pag. 76.

Da Camara Municipal da cidade de Santos, Estado de S. Paulo, datado de 22 do corrente mez, representando sobre a grande conveniencia de ser convertido em lei o projecto que autorisa o Poder Executivo a conceder licença ao cidadão Francisco Ferreira Moraes para introduzir 2.000 trabalhadores.— Opportunamente ás commissões reunidas de finanças e de colonisação. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 79.

Do Sr. senador Theodoreto Souto, datado de 27 do corrente mez, communicando que tem deixado de comparecer ás sessões do Senado por se achar enfermo. (Sessão de 28 de junho.) Pag. 99.

Do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, datado de 23 do corrente, communicando que foi promulgada a lei do Congresso Nacional mandando considerar como lentes substitutos da Faculdade de Medicina os adjuntos que passaram a preparadores e os adjuntos actuaes que não foram contemplados na ultima reforma, e os preparadores que, tendo feito concurso para adjuntos, foram classificados.

Do mesmo Ministerio, datado de 26 do corrente mez, devolvendo, devidamente sanccionada, a resolução do Congresso Nacional, mandando pagar ao bacharel Manoel José Chaves, professor jubilado da cadeira de philosophia do curso annexo á Faculdade de Direito de S. Paulo, os vencimentos integraes que percebia durante o exercicio desse cargo, bem como a indemnisal-o das gratificações que deixou de perceber desde a data da sua jubilação.

Do governador do Estado do Ceará, datado de 13 de junho, accusando o recebimento da collecção dos *Annaes do Senado* e de um exemplar do *Manual do Senador;* e bem assim remettendo dous exemplares da Constituição daquelle Estado.

Do governador do Estado do Rio Grande do Norte, datado de 16 do corrente mez, agradecendo a remessa dos *Annaes do Senado* e de um exemplar do *Manual do Senador;* e bem assim remettendo uma collecção das leis daquelle Estado e dous exemplares da Constituição. (Sessão de 28 de junho.) Pag. 101.

Do Sr. 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 30 do mez findo, communicando que aquella Camara adoptou e vai ser enviado á sancção o projecto do Senado que concede a D. Maria do Carmo Alcibiades Amorim Rangel uma pensão annual de 1:440$, repartidamente com sua filha D. Henriqueta Augusta de Amorim e Silva.

Do Ministerio da Marinha, datado de 28 do mez findo, devolvendo, devidamente sanccionado, um dos autographos da Resolução do Congresso Nacional autorisando o governo a despender, á proporção que for se tornando necessario, e fazendo para isto as precisas operações de credito, a quantia de 12.000:000$, ao cambio de 27 d. esterlinos, com a reforma do material naval.

Do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, datado de 30 do mez findo, remettendo a informação, processo e parecer do inspector geral das estradas de ferro, dos directores da secretaria e da 2ª secção, como complementares das informações já submettidas sobre o projecto de F. Doncker para construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre a Capital Federal e Entre-Rios, com entroncamento da linha central e passagem por Petropolis. (Sessão de 1 de julho.) Pag. 141.

Do governador do Estado do Maranhão, datado de 14 do mez findo, agradecendo a re-

messa dos exemplares dos *Annaes do Senado* do anno proximo passado, bem como do *Manual do Senador*, e remettendo dous exemplares da Constituição politica daquelle Estado. (Sessão de 3 de julho.) Pag. 167.

Do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, datado de 3 do corrente mez, remettendo em nome do Sr. Vice-Presidente da Republica, para o fim indicado no art. 38 da Constituição, o autographo do decreto do Congresso Nacional creando um externato do Gymnasio Nacional na cidade da Campanha, no Estado de Minas Geraes.

Do Sr. João Felippe Pereira, datado de 3 do corrente mez, communicando que naquella data tomou posse do cargo de ministro das relações exteriores, para o qual foi nomeado por decreto de 30 de julho findo.

Do governador do Estado do Rio Grande do Sul, datado de 24 do mez findo, agradecendo a remessa de uma collecção dos *Annaes do Senado* e de um exemplar do *Manual do Senador;* e bem assim remettendo dous exemplares da Constituição politica daquelle Estado. (Sessão de 4 de julho.) Pag. 176.

Do Sr. 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 4 do corrente, communicando que foram por aquella Camara rejeitadas as emendas do Senado ao projecto da mesma Camara relativo á fundação de uma colonia correccional no proprio nacional Fazenda da Boa Vista, existente na Parahyba do Sul. (Sessão de 5 de julho.) Pag. 184.

Do Sr. senador Theodoreto Souto, datado de 5 do corrente mez, communicando que deixa de comparecer ás sessões do Senado por se achar enfermo. (Sessão de 6 de julho.) Pag. 186.

Do Sr. 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 6 do corrente, communicando que aquella Camara approvou o projecto do Senado que dispõe sobre titulos ao portador, e que opportunamente será submettido á sancção presidencial.

Do Ministerio da Guerra, datado de 6 do corrente, devolvendo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, um dos autographos da Resolução do Congresso Nacional autorisando o Poder Executivo a despender a quantia de 18.000:000$, ao cambio de 27 d. esterlinos, com a substituição do armamento do exercito e compra de outros petrechos bellicos.

Da commissão agricola do Districto Federal, convidando o Senado a assistir ás sessões, que pretende realizar em differentes pontos dos suburbios desta capital. (Sessão de 7 de julho.) Pag. 195.

Do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, datado de 6 do corrente, devolvendo, devidamente sanccionado, um dos autographos da Resolução do Congresso Nacional que autorisa o governo a conceder ao engenheiro Augusto Teixeira Coimbra um anno de licença, com o respectivo ordenado. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 209.

Do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, datado de 8 do corrente, devolvendo, devidamente sanccionado, um dos autographos da Resolução do Congresso Nacional autorisando o governo a applicar ao pagamento de passagens de immigrantes o credito consignado pelo orçamento vigente á garantia de juros a emprezas que se obriguem a fundar colonias, abrindo para aquelle fim um credito supplementar de 1.828:833$635 á verba — Terras Publicas e Colonisação. (Sessão de 10 de julho.) Pag. 225.

Do Centro Operario do Estado da Bahia, communicando a sua installação por deliberação das classes artistica, operaria e proletaria, daquelle Estado, com o fim de represental-as, organizal-as e unifical-as, mediante uma lei que obedeça aos planos do manifesto, que junta.

Do mesmo Sr. 1º secretario e de igual data, communicando que foi enviado á sancção presidencial o projecto daquella Camara que dispõe sobre titulos ao portador.

Do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, datado de 10 do corrente mez, remettendo, em nome do Sr. Vice-Presidente da Republica, os esclarecimentos requisitados pelo Senado sobre a pretenção da Companhia Industrial de Construcções Hydraulicas, relativa á isenção de direitos de consumo para o material que importar com destino ás obras do canal da Laguna a Porto Alegre.

Do Sr. 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 10 do corrente mez, communicando a adopção e remessa á sancção presidencial, do projecto do Senado, substitutivo do daquella Camara, creando alfandegas na capital do Estado de S. Paulo e cidade de Juiz de Fóra, no de Minas Geraes. (Sessão de 11 de julho.) Pag. 227.

Do mesmo Sr. 1º secretario datado de 11 do corrente mez, communicando que foi remettido ao Sr. Vice-Presidente da Republica, afim de ser sanccionado, o decreto que reorganiza o Supremo Tribunal Militar.

Do governador do Estado de Goyaz, datado de 20 do mez proximo findo, agradecendo a remessa dos *Annaes do Senado* e de um exemplar do *Manual do Senador;* e bem assim remettendo dous exemplares da Constituição e uma collecção das leis organicas daquelle Estado. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 244.

Do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, datado de 7 do corrente mez, devolvendo um dos autographos da Resolução do Congresso Nacional creando um externato ou gymnasio nacional, na cidade da Campanha, Estado de Minas Geraes, que foi promulgado de conformidade com o art. 38 da Constituição e publicado no *Diario Official*.

Do secretario do Senado do Estado de Minas Geraes, datado de 10 do corrente mez, congratulando-se com o Senado Federal, e agradecendo a este louvando-lhe o voto proferido nos projectos que estabeleceram uma alfandega na cidade de Juiz de Fóra e um gy-

mnasio nacional na da Campanha, do dito Estado.

Do governador do Estado do Amazonas, datado de 23 do mez proximo findo, agradecendo a remessa da collecção dos *Annaes do Senado* e de um exemplar do *Manual do Senador*; e bem assim remettendo dous exemplares da Constituição politica daquelle Estado.

Do governador do Estado do Piauhy, datado de 9 do mez proximo findo, remettendo um exemplar da Mensagem que apresentou á Camara Legislativa daquelle Estado, por occasião da installação de sua sessão ordinaria do corrente anno. (Sessão de 13 de julho.) Pag. 267.

Do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, datado de 15 do corrente, devolvendo, sanccionado, um dos autographos da Resolução do Congresso Nacional autorisando o governo a fundar uma colonia correccional no proprio nacional — Fazenda da Boa Vista — existente na Parahyba do Sul, ou onde melhor lhe parecer, e dando outras providencias. (Sessão de 15 de julho.) Pag. 280.

Paranhos (O Sr.)—Discurso :

Sobre o projecto n. 13 de 1893. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 131.

Pareceres :

N. 67, das commissões reunidas de constituição e poderes e de justiça e legislação sobre o projecto do Senado n. 42 de 1892. (Sessão de 16 de junho.) Pag. 2.

N. 68, de 1893, da commissão de redacção, sobre a emenda do Senado á proposição n. 5 de 1893. (Sessão de 16 de junho.) Pag. 2.

N. 69, de 1893, da commissão de marinha e guerra sobre a proposição n. 50 de 1892. (Sessão de 20 de junho.) Pag. 49.

N. 70, de 1893, da commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas sobre um requerimento de José A. A. Gonzaga. (Sessão de 20 de junho.) Pag. 51.

N. 71, de 1893, da commissão de finanças sobre a proposição n. 7 de 1893. A este parecer alguns membros da commissão de finanças apresentaram um additivo. (Sessão de 20 de junho.) Pag. 52.

N. 72, de 1893, da commissão de finanças sobre uma reclamação da Associação Commercial da Bahia. (Sessão de 20 de junho.) Pag. 52.

N. 73, de 1893, da commissão de finanças sobre uma petição da *The Minas and Rio Railway*. (Sessão de 20 de junho.) Pag. 52.

N. 74, de 1893, da commissão de constituição e poderes sobre uma petição do Sr. Antonio Coelho Rodrigues. (Sessão de 21 de junho.) Pag. 63.

N. 75, de 1893, da commissão de finanças sobre a proposição que autorisa o governo a abrir um credito para armamento do exercito. (Sessão de 21 de junho.) Pag. 64.

N. 76, de 1893, da commissão de finanças sobre a petição de José dos Santos Colonia. (Sessão de 21 de junho.) Pag. 64.

N. 77, de 1893, da commissão de constituição e poderes sobre uma representação do Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos. (Sessão de 21 de junho.) Pag. 64.

N. 78, de 1893, da commissão de marinha e guerra sobre o requerimento do major reformado do exercito Francisco de Paula Pereira de Andrade. (Sessão de 21 de junho.) Pag. 65.

N. 79, de 1893, da commissão de redacção sobre a emenda do Senado á proposição n. 84 de 1892. (Sessão de 21 de junho.) Pag. 65.

N. 80, de 1893, da commissão de justiça e legislação sobre um *veto* do prefeito municipal. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 79.

N. 81, de 1893, da commissão de constituição e poderes sobre uma licença ao Sr. senador Cunha Junior. (Sessão de 28 de junho.) Pag. 101.

N. 82, de 1893, da commissão de finanças sobre garantias de juros. (Sessão de 28 de junho.) Pag. 101.

N. 83, de 1893, da commissão de redacção sobre um pagamento ao Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos. (Sessão de 28 de junho.) Pag. 102.

N. 84, de 1893, da commissão de redacção (procuradoria da Republica). (Sessão de 28 de junho.) Pag. 102.

N. 85, de 1893, da commissão de redacção (credito para o Instituto dos Advogados Brazileiros). (Sessão de 28 de junho.) Pag. 102.

N. 86, de 1893, da commissão de marinha e Guerra sobre a força naval para o exercicio de 1894. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 123.

N. 87, de 1893, da commissão de finanças sobre a petição do Dr. Francisco Augusto de Almeida. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 123.

N. 88, de 1893, da commissão de marinha e guerra sobre a transferencia do Arsenal de Marinha da Bahia. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 123.

N. 89, de 1893, da commissão de marinha e guerra sobre a proposição n. 12 de 1893. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 125.

N. 90, de 1893, da commissão de finanças, sobre a Repartição Sanitaria. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 125.

N. 91, de 1893, da commissão de redacção sobre a Companhia Colonisação Industrial de Santa Catharina. (Sessão de 3 de julho.) Pag. 167.

N. 92, de 1893, das commissões de finanças e obras publicas sobre a proposição n. 9 de 1893. (Sessão de 4 de julho.) Pag. 176.

N. 93, de 1893, das commissões de obras publicas e de finanças sobre a proposição n. 10 de 1893. (Sessão de 4 de julho.) Pag. 176.

N. 94, de 1893, da commissão de finanças sobre a proposição n. 11 de 1893. (Sessão de 4 de julho.) Pag. 176.

N. 95, de 1893, das commissões de finanças e de agricultura sobre o requerimento da Companhia Internacional Commercio e Industria. (Sessão de 4 de julho.) Pag. 177.

N. 96, de 1893, da commissão de finanças sobre o requerimento do porteiro e continuos do Conselho Supremo Militar. (Sessão de 4 de julho.) Pag. 177.

N. 97, de 1893, da commissão de finanças sobre o requerimento de Torquato Caetano Simões. (Sessão de 4 de julho.) Pag. 177.

N. 98, de 1893, das commissões de finanças e de justiça e legislação sobre a licença de Manoel de Mello Mattos. (Sessão de 6 de julho.) Pag. 187.

N. 99, de 1893, da commissão de justiça e legislação sobre a proposição n. 91 de 1893. (Sessão de 6 de julho.) Pag. 187.

N. 100, de 1893, da commissão de justiça e legislação sobre o projecto n. 17 de 1893. (Sessão de 6 de julho.) Pag. 187.

N. 101, de 1893, da commissão de constituição e poderes sobre a licença do senador José Bernardo de Medeiros. (Sessão de 6 de julho.) Pag. 187.

N. 102, de 1893, das commissões de finanças e de estatistica sobre a licença a Antonio da Silva Netto. (Sessão de 6 de julho.) Pag. 187.

N. 103, de 1893, das commissões de justiça e legislação e de marinha e guerra sobre o projecto n. 16 de 1893. (Sessão de 6 de julho.) Pag. 187.

N. 104, de 1893, das commissões de justiça e legislação e de constituição e poderes sobre um *veto* do prefeito do Districto Federal a uma resolução do Conselho Municipal. (Sessão de 6 de julho.) Pag. 188.

N. 105, de 1893, das commissões de justiça e legislação e de finanças sobre a licença ao Dr. Amphilophio Botelho Freire de Carvalho. (Sessão de 6 de julho.) Pag. 194.

N. 106, de 1893, das commissões de colonisação e de finanças sobre o projecto n. 12 de 1893. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 209.

N. 107, de 1893, da commissão de finanças sobre a proposta n. 18 de 1893. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 211.

N. 108, de 1893, da commissão de redacção sobre o projecto do Senado n. 22, de 1893. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 224.

N. 109, de 1893, das commissões de justiça e legislação e de finanças sobre o requerimento de Heraclydes de Miranda Machado. (Sessão de 10 de julho.) Pag. 225.

N. 110, de 1893, da commissão de redacção sobre a licença a Antonio da Silva Netto. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 244.

N. 111, de 1893, das commissões de constituição e poderes e de justiça e legislação offerecendo um projecto substitutivo ao projecto n. 49 de 1892. (Sessão de 13 de julho.) Pag. 268.

N. 112, de 1893, da commissão de obras publicas sobre a pretenção de F. Doncker. (Sessão de 13 de julho.) Pag. 268.

N. 113, de 1893, da commissão de finanças sobre o orçamento do Ministerio das Relações Exteriores, para o exercicio de 1894. (Sessão de 13 de julho.) Pag. 269.

N. 114, de 1893, da commissão de redacção sobre o projecto n. 19 de 1893. (Sessão de 13 de julho.) Pag. 269.

N. 115, de 1893, da commissão de redacção sobre as emendas do Senado á proposição n. 61 de 1892. (Sessão de 13 de julho.) Pag. 277.

N. 116, de 1892, da commissão de finanças sobre o requerimento dos fornecedores das colonias do valle do Rio Iguassú. (Sessão de 15 de julho.) Pag. 280.

Presidente (O Sr. *Prudente de Moraes*)—Discursos:

Sobre o projecto n. 5 de 1893. (Sessão em 16 de junho.) Pag. 8.

Sobre uma votação nominal. (Sessão de 17 de junho.) Pag. 13.

Sobre um requerimento do Sr. Coelho Rodrigues. (Sessão de 17 de junho.) Pag. 14.

Sobre um requerimento do Sr. Antonio Baena. (Sessão de 21 de junho.) Pag. 65.

Fazendo uma declaração. (Sessão de 21 de junho.) Pag. 71.

Fazendo uma communicação. (Sessão de 23 de junho.) Pag. 77.

Respondendo ao Sr. U. do Amaral. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 82.

Respondendo ao Sr. Coelho Rodrigues. (Sessão de 28 de junho.) Pag. 103.

Sobre uma emenda do Sr. Firmino da Silveira. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 129.

Sobre um requerimento do Sr. Domingos Vicente. (Sessão de 1 de julho.) Pag. 142.

Sobre um discurso do Sr. Americo Lobo. (Sessão de 4 de julho.) Pag. 180.

Sobre o projecto relativo á organização da justiça federal. (Sessão de 5 de julho.) Pag. 185.

Sobre o projecto n. 22 de 1893. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 218.

Sobre a proposição n. 91 de 1892. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 219.

Sobre uma emenda da commissão de legislação e justiça. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 255.

Sobre a proposição n. 98 de 1892. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 255.

Sobre um substitutivo do Sr. Amaro Cavalcanti. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 264.

Projectos:

Offerecido pelo Sr. João Neiva e outros. (Sessão de 16 de junho.) Pag. 3.

Offerecido pelo Sr. Americo Lobo e outros. (Sessão de 17 de junho.) Pag. 11.

Offerecido pelo Sr. Americo Lobo e outros. (Sessão de 28 de junho.) Pag. 103.

Dous offerecidos pelo Sr. Americo Lobo e outros. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 214.

Offerecido pela commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas. (Sessão de 13 de julho.) Pag. 268.

Proposições:

N. 8, de 1893. Fixando a força naval para o exercicio de 1894. (Sessão de 23 de junho.) Pag. 75.

N. 9, de 1893. Autorisando o Poder Executivo a mandar abrir concurso publico, no paiz e no estrangeiro, para o projecto da estatua de Benjamin Constant e a despender para esse fim até á somma de 30:000$000.

N. 10, de 1893. Autorisando o Poder Executivo a abrir concurrencia publica para um projecto de monumento á memoria do immortal precursor e martyr da Republica no Brazil—alferes Joaquim José da Silva Xavier —o Tiradentes.

N. 11, de 1893. Autorisando a pagar a D. Maria Carolina Rheingantz a quantia de 114:997$848.

N. 12, de 1893. Dispensando de concurso os adjuntos do serviço sanitario do exercito que tenham mais de dous annos de serviço effectivo, portado com zelo e proficiencia. (Sessão de 28 de junho.) Pag. 101.

N. 13, de 1893. Orçamento do Ministerio das Relações Exteriores para o exercicio de 1894. (Sessão de 4 de julho.) Pag. 175.

N. 14, de 1893. Elevando a 300$ a pensão de D. Maria Gertrudes da Motta Vieira da Silva. (Sessão de 4 de julho.) Pag. 175.

N. 15, de 1893. Licença a Manoel de Mello Mattos, escrivão do juizo seccional do Estado da Bahia. (Sessão de 4 de julho.) Pag. 175.

N. 16, de 1893. Pensão a D. Thereza Florentina de Cantalice. (Sessão de 4 de julho.) Pag. 175.

N. 17, de 1893. Sobre a reforma do capitão aggregado á arma de infantaria Antonio Galdino Travassos Alves. (Sessão de 6 de julho.) Pag. 186.

N. 18, de 1893. Sobre licença a José Alves de Carvalho. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 208.

N. 19, de 1893. Sobre jubilação do ex-professor de esgrima da Escola Naval, José Diogo Ozorio de Oliveira. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 208.

N. 20, de 1893. Pensão á viuva do desembargador José Manoel de Freitas. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 209.

N. 21, de 1893. Reversão de pensão a D. Herundina Maria Ferreira Cavalcanti. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 209.

N. 22, de 1893. Pensão a D. Joanna Octaviana da Rocha. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 209.

N. 23, de 1893. Autorisando a desapropriar o predio em que funcciona a secretaria das Relações Exteriores. (Sessão de 10 de julho.) Pag. 225.

Q. Bocayuva (O Sr.) — Discursos:

Sobre o projecto n. 49, de 1892. (Sessão de 20 de junho.) Pag. 55.

Apresentando uma emenda ao projecto do Senado, n. 7, de 1893. (Sessão de 21 de junho.) Pags. 68 e 70.

Sobre a proposição n. 50, de 1892. (Sessão de 28 de junho.) Pag. 106.

Requerimentos:

Requeiro que, por intermedio da Mesa, se peçam ao governo informações relativamente á natureza ou caracter da commissão, que se diz ter ido exercer na Europa o Sr. Dr. Vicente de Souza, ex-director do *Diario Official*, o pela qual consta ter recebido, *sómente* a titulo de ajuda de custo, a importancia de 16:000$ quando é certo, que este senhor enlouquecera anteriormente nesta capital e procura hoje entrar alli em uma casa de saude ou em algum estabelecimento hydrotherapico, conforme registra um importante jornal do dia.

Sala das sessões, 17 de junho de 1893.— *Almeida Barreto*. Pag. 13.

Do major reformado do exercito Francisco de Paula de Andrade, pedindo melhoria de reforma, a contar de 15 de novembro de 1889. (Sessão de 19 de junho.) Pag. 30.

De Antonio da Silva Netto, chefe da 2ª secção da Directoria Geral de Estatistica, solicitando nove mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.

Dos amanuenses e porteiros das Faculdades de Medicina desta cidade e da Bahia, pedindo augmento de vencimentos.

Do bacharel Augusto Netto de Mendonça, juiz seccional em Santa Catharina, solicitando um anno de licença com vencimentos para tratar de sua saude.

Da Companhia Internacional, Commercio e Industria, solicitando subvenção, para si ou companhia que organizar, para o serviço de navegação entre o Brazil e os Estados Unidos da America do Norte. (Sessão de 21 de junho.) Pag. 63.

Requeiro que se lance na acta um voto de pezar pelo fallecimento do general José Simeão de Oliveira, ex-senador da Republica.— *Amaro Cavalcanti*. (Sessão de 21 de junho.) Pag. 66.

Requeiro que o projecto n. 15 seja adiado.

Sala das sessões, 21 de junho de 1893. — *Amaro Cavalcanti*. Pag. 68.

De Herachydes de Miranda Machado, inspector da 5ª secção da 13ª circumscripção policial urbana do Districto Federal, pedindo um anno de licença com vencimentos para tratar de sua saude. (Sessão de 23 de junho.) Pag. 76.

A commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas requer que, por intermedio da Mesa do Senado, se peça ao Poder Executivo a remessa urgente das informações que, sobre a proposição da Camara dos Srs. Deputados, n. 101, de 1892, relativa á concessão de uma linha ferrea a F. Doncker, consta ter prestado o director da fiscalisação das estradas de ferro, e, bem assim, outras quaesquer sobre o mesmo assumpto.

Sala das commissões, 23 de junho de 1893. — *C. B. Ottoni.* — *Braz Carneiro.* — *J. L. de Souza Coelho.* (Sessão de 23 de junho.) Pag. 76.

De Torquato Caetano Simões, inspector aposentado da Thesouraria de Fazenda do Estado do Espirito Santo, pedindo que a sua aposentadoria seja considerada com todos os vencimentos marcados na tabella *J*, annexa ao decreto n. 240 A, de 3 de março de 1890. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 79.

Requeiro que seja ouvida a commissão de marinha e guerra acerca do projecto em discussão.

S. R. — Sala das sessões, 27 de junho de 1893. *Virgilio Damasio.* Pag. 88.

De Julio Eduardo Gineste em que pede isenção de imposto de importação por 15 annos para os machinismos e accessorios, já embarcados, e que tiverem de ser importados com destino a um estabelecimento metallurgico que começou a montar em Curityba.

Do cidadão João Baptista de Castro e Silva, inspector aposentado da Thesouraria de Fazenda do Estado de Pernambuco, pedindo que sejam equiparados os seus vencimentos de aposentadoria com os de seus successores que percebem 4:000$000. (Sessão de 28 de junho.) Pag. 101.

Requeiro que seja separada em projecto distincto a emenda do Sr. senador Manoel Victorino, para que possa ter discussão ampla, como a sua materia exige, sem prejudicar a votação do credito concedido da proposição vinda da Camara dos Deputados.

Sala das sessões, 28 de junho de 1893.—*Amaro Cavalcanti.* (Sessão de 28 de junho.) Pag. 104.

Requeremos que o Ministerio da Fazenda informe:

1º, em que funda-se para declarar aos chefes das repartições do seu Ministerio, em 9 de maio ultimo, que façam recolher como receita da União o producto de terras nos Estados;

2º, si depois da Constituição Federal, as Thesourarias ou Alfandegas arrecadaram o producto de taes terras ou das dividas dessas.

Sala das sessões, 30 de junho de 1893.—*Domingos Vicente.*—*Monteiro de Barros.* Pag. 128.

Requeiro que o projecto e emenda vão ás commissões de constituição e de legislação, afim de interporem seus pareceres.

Sala das sessões, 30 de junho de 1893.—*Gomensoro.* Pag. 135.

Em que o porteiro e continuos do Conselho Supremo Militar pedem que seus vencimentos sejam equiparados aos dos empregados de igual categoria da secretaria da guerra. (Sessão de 1 de julho.) Pag. 142.

Requeiro que o parecer em discussão volte á commissão, com os documentos offerecidos, afim de dar novo parecer.—*Gaspar Drummond.* (Sessão de 1 de julho.) Pag. 156.

Requeiro que o projecto n. 46 e o substitutivo que lhe foi offerecido sejam de novo enviados ás commissões competentes para sobre elles emittirem o seu parecer.

Sala das sessões, 3 de julho de 1893.—*Q. Bocayuva.* Pag. 174.

Requeiro que o additivo destacado do parecer n. 71, de 1893, da commissão de finanças sobre a proposição n. 7 vá ás commissões de finanças e de justiça e legislação, para darem parecer, e fornecerem as bases de indemnisação.

Sala das sessões, 4 de julho de 1893.— *Americo Lobo.* (Sessão de 4 de julho.) Pag. 179.

Do Sr. senador José Bernardo de Medeiros, pedindo dous mezes de licença para regressar ao seu estado, visto achar-se profundamente enfermo. (Sessão de 5 de julho.) Pag. 184.

Requeiro que volte a proposição á commissão para rever a materia, tomando em consideração as provas historicas apresentadas quanto á precedencia da revolução pernambucana.

Sala das sessões, 7 de julho de 1893.— *Gaspar Drummond.* (Sessão de 7 de julho.) Pag. 198.

Requeiro que fique adiada a discussão da proposição n. 9, de 1893, pedindo-se informações ao governo sobre a incumbencia dada ao artista Rodolpho Bernardelli de fazer os modelos da estatua e mausoléo e os respectivos orçamentos.

Sala das sessões, 7 de julho de 1893.— *Braz Carneiro.* Pag. 208.

De Antonio Galdino Travassos Alves, major graduado reformado do exercito em serviço, pedindo que seja junta aos papeis em que pede melhoria de reforma a sua fé de officio. (Sessão de 10 de julho.) Pag. 225.

Do general de divisão reformado Franklin do Rego Cavalcanti de Albuquerque Barros, pedindo, na qualidade de tutor de sua sobrinha D. Maria Sebastiana Cavalcanti Pereira da Silva, que sejam transferidas para esta as quotas que deixaram de receber seus irmãos Rogerio Cavalcanti Pereira da Silva e Possidonio Cavalcanti Pereira da Silva, por terem attingido a maioridade, ou então a concessão de uma pensão á sua tutelada, em attenção aos serviços prestados por seu fallecido pae, o major de engenheiros Francisco Pereira da Silva. (Sessão de 13 de julho.) Pag. 267.

Requeiro que o projecto n. 12 e seu substitutivo voltem ás commissões para darem seu parecer sobre ambos.

Sala das sessões, 15 de julho de 1893.— *Monteiro de Barros*. Pag. 284.

Rodrigues Alves (O Sr.) — Discursos:

Sobre a proposição n. 126, de 1893. (Sessão de 17 de junho.) Pag. 20.

Sobre o projecto n. 49, de 1893. (Sessão de 20 de junho.) Pag. 57.

Respondendo ao Sr. Elyseu Martins. (Sessão de 7 de julho.) Pag. 196.

Rosa Junior (O Sr.) — Discurso:

Sobre a proposição n. 61, de 1892. (Sessão de 13 de julho.) Pag. 274.

Ruy Barbosa (O Sr.) — Discurso:

Apresentando uma indicação. (Sessão de 6 de julho.) Pag. 188.

Saldanha Marinho (O Sr.) — Discurso:

Fazendo uma reclamação. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 80.

Souza Coelho (O Sr.) — Discurso:

Fazendo uma declaração. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 80.

Substitutivos:

Apresentado pelo Sr. Americo Lobo ao projecto do Senado n. 46, de 1892. (Sessão de 3 de julho.) Pag. 172.

Apresentado pelo Sr. Amaro Cavalcanti á proposição n. 98, de 1892. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 259.

Apresentado pelos Srs. Monteiro de Barros e Domingos Vicente ao projecto n. 12, de 1892. (Sessão de 13 de julho.) Pag. 275.

Telegrammas:

Expedido de Porto Alegre, assim concebido:

« Senador Belfort Vieira — Rio — Reitero pedido feito em carta, communicarei Senado, demoro comparecer motivo molestia.— *Frota.*» (Sessão de 17 de junho.) Pag. 11.

Expedido do Desterro, Estado de Santa Catharina, em 20 do corrente, assim concebido:

« Presidente do Senado — Rio — Nesta data passo o governo ao meu substituto, 1º vice-presidente Elyseu Guilherme da Silva, visto ter sido pronunciado no art. 112 do Codigo Penal, conforme sentença proferida pelo juiz seccional no summario de culpa instaurado por denuncia do deputado federal Felippe Schmidt. E' um attentado contra a autonomia estadoal; é uma violencia ao Poder Executivo do Estado, a que me submetto, em respeito á ordem publica.— Tenente *J. Machado.*» (Sessão de 20 de junho.) Pag. 49.

Expedido do Desterro, capital do Estado de Santa Catharina, em 22 do corrente, assim concebido:

« Senado — Rio — Camara Municipal julga de seu dever protestar contra a violencia praticada pelo juiz federal contra o chefe do Poder Executivo do Estado, impedindo exercicio a seu cargo. Presidente só póde ser processado quaesquer delictos funccionaes pela assembléa.— Presidente, *Germano Wandashens.— Assis.— Thomaz Coelho.— Joaquim Carreirão. — Saturnino Medeiros. — João Silva.*» (Sessão de 23 de junho.) Pag. 76.

Expedido do Estreito, Estado de Santa Catharina, em 23 do corrente, assim concebido:

« A Camara Municipal da cidade de S. José protesta perante os poderes da União contra o procedimento do juiz seccional privando do exercicio de suas funcções o chefe do Poder Executivo, que tem o fôro especial da assembléa legislativa tal como o executivo federal (art. 23 ns. 12 e 13 da Constituição do Estado, de accordo com o art. 63 da Constituição da União). O presidente da Camara, *João Luiz Ferreira de Mello.*— O vice-presidente, *Caetano Carlos Xavier Neves.— Francisco José da Cunha.— João Custodio de Campos.— João da Silva Ramos.— Macario Bento do Carpes.— João Vicente Vaz.*» (Sessão de 24 de junho.) Pag. 78.

Expedido do Desterro, Estado de Santa Catharina, em 23 do corrente, asssim concebido:

« Presidente Senado — Rio — Hontem, ordem commandante districto foi tirado bordo *Urano*, povo incommunicavel quartel cidadão José Saviuham e Marques, sem mandado nem requisição á autoridade estadoal. Este cidadão viera Vaccaria, trazendo salvo-conducto autoridade policial dalli, seguiu Montevidéo. Outros emigrados aqui ameaçados, commando districto invadindo a tribuições policiaes, não ha garantias.— *Fernando Caldeira*, chefe de policia.» (Sessão de 29 de junho.) Pag. 121.

Expedido de Goyaz em 2 do corrente mez, assim concebido:

« Cidadão 1º secretario, Senado — Rio — A camara Deputados Estado sessão hoje approvou seguinte requerimento:

Sabendo que ainda não foi concedida amnistia aos implicados nos acontecimentos de 16 de dezembro do anno passado em Catalão, cujo projecto passou em 1ª discussão no Senado e convencidos de que essa medida restabelecerá a paz e a tranquillidade em nosso municipio do Estado, lançando um véo de esquecimento sobre as occurrencias que todos lamentamos, requeremos que esta Camara, interpretando os sentimentos de todos os goyanos que querem a paz e o socego publico de dirigir por telegramma ao Senado, no Rio de Janeiro, pedindo-lhe que com urgencia vote amnistia que depende de seu pronunciamento. — *Vaz da Costa. — Vieira de Castro. — Joaquim Ayres. — Leopoldo Jardim. — José de Campos. — Paulo Povoa. — Costa Brandão. — Carlos Leitão. — Monteiro de Barros. — Manoel Alves. — Joaquim Fernandes*, presidente. — *Souza Moraes*, 1º secretario. — *A. Cupertino*, 2º secretario.» (Sessão de 4 de julho.) Pag. 176.

Expedido do palacio de Porto Alegre, em 12 do corrente mez, assim concebido:

«1º secretario — Senado — Rio — Peço Senado se digne de conceder-me licença para que possa exercer qualquer commissão militar neste Estado, caso seja urgente e necessario bem defesa Republica.—Senador *Julio Frota.*» (Sessão de 13 de julho.) Pag. 267.

U. do Amaral (O Sr.) — Discursos:

Sobre o projecto do Senado n. 6 de 1893. (Sessão de 19 de junho.) Pags. 31 e 33.

Sobre o projecto do Senado n. 49 de 1892. (Sessão de 20 de junho.) Pag. 53.

Sobre o fallecimento do Sr. general José Simeão. (Sessão de 21 de junho.) Pag. 66.

Sobre o projecto n. 7 de 1893. (Sessão de 21 de junho.) Pag. 71.

Pedindo informações á Mesa. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 80.

Sobre a proposição n. 114 de 1892. (Sessão de 4 de julho.) Pag. 181.

Sobre a proposição n. 10 de 1893. (Sessão de 7 de julho.) Pag. 205.

Sobre a proposição n. 9 de 1893. (Sessão de 7 de julho.) Pag. 205.

Sobre o projecto n. 12 de 1893. (Sessão de 15 de julho.) Pag. 284.

Virgilio Damasio (O Sr.) — Discursos:

Sobre a proposição n. 130 de 1892. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 86.

Sobre o parecer n. 107 de 1893. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 247.

INDICE

DAS

SESSÕES SECRETAS DE 7, 8 DE JULHO E 17 DE AGOSTO DE 1891 E DE 19 DE JANEIRO, 24 DE MAIO E 3 DE JULHO DE 1892

(PUBLICAÇÃO FEITA EM VIRTUDE DE DELIBERAÇÃO DO SENADO, EM SESSÃO DE 23 DE MAIO DE 1893.)

Amaro Cavalcanti (O Sr.) — Discursos :

Sobre a nomeação de membros para o Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 7 de julho de 1891.) Pag. 4 do Appendice.

Sobre a nomeação de membros para o corpo diplomatico. (Sessão secreta de 8 de julho de 1891.) Pag. 15 do Appendice.

Sobre a publicação de actas das sessões secretas. (Sessão secreta de 17 de agosto de 1891.) Pag. 19 do Appendice.

Sobre a nomeação de membros para o corpo diplomatico. (Sessão secreta de 17 de agosto de 1891.) Pag. 21 do Appendice.

Sobre a nomeação de membros para o corpo diplomatico. (Sessão secreta de 24 de maio de 1892.) Pag. 25 do Appendice.

Americo Lobo (O Sr.) — Discursos :

Sobre nomeação de membros para o Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 7 de julho de 1891.) Pags. 8 e 11 do Appendice.

Sobre nomeações para o corpo diplomatico. (Sessão secreta de 8 de julho de 1891.) Pags. 17 e 19 do Appendice.

Sobre uma indicação do Sr. Q. Bocayuva. (Sessão secreta de 17 de agosto de 1891.) Pag. 22 do Appendice.

Sobre a nomeação de membros para o corpo diplomatico. (Sessão secreta de 19 de janeiro de 1892.) Pags. 24 e 26 do Appendice.

Sobre a nomeação de membros para o Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 3 de junho de 1892.) Pag. 27 do Appendice.

Aristides Lobo (O Sr.) — Discurso :

Sobre nomeações para o corpo diplomatico. (Sessão secreta de 17 de agosto de 1891.) Pag. 21 do Appendice.

Declarações :

« O nosso voto pela conclusão do parecer, excluindo da lista os nomeados Tristão de Alencar Araripe e Barão de Lucena, significa a incompatibilidade moral que reconhecemos nos mesmos para serem, a um só tempo, ministros do Poder Executivo e do Judiciario. Esta incompatibilidade é reforçada nas circumstancias de que a opinião publica e o Congresso Nacional já teem articulado factos de flagrante violação da Constituição e das leis e o conhecimento de taes factos ou delictos praticados pelos nomeados, como ministros do Poder Executivo, pertence ao Supremo Tribunal Federal.

Rio, 8 de julho de 1891. — *A. Cavalcanti. — Gomensoro.—Manoel Bezerra.—Gil Goulart. João Pedro. —E. Wandenkolk. — José Bernardo.—Esteves Junior.—Luiz Delfino.—Paranhos.— José Simeão.— Cunha Junior. — Monteiro de Barros.—Domingos Vicente.— Silva Canedo.* »

« Tendo opinado pela incompatibilidade dos cargos de ministro e membro do Tribunal Federal, firmando-me no art. 79 da Constituição, que traduz o pensamento dominante na organisação republicana adoptada, com as resalvas que fiz quanto aos termos da conclusão do parecer, si estivesse na casa ao votar-se esse parecer, teria votado, de accordo com elle, para a exclusão.

Sala das sessões, 8 de julho de 1891. —*Rangel Pestana.*» Pag. 14 do Appendice.

« Declaro que votei contra a approvação da nomeação do ex-Barão de Teffé para ministro plenipotenciario na Italia.

Senado, 17 de agosto de 1891. — *Pinheiro Machado.* »

« Declaramos haver votado contra o parecer que conclue pela approvação da nomeação para ministro plenipotenciario na Italia, de um Barão de Teffé, porque, abolidos no Brazil os titulos e condecorações, não póde a Republica ser representada por pessoa que desobedece ás suas leis, nem o Senado póde reconhecer funccionarios publicos que repudiam seus nomes proprios para insistir no uso de titulos nobiliarios extinctos pela Constituição.

Senado, 17 de agosto de 1891.— *Gil Goulart.*— *José Simeão.* — *Esteves Junior.*» Pags. 22 e 23 do Appendice.

« Declaramos ter votado contra as nomeações de ministros diplomaticos para todos os logares que se acham supprimidos em virtude de disposições da lei orçamentaria vigente.

Sala das sessões, 24 de maio de 1892. — *A. Cavalcanti.*—*Saldanha Marinho.*» Pag. 25 do Appendice.

Elyseu Martins (O Sr.)—Discursos :

Sobre o parecer nomeando membros para o Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 7 de julho de 1891.) Pag. 4 do Appendice.

Sobre a nomeação de membros para o corpo diplomatico. (Sessão secreta de 8 de julho de 1891.) Pag. 13 do Appendice.

Sobre um requerimento do Sr. Amaro Cavalcanti. (Sessão secreta de 17 de agosto de 1891.) Pag. 19 do Appendice.

Sobre a nomeação de membros para o corpo diplomatico. (Sessão secreta de 17 de agosto de 1891.) Pag. 21 do Appendice.

Sobre a nomeação de membros para o corpo diplomatico. (Sessão secreta de 3 de junho de 1892.) Pag. 27 do Appendice.

Emendas :

Apresentada pelo Sr. Q. Bocayuva ao parecer relativo ás nomeações para o Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 7 de julho de 1891.) Pag. 8 do Appendice.

Do Sr. Americo Lobo sobre o mesmo parecer. (Sessão secreta de 7 de julho de 1891.) Pag. 8 do Appendice.

Ao parecer da commissão de constituição e poderes: « Em vez de — Barão de Teffé — diga-se: Antonio Luiz von Hoonholtz, ex-Barão de Teffé.— *Elyseu Martins.*» (Sessão secreta de 17 de agosto de 1891.) Pag. 21 do Appendice.

« Na resposta ao Presidente da Republica se lhe faça sentir a resolução do Senado de accordo com a Constituição.— *Americo Lobo.*» (Sessão secreta de 17 de agosto de 1891.) Pag. 22 do Appendice.

Firmino da Silveira (O Sr.) — Discurso:

Sobre a nomeação de membros para o Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 7 de julho de 1891.) Pag. 5 do Appendice.

Francisco Machado (O Sr.) — Discurso:

Sobre nomeações de membros para o Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 7 de julho de 1891.) Pag. 8 do Appendice.

Gil Goulart (O Sr.) — Discursos:

Sobre nomeações para membros do Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 7 de julho de 1891.) Pag. 11 do Appendice.

Sobre nomeações para membros do Corpo Diplomatico. (Sessão secreta de 8 de julho de 1891.) Pag. 15 do Appendice.

Sobre nomeações para membros do Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 19 de janeiro de 1892.) Pag. 25 do Appendice.

Gomensoro (O Sr.) — Discursos:

Sobre a nomeação de membros para o Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 7 de julho de 1891.) Pag. 4 do Appendice.

Sobre a nomeação de membros para o corpo diplomatico. (Sessão secreta de 24 de maio de 1892.) Pag. 24 do Appendice.

Sobre a nomeação de membros para o Supremo Tribunal Militar. (Sessão secreta de 24 de maio de 1892.) Pag. 25 do Appendice.

Indicação :

« Indico que, na mensagem dirigida em resposta ao Poder Executivo, relativa ás nomeações feitas para os cargos diplomaticos, se insira a observação exarada no parecer da commissão de constituição, poderes e diplomacia, submettida ao Senado na anterior sessão secreta.

Sala das sessões, 17 de agosto de 1891.—*Q. Bocayuva.*» Pag. 21 do Appendice.

Joakim Catunda (O Sr.)—Discurso :

Sobre nomeação de membros para o Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 7 de julho de 1891.) Pag. 6 do Appendice.

José Hygino (O Sr.)—Discursos :

Sobre nomeações para o corpo diplomatico. (Sessão secreta de 17 de agosto de 1891.) Pag. 20 do Appendice.

Sobre uma indicação do Sr. Q. Bocayuva. (Sessão secreta de 17 de agosto de 1891.) Pag. 22 do Appendice.

Pareceres :

Da commissão de justiça e legislação sobre os cidadãos nomeados para os logares do Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 7 de julho de 1891.) Pag. 2 do Appendice.

Da commissão de constituição e poderes sobre nomeações para o corpo diplomatico. (Sessão secreta de 8 de julho de 1891.) Pag. 14 do Appendice.

Da commissão de constituição e poderes relativo a nomeações para o corpo diplomatico. (Sessão secreta de 17 de agosto de 1891.) Pag. 20 do Appendice.

Da commissão de constituição e poderes relativo á nomeação de membros para o corpo diplomatico. (Sessão secreta de 19 de janeiro de 1892.) Pag. 23 do Appendice.

Da commissão de justiça e legislação relativo á nomeação de membros para o Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 3 de junho de 1892.

Q Bocayuva (O Sr.) — Discursos :

Sobre a nomeação de membros para o Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 7 de julho de 1891.) Pag. 7 do Appendice.

Sobre a nomeação de membros para o corpo diplomatico. (Sessão secreta de 8 de julho de 1891.) Pag. 16 do Appendice.

Sobre um requerimento do Sr. Amaro Cavalcanti. (Sessão secreta de 17 de agosto de 1891.) Pag. 20 do Appendice.

Rangel Pestana (O Sr.)—Discurso :

Sobre a nomeação de membros para o Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 7 de julho de 1891.) Pags. 5 e 10 do Appendice.

Requerimento :

« Requeiro que sejam publicadas as actas das sessões secretas que acabam de ser approvadas.

Sala das sessões, 17 de agosto de 1891. — *A. Cavalcanti.*» — Pag. 19 do Appendice.

Rosa Junior (O Sr.)—Discurso :

Sobre a nomeação de membros para o Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 7 de julho de 1891.) Pag. 6 do Appendice.

Ruy Barbosa (O Sr.)—Discurso :

Sobre nomeações de membros para o Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 7 de julho de 1891.) Pag. 10 do Appendice.

Saraiva (O Sr.)—Discurso :

Sobre a nomeação de membros para o Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 7 de julho de 1891.) Pag. 7 do Appendice.

Theodoreto Souto (O Sr.) — Discurso :

Sobre a nomeação de membros para o Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 7 de julho de 1891.) Pag. 6 do Appendice.

U. do Amaral (O Sr.)—Discursos :

Sobre nomeações para o corpo diplomatico. (Sessão secreta de 7 de julho de 1891.) Pag. 18 do Appendice.

Sobre nomeações para o corpo diplomatico. (Sessão secreta de 17 de agosto de 1891.) Pag. 22 do Appendice.

Sobre nomeações para o Supremo Tribunal Federal. (Sessão secreta de 7 de julho de 1891.) Pag. 9 do Appendice.

SENADO FEDERAL

Terceira sessão da primeira legislatura do Congresso Nacional

34ª sessão em 16 de junho de 1893

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes
(vice-presidente)

SUMMARIO — Chamada — Leitura da acta — Parecer — Discurso e projecto do Sr. João Neiva — ORDEM DO DIA — Votação da redacção da emenda do Senado á proposição n. 91 — Votação da proposição n. 189 — 2ª discussão do projecto n. 5 — Discursos dos Srs. Amaro Cavalcanti, João Neiva, Gil Goulart — Emendas — Encerramento da discussão — Observações do Sr. presidente — Requerimento do Sr. Gil Goulart — Observações do Sr. Gomensoro — Requerimentos dos Srs. Manoel Victorino e João Neiva — Votação — 2ª discussão do projecto n. 7 — Emendas — Encerramento da discussão e votação — Encerramento da discussão do projecto n 45 — Chamada — Adiamento da votação — Encerramento da discussão e adiamento da votação das proposições ns. 81 e 6 e do decreto não sancionado sobre lentes da Faculdade de Medicina — Ordem do dia 17 :

Ao meio dia comparecem 32 Srs. senadores, a saber: Prudente de Moraes, Gil Goulart, Antonio Baena, João Neiva, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Manoel Barata, Gomensoro, Catunda, José Bernardo, Amaro Cavalcanti, Firminio da Silveira, João Barbalho, Rosa Junior, Coelho e Campos, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Monteiro de Barros, Q. Bocayuva, Braz Carneiro, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Joaquim Felicio, C. Ottoni, Americo Lobo, Rodrigues Alves, Joaquim de Souza, Paranhos, Joaquim Murtinho, Santos Andrade, Raulino Horn, Luiz Delfino.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão e, não havendo reclamações, dá-se por approvada a acta da sessão anterior.

Comparecem, depois de aberta a sessão, os Srs. Francisco Machado, Cruz, Theodoreto Souto, Almeida Barreto, Joaquim Pernambuco, Virgilio Damasio e Esteves Junior.

Deixam de comparecer com causa participada os Srs. João Pedro, Cunha Junior, Coelho Rodrigues, Messias de Gusmão, Ruy Barbosa, Laper, E. Wandenkolk, Silva Canedo, Aquilino do Amaral, Generoso Marques e Pinheiro Machado; e sem causa participada os Srs. Thomaz Cruz, Nina Ribeiro, Elyseu Martins, João Cordeiro, Oliveira Galvão, Gaspar Drummond, Campos Salles, Pinheiro Guedes, U. do Amaral, Ramiro Barcellos e Julio Frota.

O SR. 2º SECRETARIO (*servindo de 1º*) declara que não ha expediente.

O SR. 3º SECRETARIO (*servindo de 2*) lê e vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos, o seguinte

Parecer

As commissões reunidas de constituição, poderes e diplomacia e de justiça e legislação offerecem para 3ª discussão, de accordo com o vencido em 2ª, o projecto do Senado n. 49, de 1892, que marca, para execução do § 3º do art. 17 da Constituição Federal, aos governos dos estados o prazo maximo de 90

dias da data da communicação feita pela respectiva camara, salvo o caso de guerra ou de calamidade publica.

Redacção

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Para execução do § 3º do art. 17 da Constituição Federal fica marcado aos governos dos estados o prazo maximo de 90 dias da data da communicação feita pela mesa da respectiva camara, salvo o caso de guerra ou de calamidade publica ou si entre a vaga e a eleição ordinaria para a legislatura seguinte não mediar o intervallo maior de cinco mezes.

Paragrapho unico. Si decorrido o prazo indicado, não se houver procedido á eleição para o preenchimento da vaga por qualquer causa, inclusive renuncia, o presidente da respectiva camara fixará o dia da eleição, e o ministerio publico federal promoverá perante os juizes e tribunaes respectivos a responsabilidade dos funccionarios que se houverem recusado ao cumprimento do preceito constitucional e das disposições desta lei, como incursos em crimes politicos.

Art. 2.º O governador ou presidente de estado que deixar de cumprir o disposto no art. 1º ou que obstar de qualquer fórma a eleição marcada pelo presidente da respectiva camara, fica sujeito ás penas do art. 135 do codigo penal.

Paragrapho unico. São applicadas ao processo e ao julgamento do governador ou presidente de estado as disposições do art. 54 da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892, cabendo, porém, a denuncia ao procurador geral da Republica, á requisição da respectiva camara, e a formação da culpa e o julgamento ao Supremo Tribunal Federal.

Sala das commissões, 16 de junho de 1893. — *Q. Bocayuva.—Aristides Lobo.*

E' lido e fica sobre a mesa, para ser discutido na sessão seguinte, depois de impresso no *Diario do Congresso* o seguinte

PARECER N. 68—1893

Redacção

Emenda do Senado á proposição da Camara dos Deputados n. 5, de 1893, que approva as divisões dos districtos eleitoraes organisadas pelo Poder Executivo

Emendas do Senado

Ao art. 1.º (principio)—Accrescentem-se as palavras: Minas Geraes.

Supprima-se o § 4º.

Ao mesmo art. 1º:—Supprimam-se no principio do artigo as palavras—S. Paulo.

Accrescente-se o seguinte:

§ O estado de S. Paulo fica dividido em sete districtos eleitoraes, de accordo com a organisação proposta pelo Poder Executivo, com as modificações seguintes: o municipio de Limeira fará parte do 6º districto e não do 5º e o municipio de Mogy-mirim fará parte do 5º districto e não do 7º.

Ao mesmo art. 1º: Accrescente-se o seguinte:

§ Na divisão dos districtos do estado do Pará, em vez de—S. Domingos— diga-se São Domingos da Boa Vista; em vez de—S. Sebastião — diga-se — S. Sebastião da Boa Vista.

Sala das commissões, 16 de junho de 1893. —*Americo Lobo,— Manoel Barata.*

O Sr. Presidente— Não ha mais expediente.

O Sr. João Neiva diz que, conforme prometteu hontem, vae apresentar ao Senado um projecto de lei sobre a revisão dos processos militares.

Aguardava para o fazer, a occasião em que se traduzisse em lei a reforma do Supremo Conselho Militar, ainda em discussão na outra camara.

Hontem, porém, discutindo o projecto do honrado senador pelo Rio Grande do Norte, julgou que era tempo de apresentar as bases sobre as quaes o Congresso formulasse uma lei relativamente á revisão dos processos militares.

Pensa que não se deve legislar amplamente a este respeito, nos casos de que trata a lei de outubro de 1890, porque isto prejudicaria extraordinariamente a disciplina do exercito. Entretanto, não se póde deixar de considerar alguns casos, não sendo sómente applicada a revisão a casos tão restrictos.

Assim é que a pena de morte pelo codigo penal nunca foi executada sem a petição de graça; como todos sabem a sentença capital só era executada depois de interposto o recurso para a clemencia do poder moderador.

Ha, porém, casos em que a sentença deve ter execução immediata, quando por exemplo o commandante em chefe de um exercito em operações a tem de applicar para evitar um desastre no qual perigue a honra nacional.

Neste ponto, portanto, seu modo de entender fica muito aquem do do nobre senador pelo Rio Grande do Norte.

No projecto, o orador, acceita simplesmente a reforma das sentenças maiores de um anno para os officiaes e de cinco annos para as praças, quando não for uma pena accessoria de uma outra infamante.

São stas, além de outras, as disposições principaes do projecto, formulado de accordo com o art. 81 § 1º da Constituição.

Vem á mesa o seguinte

PROJECTO N. 16 — 1893

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1º A revisão dos processos findos de crimes militares, que, pelo art. 81 da Constituição da Republica, compete ao Supremo Tribunal Fereral, póde ser requerida, a qualquer tempo, pelo sentenciado, seu representante legal, pessoa do povo, ou *ex-officio* pelo procurador geral da Republica.

Art. 2º A sentença de revisão não poderá aggravar a pena decretada pela sentença revista, e sómente confirmal-a, ou reformal-a em beneficio do condemnado.

Art. 3º São casos de revisão e poderá ser requerida, nos termos do artigo, quando official de qualquer patente do exercito ou da armada tiver sido condemnado em ultima instancia :

a) á pena de morto em tempo de guerra, no caso de haver suspensão da execução da sentença por determinação do Governo Federal ou general em chefe ;

b) á pena de degradação militar inherente a pena imposta por sentença que tornar o condemnado indigno de pertencer ao exercito ou á armada ;

c) á pena de destituição com perda do posto, honras militares e condecorações ;

d) á pena de prisão por tempo maior de 2 annos á pena de demissão ;

e) á pena de reforma, ou quando esta fôr accessoria.

Art. 4.º Poderá ser requerida a revisão nos termos do art. 1.º, quando inferior, praça de pret do exercito ou armada, ou individuo sujeito ás leis militares tiver sido condemnado.

a) á pena de morte, dada a hypothese do art. 3º, letra *a*) ;

b) á pena de prisão com trabalho por tempo maior de 5 annos.

Art. 5º O pedido de revisão será instruido com certidão, ou cópia authentica da parte ou peças de accusação e documentos respectivos, dos depoimentos das testemunhas, do parecer do conselho de investigação, dos interrogatorios do réo e peças de sua defeza, e das sentenças do conselho de guerra e do ultimo tribunal militar.

Art. 6º O pedido para obter a certidão ou cópia de que trata o artigo antecedente será satisfeito pelo tribunal, repartição, commando ou posto militar onde se achar o processo, é sem despeza alguma para o requerente, salvo os sellos que forem devidos á Fazenda Publica da União, quando o réu fôr graduado em qualquer dos postos de official.

Art. 7º Nos crimes sujeitos á jurisdicção civil a revisão obedecerá ás regras estabelecidas no decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões, 16 de junho de 1893. — *João Neiva.* — *Almeida Barreto.* — *Firmino da Silveira.* — *Manoel Victorino.* — *Santos Andrade.*

Estando apoiado pelo numero de assignaturas, vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

ORDEM DO DIA

Entra em discussão unica e é sem debate approvada a redacção da emenda do Senado á proposição da Camara dos Deputados n. 91 de 1893, determinando que o governo fundará uma colonia correccional no proprio nacional —Fazenda da Boa Vista—existente na Parahyba do Sul, ou onde melhor lhe parecer; devendo aproveitar, além daquella fazenda, as colonias militares actuaes, que a isso se prestarem.

Segue-se em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados n. 89 de 1892, autorisando o governo a pagar ao bacharel Manoel José Chaves, professor jubilado de philosophia, do curso annexo da Faculdade de Direito de S. Paulo, os vencimentos integraes que percebia durante o exercicio desse cargo, bem como a indemnisal-o das gratificações que deixou de receber desde a data em que foi jubilado.

Encerra-se a discussão sem debate.

Annunciada a votação secreta e corrido o escrutinio, recolhem-se 34 espheras, sendo 32 brancas e 2 pretas.

E' a proposição approvada por 32 votos contra 2, e adoptada para ser submettida á sancção presidencial.

Segue-se em 2ª discussão, com os pareceres das commissões de justiça e legislação e de finanças e as emendas offerecidas, o art. 1º do projecto do Senado, n. 5 de 1893, modificando o decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890, que rege a organisação e processo da justiça federal.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Sr. presidente, o honrado senador pela Parahyba apresentou uma emenda suppressiva das palavras finaes do § 3º do art. 1º do projecto em discussão e fundamentando a sua emenda alludiu á conveniencia de que o Supremo Tribunal Federal não tivesse o direito de revisão

dos processos sobre crimes militares com a mesma latitude que ficara tendo em relação aos demais processos.

Si S. Ex. houvesse tratado da materia simplesmente em um projecto especial, para esse tempo reservaria o direito de discutir a conveniencia ou inconveniencia das disposições nelle consagradas.

Mas S. Ex. hontem justificando a sua emenda suppressiva, fez o estudo da materia de modo a obrigar-me a vir dar ao Senado as razões que me compelliram a consignar no § 3º do art. 1º do projecto em discussão a competencia ampla do Supremo Tribunal Federal para os casos em questão.

Não negarei a conveniencia de limitar-se a acção do Supremo Tribunal em relação aos crimes militares; preciso, porém, historiar ao Senado a razão dessa disposição constitucional—revisão dos processos findos—bem como da lei de 11 de outubro de 1890, que regula a materia, para que o Senado, devidamente informado, delibere desde logo como for de maior acerto e ao mesmo tempo fique por minha parte dispensado quando se tratar do projecto que S. Ex. acaba de offerecer, de fornecer ulteriores explicações.

Quando se tratou na constituinte de armar o Supremo Tribunal Federal da faculdade em questão—rever os processos findos—nos termos do art. 81 da Constituição, teve-se principalmente em vista os crimes militares.

Aqui no seio da commissão dos 21, como lá, no seio da constituinte áquelles que tomaram parte em tal debate ponderou-se o seguinte:

Que para os outros crimes havia justiças organisadas, para julgarem conforme as regras dos processos estabelecidos e dentro de determinadas formulas. E além de tudo, havía o jury soberano para absolver ou condemnar, sem outros obstaculos que não a propria consciencia do jurado. Entretanto que em relação aos crimes militares, subsistia uma.... justiça draconiana, processo sem formulas; como S. Ex. ainda ha pouco, nos fez conhecer.

Hoje, por exemplo, um soldado é condemnado á morte; amanhã, um outro por crime identico, é absolvido, dependendo tudo do mero acaso da distribuição, do feito ao Conselho Supremo Militar.... A palavra supremo é que diz tudo: estado no estado: elle foi, é e continúa assim até ao presente, dentro da propria Republica, porque o Supremo Tribunal Militar ainda não foi constitucionalmente organisado; está em projecto.

O SR. Q. BOCAYUVA—Na marinha já existe um codigo. Façam o mesmo para o exercito.

O SR. AMARO CAVALCANTI—Perfeitamente.

Mas, voltando ao assumpto, accrescento que se ponderou aqui no seio da commissão dos 21, que precisava-se offerecer um amparo a essas sentenças que não tinham uma base na lei ou direito escripto, mas, na apreciação mais ou menos justa, ás vezes muito injusta até, de factos baseados em informações procedentes de fontes distanciadissimas da séde do Conselho Supremo Militar.

Semelhante base é, certamente muito fallivel, como facilmente se reconhece; e foi por isso que se inscreveu, como attribuição do Supremo Tribunal Federal, rever os processos militares nos termos do art. 81, já citado.

Note-se: (*lê*) a primeira condição é, que só póde rever em beneficio dos condemnados, o que mostra o pensamento liberal do legislador constituinte .. (*Continua a ler.*)

Vê, portanto, o Senado, que foi a Constituição quem quiz rever os processos militares, e devo dizer mais uma vez que foi justamente por causa dos processos militares que a Constituição adoptou este principio liberal.

Diz o § 2º do art. 1º. (*Lê.*)

Sabe o Senado, e já mencionei essa circumstancia, que o decreto de 11 de outubro foi promulgado antes da Constituição, com a condição de entrar em vigor depois desta.

Está subentendido que qualquer disposição desse decreto que offereça antonomia com os textos constitucionaes, não subsiste, mas, promulgado como foi por um poder revolucionario que tinha o complexo de todas as attribuições, é lei da Republica em todos os outros casos em que não tiver sido virtualmente revogada.

Regulando por consequencia a especie—rever processo crimes—estão marcados aqui os casos e a fórma desta revisão, justamente aquillo que a Constituição exige para que tenha inteira execução o art. 81; mas como o decreto era anterior á Constituição, entre as disposições do projecto que se discute está uma declarando formalmente em vigor a especie, conforme está regulada no artigo da reforma judiciaria, que, no n. 3º do art. 9º diz.... (*Lê.*).

A Constituição, pois, foi mais liberal; dá o recurso a qualquer do povo; por conseguinte é preciso que prevaleça a Constituição e não o decreto, nesta parte.

Aqui está o modo: nunca poderá ser aggravado e só póde ser revisto quando for contrario a direito expresso ou á evidencia dos autos.

Comprehende-se que si a revisão fosse deixada á lata discrição do Tribunal Federal, converter-se-hia este em poder de graça, uma especie de poder moderador, porque a faculdade da revisão ampla equivale a dispensar a mesma pena.

O Supremo Tribunal póde, para melhor apreciar o seu direito de revisão, attender a

razões ou documentos que ás vezes caprichosamente não foram ouvidos ou admittidos em outra instancia, ainda que isto se não désse capciosamente, mas por não serem conhecidos na occasião, porque em materia crime ha circumstancias que só posteriormente veem aclarar os factos.

Estão portanto na lei que rege o Supremo Tribunal Federal os casos e a fórma da revisão ; o que importa ao Poder Legislativo é dizer si esses casos e fórma são os que devem prevalecer.

Ouvindo sobre este ponto, como sobre outros, alguns membros do Supremo Tribunal Federal, me foi declarado que, não podendo o tribunal rever sinão as sentenças contra direito ou evidencia dos autos, e sendo licito ouvir a parte contraria e procurar obter um conjuncto do provas para formular criterio seguro, era bastante o que estava determinado no decreto.

Por isso se diz no § 3º do art. 1º do projecto. (*Lê.*)

Preciso explicar por que juntei estas ultimas palavras—cujas disposições são extensivas, etc.—que o meu illustre collega pede sejam supprimidas.

O Supremo Tribunal, armado com a disposição que diz... (*Lê.*)

Na primeira vez que appareceu lá alguem recorrendo para que um processo seu fosse revisto, julgou-se no pleno direito de tomar conhecimento do caso ; entretanto, quando elle assim procedeu, o Conselho Supremo Militar, que ainda existe e funcciona com as prerogativas anteriores, isto é, fóra do que deve ser pela Constituição actual, melindrou-se ; contestou ao Supremo Tribunal essa competencia, e lavrou parecer declarando que elle não podia intervir em julgamento de crimes militares ; esse parecer teve *como parece* do ministro da guerra, e o Supremo Tribunal Federal, deante de tal attitude do poder militar, ficou sem saber o que devia fazer, porque anteviu a consequencia : si a sua decisão importasse em um caso dado em reforma de sentença, correria o risco serio de ser formalmente desobedecido na execução.

Deante da Constituição não podemos negar ao Supremo Tribunal a competencia absoluta a que tenho alludido.

O Sr. Q. Bocayuva—Esse foi o espirito da Constituição.

O Sr. João Neiva—Nem nego essa competencia.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Por consequencia, não sei si o Senado póde, deante da Constituição, supprimir estas palavras — cujas disposições são extensivas aos processos militares—porque o § 3º da Constituição diz. (*Lê.*)

Devo agora declarar ao Senado que não foram talvez melhor orientados em ter adoptado disposição tão ampla na Constituição.

O Sr. Coelho e Campos—Mas adoptou-se.

O Sr. Amaro Cavalcanti—E' muito possivel que na pratica ella seja susceptivel de abusos.

O Sr. João Neiva—V. Ex. labora em um erro ; não quero tirar esse direito ao Supremo Tribunal Federal, dou-lhe a attribuição e sómente limito os casos, porque assim isso está muito amplo.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Bem ; estão dadas as explicações. Como o honrado senador apresentou um projecto em separado, o facto de se votar este, nos termos da Constituição, não impede que se approve o do nobre senador ; si as disposições limitativas dos casos forem contrarias no projecto do nobre senador, tambem não influem na votação deste, porque apenas se de limitará a acção da competencia do Tribunal Federal, quando tiver de julgar os crimes militares. Acho, porém, quanto ao actual projecto, que elle produz o effeito constitucional que se deve ter em vista.

Quanto ás emendas do nobre senador por Minas Geraes, declaro ao Senado que não concordo com nenhuma dellas. Não apresentei aqui, e o declarei positivamente, projecto de reforma judiciaria no intuito de organisar, de reformar inteiramente o que estava feito ; apresentei simples artigos complementares da reforma que vigora, e, conforme declarei som nenhuma vaidade ao Senado, fil-o ouvindo aquellos que na marcha da justiça me informam que sem estes artigos complementares não póde haver andamento regular dos processos, nem de justiça. São apenas omissões da lei existente, que fica subsistindo no seu todo, mas são omissões que estão produzindo na pratica effeitos verdadeiramente prejudiciaes.

Portanto, não acceito outras emendas. O Senado, porém, deliberará na sua sabedoria como melhor entender.

O Sr. João Neiva—Sr. presidente, o nobre senador pelo Rio Grande do Norte impressionou o Senado com o seu discurso, de modo a parecer que quero tirar do Supremo Tribunal Federal a attribuição de rever os processos militares; não ha tal.

S. Ex. principiou tão prevenido que disse que o Conselho Supremo Militar ainda tem esta palavra *supremo*, esquecendo que o Supremo Tribunal Federal tambem tem a palavra *supremo*. Ambos são *supremos*.

O que S. Ex. deve lamentar, como eu lamento; é que o Conselho Supremo Militar use

ainda de um arbitrio estranho; mas a lei militar não marca limite minimo, nem limite maximo, diz simplesmente: «é crime isto», e desde que é crime, o Conselho Supremo Militar applica-lhe a pena que entende, conforme as provas dos autos e as circumstancias que concorreram para a perpetração do crime. Eis a questão.

Não se trata de subtrahir attribuições ao Supremo Tribunal Federal, como se deprehende do que disse o nobre senador. Não me afastei da Constituição.

O que o nobre senador quer é acompanhar o regimento interno do Supremo Tribunal Federal e o decreto de outubro. Eu limitei-me a estudar a Constituição e o codigo da armada, duas unicas cousas que serviram de base ao projecto que apresentei.

Supprimi do projecto de S. Ex. aquellas palavras, porque, desde que ellas passassem, todos os processos militares ficariam sujeitos á revisão.

O Sr. Amaro Cavalcante — Si este projecto passar, não ficamos impossibilitados de votar as delimitações no projecto especial de V. Ex.

O Sr. João Neiva — Mas disso é que tenho medo.

O Sr. Amaro Cavalcante — Não ha de que ter medo; temos ensejo de discutir a materia mais detidamente.

O Sr. João Neiva — V. Ex. póde discutil-a amanhã, para que impugna já a minhã emenda? Si esta emenda vae ser tratada em projecto especial, V. Ex. devia deixar que passasse a emenda, que fossem supprimidas as palavras alludidas, e reservar toda a sua argumentação para o meu projecto.

Como está no projecto de V. Ex., ficam reduzidos consideravelmente os casos da revisão, e não é este o intento da Constituição.

O decreto de outubro limita muito, limita simplesmente a dous casos. Eu não posso repetir as palavras do nobre senador, porque S. Ex. é advogado e entende melhor destas cousas do que eu; mas, emfim, o decreto de outubro limita á injustiça notoria e á prova em contrario nos autos, mais ou menos.

O Sr. Amaro Cavalcanti — Já vê que são muitos casos.

O Sr. João Neiva — Mas, pergunto a V. Ex., quem é que julga si houve injustiça notoria?

O Sr. Amaro Cavalcanti — O Supremo Tribunal Federal.

O Sr. João Neiva — Então elle ha de rever todo o processo, qualquer que seja a qualificação.

O Sr. Manoel Victorino e outros srs. senadores dão apartes.

O Sr. João Neiva — Sei que o decreto de outubro diz — contra direito expresso; mas quando é que o juiz reconhecerá que houve violação do direito expresso? Depois de rever os autos, depois de examinal-os integralmente, não simplesmente para dar a sentença, mas tambem para dizer: «não é caso de revisão.»

O Sr. Amaro Cavalcanti — Certamente; esse é o seu officio.

O Sr. João Neiva — Depois, ampliada a revisão para os processos militares do modo por que está no seu projecto, V. Ex. introduz nos quarteis a advocacia, V. Ex. introduz ahi a indisciplina, V. Ex. vae prejudicar grandemente a presteza do serviço militar.

O Sr. Amaro Cavalcanti dá um aparte.

O Sr. João Neiva — Mas V. Ex. faz extensiva a revisão dos processos militares aos casos a que se refere a lei de outubro e, quero que me diga, faz ou não referencia a lei a este decreto do governo provisorio, que ainda não foi modificado?

No projecto que offereci ao Senado, não me afastei da Constituição, não a ampliei, assim como não ampliei o decreto. Elle foi calcado sobre a Constituição e sobre o Codigo Penal da Armada.

S. Ex. diz que é preciso tirar o arbitrio do Supremo Conselho Militar.

Disse S. Ex. tambem que nós não fomos apressados; que deviamos ter feito reforma no Codigo Militar; ora, S. Ex. sabe perfeitamente que a Constituição prometteu este codigo e, si até agora não o fizemos, ainda é tempo de fazel-o nesta sessão; a falta dessa legislação tem prejudicado as classes militares e, o que é mais, até o proprio serviço.

Creio ter dito quanto baste para desfazer a impressão que causaram as palavras do honrado senador.

O Sr. Gil Goulart — Sr. presidente, não tenho sinão motivos para louvar, não só o autor do projecto em discussão, como a illustre commissão que sobre elle emittiu parecer, visto como pretendeu regular, si bem que provisoriamente, importantes relações juridicas que se prendem aos direitos mais elevados do cidadão; e si bem que se me afigure difficil, ainda nesta sessão, obter um trabalho mais completo, como fôra para desejar, sobre a reforma da justiça federal, todavia, ainda sobre o ponto de vista do advogar, tanto quanto possivel, o direito de liberdade, manifestado na parte mais culminante do projecto, a que se refere a questão do *habeas-corpus*, sou impellido a vir á tribuna, uma vez que illustres collegas mais compe-

tentes (*não apoiados*) não se apressaram em fazel-o, em tão melindrosa tarefa.

Recordarei ao Senado que, quando se discutiu o projecto, na sessão do anno anterior, achei-me em desaccordo com o honrado senador por S. Paulo, seu illustre autor, porque vi que a garantia do *habeas-corpus* fôra consideravelmente restringida.

O SR. Q. BOCAYUVA — Perdoe-me, V. Ex.; o illustre senador ausente, autor do projecto, não quiz restringir o *habeas-corpus*; quiz evitar conflictos de competencia entre autoridades judiciarias.

O SR. GIL GOULART — Mas, para attender aos seus principios, incontestavelmente o direito de *habeas-corpus* ficou extraordinariamente limitado e só applicavel a certos presos detidos ou ameaçados de sel-o, com violação flagrante da lei.

Com effeito, o honrado autor do projecto dizia que era preciso descriminar a jurisdição estadoal; mas, para firmar tal descriminação, declarou que só poderiam os juizes da justiça federal conhecer do recurso de *habeas-corpus*, quando se tratasse de crimes que entendessem com as leis federaes, ou em grão de recurso, depois de serem decididos os pedidos, nos casos da competencia da justiça estadoal.

Encarando a questão debaixo deste ponto de vista, laborou em um equivoco o honrado autor do projecto, porque si, regra geral, todos os crimes que se podem commetter e por motivo dos quaes se póde dar a prisão estão definidos no codigo criminal, a consequencia é que, sendo o codigo criminal uma lei federal, e prevalecendo na Republica a unidade de legislação, a competencia para conhecer da legalidade ou illegalidade da prisão, em face das leis e da Constituição Federal, devia caber quer á justiça estadoal, quer á justiça federal, porque ambas estão encarregadas de interpretar e applicar as disposições da legislação geral.

O SR. Q. BOCAYUVA — Unidade de legislação, mas não unidade de jurisdição.

O SR. GIL GOULART — Mas, a pretexto de que a justiça federal, tenha ou não jurisdição ou competencia para conceder *habeas-corpus*, não é licito restringir tão importante garantia; já tive occasião de dizer que si prevalecesse a interpretação que queria dar o honrado autor do projecto, teriamos neste caminho retrogradado, porque no regimen decahido, o cidadão tinha a faculdade de pedir *habeas-corpus*, quaesquer que fossem os juizes, de inferior ou superior instancia que decretassem a prisão, e ainda de abandonar este recurso, desde que fosse demorada ou procrastinada a decisão, para interpor outro perante autoridade superior, que lhe pudesse immediatamente garantir a effectividade de um tal direito.

Si assim era, como vamos restringir o *habeas-corpus* nos casos a que tenho alludido, durante um regimen de ampla liberdade, como é o da Republica?

Sabe o Senado que a maior parte das prisões decretadadas deve sêl-o por conta das autoridades estadoaes. As paixães politicas, de um lado, as dependencias pessoaes por outro, em pequenos centros de população, autorisam a crer que nem sempre a justiça será garantidora, si porventura a não exerçam funccionarios imparciaes que são raros.

Comprehende o Senado que em pontos remotos do interior do estado podem cidadãos eminentes ser presos mezes e annos sem conseguirem *habeas-corpus*, quando seja necessario impetral-o apenas em grão de recurso ao Supremo Tribunal.

E' necessario, pois, que se dê ao *habeas-corpus* mais amplitude, e que os cidadãos porventura presos possam obter o recurso perante quaesquer justiças, quer sejam estadoaes, quer federaes; porque, especialmente, a justiça federal nos estados, representada pelos juizes seccionaes, não está na dependencia desses governos.

Nestas condições é de suppor, e praticamente já o temos observado, que ella guarde a maior integridade, em relação ás autoridades locaes e em relação á politica do territorio em que exerce jurisdicção.

O SR. Q. BOCAYUNA — Então demos o recurso ao juiz federal.

O SR. GIL GOULART — E' exactamence o que pretendo; que o cidadão ameaçado em constrangimento illegal possa impetrar *habeas-corpus*, ou ao juiz federal ou ao juiz estadoal ou, finalmente, ao Supremo Tribunal, si não confiar na justiça local.

A unica limitação que admittiria no caso sujeito, seria a de reservar para a justiça local o conhecimento do *habeas-corpus*, sómente quando a prisão fosse em virtude de violação de uma lei puramente estadoal; porque então ficaria firmada a descriminação das competencias. Desde que o cidadão é preso porque viola a lei federal, é claro que no interesse da liberdade, o recurso de *habeas-corpus* deve ser impetrado de preferencia á justiça que deve fazer vingar a legislação federal.

Nestas condições o honrado senador por Minas Geraes, nas emendas que offereceu, prova evidentemente que está de pleno accordo com o meu pensamento, porque manda illiminar o final destes artigos onde se vê que só se dá competencia á justiça federal

para conhecer de raros casos de *habeas-corpus*.

Devo dizer que a idéa de poder a justiça federal conhecer concomitantemente com a justiça local os casos de *habeas-corpus* em geral, não está inteiramente repellida do projecto, como se vê do artigo que lerei. (*Le.*)

O SR. AMARO CAVALCANTI—Não sendo possivel... diz mais adeante.

O SR. GIL GOULART—Comprehende-se, portanto, que o principio que advogo está implicitamente contido neste artigo. Mas, pela fórma por que está redigida, esta disposição é illusoria, porque quem está ameaçado de ser preso não póde facilmente provar que viu-se na impossibilidade de tentar o seu recurso perante as justiças locaes sinão muito posteriormente á violencia ou á prisão illegal.

Nesta parte o artigo será uma disposição difficil de executar-se ou de impossivel realisação.

O SR. AMARO CAVALCANTI — Os juizes da 1ª estancia teem tido tempo de obter salvo conducto do Supremo Tribunal.

O SR. GIL GOULART — Mas, isto succede em toda a Republica, mesmo no interior dos estados. Basta attender para esta consideração — que as violencias são mais frequentes no interior dos estados do que na Capital Federal.

Dahi, V. Ex. póde deduzir a procedencia do que acabo de dizer.

O SR. AMARO CAVALCANTI dá um aparte.

O SR. GIL GOULART—Por este motivo e no interesse da liberdade, para que as garantias do *habeas-corpus* não sejam mais restrictas na Republica do que o foram na monarchia, declaro nesta parte estar de pleno accordo com as emendas apresentadas pelo honrado senador por Minas Geraes, e em favor das quaes votarei.

Vem á mesa, é lida e posta conjunctamente em discussão a seguinte

Emenda

Ao art. 1º § 3º,

Depois da palavra final—*militares*—accrescente-se—conforme for determinado em lei.

Sala das sessões, 16 de junho de 1893.—*João Neiva*.

Não havendo mais quem peça a palavra, encerra-se a discussão.

Segue-se, em 2ª discussão, o art. 2º do projecto.

Vem á mesa, é lida, apoiada e posta conjunctamente em discussão a seguinte

Emenda

Supprima-se o § 16 do art. 29.—*Amaro Cavalcanti*.

Entram successivamente em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate, os arts. 3º, 4º e ultimo do projecto.

O SR. PRESIDENTE diz que, tendo as commissões de justiça e legislação e de finanças, no parecer que emittiram com relação ao projecto que acaba de ser discutido, offerecido como additivo o de n. 7, que amplia a organisação da procuratoria da Republica e Fazenda Federal, segue-se a discussão deste

O SR. GIL GOULART (*pela ordem*) —Sr. presidente, estamos em face de dous projectos que absolutamente não teem relação um com outro, porque um dispõe para a justiça federal, ao passo que o outro dispõe para a justiça do Districto Federal; isto é, para a justiça local.

Parecia-me, pois, mais conveniente separar-se da discussão este segundo projecto, porque as emendas que cabem a um não teem applicação a outro; podendo mesmo acontecer que um projecto venha a ser, pela modalidade da discussão, retardado em sua marcha, ou que um prejudique o outro radicalmente.

Com este pensamento supponho que está de accordo o proprio autor do projecto, o nobre senador pelo Paraná, que não se acha presente.

O SR. AMARO CAVALCANTI — Até mesmo a commissão concorda com a sua separação.

O SR. GIL GOULART—Nestas condições, requeiro a V. Ex. que consulte o Senado sobre si concorda na separação dos projectos alludidos para serem discutidos separadamente, seguindo cada um a sorte que lhe assignalar o voto do Senado.

O SR. GOMENSORO (*pela ordem*) diz que o autor do requerimento interpretou perfeitamente o modo de entender da commissão por isso declara, por si e pelos outros membros da commissão, que não se oppõe á separação dos dous projectos.

E' approvada a separação.

O SR. PRESIDENTE annuncia a votação em 2ª discussão do projecto do Senado, n. 5 de 1893 modificando o decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890, que rege a organisação e processo da justiça federal, com as emendas que lhe foram offerecidas.

O SR. MANOEL VICTORINO (*pela ordem*) requer que o projecto e as emendas apresen-

tadas no correr da discussão sejam remettidos á commissão respectiva, para que, interponha parecer sobre as mesmas emendas e a casa possa votar melhor orientada.

O SR. JOÃO NEIVA (*pela ordem*) requer a retirada da emenda suppressiva que apresentou na sessão antecedente, e que considera prejudicada pelo que hoje offereceu ao Senado.

Consultado, o Senado consente na retirada.

E' approvado o requerimento do Sr. Manoel Victorino.

E' o projecto com as emendas enviado ás commissões de justiça e legisação e de finanças ficando adiada a votação.

Entram successivamente em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate, os arts. 1º a 5º do projecto do Senado, n. 7 de 1893, ampliando a organisação da Procuradoria de Republica e Fazenda Federal.

Entra em discussão o art. 6º do projecto.

Vem á mesa, é lida, apoiada e posta conjunctamente em discussão, encerrando-se esta sem debate, a seguinte

Emenda

Diga-se:—por intermedio do Ministerio da Justiça, e pelo Ministerio da Justiça—em vez de: por intermedio do Ministerio da Fazenda e pelo Ministerio da Fazenda. — *Americo Lobo.*

Entra em discussão, a qual encerra-se sem debate, o art. 7º do projecto.

Vem á mesa, é lida, apoiada e posta conjunctamente em discussão, ficando esta encerrada sem debate, a seguinte

Emenda

Art. 8.º Em vez de vencimento de 2:400$, diga-se: 3:600$000.

S. R.—Sala das sessões, 16 de junho de 1893 —*João Neiva.*

Entram successivamente em discussão, a qual encerra-se sem debate, os arts. 9º a 15 e ultimo do projecto.

Vem á mesa, é lido, apoiado e posto conjunctamente em discussão, a qual encerra-se sem debate o seguinte

Additivo

Art. Para as primeiras nomeações serão preferidos os funccionarios nomeados *ex-vi* do decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892 na ordem do maior tempo do serviço do cargo.

S. R. — Sala das sessões, 16 de junho de 1893.—*João Neiva.*

Procede-se á votação do seguinte resultado:

São successivamente approvados os arts. 1º a 5º.

E' approvado o art. 6º, salvo a emenda do Sr. Americo Lobo.

E' rejeitada a emenda.

E' approvado o art. 7º.

E' approvado o art. 8º, salvo a emenda do Sr. João Neiva.

E' rejeitada a emenda.

São successivamente approvados os arts. 9º a 15 e ultimo projecto.

E' approvado o additivo do Sr. João Neiva.

E' adoptado o projecto com a emenda approvada e passa á 3ª discussão.

Continua, em 2ª discussão, com a emenda substitutiva das commissões de instrucção publica e finanças, o art. 1º do projecto do Senado, n. 45 de 1892, que autoriza o governo a mandar pagar ao Sr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, professor vitalicio do curso annexo da Faculdade de Direito do Recife, os vencimentos que deixou de receber desde a data da sua exoneração até ao dia em que foi reintegrado.

Não havendo quem peça a palavra encerra-se a discussão,

Entram successivamente em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate, os arts. 2º e 3º, e ultimo do projecto, com as emendas substitutivas das citadas commissões.

Annunciada a votação e verificando-se não haver numero legal para deliberar, procede-se á chamada dos Srs. senadores que compareceram á sessão (39) e deixam de responder os Srs. Joaquim Sarmento, Theodoroto Souto, José Bernardo, Amaro Cavalcanti, Joaquim Pernambuco, João Barbalho, Americo Lobo, Joaquim Murtinho e Luiz Delfino (9).

O 2º secretario communica que os Srs. Amaro Cavalcanti e Luiz Delfino, participaram á mesa que se retiravam por incommodados.

Fica adiada a votação do projecto.

Segue-se em discussão unica, a qual encerra-se sem debate, adiando-se a votação por falta de numero para deliberar o decreto do Congresso Nacional que manda considerar como lentes substitutos das Faculdades de Me-

dicina os adjuntos que passaram a preparadores, e os actuaes que não foram contemplados na ultima reforma; decreto a que foi negada sancção pelo Presidente da Republica.

Entra successivamente, em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate os arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º e ultimo da proposição da Camara dos Deputados, n. 84 de 1892, autorisando o governo a reorganisar a Repartição Geral dos Telegraphos.

Entra em 2ª discussão, aqual encerra-se tambem sem debate o artigo additivo da commissão de finanças á referida proposição.

A votação fica adiada por falta de numero legal.

Segue-se em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate, adiando-se a votação por falta de numero legal a proposição da Camara dos Deputados, n, 6 de 1893, autorisando o governo a conceder um anno da licença com o respectivo ordenado, ao engenheiro Augusto Teixeira Coimbra, inspector do 1º districto dos portos maritimos.

Esgotada as materias da ordem do dia, o Sr. presidente designa para a do dia 17:

Discussão unica da redacção das emendas do Senado, approvadas na 3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 5 de 1893, approvando as divisões de districtos eleitoraes organisadas pelo Poder Executivo, para diversos estados e para o Districto Federal;

Votação em 2ª discussão do projecto do Senado, n. 45 de 1892, que autoriza o governo a mandar pagar ao Sr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, professor vitalicio do curso annexo á Faculdade de Direito do Recife, os vencimentos que deixou de receber desde a data de sua exoneração até o dia em que foi reintegrado;

Votação em discussão unica do decreto do Congresso Nacional, que manda considerar como lentes substitutos das faculdades de medicina os adjuntos que passaram a preparadores, e os actuaes que não foram contemplados na ultima reforma, decreto a que foi negada sancção pelo Presidente da Republica;

Votação em 2ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 84 de 1892, autorisando o governo a reorganisar a Repartição Geral dos Telegraphos;

Votação em 2ª discussão da proposição da mesma camara, n. 6 do 1893, autorisando o governo a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao engenheiro Augusto Teixeira Coimbra, inspector do 1º districto dos portos maritimos.

Discussão unica do parecer n. 53 de 1893 das commissões de justiça e legislação e de hygiene e saude publica sobre o *veto* opposto pelo Prefeito do Districto Federal á resolução Conselho Municipal, que regula o serviço de hygiene e assistencia publica municipal;

2ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 126, de 1892, autorisando o governo a contractar com a Companhia Musambinho ou com quem melhores condições offerecer, a construcção do prolongamento da estrada de ferro que, partindo da cidade da Campanha, vá aos Poços de Caldas, passando pela cidade de S. Gonçalo de Sapucahy;

2ª dita do projecto do Senado, n. 6 de 1893, concedendo o auxilio de 100:000$ para a fundação, em Curityba, da Universidade de que trata a lei do estado do Paraná, n. 63 de 10 de dezembro de 1892;

2ª ditado projecto do Senado, n. 11 de 1893, autorisando o governo a prestar, por conta daverba—Eventuaes—do orçamento da despeza do Ministerio da Fazenda do exercicio corrente, um auxilio pecuniario, dão excedendo de 10:000$, ao Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros, afim de poder inaugurar a—Exposição de trabalhos juridicos—que pretende realisar.

Levanta-se a sessão ás 3 1/3 horas da tarde.

35ª sessão em 17 de junho de 1893

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes (vice-presidente)

SUMMARIO—Chamada—Leitura da acta—Expediente—Projecto—Discurso do Sr. Coelho Rodrigues—Discurso e requerimento do Sr. Almeida Barreto—Discurso do Sr. Americo Lobo—Encerramento da discussão e votação—Votação dos requerimentos do Sr. Coelho Rodrigues—Ordem do dia—Votação da redacção das emendas do Senado á proposição n. 5—Votação do projecto n. 45, decreto não sanccionado, proposições ns. 84 e 6 e do parecer n. 53—2ª discussão da proposição n. 126—Discursos dos Srs. Americo Lobo, C. Ottoni, Rodrigues Alves e Americo Lobo,—Encerramento da discussão—Chamada—Adiamento da votação.

Ao meio-dia comparecem 21 Srs. senadores, a saber:

Prudente de Moraes, Antonio Baena, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Elyseu Martins, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, João Neiva, Firmino da Silveira, Rosa Junior, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Q. Bocayuva, Braz Carneiro, Saldanha Marinho, C. Ottoni, Americo Lobo, Rodrigues Alves, Paranhos, Santos Andrade e Luiz Delfino.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão e, não havendo reclamações, dá-se por approvada a acta da sessão anterior.

Comparecem durante a sessão os Srs. Gil Goulart, Francisco Machado, Nina Ribeiro, Manoel Barata, Gomensoro, Cruz, Coelho Rodrigues, Catunda, Theodoreto Souto, Gaspar Drummond, Coelho e Campos, Virgilio Damasio, Joaquim Felicio, Silva Canedo, U. do Amaral, Raulino Horn e Esteves Junior.

Deixam de comparecer com causa participada os Srs. João Pedro, Cunha Junior, José Bernardo, Messias de Gusmão, Ruy Barbosa, Monteiro de Barros, Laper, E. Wandenkolk, Aquilino do Amaral, Generoso Marques, Julio Frota e Pinheiro Machado; e sem causa participada os Srs. Thomaz Cruz, João Cordeiro, Oliveira Galvão, Joaquim Pernambuco, João Barbalho, Aristides Lobo, Campos Salles, Joaquim de Souza, Joaquim Murtinho, Pinheiro Guedes e Ramiro Barcellos.

O SR. 3º SECRETARIO (servindo de 1º) dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Telegramma, expedido de Porto Alegre, em data de 16 do corrente, assim concebido:

«Senador Belfort Vieira, Rio—Reitero pedido feito em carta, communicarei Senado, demoro comparecer motivo molestia.—*Frota.*» —Inteirado, aguarde-se a communicação epistolar.

Officio do Ministerio das Relações Exteriores, datado de 16 do corrente mez, remettendo, afim de serem distribuidos pelos Srs. senadores, 80 exemplares do relatorio daquelle ministerio apresentado ao Sr. Vice-Presidente da Republica.—Distribua-se e archive-se.

Outro do Ministerio dos Negocios da Guerra, datado de 15 do corrente, devolvendo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, devidamente sanccionado um dos autographos da resolução do Congresso Nacional que manda pagar ao alferes honorario do exercito Antonio Paes de Sá Barreto a quantia de 2:592$, proveniente de differenças de soldo que deixou de receber em tempo.—Archive-se o autographo e communique-se á outra Camara.

O SR. JOÃO NEIVA (*servindo de 2º secretario*) declara que não ha parecer.

E' lido, e estando apoiado pelo numero de assignaturas vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos, o seguinte

PROJECTO N. 17 — 1893

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º No aforamento perpetuo cabe, em todo tempo, ao emphyteuta o direito de requerer a consolidação do dominio directo ao seu dominio util, assim como cabe ao senhorio o direito de requerer a consolidação do dominio util ao seu dominio directo, si o emphyteuta não usar de sua faculdade, por acção ou excepção.

§ 1.º O emphyteuta, quando exerça seu direito, pagará ao senhorio, em moeda corrente, quantia correspondente á de 20 fóros annuaes, avaliando-se os generos pela média dos preços do ultimo quinquennio, si o fôro consistir nelles.

§ 2.º O senhorio, quando exerça seu direito, fará ao emphyteuta pagamento igual ao do paragrapho precedente e o indemnisará de todas as bemfeitorias, ainda que voluptuarias, pelo valor do tempo da consolidação; si, porém, por falta do emphyteuta o terreno foi tiver soffrido graves deteriorações, ou si o emphyteuta o houver onerado com servidões, ou tiver deixado prescrever direitos do senhorio, este só lhe pagará quantia correspondente a 10 fóros annuaes, e, salvo o direito a perdas e damnos, só lhe indemnisará as bemfeitorias que tiverem augmentado o valor do terreno.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões, 16 de junho de 1893.—*Americo Lobo. — Saldanha Marinho.— Luiz Delfino.—Manoel Victorino.—Joaquim Felicio. —Silva Paranhos.*

O Sr. Coelho Rodrigues — Sr. presidente, recebi do presidente do Congresso de Pernambuco uma representação dirigida ao Senado Federal sobre as circumstancias especiaes em que se acha aquelle estado. Não preciso de expender considerações em favor da representação, porque é, a meu ver, perfeitamente deduzida; portanto, limitar-me-hei a lel-a. (*Lê.*)

A esta representação acompanha um exemplar da Constituição de Pernambuco, cuja publicação peço ao Senado para fazer em seguida á mesma representação, afim de que se possa ver que o tribunal competente para resolver a applicação da pena ao governador do estado não é o de 2ª instancia, mas um especial, composto de 20 juizes dos mais graduados, sob a presidencia do presidente daquelle tribunal.

O SR. PRESIDENTE— O requerimento do nobre senador será submettido a votos em occa-

são opportuna, quando houver na casa numero legal.

O Sr. Almeida Barreto (*Movimento de attenção*)—Sr. presidente: E' com o maior acanhamento, e não sem algum desanimo, que venho apresentar á consideração do Senado um requerimento pedindo informações ao governo sobre um facto gravissimo de esbanjamento dos dinheiros publicos.

Ninguem, mais do que eu, Sr. presidente, deseja ver este paiz caminhando desassombradamente; ninguem, mais do que eu, deseja ver um governo honrado, tendo em uma das mãos a espada da lei e na outra a balança da justiça. Mas, pergunto, quando chegará este dia em que teremos a satisfação de ver este governo entrando no regimen da lei?

Quando?

Senhores: O Corpo Legislativo tem dado sempre provas de consideração ao Poder Executivo, dando-lhe toda a força. Mas, este governo não considera o Poder Legislativo como o deve e precisa fazel-o; trata-o com desdem. Si não tomarmos uma providencia séria, energica, para que o Executivo cumpra com seu dever, é melhor abandonarmos estas cadeiras e entregar ao povo o mandato que nos confiou. Admire o Senado que rasgos de generosidade do governo mettendo mãos criminosas nas arcas do Thosouro para distrahir os productos do suor do povo em proveito dos seus affeiçoados, não digo amigos, porque este governo não tem amigos, não os tem sabido fazer. Attenda-me o Senado.

Li hontem uma noticia dada pelo *Jornal do Commercio* e hoje aguardava resposta do governo. Mas, nada li a este respeito. Eis a noticia (*lê*):

« O Sr. Dr. Vicente de Souza, que graças á munificencia do Sr, Vice-Presidente da Republica, foi procurar em Pariz o allivio á cruel molestia que aqui o assaltou, estava residindo, ás ultimas datas, com sua familia, em um hotel da rua Gay Lussac.

« Informa-nos o nosso correspondente de Pariz o Dr. Teixeira Brandão procurava instalal-o porem em algum estabelecimento hydrotherapico que aquelle nosso compatriota não tinha podido ser admitido na casa de saude do Dr. Blanche, porque era difficil separal-o de sua esposa e não permittir a legislação franceza a cohabitação de conjuges em estabelecimento de ordem do Dr. Blanche,

«Como tivemos occasião de noticiar, o governo da Republica confiou ao Sr. Dr. Vicente de Souza o desempenho de uma commissão com a ajuda de custo de 16:000$, cujo registro foi uma das causas do desagrado em que incorreu o Tribunal de Contas. »

O Sr. Americo Lobo—O Sr. Dr. Vicente de Souza foi um propagandista muito distincto.

O Sr. Almeida Barreto—Estou lendo. Não ouvi. Que disse o nobre senador?

O Sr. Americo Lobo—Digo que elle é um professor muito distincto e foi um propagandista notavel...

O Sr. Almeida Barreto—Mas, em sua propaganda, chegou até a ser espião de policia. Tenho os documentos...

O Sr. Americo Lobo—... e é preciso ter um pouco de consideração com elle.

O Sr. Almeida Barreto—Nenhuma; tenho é compaixão.

O Sr. Elyseu Martins—E' por isto que os empregados do Tribunal de Contas ainda estão considerados em commissão.

O Sr. Almeida Barreto—Senhores: O Dr. Vicente de Souza enlouqueceu ainda ha pouco tempo nesta capital, dando com a cabeça pelas paredes e atirando-se do edificio do *Diario Official*.

Deploro o seu infortunio. Mas, si é verdade que o governo o nomeou para uma commissão no estrangeiro, é forçoso confessar que por este acto concorreu para o descredito do povo brazileiro. E, si lhe mandou pagar aquella ajuda de custo, direi que este governo é criminoso, por ter distrahido dinheiros publicos sem autorisação competente.

E, por fallar em dinheiros publicos, Sr. presidente, preciso saber si ainda continua de sentinella ás portas do Thesouro o Sr. Vice-Presidente da Republica? Si continua, S. Ex. foi corrompido, ou então é uma sentinella que dormita, que abandona o seu posto, e a sentinella que abandona o seu posto soffre pelas leis militares e deve ser submettida, pelo menos, a conselho de guerra.

Si é verdade que o Tribunal de Contas se oppoz a registrar essa illegal ajuda de custo, só tenho, em nome do suor do povo brazileiro, do alto desta tribuna, de tecer-lhe encomios, rendendo sinceras homenagens aos funccionarios que souberam cumprir seu dever.

Sr. presidente. Com taes abusos, com taes crimes, já denunciados, onde vae parar esta republica, que foi o sonho do nosso illustre collega, o Sr. Saldanha Marinho?

O Sr. Saldanha Marinho — Não era essa.

Um Sr. Senador — Qual era?

O Sr. Saldanha Marinho — V. Ex. o sabe...

O Sr. Almeida Barreto — V. Ex. tambem o sabe, Sr. presidente, que sendo um

propagandista da Republica, ainda ha pouco tempo, nos disse : que se curvaria deante do brazileiro que trouxesse a felicidade de nossa patria, lamentando, como eu, o que se passa actualmente no scenario politico.

Peço a V. Ex. que, segundo esta doutrina, e seu pensamento, me auxilie neste momento, ajudando-me meus illustres collegas, a salvar o que não é sómente do governo, o que não é sómente nosso, o que não é de ninguem, mas, o que é de todos — a honra nacional. (*Muito bem, muito bem.*)

Vem á mesa o seguinte

Requerimento

Requeiro que, por intermedio da mesa, se peçam ao governo informações relativamente á natureza ou caracter da commissão, que se diz ter ido exercer na Europa, o Sr. Dr. Vicente de Souza, ex-director do *Diario Official*, e pela qual consta ter recebido, *sómente* a titulo de ajuda de custo, a importancia de 16:000$, quando é certo, que este senhor enlouquecera anteriormente nesta capital e procura hoje entrar alli em uma casa de saude ou em algum estabelecimento hydrotherapico, conforme registra um importante jornal do dia.

Sala das sessões, 17 de junho de 1893. — *Almeida Barreto.*

E' lido, apoiado e posto em discussão.

O Sr. Americo Lobo — Sr. presidente, poucas vezes tenho visto uma discussão iniciada tão incompetentemente, porque a illustre general que fallou, representante do povo brazileiro, não tinha direito de fazer este requerimento : os seus proprios termos o condemnam. O Sr. Vicente de Souza não é só o servidor da Republica, é tambem um servidor da causa nacional, porque foi um propagandista accerrimo da liberdade brazileira, que se promulgou pela grande lei de 13 de de maio.

Sinto-me commovido nestes dias em que se abrem subscripções publicas em favor daquelles que combatem precisamente um governo que salvou a Republica da catastrophe da Geral ; sim, porque a sentinella a que o nobre senador se referiu, velava, como vela, para evitar os desastres, e o triumpho dos crimes decorrentes da famosa exploração talvez maior do que o de Panamá, tendo infelizmente havido a coincidencia de que a insurreição da Geral contasse com bons auxiliares, alguns honestos e honrados ; sinto-me commovido, dizia, vendo que hoje, quando se abrem subscripções contra a republica para que os feridos possam ferir a Constituição, como si a republica fosse já moribunda ; ao ver o illustre general, aquelle a quem a Federação deve tudo querer de alguma forma accusar o ausente, o brazileiro que está separado de sua esposa, segundo diz S. Ex., um homem das lettras e por consequencia pobre neste paiz onde só os banqueiros dispoem de lettras.

Demais, pergunto eu: a quem compete esta accusação? Não é certamente a nós; é á Camara dos Srs. Deputados; nós seremos os juizes do facto. Toda accusação deve vir de lá ; não façamos juizo prévio.

O SR. ALMEIDA BARRETO — Ninguem está accusando pessoa alguma.

O SR. AMERICO LOBO—V. Ex. accusa um brazileiro ausente, e o taxa de doente, e de incapaz, e esse brazileiro está separado de sua esposa, e, por todos os titulos, é digno de nossa protecção.

O SR. COELHO RODRIGUES — Não podemos proteger á custa do Thesouro.

Não resta duvida que é digno de lastima.

O SR. AMERICO LOBO—Sr. presidente, somos homens, não estamos livres destes embates. Digo até : qual a linha que separa a razão da loucura? Ha philosophos que dizem que todos são loucos.

O SR. ALMEIDA BARRETO—Apresentei este requerimento, porque duvido que o governo mandasse este individuo em commissão.

O SR. AMERICO LOBO—Veja V. Ex. que isto é parlamentarismo.

Tenho visto se accusar o governo e me tenho conservado impassivel. Esta accusação, acho-a injusta. Trazer para aqui a noticia e a discussão da catastrophe que fulminou um homem que está separado de sua esposa e de seus filhos, longe do paiz, e fazer dessa catastrophe o assumpto do dia, quando, Sr. presidente, a Geral foi um assalto ao Thesouro, do mesmo modo que a subscripção aos feridos o é á Constituição, isto é uma cousa que não se qualifica.

Por isto voto, com pesar, contra o requerimento do illustre senador e sinto que S. Ex. haja formulado uma accusação desta ordem, que certamente não se coaduna com sua grande alma. Esta accusação destôa de seu passado e de suas glorias.

Assim como se arrisca a vida nos campos da batalha, tambem a existencia é uma guerra ou uma lucta incessante.

O SR. ALMEIDA BARRETO dá um aparte.

O SR. LUIZ DELFINO—Mas para que V. Ex. especialisa essa accusação.

O SR. AMERICO LOBO—Tal é o grande merito desse brazileiro que seus serviços não pertencem só á Republica, mas á emancipação pela qual se bateu com sacrificio de seus interesses e da propria vida.

Declaro, Sr. presidente, com pezar, não tomar parte na votação deste requerimento.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Posto a votos, é approvado o requerimento.

O Sr. Coelho Rodrigues—Sr. presidente, um velho companheiro da outra casa do parlamento e que reside no estado de Minas Geraes, remetteu-me uma collecção de notas emittidas no seu estado, affirmando que lá circulam cerca de vinte mil contos dessa falsa moeda.

O SR. ELYSEU MARTINS—Não é falsa, porque o povo acceita e não ha outra.

O SR. JOÃO NEIVA—Obrigado. E' falsa porque não é legal, a lei não autorisa.

O SR. COELHO RODRIGUES—Isto é uma cousa muito séria.

Existe já um parecer sobre um projecto mandando reprimir estas emissões, pendente de approvação desta casa.

Requeiro, pois, a V. Ex. que mande juntar estes onze exemplares das emissões illegaes aos papeis relativos ao parecer da commissão competente.

O SR. PRESIDENTE—O Sr. Coelho Rodrigues apresentou ao Senado onze exemplares de uns titulos emittidos por companhias do estado de Minas, que são vales ou titulos ao portador, semelhantes a notas do Thesouro e dos bancos, informando que tem circulação em um estado, e requereu que fossem juntos aos papeis da proposição que trata desse assumpto e que pende de deliberação do Senado.

Consultado, o Senado approva o requerimento.

O Sr. Presidente—O mesmo Sr. senador apresentou uma representação do Dr. Albino Meira de Vasconcellos, presidente do congresso de Pernambuco, e requereu que a representação fosse publicada no *Diario do Congresso*.

Consultado, o Senado consente na publicação.

ORDEM DO DIA

Entra em discussão unica, e é sem debate approvada, a redação das emendas do Senado á proposição da Camara dos Srs. Deputados, n. 5 de 1893, approvando as divisões de districtos eleitoraes organisadas pelo Poder Executivo, para diversos estados e para o Districto Federal.

E' annunciada a votação secreta, em 2ª discussão, do art. 1.º do projecto do Senado, n. 45 de 1892, que autorisa o governo a mandar pagar ao Sr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, professor vitalicio do curso annexo á faculdade de direito do Recife, os vencimentos que deixou de receber desde a data da sua exoneração até o dia em que foi reintegrado, salvo o art. 1.º do projecto primitivo.

Corrido o escrutinio, recolhem-se 33 espheras, sendo 25 brancas e 8 pretas.

E' approvado o art. 1.º do substitutivo por 25 votos contra 8, ficando prejudicado o projecto primitivo.

São successivamente approvados os arts. 2.º e 3.º do substitutivo.

E' a proposição approvada e adoptada para passar á 3ª discussão.

O Sr. Presidente—Vae-se proceder á votação do decreto do Congresso Nacional, que manda considerar como lentes substitutos das faculdades de medicina os adjuntos que passaram a preparadores, e os actuaes que não foram contemplados na ultima reforma; decreto a que foi negada sancção pelo Presidente da Republica.

Na fórma do art. 37 § 3º da Constituição Federal e do regimento interno do Senado, a votação é nominal, considerando-se approvado o decreto si obtiver dous terços dos suffragios presentes, e outrosim que deverão responder—*sim*—os Srs. senadores que approvarem o decreto, e—*não*—os que o rejeitarem.

Procedendo-se á chamada, respondem—*sim*—os Srs. Francisco Machado, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Manoel Barata, Antonio Baena, Gomensoro, Cruz, Elyseu Martins, Catunda, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, João Neiva, Firmino da Silveira, Gaspar Drummond, Rosa Junior, Coelho e Campos, Virgilio Damasio, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Gil Goulart, Q. Bocayuva, Coelho Rodrigues, Braz Carneiro, Saldanha Marinho, Joaquim Felicio, Americo Lobo, Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Silva Canedo, Paranhos, Santos Andrade, Esteves Junior e Luiz Delfino (33); e—*não*—os Srs. Nina Ribeiro, Theodoreto Souto e Christiano Ottoni (3).

O Sr. Presidente declara que o decreto foi approvado por dous terços dos suffragios presentes e vae, como lei, ser enviada ao Poder Executivo para a formalidade da promulgação.

Segue-se a votação, em 2ª discussão, do art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 84, de 1892, autorisando o governo a reorganisar a Repartição Geral dos Telegraphos, salva a emenda da commissão de finanças.

E' approvado o art. 1.º

E' approvada a seguinte

Emenda

Ao art. 1.º

Em vez das divisões 1ª, 2ª e 3ª, diga-se:

1ª Adminstração geral, que comprehenderá directoria, secretaria, archivo, linhas e estações e a quem incumbe a direcção de todo o serviço a cargo da repartição.

2ª Secção technica, que terá a seu cargo a organisação de projectos e mais trabalhos technicos relativos ao serviço telegraphico e comprehenderá escriptorio central, escriptorio de desenho, aula telegraphica, officina e almoxarifado;

3ª Contadoria geral ou secção de receita e despeza geral da repartição, comprehendendo uma contadoria geral e 12 sub-contadorias nas sédes dos districtos em que forem necessarias.

E' approvado o art. 2º salvo a emenda da commissão.

E' approvada a seguinte

Emenda

Ao art. 2.º—*Primeira divisão*:

Em vez de—director geral, 18:000$, diga-se: director geral, 15:000$000.

Supprimam-se os logares de *engenheiro ajudante* da directoria, de *secretario*, de *ajudante* do archivista e de *encarregado* do deposito.

Ao mesmo artigo—*Segunda divisão*:

Supprimam-se os logares de *official* da secção technica, de *auxiliar* do gabinete de experiencias, passando o engenheiro ajudante consignado no projecto a servir na secção technica.

Ao mesmo artigo—*Terceira divisão*:

Depois da 2ª secção, diga-se:

3ª secção—Thesouraria Geral, com o pessoal constante do projecto, ficando os vencimentos do thesoureiro equiparados aos dos chefes das outras duas secções, com mais 800$, para quebras.

Sub-contadorias

Contador.....	5:000$000
Escriturario-pagador (inclusive 400$ para quebras).....	4:200$000
Amanuenses.....	3:000$000

E' approvado o art. 3º, salva a emenda da commissão.

E' approvada a seguinte

Emenda

Ao art. 3.º—Substitua-se pelo seguinte:

As estações telephonicas serão dirigidas por telegraphistas de 3ª e 4ª classes, designação esta ultima que terão os praticantes do projecto.

Os telephonistas actuaes serão tranferidos para o quadro de telegraphistas, logo que exhibam provas dar habilitações exigidas.

E' approvado o art. 4.º

E' approvado o seguinte additivo offerecido pela commissão de finanças.

Accrescente-se:

Artigo—Os cargos novamente creados serão providos por pessoal constante dos diversos quadros de empregados actuaes.

E' finalmente approvado o art. 5 e ultimo da proposição.

E' a proposição, assim emendada, approvada e adoptada para passar á 3ª discussão.

Segue-se em votação secreta, em 2ª discussão, a proposição da Camara dos Deputados n. 6 de 1893, autorisando o governo a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao engenheiro Augusto Teixeira Coimbra, inspector do 1º districto dos portos maritimos.

Corrido o escrutinio, recolhem-se 35 espheras, sendo 32 brancas e 3 pretas.

E' a proposição approvada por 32 votos contra 3, e, sendo adoptada, passa á 3ª discussão.

Segue-se em discussão unica, e é sem debate approvada a conclusão do parecer n. 53 de 1893, das commissões de justiça e legislação e de hygiene e saude publica sobre o *veto* opposto pelo prefeito do Districto Federal á resolução do Conselho Municipal, que regula o serviço de hygiene e assistencia publica municipal.

A resolução do Conselho Municipal a que se refere o parecer vae ser devolvida ao prefeito do Districto Federal, com a communicação da deliberação do Senado.

Segue-se, em 2ª discussão, com o parecer das commissões de obras publicas e emprezas privilegiadas e de finanças a proposição da Camara dos Deputados, n. 126 de 1892, autorisando o governo a contractar com a Compa-

nhia Muzambinho, ou com quem melhores condições offerecer, a construcção do prolongamento da estrada de ferro que, partindo da cidade da Campanha, vá a Poços de Caldas, passando pela cidade de S. Gonçalo de Sapucahy.

O Sr. Americo Lobo—Sr. presidente, conforme V. Ex. annunciou, ha duas commissões que, sem ouvir a parte, sentenciaram o bello commettimento proposto pela illustre Camara dos Srs. Deputados.

Si acaso o erro triumphasse, si acaso a verdade não irrompesse balbuciante, e si acaso eu não tivesse nitida consciencia do direito que assiste á illustre Camara dos Deputados e ao Senado para decretarem essa medida, certamente, Sr. presidente, ella teria naufragado deante das duas antemuraes collocadas na sua discussão.

Sr. presidente, vejo com pezar que o Estado representado pelo illustre Sr. Leovigildo, o Amazonas, que dispõe do pennacho de Fulton, não quer que os Estados do sul tenham tambem o pennacho de Stepheson. Si lá ha grandes rios, nós, os do sul, que estamos privados desses mares interiores, havemos de ter estradas que caminhem, não obedecendo cegamente á natureza e á fatalidade das leis physicas, mas á vontade do homem, que é o grande poema do seculo.

Sr. presidente, mais se robustece a minha convicção, quando vejo que não se adduz nada contra o projecto, e se reconhece implicitamente que a estrada é util, oppondo-se tão sómente uma questão que, em direito, se chama de incompetencia.

E' justa a illustre commissão de finanças, que neste particular acompanha a illustre commissão de obras publicas, quando faz a União abdicar de seus poderes claros e que provêm dessa mesma lei a que se apega o parecer? E' esta a questão, a de competencia, importantissima sem duvida, e deante da qual póde haver a principio hesitação; mas semelhante duvida deve cahir deante da constituição das leis.

E demais a mais, quando nasce a Republica, quando lançamos a todos os ventos as palavras de progresso, de prosperidade, de expansão commercial e de locomoção desenvolvida; quando se tenta conquistar o dom de ubiquidade para o homem, porque a estrada de ferro é um instrumento dessa tentativa; nós devemos, graças a um terror phantastico, supprimir poderes que cabem claramente aos orgãos legislativos da União ?!

Senhores, já no tempo da monarchia havia competencia cumulativa do Imperio e das provincias para decretarem estradas de ferro.

Que mal, pois, haverá para Minas porque a Republica decrete a estrada em discussão ainda que com excesso de sua competencia ?

O meu principio de direito publico é o seguinte: para o bem todo o homem é competente; para o mal, ninguem.

Trata-se do progresso não só daquellas paragens como do Brazil, porque á Nação pertence o que se refere á locomoção, á expansão das cidades e das populações; logo a presumpção é que o Congresso seja competente para resolver sobre isto. Sinto que o parecer não tenha o voto e não exprima a opinião do meu illustre collega, o Sr. Ottoni, que tanto honra a representação do meu Estado e que perfurou a Serra do Mar.

O Sr. Leovigildo Coelho— Por engano foi publicado o parecer com data de 8 de junho deste anno, quando devia ser com a de 8 de novembro de 1892, quando ainda o Sr. Ottoni não pertencia ao Senado.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Peço permissão para uma pergunta: Essa estrada é nacional ou local ?

O Sr. Americo Lobo — E' nacional.

O Sr. Amaro Cavalcanti — Da Campanha á Caldas ha outro Estado intermedio ?

O Sr. Americo Lobo — Responderei a V. Ex.; mas antes desejava ouvir a voz do homem que, como disse, casou o Parahyba com o oceano; desejava ouvir a sua palavra autorisada e interpello a S. Ex. para declarar se subscreve ou não o parecer em discussão.

Sr. presidente, ha uma estrada construida pela grande iniciativa paulista, que, á maneira de uma serpente, se dirige a Goyaz: é a Mogyana.

Sahiu primitivamente de Campinas em direcção ás raias do estado de S. Paulo até Batataes, creio eu, e era uma concessão paulista. Pois bem, os paulistas que são amigos do conforto e do progresso, quizeram desenvolver a Mogyana, e requereram ao governo imperial, que era o competente, o prolongamento não só para Uberaba, mas para Poços de Caldas.

Toda a região de Caldas, Sr. presidente, é muito saudavel e pittoresca. Ha muitos annos que alli estive e vi todos os homens sadios e rosados, fortes e corpulentos e as senhoras mostravam tambem sadio e bello aspecto. Tratava-se da eleição do meu honrado collega e alli fui para ver o seu nome laureado pelas urnas.

S. Paulo não podia ser indifferente a Caldas; e por isso, por meio da Mogyana, estabeleceu sua communicação prompta com aquella região. Mas para ir do Rio a Caldas, tem-se de fazer um grande percurso, seguindo-se o Parahyba, e depois o Tieté para che-

gar até S. Paulo, e buscando-se dahi Campinas e Casa Branca.

O SR. AMARO CAVALCANTI—E' uma viagem muito bonita.

O SR. AMERICO LOBO—Para o *touriste*. Mas para o doente é muito incommoda.

Em summa, Sr. presidente, a Mogyana, que a principio se desenvolvia sómente dentro do territorio paulista, estendeu seus trilhos para outros Estados.

Por consequencia, si a estrada de ferro Mogyana de paulista se tornou nacional em seu duplo prolongamento, porque não se hade considerar nacional a Rio Verde, que o foi sempre, desde a origem, visto que a primeira concessão, a do Sr. general Couto Magalhães, proveiu do governo imperial, e visto que o governo provisorio concedeu a Muzambinho o ramal da Campanha, que della nasce?

Consideradas ou classificadas assim ambas as estradas de ferro, o prolongamento de que se trata compete ao congresso de Minas ou ao Congresso Nacional?

O que a Companhia Muzambinho pede é uma estrada, que partindo da cidade de Campanha vá até Poços de Caldas.

UM SR. SENADOR — Não é toda a estrada em territorio mineiro?

O SR. AMERICO LOBO—E' nacional; posso apresentar provas de que sempre pensei da fórma como me estou agora manifestando, para que os nobres senadores vejam a consciencia com que fallo no assumpto.

Tive de tomar conhecimento, no Paraná, da concessão de uma estrada de ferro do Rio Negro a S. Francisco. O governador, creio que o Sr. Marques Guimarães, declarou-se a principio incompetente para decretal-a, porque ligava dous Estados. Que fez o concessionario?

Requereu somente parte da estrada até ás fronteiras e tendo-a obtido do governo do Paraná, conseguiu do governo do Estado de Santa Catharina a outra secção. Decidi que isto era um meio de fraudar a lei das competencias, e annullei a concessão paranaense porque a estrada que partia do oceano para o interior, era uma estrada até internacional, porque os concessionarios diziam que ella iria até ao Paraguay.

Assim decidi *in limine*, contra a opinião de muitos, porque, repito, a estrada era evidentemente de competencia nacional o se queria fraudar a lei obtendo-se duas concessões obliquas.

Acredito, senhores, que não póde haver litigio sobre o caracter que tem estrada de ferro, projectada em vista da lei que aqui tenho, ou antes do regulamento.

O SR. Q. BOCAYUVA — E' uma lei anti-diluviana.

O SR. AMERICO LOBO — Não sabia que antes do diluvio houvesse estradas de ferro; qual foi a sybilla que deu a V. Ex. essa inspiração? Dou-lhe parabens.

O SR. MANOEL VICTORINO — E' que houve mais de um diluvio e a lei talvez seja anterior ao ultimo. (*Riso.*)

O SR. AMERICO LOBO — Não tenho receio de que os nobres senadores argumentem com a lei, que me mostrem todas as leis. O que me parece é que SS. EEx. não as conhecem bem; porquanto é na propria lei que repousa a firmeza da minha causa.

Diz o art. 1º do regulamento n. 5561 de 28 de fevereiro de 1874 (*lê*):

« Compete ao governo geral a concessão de estradas de ferro:

§ 1.º Que liguem duas ou mais provincias, a côrte com as provincias e o imperio com os estados limitrophes.

§ 3.º Que constituam prolongamentos das estradas actuaes pertencentes ao estado ou por elle decretadas.»

Não canço mais a attenção de VV. EEx. endo outros artigos deste decreto donde se mostra perfeitamente que o governo imperial tinha competencia para fazer o prolongamento da estrada e conseguintemente a sua juncção. Aqui VV. EEx. querem dividir a questão.

Não, senhores; são duas estradas nacionaes.

O SR. LUIZ DELFINO — Manda dividir porque não sabe se si póde dividir.

O SR. AMERICO LOBO — Espero que o Senado não divida; são duas estradas que se encontram, e que se completam uma com a outra.

Sendo assim, seria um erro de patriotismo não perfazer a união donde resultará o progresso para ambas as estradas que teem garantia de juros. Não podem pequenas considerações se antepor a esse *desideratum* tão legitimo e tão nobre, porque ao envez da divisão é preferivel juntar as duas estradas.

Por este decreto se dá competencia ao governo para o caso.

Mas, nós, temos ainda o decreto do governo provisorio e que é muito claro; é o decreto n. 524 de 26 de junho de 1890 que diz. (*Lê.*)

Este é o principio dominante no decreto do Sr. Glicerio; em todo o prolongamento, a competencia pertence ao poder que ordenou o tronco,

E' uma questão esta que não precisa ser julgada por jurisprudentes, por equivaler a esta outra: — *Quem é o pae dos filhos de Zebedeo?*. (*Riso.*)

Quem faz o tronco, faz o prolongamento; não póde haver duvida nem sophisma.

O SR. MANOEL VICTORINO—Conforme.

O SR. AMERICO LOBO—Bem; agora vou referir-me á lei que passou no Senado contra o meu voto.

Essa lei, que regula a materia, é imperfeita e inexequivel; parece-me até uma peça da torre de Babel.

A lei é a seguinte (*lê*):

«Art. 1.º E' da exclusiva competencia dos poderes federaes resolver sobre o estabelecimento:

1º, das vias de communicações fluviaes ou terrestres, constante do plano geral de viação que for adoptado pelo Congresso;

2º, de todas as outras que futuramente forem, por decreto emanado do Poder Legislativo, consideradas de utilidade nacional por satisfazerem á necessidade estrategica ou corresponderem a elevados interesses de ordem politica ou administrativa. »

Veja-se bem, senhores, no plano geral—*que for adoptado*.

Ora, o Poder Legislativo nunca póde limitar sua acção até certo futuro.

O SR. AMARO CAVALCANTI—Então vamos revogar a lei.

O SR. AMERICO LOBO—V. Ex. conhece o direito e sabe o que é uma obrigação condicional e a prazo.

Esta lei não affecta o projecto; mas dou por hypothese o contrario. Como se ha de executar a lei?

V. Ex. sem duvida me objecta o plano geral; mas onde está este plano geral?

A consequencia seria retardar este e todos os projectos para dia incerto!

O plano geral não está feito; logo, *ad impossibilia nemo tenetur*.

Não posso esperar o advento phantastico em prejuizo dos Estados de Minas, S. Paulo, e até de Goyaz, porque a estrada projectada proporciona aos goyanos o desenvolvimento de seu commercio.

Mas volto a um ponto de demonstração. A lei é condicional, tudo que for *constante do plano geral de viação, que for adoptado pelo Congresso*.

Este preceito não é exequivel agora; embora ordinariamente seja a lei obrigatoria tres dias depois de publicada, se póde tambem estatuir dia determinado para a execução e esta disposição tanto póde ser implicita como explicita.

Si se decretar uma lei para a terceira geração, é claro que ella só se executará na terceira geração, si decretar-se que uma lei depende de outra futura, é claro que só se executa depois de promulgada a nova lei.

Mas ainda volto a outra hypothese. Supponhamos que a lei de outubro está em vigor, e que a estrada em questão não se comprehende no plano de viação geral ao contrario do que mostrei: a lei nasceu da Camara, quando havia toda a competencia da União para a decretar; logo a jurisdicção estaria preventa.

Ainda ha pouco o nobre senador pelo Rio Grande do Norte propoz que se revogassem as disposições do decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890, pelo qual se estabelecia a justiça federal.

Pois bem, esse decreto do governo provisorio creando novas jurisdicções, manda no art. 363 proseguir nos juizos communs, em virtude do principio de prevenção, mesmo as causas que interessavam á nação e á União.

Ora, a Camara votou a proposta antes da execução da lei. A jurisdição está previnida, e portanto, ainda não nos faltaria competencia no assumpto.

E demais, como disse, não se dá á Companhia Muzambinho o onus da construcção? Minas Geraes é muito generosa, para vir aqui disputar a competencia em relação á emprezas uteis que pertencem á União. Minas Geraes não reclama cousa alguma; todas as consciencias em Minas Geraes são a favor desta empreza.

O SR. AMARO CAVALCANTI dá um aparte.

O SR. AMERICO LOBO—A sessão do congresso mineiro está a fechar-se.

V. Ex. faz elogio ao congresso mineiro? A inacção do congresso de Minas em relação ao prolongamento em questão se explica pela duvida sobre a competencia.

Receia que a competencia seja nossa e não quer por isso tomar conhecimento de um assumpto affecto aqui ao Congresso. O congresso mineiro está por se encerrar e ficará o projecto para as kalendas gregas, si acaso for rejeitado,

Sr. presidente, mostrei que a lei por sua qualidade condicional não contraria o projecto; mas ainda que a condição estivesse realisada, a estrada se comprehenderia no plano. Que é o plano geral? Um elenco do que pertence á União. Nesse plano por força não se póde deixar de contemplar as estradas da União.

UM SR. SENADOR—Todas?

O SR. AMERICO LOBO—Todas.

O SR C. OTTONI — Principalmente as que ligam grandes centros.

O SR. AMERICO LOBO: — Conheço S. Paulo e algumas de suas estradas de ferro, e quanto a Minas digo até que, si tivesse querido ser pretendente ou emprezario, poderia me ter enriquecido, porque muitas estradas de ferro que imaginei em Minas, foram depois concedidas. Nunca pedi privilegio algum, sendo

aliás muito facil ao brazileiro marcar a directriz de uma estrada de ferro; disto felizmente tenho a noção rudimentar; no terreno posso me perder, porém no mappa traço estradas.

Ora, em 1878, eu estava aterrado da grande concentração imperial, e da concentração desta capital.

Pois então, perguntava a mim mesmo, a provincia do Rio de Janeiro, que tem tão bellos portos, Angra dos Reis, por exemplo, por que não ha de servir ao sul de Minas? Por que o leste de Minas não ha de ter um porto correspondente a Angra dos Reis? Por que a capital tudo ha de devorar?

E' uma triste verdade, que a Estrada de Ferro Central matou as povoações do Estado do Rio de Janeiro: onde ella chegou tudo immobilisou; veem-se alli cidades atrophiadas, grande extensões de terrenos incultos, e aqui ou alli alguns cafeeiros, sem folhas, nem fruto, sem cor, sem cheiro e esguios como ciprestes.

Vi depois que o Imperio dera á Leopoldina uma communicação qualquer, mas já desviada.

Eu desejava para essas regiões de Minas uma communicação directa com o occeano, porque é muito mais bello, muito mais commodo, desembarcar do vagão em um ponto e sacudindo a poeira, tomar um paquete, como ha tantos em Buenos-Aires, que fazem a travessia do Prata.

Em 1878, era a preoccupação dos brazileiros como iriamos a Matto Grosso.

A Mogyana disputava esta directriz, bem como a Paulista e a Sorocabana; havia mil projectos.

Mas ha um territorio mineiro, que pertence á visinhança de S. Paulo e tem pelo seu clima, pela sua uberdade e pelos seus costumes, muitas affinidades paulistas; basta dizer que esse territorio já pertenceu ou ainda pertence á diocese de S. Paulo: é o territorio sul, collocado nas vertentes do Rio Verde e do Sapucahy, que vão para o Rio Grande, como mais abaixo o Mogyguassú de S. Paulo.

São nesses terrenos e entre essas vertentes que se projecta a estrada em discussão.

Ora, ainda pouco se referiu aqui a grande accumulação de cargas em S. Paulo, a crise de transportes.

Quando todo o Oeste despejar para Santos todos os seus productos, não haverá expedição possivel de cargas. Portanto, é preciso dar um derivativo para a linha da Mogyana, e a estrada do projecto é esse derivativo. Ainda hoje o commercio para S. Paulo está trancado por falta de material, de sorte que alli deve reinar a fome ou a alta carestia dos generos.

De mais á mais, como já disse, a estrada do projecto é hygienica, porque dá aos doentes do Rio de Janeiro facil communicação com os Poços de Caldas. E si ella ainda servirá de salvação para o commercio pelos motivos expostos, não sei por que condemnal-a?

Por isso, concluo que a estrada é federal ou nacional, porque são duas secções de vias federaes que se querem reunir.

Qual é o principio, qual é a lei que se encontra? Um unico texto, mas para o futuro... Nós não estamos no futuro, nem sabemos se viveremos tantos annos, quantos sejam precisos para se formar esse plano encantado.

O plano já subsiste, já preexiste nas estradas que servem ao commercio da União; o plano são as estradas nacionaes que sulcam o nosso sólo. Antes eu provei sem nenhuma contestação, que os ramaes de Caldas e da Campanha foram concedidos pelos governos monarchico e republicano; isto posto, em nome de que principio póde o Senado julgar que não pertence á União a competencia para decretar a juncção daquelles ramaes?

Sr. presidente, vou terminar, e sinto ausencia de alguns illustres senadores. Si entre os collegas presentes, que fazem a grande honra de me attender, algum tem objecção contra a materia que alleguei e que, como disse, repousa sobre os monumentos legislativos, é um grande favor que fará á verdade— porque não quero senão a manifestação de verdade— declarar quaes são essas duvidas, porque com muita facilidade demonstrarei que ellas não teem razão de ser.

Não ha nenhum sacrificio pedido aos cofres publicos; os favores são communs, sejam concedidos por Minas ou sejam pela União, e consistem no privilegio por alguns annos, no direito de desapropriação, e numa sediça dispensa de direitos aduaneiros, quanto a trilhos e machinas.

Porque, pois, havemos de condemnar ou de sacrificar este melhoramento?

Si precisamos de dinheiro, o dinheiro póde vir não só do capital necessario para a execução desta concessão, como do augmento da producção; si S. Paulo morre de fome, nós lhe damos uma esperança e si ha doentes aos quaes se impõe hoje uma longa via dolorosa para chegarem até aos Poços de Caldas, nós lhe abreviamos a jornada e mitigamos os tormentos.

E depois, o que é superior a tudo, é que a competencia da União não se divide, nem se paralysa ou cessa, á espera de um evento; o Congresso Nacional não dispõe de poder prophetico e nós legislamos para o presente, devendo a necessidade publica ser o guia superior das nossas deliberações.

Creio, Sr. presidente, ter demonstrado sufficientemente a justiça com que combati o parecer da illustrada commissão; e peço aos

seus autores desculpa de qualquer phrase que no calor da discussão por ventura me tivesse escapado, certos que tenho em SS. Exs. os meus mestres...

O SR. MANOEL VICTORINO—Discipulos.

O SR. AMERICO LOBO— ... certos de que cumpri o meu dever.

O SR. MANOEL VICTORINO — E' difficil excedel-o na maestria com que defende essa cousas.

O SR. AMERICO LOBO—Defendo as leis...

O SR. MANOEL VICTORINO — Por emquanto V. Ex. defende um projecto.

O SR. AMERICO LOBO—... e si as leis não precisam de defensores, defendo a União, defendo o commercio e a lavoura, e a justa satisfação de suas necessidades, e defendo-as como posso...

O SR. MANOEL VICTORINO—Muito bem.

O SR. AMERICO LOBO—... o nobre senador é que tem sempre uma grande magia na palavra.

Sr. presidente, creio que o illustre representante do Amazonas, agora ausente da casa, já terminou um discurso, reproduzindo os versos de um poeta mineiro consagrados áquelle grande rio. Pois bem; eu, que não posso neste momento usar de semelhante linguagem, peço ao illustre representante da Bahia, cujo nome já é um hymno, que tome sob o seu apoio a proposta em discussão. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Christiano Ottoni—Sr. presidente, occupo a tribuna sómente para dizer duas palavras.

O nobre senador notou a falta da minha assignatura no parecer da commissão de obras publicas, que está em discussão.

A explicação creio que já foi dada pelo illustre relator do parecer, si bem ouvi; mas, como fui interpellado nominalmente pelo illustre senador, repetil-a-hei.

Eu não era membro desta commissão quando foi elaborado este parecer nos ultimos dias do anno passado; e não tendo sido elle impresso então, e só agora indo ao prélo, por engano sahiu com data recente.

Não tenho, pois, conhecimento maior do parecer. Quanto á materia delle, parecendo-me procedentes algumas das objecções oppostas pelo nobre senador, voto tambem contra o parecer.

OSR. AMERICO LOBO—Muito bem.

O Sr. Rodrigues Alves—Sr. presidente, peço licença ao nobre senador por Minas para oppor algumas considerações ao discurso de S. Ex.

Tendo, como membro da commissão de finanças, elaborado o parecer que se discute, devo dar as razões por que a commissão de finanças concordou com a de obras publicas e emprezas privilegiadas para pedir ao Senado a rejeição desta proposição.

Como ponderou no seu discurso o honrado senador por Minas, o decreto do governo provisorio, de 16 de junho de 1890, discriminando as competencias do governo geral e dos governos estadoaes para as concessões de estradas de ferro, estatuiu que são de caracter geral as estradas que se dirigem da Capital Federal para as capitaes dos estados, dos estados para os paizes limitrophes e as que visam fins estrategicos.

Veiu em seguida a Constituição de 24 de fevereiro que definiu as attribuições dos estados e da União, e o anno passado se declarou em lei que pertencia á União a concessão das estradas de ferro que fizessem parte do plano geral de viação que estava sendo organisado, e que além das estradas, incluidas nesse plano, lhe pertenceria tambem fazer concessão das que fossem mais tarde declaradas de interesse nacional.

Tratando-se de um plano geral de viação que a mesma commissão não conhece, tive necessidade de procurar esclarecimentos e consultei o Sr. Dr. Crockatt de Sá, que é autoridade muito competente.

Peço licença para ler a resposta daquelle funccionario, que serviu de base á commissão de finanças para concordar com a de obras publicas (*lê*):

« Acho convenientissima a linha proposta, porque irá pôr em communicação os Poços de Caldas com a parte léste de Minas e com o estado do Rio de Janeiro e Districto Federal. Tal linha facilitará a procura daquelle porto thermal, hoje só conseguida a troco de uma viagem enorme de circuito pela Central, Ingleza, Paulista e Mogyana. Devo comtudo dizer que creio estar a linha, tal qual se acha no projecto, concedida pelo governo de Minas, ao qual cabe *exclusivamente*, parece-me, o direito de concessão. »

A' vista desta opinião, que se conforma com os conceitos da commissão de obras publicas, a commissão de finanças concordou com este parecer, com o qual creio que deve tambem concordar o Senado. (*Muito bem.*)

O Sr. Americo Lobo—Agradeço ao meu illustre amigo, representante de S. Paulo, a leitura que fez e que vem provar justamente a alta conveniencia da estrada de que se trata.

Não desconheço a competencia do Sr. Crockat de Sá, como profissional; mas elle é um engenheiro e nós somos legisladores.

O SR. AMARO CAVALCANTI—Está encarregado do serviço geral da viação.

O SR. AMERICO LOBO—O seu parecer não é fundado; não passa de simples conjectura. Além disto, peço licença ao illustre senador por S. Paulo para dizer que o decreto do governo provisorio reserva a competencia do governo central para a concessão do prolongamento de suas estradas...

UM SR. SENADOR—Das estradas do governo.

O SR. AMERICO LOBO—Pois estas são do governo.

O MESMO SR. SENADOR—Mas não são do dominio do governo.

O SR. AMERICO LOBO—A questão está se desviando; não se trata de propriedade, mas de competencia e nesta se comprehende assim a concessão, como a construcção; quem póde fazer, póde conceder e vice-versa.

Ora, já disse que a primeira concessão da Rio Verde procedeu do governo imperial, que a concessão para o seu prolongamento e ramal da Campanha foi tambem feita pelo governo provisorio, e que finalmente a concessão para o prolongamento da Mogyana e para seu ramal de Caldas foi tambem acto do gogoverno imperial, e tudo com garantia de juros!

Não tenho de fórma alguma competencia para julgar o Sr. Crockat de Sá como engenheiro, e como tal o respeito; porém trata-se de uma questão juridica, ou de direito publico brazileiro. Não comprehendo, comtudo, como uma estrada que o Sr. Crockat de Sá julga conveniente, que é de facto util á saude do povo brazileiro, possa ser combatida por meio de mera supposição.

Ha alguns annos, depois de ter viajado por S. Paulo, ideei algumas estradas de ferro que depois se fizeram e a do projecto, com uma ou outra modificação, era uma dellas.

Ligados os valles do Rio Verde e Sapucahy ao oeste de S. Paulo, vae-se a Matto Grosso, depois de atravessar Goyaz, e ir-se póde mais adiante, até a Bolivia.

Perguntei em que lei se baseavam os honrados senadores para contestar a competencia da União e ainda não tive resposta. Falla-se em um plano geral; mas onde está este plano? Semelhante consideração póde tolher a acção do Congresso, fazel-o abdicar de suas attribuições? Podem os illustres senadores affirmar que a estrada de que se trata faz parte do plano ou que o deixa de fazer?

Dom Quichote combatia moinhos de vento; mas tudo não passava de uma phantasia de Cervantes: aqui não vejo moinhos de vento, senão o capacete de Mambrino, com o qual si quer ornar a Federação!

Adoptado o parecer das commissões, acharnos-hemos em circumstancias afflictissimas, por falta de base para as nossas deliberações. No tempo do governo presidencial do marechal Deodoro, combatemos aqui muitas concessões de vias ferreas, por terem sido feitas sem o voto do Congresso Nacional. Agora se quer chegar ao abysmo opposto; diz-se que o Congresso Nacional é incompetente, e que deve obedecer ao plano do governo! Si o Sr. Lucena tivesse concedido esta estrada, *tolitur questio*...

O SR. Q. BOCAYUVA—Mas foram revogadas muitas concessões do Sr. Lucena.

O SR. LUIZ DELFINO—Não lhe parece que foi o Sr Lucena que não quiz?

O SR. AMERICO LOBO—Não entro nessa apreciação; mas o facto publico é o seguinte: o Sr. Lucena concedeu estradas de ferro sem direito, porque não ouviu o Congresso.

Senhores, si aqui nos resolvessemos a mandar construir qualquer estrada de ferro de utilidade geral, dir-se-hia que o Congresso não tem competencia, porque ainda não existe o plano? Isto não é argumento serio.

Esse plano geral de viação é um argumento *ad terrorem*, é um phantasma. Deste modo, como o Estado de Minas e o Estado de S. Paulo, hão de ficar jungidos á immobilidade?

O SR. JOÃO NEIVA—Desde o ministerio Saraiva se tratou deste plano e ainda está para executar-se.

O SR. AMERICO LOBO—Houve uma commissão incumbida de o fazer, mas foi dissolvida pelo Sr. Lucena, antes de findar os trabalhos.

Creio até que se pagou aluguel do predio onde trabalhava a extincta commissão e onde só havia desenhistas.

Este é o facto; houve, por um decreto, a dissolução da commissão; de modo que ella não pôde dar conta da sua missão até ao fim.

E de mais a mais, a estrada do projecto não é estadoal, mas nacional.

O SR. Q. BOCAYUVA—Esta é estadoal.

O SR. AMERICO LOBO—Não é estadoal. V. Ex. materialisa o direito por demais. A estrada está de facto no terreno de Minas, mas compete á União.

Nós mineiros somos brazileiros. Si se tratasse de uma invasão do Estado por meio das armas, procuraria por todos os meios obstar. Mas quero que o Estado de Minas seja invadido pela picareta dos trabalhadores e pelo silvo da locomotiva.

Mas no projecto não se trata de invasão; é um direito da União que não se póde regatear, e a União affança juros á Rio Verde e aos ramaes da Campanha e dos Poços de Caldas e

é portanto, interessada na prosperidade daquelle tronco e daquelles ramaes.

A Rio Verde custou muito caro e por isso sustenta tarifas pesadas para os habitantes do Estado de Minas.

O prolongomento della ou a juncção dos dous ramaes alivia os cofres da União.

O SR. Q. BOCAYUVA — Mas para não ferir os melindres do Estado de Minas...

O SR. AMERICO LOBO — Si o projecto ferisse os melindres do Estado de Minas, não teria sido votado na Camara dos Srs. Deputados e meu logar não seria aqui como o de meu illustre collega o Sr. Christiano Ottoni.

Mas não estamos melindrados e VV. Exs. querem ser mais realistas que o rei.

O SR. Q. BOCAYUVA dá outro aparte.

O SR. AMERICO LOBO—Não quero meu Estado natal segregado do mundo; é preciso que o espaço não separe e isole os grupos que constituem a humanidade.

A estrada em questão, como já disse, não une só a Capital Federal ao sertão, une tambem o Estado do Rio de Janeiro, a que V. Ex. pertance e que tão dignamente representa; une o Estado de Minas, que tanto admira a V. Ex.; une o Estado de S. Paulo, para quem é V. Ex. o Bayard da Republica; une o opulento Goyaz, que está tão longe; e unirá, finalmente, Matto Grosso, que já foi objecto da conquista paraguaya e jaseu talado pelos barbaros. Pois nós brazileiros, que um dia poderemos talvez atravessar os Andes por meio dessa estrada, não daremos agora os primeiros passos? Na Republica a autonomia estadoal não impede taes commettimentos, porquanto a terra está sujeita a servidões internacionaes.

Ha poucos dias propugnei aqui por uma servidão constituida em favor de Minas Geraes.

OS SRS. MANOEL VICTORINO E Q. BOCAYUVA dão apartes.

O SR. AMERICO LOBO — VV. Exs. tomam a nuvem por Juno. Desde épocas remotas, o governo da metropole despojou Minas de portos a que ella tinha direito, emparedando o districto diamantino, onde era crime citarem-se leis, onde imperava a lei da suspeita e do terror e de onde, por meio de processo violento, o Marquez de Pombal arrancou um dos precursores da independencia brazileira, lançando-o nas prisões de Portugal e confiscando-lhe todos os seus milhões. Desde o seculo passado, Minas está separada do mar.

Haverá uma compensação: em consequencia da servidão de transito do ou para o occano, a Federação levará para Minas muitas mercadorias, muita população, muito immigrante, muita enxada, e ganhará muito trigo, muito algodão e muita lã. A estrada não é estadoal, porem nacional, e póde ser até internacional.

O SR. JOÃO NEIVA — E' estrada de interesse geral.

O SR. AMERICO LOBO — Sem duvida; ella já liga tres Estados. E como é que não temos competencia para a decretar?

Mas, Sr. presidente, aproveito a occasião para interpellar o nobre senador pelo Rio de Janeiro. S. Ex., que é aqui o paladino da União.....

O SR. Q. BOCAYUVA — E da autonomia estadoal.

O SR. AMERICO LOBO — V. Ex. combate a causa dos Estados em favor da União...

O SR. Q. BOCAYUVA dá um aparte.

O SR. AMERICO LOBO—Tenho-a aqui promovido quanto posso.

O SR. Q. BOCAYUVA — Essa é que a restituição. Não é só a restituição; é um torpedo que ficou no caminho da Republica.

O SR. AMERICO LOBO— Pois bem; o que são essas terras devolutas, que hoje pouco valem ao par dessas grandes servidões existentes nos Estados e da riqueza immaterial e inalienavel da União, a sua soberania?

V. Ex. (*dirigindo-se ao Sr. Q. Bocayuva*) é, pois, contradictorio. Si quer terras devolutas para a União, não póde cortar a sua acção e menos neste assumpto, que não é um assumpto guerreiro, ou de sangue, porém de paz e de trabalho. Como é, pois, que V. Ex. explica a sua posição? Não a comprehendo.

O SR. Q. BOCAYUVA—Applaudo a estrada; o que não quero é invadir a competencia do Estado de Minaes Geraes.

O SR. AMERICO LOBO— A S. Ex. respondo (não está aqui o illustre senador pelo Piauhy, para quem poderia appellar) que aos pacientes não se faz injuria.

Nós, os representantes de Minas, bem ou mal aqui estamos. S. Ex. não póde rasgar os nossos diplomas.

Viu-se aqui uma cousa extraordinaria: uma emenda a respeito do Estado do Rio de Janeiro, que passou em um dia por grande maioria ou quasi unanimidade, no outro dia cahiu por quasi unanimidade, porque foi combatida pelos senadores desse Estado, os quaes foram attendidos; porque SS. Exs. representavam a vontade do Rio de Janeiro.

Agora, quando eu, o illustre senador Ottoni e o não menos illustre senador Felicio dos Santos, quando todos nós, estou autorisado a dizel-o, não consideramos Minas invadida nem melindrada, V. Ex. quer á fina força attribuir-lhe a supposta invasão?

O SR. JOÃO NEIVA — Realmente são os tres representantes do Estado e portanto os competentes.

O SR. AMERICO LOBO — Nós tres estamos unidos neste assumpto, nunca tivemos divergencia a esse respeito.

O SR. MANOEL VICTORINO dá um aparte.

O SR. AMERICO LOBO— Delicadeza, como? Não comprehendo. Si V. Ex. leva a questão para esse terreno, declaro que em Santa Luzia os mineiros tinham vencido o exercito imperial, si não fosse uma traição. Aqui muitas vezes se tem fallado, e o illustre senador por Santa Catharina ha lembrado os costumes pacificos de Minas Geraes; não penso como S. Ex.

Minas, como todo o povo, é guerreiro, quando falla o dever, já não me refiro aos tempos coloniaes, mas é facto que o Sr. Barão de Caxias fugia em Santa Luzia quando lhe chegou inopinado reforço. Este exemplo é muito recente, data de 50 annos. (*Riso.*)

O SR. J. CATUNDA — Mas a estrada é do Estado?

O SR. AMERICO LOBO—Não é do Estado, é da União.

O SR. JOÃO NEIVA — Esse pedaço é do Estado.

O SR. AMERICO LOBO—E' um pedaço de terra mineiro, sim. Mas, senhores, si damos ao estrangeiro grande porção do solo e lhe damos quasi gratuitamente ainda e com certas, mas arriscadas, compensações, nós os mineiros não podemos obter para Minas e para a União uma servidão nacional nesse pedaço de terra?

O SR. Q. BOCAYUVA—Mas a União não tem terras para dar; com a melhor vontade não póde fazel-o.

O SR. JOÃO NEIVA—De quem são as terras devolutas, da União ou do Estado?

O SR. AMERICO LOBO—Si V. Ex. recorrer aos *Annaes*, verá a minha opinião. (*Riso.*)

Mas esta é a questão: suppunha ter convencido aos illustres oppositores; nós, representantes de Minas, declaramos que a estrada do projecto é da competencia da União.

O SR. MANOEL VICTORINO — E si o governo de Minas já tiver feito a concessão?

O SR. AMERICO LOBO — E' possivel que a illustre Camara dos Deputados votasse a proposição relativa a uma concessão já feita? E o governo de Minas já teria reclamado a medida entrar na ordem do dia da Camara.

Além disso, a concessão mineira constante de uma lei, porque não faz concessões em segredo; nós conheceriamos essa lei, entretanto não a conhecemos.

Mas supponhamos que a União seja incompetente para decretar a concessão: que mal haveria em em que a decrete? Era preciso que o Estado de Minas averbará a concessão de incompetente, e elle não a averbará. Que mal haveria nisso? Não vejo nenhum.

O SR. JOAQUIM SARMENTO — Desde que seja feita pelo Estado, não ha mal nenhum.

O SR. AMERICO LOBO — Aqui não se pede que a estrada feita pela União, pede-se que a concessão seja dada por ella. O unico favor desejado consiste na isenção de direitos para a importação de certos materiaes, e essa isenção é dada até para pequenas industrias particulares, para enxadas, arados, machinas, etc.

O SR. MANOEL VICTORINO — V. Ex. affirma que não ha invasão de competencia?

O SR. AMRICO LOBO—Affirmo.

O SR. MANOEL VICTORINO— E póde garantir que os poderes de Minas pensam do mesmo modo?

O SR. AMERICO LOBO—Garanto, porque nada reclamaram.

O SR. JOÃO NEIVA — Mas quando houver a lei podem reclamar contra essa intervenção.

O SR. AMERICO LOBO — Mas nós estamos sonhando com uma cousa que não existe. Os meus collegas nada sabem, eu nada sei; mas supponhamos que a União e Minas concedessem simultaneamente essa estrada: era um excesso em favor do concessionario, e isto não lhe fazia mal algum.

O SR. MANOEL VICTORINO— Pelo menos era curioso ver alguem armado com duas concessões identicas feitas por dous poderes diversos.

O SR. AMERICO LOBO—Sr. presidente, veja-se como o projecto é util, que até já se cogita que Minas o tivesse approvado previamente!

Emfim, supponho ter dito quanto basta. Trata-se de segunda discussão, e espero que o projecto a vença, não tanto pelas considerações que fiz, como pela benignidade dos as que ouviram, e porque só tive em vista a lei, e fazer com que a União não ficasse privada do direito de unir as suas estradas.

Sr. presidente, *crescite et multiplicamini*, é a phrase da Biblia. (*Riso.*) Trata-se de um consorcio, que é até para os crentes um sacramento.

A União quer fecundar-se por meio da junção de duas estradas, ou de dous ramaes nacionaes, mas objecta-se que a União é uma pobre monja.....

O SR. MANOEL VICTORINO—Póde haver impedimento matrimoniaes que não sejam conhecidos. (*Riso.*)

O SR. AMERICO LOBO —...VV. Exs. querem dar á União a grinalda de Santa Catharina: não lhes gabo o gosto. (*Riso*; *muito bem, muito bem.*)

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Indo se proceder á votação, verifica-se não haver mais na casa numero legal para deliberar, pelo que faz-se a chamada dos Srs. senadores que comparecem á sessão (38) e deixam de responder os Srs. Manoel Barata, Cruz, Coelho Rodrigues, Elyseu Martins, Theodoreto Souto, Gaspar Drummond, Rosa Junior, Coelho e Campos, Saldanha Marinho, Joaquim Felicio, Santos Andrade e Raulino Horn (12).

O SR. 2º SECRETARIO communica que os Srs. Cruz, Coelho Rodrigues e Elyseu Martins participaram á mesa que se retiraram por incommodos.

A discussão fica adiada.

O SR. PRESIDENTE diz que, achando-se no recinto numero inferior a 1/3 de senadores, conforme os estylos, levanta a sessão e designa a seguinte ordem do dia para 17 do corrente:

Votação em 2ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 126, de 1892, autorisando o governo a contractar com a Companhia Musambinho ou com quem melhores condições offerecer, a construcção do prolongamento da estrada de ferro que, partindo da cidade da Campanha, vá a Poços de Caldas, passando pela cidade de S. Gonçalo do Sapucahy;

2ª dita do projecto do Senado, n. 6, de 1893, concedendo o auxilio de 100:000$ para a fundação, em Curytiba, da Universidade de que trata a lei do estado do Paraná, n. 63, de 10 de dezembro de 1892;

2ª dita do projecto do Senado, n. 11, de 1893, autorisando o governo a prestar, por conta da verba—Eventuaes—do orçamento da despeza do Ministerio da Fazenda do exercicio corrente, um auxilio pecuniario, não excedendo de 10:000$, ao Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros, afim de poder realisar a Exposição de trabalhos juridicos que pretende inaugurar;

Discussão unica do parecer n. 57, de 1893, da commissão de finanças, sobre a pretenção de D. Jesuina de Souza Lisboa Meira de Vasconcellos, viuva do senador João Florentino Meira de Vasconcellos, pedindo pensão;

Discussão unica do parecer n. 58, de 1893, das commissões de finanças e de instrucção publica sobre o requerimento do sub-secretario da Escola Polytechnica, Alexandre Gomes da Silva Chaves, pedindo dispensa da exigencia do art. 123 do codigo das disposições communs ás instituições de ensino superior, approvado pelo decreto n. 1159, de 1892, afim de ter direito ao accesso de que trata o art. 124 para que lhe sejam extensivas as vantagens do art. 295 do mesmo codigo;

Discussão unica do parecer n. 62, de 1893, das commissões de marinha e guerra e de finanças sobre o requerimento de D. Maria Garolina Neves dos Santos, pedindo augmento da pensão que recebe;

Discussão unica do parecer n. 65, de 1893, das commissões de obras publicas e emprezas privilegiadas e de finanças, sobre o requerimento da Companhia Industrial e de Construcção Hydraulica em que pede isenção de direitos para o material destinado á abertura do canal da Laguna;

3ª discussão do projecto do Senado, n. 49, de 1892, marcando aos governos dos estados o prazo maximo de 90 dias da data da communicação da mesa da respectiva Camara para a execução do § 3º do art. 17 da Constituição Federal, salvo caso de guerra ou de calamidade publica;

1ª dita do projecto do Senado, n. 16, de 1893, que marca os casos e modos da revisão dos processos de crimes militares.

Levanta-se a sessão ás 3 horas da tarde.

PUBLICAÇÃO FEITA EM VIRTUDE DE DELIBERAÇÃO DO SENADO

Srs. membros do Senado Federal—O abaixo assignado, presidente do Congresso Legislativo de Pernambuco, vem, em nome do mesmo congresso, reclamar do Governo Federal, do qual o Senado é parte illustre, o remedio constitucional para a espantosa anarchia em que se acha aquelle estado.

Em Pernambuco está de facto e completamente destruido o principio do governo representativo, e violentamente privados os seus habitantes do exercicio regular de suas instituições.

Alli estão dous governadores, duas magistraturas e duas organisações municipaes em conflicto; e a par de tudo isso o poder legislativo praticamente anniquilado, porque a força armada se oppõe á execução das leis e resoluções votadas pelo congresso.

Por ahi podeis avaliar, si é, ou não, o caso de intervir o Governo Federal naquelle estado, para restabelecer a ordem legal e evitar a desordem material imminente. Pois é isso justamente o que o congresso de Pernambuco, como um dos ramos do governo do estado, vem reclamar pelo orgão de seu presidente.

Nem o abaixo assignado receia ser taxado de *procurador sem procuração*: primeiro,

porque, não se achando actualmente funccionando o congresso, o seu presidente é o seu procurador natural, póde fallar em nome delle como seu representante; segundo, porque, tendo o vice-governador sido por elle empossado do governo do estado e tendo requisitado a intervenção de um dos poderes da União (o Executivo), isso vale tanto como si o proprio congresso o tivesse feito. O abaixo assignado traduz pois, neste ponto, a vontade do congresso já positivamente manifestada.

Em todo caso, ahi está em mão do Vice-Presidente uma requisição formal do vice-governador de Pernambuco no sentido de uma intervenção por parte do Governo Federal; sirva o presente documento de incitamento ao Senado para guiar o Poder Executivo na solução de tão melindroso assumpto.

O conflicto que o Senado brazileiro é chamado a resolver já não é de todo desconhecido.

Em todo caso convem fazer-lhe um ligeiro historico, remontando á sua origem; isso facilitará a sua apreciação e julgamento.

Quando o actual governador de Pernambuco, capitão Alexandre José Barbosa Lima, alli chegou, achou o estado constituido, e mais ou menos organisados todos os ramos da vida publica: uma constituição em pleno vigor; um vice-governador constitucionalmente eleito e no exercicio do cargo; uma magistratura organisada, e tambem no exercicio de suas funcções; os municipios organisados e em via de definitiva constituição. E a par de tudo isso o poder legislativo em effectividade por meio do congresso.

Aos representantes dos municipios a constituição declarou inamoviveis, depois de eleitos, durante tres annos; aos magistrados declarou vitalicios; e ao congresso conferiu a *soberania estadoal*, mandando que, no caso de desaccordo entre elle e o governador na adopção de qualquer resolução legislativa, fosse sua vontade *cumprida e executada como lei*.

Pois bem; tudo isso foi destruido *de fond en comble*; e todas essas garantias constitucionaes foram atacadas e nullificadas pelo governador! Affrontou a inviolabilidade dos representantes dos municipios, demittindo violentamente a todos—conselheiros, prefeitos e juizes e substituindo-os por *intendencias* de sua livre nomeação e demissão; atacou a vitaliciedade dos magistrados, demittindo-os em massa e substituindo-os violentamente. E quando o congresso quiz dar um remedio a essa anarchia por medidas legislativas, o governador declarou, *com as armas na mão*, que não cumpria, nem consentia que se executassem, as leis por elle votadas; constituindo-se assim em escancarada dictadura!

Nem ao menos resta ao congresso (e eu peço a attenção do Senado para este ponto), nem ao menos resta o recurso legal para os tribunaes judiciarios do estado. Até isto o governador inutilisou! Com effeito, desde que S. Ex., a par da magistratura que achou organisada no estado, e que foi declarada por lei legitima e legalmente constituida, mantem outra intrusa e impertinente, e teima em querer comparecer perante esta, é impossivel submettel-o a julgamento de um modo serio e efficaz.

Ou o congresso leva o processo perante o tribunal legal, o que será inutil porque o governador não obedece ás suas decisões; ou leva-o perante esses magistrados intrusos; e terá *ipso facto* sanccionado a violencia que os fez juizes.

Que fazer agora? Nessas condições que papel incumbe aos poderes da União?

Si o regimen federativo não tem solução legal para crises desta ordem, maldicta seja a federação. Situações como a de Pernambuco, ou se resolvem pela lei ou pelas armas; o Congresso já esgotou os recursos legaes estadoaes, que mostraram-se improficuos deante da obstinação do governador; antes de recorrer ás armas vem recorrer aos poderes da União, a quem incumbe, pelos arts. 1º e 6ª da Constituição Federal combinados, manter nos estados a fórma de governo republicano *representativo*, a ordem e a tranquillidade publicas.

O abaixo assignado ouviu, com a maior estranheza, um illustre senador dizer neste augusto recinto, que o Governo Federal nada tem que fazer em Pernambuco, porque alli *não ha desordem*.

Mas, então, será verdade que só ha desordem em um estado, quando o retinir das armas desperta os echos das montanhas, e as balas juncam as planicies de mortos e feridos? Antes disso e depois disso não ha desordem? Que idéa então é essa que se faz da ordem? Si dizemos que ha ordem, sempre que elementos oppostos não se entrechocam em acção e reacção malefica; sempre que seres vivos não se embatem em mutua destruição; então digamos que ha *ordem* nos tumulos; então condemnemos a abolição que veiu perturbar a *ordem* que reinava nos *eitos*; então louvemos aquelles imperadores que plantaram a *ordem* em Varsovia.

Por essa theoria a intervenção só seria legitima *durante o combate*; cessando este, estaria *restabelecida a ordem*, e a União nada mais teria a fazer.

Mas isso não é possivel. A par do mundo physico, creado por Deus, creou o homem o mundo legal, o mundo juridico; e tanto em um como em outro ha ordem e póde haver desordem. E, si é certo que a sociedade politica se caracterisa menos como um ser

physico do que como um ser moral, é claro que, quando se falla em *ordem social*, deve-se entender de preferencia a ordem legal, que é a que se refere ao lado moral da sociedade, sem comtudo despresar a ordem material. E a prova disso está em que quasi nunca a ordem legal é restabelecida sinão á custa de perturbação na ordem material. Si um grupo de individuos se recusa a obedecer áautoridade legitima do paiz, perturba a ordem legal; e para restabelecel-a, isto é, para forçar os rebeldes á obediencia, a lei dá a essa autoridade o direito de atacal-os com as armas; o que é, incontestavelmente, uma *desordem* material. Balmaceda perturbou a ordem legal do Chile, desautorando o congresso; e o congresso, para restabelecel-a, julgou-se com o direito de mergulhar o paiz em uma espantosa desordem material.

Por conseguinte, si é certo que em Pernambuco o estourar dos canhões ainda não perturba o somno do dictador, não é menos verdade que o Governo Federal tem que restabelecer alli a ordem constitucional profundamente perturbada. Pois ha quem se anime a dizer que ha ordem em um estado onde estão dous governadores, duas magistraturas e duas representações municipaes, disputando a posse e o exercicio dos respectivos cargos? Pois ha ordem legal e governo representativo em um estado onde o chefe do Poder Executivo annulla de facto o Poder Legislativo, recusando obediencia ás leis, e oppondo-se com as armas na mão a que se cumpra aquillo que a Constituição manda cumprir?

Mas não é só a ordem que incumbe aos poderes da União restabelecer nos estados. Além della, as sociedades politicas teem direito ao goso de um bem igualmente inestimavel, que é a sua tranquillidade. E, si esse bem vem a ser perdido, a Constituição Federal, art. 6º, n. 3, incumbe á União *restabelecel-o*.

Pois bem, que é que póde perturbar mais profundamente a tranquillidade publica em um estado e fazel-a desapparecer de todo, do que: 1º, essa mesma anarchia moral, essa inversão completa de toda a ordem legal, que existe em Pernambuco; 2º, o temor de uma guerra civil, que esse estado de cousas faz nascer em todos os espiritos? Pois ha tranquillidade publica em um estado, que assim se acha á borda de um abysmo?

Disse o illustre senador que ha tranquillidade no seio da familia pernambucana, porque o chefe do partido republicano prometteu não usar de meios violentos para tornar effectiva a posse, que havia *officialmente* tomado, do governo do estado.

Mas isso, bem se vê, representa simplesmente o dia de hoje; é uma situação precaria condicional, que durará *si et in quantum*.

Com effeito, tendo o Dr. Ambrosio Machado requisitado a intervenção *legal* do Governo Federal para ajudal-o a restabeler a ordem e a tranquillidade publicas, alteradas pela attitude revolucionaria do capitão Barbosa Lima, não podia deixar de fazer o que está fazendo, isto é, *esperar* que esses poderes se pronunciem.

Acredita, porém, o Senado que, si a União se recusar a intervir, elle conservar-se-ha indefinidamente nessa posição? Não; o Dr. Ambrosio Machado tem dado já sobejas provas de seu patriotismo para não permittir que se acredite que elle assistirá quedo á deshonra de sua terra por um dictadura insultuosa. Nem os pernambucanos precisam do estimulo dos chefes: aquelles que, ainda ha pouco, o patriotismo levou ás armas para defenderem a dignidade dos municipios, não é de esperar que se quedem diante da dignidade do estado offendido.

Oque é verdade, pois, é que em Pernambuco não ha tranquillidade publica: cumpre que o Governo Federal a restabeleça por uma intervenção benefica.

E essa intervenção é isenta de perigos, suavissima; porque o caso que se agita, desnudado das tragicas roupagens que a politica local lhe empresta, se reduz a saber si o governador de Pernambuco póde se recusar a cumprir e executar uma lei definitivamente adoptada pelo congresso do estado, sob a allegação de que a julga *inconstitucional*.

Não é outra a questão; será impossivel á *chicana*, ainda que servida pelo engenho mais arguto, dar-lhe novo *estado*.

Vejamos.

Tendo o governador praticado actos que uma lei *anterior* qualificara como delictuosos e puniveis, foi por elles denunciado perante a Camara dos Deputados.

A Camara, tomando conhecimento da denuncia, julgou-a objecto de deliberação, e *decretou* a accusação do governador; e o Senado, tomando conhecimento desse decreto, julgou *procedente a accusação*.

Até esse ponto o governador se tinha submettido á marcha regular do processo, respondendo aos termos delle segundo os tramites legaes, sem formular protestos nem levantar conflictos.

Mas a lei n. 65, de 13 de abril deste anno, reguladora daquelle processo, determina que, uma vez decretada pelo Senado a procedencia da accusação contra o governador, este deixara o exercicio do cargo durante o seguimento do processo e julgamento final (art. 2º § 14º).

Contra isso insurgiu-se o capitão Barbosa Lima, declarando formalmente, e com as armas na mão, que não se submette áquella disposição de lei porque a tem como *inconstitucional*.

E essa sua attitude revolucionaria tornou desde logo impossivel o proseguimento regular do processo, e o Senado vae ver porque.

Tendo o governador dissolvido violentamente a magistratura organisada pelo governo que o precedera (e que era tão legitimo como elle), apezar da constituição declaral-a vitalicia, e tendo organisado uma nova; pergunta-se: para quem podiam recorrer os magistrados assim violentamente esbulhados de seus cargos? Para o poder executivo? Mas esse era o proprio autor do attentado: e nós não temos em Pernambuco um tribunal de conflictos. Para o poder judiciario? Mas esse era representado, ou por elles proprios, ou pelos que o tinham substituido: ambos eram *partes* na questão.

Restava o poder legislativo, e não se podia negar sua competencia para resolver a questão por um acto *interpretativo*, desde que ella se reduzia a julgar da conformidade do acto do governo anterior com a constituição do estado.

O congresso, tomando conhecimento do recurso dos magistrados violentados, declarou *constitucional* sua nomeação, firmou o seu direito a ser reintegrados, e marcou ao governador prazo para tornar effectiva essa reintegração (lei n. 68, de 20 de abril deste anno). Esse praso já passou, e o governador affronta a lei recusando-se a reintegrar a magistratura legal do estado.

Nestas condições, ou congresso o leva o processo perante os tribunaes legitimos, e o governador impede que elles funccionem; ou perante os novos tribunaes, intrusos, illegaes, e terá assim sanccionado o crime de onde elles nasceram.

Nem se póde invocar em relação a esses ultimos o principio da vitaliciedade; porque esta suppõe a legalidade da nomeação, e a delles era radicalmente illegal desde que importava no esbulho feito aos outros.

O Senado me ha de desculpar de entrar nestes detalhes, porque isto tem por fim demonstrar que o conflicto politico de Pernambuco, no ponto em que o collocou o governador, não póde ter mais alli solução pacifica, desde que se oppõe á lei a força bruta; e que, portanto, aos poderes da União incumbe interporem sua autoridade, para que elle não seja resolvido pelas armas.

A questão é de uma simplicidade admiravel. O congresso decretou a accusação criminal do governador; e a lei ordena que, dado isso, elle passe o governo ao vice governador. Elle, porém, recusa-se a obedecer a essa disposição legal, e impede ao vice-governador o exercicio do cargo. Esse estado de cousas, que em si mesmo é uma grave desordem e está perturbando a tranquillidade publica do estado, não póde ter solução pacifica por parte dos poderes estadoaes pelas razões já expostas, isto é, não póde ser resolvido pelo poder judiciario, porque o governador se oppõe a que funccionem os tribunaes legaes; não póde sel-o pelo poder legislativo, por isso mesmo que o governador não obedece á lei; não o póde pelo poder executivo, porque o conflicto agora se reduz exactamente a saber quem é actualmente o representante legal desse poder, si o governador suspenso ou o vice-governador.

Que tem a fazer a União?.. Deixar que os dous *liquidem pelas armas o direito* que, um ao outro, contestam? Seria indigno de um paiz civilisado. A força armada serve para garantir e tornar effectivo o *direito já reconhecido*, mas nunca para *reconhecer o direito*. O que a União tem a fazer em Pernambuco, desde que ahi ha dous governadores em conflicto, é examinar *perante a lei* qual delles é actualmente o legal; e, em nome dessa mesma lei e por amor da ordem, impor ao outro silencio e submissão. E essa tarefa só cabe ao Congresso Federal.

O povo de Pernambuco, por isso mesmo que é legendariamente patriota, é profundamente respeitador da autoridade legal: falle pois a União, proclame o direito, e esteja certa de que será obedecida; mas falle antes que o sangue se derrame, porque ás vezes uma gotta de sangue derramado traz em seu seio um oceano de difficuldades ao restabelecimento da ordem.

Permitta o Senado que, ainda uma vez, eu peça sua attenção para a gravidade da situação de Pernambuco.

O congresso do estado vae reabrir suas sessões em julho proximo. Pergunto eu: póde elle dignamente, legalmente, entender-se com esse governador, cuja accusação e consequente suspensão, elle mesmo decretou? Póde o congresso continuar a legislar para um governador que timbra em desobedecer á sua autoridade, sem que primeiro lhe tenha tomado contas por essa desobadiencia? Não: emquanto fôr licito ao governador averbar de *inconstitucionaes* as leis que contrariem suas vistas politicas, e oppor-se impunemente á sua execução, será ridiculo estar o congresso a legislar.

Si, pois, o congresso não póde legalmente entender-se com o governador, por se achar este processado e suspenso, nem póde entender-se efficazmente com o vice-governador, por faltar a este a *effectividade material* do exercicio do cargo; o que se segue é que sua reunião será absolutamente inutil emquanto não fôr *authenticado* o chefe do poder executivo, isto é, emquanto a autoridade competente não decidir a qual dos dous cabe actualmente o exercicio daquelle poder.

Essa autoridade (eu me apresso em proclamal-o bem alto) é o proprio congresso estadoal, e elle já se pronunciou: mas, como o governador, apoiando-se na força armada, inutilisou o seu *veredictum*, recorre elle actualmente ao Congresso Federal, para que este interponha sua autoridade.

O abaixo assignado tem ouvido a altos personagens politicos esta phrase, pronunciada com toda emphase e gravidade: «O tempo das deposições já passou».

Mas, por Deus, senhores, que não se trata de uma deposição; trata-se de obrigar o governador a obedecer á constituição, e deixar que o processo a que está sujeito produza os seus effeitos legaes. Si for condemnado, será a vez de intervir o Supremo Tribunal Federal por via de recurso; si for absolvido, voltará purificado ao exercicio do cargo, e já então o congresso não terá mais escrupulo de collaborar com elle em bem do estado. A intervenção, pois, que se pede contra o governador, não é *ut moriatus ille*, porém *ut vivat et corrigatus*.

E, si é certo que o tempo das deposições já passou, é occasião tambem de affirmardes, por um *veredictum* solemne, que *o das pequenas dictaduras* AINDA NÃO CHEGOU.

Em conclusão: a ordem e tranquillidade publicas em Pernambuco estão profundamente alteradas pelo conflicto constitucional entre dous governos que ambos se reputam legaes; e, como não ha no estado poder capaz de resolvel-o efficazmente, esse conflicto tende fatalmente a degenerar em lucta armada. Exerça, pois, a União, por meio de seus poderes, a suprema judicatura de que a investiu o art. 6º §§ 2º e 3º do nosso pacto fundamental; decidindo o Congresso Federal a questão do direito constitucional que em tão grande perigo está pondo a sociedade pernambucana:—Está ou não o governador legalmente suspenso?

Os dados para a solução desta questão estão na constituição do estado, arts. 29 e 30, e nas leis estadoaes ns. 63, 65, e 67, todas de abril deste anno.

Tendo a primeira dessas leis, de accordo com a constituição (arts. 29 e 30), qualificado de crime (arts. 2º e 4º) o facto de recusar o governador cumprir as leis do estado, succedeu que posteriormente elle incorreu nesse crime oppondo-se á execução da terceira dellas. Sendo por esse facto denunciado, o congresso decretou sua accusação, e o submetteu a processo e julgamento.

Dispondo a segunda das leis citadas, art. 2º § 14, que o governador, uma vez submettido a processo e julgamento, passava o exercicio ao vice-governador até decisão final do feito, recusou-se elle a fazel-o, allegando que essa lei é *inconstitucional* e *por isso* não deve ser cumprida.

De modo que a primeira questão que se levanta é esta: Póde o governador de Pernambuco negar obediencia a uma lei sob o pretexto de que ella é inconstitucional?

Não póde; basta ler os arts. 29 e 30 da constituição para vel-o.

O legislador constituinte, prevendo a hypothese de desaccordo entre o governador e o congresso sobre a constitucionalidade de uma lei, não quiz deixar o conflicto sem solução e decretou que o negocio fosse submettido ao criterio dos dous terços dos membros d ocongresso; de modo que, si por esses dous terços fosse o projecto afinal approvado, se cumprisse e executasse *como lei do estado*.

Si, pois, a propria constituição manda cumprir, o governador não póde mais dizer:—*Não cumpro*.

Si o diz e o faz incorre em crime.

A lei questionada foi *vetada* pelo governador por julgal-a inconstitucional.

Devolvida ao congresso, foi de novo approvada pelos votos de dous terços dos congressistas: ficou *ipso facto constitucionalisada*, e quem o diz é a constituição que a manda cumprir.

A' vista de tão formal e previdente disposição *da propria constituição*, é uma affronta á magestade do Senado Brazileiro dizer-se no seu augusto recinto que o governador de Pernambuco tem o *direito* de se oppor á execução das leis que lhe parecerem inconstitucionaes.

Mas não é, senhores, evidentemente não é inconstitucional a lei n. 65, pois que, para que o fosse, seria preciso que a constituição, *por qualquer fórma*, tivesse consignado o principio de que o governador conservaria o exercicio do cargo durante todo seu processo até julgamento final, ou, por outra, que o governador só poderia ser suspenso por sentença condemnatoria.

E tal não ha.

Ao contrario, a propria constituição, tendo no art. 66 firmado o principio da responsabilidade criminal do governador e como não havia ainda legislação processual estadual, manda observar a legislação processual existente (art. 119); e dessa legislação faz parte a lei de responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado, de 15 de outubro de 1827, que dispunha (art. 17 § 1º), que o ministro ficaria suspenso logo que fosse decretada e intimada sua accusação; e nessa legislação ainda podemos considerar incluido (pois que é evidentemente uma disposição processual) o paragrapho unico do art. 53 da Constituição Federal, que dispõe a mesma cousa em relação ao Presidente da Republica.

A isto accrescente-se que a constituição de

Pernambuco não permitte quo ao seu congresso se ponham restricções *por inducção*; pois que, no art. 36 § 14, diz que, no exercicio de suas funcções, ella não terá outras restricções sinão as que lhe foram formalmente postas por ella propria. Ora, não tendo ella determinado que o governador conserve o exercicio do cargo, é impossivel saber em que a lei n. 65 a offende e contraria.

Assim demonstrado que a lei que decretou a suspenção do governador é perfeitamente constitucional, e que, ainda que o não fosse, o governador devia-lhe obediencia porque assim o manda a constituição do estado; o Senado Brazileiro não tem outra cousa a fazer sinão declarar que o actual governador está legalmente suspenso, e cumpre ao Poder Executivo da União tornar effectiva essa suspensão, garantindo ao vice-governador o exercicio do cargo durante o impedimento daquelle.

E note o Senado: a constituição de Pernambuco, contra a qual se insurge o capitão Barbosa Lima, não é obra do actual congresso; ella foi feita *pelos actuaes amigos de S. Ex.* não póde, portanto, ser suspeita.

Nem se comprehende, senhores, essa celeuma contra o congresso de Pernambuco pelo facto de ter consignado em uma de suas leis aquillo que o Congresso Brazileiro consignou na Constituição Federal, e que serviu de modelo ao congresso dos outros estados.

Não se comprehende de onde deva nascer para os governadores de Pernambuco o privilegio de, só elles, comparecerem cercados de todo o prestigio que o cargo lhes dá perante o tribunal que os tem de julgar, offerecendo ao mundo o estranho espectaculo de occuparem simultaneamente o banco dos réos e a cadeira de primeiro magistrado do estado.

Em uma palavra, o congresso de Pernambuco vae se reunir e não sabe com qual dos dous governadores em conflicto se deve entender para promover o bem do estado : e, no pé em que se acham as cousas, só o Governo Federal o póde decidir de um modo efficaz.

Isso, na hypothese de que os §§ 2º e 3º do art. 6º do nosso pacto fundamental foram feitos para terem execução.

Si, porém, essa não é a missão dos poderes da União Brazileira, *firme-se a doutrina por factos*, e deixe-se, por exemplo, o Rio Grande do Sul liquidar sua questão *como puder*. Ou bem uma intervenção beneficia em todos os estados que della precisarem, para manter a ordem e a tranquillidade publicas, *como o quer a lei fundamental*, e, nesse caso Pernambuco está a reclamal-a ; ou uma abstenção systematica (que não deixará de ser *pharisaica*) a respeito de todos.

Capital Federal, 14 de junho de 1893.— Dr. *Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos.*

3ª sessão em 19 de junho de 1893

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes
(vice-presidente)

SUMMARIO—Chamada—Leitura da acta—Expediente—Observações do Sr. Elisen Martins—Ordem do dia—Votação da proposição n. 126—Observações do Sr. Americo Lobo—2ª discussão do projecto n. 6—Discursos dos Srs. U. do Amaral, Manoel Victorino, U. do Amaral, Manoel Victorino e Amaro Cavalcanti—Encerramento da discussão e votação—Votação do projecto n. 11 e dos pareceres ns. 57, 58, 62 e 65—3ª discussão do projecto do Senado, n. 49— Emendas—Discursos dos Srs. Coelho e Campos e Americo Lobo—Adiamento da discussão—Ordem do dia 20.

Ao meio-dia comparecem 36 Srs. senadores, a saber: Prudente de Moraes, Gil Goulart, Antonio Baena, João Neiva, Francisco Machado, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Manoel Barata, Gomensoro, Cruz, Elyseu Martins, Catunda, José Bernardo, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, Joaquim Pernambuco, João Barbalho, Messias de Gusmão, Rosa Junior, Ruy Barbosa, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Monteiro de Barros, Q. Bocayuva, Braz Carneiro, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Joaquim Felicio, Americo Lobo, Rodrigues Alves, Joaquim de Souza, Paranhos, U. do Amaral, Santos Andrade e Luiz Delfino.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão e, não havendo reclamações, dá-se por approvada a acta da sessão anterior.

Comparecem depois de aberta a sessão os Srs. Coelho e Campos, Virgilio Damasio, Pinheiro Guedes e Esteves Junior.

Deixam de comparecer com causa participada os Srs. João Pedro, Nina Ribeiro, Cunha Junior, Coelho Rodrigues, Laper, Eduardo Wandenkolk, Silva Canedo, Aquilino do Amaral, Generoso Marques, Raulino Horn, Pinheiro Machado e Julio Frota ; e sem causa participada os Srs. Thomaz Cruz, João Cordeiro, Theodoreto Souto, Oliveira Galvão, Gaspar Drummond, Christiano Ottoni, Campos Salles, Joaquim Murtinho e Ramiro Barcellos.

O Sr. 2º Secretario (*servindo de 1º*) dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios:

Do Sr. senador Coelho Rodrigues, datado de hoje, participando que, por encommodo de saude, é forçado a ausentar-se por algumas semanas para fóra desta cidade, e pedindo um mez de licença. — A' commissão de constituição e poderes.

Do 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 17 do corrente, communicando que áquella camara foi devolvido, devidamente sanccionado, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, que manda rectificar as patentes dos officiaes do exercito reformados nos postos de generaes voluntariamente ou não. — Inteirado.

Outro do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, datado de 17 do corrente mez, transmittindo, para os fins convenientes, a mensagem pela qual o Sr. Vice-Presidente da Republica, communicando ter nomeado o coronel Dr. Henrique Valladares para o cargo de prefeito do Districto Federal, submette á approvação do Senado a mesma nomeação — A's commissões reunidas de constituição e poderes e de justiça e legislação.

Outro do governador do estado da Parahyba do Norte, datado de 10 do corrente mez, agradecendo a remessa da collecção dos *Annaes do Senado* do anno passado e um exemplar do *Manual do Senador* e remettendo dous exemplares do constituição estadoal e um da collecção de leis e decretos daquelle estado, promulgadas no anno proximo passado. — Archive-se e agradeça-se.

Requerimento do major reformado do exercito Francisco de Paula de Andrade, pedindo melhoria de reforma, a contar de 15 de novembro de 1889. — A's commissões reunidas de marinha e guerra e de finanças.

O Sr. 3º Secretario (*servindo de 2º*) declara que não ha pareceres.

O Sr. Elyseu Martins pede a palavra para explicar um aparte seu, dado em occasião em que fallava o Sr. senador Coelho Rodrigues a proposito dos bilhetes emmittidos por fabricas e negociantes do estado de Minas Geraes. O orador não quiz de modo algum justificar a omissão de moeda falsa ; além de que não considera, como taes, os bilhetes trazidos á apreciação do Senado.

E' facto contra o qual ha muito se reclama a falta de dinheiro miudo para trocos, sobretudo nos centros agricolas e nos estados ; mesmo nas cidades essa falta é patente, o que prova que a emissão da União não está em relação ás necessidades publicas.

Lembra isso para que os poderes competentes não durmam sobre o caso e tratem de providenciar no sentido de satisfazer essa necessidade. Os bilhetes apresentados ao Senado são filhos dessa necessidade, que o credito particular felizmente veio supprir.

E', portanto, um recurso de que até os proprios fazendeiros são obrigados a lançar mão para o pagamento dos trabalhadores.

Não é ainda moeda falsa, porque á emissão destes bilhetes falta o elemento intencional, que é a base do crime.

Por conseguinte, só com muita injustiça se poderá chamar de moedeiros falsos os agricultores, negociantes, ou directores de fabricas, que emittem, assignando, esses bilhetes.

O orador pensa que o facto só póde despertar censuras para os poderes publicos, que teem descurado da necessidade que ha de prover o commercio e as industrias do numerario preciso ao pagamento do salario.

A acceitação destes bilhetes prova que o credito particular, felizmente, ainda existe ; ao contrario do que succede com o credito publico.

O orador conclue, dizendo, que conhece algumas localidades do norte, onde ainda hoje não entrou o papel moeda do Estado, mas o vale assignado pelo fazendeiro tem igual acceitação.

ORDEM DO DIA

E' annunciada a votação, em 2ª discussão, da proposição da Camara dos Deputados, n. 126 de 1892, autorisando o governo a contractar com a companhia — Muzambinho — ou com quem melhores condições offerecer, a construcção do prolongamento da estrada de ferro que, partindo da cidade da Campanha, vá a Poços de Caldas, passando pela cidade de S. Gonçalo do Sapucahy.

O Sr. Americo Lobo (*pela ordem*) — Recebi hontem um telegramma do honrado presidente de Minas Geraes, communicando-me que essa estrada tinha sido concedida á companhia — Muzambindo — sem garantia de juros.

A questão é saber si a lei de outubro impede outra concessão.

Vota-se e é rejeitada a proposição e vae ser devolvida á Camara dos Deputados, com a communicação do occorrido.

Entra em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, o art. 1º do projecto do Senado n. 6, de 1893, concedendo o auxilio de 100:000$ para a fundação, em Curytiba, da universidade de que trata a lei do estado do Paraná, n. 63, de 10 de dezembro de 1892.

O Sr. U. do Amaral diz que o parecer n. 56 está assignado por cinco membros da commissão de finanças, e por isto preenche literalmente a exigencia do regimento, o qual dispõe que os pareceres dessa commissão deverão ser assignados ao menos pela maioria de seus membros. Elle se compõe de nove, cinco, portanto, formam a maioria absoluta.

Mas, si se entrar no espirito do regimento e consultar os precedentes de corporações desta ordem e mesmo desta, em outros tempos, poder-se-ha concluir que não ha parecer da commissão de finanças...

O Sr. Amaro Cavalcanti— Assignei vencido.

O Sr. U. do Amaral ... porque dos cinco membros da commissão que subscreveram o parecer, um declarou-se vencido.

O Sr. Amaro Cavalcanti — E convencidamente vencido.

O Sr. U. do Amaral — Assim, teem-se quatro votos ou quatro opiniões muito respeitaveis, mas que não constituem maioria da commissão; ao contrario, são a minoria.

Acceita, porém, qualquer que seja a fórma porque si o considere o parecer, como opinião, muito digna de acatamento, de seus honrados collegas ou como opinião da commissão; e pede licença para muito rapidamente estudar os fundamentos externados contra o projecto.

No discurso com que teve a honra de sujeitar ao Senado o seu projecto, fez votos para que o Senado entrasse no caminho das economias, e talvez fosse esta a intenção dos honrados senadores.

Mas deve confessar que não póde bem comprehender o alcance dos argumentos que foram oppostos á concessão desse pequeno subsidio á universidade que se projecta no seu estado.

Diz a commissão (*lê*):

« Considerando que, si a creação de uma universidade constitue um bom serviço prestado á instrucção superior do paiz, não é, entretanto, necessidade inadiavel que possa justificar no momento actual o sacrificio que para ella se pede do Thesouro da União.»

A primeira affirmativa, pois, da commissão é que a universidade é uma creação muito util, mas não uma necessidade inadiavel, que se possa justificar no momento actual.

Parece que os honrados senadores não prestaram muita attenção aos factos que teem ultimamente occorrido a respeito do ensino, e provavelmente por isto julgaram adiavel a creação da universidade de que se trata.

Pensam que não são necessarias no momento actual as materias que se ensinam nas universidades, mas o são as que se ensinão nos gymnasios.

Com effeito, estamos autorisando, diz o orador, a creação de gymnasios, onde se ensina grego, latim, litteratura do nosso e de outros paizes á mocidade brazileira, as materias que constituem o programma de um estabelecimento deste genero. Não é o ensino propriamente superior, é um ensino médio; suas tendencias são mais para o ensino chamado classico.

Mas é inadiavel ensinar aos brazileiros, grego, latim com um desenvolvimento extraordinario, fazel-os estudar as lettras classicas.

Uma universidade, porém, onde se ensine agronomia, onde haja um curso de agricultura, pharmacia, etc., onde se dê o ensino nas condições do nosso paiz, profissional moderno, essencial não proporciona o estudo de materias necessarias!

Existiam dous gymnasios; supprimiu-se um, e o Poder Executivo continúa surgelamente a mantel-o.

O Congresso Nacional, voltando atrás, restabelece um internato, certamente por consideral-o de primeira necessidade, e além disso, resolveu a creação de outro, á feição dos primeiros.

Declara o orador ao Senado com todo o acatamento que não póde comprehender o seu ponder para os estudos classicos, em prejuizo do ensino profissional e da preferencia que todos os competentes dão aos estudos modernos.

Continúa a commissão, dizendo (*lê*):

« Considerando que o Estado, que pretende crear a universidade, a isso se abalançou, contando exclusivamente com os proprios recursos, desde que não fez depender a sua resolução de auxilio algum da União: »

Ainda desta vez sente-se bastante embaraçado deante da commissão, porque deste considerando-se deduz o seguinte: si se apresentar alguem ao Senado, não tendo absolutamente recurso algum para a fundação de um grande estabelecimento, nem recurso de iniciativa individual, nem dos podores municipaes, nem do Estado, si o individuo declarar que vem pedir tudo e tudo da União, será bem acceito. Si pelo contrario elle disser:— Trago alguma cousa de mim; trago o apoio da municipalidade de minha terra; trago o auxilio que a assembléa local me póde dar; vimos pedir o auxilio da União, ella não deixa de satisfazer essa pretenção. E' preciso allegar indigencia para vir pedir á União seu auxilio para uma universidade.

O orador suppõe que não está calumniando a commissão, apreciando por esta fórma a sua argumentação:

Ella no segundo considerando não póde fazer a concessão, porque o Estado do Paraná já tinha alguma cousa, já fazia algum sacrificio; a Camara Municipal da cidade de Corytiba já tinha dado tudo quanto podia, dar e o proprio iniciador do projecto, já tinha começado alguns trabalhos que representam valor.

A razão da commissão é esta, e o orador desejava que isto ficasse bem accentuado para poder dar remedio ao caso.

Si é isso que embaraça o Senado de fazer a concessão do pedido auxilio, o orador mandaria pedir á assembléa do sua terra que revogue a lei que tinha concedido garantia de juros de 6 % sobre o capital de 1.000:000$, que elimine outros favores que constam da lei que leu no Senado, e finalmente, si fosse possivel, pediria á camara municipal que chamasse a si os terrenos já concedidos, e depois de tudo isto se apresentaria ao Senado dizendo: estou perfeitamente do accordo com as condições exigidas pela commissão.

O Estado do Paraná dá nada; logo a União dá tudo não para o custeio e sustentação da universidade.

Vê o Senado que seria apenas a demora de algum tempo; mas tudo isto podia-se fazer e realmente a solução não seria desagradavel aos paranaenses, que teriam só de receber a sua universidade feita e custeada do mesmo modo que o gymnasio da Campanha.

Diz mais a commissão (*lê*):

« Considerando que já é avultada a somma consumida no orçamento de instrucção com as instituições de ensino superior, cuja frequencia dia a dia diminue, pela concurrencia das faculdades livres, que nada custam aos cofres federaes;

Considerando que a recusa de auxilio, actualmente, não prejudica a possibilidade de protecção ou subvenção futura, quando as finanças da Republica assim o permittir;»

Uma das razões dadas contra a creação de estabelecimentos de ensino privado é esta — que os estabelecimentos de ensino publico estão sendo abandonados.

Dahi parece que se deve concluir o contrario, isto é, que os estabelecimentos de ensino publico não satisfazem as necessidades urgentes' a não se imaginar que os brazileiros estão desertando das escolas de ensino superior, ou estão convencidos de que já ha excesso de homens formados nas diversas sciencias, que sobram academias, faculdades, etc.

O que se deverá concluir, pois, é que taes estabelecimentos não preenchem o seu fim e assim seria de utilidade animar a creação de outros que são bem recebidos, e a prova de que são bem recebidos é que ao lado dos que se apresentam, propondo uma creação desta ordem, vê-se logo a iniciativa individual e o auxilio de todas as corporações officiaes, aquellas que podem interessar mais directamente pelo ensino da mocidade.

Finalmente, diz a commissão que isto não é uma desgraça eterna, porque bem póde ser que algum dia o Congresso venha a se achar nas condições de animar esta universidade, por exemplo, si ella, crê o orador, conseguir se fundar, prosperar e não precisar mais de auxilio.

Nesta occasião a commissão estará disposta a applaudir a idéa e declarar que si não houvesse nada feito, a União subvencionaria ou daria um auxilio por uma só vez. Mas, no caso, ella manterá aquelle principio estabelecido em um dos primeiros considerandos, é este — que a quem tem alguma cousa não se deve dar nada.

Suppõe o orador que este principio tem suas raizes, si não se engana, em uma parabola que não lhe occorre no momento, mas que tem perfeita applicação ao caso vertente, a dos talentos.

Eis aqui em summa o que é o parecer da commissão, nem mais, nem menos.

Elle não assentuou a sua conclusão sobre esta rocha indestructivel, a necessidade de fazer economia e a impossibilidade de continuar a fazer concessões de todo o genero; e não o fez certamente porque sabia que se achava em contradicção com o facto de hontem e se acharia em contradicção com o facto de hoje, e em desaccordo comsigo amanhã.

O Senado sabe bem que por infelicidade não ha meio de restringir despezas, que ellas se augmentam todos os dias e que a commissão, que nega este pequeno auxilio para a instrucção publica, não ha de negar creditos extraordinarios no valor de 40.000:000$, ao cambio de 27, para os serviços militares. Não os ha de recusar (*apoiados*), ha de conceder creditos extraordinarios que representam mais de metade da renda publica.

Ella não ha de arrepiar carreira, sabe bem disto, continuará a accolher milhares de pretenções que veem ao Senado. Sendo assim, não póde ter firmeza para declarar que só a falta de recursos do Thesouro ditara o seu procedimento.

O orador estava na obrigação de proferir estas poucas palavras a respeito do parecer apresentado. Não póde dizer que por uma tradição do Senado elle esteja approvado; nem neste ponto ainda se assentou bem a mão.

O orador está ainda por saber o que representam as commissões neste regimen, que se está ensaiando com tantas difficuldades. Si estivessemos em outro paiz, diz o orador, a commissão seria quasi soberana, poderia não dar parecer, poderia prolongar pelo tempo

que quizesse o seu estudo, poderia impedir que sobre a materia fallasse alguem mais do que o relator.

Si é este o melhor ou o peior regimen, não é occasião de se discutir. Não sabe o que representam as commissões, si os seus pareceres teem algum valor ou não teem, si ellas teem ou não liberdade de estudo, visto que o regimento permitte que no fim de quinze dias se exija a discussão da materia.

E' por isso que o orador não sabe o que vae ser deste parecer, si elle é da maioria ou si é da minoria da commissão, porque tambem ainda não se sabe bem, não está assentado o que é maioria nem minoria das commissões. O Senado, porém, fará o que entender.

Si se tratasse de algum outro estado, provavelmente se havia de ouvir um argumento como este: não se deve começar a economia pela ovelha do pobre; deve-se mesmo fazer concessão de garantias e de quantias não pedidas, e já não pedidas, repudiadas pelos interessados, para não se offender a ovelha do pobre.

Mas, tratando-se do estado a que o orador pertence, o Senado ha de permittir-lhe que tenha orgulho de não appellar para este argumento. (*Apoiados.*)

O seu estado não se considera pobre, nem se considera infeliz, porque lhe levem a ovelha. Si isto é necessario, para o banquete que em outra parte se faça, não reclamará: a decisão do Senado será acatada. (*Muito bem.*)

O Sr. Manoel Victorino sente não ter estado presente quando, acerca do projecto que se discute, tomou a palavra o honrado senador pelo estado do Paraná.

Achava-se em trabalho de commissão, apreciando um importante pedido de credito do Ministerio da Marinha. Eis por que não lhe é licito tomar em consideração todos os argumentos trazidos contra o parecer, que assignou e que, certamente, houvera sido subscripto pelo orador, que o precedeu na tribuna, si não fora elle o mesmo autor do projecto impugnado.

Uma tal convicção nasce do programma, produzido pelo nobre senador pelo Paraná e por elle uniformemente prégado na tribuna, de defender os direitos da União e os recursos desta contra quaesquer pretenções ou usurpações de parte dos estados.

O parecer, pois, não fez sinão inspirar-se no no exemplo, na doutrina e na lição desse honrado senador.

Si a ovelha do pobre, continúa o orador, foi agora sacrificada, como pareceu insinuar o Sr. Ubaldino do Amaral, referindo-se ao estado do Paraná e ao proceder da commissão para com este, queixe-se S. Ex. de si proprio e não se revolte contra os precedentes que ha estabelecido e de que só hoje pretende apartar-se; de nenhum modo contra o relator do parecer, cuja coherencia neste assumpto não soffreu jámais excepção.

Na campanha da defesa dos cofres da União, o orador tem revelado o melhor zelo, tendo sido aquelle que offereceu emendas o anno passado, no sentido de restringir despezas geraes na Bahia, que tem a honra de representar.

Tem, pois, o direito incontestavel e a autoridade precisa para appellar do conselho hoje emittido pelo nobre senador pelo Paraná, acerca da Universidade, que alli pretende crear, para as sus lucidas lições anteriores sobre assumpto parallelo.

Além do mais, desconhece o orador a utilidade da creação alludida; uma universidade em Corityba é uma obra de luxo para um estado, que inicia os seus primeiros passos na carreira do progresso.

Si o não fora, então o que aconselharia a prudencia, a discrição a mais elementar, seria levar a cabo a empreza com os proprios recursos, uma vez certo que o estado do Paraná lançou já os fundamentos do seu glorioso emprehendimento. E assim evitar-se-hiam exigencias de igual teor, procedentes de outros estados, e sempre incompativeis para os cofres depauperados da União.

Nem assiste razão ao honrado senador pelo Paraná, affirma o orador, quando pretende que é invalido o parecer impugnado pelo facto de não haver sido subscripto pela commissão inteira, ou por maior numero de membros do que realmente o fora. Os pareceres costumam ser remettidos á mesa com variavel quantidade de assignaturas, não importando sinão que estas correspondam á maioria da commissão respectiva.

Assim, muitos ha desse genero, onde se lê o nome do impugnante.

Não haveria, pois, razão para demorar a exhibição do parecer, procrastinal-o á cata de maior numero de signatarios, quando até já houvera o orador cumprido um dever de cortezia, ouvindo e consultando o Sr. Ubaldino do Amaral, cuja condescendencia conferiu-lhe plena liberdade para deliberar.

Apresentou, pois, o parecer, firme no seu proposito uniforme de combater todo augmento de despeza, todo excesso que não seja justificado por motivos ponderosos e de imprescindivel necessidade publica.

O Sr. U. do Amaral—Sr. presidente, estou muito satisfeito; encontrei a commissão ou a maioria da commissão.

O SR. MANOEL VICTORINO—Estava ausente por motivos de força maior.

O SR. U. DO AMARAL—Encontrei-a, finalmente, e sei qual é o motivo de seu parecer. O parecer não é dado por nenhum dos motivos que eu podia ter imaginado; mas simplesmente por castigo ao senador que tem tido a audacia de defender os direitos da União...

O SR. MANOEL VICTORINO—Que não é o unico.

O SR. U. DO AMARAL—... e que tem repellido sempre estranhas pretenções.

A razão é esta: uma vindicta contra o meu procedimento.

O SR. MANOEL VICTORINO—Não é vindicta; é o exemplo de V. Ex. que está produzindo seus effeitos.

O SR. U. DO AMARAL—Nunca me considerei tão elevado nesta casa como hoje; o meu procedimento é tal, que faz com que uma commissão, a maioria ou minoria dessa commissão, seja como for, julgue necessaria uma represalia.

O SR. MANOEL VICTORINO—Não ha tal represalia, não proferi uma só palavra, da qual V. Ex. podesse deprehender isso.

O SR. U. DO AMARAL — Tenho defendido interesses...

O SR. MANOEL VICTORINO—Peço a palavra; V. Ex. está muito apaixonado.

O SR. U. DO AMARAL—A paixão parece que está desse lado.

O SR. MANOEL VICTORINO—Não está.

O SR. U. DO AMARAL — O honrado senador foi informado de que eu tinha originalidade a respeito da creação de universidades e sinto bem que...

O SR. MANOEL VICTORINO—O ensino technico e profissional em universidade.

O SR. U. DO AMARAL—... que não seja assim. Infelizmente não tenho originalidade em cousa alguma.

E' tão precioso o dom da originalidade e tão raro, que me convenço de que o honrado senador equivocou-se. O que S. Ex. queria dizer certamente é que era exquisito o meu modo dever.

O SR. MANOEL VICTORINO dá um aparte.

O SR. U. DO AMARAL — Mas o honrado senador não me deixa explicar.

O SR. MANOEL VICTORINO — Mas si V. Ex. está sendo injusto com os seus collegas...

O SR. U. DO AMARAL— O honrado senador disse que eu era original. Permitta-me dizer que empregou mal a expressão.

Infelizmente não tenho o dom da originalidade, privilegio dos predestinados, graça dos eleitos.

O pensamento do nobre senador, a sua intenção é dizer—que as minhas idéas sobre universidade não são as correntes...

O SR. MANOEL VICTORINO—Eu não sei quaes foram.

O SR. U. DO AMARAL — O honrado senador não sabe e eu pouco mais adeantado estou: tão atrazado me confesso nesta materia, que não posso fazer aqui uma prelecção sobre a organisação de universidades.

Tinha explicado ao Senado, quando apresentei o projecto, que a denominação de universidade não tinha sido feliz; que o autor tinha empregado mal a palavra: mas creio que o Senado, por causa da denominação de um estabelecimento, não vae levantar uma questão academica: chamem-lhe universidade, collegio, gymnasio, o que quizerem ..

O SR. AMARO CAVALCANTI—E' muito difficil estabelecer a rigorosa definição, porque em muitos paizes essa palavra não tem a mesma significação. Por exemplo, na America, o que cá chamamos universidade é o que lá chamam collegio. (*Trocam-se apartes entre os Srs. Amaro Cavalcanti e Manoel Victorino.*)

O SR. PRESIDENEE — Peço aos nobres senadores que deixem proseguir o orador.

O SR. U. DO AMARAL—Sr. presidente, não é minha a culpa de estar-se protelando uma questão que me parece não valer tanto. Está justificada a razão do parecer.

Devo declarar que o honrado relator com effeito communicou-me qual era a sua intenção sobre a materia; ao que respondi que lhe deixava perfeita liberdade de proceder como entendesse, porque nesta materia, como em todas aquellas em cuja discussão tenho tomado parte, eu não tinha interesse individual ou particular. Julgo cumprir o meu dever de um certo modo; os outros cumprem-o como melhor lhes parece, e por isso me reservei simplesmente o direito de não assignar o parecer. De modo que eu não vim me queixar de que o honrado senador...

O SR. MANOEL VICTORINO dá um aparte.

O SR. U. DO AMARAL—Sr. presidente, não sei mais como fallar nesta casa para que não passe como acrimonioso, apaixonado e digno de outros epithetos semelhantes.

E' possivel que eu não me conheça; mas o facto é que não tenho paixão nenhuma. Estou perfeitamente calmo, esperando que o Senado se pronuncie como entender melhor.

Segundo pude deprehender das palavras do honrado senador, o que inspirou o parecer da commissão foi o meu procedimento...

O SR. MANOEL VICTORINO—Não foi tal.

O SR. U. DO AMARAL—O honrado senador o disse.

O SR. MANOEL VICTORINO — V. Ex. é que está interpretando mal as minhas palavras; o que disse foi que V. Ex. com seu procedimento seguido até hoje não tinha o direito de fazer reclamações desta ordem.

O SR. U. DO AMARAL— Fico satisfeito com este procedimento, condecoro-me com a condemnação. Julgo que ella me eleva. Quanto ás outras considerações, não voltarei a ellas O honrado senador não me ouviu; sei que estava ausente; mas tambem não pude evitar que a discussão se abrisse na occasião em que o honrado senador estava em trabalhos de commissão. Não ouviu por isso o que eu disse sobre o parecer, emquanto a commissão de finanças conferenciava com o ministro da marinha, mas alguns membros dessa commissão estavam no recinto.

O SR. MANOEL VICTORINO dá um aparte.

O SR. U. DO AMARAL—Não posso reformar-me; estou já velho: sinto muito não poder ser agradavel a todos os meus collegas com quem discuto; mas é tarde para começar vida nova.

O honrado senador achou que é uma das minhas originalidades o modo de contar maioria ou minoria. Não é originalidade; mas póde ser exquisitice; acredito que, em uma commissão de nove, só póde haver maioria real, quando cinco estiverem de accordo, e não fiz censura ao relator do parecer.

O honrado senador entende que maioria póde haver com qualquer numero; assim uma commissão de nove póde-se dividir em tres turmas de tres, ou em quatro, tres e dous, ou em grupos ainda menores; o honrado senador achará sempre que ha maioria de votos, e eu posso apenas achar que ha minoria; em certos casos haverá minorias, contra minorias, iguaes. em outros maioria relativa: mas isto não foi para mim objecto de estranhesa; fiquei duvidoso si tinha deante de mim o parecer da maioria ou sómente a opinião, embora respeitavel, de algnns membros da commissão.

Quatro destes adoptaram o parecer; um assignou vencido, eu abstive-me, um está ausente, e quanto aos outros não sei por que não assignaram.

Não dei a isto muita importancia; uma opinião póde ser muito respeitavel, póde influir no Senado, no Congresso inteiro; contra a opinião dominante póde a de um representar a verdade: foi uma questão de fórma.

Supponho, Sr. prsidente, que, terminando deste modo, neste tom, não suscitarei mais a desconfiança de que sou apaixonado, vehemente, injusto e não sei que mais.

O Sr. Manoel Victorino — Sr. presidente, volto á tribuna para rectictificar a interpretação pouco justa e razoavel da parte do honrado senador pelo Paraná em relação ás palavras proferidas por mim.

S. Ex. desvirtuou, não creio que intencionalmente, o pensamento que procurei externar, naturalmente mal, acerca do procedimento do relator da commissão e seus collegas, quando lavraram este parecer.

Não houve objectivo de vindicta; S. Ex. comprehende perfeitamonte que a nenhum dos senadores desta casa podem inspirar qualquer trabalho sentimentos dessa ordem.

O Senado comprehende quanto fôra estreito e odioso um tal proceder e assim a attribuição delle a um representante da União.

Não houve, e S. Ex. sabe que o orador não tinha absolutamente nenhum motivo para lavrar por vindicta um parecer destes. Sempre applaudi o procedimento de S. Ex. e procurei acompanhal-o até nas despezas de serviços do meu estado; S. Ex. é testemunha; o anno passado, fazia parte da commissão de orçamento e dava pareceres e me viu louvando e applaudindo emendas, por exemplo, que reduziam as despezas da Faculdade de Medicina da Bahia. Logo, si por minha parte nunca houve razão para revoltar-me contra a attitude de S. Ex., como poderia hoje, vir aqui, impellido por condemnavel movel, escrever um parecer rejeitando o pedido de 100:000$ para uma universidade em Curityba? Por isso digo que S. Ex. foi apaixonado, e tanto que esqueceu principios rudimentares da justiça devida a seus collegas, quando julgou que elles poderiam ser levados por um sentimento pouco confessavel.

O SR. U. DO AMARAL dá um aparte.

O SR MANOEL VICTORINO — Não ha tal; foi o modo por que V. Ex. quiz interpretar minhas palavras. O que disse é que V. Ex., tendo sempre clamado contra esses auxilios, tendo sempre pugnado pelos interesses da União e advogado a necessidade de pôr cobro a despezas semelhantes, não tinha o direito de vir pedir esse credito em favor de uma instituição de luxo de seu estado; disse que os precedentes de S. Ex., o seu exemplo e a sua doutrina nesta casa, não o autorisavam a revoltar-se contra o parecer. Disto para esses sentimentos de vindicta, ha uma distancia enorme.

Declaro que procurarei sempre cumprir o meu dever: protesto e protestarei contra estas despezas que julgo dispensaveis e que na

occasião veem, naturalmente, aggravar nossa má situação de recursos.

O SR. U. DO AMARAL dá um aparte.

O SR. MANOEL VICTORINO — Quando descobrir uma incoherencia minha, venha apontal-a, apezar de que para a justificar já tenha registrado uma de V. Ex.; antes disto não póde qualificar as opiniões de seus collegas com as apreciações que emittiu. O Senado póde satisfazer a V. Ex., e estimarei que o faça, mas não com o meu voto nem com os *considerandos* assignados por mim.

Depois de ter externado, como tenho feito, o meu programma de propaganda de economias; depois de ter tomado esta attitude, que os meus honrados collegas da commissão, particularmente o que distribue os trabalhos, tornam mais difficil, porque commettem-me o relatorio de projectos, que dizem respeito a interesses particulares ou a interesses dos estados; continuarei, sem embargo das injustiças de S. Ex., a conserval-a a mesma, indefectivel, intransigente e perfeitamente coherente com o meu pensamento até hoje.

O Sr. Amaro Cavalcanti — Sr. presidente, assignei vencido o parecer relativo ao projecto que se discute. Explicarei pois, ao Senado em poucas palavras, a razão de meu procedimento.

Reconheço na União o direito de intervir beneficamente, auxiliando os melhoramentos materiaes dos diversos estados.

Coherente em tal principio, tenho votado em outras occasiões favoravelmente a melhoramentos reclamados por aquelles.

Ainda ha poucos dias votei pela creação de um internato ou de um gymnasio no rico estado de Minas Geraes e, portanto, a minha consciencia não tinha de accusar-me pelo voto que dava em favor de um grande estabelecimento de instrucção, que se pretende crear no rico pela natureza, mas pobre de recursos, estado do Paraná, com a differença de que alli tratava-se de fundar uma instituição que ha de permanecer, continuando a pesar sobre os cofres da União, ao passo que aqui concede-se um simples auxilio a um grande commettimento, para as despezas da installação, que esse monumento requer.

A questão de ser esse estabelecimento organisado debaixo de um plano correspondendo ou satisfazendo ás condições technicas do mesmo, não é essencial neste momento.

O que penso, e creio que foi esse o pensamento do autor do projecto, é que vae se crear alli um elemento para o progresso da instrucção, que incontestavelmenta trará para o estado do Paraná um grande melhoramento, do qual elle tem se achado privado.

Estas condições justificam sempre o meu voto favoravel, salvo deficiencia de meios, o que é muito para attender, porque ás circumstancias financeiras do paiz devemos prestar toda a attenção.

Eis a razão por que assignei vencido o parecer.

Quanto ao mais, permittir-me-ha o Senado dizer que, tratando-se de materia tão innocente, não era de esperar, e sou o primeiro a lamentar que fornecesse ella ensejo a um certo desagrado entre o autor do projecto e o illustrado relator do parecer.

Todo o Senado, *á priori*, reconhece que ambos os illustres collegas foram levados por intuitos muito nobres e por sentimentos muito dignos.

O SR. COELHO E CAMPOS—Os juizes desta festa nunca podem ficar mal.

O SR. AMARO CAVALCANTI—O honrado senador pelo Paraná, entendendo que o seu estado tinha direito á certo auxilio da União e tendo offerecido para tal fim um projecto, julgou que devia trazer ao Senado considerações em defesa do seu procedimento.

O honrado senador pela Bahia, que elaborou o parecer em sentido contrario e tem manifestado sempre opinião opposta a esses auxilios, julgou-se no dever de não romper com suas antigas convicções, pelo que expoz ao Senado o seu modo de entender a questão.

Mas é bem de ver que ambos os illustres contendores não tiveram absolutamente outro intuito sinão o de defender seus respectivos programmas e opiniões.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Segue-se em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate, o art. 2º do projecto.

Votam-se e são successivamente approvados os arts. 1º e 2º do projecto, e sendo adoptado passa á 3ª discussão.

Vem á mesa a seguinte

DECLARAÇÃO DE VOTO

Declaro que votei contra o projecto n. 6 do corrente anno concedendo subvenção para uma universidade em Curityba.—*João Barbalho.*

Segue-se, em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, e é sem debate approvado e adoptado para passar á 3ª discussão o projecto do Senado n. 11 de 1893, autorisando o governo a prestar, por conta da verba «Eventuaes» do orçamento da despeza do Ministerio da Fazenda, do exercicio corrente, um auxilio pecuniario, não excedendo de 10:000$, ao Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros, afim de poder realizar a

«Exposição de trabalhos juridicos» que pretende inaugurar.

Segue-se em discussão unica, e é sem debate approvada a conclusão do parecer n. 57 de 1893, da commissão de finanças, sobre a petição de D. Jesuina de Souza Lisboa Meira de Vasconcellos, viuva do ex-senador João Florentino Meira de Vasconcellos, pedindo pensão.

Segue-se em discussão unica, e é sem debate approvada a conclusão do parecer n. 58 de 1893, das commissões de finanças e de instrucção publica sobre o requerimento do sub-secretario da Escola Polytechnica, Alexandre Gomes da Silva Chaves, pedindo dispensa da exigencia do art. 123 do codigo das disposições communs ás instituições de ensino uperior, approvado pelo decreto n. 1159 de 1892, afimde ter direito ao accesso de que trata o art. 124 para que lhe sejam extensivas as vantagens do art. 295 do mesmo codigo.

Segue-se em discussão unica, e é sem debate approvada a conclusão do parecer n. 62 de 1893, das commissões de marinha e guerra e de finanças sobre o requerimento de D. Maria Carolina Neves dos Santos, pedindo augmento da pensão que recebe.

Segue-se em discussão unica, e é sem debate approvada a conclusão do parecer n. 65, de 1893, das commissões de obras publicas e emprezas privilegiadas e de finanças, sobre o requerimento da Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas, em que pede isenção de direitos para o material destinado á abertura do canal da Laguna.

Entra em 3ª discussão o projecto do Senado n. 49, de 1892, marcando aos governos dos estados o prazo maximo de 90 dias, data da communicação da mesa da respectiva Camara para execução do § 3º do art. 17 da Constituição Federal, salvo caso de guerra ou calamidade publica.

Veem á mesa, são lidas, apoiadas e postas conjunctamento em discussão as seguintes

Emendas

Ao art. 1º paragrapho unico.

Supprimam-se as palavras— por qualquer causa, inclusive renuncia — por inuteis.

Em vez de paragrapho unico— diga-se — § 1º — accressentando-se — § 2º — Realisada a hypothese do paragrapho anterior, o presidente da camara communicará immediatamente o dia que houver marcado para a eleição á junta eleitoral da capital do respectivo estado e esta transmittirá a communicação, em circular, aos governos municipaes, os quaes promoverão a eleição no dia designado, de conformidade com a lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892.

Accrescente-se:

Art. 3º. O membro da junta eleitoral ou do governo municipal que deixar de cumprir o disposto no § 2º do art. 1º incorrerá na pena do art. 48 da referida lei n. 35 de 1892.

S. R. —*Manoel Victorino.—Antonio Baena. João Neiva.—Gomensoro.—A. Cavalcanti.— Gil Goulart.*

Sr. Coelho e Campos—Sr. presidente, não me proponho á justificação dispensavel, escusada da utilidade do projecto em discussão. Em geral somos de accordo quanto á necessidade de uma lei organica do art. 17 § 3 da Constituição, de modo que em caso algum se deixe de proceder á eleição para o preenchimento das vagas nas camaras legislativas.

E' a razão desta necessidade: que, comquanto pelo artigo citado deva o governo do estado, logo que tenha conhecimento da vaga, mandar proceder a nova eleição; todavia, como infelizmente já succedeu, não querendo o governador, a eleição não se fará; ficando por preencher a vaga na representação do estado, podendo mesmo o estado ficar sem representação e dest'arte incompleta a representação nacional.

Comprehende-se quanto isto é grave, muito grave, não só pelo menospreso da lei, como porque attenta contra a integridade de um dos poderes publicos.

O Sr. Q. Bocayuva—Apoiado.

O Sr. Coelho e Campos—E não menos porque será um elemento mais de perturbação atirado á voragem do incendio em que arde o paiz, pela falsa comprehensão de certos governadores quanto aos seus deveres funccionaes, á pretexto da pretendida soberania dos estados.

O projecto provê sobre o caso:

1,º prescrevendo o prazo de 90 dias, dentro do qual fará o governador proceder á eleição;

2,º autorisando o presidente da Camara, em que se der a vaga, a marcar a eleição que não se fizer nesse prazo;

3,º estabelecendo uma sancção penal para o governador que não mandar proceder á eleição, ou obstar que ella se faça de ordem do presidente da camara respectiva, e para os funccionarios que não se prestarem á eleição, a que são obrigados;

4,º firmando a competencia e o processo a observar nestes delictos funccionaes.

Signatario do parecer das commissões ouvidas sobre o projecto, opinei pela adopção do seu plano, de suas linhas geraes, salvo algumas emendas no correr da discussão.

E' o que me traz á tribuna.

Venho offerecer alguns retoques aos artigos do projecto e um ligeiro additamento necessario á efficacidade das providencias para a eleição, quando determinada pelo presidente da Camara, ou pelo Presidente da Republica, como acho preferivel.

Acho preferivel que, na falta do governador, seja a eleição marcada pelo Presidente da Republica, como era disposição primitiva do projecto, em vez do presidente da camara respectiva, como passou por emenda do nobre senador por Minas Geraes.

Votei contra essa emenda do nobre senador, e tenho em vista restabelecer a disposição anterior pelas considerações que passo a fazer, e que submetto á sabedoria do Senado.

Não sei porque retirar essa funcção ao Poder Executivo.

O Sr. Manoel Victorino — Elle póde ser interessado no não preenchimento da vaga.

O Sr. Coelho e Campos — Opportunamente será tomado em consideração o aparte de V. Ex.

Sr. presidente, não me assalta o receio de que o Presidente da Republica venha a abusar, não fazendo proceder a eleição. Ha factos, ha delictos cuja possibilidade não se deve tão facilmente suppor, para, sob tal preoccupação, retirar certa ordem de serviços ao Poder Executivo, que, pelos recursos de que dispõe, póde desempenhal-os melhor que o presidente de qualquer das camaras, sem os mesmos meios que facilitem esse desempenho.

O Poder Executivo tem nos estados agentes federaes, seus subordinados, que serão seus auxiliares nas providencias para a eleição.

Que agentes seus, que auxiliares teem nos estados os presideutes das camaras? Nenhum Como, pois, se haverão?

Darão por si mesmos, as providencias todas transmittindo suas ordens ás municipalidades, ás mesas eleitoraes?

O Sr. Americo Lobo dá um aparte.

O Sr. Coelho e Campos—Era preciso que houvesse um quadro das municipalidasdes de cada estado, que não ha, e quando houvesse, variaria a cada passo, pelas divisões e subdivisões dos municipios, não se podendo fiar na exactidão delle para a transmissão exacta das providencias necessarias.

Nem siquer a lei eleitoral dispõe, como outras anteriores, que para os effeitos eleitoraes subsistiriam os municipios e parochias fossem quaes fossem as divisões posteriores.

Portanto, só quem reside no estado, e portanto os agentes do Poder Executivo—é que podem providenciar com exactidão dirigindo-se a todas as municipalidades.

Porque, pois, recusar-se essa funcção ao Poder Executivo?

O Sr. Manoel Victorino — Tem a junta eleitoral do estado.

O Sr. Coelho e Campos — E' certa que por uma emenda agora apresentada pode dirigir-se o presidente da camara respectiva á junta eleitoral do estado.

Entre as minhas emendas ha uma incumbindo os juizes seccionaes dos estados de satisfazerem as providencias que lhes forem ordenadas.

Um sr. senador — E' melhor a junta.

O Sr. Coelho e Campos — O juiz seccional ou a junta, não faço questão.

Mas, ainda assim, porque não deixar ao Presidente da Republica a designação da eleição?

O Sr. Americo Lobo dá um aparte.

O Sr. Coelho e Campos — E' que elle pode tambem abusar? E' que elle pode ser interessado em não preencher a vaga, como disse nobre senador pela Bahia?

A possibilidade do abuso; como razão, prova de mais, e portanto nada prova.

Deixar o Presidente da Republica de providenciar sobre a eleição, por interessar-se que ella não se faça, não é provavel desde que se lhe determine um prazo para isto. Sabe-se como procedem os governos, quando interessam em uma eleição; não deixam de fazel-a; influem para que ella se faça no sentido de seus desejos, de sua politica, usando e abusando dos meios officiaes a seu alcance. E' o que nos diz a axperiencia.

(*Ha varios apartes*)

Dir-se-ha que o governo não providenciará sobre a nova eleição por entender que a vaga não é legal? Já assim procedeu um governador, póde assim tambem proceder o presidente da Republica. Mas não poderá pensar e proceder do mesmo modo o presidente de qualquer das camaras?

Sem duvida, porque póde a maioria reconhecer uma vaga, contra a opinião do seu presidente. E se, não obstante essa possibilidade, se commette ao presidente de qualquer das camaras a designação da eleição, não é essa possibilidade de abuso razão para não dal-a ao Poder Executivo.

O Sr. Americo Lobo e outros dão apartes.

O Sr. Coelho e Campos — O presidente da Republica tem responsabilidade legal. E que responsabilidade tem o presidente da camara em que se dá a vaga? Nenhuma. (*Continuam os apartes*).

Sim, o presidente da camara representa a maioria; esta póde não reelegel-o na sessão

do anno seguinte; mas que importa a não reeleição, si a eleição deixou de fazer-se?

Senhores, eu sei que o Vice-Presidente da Republica deixou de providenciar sobre a eleição das Alagôas, não obstante o officio ou mensagem do Senado, quando o governador do estado não mandou proceder áquella eleição. Mas o que podia fazer o Vice-Presidente da Republica? Si a competencia só existe por lei; si, pela Constituição ella é do governador; si a mensagem do Senado não é lei; si, portanto, carecia o Vice-Presidente de competencia, como poderia elle providenciar sobre a eleição? Era impossivel.

O SR. Q. BOCAYUVA—Apoiado.

SR. COELHO E CAMPOS — Faça-se uma lei, como esta de que nos occupamos, e veremos si elle se recusará.

Se passar o projecto, como está, note o Senado que incongruencia na lei: ao passo que fica ao presidente da camara respectiva a designação da eleição nos estados; si a eleição é no districto federal é ao ministro do interior que compete a designação, segundo o art. 61 da da lei eleitoral.

Ora, o que é o ministro do Interior sinão o secretario, funccionario da confiança pessoal do Presidente da Republica, e portanto, politicamente, a mesma pessoa do Presidente da Republica?

E por que ha de elle designar a eleição no Districto Federal e não nos estados? Não vejo razão.

Pelo contrario, ao presideute da camara seria facil marcar a eleição no Districto Federal, porque teria de dirigir-se sómente a uma municipalidade; facilidade que não é a mesma para a eleição nos estados, e que poderia tel-a o Presidente da Republica pelos auxiliares de que dispõe. Entretanto o contrario disto é o que se pretende pela emenda, que passou, do nobre senador por Minas. (*Apartes.*)

Parece que ha ahi um equivoco da emenda e de sua adopção, que o Senado deverá reconsiderar. Para isto offereço uma emenda restabelecendo a disposição primitiva do art. 1º do projecto.

O art. 2º do projecto dispõe que o governador que não manda proceder á eleição ou obsta a que ella se faça quando marcada pelo presidente da camara, fica sujeito a penalidade de art. 135 do Codigo Penal.

Foi assim emendado este artigo pelo nobre senador pela Bahia; pois o artigo primitivo cogitava apenas do governador que não mandasse fazer a eleição, e applicava a pena do art. 111 do Codigo.

Teve razão o nobre senador pela Bahia quando não julgou adaptada ao caso a pena do art. 111.

Quando o legislador faz applicar a pena de um crime a outro crime é que ha entre elles pelo menos certa analogia; e fazendo observar a mesma disposição penal é que dá-se a mesma razão determinante em ambos os delictos.

A hypothese criminal prevista no projecto diverge muito do facto delictuoso do art. 111.

Pelo projecto o facto do governador é não mandar fazer a eleição. No artigo citado do Codigo Penal trata-se da opposição directamente e por factos contra o funccionamento de certos poderes, ou da ordem delles. No primeiro caso é o delicto por negação, por omissão. No segundo é o delicto por acção positiva, violenta, pelas armas talvez. Alli é menos grave, muito menos grave o facto, do que o de que cogita o art. 111.

São, pois, factos de cathegoria distincta, dissemelhantes, a que devem corresponder penas tambem differentes.

Teve razão ainda o nobre senador pela Bahia, quando lobrigou, no seu espirito atilado, que o governador que não faz a eleição póde obstar a que ella se faça, de ordem do presidente da camara respectiva.

S. Ex. foi previdente, porque a hypothese é perfeitamente possivel, mormente nos tempos que correm, em que o que se entende, legalmente ou contra a lei, é o que se faz.

Uma razão mais, bem que singular e só determinada pelas circumstancias do tempo, para que seja o Presidente da Republica, e não o presidente da Camara, quem designe a eleição. Força tem o Presidente da Republica nos estados, que impõe certo respeito ás suas determinações. E o presidente da Camara só tem por si a lei; mas o que é a lei si a força, que deve assegural-a, lhe é contraria? E' tudo o meio em que se age; e o legislador perspicaz legisla para o tempo e segundo o tempo.

De accordo, portanto, com as duas modificações feitas a este artigo do projecto pelo illustre senador pela Bahia.

Peço, porém, venia a S. Ex. para divergir de suas emendas, quando applica a pena do art. 135 do Codigo Penal ás hypotheses criminaes previstas, e a mesma penalidade ou pena igual ás duas hypotheses indistinctamente.

O art. 135 do Codigo Penal trata do crime de desobediencia.

A desobediencia suppõe uma ordem de autoridade competente, a que se desobedeça.

Não a ha quando o governador não manda proceder á eleição, porque neste caso é elle mesmo quem ordena; a camara respectiva apenas faz communicação da vaga para que, por nova eleição, seja preenchida.

Ora, não se concebe que o governador possa

desobedecer a uma ordem que só por elle póde ser dada.

Si elle obsta de qualquer fórma á eleição determinada pelo presidente da Camara, ha, é certo, uma ordem de autoridade competente, a que elle se oppõe; mas neste caso não ha desobediencia sómente, porque desobedecer é não cumprir a ordem, é não fazer o que ella manda, e obstar é oppor-se de qualquer modo, é resistir a que se cumpra o que foi ordenado.

Em qualquer dos casos não ha o crime de desobediencia, para que possa ter applicação juridica a penalidade do art. 135.

Perguntar-se-ha: qual então a pena propria para as hypotheses criminaes do projecto?

Começo por distinguir os factos incriminados, isto é, não mandar o governador fazer a eleição e obstar a que ella se faça, apreciando-os perante o direito constituido e o direito a constituir.

Perante o direito constituido, o facto do governador, que, tendo communicação da vaga, não manda proceder á eleição — se acha comprehendido no art. 207, n. 4, ou no art. 210 do Codigo Penal.

No art. 207, n. 4, si o funccionario, na hypothese o governador, por *affeição, odio, contemplação ou interesse pessoal seu*, recusa as providencias determinadas por lei.

No art. 210, si essa recusa fôr por frouxidão, indolencia, negligencia ou emissão. No primeiro caso é a pena:—prisão por seis mezes a um anno, perda do emprego, inhabilitação para outro e multa. No segundo caso é a pena:—suspensão por seis mezes a um anno e multa.

Mas, si se observar que póde o governador não mandar fazer a eleição por considerações outras—qual seja o falso presupposto de uma mal entendida competencia, em nome da pretendida soberania do seu estado, que o seu procedimento, neste caso, não é determinado por affeição, odio, contemplação ou interesse pessoal, e por outro lado que a sua omissão não procede de frouxidão ou negligencia, e antes é calculada e proposital—ver-nos-hemos deante de uma hypothese nova, que é menos grave que o delicto do art. 207 e mais grave que o facto criminoso previsto no art. 210.

Assim, ou incorre o governador nas penas dos arts. 207 ou 210, conforme as circumstancias, ou é preciso instituir uma penalidade differente. Sou inclinado a esta segunda hypothese, considerando que, em tal caso, elle quasi nunca faltará ao seu dever por negligencia nem por affeição, odio ou interesse pessoal, e antes por considerações de ordem politica, embora falsas, mal entendidas.

Por isso, approximando-me da media entre as penalidades dos artigos citados, estabeleço por uma emenda a pena de 9 a 18 mezes de suspensão ao governador que não faz proceder á eleição dentro dos 90 dias, quando feita a communicação da vaga.

Para o caso de obstar o governador á eleição marcada pelo presidente da Camara, ou mesmo pelo presidente da Republica, a pena não póde ser a mesma. E' ainda outro ponto em que divirjo da emenda do nobre senador pela Bahia.

O governador que não manda fazer a eleição, não cumpre a lei, delinque por omissão. Si, porém, elle obsta a eleição, oppõe-se á ordem legal que a determina, delinque por acção, directamente, por factos. Em direito, os delictos por omissão são menos graves. Aquelle que se oppõe a que se faça a eleição deve soffrer pena mais severa. Qual essa pena si a opposição parte do governador do estado? Depende da fórma da opposição para caracterisar o delicto e determinar a pena.

Póde a opposição ser directamente e por factos, si é o Presidente da Republica que ordena a eleição: seria a opposição armada, a revolução; caso do art 111 do Codigo Penal.

Póde ser a simples resistencia pela violencia ou ameaça, caso do art. 124 do Codigo, concorrendo as mais circumstancias que o constituem.

Póde ser o caso do art. 169 do Codigo si a opposição consiste em obstar que a mesa eleitoral se reuna, ou dispersal-a com violencia ou tumulto.

Póde a opposição não se comprehender em qualquer destes artigos, e manifestar-se pela combinação e conluio do governador com as municipalidades e mesas eleitoraes para que não se faça a eleição: a opposição pela inercia.

O SR. Q. BOCAYUVA— Apoiado.

Neste ultimo caso se verificaria o delicto previsto no art 48 da lei eleitoral, que não cogita do governador, mas do qual seria elle co-autor pelo conselho, pela influencia e pelo conluio.

Pelo direito constituido, ahi estão as diversas penalidades em que poderia o governador incorrer, segundo a fórma da opposição.

Si instituirmos um direito novo, uma penalidade especifica do delicto do governador que obsta a eleição, dependendo ella da variedade da fórma da opposição, ha de forçosamente adaptar-se á contingencia das circumstancias que a caracterisam.

Como, pois, estabelecel-a? Temos exemplos dessa modalidade do direito no nosso Codigo Penal e na legislação penal dos outros povos.

Parto do facto menos grave—a opposição pela inercia, pela influencia para com as municipalidades e as mesas eleitoraes. O facto, neste caso, é incontestavelmente mais grave que o previsto no art. 48 da lei eleitoral, não

só porque procede da primeira autoridade do estado, como porque é um facto resultante de um plano geral de abstenção. Por isso, em vez de ser a pena de suspensão dos direitos politicos por dous a quatro annos, como diz aquelle art. 48, eua elevo de tres a seis annos.

Eis a pena para a obstação pela inercia.

Póde acontecer, porém, que a abstenção não seja geral, que por outros modos trate o governador de obstar a eleição ou a queiram fazer aquelles que não cederam á sua influencia. Neste caso, é claro que a pena da suspensão dos direitos politicos seria insufficente. Pelo que, além desta pena, deverá elle soffrer aquellas outras em que, por seu acto, possa ter incorrido, segundo a lei penal em vigor.

E' o meu modo de ver em uma emenda. O Senado resolverá em sua sabedoria, si procede ou não o meu alvitre.

E' mais um ponto de minha divergencia o paragrapho unico do art. 2º do projecto, pela referencia inutil que faz ao art. 54 da lei eleitoral.

E' a referencia inutil pelo que vou dizer. Em primeiro logar, este art. 54 contém disposições escusadas, verdadeiras superfetações, como seja, dizer que os crimes eleitoraes são de acção publica, que a pena deve ser graduada segundo as circumstancias.

Ora, pelo Codigo Penal teem acção publica todos os crimes, salvo o de furto, damno, parto supposto, adulterio e outros taes.

Pelo mesmo codigo as penas são graduadas segundo o concurso das circumstancias aggravantes ou attenuantes.

Para que, pois, repetir estes preceitos da nossa lei penal organica, e que regem todos os delictos, na lei eleitoral, ou em qualquer outra? E' evidentemente escusado.

Em segundo logar, o mais do art. 54 é a competencia do procurador e juiz seccionaes nas capitaes, e dos promotores publicos e juizes de direitos nas outras comarcas para a denuncia e julgamento em taes delictos, disposição que não tem applicação aos casos em que o governador não manda fazer ou obsta á eleição, porque o projecto a substitue pela competencia do procurador geral da Republica e do Supremo Tribunal Federal.

Resta do art. 54 somente a parte que diz que o processo a seguir é o de responsabilidade dos funccionarios publicos. Mas isto fica entendido desde que se dá a competencia ao Supremo Tribunal Federal; o que não quer dizer que no meu substitutivo não indique o processo a seguir.

No paragrapho de que se trata, se diz ainda que a denuncia compete ao procurador geral da Republica, á requisição do presidente da camara respectiva.

Não acho regular esta forma. Pode-se suppor á *contrario*, que si o presidente não quizer, não será dada a denuncia, nem terá logar o processo contra o governador.

Substituo esta parte do paragrapho dizendo que o presidente da camara ou da Republica, dará conhecimento do facto, com os documentos que tiver, ao procurador geral da Republica para os devidos effeitos. Parece que assim fica sem mais duvida.

O SR. MANOEL VICTORINO — Si elle não cumprir?

O SR. COELHO E CAMPOS — Tem a responsabilidade criminal. V. Ex., comprehendo, entende que pelo facto de requisição, fica mais assegurada a apresentação da denuncia. Mas póde tambem suppor-se que sem essa requisição não tem logar a denuncia.

O SR. MANOEL VICTORINO —Póde não convir a denuncia.

O SR. COELHO E CAMPOS — Trata-se de um crime publico, que entende com questões de ordem publica; a denuncia deve ser dada.

O SR. MANOEL VICTORINO — O presidente da respectiva camara é o juiz da conveniencia ou inconveniencia de promover a accusação; pódem ter havido razões pelas quaes convenha não fazer effectiva.

O SR. COELHO E CAMPOS—Entendo que não; seria deslocar a competencia dada pelo projecto ao Poder Judiciario. Os tribunaes que conheçam do facto e julguem; o que não obsta que o Congresso use do indulto, si razões houver para isto. (*Apartes.*)

Peço ainda licença aos honrados senadores pela Bahia e por Minas para discordar da mensão das palavras finaes do paragrapho unico do art. 1º. E' mais uma observação que faço para corrigir alguns senões do projecto e tenhamos uma lei regular, sem outra pretenção que provocar o juizo esclarecido do Senado.

O SR. J. NEIVA — V. Ex. é competente.

O SR. MANOEL VICTORINO — E' competentissimo.

O SR. COELHO E CAMPOS—Não, senhor, vejam sómente em mim a boa vontade de acertar.

Refiro-me Sr. presidente, a estas palavras finaes do paragrapho *como incursos em crimes politicos.*

Estas palavras do fim do paragrapho nada exprimem, são expressões vagas, sem cunho juridico, nada definem nem precisam.

O SR. AMERICO LOBO — E' disposição do projecto primitivo, e não de emenda.

O SR. COELHO E CAMPOS—Do projecto ou da emenda, é indifferente; a observação é a mesma.

Na classificação geral do direito penal, ha certa ordem de crimes publicos, que se podem denominar crimes politicos ; por exemplo: a conspiração sedição, rebellião, os crimes contra a integridade, independencia e dignidade da patria, contra o funccionamento dos poderes publicos, etc., etc.

Mas o paragrapho nas palavras referidas presuppõe o direito codificado, os crimes segundo o direito positivo, e no nosso Codigo Penal não ha essa classificação ou denominação de crimes politicos

O ministerio publico, os tribunaes teem de, na applicação desta lei, verificar si ha taes delictos politicos no codigo com referencia ás hypotheses criminaes do projecto e não os encontrando com tal denominação, applicam no caso o artigo penal, que o rege, sem preoccupar-se de sua classificação theorica, como crimes politicos, ou não.

Portanto é inutil dizer o projecto que os funccionarios que não cumprirem esta lei sejam responsabilisados *como incursos* em crimes politicos.

O SR. MANOEL VICTORINO dá um aparte.

O SR. COELHO E CAMPOS—O que quero accentuar é que não teem valor as palavras — como incursos em crimes politicos.

O SR. MANOEL VICTORINO—Em que classe inclue V. Ex. esse crime?

O SR. COELHO E CAMPOS—Conforme elle; si se trata de funcções eleitoraes, como se colligе do paragrapho, para o exercicio dos direitos politicos, o codigo trata sob o titulo dos crimes contra o livre exercicio dos direitos individuaes.

O SR. MANOEL VICTORINO—V. Ex. terá de encartar esta phrase que é muito mais longa.

O SR. COELHO E CAMPOS—Engana-se V. Ex.; não quero encartar phrase alguma ; desde que *á priori* não se determina precisamente o artigo do codigo em que incide o funccionario, fica á apreciação do ministerio publico e dos tribunaes, á vista do facto, qualifical-o perante o codigo.

V. Ex., percebo, qualifica delictos politicos no paragrapho a infracção da lei por factos eleitoraes.

O SR. MANOEL VICTORINO—Não são simplesmente eleitoraes, perdoe-me V. Ex.; são contra a integridade da federação, contra a essencia do systema, contra tudo.

O SR. COELHO E CAMPOS—Perdoe-me o honrade senador, isto assim dito é vago, muito vago ; nem è este o delicto ou delictos de que trata o paragrapo, mas daquelles funccionarios que devendo proceder á eleição, deixam de fazel-o seja qual for a sua classificação; é a elles que se refere o projecto, e delles devem conhecer as autoridades judiciaes.

O SR. MANOEL VICTORINO dá um aparte.

O SR. COELHO E CAMPOS—Si V. Ex. me tivesse ouvido no começo do discurso, veria como qualifico taes delictos perante o Codigo.

O SR MANOEL VICTORINO—Mas não ha no Codigo artigo correspondente. foi preciso procurar um que mais se adaptasse.

O SR, COELHO E CAMPOS—Não senhor, o Codigo e a lei eleitoral punem estes delictos, ha leis punitivas de taes funccionarios ; quanto ao governador sómente é que, sob este ponto de vista, instituimos direito novo.

O SR. MANOEL VICTORINO dá um aparte.

O SR. Coelho E CAMPOS. V. Ex. está enganado, o paragrapho unico do art. 1º, nas ditas palavras, já não tem applicação ao governador, porque os delictos que este possa commetter, nas hypotheses do projecto, estão previstos e punidos pelo art. 2º. De forma que as palavras, —como incursos em crimes politicos referem-se aos outros funccionarios. (*Ha varios apartes.*)

Suppressas as palavras finaes, a que tenho-me referido, ficará o mais do paragrapho como está ; isto é—o ministerio publico promoverá a accusação dos funccionarios que deixarem de cumprir o preceito constitucional e disposições desta lei. O mais é dispensavel e prejudicial á clareza da lei. (*Continuam os apartes.*)

E' como entendo. O Senado fará o melhor.

Agora o additivo que annunciei ao projecto. Elle consiste em que o Presidente da Republica, segundo minha emenda, ou o presidente da camara respectiva, como diz o projecto, possa incumbir as providencias preliminares para a eleição a algum funccionario federal no estado.

O Presidente da Republica tem, como seus agentes, o inspector de alfandega, o administrador do correio, capitão do porto, e o commandante da força. Nenhum destes, porém, pela natureza das funcções, é tão apto, como o juiz seccional. Faço declarar na lei que os juizes seccionaes darão cumprimento ás providencias que neste sentido lhes forem ordenadas.

O SR. Q. BOCAYUVA—Neste ponto não estou de accordo com V. Ex. Desejo tanto quanto possivel evitar a magistratura de imiscuir-se nestas questões.

O SR. COELHO E CAMPOS—Mas acha V. Ex. que o inspector de alfandega, o commandante de força, sejam mais aptos para esta ordem de serviços ?

O SR. Q. BOCAYUVA—Mas é a junta eleitoral a quem se refere uma dessas emendas.

O SR. COELHO E CAMPOS — A junta eleitoral está no mesmo caso do juiz seccional, que della é parte; compõe-se de orgãos do Poder Judiciario. Todavia não faço questão; póde ser a junta eleitoral O que é preciso é declarar na lei a competencia, para evitar escusas á falta de lei, que obrigue.

Passo a ler as emendas:

A primeira diz que no art. 1º substituam-se as palavras «*presidente da respectiva camara* por estas—*presidente da Republica*.

A segunda emenda manda eliminar as palavras finaes do paragrapho unico do mesmo artigo—*Como incursos em crimes politicos*.

A terceira emenda faz substituir o art. 2º e seu paragrapho por este artigo: *Incorre na pena de suspensão por nove a desoito mezes o presidente ou governador do estado que deixar de cumprir o disposto no art. 1º.*

A pena será de suspensão dos direitos politicos por tres a seis annos além das mais em que possa incorrer se obstar de qualquer forma o presidente do estado que a eleição se faça nos termos doparagrapho unico do mesmo artigo.

O SR. MANOEL VICTORIO— Mas V. Ex. ha de substituir *incursos* em crimes politicos por qualquer outra cousa.

O SR. COELHO E CAMPOS— Não substituo, trato de eliminar, e é quanto basta.

O SR. Q. BOCAYUVA dá um aparte.

O SR. COELHO E CAMPOS—O crime será qualificado segundo a natureza do acto praticado. Por exemplo: admitta-se que as camaras municipaes não providenciem para que se faça a eleição. Está o delicto previsto no art. 48 da lei eleitoral. Admitta-se que as mesas eleitoraes não se reunam para a eleição, ahi está outro caso previsto na lei. Assim em muitos outros casos. O que é preciso é que se dê o facto delictuoso para o poder judicial applicar-lhe o artigo penal, que o rege. Não é necessario dizer como incurso em delicto politico, para evitar duvidas na pratica para saber-se si o crime é politico ou simplesmente eleitoral.

O SR. MANOEL VICTORINO—E' altamente politico, não é crime eleitoral sómente. (*Ha outros apartes.*)

O SR. COELHO E CAMPOS—Senhores, isto depende da natureza do facto praticado; e ao juiz é que compete qualifical-o á vista da lei.

O SR. MANOEL VICTORINO E OUTROS dão apartes.

O SR. COELHO E CAMPOS— Para o caso nada importa a classificação do crime como politico. Já o disse porque. Não tenho a esperança de convencer os nobres senadores.

O SR. Q. BOCAYUVA — Mas V. Ex. mesmo não achou no Codigo a definição do crime.

O SR. COELHO E CAMPOS—Isto foi outra hypothese: era quanto ao governador que não mandasse fazer a eleição ou obstasse que se fizesse, casos em que achei preferivel instituir uma penalidade nova. Era do art. 2º que tratava.

Agora é o caso do paragrapho unico do artigo 1º que se refere a outros funccionarios, para os quaes não se cria pena nova.

O SR. MANOEL VICTORINO—O art. 1º só se refere ao governador do estado.

O SR. COELHO E CAMPOS—Assim é quanto ao tempo em que elle deve ordenar que se faça a eleição.

Mas no paragrapho unico manifestamente se refere a outros funccionarios.

O SR. MANOEL VICTORINO (*lendo o art. 1º.*) —São os governadores.

O SR. COELHO E CAMPOS—Admitto que na expressão—funccionarios—se comprehenda, entre outros, tambem o governador; mas especificando no art. 2º somente quanto a este os delictos e penas correspondentes, o que não faz quanto aos outros funccionarios; as palavras como incursos em crimes politicos do paragrapho do art. 1º só se podem referir aos crimes em que estes funccionarios possam incorrer, e não aos crimes do governador, que são definidos e especificados no art. 2º e, portanto, escusado é dizer na lei si elles são politicos ou não.

O SR. MANOEL VICTORINO — O art. 2º refere-se á hypothese do governador não fazer a eleição ou obstar a que se faça depois de designada pelo presidente da Camara. E' outra hypothese.

A primeira hypothese é delle não cumprir a disposição legal no prazo de 90 dias.

A segunda é delle obstar a que ella se realise.

O SR. COELHO E CAMPOS—Desculpe V. Ex., o art. 2º trata de ambas as hypotheses. Eis o que dispõe o artigo (*lê*).

Portanto, está ahi definido o delicto consistente em não fazer a eleição e o delicto de obstal-a, applicando a penalidade do art. 135 do Codigo Penal.

O art. 1º do projecto estabelece a obrigação de fazer o governador a eleição dentro de 90 dios. O art. 2º considera crime o não fazer elle a eleição neste prazo, ou obstar a que ella se faça, quando designada pelo presidente da Camara, como preceitúa o paragrapho unico do art. 1º.

A parte penal está no art. 2º, quanto ao governador.

A parte penal, quanto aos mais funccionarios que não façam a eleição, está no paragrapho unico do art. 1º, onde se determina a responsabilidade dos que deixarem de cumprir as disposições da lei como incursos em crimes politicos. (*Ha varios apartes.*)

O Sr. Manoel Victorino — O projecto foi elaborado por nós; o pensamento foi este; não sei como deprehender-se outra idéa desde que nós responsabilisamos o governador.

O Sr. Coelho e Campos — Não se responsabilisapelo projecto ao governador sómente.

O paragrapho diz— funccionarios que deixarem de cumprir as disposições desta lei. Logo, ha mais funccionarios: São as camaras municipaes, as mesas eleitoraes.

Só para os delictos do governador ha especificaçã e penas.

Os delictos dos mais funccionarios e as penas serão os que, segundo o Codigo Penal, lhes forem applicaveis. Si são especificados no art. 2º do projecto os dois delictos do governador, seria pelo menos uma superfetação applicar as palavras finaes do paragrapho unico do art. 1º, si a elle tem referencia, como quer o nobre senador.

O Sr. Manoel Victorino dá um aparte.

O Sr. Coelho e Campos— Quanto ao crime ou crimes dos outros funccionarios serão elles, politicos ou não, os que á vista dos factos, apurar o Poder Judiciario. (*Apartes.*)

Em todo caso, quanto a mim, é manifesta a inutilidade de taes palavras finaes do paragrapho do art. 1º. (*Continuam os apartes.*)

E' escusado proseguir neste dialogo, Sr. presidente. A discussão assim não aproveita. Mantenha cada um a sua opinião, si assim entender. E' o modo de pôr fim a esta discussão impossivel.

Envio a mesa as minhas emendas, algumas das quaes deixo de ler. O Senado lhes dará o destino que merecerem. O meu fim é escoimar certos senões do projecto, para que se faça uma lei digna do paiz e de nós.

Veem á mesa as seguintes

Emendas

Ao art. 1.º paragrapho unico—Em vez de —*presidente da respectiva Camara*, diga-se: *Presidente da Republica.*

Ao mesmo artigo paragrapho unico—Supprimam-se estas palavras finaes—como *incursos em crimes politicos.*

Substitua-se o art. 2.º e seu paragrapho pelo seguinte:

Art. 2.º Incorrerá na pena de suspensão do emprego por 9 a 18 mezes o presidente ou governador do estado que deixar de cumprir o disposto no art. 1.º

A pena será de suspensão dos direitos politicos por 3 a 6 annos, além das mais em que incorrer, se obstar de qualquer fórma o presidente do estado á eleição marcada pelo Presidente da Republica na fórma do paragrapho unico do mesmo artigo.

Paragrapho unico. Compete ao procurador geral da Republica denunciar e ao Supremo Tribunal Federal fórmar a culpa e julgar nos crimes previstos neste artigo, observando-se quanto ao processo a lei em vigor para os crimes funccionaes de fôro especial.

O Poder Executivo dará conhecimento do facto com os documentos que tiver, ao procurador geral da Republica para os devidos effeitos.

Additivo

Art. Os juizes seccionaes dos estados darão cumprimento as providencias que lhes forem ordenadas pelo Presidente da Republica para a execução do disposto no paragrapho unico do art. 1.º, de modo que a eleição se faça no dia por este fixado.

S. R.—Sala das sessões, 19 de junho de 1893.—*J. L. Coelho e Campos.*

São lidas, apoiadas e postas conjunctamente em discussão.

O Sr. Americo Lobo — A casa ouviu o bellissimo discurso do honrado senador por Sergipe e, não podendo acompanhar a S. Ex., por causa da hora, em todas as considerações emittidas, vou simplesmente explicar o pensamento das emendas offerecidas pelo nobre senador da Bahia.

Faz S. Ex. grande questão de ser a data da eleição determinada pelo Presidente da Republica e não pelo da camara respectiva. Quando a primeira vez se tratou aqui do assumpto em relação ao Estado de Alagôas e ao Senado se propoz a intervenção do Presidente da Republica, vi logo que isso seria ocioso, ou superfluo, e que a unica sahida possivel era o presidente do Senado, como representante deste, marcar o dia da eleição. Cumpriu-se minha previsão; a eleição não se fez e o honrado senador defende o Presidente da Republica, por não tel-a obtido.

Na apresentação da emenda não mostramos, eu e o meu illustre collega da Bahia, nenhuma desconfiança do Presidente da Republica; ao contrario, entendo que tem prestado grandes serviços ao paiz e ainda

agora os prestou em relação á revolução do Sul. A outra guerra custou muito dinheiro e, quando ao Duque de Caxias se offereceram soldados, elle respondeu que queria a quantia de 5.000:000$000.

UM SR. SENADOR — Isso não é da historia.

O SR. AMERICO LOBO—O prazo presidencial termina no anno proximo e a nossa Constituição prohibe a reeleição; a pessoa do Presidente da Republica não está pois em questão; esta é de todos os periodos presidenciaes e de todos os congressos republicanos.

Não é exacto que o Congresso não exerça funcção executiva; tudo quanto se refere a eleições é executivo e muitas vezes se accusaram ás camaras do imperio de fazerem um terceiro escrutinio.

Si o Presidente da Republica não tem meios para mandar proceder á eleição, dão-se por esta lei aos presidentes da Camara e do Senado.

O Poder Executivo, no tocante á eleição, não está na suprema direcção da Republica, mas nos governadores dos estados.

Não podemos, em logar do governador, que é o competente no seu estado, collocar o Executivo Federal; aquelles e este vivem pela Constituição parallelamente em espheras differentes.

E' a primeira razão que vejo para a emenda. Pois o Presidente da Republica é superior hierarchico dos governadores? Póde corrigil-os ou admoestal-os; póde substituil-os?

Não, senhores, o governador é tão soberano como o Presidente da Republica, e delle não recebe ordens. Si ha uma inação do governador, si ha motivo para suppor que dessa inação resulte o não preenchimento de vagas, em maior ou menor numero, no seio do Congresso, quem deve ter competencia, para evitar o mal, sinão o proprio Congresso, attendendo á necessidade suprema de sua conservação, sem o que as corporações politicas, que não teem o direito do suicidio, definham, morrem e desapparecem?

O anno passado vimos como as renuncias e a morte affastaram do nosso recinto muitos de nossos collegas. Alguns dos que renunciaram ou quasi todos voltaram e estão prestando serviços á Republica. Mas, na falta da eleição, a morte e a renuncia podem fazer com que fique completamente deserto este salão, assim como o da Camara dos Deputados.

Si se trata da composição das casas do Congresso, quem póde represental-as mais competentemente do que as suas mesas?

O SR. MANOEL VICTOIRNO — Constitucionalmente as eleições nem devem ficar dependentes dos governadores dos Estados.

O SR. AMERICO LOBO — Sem duvida, deviam ficar só dependentes do povo, si elle conhecesse seus direitos, para que, si um governador não marcasse eleição, o povo corresse a tocar o rebate da liberdade, embora como processo revolucionario.

O SR. Q. BOCAYUVA — A constituição americana ligou tanta importancia ao preenchimento das vagas, que os governadores dos Estados teem o direito de nomear interinamente quem deve substituir o representante, isto mesmo no intervallo das sessões.

O SR. AMERICO LOBO—Si esse preenchimento é tão necessario em relação á Camara dos Deputados que exerce funcções legislativas, o que não se dirá quanto a nós, que exercemos a funcção federativa, a qual compete particularmente ao Senado, onde todos os Estados se harmonisam, teem triplice representação, e onde a ausencia de um póde debilitar as deliberações, de modo que um Estado, que tiver apenas um ou dous representantes, fica, *ipso facto*, privado de uma das garantias que lhe deu a Constituição?

Por isso, sem nenhuma desintelligencia, sem nenhuma desconfiança do chefe do governo...

O SR. MANOEL VICTORINO — O que admira é que tenhamos necessidade dessa lei.

O SR. Q. BOCAYUVA—Apoiado.

O SR. AMERICO LOBO—E' exacto... appellando para o principio de conservação, que é de todos os seres, appellando para o principio da federação, supponho que ninguem é mais competente do que V. Ex., Sr. presidente, e do que o presidente da Camara, para dar providencias no caso de vagas no Congresso.

Creio ter em breves palavras convencido o Senado das razões que justificam as emendas que apresentei conjunctamente com o meu illustre collega senador pela Bahia.

O honrado senador por Sergipe, muito habituado a emergir nos arcanos da jurisprudencia e da legislação, nas quaes é mestre...

O SR. COELHO E CAMPOS—Não apoiado.

O SR. AMERICO LOBO—... illudiu-se em um ponto.

Não se trata de restabelecer delicto antigo ou já previsto.

Si existisse lei, não era preciso o projecto.

O SR. COELHO E CAMPOS — Mas não cabe a mesma penalidade para casos diversos.

O SR. AMERICO LOBO — Chego lá.

Não se pune um governador pela inacção a que se refere o artigo do codigo.

O governador não é um funccionario publico; é um quasi soberano do seu Estado, e

não ha artigo algum de lei que faça um crime do facto de não se marcar a eleição.

Mas é preciso definir o delicto e impor uma pena.

Disse S. Ex. que a primeira proposição não era justa e que razão tiveram os autores da segunda emenda, apresentada pelo illustrado senador pela Bahia.

Explico o facto, e dou a razão por que me declarei convencido, para não deixar a observação do nobre senador no ar, sem resposta.

Parti do principio de que ha uma lacuna que deve ser supprida; que o Senado não se póde suicidar, que é preciso ter completa a sua representação, e, portanto, não era o direito antigo, mas um direito novo que devíamos estabelecer, fortalecendo nesse ponto as bases do direito politico.

Qual o artigo do codigo que corresponde ao facto, que constitue duplo ataque á constituição e á federação?

O Sr. Coelho Campos — O da desobediencia?

O Sr. Americo Lobo—Não manda a Constituição proceder ás eleições? Quem embaraça ou impede a execução deste preceito, pratica mais do que uma desobediencia, ataca a existencia do Congresso.

O Sr. Coelho Campos— E por isto eu dizia que a pena era insignificante.

O Sr. Americo Lobo—V. Ex. então legitima a minha primeira emenda, que applicava a pena correspondente ao delicto, desde que o governador obsta ou impede o effeito das determinações executivas do presidente da Camara ou do Senado, incorre em penalidade igual á do art. 111 *in fine* do Codigo Penal, referente á opposição contraria aos actos dos poderes Executivo e Judiciario.

O Sr. Coelho Campos dá outro aparte.

O Sr. Americo Lobo— Bem, estou mostrando as rasões que tive para offerecer a primeira emenda. Concordei com a segunda, porque o nobre senador pela Bahia me ponderou que não era preciso uma pena forte, porque as penas fortes muitas vezes trazem desapprovação e não se cumprem; que a questão não era de pena, mas de effeito moral, e que esta bastava.

O Sr. Manoel Victorino—Sem duvida.

O Sr. Americo Lobo— Mas, para pormos de harmonia a Constituição e a lei, deviamos considerar um crime, sem comtudo lhe applicar uma pena muito forte, porque, além de tudo, o governador é chefe de um Estado, com quem não se devia usar de rigor.

Encarada assim a questão, tratando-se de um crime novo, podiamos dar a pena que quizessemos.

A referencia ao codigo não quer dizer que capitulemos o crime como desobediencia.

A referencia é feita á pena. Poderiamos ter applicado a de quaesquer outros crimes classificados no codigo: o infanticidio, o aborto, etc.

O Sr. Coelho e Campos—E' um engano de V. Ex.; é preciso ver o caso em que cabe a pena.

O Sr. Americo Lobo—O engano e de V. Ex. Póde decretar-se por meio de uma referencia: a pena consiste em tantos annos ou tantos mezes de prisão, sem que o crime seja precisamente o do artigo do codigo penal a que se faz referencia: pura questão de redacção.

Não é preciso, para se impor a mesma penalidade, que os crimes sejam congeneres, sejam em tudo iguaes, sejam em tudo identicos.

A mesma pena póde applicar-se a muitos crimes diversos; e os mesmos crimes especiaes tomam diversas feições. Um assassinato póde ser commettido á corda de seda, por estrangulamento, por envenenamento ou pela forca.

E' sempre assassinato.

O autor do projecto, propondo isto, não estabelece crime igual ao de desobediena, ao contrario para crimes distinctos estabelece pena igual.

A analogia da pena é tão suave como suave é o temperamento braziléiro.

Passo agora a explicar a segunda parte do artigo que impõe a mesma penalidade ao governador que se oppuzer á eleição.

Aqui existe tambem a igualdade, e esta igualdade é para não deshonrar o cargo de governador; demais a mais, o damno é o mesmo. Não ha pois contradicção, como pareceu ver o nobre senador. Mas si depois de marcada a eleição o governador se oppuzer de qualquer fórma a que ella se faça, incorre num crime. O projecto diz—se oppuzer de *qualquer fórma*; já vê que V. Ex sustenta a emenda que aqui passou. Nós dizendo—de *qualquer fórma* tomamos todas as fórmas da acção criminosa. Mas nós não podemos, quando tratamos de crimes politicos, descer á variedade infinita de factos porque então havemos de levar um seculo a estudar uma lei que previna todas as hypotheses amiudadamente, o que é impossivel; e tres ou dez milhões de artigos não bastariam.

Entretanto, no seu bello discurso notei que S. Ex. quer estabelecer como pena a suspensão de emprego. Mas, o governador quando incorre em suspensão do cargo responde deante do seu Congresso.

Elle está sujeito ao Tribunal Federal sómente nos crimes politicos.

Por que criticou tanto S. Ex. a reforma do art. 54 da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892?

Qual a razão dessa referencia? E' que o governador responde deante do seu Congresso nos crimes de responsabilidade, e por isso, em honra ao cargo, devem ser processados como crimes de responsabilidade os delictos politicos.

Tudo quanto diz mais o art. 54, concordo que seja ocioso.

Ha de-se então processar o governador como se processa um larapio?

O SR. COELHO E CAMPOS dá um aparte.

O SR. AMERICO LOBO—Tudo isto é uma questão de redacção; é bastante accrescentar-se na referencia ao art. 54, o seguinte, § 2º, e está tudo acabado.

Não podemos ter um codigo perfeitamente concluido, nem revelado pelo poder superior.

A lei nasce da discussão e é por isto que trago a minha pedra para ella; muito bronca, é verdade, mas é a de que disponho. Recordo agora o aparte do nobre senador pelo Rio de Janeiro, o qual é o seguinte:—Os governadores não podem ser processados.

Vejam o escrupulo que domina na consciencia do nobre senador pelo Rio de Janeiro; esse escrupulo concorre para se diminuir a pena.

Ha casos em que o governador póde ser punido pela legislatura local; esse processo é o de *empeachment*.

Tira-se o governador do Tribunal do Jury e se o submette ao Tribunal Federal.

Convem isto ou não? O Senado o decida. Senhores, a questão é muito grave.

O SR. Q. BOCAYUVA— Apoiado.

O SR. AMERICO LOBO —Já veem VV. EEx. que nós, autores da emenda, devemos ser cautelosos.

O SR. COELHO E CAMPOS — O Presidente da Republica não póde ser processado pelo facto de desobedecer a Constituição Federal?

O SR. AMERICO LOBO—Não ha duvida que nos crimes communs o governador responde no seu Estado; mas nos crimes communs commettidos fóra do Estado, por exemplo aqui no Districto Federal, qual a opinião de V. Ex.?

Desejava que V. Ex. me esclarecesse a respeito.

O SR. COELHO E CAMTOS—E' aqui.

O SR. AMERICO LOBO — Então V. Ex. me auxilia neste assumpto. Si o governador responde aqui, quando aqui pratica um crime commum, quando elle ataca a União, tambem é criminoso em toda a parte do Brazil.

O SR. COELHO E CAMPOS— Quem diz o contrario?

O SR. AMERICO LOBO—Vi um illustre senador hesitar ante o facto de se imporem penas aos governadores.

UM SR. SENADOR—Mas si elle recusar cumprir uma lei federal?

O SR. AMERICO LOBO — Está sujeito ao tribunal superior.

Sr. presidente, em defesa da federação é preciso, portanto, darem-se as fórmas do processo de responsabilidade nos crimes politicos commettidos pelos governadores.

O SR. Q. BOCAYUVA — Toda a tentativa de supprimir a representação de um Estado no Senado equivale para mim a uma tentativa de separação.

O SR. AMERICO LOBO — Apoiado. Muito bem. Mas vá V. Ex. convencer agora a quem quer que seja.

A revolução do Sul ameaça a federação e entretanto tem tantos idolatras e tantos agentes!

E' preciso, Sr. presidente, não esquecer uma cousa que merece toda relevancia no que diz respeito á classificação dos crimes politicos; como taes devem-se considerar os crimes eleitoraes, porque teem acção publica e pertencem em parte á competencia da justiça federal.

O SR. COELHO E CAMPOS dá um aparte.

O SR. AMERICO LOBO —Veja V. Ex.: depois do codigo penal e da lei de 11 de outubro de 1890 podia oCongresso ter decretado como decretou a lei n. 35 na qual se trata da fórma e da competencia do processo nos crimes eleitoraes, considerando desta arte os crimes eleitoraes como crimes politicos.

Elles o são de facto, e é para ahi que a sciencia legislativa caminha.

O SR. LUIZ DELFINO—Progride com a sociedade.

O SR. AMERICO LOBO—Progride.

Portanto, não vejo razão para supprimirmos a locução condemnada por S. Ex.; seria preciso revogar a lei eleitoral, assim como a Constituição, que tratam deste facto.

O SR. COELHO E CAMPOS—De que facto?

O SR. AMERICO LOBO—Da competencia para julgar e do modo de julgar os crimes eleitoraes.

No art. 54 se dá o modo, dá-se a competencia. Logo, a lei n. 35 considera politicos os crimes eleitoraes; é o que queria concluir.

Em todo o caso o crime é realmente politico da parte do governador.

O SR. COELHO E CAMPOS—São crimes funccionaes, de responsabilidade.

(*Ha outros apartes.*)

O SR. AMERICO LOBO—Essa locução, creio que é a resultante do trabalho legislativo do Congresso Nacional ; si ella não passar, então *ipso facto*, está revogada a lei que votamos sobre eleições ; porque lá se trata de crimes eleitoraes.

O SR. COELHO E CAMPOS—Perdão ; mas não se usa ahi da expressão *politicos*. Esta expressão não é legal, não é juridica.

O SR. AMERICO LOBO — Sim, ella não é verdadeiramente orthodoxa na sua origem, diante do Codigo Penal e da lei de 11 de outubro de 1890, concordo ; mas diante das leis subsequentes torna-se orthodoxa : é uma consequencia da lei eleitoral, porque na verdade, si como tenho provado, e si como affirmou o illustre senador pelo Rio de Janeiro, é um attentado contra a Constituição não se manter a integridade do Senado e da Camara, por falta de eleição se chega ao mesmo resultado;não havendo eleição não póde existir Senado nem Camara.

Logo, a eleição é, como se dizulgarmente, a fonte de toda a soberania ou de toda representação ou de toda delegação ; a eleição é politica essencialmente, é o nascedoro de todos os poderes ; e como os crimes commettidos contra ella não serão tambem politicos ?

Por isso hesito em acceitar a modificação proposta ao artigo, para a qual aliás não collaborei.

S. Ex. creio que censurou tambem o dever ser a denuncia formulada á requisição da respectiva commissão. Sr. presidente, si os membros do Senado e da Camara não pódem ser processados sem licença, devemos cobrir de protecção, estender a mão aos governadores em bem da federação.

Nesta casa se tem dito que nos Estados Unidos se partiu da autonomia ou da independencia dos Estados para a União, e que entre nós se deu o contrario; mas isto avança quem vê as cousas pela superficie. O que é verdade é que o Brazil foi dado a varios capitães-mores, que tinham existencia e jurisdicção separada; havia costumes verdadeiramente republicanos, não só nos tempos da colonia, como ainda no tempo imperial, porque li ainda ha pouco a existencia da Republica de Munducurus no Amazonas.

A federação entre nós é muito antiga e secular, e foi ella que fez ruir o imperio; ella existia na natureza das cousas, e só por um artificio bourbonico ou bragantino não triumphou. Recorrendo-se mesmo á historia, vê-se que em 1831 a federação chegaria á cupula...

O SR. VIRGILIO DAMASIO — E no Acto Addicional estão as bases da federação.

O SR. AMERICO LOBO — Sim, estão no Acto Addicional ; e foi a força armada e a corrupção, inclusive os 5.000:000$ para o Rio Grande do Sul, que mataram, que estrangularam essa federação.

Pois bem ; ella renasce de suas cinzas como uma Phenix, e havemos de atirar agora sobre ella como caçadores ? Não, Sr. presidente, vejamos nella uma ave sagrada e, em vez de entoarmos canticos de guerra, entoemos canticos de esperança e de immortalidade. (*Muito bem.*)

A discussão fica adiada pela hora.

O SR. PRESIDENTE designa para a ordem do dia 20 :

Continuação da 3ª discussão do projecto do Senado, n. 49, de 1892, marcando aos governos dos estados o prazo maximo de 90 dias, da data da communicação da mesa da respectiva camara, para execução do § 3º do art. 17 da Constituição Federal, salvo caso de guerra ou calamidade publica ;

1ª discussão do projecto do Senado, n. 16, de 1893, que marca os casos e modos da revisão dos processos de crimes militares ;

3ª dita da proposição da Camara dos Deputados, n. 84, de 1892, reorganisando a Repartição Geral dos Telegraphos ;

2ª dita do projecto do Senado, n. 15, de 1893, considerando a classe dos obreiros das officinas da Imprensa Nacional como parte integrante do pessoal da mesma, para todos os favores, deveres e direitos que se referem ao alludido pessoal ;

1ª dita do projecto do Senado, n. 17, de 1893, dispondo sobre o aforamento perpetuo.

Levanta-se a sessão ás 4 horas da tarde.

37ª sessão em 20 de junho de 1893

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes (vice-presidente)

SUMMARIO—Chamada—Leitura da acta—EXPEDIENTE—Pareceres—Discursos e requerimento do Sr. Antonio Baena—Adiamento da votação—Continuação da 2ª discussão do projecto n. 49—Discursos dos Srs. U. do Amaral e Q. Bocayuva—Emendas e requerimento do Sr. Manoel Victorino—Votação—Adiamento da discussão—Votação em 1ª discussão do projecto n. 16—3ª discussão da proposição n. 81—Emenda—Discursos dos Srs. Amaro Cavalcanti, Gaspar Drummond e Rodrigues Alves—Requerimento do Sr. Gaspar Drummond—Votação—Encerramento da discussão da proposição—Votação—2ª discussão do projecto n. 15—Discursos dos Srs. Manoel Victorino, Amaro Cavalcanti e Manoel Victorino—Adiamento da discussão.

Ao meio-dia comparecem 31 Srs. senadores, a saber: Prudente de Moraes, Antonio Baena, João Neiva, Souza Coelho, Joaquim Sarmento'

Manoel Barata, Cruz, Catunda, José Bernardo, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, Joaquim Pernambuco, Messias de Gusmão, Coelho e Campos, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Monteiro de Barros, Q. Bocayuva, Braz Carneiro, Aristides Lobo, Rodrigues Alves, Silva Canedo, Paranhos, U. do Amaral, Santos Andrade, Raulino Horn, Luiz Delfino, Joaquim Felicio, Christiano Ottoni e Americo Lobo.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão, e, não havendo reclamações, dá-se por approvada a acta da sessão anterior.

Comparecem durante a sessão os Srs. Gil Goulart, João Barbalho, Gaspar Drummond e Joaquim Murtinho.

Deixam de comparecer com causa participada os Srs. João Pedro, Francisco Machado, Nina Ribeiro, Cunha Junior, Gomensoro, Coelho Rodrigues, Laper, E. Wandenkolk, Saldanha Marinho, Aquilino do Amaral, Generoso Marques, Pinheiro Machado e Julio Frota; e sem causa participada os Srs. Thomaz Cruz, Elyseu Martins, João Cordeiro, Theodoreto Souto, Oliveira Galvão, Rosa Junior, Virgilio Damasio, Ruy Barbosa, Campos Salles, Joaquim de Souza, Pinheiro Guedes, Esteves Junior e Ramiro Barcellos.

O SR. 3º SECRETARIO (*servindo de 1º*) dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios:

Do Sr. senador Saldanha Marinho, datado de hoje, communicando não poder comparecer á sessão, por se achar enfermo.—Inteirado.

Do Ministerio das Relações Exteriores, datado de 2 do corrente, enviando a seguinte mensagem:

Srs. senadores—Submetto á vossa approvação, na fórma do art. 48 § 12 da Constituição, a nomeação do bacharel Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro, como enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na Republica Oriental do Uruguay, em missão de caracter transitorio.

Capital Federal, 20 de junho de 1893.—*Floriano Peixoto.* — A' commissão de constituição e poderes.

Do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, datado de 19 do corrente, devolvendo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, os documentos que acompanharam a mensagem de 11 de novembro do anno findo, relativa ao projecto apresentado por F. Duncker, para construcção, uso e goso de uma estrada de ferro entre esta capital e Entre-Rios, entroncando-se na linha central e passando por Petropolis.— A' commissão de obras publicas.

Telegramma expedido do Desterro, estado de Santa Catharina, em 20 do corrente, assim concebido:— Presidente Senado — Rio — Nesta data passo o governo ao meu substituto, 1º vice-presidente Elyseu Guilherme da Silva, visto ter sido pronunciado no art. 112 do Codigo Penal, conforme sentença proferida pelo juiz seccional no summario de culpa instaurado por denuncia do deputado federal Felippe Schmidt. E' um attentado contra a autonomia estadoal; é uma violencia ao Poder Executivo do Estado, a que me submetto, em respeito á ordem publica.— Tenente *J. Machado.*— Inteirado.

Requerimento dos empregados do Supremo Tribunal Federal, em que pedem augmento de vencimentos.— A' commissão de finanças.

O SR. JOÃO NEIVA (*servindo de 2º secretario*) lê e vão a imprimir, para entrar na ordem dos trabalhos, os seguintes

PARECERES

N. 69 — 1893

N. 69—1883

A' commissão de marinha e guerra foi presente a proposição n. 50 de 1892, da Camara dos Srs. Deputados, que manda rever as promoções realisadas no exercito desde 15 de novembro de 1889 a 24 de fevereiro de 1892, acompanhada do parecer do Conselho Supremo Militar, firmado em 5 de outubro de 1892, ouvido a respeito por deliberação do Senado, a requerimento desta commissão.

Estudando detida e escrupulosamente esta magna questão, intimamente ligada aos grandes interesses da classe militar, manifesta-se francamente de accordo com a opinião externada por aquelle tribunal, de cuja competencia, em assumptos militares, dá mais uma vez prova evidente seu bem elaborado parecer.

De facto, si passar aqui o projecto, como veiu da outra camara e for convertido em lei, sua execução será impraticavel, por não comprehender todos os diversos casos em que a legislação, anterior a 15 de novembro, foi postergada, e consequentemente deixará de realisar os intuitos do Congresso, que é, sem duvida alguma, attender aos direitos offendidos de muitos militares, quando é certo que toda a classe directa ou indirectamente concorreu para a incruenta victoria de 15 de novembro de 1889; e é a ella que a nação confia tranquilla a integridade da patria e as

liberdades garantidas pela Constituição. Entretanto, a commissão, tendo maior amplitude no seu estudo, do que o Conselho Supremo Militar, foi buscar novos subsidios no historico do projecto, durante sua discussão na Camara, e assim seu estudo não ficou adstricto á proposição, habilitando-se deste modo a indicar com mais segurança as medidas que, no seu conceito, podem attender ás reclamações dos officiaes do exercito, preteridos por seus companheiros mais modernos, muitos dos quaes sem os requisitos legaes para o accesso.

Antes, porém, de expender seu juizo, pede permissão ao Senado para recordar que as promoções dos officiaes do exercito estavam sujeitas a regras deduzidas em longo e criterioso estudo, das necessidades e dos serviços a que são destinadas as tropas de terra.

Assim é que os principios basicos só foram condensados na lei n. 585 de 6 de setembro de 1850, para cuja execução expediu-se o regulamento approvado pelo decreto n. 772 de 31 de março de 1851, tendo apenas anteriormente o decreto n. 260 de 1 de dezembro de 1841 estabelecido algumas regras para a organisação dos quadros, tanto dos officiaes do exercito como dos da armada; acabando-se então com as abusivas promoções sem vagas a preencher.

Aquelle regulamento foi explicado, ampliado e executado com auxilio de varios decretos, resoluções de consulta e até avisos; e a propria lei tambem soffreu retoques, nomeadamente pela de 14 de setembro de 1859, que dispensou as habilitações scientificas para o preenchimento dos 2/3 das vagas nas armas de cavallaria e infantaria; a de 27 de setembro de 1860, que estabeleceu o equilibrio entre os principios de antiguidade e merecimento, para o accesso aos postos de officiaes superiores; e finalmente, regulando o intersticio e dando outras providencias sobre transferencias, veiu a lei de 14 de julho de 1883 prohibir que se contasse, como intersticio para a promoção, o tempo passado em commissão alheia ao Ministerio da Guerra, ainda com permissão do Governo.

Além do que fica exposto, ha ainda o regulamento das escolas militares, estatuindo o modo e condições em que os alferes-alumnos serão confirmados nos postos effectivos para as differentes armas do exercito.

Quasi toda, si não toda essa legislação, foi esquecida em 7 de janeiro de 1890, para serem promovidos aquelles officiaes que, no conceito do Governo Provisorio, prestaram relevantes serviços.

Podia fazel-o; não ha argumento para negar essa faculdade ao governo oriundo de uma revolução, que age segundo seu puro arbitrio; mas tambem não se poderá contestar que ao Congresso Nacional falte competencia para alterar ou mesmo annullar os actos daquelle governo.

Foi, pois, avocando a si essa competencia que a Camara dos Srs. Deputados examinou e discutiu o projecto n. 46 A de 1891, para o qual foi apresentado o substitutivo n. 100, por sua vez substituido pelo de n. 100 A, approvado em 3ª discussão, constituindo a proposição ora sujeita a exame. Diversos oradores se manifestaram pró e contra esses projectos, mas todos rendiam homenagem ao espirito de justiça que os haviam dictado, confessando a necessidade de reparar por acto do Congresso os officiaes preteridos.

Não resta, pois, duvida alguma sobre a conveniencia da medida, versando a divergencia sómente no modo de executal-a.

Ora, o projecto n. 100 A é impraticavel, conforme o douto parecer do Conselho Supremo Militar, com o que está de accordo esta commissão; logo, com elle não se poderá chegar aos fins desejados. Vejamos, porém, si o de n. 100 preenche as condições. Sim, feitos ligeiros retoques; porquanto este fere a questão de frente e resguarda-se com as leis de 6 de setembro de 1850 e 14 de setembro de 1859, e prohibe novos accessos aos officiaes indevidamente promovidos, fazendo-os esperar, nos postos em que se acham, pelos seus camaradas, aos quaes preteriram, para lhes ceder o logar que occupam no *Almanak*, por ordem de antiguidade. E, para maior garantia da classe militar, commette o projecto ao Conselho Supremo Militar a tarefa de organisar as listas, para sobre ellas regular-se a revisão. Esta medida de segurança para os prejudicados e outras consignadas no alludido projecto não podiam de certo escapar ás competentes autoridades militares, que o firmaram, e a commissão pede licença para aqui consignar seus nomes e postos: coronel M. Valladão; capitão de mar e guerra, Barão de São Marcos; coronel Paulo Argollo, e coronel Pires Ferreira, distinctos membros da commissão de marinha e guerra da Camara dos Srs. Deputados.

Os retoques da commissão do Senado limitam-se a alterar a redacção do art. 1º para tornar a lei imperativa, dizendo-se: — *o governo mandará proceder com urgencia, etc. etc., e accrescentar a lettra (a) no mesmo artigo, com a restricção estabelecida na regra 2ª do art. 12, § 9º da lei n. 1114 de 27 de setembro de 1860, e ao final da lettra (d) do mesmo artigo 1º e seu paragrapho unico.*

Feito isto, entende a commissão que o projecto, assim alterado, entre em discussão e seja approvado; pedindo ao Senado que, com o presente parecer, mande publicar a consulta

annexa do Conselho Supremo Militar, para que o assumpto seja devidamente apreciado.

Sala das commissões, 19 de junho de 1893. — *João Neiva.* — *Rosa Junior.* — *Almeida Barreto.* — *Santos Andrade.* — *Joaquin Sarmento.*

N. 70 — 1893

José A. A. Gonzaga requer concessão e privilegio, por 90 annos, para construcção de uma estrada de ferro desta capital até Sapopemba, com as seguintes condições :

Suppressão na Estrada de Ferro Central do Brazil de todo o serviço dos suburbios ;

Venda pelo Estado ao concessionario das estações respectivas ;

Construcção de linha dupla, servindo as mesmas estações ;

Direito de desapropriação de terrenos e bemfeitorias ;

Cessão ao Estado de 20 % da renda liquida.

A commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas não desconhece a conveniencia de se tornarem as communicações entre a capital e o interior inteiramente independentes da circulação dos trens dos suburbios.

Mas, occupando a Estrada de Ferro Central do Brazil até a Serra uma zona de terreno com a largura uniforme de 22 metros, bem póde, sem novas desapropriações, destinar exclusivamente aos trens para o interior a linha dupla existente (que deve ser prolongada até á margem do Parahyba) e construir ao lado outra linha tambem dupla, de bitola igual ou menor, para o serviço dos suburbios.

A direcção da Central, em informação prestada sobre pretenção semelhante á do cidadão Gonzaga, declarou que havia já proposto ao governo a medida a que a commissão acaba de referir-se.

Assim, estando servida a communicação para aquelles bairros pela Estrada de Ferro Central do Brazil e por diversas linhas de carris urbanos e suburbanos, parece á commissão que nenhuma necessidade publica aconselha a organisação de empreza que vá encommodar grande numero de proprietarios e habitantes para a construcção de nova via de communicação.

Parecendo esta razão capital e decisiva para o indeferimento da pretenção, a commissão julga inutil analysar as clausulas propostas, que aliás não lhe parecem acceitaveis.

Propõe, portanto, seja a petição indeferida.

Sala das commissões, 20 de junho de 1893. —*C. B. Ottoni.*—*J. L. de Souza Coelho.*—*Braz Carneiro.*

N. 71—1893

Foi presente á commissão de finanças a proposição da Camara dos Deputados, n. 7 de 1893, que autorisa o governo :

a) a applicar ao pagamento de passagens de immigrantes o credito de 2.400:000$, consignado no orçamento vigente para garantia de juros a emprezas que se obrigarem a fundar colonias;

b) a abrir para aquelle fim um credito supplementar de 1.828:832$635 á verba—Terras publicas e colonisação.

Em mensagem dirigida ao Congresso, em 10 de maio do corrente anno, solicitou o Presidente da Republica o credito de 42.228:832$635 para acudir ás despezas com passagens de immigrantes no actual exercicio.

A proposição da Camara dos Deputados attende á solicitação do Presidente da Republica.

A lei n. 126 B de 21 de novembro de 1892, que fixou a despeza para o exercicio corrente, consignou a verba de 7.000:000$ para os serviços de—Terras publicas e colonisação,—dividindo-a da seguinte fórma: 4.000:000$ para o serviço de introducção de immigrantes, 2.400:000$ para garantia de juros ás emprezas que se obrigarem a estabelecer colonias e 600:000$ para o pessoal da repartição e serviço de fiscalisação.

Na distribuição detalhada dos creditos precisos para a execução dos variados serviços que teem de ser feitos por conta daquella verba, ficou reduzida a 1.171:167$365 a consignação destinada ao pagamento de passagens de immigrantes. Ora, tendo a Companhia Metropolitana de introduzir no corrente anno, em virtude do contracto de 2 de agosto de 1892, 50.000 immigrantes, o que importará *ao cambio de* 12, no onus para o Thesouro de 5.400:000$, é certa a insufficiencia da somma de 1.171:167$365, destinada ao pagamento das passagens e á necessidade do credito de 4.228:832$635 para completal-a, nos termos daquella mensagem.

Em vez de decretar a abertura de credito supplementar na importancia subvencionada de 4.228:832$635, a Camara dos Deputados autorisa o Poder Executivo a applicar ao pagamento das passagens de immigrantes o credito consignado á garantia de juros a emprezas que se obrigarem a fundar colonias, na importancia de 2.400:000$, e, para completar o pedido, autorisa mais a abertura de um credito supplementar, na importancia de 1.828:832$635.

A commissão de finanças, ponderando que se trata de um serviço importante já contratado e que não póde ser de prompto interrompido, e mais que a consignação destinada á garantia de juros a emprezas que se obri-

garem a fundar colonias não foi despendida, e muito provavelmente não o será, em vista das difficuldades que apresenta a execução da disposição orçamentaria respectiva, é de parecer que entre em discussão a proposição da Camara dos Deputados, e que seja approvada.

Sala das commissões, 18 de junho de 1893. —*Rodrigues Alves.—Amaro Cavalcanti.—Monteiro de Barros.*

Concordamos com o parecer do honrado relator da commissão, juntando-se á proposição da Camara dos Deputados o seguinte artigo additivo:

Art. 1.º O governo rescindirá desde já os contractos existentes para introducção de immigrantes por capitação, e solicitará do Poder Legislativo a verba precisa para a liquidação desses contractos e pagamentos de quaesquer indemnisações que o juizo competente reconheça como devidas ás outras partes contractantes.

Sala das commissões, 19 de junho de 1893.— *Manoel Victorino.— Domingos Vicente.— Q. Bocayuva.*

N. 72—1893

A' commissão de finanças foi presente uma reclamação por parte da associação commercial da Bahia, na qual se pede a revogação do decreto n. 804 de 4 de outubro de 1890, que mandou cobrar em ouro os direitos de importação.

Já deixou de vigorar o decreto a que se allude, e por isso a commissão conclue que se mande archivar a referida reclamação, por nada haver a deferir.

Sala do commissões, 19 de junho de 1893.— *Amaro Cavalcanti.— Manoel Victorino.—Q. Bocayuva.—Rodrigues Alves.—Domingos Vicente.—Monteiro de Barros.—Saldanha Marinho.*

N. 73—1893

A companhia *The Minas and Rio Railway limited*, pede revogação da disposição da lei orçamentaria do anno financeiro de 1892, que ordenou que as companhias de estradas de ferro, que gosavam de garantias de juros do Estado, contribuissem para as despezas com a fiscalisação das mesmas—visto considerar-se isenta de semelhante onus, nos termos do seu contracto com o governo geral.

A materia, de que se accusa a peticionaria, já foi attendida pelo art. 6º n. III, 2ª parte da lei n. 126 de 21 de novembro de 1892, e por isso conclue a commissão que seja archivado o pedido da companhia requerente.

Sala das commissões, 19 de junho de 1893.— *Amaro Cavalcanti.—Manoel Victorino.— Q. Bocayuva.—Rodrigues Alves.—Domingos Vicente.—Monteiro de Barros.—Saldanha Marinho.*

O Sr. Antonio Baena (*3º secretario*) Sr. presidente, ainda não foi apresentada ao Senado, devido necessariamente a qualquer demora, a representação do governador do estado do Pará, dirigida ao Congresso Nacional, acerca da importante questão do imposto do sello.

O illustre governador, sempre correcto e patriotico em seus actos. (*apoiados*) «entrega, confiante, ao Congresso Federal o estudo do assumpto para que, não sendo errada a convicção em que está, nem desacertado o regimen em que estava vivendo o Pará seja respeitada a disposição terminante da Constituição Federal e sejam revogadas, em parte, as bases estalecidas pela lei n. 126 A, do anno passado, para o fim de continuar o estado a cobrar as taxas de sello que de direito devem caber-lhe. »

A questão, portanto, é da mais alta importancia e momentosa; pede uma solucção prompta e efficaz.

O Sr. Americo Lobo — Apoiado.

O Sr. Antonio Baena — Tenho esta representação impressa no *Diario Official* do estado do Pará venho offerecer este exemplar ao Senado, requerendo, como requeiro, que seja enviada á commissão de finanças para interpôr parecer.

Requeiro mais, que a representação seja impressa no *Diario do Congresso* para conhecimento de todos os honrados membros desta camara.

O Sr. Presidente diz que não havendo numero legal para votar o requerimento, será este tomado em consideração opportunamente.

ORDEM DO DIA

Continua em 3ª discussão com as emendas offerecidas o projecto do Senado, n. 49, de 1892, marcando aos governos dos estados o prazo maximo de 90 dias, data da communicação da mesa da respectiva camara para execução do § 3º do art. 17 da Constituição Federal; salvo caso de guerra ou calamidade publica.

O Sr. U. do Amaral — Sr. presidente, visto não haver numero para a votação, o Senado ha de tolerar que justifique mui succintamente as razões pelas quaes pretendo votar contra o projecto.

Confesso não ter da materia estudo apreciavel; reconheço o zelo e a competencia dos honrados senadores que teem tomado parte na discussão, e não ignoro que ha realmente alguma cousa a providenciar para que o mecanismo constitucional funccione regularmente; o projecto porém não me parece satisfazer as intenções do Senado.

Encontro antes de tudo uma objecção constitucional contra o projecto, e afigura-se-me que as providencias indicadas serão ineficazes. Pretende-se dar lei organica á disposição constitucional contida no art. 17, § 3º, o qual diz *(lê)*:

«O governo do estado em cuja representação se der vaga, por qualquer causa, inclusive renuncia, mandará immediatamente proceder a nova eleição.»

A Constituição indicou quem é o competente para mandar proceder á eleição nos estados, quando se der vaga em qualquer das casas do Congresso, e disse quando se deve proceder a essa eleição. O competente é o governo. Supponho que a intenção era dizer— governador, a não se tomar a palavra— governo em um sentido mais amplo, comprehendendo todos os poderes do estado.

Quanto á occasião, a eleição deve ser immediatamente: desde que o governador tenha conhecimento da existencia de uma vaga, em acto continuo mandará proceder á eleição.

A meu ver, é este o preceito constitucional. Si attribuirmos a competencia, para mandar proceder á eleição, a outra autoridade que não seja o governador do estado, estaremos fóra da Constituição. Si marcarmos outro prazo, que não seja *immediatamente* depois da vaga, estaremos tambem fóra da Constituição.

Ora, o projecto altera a competencia e o prazo. A Constituição quer que immediatamente, dada a vaga, o governador convoque o eleitorado, isto apenas tenha conhecimento della. Pelo projecto não acontecerá a mesma cousa: o governador deve esperar a communicação da mesa da camara, ainda que o conhecimento do facto lhe tenha chegado primeiro.

Poderá assim ser retardada a eleição, por ficar o governador á espera da communicação para providenciar,

As duas mesas da Camara e do Senado compoem-se do presidente e dos secretarios; a desta casa tem cinco membros; a da outra creio que tem o mesmo numero, ou talvez maior.

Nem sempre no intervallo das sessões é possivel reunir a mesa, e póde mesmo não estar presente aqui um só de seus membros. Portanto, nem sempre se poderá expedir logo a communicação, e dahi o retardamento da eleição, que deve ser feita immediatamente segundo o preceito constitucional.

O S. Manoel Victorino — Permitte um aparte? A communicação da mesa de qualquer das camaras é simplesmente para fixar o prazo, decorrido o qual o governador incorre nas penalidades que o projecto propõe; nada tem com a designação do dia.

O Sr. U. do Amaral— O governador póde mandar proceder á eleição independente de communicação de alguma das mesas?

O Sr. Manoel Victorino— Póde.

O Sr. U. do Amaral— Mas não está isto claro no projecto.

O Sr. Manoel Victorino—Está. O governador não precisa da communicação para mandar proceder á eleição.

Póde designar o dia logo que tenha conhecimento da vaga.

O Sr. U. do Amaral —Vou ler o projecto. *(Lê.)*

«Para execução do § 3º do art. 17 da Constituição Federal, fica marcado aos governos dos estados o prazo maximo de 90 dias da data da communicação feita pela mesa da respectiva camara, salvo o caso de guerra...»

O Sr. Manoel Victorino— Isto quer dizer que marca-se o praso decorrido o qual o governador fica sujeito ás penas da lei.

O Sr. U. do Amaral—Mas isto não altera a argumentação que eu estava apresentando: desde que não se reunisse a mesa da camara onde a vaga se houvesse dado, retardava-se a eleição, que a Constituição quer que seja feita immediatamente depois da vaga.

O Sr. Manoel Victorino— Não, Senhor.

O Sr. U. do Amaral— Então o governador, sem ter tido communicação da mesa, póde mandar proceder á eleição?

O Sr. Manoel Victorino — Póde, perfeitamente,

O Sr. U. do Amaral— Pela disposição do projecto, não parecia isto.

O Sr. Manoel Victorino—O projecto nada tem com o processo da eleição.

O Sr. U. do Amaral— Bem; acceito a explicação ou reconheço que não tinha comprehendido bem a disposição. Fica então entendido que o governador póde mandar proceder á eleição para preenchimento da vaga que se houver dado na representação de seu estado, sem communicação da mesa da camara a que pertencia o representante.

Parecia que elle deveria esperar a communicação, o que não estava de accordo com a Constituição, que quer que a eleição se faça immediatamente.

O SR. MANOEL VICTORINO— A Constituição não podia prever que um governador se recusasse a cumprir uma de suas disposições, e é por isso que precisamos acautelar a hypothese.

O SR. U. DO AMARAL—Passemos a outro ponto.

Na discussão havida tem-se manifestado divergencia quanto a quem deve supprir a inacção dos governadores, entendendo uns que o presidente da camara em que se der a vaga e outros que o presidente da Republica,

A juizo meu, isto é contra a Constituição, porque não póde ser attribuição nem do presidente da Camara ou do Senado, nem do presidente da Republica marcar a eleição, que pelo preceito constitucional é competencia do governador do estado.

O SR. MANOEL VICTORINO — Mas não ha alteração do texto constitucional; só o que se quer é prever a hypothese de não ser cumprida a Constituição.

O SR. U. DO AMARAL — A Constituição dos Estados Unidos, que nós tanto procuramos acompanhar e reproduzir, diz que as assembléas dos estados regularão as épocas, o logar e o modo de eleição dos senadores e representantes, e as eleições alli se fazem por processos e em épocas differentes, não se afastando, porém, do principio fundamental da representação consignada na sua constituição.

Os presidentes das camaras não teem funccionarios seus espalhados pelos estados, pelos quaes possam mandar proceder a uma eleição.

O SR. MANOEL VICTORINO — As camaras municipaes são organisações federaes.

O SR. U. DO AMARAL — Divirjo ; as municipalidades representam propriamente os municipios dentro dos estados e não são organisadas por leis da União; são entidades locaes e não federaes.

O SR. MANOEL VICTORINO — São corpos autonomos pela Constituição ; são uma creação federal. (*Ha outros apartes.*)

O SR. U. DO AMARAL —Póde ser que esteja em erro, mas considero os municipios como dependentes dos estados, organisados pelos estados ; a lei local crea, supprime, amplia e restringe o municipio, que, pois, não é federal, nem autonomo no sentido de independente ou preexistente. Os funccionarios municipaes não estão subordinados á União.

Esta difficuldade appareceu bem saliente á commissão mixta que teve de elaborar a lei eleitoral ; ella achou-se na impossibilidade de saber a quem confiar as eleições nas localidades, porque não existiam funccionarios federaes: ou, como foi idéa de um dos Srs. senadores, o nobre representante do Rio Grande do Norte, seria mistér crear juntas, commissões federaes em todas as localidades, processo quasi impossivel, ou ter-se-hia de ficar nessa tal ou qual dependencia da boa vontade dos estados e dos municipios se prestarem a fazer as eleições. Mas o caso é que, si um governador de estado e os respectivos municipios,não quizerem fazer as eleições federaes, não as fazem.

As disposições penaes, não as discuto, nem cheguei a examinal-as: produzem em meu espirito o effeito de barreiras de papelão, de simples artilharia feita de troncos de arvoredo, mas sem nenhuma efficacia pratica.

No dia em que for necessario processar o governador, condemnal-o, porque não fez uma eleição, e processar as autoridades locaes, porque não se prestam a fazer eleições ; no dia em que se encarregar a um juiz seccional, que nada tem com o Estado, de mandar proceder á eleição, de providenciar sobre todas as minuciosidades necessarias para esse trabalho, no dia em que for preciso lançar mão destes meios, é conveniente tambem ter logo disposta a força publica para fazer a intervenção armada no estado; e nem com ella, quando o estado não queira, a eleição se ha de fazer.

Penso ter justificado, mais ou menos, as razões por que não concordo com o projecto; mas, como não desconheço que os honrados collegas que se preocupam com o assumpto teem razão de se preoccupar com elle, é possivel que me perguntem qual o remedio que offereço para o mal que tambem reconheço.

O SR. COELHO E CAMPOS—Naturalmente.

O SR. U. DO AMARAL—E' mais difficil do que criticar.

Confesso que não o tenho ; conheço o mal, mas não sei o remedio. Parece-me que os outros, com competencia muito mais elevada, com estudos muito mais serios do que os meus, apenas avistaram o symptoma, mas não a causa, ou, se viram a causa do mal não souberam cural-o.

O symptoma é facil, sente-se aqui mesmo— é a falta de senadores, são as cadeiras vasias; e um estudo ainda superficial vae até ao governador do estado, que parece ser a causa.

A isto (peço licença para metter a mão em seara alheia) pretende-se atalhar com applicação de um *rubefaciente*; mas o espinho continuará a pungir do mesmo modo, as vagas não serão preenchidas em tempo, e os governadores não deixarão de passar muito bem em sua preciosa saude, mesmo depois

de approvado o projecto, o que quer dizer que o mal não está ahi, o mal está mais longe, é mais profundo, e talvez irremediavel. Eu, pelo menos, não sei qual será a providencia necessaria para neste, como em outros casos, fazer funccionar regularmente o mecanismo constitucional.

Ora, entre fazer uma lei que não será obedecida ou que não produzirá os effeitos desejados, e não fazer lei alguma, prefiro a abstenção, appello para o tempo, para uma melhor educação politica, para a comprehensão mais nitida do que seja o systema que tão penosamente estamos ensaiando.

Já confessei que os meus estudos nesta materia são nenhuns, que não apresento sinão impressões muito rapidas sobre o assumpto. Si eu for vencido, e o caso nem é de victoria, si outra cousa pensar o Senado, o Congresso, o tempo mostrará si a lei produz os desejados effeitos. Eu não o espero.

O Sr. Q. Bocayuva pede ao Senado desculpa por ter de occupar a sua attenção preciosa, depois de haverem tratado o assumpto oradores da mais reconhecida competencia.

A questão, entretanto, é bastante grave e merece sollicito exame de modo a ser resolvida, afinal, com a efficacia que exige o funccionamento regular do mecanismo institucional do paiz.

E', sem duvida, doloroso, como já foi ponderado por outrem, que haja agora o Corpo Legislativo de providenciar sobre a hypothese sujeita, por provocação de um governador de estado, quando é certo que a disposição exarada na Constituição e relativa á eleição dos membros do Congresso Federal foi alli inserida no proposito manifesto de zelar pelos estados, de salvaguardar-lhes a autonomia, de não permittir, finalmente, que sobreviesse interregno na sua representação integral em as duas casas legislativas.

A questão proposta repousa sobre saber se é licito a todos nós, ao Senado Federal, acceitar a hypothese de que prevaleça contra a vontade geral a acção de um só dos membros componentes da União, isto é, que se desconcerte o mecanismo constitucional, ou se desaggreguem delle elementos capitaes, a capricho ou bel-prazer de uma opinião isolada e condemnavel.

O proprio instincto de conservação nos deve preservar de um tal perigo, e compellir-nos a buscar remedio efficaz contra o golpe que fére a um tempo a dignidade do Senado e a mesma fórma de governo adoptado pela nação.

Eis a justificação do projecto, cuja consagração reside em todas as leis dos povos, que teem adoptado o regimen representativo e federativo.

Assim que, ninguem ignora a sollicitude, a preoccupação do legislador constituinte americano no tocante á permanencia, á constante presença no Congresso dos representantes do paiz.

O zelo bem justificado, em tão grave assumpto, levou-o a determinar ou a attribuir a cada governador de estado a faculdade de nomear um senador provisorio, para funccionar até o dia da reunião da legislatura local, convocada para o intuito de eleger o seu representante.

Si assim é, como será possivel conceber que permaneça immovel o Senado ante o espectaculo de uma verdadeira reducção de seus membros e que importa em violação capital do regimen republicano federativo?...

Em meio das emendas suggeridas pela discussão do projecto a respeito de autoridade, a que deve competir o decreto do procedimento da eleição em caso de vaga, o orador acredita que é mais acceitavel a que attribue semelhante jurisdicção ao presidente da respectiva casa do Congresso. Sem embargo do parecer que muito respeita e foi emittido pelo senador do Paraná, o Sr. Ubaldino do Amaral, crê firmemente não subsistir inconstitucionalidade no preceito que o projecto preconisa.

A autoridade do Congresso, em causas que interessam a sua propria conservação, é indiscutivel por isso que estas versam sobre garantias constitucionaes, dignas de serem resguardadas em qualquer hypothese e á custa dos mais penosos sacrificios.

A quem deverá ser dirigida a delegação ou mandato do presidente da Camara, em que houver occorrido a vaga de um representante?

Eis uma outra hypothese, continua o orador, de difficil resolução.

Entende que, para solução della, cumpre antes provocar as juntas eleitoraes, porque não é licito ao Congresso na defesa de sua mesma composição e integridade confiar em outro poder publico, ou abdicar a sua autoridade ingenita.

Assim é, *mutatis mutandis*, nos Estados Unidos, onde o corpo eleitoral reune-se independente de convocação dos poderes locaes, sempre que estes esquecem esse dever capital nos prazos estipulados, e enviam ás respectivas casas do congresso as actas que consignam a escolha do representante.

Quanto á penalidade prevista pelo projecto, o orador inclina-se á opinião, que confere a attribuição de julgar os governadores rebeldes ao Supremo Tribunal Federal. Sobre a pena, é seu parecer que se estabeleça a da suspensão do governo, antes do que a multa,

a qual póde parecer irrisoria no caso sujeito.

Veem á mesa, são lidas, apoiadas e postas conjunctamente em discussão as seguintes

Emendas

Ao art. 1º paragrapho unico:—Substituam se as palavras — *e tribunaes respectivos*—por estas —*seccionaes.*

Art. 2.º—Substiuam-se as palavras — *ás penas do art. 135 do Codigo Penal* — pelas seguintes— *á pena de prisão cellular por quatro mezes a um anno.*

Ao art. 2º paragrapho unico—Accrescentem-se em seguida ás palavras— *art. 54*—, as seguintes-- § 2º.

Addicione-se o artigo seguinte:

A formação de culpa e o julgamento dos crimes de que trata o art 54 da lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892, competem aos juizes seccionaes, qualquer que seja o logar do delicto.

Sala das sessões, 20 de junho de 1893.— *Americo Lobo.*

O Sr. Manoel Victorino— Sr. presidente, ha muitas emendas apresentadas; a questão é de alta importancia e, a não haver da parte dos membros das commissões respectivas a elucidação, aqui da tribuna, do valor e da importancia dessas emendas, será necessario remetter tudo ás mesmas commissões, para que se possa fazer um trabalho mais ou meuos completo.

O Sr. Q. Bocayuva — Apoiado, era melhor.

O Sr. Manoel Vitorino—Eu, pois, requeria que antes do encerramento da discussão fossem essas emendas com o projecto ás commissões competentes, para julgarem do valor e da importancia de cada uma. (*Apoiados.*)

Creio que é preciso que a lei seja homogenea e coherente; e não sei si o faremos, votando, sem mais detido exame, essas emendas; ellas são tantas!

E' mister compôr uma lei que não pareça uma serie de retalhos. (*Apoiados.*)

Eu, pois, peço a V. Ex. que consulte o Senado si consente que as emendas e o projecto sejam remettidas ás commissões respectivas para darem parecer sobre a importancia dellas.

Posto a votos, é approvado o requerimento.

A discussão fica adiada, indo o projecto com as emendas ás respectivas commissões.

Entra em 1ª discussão, e é sem debate approvado e adoptado para passar á 2ª, indo antes ás commissões reunidas de marinha e guerra e de justiça e legislação o projecto do Senado, n. 16, de 1893, que marca os casos e modos da revisão dos processos de crimes militares.

Segue-se em 3ª discussão com as emendas approvadas em 2ª a proposição da Camara dos Deputados, n. 84, de 1892, reorganisando a Repartição Geral dos Telegraphos.

Vem á mesa, é lida, apoiada e posta conjuntamente em discussão a seguinte

Emenda

Fica o governo autorisado a pôr em execução a tabella de vencimentos do pessoal dos telegraphos, logo que o respectivo regulamento esteja confeccionado; respeitadas as forças do vigente orçamento e fazendo as necessarias transferencias nas consignações relativas ao pagamento do pessoal.

Sala das sessões, 20 de junho de 1893.— *Gaspar Drummond.—João Barbalho.*

O Sr. Amaro Cavalcanti nada tem a oppor á 1ª parte da emenda apresentada; entretanto, as suas palavras finaes geram uma duvida no seu espirito, é si o nobre autor da emenda, por esta expressão— *fazendo-se as necessarias transposições na consignação relativa ao pagamento do pessoal* —, teve em vista revogar uma disposição da lei financeira, que subsiste no Brazil desde muitos annos, prohibição severa de que o Poder Executivo possa applicar as consignações de uma verba do serviço para outra.

Si o orador houvesse de fazer a historia da razão de ser dessa disposição severa, que chama-se — *especialidade da verba orçamentaria*, diria ao Senado que ella faz parte da legislação fiscal ou financeira depois de uma experiencia bem pouco agradavel, em que os governos chegavam mesmo a usar de verbas, diga-se destinadas ao serviço da instrucção publica, para a compra de materiaes necessarios ás suas repartições, que não especificará, e para outros fins não muito razoavelmente justificaveis.

Em regra geral, nas legislações financeiras dos outros povos, isto é imperativo: o Poder Executivo, executando a lei orçamentaria, não póde applicar verbas destinadas para um fim, a outro.

E bem lhe parece que o que se diz no fim desta emenda é uma revogação deste principio financeiro.

Si o é, o orador vota contra as ultimas palavras da emenda. Si, porém, o autor della lhe der outras explicações e tiver em vista cousa diversa, modificará o seu voto. Vem, apenas, pedir explicações e dar uma razão do ser do seu voto.

O Sr. Gaspar Drummond não se recusa a dar ao distincto collega as explicações que S. Ex. acaba de solicitar.

Não é, nem podia ter sido seu pensamento, em uma simples emenda enviada a proposição que se discute, revogar uma lei que baseia-se no principio financeiro. Assim, não tinha em vista, como se afigurou ao espirito do seu honrado collega, com o final da emenda que se debate, fazer as transposições de verbas.

Comprehende-se perfeitamente o perigo que resulta dessa transposição que, quasi sempre, importa em desvio dos dinheiros publicos, para um fim a que não são legalmente destinados.

Comprehende-se o pensamento; a emenda póde não estar redigida convenientemente, mas a redacção corrigirá.

Com a emenda que apresenta não ha augmento algum de verba, desde que se mande respeitar as forças dos respectivos e vigentes orçamentos, e nisto que se chama transposição, segundo a expressão empregada na emenda, não póde haver propriamente transposição de verbas destinadas de um serviço para outro.

O que visa com a emenda é que a verba destinada ao serviço de que se trata, seja applicada a este mesmo serviço; e haverá ahi uma transposição de verba?

O Sr. Amaro Cavalcanti — Então é inutil esta palavra — transposição.

O Sr. Gaspar Drummond diz que effectivamente não ha. Demais, trata-se de uma emenda que faculta e que não é imperativa...

O Sr. Amaro Cavalcanti — Ahi é que está o perigo.

O Sr. Gaspar Drummond ... e de mais a mais, que faculta o executor da lei pol-a em execução fielmente segundo as suas disposições.

Em todo o caso o que visa no final da sua emenda não é fazer transposições de verbas, porque é contra ellas; mas applicar a mesma verba dentro das mesmas forças do orçamento ao mesmo serviço.

O Sr. Amaro Cavalcanti dá um aparte.

O Sr. Gaspar Drummond entende que tratando-se de uma verba que tem de ser applicada dentro das forças do orçamento e ao mesmo serviço, não dá-se uma transposição.

O Sr. Amaro Cavalcanti — Dá-se.

O Sr. Gaspar Drummond pergunta si porventura visa com a emenda, que a verba que tem de ser applicada ao serviço de telegraphos seja desviada á applicação de outro serviço?

Não está textualmente confeccionada na emenda *ao mesmo serviço e dentro das forças da propria verba*?

Não é pois uma transposição como se afigurou ao espirito do seu honrado collega.

O Sr. Manoel Victorino — Si a reforma traz augmento de despeza ou a verba pedida foi exaggerada, o que não é crivel, ou é preciso um credito para transposição de verba.

O Sr. Gaspar Drummond acha que não ha augmento da despeza desde que a emenda manda respeitar as forças vigentes do orçamento.

O Sr. Manoel Victorino — Então não se póde pôr em discussão a reforma, desde que traz augmento de vencimentos.

O Sr. Gaspar Drummond não sabe si traz ou não augmento de vencimentos; não estudou esta questão. O que pede na emenda é que seja posta em discussão depois do regulamento, mas respeitadas as forças do orçamento. Isto não é o que o seu collega chama transposição de verba, porque a transposição dava-se, si a verba applicada a um serviço fosse desviada de sua applicação para outro; não é este o seu pensamento.

Dada esta explicação, pede desculpas ao seu collega si não o satisfez, porque não conhece bem as praxes estabelecidas a tal respeito.

Mas, o pensamento da sua emenda, releva dizel-o, não tem por fim a transposição de verba, porque ficam respeitadas as forças do orçamento vigente.

O Sr. Rodrigues Alves vem dar ao Senado algumas explicações que podem esclarecer a questão e o seu modo de pronunciar-se sobre a emenda apresentada pelo nobre senador por Pernambuco.

A reforma dos telegraphos foi confeccionada pela commissão de orçamento, ouvindo a repartição technica no assumpto; e o orador procurou, elaborando-a, corrigir o excesso de despezas, o que pudesse ser eliminado, sem prejuizo para o serviço.

Em um quadro que lhe foi apresentado pela propria Repartição dos Telegraphos, se verifica que, não obstante haver feito uma reducção de 152:600$ ha ainda um augmento de 173:000$ nas differentes consignações — augmento de funccionarios, melhoria de vencimentos, equiparação de vencimentos com relação aos empregados de outras repartições etc., etc.

Effectivamente da Repartição do Telegraphos pediram-lhe para apresentar ao Senado como additivo a idéa de que a reforma entrasse desde logo em execução.

Dentro das forças da verba do orçamento actual, havia, entretanto, embaraço para execução da reforma. Augmentou-se a despeza em 173:000$ havendo portanto necessidade para o semestre que vae correr de 86:500$000.

Na Repartição dos Telegraphos deram-lhe uma solução para a difficuldade; era preciso para a reforma entrar desde logo em execução que se suprimissem as verbas relativas ás sub-contadorias.

Diz a reforma nesta parte (*Lê.*)

Effectivamente a reforma podia entrar em execução desde logo, mas é preciso que alguma parte della fique sem execução, por exemplo, as sub-contadorias.

Si se tivesse a certeza de que o executor da reforma não poria em execução esta parte, o orçamento basta para pagar o pessoal novo e o pessoal antigo.

O Sr. Q. Bocayuva—Mas, nós não podemos votar a retalho.

O Sr. Rodrigues Alves affirma ter sido essa a razão porque não tomou a liberdade de incluir no seu plano de reforma alguma emenda nesse sentido. Está dizendo ao Senado que a reforma só poderá ser posta em execução não se satisfazendo certas exigencias do pessoal, de novos vencimentos, etc.

O que se póde fazer, mas não parece acertado é autorisar-se o governo a fazer o serviço, deixando de executar a reforma, por exemplo, nesta parte das sub-contadorias.

O Senado resolverá si convém votar uma autorização neste sentido.

Ha um augmento de despeza para a reforma actual de 173 contos.

Como apenas ha um semestre decorrido, o augmento será de 86 contos.

Para se poder executar a reforma é preciso que estes 86 contos sejam diminuidos das differentes verbas discriminadas na reforma.

O orador acredita que si a verba actual puder combinar com a reforma, o governo não precisará de autorisação do congresso para executal-a immediatamente. Dentro dos limites da verba, si não houver perturbação de serviços, nem reclamos por parte da administração para que isto se execute, o governo poderá fazer a reforma independente dessa autorização, desde que não haja augmento de despeza. Todavia o Senado resolverá em sua sabedoria como entender melhor.

São estas as informações que tinha a dar.

O Sr. Gaspar Drummond (*pela ordem*) requer a retirada da emenda que apresentou.

Consultado, o Senado consente na retirada.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão da proposição.

São approvadas as emendas que já o haviam sido em 2ª discussão.

E' a proposição, assim emendada, approvada e adoptada para ser devolvida á Camara dos Deputados, indo antes á commissão de redacção, para redigir as emendas.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, o art. 1º do projecto do Senado, n. 15, de 1893, considerando a classe dos obreiros da officina de composição da Imprensa Nacional como parte integrante do pessoal da mesma, para todos os favores, deveres e direitos que se referem ao alludido pessoal.

O Sr. Manoel Victorino deve explicar o seu voto com a restricção: «concordo, não havendo augmento de despeza».

A sua restricção não foi sómente para provocar da parte do autor do projecto explicações que o tranquillisassem, mas que tranquillisassem tambem o Senado.

Julga que o autor do projecto e relator do parecer deve explicar ao Senado si este projecto traz ou não augmento de despeza.

O projecto é precedido de considerandos muito innocentes, muito habil e diplomaticamente ensaiados, de modo que parece que nada pesará aos cofres publicos e que até ha muita equidade em equiparar obreiros e jornaleiros, em incluir os obreiros no quadro dos empregados, porque os jornaleiros já foram considerados assim com todas as regalias que tinham os empregados do quadro.

O relator da commissão procurou estabelecer a differença radical que ha entre um e outro trabalhador dessas officinas. Eis o que disse o relator. (*Lê.*)

Trabalhe muito ou pouco, esforce-se ou não, tem o seu salario fixo.

Nas officinas em geral o serviço de salario fixo é ordinariamente confiado a artistas ou operarios que já deram arrhas de sua solicitude e amor ao trabalho; ou então, como acontece nos arsenaes, é o melhor alimento á ociosidade e á negligencia, porque, desde que elles teem um salario, não tratam de se esforçar muito, não teem interesse em trabalhar demasiado.

O que S. Ex. quer é collocar os obreiros das officinas da Imprensa Nacional nas mesmas condições. Elles trabalham de empreitada, isto é, são pagos conforme o trabalho que fazem; desde que o obreiro for equiparado ao jornaleiro, naturalmente entrará nesses habitos communs, que não são os de maior zelo, mormente para o interesse das officinas do Estado.

Ora, esta equiparação, que parece ser um favor aos obreiros, não é.

O SR. AMARO CAVALCANTI—Elles não teem montepio, explicarei.

O SR. MANOEL VICTORINO—Mas em relação ao trabalho constante, é uma concessão inutil a que se lhes faz.

Estes habitos de ter um ordenado fixo não são os que mais estimulam áquelles que querem fazer peculio ou economias.

O obreiro póde ganhar mais do que o jornaleiro, sendo mais activo, mais diligente, procurando fazer maior somma de trabalho em um tempo dado; tornando-se jornaleiro, fica restricto ao salario, habitua-se a só contar com este e não procura em relação aos outros mostrar mais solicitude, mais zelo, e vem a cahir nessa apathia geral e nesse meio esforço de trabalho, de assiduidade, que se observa geralmente em taes officinas.

Portanto, parece não ser um presente muito appetecivel por parte desses homens; pelo menos haverá para alguns melhor comprehensão de seus interesses.

Demais, acredita o orador que isto trará maiores encargos ao Thesouro. E' impossivel que essa transformação se opere sem que os cofres publicos dispendam mais, e a respeito desta circumstancia especial é que deseja ouvir o illustre rélator da commissão.

Não teve tempo de compulsar o regulamento da Imprensa Nacional; mas o que sabe, pelo que se passa em typographias do seu estado, é que os individuos que trabalham de empreitada são mais intilligentes, mais activos, mais economicos que os outros, os quaes constituem este proletariado infeliz, preso ao magro salario, consumindo-o, vivendo nessa penuria eterna que os leva nos ultimos dias a não terem meios para se tratarem em suas molestias e depois de mortos a nada terem que legar aos filhos e á viuva.

Não descobre, pois, vantagem na substituição, que a esta classe, que poderia ter o estimulo e o desejo de ganhar mais, vae apenas estender a mediania de esforços que não produz nada e não colloca o operario em melhores condições.

Como disse já, nas officinas particulares o que trabalha de empreitada é sempre mais activo, mais economico e aproveitavel, ao passo que o que trabalha a jornal é mais negligente e menos estimulos tem.

Não sabe si isto se acha invertido nos operarios officiaes e não sabe tambem si os cofres publicos terão de fazer um sacrificio para que se opere essa transformação. E isso é o que deseja ver explicado.

O Sr. Amaro Cavalcanti com muito prazer e com muita satisfação vem dar a explicações que o seu honrado collega deseja a respeito do projecto, e lhe é isto muito facil e mesmo muito agradavel, porque o Senado ouvindo-o terá occasião de praticar um acto de justiça que nada custa aos cofres publicos.

Deve antes de tudo declarar que o honrado senador elaborou em um completo equivoco, porque os obreiros de que se trata não querem passar a jornaleiros, absolutamente não se cura disto; ao contrario, o que se quer é que elles continuem na mesma classe, sem prejuizo nenhum, sem augmento de especie alguma da despeza, sem se lhes fazer favor de qualidade alguma.

Elles, vendo que os jornaleiros, que teem o dia ganho, trabalham muito ou pouco e estão em melhores condições, querem ser contemplados no regulamento da repatição, porque neste regulamento só uma vez se falla a respeito de obreiros: é quando se lhes impõe uma multa si não comparecerem ao trabalho, na hora marcada, de maneira que elles perdem uma parte do serviço que prestam.

E' uma cousa curiosa e foi que chamou a sua attenção: haver uma repartição publica, cujo pessoal é marcado na lei, e cujo regulamento determina quaes os deveres e as garantias dos operarios, não contemplando os obreiros sinão uma vez, não tendo uma palavra em relação a elles, sinão para dizer que incorrem em tal multa no caso de não comparecerem á hora do trabalho.

O que elles querem sómente é que sejam definidos no regulamento os seus direitos e os seus deveres.

O SR. MANOEL VICTORINO—Elles não estão classificados no pessoal do estabelecimento?

O SR. AMARO CAVALCANTI diz que a classe dos obreiros não está especificada quanto a direitos e deveres no regulamento.

O SR. MANOEL VICTORINO—Mas elles querem favores.

O SR. AMARO CAVALCANTI—Si a elles se referirem, se houver.

O SR. MANOEL VICTORINO—Então estamos legislando *ad futurum*.

O SR. AMARO CAVALCANTI affirma que o que elles querem é que se diga que os obreiros da Imprensa Nacional são sujeitos a taes e taes penas, a taes e taes obrigações, e tambem a taes e taes direitos e a taes e taes garantias.

O SR. MANOEL VICTORINO—Elles não estão contemplados no regulamento?

O SR. AMARO CAVALCANTI já disse que uma unica vez o regulamento da Imprensa Nacional lhes faz referencias.

Eis o que elles querem: é que seus direitos e seus deveres sejam especificados; foi o que pediram; o orador, porém, formulou o

projecto determinando que a classe dos obreiros da officina de composição da Imprensa Nacional fosse considerada como parte integrante do pessoal da mesma, para todos os favores, deveres e direitos que se referirem ao alludido pessoal.

Não quiz usar dos mesmos termos da petição apresentada por estes operarios. Elles, portanto, terão os favores, deveres e direitos que forem marcados no futuro para todo o pessoal do estabelecimento.

O SR. GIL GOULART dá um aparte.

O SR. AMARO CAVALCANTI diz que no anno passado foi approvado pelo Congresso Nacional um projecto augmentando 40 % nos vencimentos do pessoal da Imprensa Nacional. A Administração entendeu que não deviam ser contemplados no augmento os obreiros, visto que não pertenciam ao pessoal. O projecto approvado, e póde dizel-o, porque foi o seu autor, referia-se a todas as classes de operarios que alli trabalhavam; mas, apezar disto, a Administração ou executora da lei excluiu os obreiros. Elles reclamaram e o primeiro despacho foi um indeferimento; mas, tendo de novo reclamado, o Sr. ministro da fazenda, em um segundo despacho, os attendeu,

E' para não se repetir a hypothese, é para não acontecer de novo o que se deu o anno passado, que no projecto se diz que os obreiros serão contemplados no regulamento e que seus deveres e direitos serão nelles especificados, pois que farão parte integrante do pessoal.

O que se quer é regularisar. Não se trata de equiparar os obreiros aos jornaleiros. O Sr. ministro da fazenda tem em mãos um novo regulamento para a Imprensa Nacional e póde introduzir nesta reforma as disposições resultantes da idéa contida no projecto.

O orador é adversario de augmento de despezas publicas, mas aproveita o ensejo para dizer que acha que os *poderes publicos não devem ser muito restrictos*...

O SR. MANOEL VICTORINO—Avaros...

O SR. AMARO CAVALCANTI... na concessão de favores aos homens de trabalho. Os operarios teem direito a ser muito bem recebidos pelos poderes publicos, que devem ser solicitos em conceder-lhes tudo quanto importe um melhoramento na sua vida material e na vida moral.

E, si esse dever existe em qualquer systema de governo, muito mais se torna imperioso em uma Republica, que é o governo da soberania do povo, em que, com maioria de razão, os poderes publicos devem attender ás reclamações desta classe.

Veja o Senado que a indifferença dos poderes do Estado em relação aos homens de trabalho é que dá em resultado as violencias, ao emprego de actos violentos, perturbadores da ordem; e que, ao contrario, os poderes publicos devem velar para que melhorem sempre as condições do homem do povo, attendendo ás suas reclamações, principalmente quando não trazem de modo algum sobrecarga para os cofres publicos.

Duvida que alguem mostre nesta proposição onde é que o direito de um pobre obreiro vae prejudicar os interesses de qualquer outra classe, ou os do Thesouro; ninguem lh'o mostrará. Por consequencia, é levantar opposição a um simples acto em que se pede justiça, em que se pede que seja regulado por lei um serviço que está fóra della. Não póde comprehender o alcance de semelhante opposição.

Dirá mais esta vez á casa o que já tem manifestado: *inimigo do operario quando elle recorre aos meios violentos; amigo do operario e ao lado delle toda a vez que pelos meios pacificos*, por meio da lei, elle quizer melhorar a sua sorte, as suas condições; e este projecto é uma prova disto. (*Muito bem.*)

O Sr. Manuel Victorino diz que o honrado senador que acaba de fallar desvirtuou inteiramente a questão nos termos em que ella foi posta, e desvirtuou-a, não diz que com o proposito de salientar a sua defesa...

O SR. AMARO CAVALCANTI — Não era preciso; ella está feita.

O SR. MANUEL VICTORINO affirma que ella está realmente feita, mas está feita sempre pelo Senado que nunca recusou a nenhuma das classes deste paiz a reivindicação justa de direitos aqui provados. (*Muitos apoiados.*)

S. Ex. procurou dar ao procedimento de quem emittiu apreciações pedindo esclarecimentos ácerca do projecto, uma feição naturalmente antipathica a essas classes, buscando contrastar com esse procedimento de uma phantastica opposição o seu zelo extrenuo, enorme, indefectivel, pelos direitos dos proletarios, pelos representantes das classes menos favorecidas.

O orador não póde ser suspeito a essas classes, não diz as da Capital Federal; foi operario, é filho de um artista, desde os primeiros dias da sua vida publica tem procurado defender os verdadeiros interesses dessas classes, que não são os interesses de momento, de augmento de vencimentos, mas os interesses largos, amplos, de uma educação completa (*apoiados*); não são interesses de momento que possam favonear outros interesses de natureza eleitoral ou não, mas interesses radicaes e profundos que façam essas classes influir nos destinos do paiz com o peso de suas elocubrações sérias e não com as especulações, ora

em grève, ora em insubordinação em todos os serviços publicos, em anarchisação em todas as instituições officiaes. Não é este o papel do legislador.

E' de dever retribuir o trabalho, sim, mas o trabalho provado, o trabalho honesto, serio, o trabalho que tenha o estimulo do aperfeiçoamento da educação.

Podem aquelles cujos direitos S. Ex. tão ardentemente advogou, ter realmente feito jus a essa concessão pedida na proposição que se discute; mas S. Ex. devia vir aqui proval-o com os artigos do regulamento ou da lei que rege a Imprensa Nacional.

O SR. AMARO CAVALCANTI — V. Ex. tem obrigação de sabel-o.

O SR. MANUEL VICTORINO—Mas S. Ex. é defensor do projecto e relator do parecer, e emittindo este, devia ter provado isso ao Senado.

O SR. AMARO CAVALCANTI dá um aparte.

O SR. MANUEL VICTORINO — S. Ex. não provou desta tribuna; fez declamações mais ou menos enthusiasticas ou mais ou menos exaltadas, em favor de uma classe que suppõe desprotegida de todos os poderes publicos, e clamou contra essa opposição que se levanta, procurando com avareza retirar, arrancar dos operarios as migalhas que a sociedade e a nação lhes dão. Mas da parte de quem levantou semelhante opposição, da parte de quem faz essas apreciações, provocando as observações de S. Ex., não houve o proposito de atacar essas classes.

O que é necessario, e o que S. Ex. devia ter feito, é que se expliquem quaes são esses direitos, quaes são essas regalias, quaes são essas garantias, que *ad futurum*, se tem de conferir a uma classe, si nisto ha vantagem para essa propria classe. Isto é que seria indispensavel, isto é o que S. Ex. devia ter feito, mas não foi o que fez.

O Senado não sabe ainda o que vae conceder aos obreiros. Sim, o orador pergunta a qualquer dos Srs. senadores si sabe o que vae conceder; o orador não sabe. Acredita que S. Ex. sabe, mas não o quiz dizer. São favores, direitos, garantias, que tem o pessoal da casa; mas quaes são esses favores? O pessoal daquella instituição tem direito a aposentadoria...

O SR. AMARO CAVALCANTI—Ignoro que o operario o tenha, fico sabendo agora; elles não o teem por lei alguma.

O SR. MANUEL VICTORINO—Mas S. Ex. diz no projecto que a classe dos obreiros da officina de composição da Imprensa Nacional é *considerada parte integrante do pessoal da mesma para todos os favores, etc.* Ora, si o pessoal tiver esses direitos, tiver esses favores, os obreiros tel-os-hão? pergunta o orador.

O SR. AMARO CAVALCANTI—Si a lei lh'os der, terão.

O SR. MANUEL VICTORINO—Como bem disse o honrado senador, pelo Espirito Santo, os obreiros estão sujeitos á lei da procura e da offerta, elles podem levantar os seus preços, si o entenderem, e a Imprensa Nacional ha de sujeitar-se a isto; quando elles entenderem, por deliberação commum, que devem receber tanto por milheiro de quadratins, a Imprensa Nacional, que precisa de operarios, ha de pagar-lhes isso; mas a classe typographica que tem centenas de operarios, não ha de com certeza lucrar com um monopolio ou um privilegio para uma duzia ou duas que frequentam as officinas do Estado.

O nobre senador sabe, sabem todos aquelles que dirigem essas instituições ou que teem alguma pratica destas cousas, que o pessoal que trabalha de empreitada nunca foi considerado parte integrante de officina nenhuma; é um pessoal movel.

O SR. AMARO CAVALCANTI—V. Ex. falla assim porque não conhece o serviço da imprensa; ha pessoal desse que trabalha annos e annos.

O SR. MANUEL VICTORINO—Que duvida! Ha pessoal que trabalha annos e annos e deve haver, como ha nas officinas particulares, mas ha pessoal que não póde ser mantido annos e annos, não só porque não tem pericia para isso, não tem o zelo nem a assiduidade precisa, como porque póde não haver necessidade de mantel-o; é um pessoal movel.

S. Ex. sabe que, desde que se considerar assim, não se póde imprudentemente extender favores para todos os operarios, como S. Ex. quer.

No trabalho da composição mesmo póde-se augmentar a importancia do trabalho concluido para um operario perfeito, mais ou menos correcto em seu trabalho, que capricha; mas ha outro que absolutamente não se esforça, não procura melhorar. Fazer extensivo o mesmo favor, é matar o estimulo daquelle que foi augmentado igualmente, tendo mais direito.

O SR. AMARO CAVALCANTI —Quem priva a administração de despedil-o?

O SR. MANUEL VICTORINO não sabe então quaes são esses favores. S. Ex. considera os obreiros como parte integrante, com todos os direitos della.

O SR. AMARO CAVALCANTI — Emquanto servem, está subentendido.

O SR. MANUEL VICTORINO — Já vê S. Ex. que o seu projecto é um enygma,é uma cousa indecifravel que não sabe o que seja.

O SR. AMARO CAVALCANTI — Sel-o-ha.

O SR. MANOEL VICTORINO não póde comprehender quaes são esses favores.

Mas, espera não ver repetida por parte de S. Ex. essa accusação, que nesta época, mais do que em qualquer outra, é um meio de revoltar algumas classes contra os poderes constituidos do paiz.

O SR. AMARO CAVALCANTI — Não, pelo contrario.

O SR. MANUEL VICTORINO — Oh! essas declamações, essas apostrophes atiradas ás classes menos favorecidas que tanto soffrem, que são victimas da penuria, que vivem na miseria, levantal-as contra os poderes constituidos, dizendo que nos corpos legislativos levanta-se opposição contra ellas, que é preciso que os poderes constituidos não sejam tão avaros...

O SR. AMARO CAVALCANTI — Estou de accordo nesse ponto : isso é preciso e muito.

O SR. MANUEL VICTORINO—... esse socialismo do Estado prégado por S. Ex. é uma doutrina perigosa.

O SR. AMARO CAVALCANTI—O socialismo é e ha de ser uma verdade.

O SR. MANUEL VICTORINO—E' uma doutrina perigosa.

O SR. LUIZ DELFINO—O socialismo é e ha de ser uma escravidão.

O SR. AMARO CAVALCANTI — O que faz mal não é o socialismo, mas sim o abuso e a especulação que fazem do socialismo ; disto é que tenho medo.

O SR. MANUEL VICTORINO — S. Ex. tem de prégar o socialismo daqui, subordinando-o aos interesses sociaes e politicos, que não podem ficar á mercê das vicissitudes desta ou daquella influencia, e que não podem adejar ou equilibrar-se, mais ou menos, conforme a acrobacia politica que mantem ou faz baixar ou elevar os interesses desta ou daquella classe.

Sim, S. Ex. ha de subordinar a sua propaganda do socialismo do estado a um principio de paz e de moderação, principalmente numa quadra como esta em que não se deve andar ateando chammas perigosas.

S. Ex. comprehende as difficuldades que podem resultar das doutrinas como esta, prégadas na tribuna do Senado.

O orador está certo que se ha de enfrentar mais tarde com o problema, como todos os povos. Mas não se devem açular paixões que por ora não irromperam com furor, como succede nas capitaes da Europa, nem tampouco crear animosidades que não existem realmente.

Os poderes constituidos da nação estão dispostos a ir em auxilio de qualquer classe e a reconhecer todos os seus direitos, mantendo a mesma igualdade perante as leis republicanas.

Mas o que ha da parte do poder publico é o interesse em não açular paixões populares, nem em se indispor contra essas classes desfavorecidas, quando se está trabalhando tambem por ellas. Pelo menos, é este o seu intuito e S. Ex. fará justiça a todo o Senado e declarará que é tão amigo das classes operarias como qualquer de seus collegas. (*Apoiados.*)

Não procurará contrapôr á defesa extrenua e esforçada do honrado senador esta apreciação modesta que faz pedindo explicações, mesmo um contraste que seria doloroso para si, desde que tem uma origem que não é suspeita para aquelles que vivem do trabalho. Lá educou-se, é filho de um artista e não se desdoura em ter vindo dessa classe desfavorecida e de ter-se hombreado, muitas vezes, com os que trabalhavam de empreitada. (*Muito bem, muito bem.*)

A discussão fica adiada pela hora.

O Sr. Presidente designa para a ordem do dia 21:

Continuação da 2ª discussão do projecto do Senado, n. 15 de 1893, considerando a classe dos obreiros da officina de composição da Imprensa Nacional como parte integrante do pessoal da mesma, para todos os favores, deveres e direitos, que se referem ao alludido pessoal;

1ª dita do projecto do Senado, n. 17 de 1893, dispondo sobre o aforamento perpetuo;

3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 129 de 1892, autorisando o governo a despender 12.000:000$, ao cambio de 27 dinheiros por 1$, com a reforma do material da armada ;

3ª dita do projecto do Senado, n. 7 de 1893, ampliando a organisação da procuradoria da Republica e Fazenda Federal ;

3ª dita da proposição da Camara dos Deputados, n. 6 de 1893, autorisando o governo a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao engenheiro Augusto Teixeira Coimbra, inspector do 1º districto dos portos maritimos ;

3ª discussão do projecto do Senado, n. 45 de 1892, que autorisa o governo a mandar pagar ao Sr. Albino Gonçalves Meira de Vas-

concellos, professor vitalicio do curso annexo á Faculdade de Direito do Recife, os vencimentos que deixou de receber desde a data da sua exoneração até o dia em que foi reintegrado.

Levanta-se a sessão ás 4 horas da tarde.

38ª sessão em 21 de junho de 1893

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes, (vice-presidente)

SUMMARIO — Chamada — Leitura da acta — EXPEDIENTE — Pareceres — Observações do Sr. presidente e votação de um requerimento do Sr. Antonio Baena — Discurso e requerimento do Sr. A. Cavalcanti — Discurso do Sr. U. do Amaral — Encerramento da discussão e votação — ORDEM DO DIA — Continuação da 2ª discussão do projecto n. 15 de 1893 — Discurso e requerimento do Sr. Amaro Cavalcanti — Encerramento da discussão e votação — Encerramento da discussão do projecto n. 17 17 de 1893 — Votação — 3ª discussão da proposição n. 129 — Encerramento da discussão e votação — 3ª discussão do projecto n. 7 de 1893 — Discurso e emendas do Sr. Q. Bocayuva — Requerimento do Sr. Q. Bocayuva — Votação — Continuação da discussão do projecto n. 7 — Discursos dos Srs. Gomensoro e U. do Amaral — Encerramento da discussão e votação — 3ª discussão da proposição n. 6 — Encerramento da discussão — Votação — Encerramento da discussão do projecto n. 45 de 1892 — Chamada — Adiamento da votação — Observação do Sr. presidente — ORDEM DO DIA 22.

Ao meio-dia comparecem 35 Srs. senadores, a saber: Prudente de Moraes, Gil Goulart, Antonio Baena, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Nina Ribeiro, Manoel Barata, Gomensoro, Cruz, José Bernardo, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, João Neiva, Firmino da Silveira, João Barbalho, Rosa Junior, Ruy Barbosa, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Monteiro de Barros, Q. Bocayuva, Braz Carneiro, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Joaquim Felicio, C. Ottoni, Americo Lobo, Rodrigues Alves, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Paranhos, U. do Amaral, Santos Andrade, Raulino Horn e Luiz Delfino.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão e não havendo reclamação, dá-se por approvada a acta da sessão anterior.

Comparecem depois de aberta a sessão os Srs. Francisco Machado, Catunda, Virgilio Damasio, Joaquim Murtinho e Pinheiro Guedes.

Deixam de comparecer com causa participada os Srs. João Pedro, Cunha Junior, Coelho Rodrigues, Elyseu Martins, Joaquim Pernambuco, Laper, E. Wandenkolk, Aquilino do Amaral, Generoso Marques, Pinheiro Machado e Julio Frota; e sem causa participada os Srs. Thomaz Cruz, João Cordeiro, Theodoreto Souto, Oliveira Galvão, Gaspar Drummond, Messias de Gusmão, Coelho e Campos, Campos Salles, Esteves Junior e Ramiro Barcellos.

O SR. 2º SECRETARIO (*servindo de 1º*) dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do Ministerio da Marinha, datado de 19 do corrente mez, transmittindo, em resposta ao officio do Senado de 20 do mez passado, a opinião do governo sobre a proposição da Camara dos Deputados relativa a transferencia do Arsenal de marinha do estado da Bahia.—A' commissão de marinha e guerra.

Requerimento da Companhia Internacional, Commercio e Industria, solicitando subvenção, para si ou companhia que organisar, para o serviço de navegação entre o Brazil e os Estados Unidos da America do Norte— A's commissões reunidas de finanças e de agricultura, commercio, industria e artes.

Requerimento do bacharel Augusto Netto de Mendonça, juiz seccional em Santa Catharina, solicitando um anno de licença com vencimentos para tratar de sua saudeJ.—A's commissões reunidas de finança se de justiça e legislação.

Requerimento dos amanuenses e porteiros das faculdades de medicina desta cidade e da Bahia, pedindo augmento de vencimentos.— A's commissões reunidas de finanças e de instrucção publica.

Requerimento de Antonio da Silva Netto, chefe dá 2ª secção da Directoria Geral de Estatistica, solicitando 9 mezes de licença, com ornenado, para tratar de sua saude.—A's commissões reunidas de finanças e estatistica.

O SR. 3º SECRETARIO (*servindo de 2º*) lê e vão a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos os seguintes

PARECERES

N. 74—1893

A commissão de constituição, poderes e diplomacia tem em seu poder a petição em que o Sr. senador Antonio Coelho Rodrigues solicitou do Senado algumas semanas de licença afim de tratar de sua saude fóra desta capital.

Sendo justo, visto achar-se enfermo o referido senador, que, em quanto restabelece a sua saude, cesse para elle o trabalho legisla-

tivo, naturalmente incompativel com o estado de sua saude, a commissão é de parecer que lhe seja concedida a licença que solicita.

Sala das commissões, 21 de junho de 1893. —*Aristides Lobo.—Q. Bocayuva.*

N. 75—1893

A commissão de finanças examinou a proposição da Camara dos Deputados, pela qual é autorisado o Poder Executivo a despender, á proporção que for sendo necessario e fazendo as precisas operações de credito, a quantia de desoito mil contos de réis (18.000:000$) ao cambio de 27 d. sterlinos, com a substituição do armamento do exercito e outros petrechos bellicos; e é de parecer que a referida proposição entre em discussão e seja adoptada.

Sala das commissões, 20 de junho de 1893. *Domingos Vicente*, relator.—*Amaro Cavalcanti.—Q. Bocayuva.—Monteiro de Barros. —Saldanha Marinho.*

Concordo, dividindo o credito por tres exercicios.

Sala das commisssões, 20 de junho de 1893. —*Manoel Victorino.*

N. 76—1893

José dos Santos Colonia, ex-administrador do trapiche Maxwel, pede melhoria de sua aposentadoria nesse logar, visto contar mais de 30 annos de serviço. O documento apresentado pelo requerente a esse respeito é o seu titulo de aposentadoria, e delle consta que, tendo-se-lhe marcado o vencimento de 1:995$972, por acto de 25 de fevereiro de 1888, lhe foi, um mez depois, marcado de 2:100$, justamente por elle *contar mais de 30 annos de serviço*; de onde se conclue que o supplicante já foi attendido pelo fudamento que ora invoca. Assim, pois, á commissão de finanças parece que, salvo outras razões, não ha que deferir.

Sala das commissões, 21 de junho de 1893. —*Amaro Cavalcanti.—Saldanha Marinho.— Manoel Victorino.—Domingos Vicente.—Monteiro de Barros.—Rodrigues Alves.*

N. 77—1893

A commissão de constitnição, poderes e diplomacia, tendo examinado a representação dirigida ao Senado pelo Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, na qual pede providencias que salvem a situação anarchica em que se acha o estado de Pernambuco, verifica que essa representação contém em si as seguintes allegações:

1ª, que quando o actual governador assumiu o governo do estado de Pernambuco já o achou constituido mais ou menos e com uma constituição em vigor, um vice-governador constitucionalmente eleito e no exercicio do cargo, uma magistratura organisada, os municipios tambem organisados e um congresso em offectivas funcções, o que tudo foi destruido;

2ª, que o congresso quiz remediar essa anarchia por medidas legislativas, mas não a pôde fazer, porque o governador declarou com as armas nas mãos que não consentiria que taes medidas tivessem execução;

3ª, que existem em Pernambuco autoridades em duplicata, a saber:

Dois governadores, duas magistraturas, em face uns dos outros, situacão que na opinião do regulamento exige a intervenção do poder federal, sob pena de conflagração do estado.

Essas allegações são largamente desenvolvidas na exposição do reclamante, e entre outras ponderações que faz previne a objecção preliminar da competencia que se arroga para fallar na sua representação como procurador do Congresso Pernambucano.

Si effectivamente fosse a situação do estado de Pernambuco tal como a descreve o documento que a commissão tem abaixo de seus olhos, conviria que os poderes federaes encontrassem um remedio, fosse elle qual fosse.

A commissão tem deante si uma representação núa e destituida de toda prova.

Não ha um documento, uma affirmação testemunhal em fórma de direito, nada finalmente que comprove os factos que se articulam.

Nessas condições, a commissão acha-se inhibida de tomar conhecimento dos factos articulados e fica sem base e fundamento para a indicação de qualquer alvitre.

Ha, entretanto, uma questão prejudicial ao andamento da representação no seio do Senado, a que se procura escapar por meio de uma theoria imaginaria.

A representação está assignada pelo Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, na qualidade, diz elle, de procurador do Congresso de Pernambuco, do qual se diz presidente, mas não exhibe um acto qualquer que o invista da representação que allega.

O Senado sabe que o mandato, em regra, não se presume nem se constitue por illações, mórmente quando se trata da representação de um poder soberano.

Falta, pois, competencia do peticionario para, em nome do Congresso de Pernambuco, dirigir-se ao Senado Federal solicitando a sua intervenção.

Pensa a commissão, em vista ao que fica exposto, que o Senado não póde tomar em consideração a representação que lhe é dirigida e deve apenas ordenar que seja archivada.

Sala das commissões, 21 de junho de 1893. —*Aristides Lobo*, relator.—*Q. Bocayuva* (com restricção).

N. 78—1893

A commissão de marinha e guerra, tendo estuda os documentos appensos ao requerimento do major reformado do exercito Francisco de Paula Pereira de Andrade, no qual pede melhoramento de reforma a contar de 15 de novembro de 1889, é de parecer:

Que, comquanto o supplicante, depois de reformado continuasse a prestar serviço de sua profissão, já na guarda nacional da provincia do Rio de Janeiro e já na guarda urbana do municipio neutro (antiga Côrte) e mais ainda que durante o periodo de sua praça no exercito, de 6 de outubro de 1821 até 1843, prestou bons serviços, na paz e na guerra, tendo delles attestados dos seus chefes, não lhe assiste direito algum do favor que solicita do Congresso. A commissão accrescenta que nenhum precedente o autorisa a attender ás pétições desta natureza, por crear direitos novos e abrir precedentes onerosissimos ao Thesouro Nacional, actualmente muito sobrecarregado de compromissos a que não é licito deixar de attender.

O Senado, entretanto, resolverá como melher entender, desde que se trata de uma graça.

Sala das commissões, 21 de junho de 1893. —*João Neiva.—Santos Andrade.— Almeida Barreto.— Joaquim Sarmento.— Rosa Junior.*

O mesmo Sr. 3º secretario (*servindo de 2º*) lê o fica sobre a mesa, para ser discutido na sessão seguinte, depois de publicado no *Diario do Congresso*, o seguinte

PARECER

N. 79 — 1893

REDACÇÃO

Emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados, n. 84 de 1892, que reorganisa a Repartição Geral dos Telegraphos.

Ao art. 1º: Substituam-se as divisões 1ª, 2ª, e 3ª pelas seguintes:

1ª, administração geral, que comprehenderá — directoria, secretaria, archivo, linhas e estações, e a quem incumbe a direcção de todo o serviço á cargo da repartição;

2ª, secção technica, que terá a seu cargo a organisação de projectos e mais trabalhos technicos relativos ao serviço telegraphico e comprehenderá — escriptorio central, escriptorio de desenho, aula telegraphica, officina e almoxarifado;

3ª, contadoria geral ou secção de receita e despesa geral da repartição, comprehendendo uma contadoria geral e 12 sub-contadorias nas sédes dos districtos em que forem necessarias.

Ao art. 2º, 1ª divisão:

Em vez de director geral, 18:000$, diga-se: director geral, 15:000$.

Supprimam-se os logares do engenheiro ajudante dá directoria, do secretario, do ajudante do archivista e do encarregado do deposito.

Ao mesmo art., 2ª divisão:

Supprimam-se os logares de official da secção technica, de auxiliar do gabinete das experiencias, passando o engenheiro ajudante, consignado na proposição, a servir na secção techinica.

Ao mesmo art., 3ª divisão:

Depois da 2ª secção, diga-se:

3ª, secção — thesouraria geral, com o pessoal constante da proposição, ficando os vencimentos do thesoureiro equiparados aos dos chefes das outras secções, e mais 800$, para quebras.

Sub contadorias:

Contador, 5:000$000.

Escripturario-pagador, (inclusive 400$, para quebras) 4:200$000.

Amanuenses, 3:000$000.

Ao art. 3º — substitua-se pelo seguinte:

As estações telephonicas serão derigidas por telegraphistas de 3ª e 4ª classes, designasão esta ultima que tiram os praticantes da proposição;

Os telephonistas actuaes serão transferidos para o quadro de telegraphistas o logo que exhibam provas das habilitações exigidas.

Accrescente-se:

Art. 1º: Os cargos novamente creados serão providos por pessoal constante dos diversos quadros de empregados actuaes.

Sala das commissões, 21 de junho de 1893. — *Manoel Barata* — *Americo Lobo.*

O Sr. Presidente — Na sessão de hontem o Sr. senador Antonio Baena requereu que fosse publicada no *Diario do Congresso* uma representação que o governador do estado do Pará dirigio ao Congresso Nacional a respeito do imposto do sello e bem assim que fosse um numero do *Diario Official* daquello estado enviado á commissão de fi-

nanças, para tomar em consideração aquella representação.

O requerimento não pôde ser votado hontem na hora do expediente por falta de -mero.

Vou submettel-o agora á votação.

Posto a votos, é approvado o requerimento do Sr. Antonio Baena.

O SR. PRESIDENTE—A representação, depois de impressa no *Diario do Congresso*, será remettida á commissão de finanças.

O Sr. Amaro Cavalcanti julga-se no dever, aliás doloroso para si, de communicar ao Senado o fallecimento no estrangeiro, a serviço da Republica, do ex-collega o Sr. general José Simeão de Oliveira

Tudo quanto pretendesse o humilde orador dizer acerca das virtudes privadas, civis e politicas do illustre morto, seria excusado deante dos membros do Senado, que foram todos testemunhas vivas dos elevados dotes de tão notavel cidadão.

Lealdade na amisade e na politica, dedicação á causa publica, serviços prestados na carreira que abraçou de preferencia, devotamento ao cumprimento do dever nos cargos publicos que exerceu (*apoiados*), tudo isto o general José Simeão revelou possuir durante a sua vida, que todos conhecem e admiram.

Assim, interpretando os sentimentos desta casa, e, dirá mais, os da nação, que de certo não desconhece nem esquece os serviços prestados pelo general José Simeão, no seu caracter de servidor da patria, o orador pede ao Sr. presidente que consulte ao Senado si concede que seja lançado na acta um voto de profundo pezar pelo fallecimento de tão distincto cidadão. (*Apoiados; muito bem.*)

Vem á mesa o seguinte

Requerimento

Requeiro que se lance na acta um voto de profundo pezar pelo fallecimento do general José Simeão de Oliveira, ex-senador da Republica. — *Amaro Cavalcanti.*

E' lido, apoiado e posto em discussão.

O Sr. U. do Amaral pede a palavra, mais para dar expansão ao sentimento pessoal, do que para discutir o requerimento.

Aquelle que na vida se chamou José Simeão de Oliveira foi um grande caracter e um nobre coração. (*Apoiados.*) A sua vida inteira foi consagrada ao serviço da patria, e, na curta vida da Republica, elle percorreu os postos mais elevados e tambem os mais perigosos. (*Apoiados.*) Foi governador de Pernambuco e teve a rara felicidade de sahir daquella terra sem deixar uma desaffeição. (*Apoiados.*)

Foi senador, foi ministro, conselheiro de guerra, e foi um dos vultos que mais collaboraram para a renvindicação dos direitos do Congresso, postergados.

No Senado, foi que o orador se acostumou a venerar aquelle ancião, pela sua rectidão de espirito, pelo seu constante desejo de acertar e fazer justiça e pela sua inalteravel bondade, que transpirava de seus actos, de sua palavra e de sua figura sympathica. (*Apoiados.*)

Associa-se, pois, de todo coração a esta manifestação de pezar pela perda infausta que a patria acaba de soffrer. (*Muito bem; muito bem.*)

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Posto a votos, é unanimemente approvado o requerimento.

ORDEM DO DIA

Continúa em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, o art. 1º do projecto do Senado, n. 15, de 1893, considerando a classe dos obreiros da officina de composição da Imprensa Nacional como parte integrante do pessoal da mesma, para todos es favores, deveres e direitos que se referem ao alludido pessoal.

O Sr. Amaro Cavalcanti pede a palavra ainda uma vez no debate, não tanto no intuito de explicar a materia do projecto, que já o fez hontom quanto sabia e podia, mas especialmente para dar breves explicações a que se julga obrigado em vista da orientação que o mesmo debate tomou na sessão de hontem.

O seu honrado collega pelo estado da Bahia viu nas expressões ou no modo com que o orador finalisou a sustentação do projecto que se discute, não sabe que pregação de doutrinas perigosas ou açulamento das paixões socialistas.

Vem, portanto, dar algumas explicações, até mesmo com respeito ao decoro do Senado, sobre o pouco que disse, e de que se póde tirar uma inferencia a semelhante respeito.

Leu hoje o discurso que aliás não tinha corrigido e não sabe onde e em que parte deste o orador procurou pregar doutrinas perigosas e sobretudo no momento actual (*lê*):

« O orador é adversario do augmento de despezas publicas, mas aproveita o ensejo para dizer que acha que os poderes publicos não devem ser muito restrictos... »

Mais adiante diz:

«Dirá mais esta vez á casa o que já tem manifestado: inimigo do operario, quando elle recorre aos meios violentos; amigo do operario e ao lado delle toda a vez que pelos meios pacificos, por meio da lei, elle quizer melhorar a sua sorte, as suas condições; e este projecto é uma prova disto.»

De modo que, em vez de no seu espirito existir a menor intenção de provocar violencias, incitar *grèves*, açular odios, pregar doutrinas perigosas em favor dos operarios, contra as outras classes sociaes ou os poderes publicos, o orador acha que os poderes publicos não devem ser, ia dizer restrictos... e S. Ex. disse avaros—, não devem ser avaros na concessão de favores pelos meios legaes aos mesmos.

Vem, por conseguinte, explicar ao Senado este seu modo de pensar por duas razões particulares: porque está convencido que justamente o meio proficuo de evitar *grèves*, meios violentos, aliás prejudiciaes aos proprios operarios, mas que elles na sua pretenção de melhorar de sorte nem sempre os evitam; é este dos poderes publicos se prestarem tambem á concessão de favores que com effeito elles tenham razão de merecer, e dil-o-ha que a experiencia, a todos ensina esta conducta.

Toda a vez que ha uma pretenção social em jogo, os poderes publicos limitam-se a abster-se de tomar conhecimento della, em vez de se associarem, isto é, tomarem conhecimento della, medindo-lhe a sua legitimidade, a sua razão de ser, mostram-se na maioria dos casos resistentes ou indifferentes; e, somente quando a pretenção de caracter social toma proporções assustadoras, cobre-se de asperezas difficeis, é que os poderes publicos interveem e procuram tomar medidas que no momento nem sempre são as melhores.

E, ás vezes mesmo, tomando-as em nome da ordem publica, em nome dos interesses de toda a sociedade, são essas providencias de caracter tão violento, como violentos são os meios empregados por aquelles que querem conquistar melhoria de posição.

Foi isto mesmo que viu-se na propria abolição.

Entretanto, si o governo tivesse tomado a mais tempo sobre si a resolução do problema, esta teria sido melhor.

Continuando, diz:— Em uma reunião de operarios em numero de uns oitocentos e que tove a honra de assistir e dar opinião sobre este grande problema que se chama socialismo, isto é, pretenção de melhorar a sorte do homem que vive do salario, distribuindo-se-lhe na sociedade actual uma somma maior de beneficios de ordem economica e de ordem juridica, nessa reunião, teve de dizer aos operarios: «convencei-vos de que o rmaio inimigo do melhoramento que pedis é o vosso procedimento quando elle é violento.

Tendes meios brandos e ordeiros de realisar a vossa aspiração: é recorrerdes aos poderes publicos para que estes vos vão attendendo á medida das circumstancias e em vista vantajens a que tiverdes jus no momento dado.» O orador, portanto, que pregou essa doutrina, e que ainda pregará porque é a unica que acceita como verdadeira em materia de socialismo; deve ainda declarar que entende por socialismo, esta pretenção fundada na mesma razão humana dos homens que vivem do salario procurarem melhorar de sorte; porque são elles a classe de maior numero, são elles os que mais trabalham e teem tambem direito á maior divisão.

Mas não quer dizer que elles se apossem desse direito, pela força.

Deve tambem dizer ao seu illustre collega que não teve a intenção de pregar doutrinas perigosas como S. Ex. lhe attribuiu; a sua intenção, chamando a attenção do Senado para esse lado, era apenas fazer-lhe sentir que devia facilitar favores á classe dos operarios, ás classes que trabalham, para que estas tivessem a consciencia, a convicção de que nós outros, diz o orador, não estamos de modo algum, nem indifferentes, nem tambem descuidosos de attendel-os quando os seus pedidos forem rasoaveis, como parece ser este de que se trata que não offende direito de ninguem. Nem mais nem menos.

Não tinha em vista outro pensamento nem podia ter, porque jamais concorrerá para a desordem.

Está bem explicado o motivo das poucas allusões que fez neste sentido.

Lê e não vê nenhuma allusão onde declare que os poderes publicos não tivessem essa orientação. Não. Era recommendação suggestiva. Entende que os poderes publicos não devem ser avaros ás pretenções legitimas dos operarios; mas daqui a affirmar que o Senado não quer fazer favores á classe dos operarios ou que os poderes publicos são indifferentes, ha uma grande distancia.

Assim, pois, entendeu que era de seu dever vir dar esta explicação, mesmo para ficar bem comsigo, quando não fosse pelo respeito e consideração que lhe merece o Senado.

Quanto ao projecto, acha que a sua solução deve ser adiada. O Poder Executivo está elaborando um regulamento para a Imprensa Nacional, e tão insignificantes são os direitos que os operarios desejam obter, que o ministro hontem lhe informou que na reforma actual o direito dos operarios vinha plenamente estatuido.

Não comprehende tambem que haja um pessoal ao serviço de uma repartição publica durante muitos annos, e hoje, quando se lhes vai dizer por escripto quaes as obrigações a que está sujeito, não se lhe diga tambem quaes os direitos que lhe compete.

Em todo o caso, como a reforma do Poder Executivo não está ainda promulgada, o orador não acha de conveniencia estar o Senado a occupar-se do assumpto; e é de opinião que se adie a discussão do projecto, porque, si assim fôr, estará a materia fóra da razão de ser.

Vem á mesa o seguinte

Requerimento

Requeiro que a discussão do projecto n. 15, de 1893, seja adiada.

Sala das sessões, 21 de junho de 1893.— *Amaro Cavalcanti.*

E' lido, apoiado, posto em discussão e sem debate approvado.

Fica adiada a discussão do projecto.

Segue-se em 1ª discussão, e é sem debate approvado e adoptado para passar á segunda, indo antes á commissão de justiça e legislação, o projecto do Senado n. 17, de 1893, dispondo sobre o aforamento perpetuo.

Segue-se em 3ª discussão, e é sem debate approvada e adoptada, para ser submettida á sancção presidencial, a proposição da Camara dos Deputados, n 129, de 1892, autorisando o governo a dispender 12.000:000$, ao cambio de 27 dinheiros por 1$, com a reforma do material da armada.

Segue-se em 3ª discussão, com a emenda approvada em 2ª, o projecto do Senado n. 7, de 1893, ampliando a organisação da procuradoria da Republica e Fazenda Federal.

O Sr. Q. Bocayuva Sr. presidente, submetterei á apreciação do Senado algumas emendas e additivos que tomo a liberdade de offerecer ao projecto em discussão; e não usaria da palavra si não julgasse conveniente fundamentar com algumas mas rapidas considerações um requerimento que acompanha as emendas e que vou ter a honra de tambem sujeitar á apreciação do Senado, pedindo que os projectos ns. 5 e 7 sejam enviados á commissão especial, encarregada de elaborar o codigo da justiça federal.

Parece-me conveniente que, em assumpto de tamanha importancia e gravidade, o Senado delibere de fórma complexa e uniforme, para que a justiça federal, que já se resente de algumas omissões na sua organisação primitiva, não fique exposta, por virtude de deliberações parciaes, a novos defeitos, que aggravem as ligeiras imperfeições já existentes.

O Sr. Americo Lobo — Apoiado.

O Sr. Q. Bocayuva — Devia, antes de começar a occupar-me do assumpto, pedir licença aos meus dignos collegas, que, com mais autoridade, por ser sua especialidade, o conhecem melhor do que eu (*não apoiados*), mas sei que si estivesse presente o meu honrado amigo, autor da lei da organisação da justiça federal, seria o primeiro a concorrer com seus esforços para melhorar sua propria obra...

O Sr. Americo Lobo — Apoiado.

O Sr. Q. Bocayuva — ... do que deu testemunho, encetando um estudo a respeito da materia

Não sei onde se acha este projecto ou este novo estudo do nosso illustre collega, hoje ausente, o Sr. Dr. Campos Salles; mas sei que antes de apresentar aqui este ponto de partida para as deliberações do Congresso no assumpto, elle esteve particularmente empenhado em averiguar qual tinha sido o resultado da reforma que emprehendera, com tantas vantagens para o serviço publico.

O nosso illustrado collega senador pelo Rio Grande do Norte já nos apresentou, por seu lado, um projecto destinado a obviar alguns dos inconvenientes que se tem experimentado na pratica...

O Sr. Amaro Cavalcanti — Meros artigos complementares; não era propriamente uma reforma.

O Sr. Q. Bocayuva — Não era propriamente ume reforma, era uma corrigenda...

O Sr. Amaro Cavalcanti — Para supprir omissões e lacunas.

O Sr. Q. Bocayuva — Era, como digo, corrigendas dos inconvenientes experimentados praticamente na execução da lei.

Mas tratando-se de uma materia que realmente merece ser objecto da mais solicita attenção por parte dos legisladores, acredito que, havendo uma commissão especial encarregada de elaborar o codigo da justiça federal, ella deve tomar conhecimento do projecto e das emendas aqui offerecidas, para, tanto quanto fôr possivel, applicar-se á reorganisação da lei em molde completo e perfeito.

Como todos mais ou menos comprehendem, as emendas apresentadas ou algumas das que vou apresentar trazem forçosamente accrescimo de despeza.

O Sr. Gomensoro — Inquestionavelmente.

O SR. Q. BOCAYUVA — Mas despezas indispensaveis.

Desde que se trata de uma reorganisação capital da ordem da que se refere, justiça federal, o proprio legislador não desejará que, por deficiencia de meios, a lei se torne inefficiente e inapplicavel.

E' assim, por exemplo, que com relação aos juizes seccionaes dá-se a seguinte anomalia.

São os representantes do poder federal nos estados, funccionarios aos quaes se attribuem na ordem da hierarchia judiciaria as mais elevadas e delicadas funcções, e estes funccionarios andam errantes, a mendigar muitas vezes uma sala ou um edificio onde possam ter os seus cartorios. Nem sempre lhes será licito estabelecer o funccionamento da justiça, na sua propria casa de residencia.

Alem disto, o escrivão, os officiaes, emfim os encarregados de auxiliar os actos judiciarios devem ter sob sua guarda, em um archivo qualquer, os processos, os papeis relativos ás differeates questões agitadas no foro federal. Não é possivel que os autos andem passeiando de um lado para outro em uma pasta ou em baixo dos braços do escrivão e juiz, o que não pode condizer com a dignidade desses funccionarios, nem com a conveniencia do serviço publico.

Parece-me, pois, necessario que se consigne uma somma, seja qual for, para que tenham um escriptorio certo ou um logar onde deem audiencia,

Quanto ao projecto, creio que n. 7, que se acha em discussão, e referente á procuradoria fiscal; estou de accordo com o illustrado collega autor do projecto o que elle corresponde effectivamente a uma necessidade reconhecida, e da sua adopção só podem resultar beneficios sem trazer consequencias que onerem de qualquer fórma os cofres publicos, porque a funcção da procuradoria fiscal está quasi que exclusivamedte reduzida á cobrança da divida activa da União. Si não se estimular o zelo, a solicitude e o interesse desses funccionarios no exercicio das attribuições que lhes são conferidas, o prejuiso não é para elles, o prejuiso é para o estado.

Além disto occorre uma circumstancia, que já se fazia sentir no tempo do imperio e que no novo regimem faz-se sentir ainda de uma maneira mais energica o mais pronunciada.

A justiça federal é apenas representada pelo juiz seccional em cada estado. O funccionario que difficilmente consegue ter um escrivão para seu auxiliar e para o funccionamento regular dos processos, não tendo nos differentes municipios do mesmo estado nenhum delegado seu, a quem possa confiar a commissão resultante da sua precatoria, tem muitas vezes de deprecar ás justiças locaes.

Ora, estas não são interessadas na execução de taes actos, e, como é muito natural, sendo juizes locaes, procurarão antes evitar do que concorrer para inimisade ou desagrados que sempre resultam da acção executiva.

Por conseguinte, a cobrança da divida activa é prejudicada.

Os emolumentos ou as vantagens dos funccionarios alludidos são constituidos pela porcentagem da cobrança verificada.

Não se póde, pois, pretender que é uma despeza nova a se crear, é apenas um meio de estimular o zelo desse funccionario e a sua applicação ao serviço, que a lei lhe ha commettido.

Peço, portanto, ao Senado que tome em consideração as emendas que vou submetter á sua sabedoria e acceite o requerimento que offereço, para que a illustre commissão encarregada de elaborar o codigo da justiça federal se pronuncie a respeito da conveniencia ou não conveniencia das emendas que apresento.

Veem á mesa, são lidas, apoiadas e postas conjunctamente em discussão as seguintes

Emendas

Accrescente onde convier:

«Aos juizes federaes será abonada a quantia de 100$ mensaes para aluguel do edificio onde cada um delles tenha de funccionar, desde que não haja proprio nacional adaptado a esse fim. —*Q. Bocayuva.*

Accrescente-se onde convier:

Haverá em cada secção um porteiro, um continuo e os officiaes de justiça que forem necessarios á vista da exigencia do serviço, vencendo o primeiro e o segundo 600$ annuaes e os ultimos 400$, não excedendo o numero delles a tres em cada secção. — *Q. Bocayuva.*

Accrescente-se:

São creados nos municipios de cada secção dous supplentes do juiz substituto, com a attribuição de cumprir e executar os actos e sentenças da justiça federal, vencendo os emolumentos e custas do regimento em vigor, pelos actos que praticarem. —*Q. Bocayuva.*

Nas outras secções haverá tambem um solicitador, para cada uma dellas, com os mesmos vencimentos e vantagens do solicitador da fazenda do districto federal. —*Q. Bocayuva.*

Art. 8º. Em vez de 2:400$, diga-se 3:600$, 21 de junho de 1893. —*João Neiva.* —*Almeida Barreto.* —*Firmino da Silveira.* —*Santos Andrade.* —*J. Catunda.*

O SR. Q. BOCAYUVA requer a retirada das suas emendas e bem assim declara que não enviará á mesa o requerimento que annunciou, por isso que foi informado de que não existe a commissão especial a que se referira em seu recente discurso,

Consultado, o Senado consente na retirada.

O Sr. Gomensoro—Sr. presidente: O projecto que se discute, sabe V. Ex., estava affecto á commissão de justiça, unido a um outro, apresentado pelo nobre senador pelo estado do Rio Grande do Norte, e que importava em algumas correcções de eminente necessidade á marcha e execução do decreto n. 848, que creou a justiça federal.

Sabe V. Ex. que, depois de apresentado o parecer da commissão, concluindo que um era consequencia do outro, é que foi pedida a separação destes dous projectos. Aquelle, que entendia com a justiça federal, especialmente, acha-se affecto á commissão de justiça, depois de terem passado em 2ª discussão nesta casa, e depois de terem sido approvadas pelo Senado algumas emendas a elle impostas.

Sr. presidente: A' commissão parece que foi o intuito do meu collega, senador por Sergipe, o de aguardar-se occasião opportuna para emittirmos a nossa opinião, quando tivessemos de discutir a materia já de um, já de outro projecto.

V. Ex., Sr. presidente, que presta attenção a estas cousas de direito, poderá notar, que em uma das razões de ordem do parecer dessa commissão, ella dava como opinião sua e acceita uma questão attinente a *habeas corpus*.

Em contraposição do que se havia dado nesta casa, quando o autor do projecto complementar de justiça federal, o offereceu a 25 de setembro de 1892, tive occasião de, rompendo o debate, impugnar esse ponto relativo ao *habeas corpus*.

Visto, porém, que por parte de V. Ex., que se acha hoje presidindo a sessão, foi apresentada uma emenda ultimamente neste recinto, venho não dizer qual a opinião da commissão nem a minha propria como relator sobre este ou aquelle ponto da materia desse projecto, porque elle não está em discussão mas dar uma simples explicação, no sentido de declarar que acho urgente, como bem ponderou por mais de uma vez o nobre autor desse projecto, a discussão da materia que nelle se contém.

Quanto ao assumpto a que se refere o projecto apresentado pelo nobre senador pelo estado do Paraná, não posso deixar de acceitar as emendas, apresentadas em ordem a regularisar a boa marcha e execução dos trabalhos fiscaes.

Parece-me que não vou de encontro aos desejos, ao intuito e á mente do nobre autor do projecto, vindo declarar que esses funccionarios, sendo mal remunerados, não tendo incentivo, portanto, para trabalhar, e não percebendo mais de que custas e porcentagens, onde não ha custas e porcentagens, estão apenas condecorados com o titulo de nomeação.

Sabe-se que o escrivão tem custas e porcentagens; mas seu trabalho é de tal ordem que o Senado já entendeu dever receber um projecto por mim apresentado, em que se fixou ordenado para esses funccionarios.

Ha uma irrisão que se vê nesse decreto de n. 848: o official da justiça substitue o escrivão em seus impedimentos; ora, si o escrivão pouco ou nada recebe, que póde receber pelo cumprimenso de seu serviço o official de justiça?

Assim se dá tambem com o cargo de porteiro.

Já o Senado teve occasião de resolver sobre representação feita pelo juiz seccional de Sergipe, que pedia um remedio ao Poder Legislativo para conseguir officiaes que servissem no seu juizo.

Tudo isto faz-me lembrar a necessidada urgente de uma alteração completa, que a torne real, nesse serviço, e isto, por ora, não póde ser de outra fórma sinão recebendo as emendas que vão sendo apresentadas ao projecto do nobre senador pelo Paraná, e que, sinão trazem remedio immediato e satisfactorio, ao menos podem amparar no momento esse serviço.

Por isso, já disse que não são mais do que remedios que estamos fazendo.

O Senado leve á conta os meus cabellos brancos; sou um pouco retrogrado; já futurava o que se dá hoje e bemdigo os tempos em que entrei na vida pratica de juiz, e já encontrei ensaiados todos esses trabalhos; mas, eu, que quero afastar-me um pouco deste carrancismo, obedecendo ao que ha de mais moderno nesses ensaios, concorro com o meu applauso aos que apresentam medidas no intuito de melhorar esse serviço que, para mim, vae muito tumultuario.

Julgo, entretanto, desnecessario que voltem as emendas com o projecto á commissão.

Sou um pouco avesso a esse vêso de irem as emendas ás commissões; parece-me um meio declinatorio de occasião; não sou dos que abraçam os trabalhos das commissões como elles nos veem; quizera que si os fizesse aqui, porque a maior parte das vezes vimos que um tal trabalho pouco adianta, desde que, relator não vem discutil-o e dar razão de suas conclusões.

O SR. U. DO AMARAL dá um aparte.

O SR. GOMENSORO—O aparte de V. Ex. confirma o que digo; reunida uma commissão de tres membros, para emittir seu juizo, que póde auxiliar, a não ser na discussão do trabalho apresentado e impresso? Por isso desejava que este simulacro de discussão desapparecesse e a discussão se fizesse aqui.

Eis a razão por que não lembrei nem lembraria que trabalhos desta ordem vão á commissão sinão dentro das regras regimentaes.

Lamento que não esteja presente o meu collega de commissão; mas creio poder tomar a responsabilidade de declarar que elle concordará comigo em acceitar as emendas para serem conjunctamente discutidas com o projecto.

O Sr. U. do Amaral—Suppunha, Sr. presidente, que havia maior numero de emendas; mas vejo que o honrado senador pelo Rio de Janeiro retirou as que tinha apresentado, mesmo as que diziam respeito a este projecto. Só restam duas.

Uma diz. (*Lê*:)

E' uma questão que o Senado apreciará por si. Pareceu-me que, com o ordenado de 2:400$ e a porcentagem que se dá ao empregado, ficava este sufficientemente remunerado; entretanto talvez minha opinião não seja a melhor a este respeito.

A outra emenda diz. (*Lê*:)

Não posso concordar com esta emenda, porque seria sanccionar um procedimento irregular do governo. O Poder Executivo, sem ter autoridade para isso, nomeou tres funccionarios; declarar agora que devem ser respeitadas essas nomeações illegaes seria confirmar o acto, o que não posso fazer.

Entretanto, o mesmo Poder Executivo, representado pela propria pessoa que fez essas nomeações illegaes, póde agora fazel-as legaes, depois que houver lei, fazendo recahir as nomeações nos mesmos individuos que lhe pareceram aptos para o exercicio desses cargos; não sei quem são, não sei se são bons ou maus funccionarios, nem quaes são as condições em que se acham.

Depois, tenho sempre escrupulo em entrar naquillo que me parece attribuição do Poder Executivo.

Ainda ha dous ou tres dias, quando se tratava aqui do *véto* do prefeito a uma resolução municipal, relativa á organisação do serviço sanitario, votei pelo *véto* por parecer-me que o Conselho não tinha o direito de fazer nomeações.

E' verdade que o abuso não é novo e que o Congresso mesmo o tem praticado muitas vezes, indicando em artigos de lei quem deve ser nomeado, quem deve ser conservado em empregos; mas, tenho escrupulo de o fazer, porque a attribuição de nomear e demittir empregados não é nosssa; podemos apenas dar as regras geraes para o preenchimento dos cargos.

A' vista disto, tenho pezar de votar contra esta emenda, que, entretanto, não destoará dos precedentes, não será um caso novo, si o Senado entender que ella deve passar.

E' sómente o que tenho a dizer.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Posta a votos é approvada a emenda do Sr João Neiva e outros ao art. 8ª do projecto e bem assim o additivo, que já o havia sido em 2ª discussão.

O projecto, assim emendado, é approvado e adoptado para ser remettido á Camara dos Deputados, indo antes á commissão de redacção.

Segue-se em 3ª discussão, a qual encerra-se sem debate, a proposição da Camara dos Deputados, n. 6, de 1893, autorisando o governo a conceder um anno de licença com o respectivo ordenado ao engenheiro Augusto Teixeira Coimbra, inspector do 1º districto dos portos maritimos.

Corrido o escrutinio, recolhem-se 32 espheras, sendo 29 brancas e tres pretas.

A proposição é approvada por 29 votos contra tres e sendo adoptada vai ser submettida á sancção presidencial.

Segue-se em 3ª discussão, a qual encerra-se sem debate, o projecto do Senado, n. 45, de 1892, que autorisa o governo a mandar pagar ao Sr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, professor vitalicio do curso annexo á Faculdade de Direito do Recife, os vencimentos que deixou de receber desde a data da sua exoneração até o dia em que foi reintegrado.

Indo-se proceder á votação secreta verifica-se não haver mais na casa numero legal, pelo que procede-se á chamada dos Srs. senadores que compareceram á sessão (40) e deixam de responder os Srs. José Bernardo, Amaro Cavalcanti, João Barbalho, Ruy Barbosa, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Americo Lobo, Joaquim Murtinho e Pinheiro Guedes (9).

O SR. 3º SECRETARIO communica á mesa que o Sr. Saldanha Marinho retirou-se por incommodado.

A votação fica adiada por falta de numero legal.

O SR. PRESIDENTE declara que ao meio dia de amanhã haverá sessão secreta no Senado para julgar sobre a nomeação do prefeito do Districto Federal e de um enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do

Brasil junto ao governo da Republica do Uruguay.

Em seguida, si houver tempo, haverá tambem sessão publica, cuja ordem do dia é a seguinte:

Discussão da redacção das emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados, n. 84, reorganisando a Repartição Geral dos Telegraphos;

Votação em 3ª discussão do projecto do Senado, n. 45, de 1882, que autorisa o governo a mandar pagar ao Sr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, professor vitalicio do curso annexo á Faculdade de Direito do Recife, os vencimentos que deixou de receber desde a data da sua exoneração até o dia em que foi reintegrado;

3ª discussão do projecto do Senado, n. 11, de 1893, autorisando o governo a prestar, por conta da verba—Eventuaes—do orçamento da despeza do Ministerio da Fazenda, do exercicio corrente, um auxilio pecuniario, não excedendo de 10:000$, ao Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros, afim de poder realisar a exposição de trabalhos juridicos que pretende inaugurar;

3ª dita do projecto do Senado, n. 6, de 1893, concedendo o auxilio de 100:000$ paraa fundação, em Curitiba, da universidadede que trata a lei do estado do Paraná, n. 63, de 10 de dezembro de 1892;

2ª dita do projecto do Senado, n. 54, de 1892, autorisando o governo a prorogar por mais dous annos o prazo concedido á Companhia Colonisação Industrial de Santa Catharina para a inauguração do engenho central na povoação Palhoça, no estado de Santa Catharina. (Additivo separado do projecto de orçamento do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas para o exercicio de 1893);

2ª dita do projecto do Senado, n. 55, de 1893, fazendo extensiva ás companhias concessionarias de garantias de juros para construção de portos maritimos, a disposição da clausula 17ª do decreto n. 6995, de 10 de agosto de 1878. (Additivo separado do projecto de orçamento do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas para o exercicio de 1893).

Levanta-se a sessão ás 2 horas e 45 minutos da tarde.

Publicação feita em virtude de deliberação do Senado na sessão de 21 de junho de 1893

Representação

Srs. membros do Congresso Federal—Usando de attribuições que a Constituição deste estado me confere, perante esta respeitavel assembléa vou reclamar, a bem dos interesses da Republica e da verdade do regimen federativosabiamente adoptado no nosso paiz.

AConstituição Federal em seu art. 92 § 1º n. 1 estabeleceu clara e expressamente o direito exclusivo dos estados a cobrar taxas de sello quanto aos actos emanados de seus respectivos governos e negocios de sua economia.

No exercicio de faculdade que me havia conferido a constituição do estado em seu art. 9º das disposições transitorias, autorisando-me a reorganisar os serviços do estado, mal assumi as funcções do cargo, em que fui investido aos 24 de junho de 1891, dei-me pressa em fazer com que para os cofres publicos estaduaes entrassem as rendas que de direito cabiam ao estado, o qual assumira a responsabilidade de novos encargos e serviços.

Foi assim que, pelo decreto n. 366 de 6 de julho daquelle anno, mandei cobrar pelas repartições arrecadadoras das rendas do estado os impostos sobre exportação, sobre transmissão de propriedade e sobre industrias e profissões, tendo já antes, por decreto de 27 de junho do referido anno, determinado que pelas mesmas repartições do estado fossem arrecadadas as taxas de sello na conformidade das tabellas que foram publicadas pela portaria deste governo de 11 de julho.

Por decreto n. 414 de 24 de outubro, ainda do anno de 1891, promulguei o regulamento para a cobrança do sello devido ao estado, que começou desde logo a vigorar, tendo sido approvado pela lei deste estado n. 40, de 19 de agosto do anno passado.

Mais tarde o Thesouro Nacional impugnou as disposições deste regulamento e, defendendo os interesses legitimos do estado e a verdade dos preceitos constitucionaes, dizia eu na mensagem que ao congresso do Pará dirigi a 1 de julho de 1892:

«Corre-me o dever de chamar a vossa esclarecida attenção para os decretos n. 363 de 27 de junho e n. 414 de 24 de outubro e a portaria de 11 de julho, tudo do anno proximo findo, com que regulei o serviço da cobrança do sello devido ao estado, usando das attribuições que me conferiu o art. 9º das disposições transitorias da constituição do Pará.

O actual ministro de estado dos negocios da fazenda considerou o regulamento que promulguei offensivo dos direitos da União, e mandou organisar novo regulamento federal do sello, cuja necessidade pareceu determinada pela nova organisação dada aos serviços federaes e a dos estados, pela creação de novas taxas e elevação de outras, decretadas na lei do orçamento federal em vigor.

Na revisão do regulamento que baixei, espero que com sabedoria e criterio supesareis

os motivos que induziram o ministro da fazenda a considerar perturbadoras do serviço da arrecadação as disposições daquelle regulamento.

Pela natureza do assumpto, conto que vós não domorareis em tomal-o em consideração e em preoccupações outras que não sejam as de ver harmonisados os interesses federaes e os deste estado, na conformidade dos preceitos da Constituição Brazileira.

Em seu art. 9º § 1º n. 1 estatue a Constituição Federal: « Tambem compete exclusivamente aos estados decretar: taxas de sello quanto aos actos emanados de seus respectivos governos e negocios de sua economia. »

Commentando essa disposição da lei constitucional, diz o funccionario do Thesouro a quem o Sr. ministro da fazenda incumbiu a tarefa de rever o regulamento federal:. « Os actos emanados daquelles governos facilmente se distinguem dos que partirem do governo federal; não assim os *negocios da economia dos estados*, relativamente aos da União ».

Bem sabeis que latitude tem a palavra *economia do estado* adoptada pelo legislador constitucional, para verdes que procurei acertar definindo-a no art. 1º capitulo 1º do regulamento publicado com o decreto n. 414, onde por modo claro e conciso delimitei a esphera de acção do estado na percepção do imposto do sello, nestes termos:

« O imposto do sello é proporcional e fixo e recahe sobre os actos emanados das autoridades e funccionarios deste estado e sobre papeis que sejam ou possam ser submettidos ao julgamento, decisão, resolução ou determinação dessas autoridades e funccionarios; que hajam de produzir effeito nos tribunaes, repartições e intendencias municipaes do mesmo estado, constante das tabellas A e B »

A exigencia de serem os actos tributaveis regulados por leis estaduaes é uma restricção que não permittem nem a lettra nem o espirito da lei. Desde que a Constituição não adoptou o principio federalista da legislação separada, complemento, si não base da magistratura dos estados, si fossemos exigir, como condição para a cobrança do imposto do sello, leis estaduaes, nem *os papeis procaessados perante as autoridades administrativas e judiciarias* nem *os contractos celebrados com a fazenda do estado ou do municipio* constituiriam materia tributavel pelos estados, como concede o Sr. ministro da fazenda, de accordo com a opinião do contador do Thesouro Nacional.

Perante a assembléa legislativa do estado não defendo sinão um acto a que fui levado pelo desejo de bem servir os interesses legitimos do Pará, acreditando que fielmente traduzia o espirito da Constituição Federal.

Materia é para ser meditada, tal a controversia que tocante a esse ponto se levanta, parecendo que aos poderes legislativos da União e dos estados compete a solução definitiva da questão.

Não é a autonomia do estado que está em jogo; nem a definitiva regulamentação da materia affecta os principios da federação, tratando-se apenas da maior ou menor largueza que deva ter uma faculdade que já exerce o estado, estabelecendo-se claramente até onde vão os poderes da União e onde começam os direitos dos estados ,»

Na sessão legislativa deste anno votastes a lei n. 126 A, de 21 de novembro, autorisando o Governo Federal a rever o regulamento do sello sobre bases que então precisastes.

De tal assumpto tratei perante o congresso deste estado, exprimindo-me na mensagem que dirigi áquella assembléa, a 1 de fevereiro do corrente anno, nestes termos:

« A lei n. 126 A, de 21 de novembro de 1892, autorisou o Governo Federal a rever o regulamento do sello, mantendo as taxas fixas e proporcionaes estabelecidas pela lei n. 25, de 30 de dezembro de 1891: 1º, nos actos emanados do poder ou autoridade da União; 2º, nos papeis, titulos ou documentos sujeitos a sello, que provenham de serviços ou repartições federaes, ou que por ellas tenham de transitar; 3º, nos papeis, titulos de commercio e de contractos regidos por leis federaes, de transmissão, arrendamento ou aforamento de propriedade no Districto Federal; 4º, nos actos emanados do poder ou autoridades do Districto Federal, e papeis que provenham ou transitem por suas repartições; 5º, nos actos emanados do poder ou autoridade estadoal, ou sujeitos ao seu serviço e repartição, e que tenham de produzir os seus effeitos em outro estado, perante autoridade federal ou fóra da União.

O n. 3, exigindo sello federal em papeis, titulos de commercio e de contractos regidos por leis federaes, deixa subsistir o desaccordo entre as leis da União e a lei deste estado, n. 40, de 19 de agosto de 1892, que approvou o decreto n. 414, de 24 de outubro de 1891.

Embora regidos por leis federaes, não devem taes documentos ficar sujeitos ao sello da União, porque referem-se elles a negocio da economia do estado.

Nem a circumstancia de serem regulados por leis federaes póde servir de criterio para a discriminação de competencia, porque, sendo federal toda a nossa legislação, quasi todos os papeis publicos escapariam á taxa dos estados. Sendo exclusivamente dos estados as autoridades de onde emanam os papeis e titulos a que se refere o n. 3 da citada lei, e ainda exclusivamente dos estados as autoridades perante as quaes podem elles ter que produzir effeitos (juizes e tribunaes) para

verificar a incompetencia da União para impor taxas a documentos taes, basta notar que não ha autoridade federal que possa fiscalisar a execução fiel do regulamento do sello, caso seja elle promulgado de accordo com aquella disposição de lei.

Carece de ser revisto o regulamento do sello do estado, afim de ser corrigido de alguns ligeiros senões.

Usando das attribuições que por lei foram-lhe conferidas, o Sr. ministro da fazenda expediu o regulamento de 11 de fevereiro ultimo.

Embora convencido de que nesse acto do Governo Federal havia manifesta violação do disposto na lei fundamental da Republica, mandei cessar *si et in quantum* a execução integral do regulamento do sello do estado, por acto de 27 de março ultimo, concebido nestes termos:

« Terceira Directoria — N. 516 — O governador do estado, considerando que as disposições do art. 2º n. 4 da lei n. 126 A, de 21 de novembro de 1882, do Governo Federal, em parte contrariam o disposto no art. 9º § 1º da Constituição Federal;

Que na conformidade do citado artigo da Constituição acertou este governo de expedir a portaria n. 1041, de 11 de julho de 1891, e de promulgar o regulamento de 24 de outubro do mesmo anno, tudo approvado pela lei n. 40, de 19 de agosto de 1892;

Considerando, porém, que não é justo que sejam os contribuintes duplamente onerados, o que succederia si ao lado do regulamento federal subsistisse integralmente em vigor o do estado, resolve mandar que seja suspensa provisoriamente a execução do regulamento para a cobrança do sello devido ao estado nos pontos abrangidos pela determinação do citado art. 2º n. 4 da lei n. 126 A, de 21 de novembro de 1892, a saber:

1º, actos emanados do poder ou autoridade da União;

2º, papeis, titulos ou documentos sujeitos a sello que provenham de servicos ou repartições federaes, ou que por ellas tenham de transitar;

3º, papeis ou titulos de commercio e de contractos regidos por leis federaes, de transmissão, arrendamento ou aforamento de propriedade no Districto Federal;

4º, actos emanados de poder ou autoridade do Districto Federal e papeis que provenham ou transitem por suas repartições;

5º, actos emanados de poder ou autoridade estadoal ou sujeitos aos seus serviços e repartições, e que tenham de produzir os seus effeitos em outro estado perante autoridade federal ou fóra da União. »

O congresso do estado, pela lei n. 124, de 17 de abril do corrente anno, autorisou, como eu solicitara, a revisão do regulamento do sello.

Ao Congresso Federal entrego, confiante, o estudo do assumpto, para que, não sendo errada a convicção em que estou, nem desacertado o regimen em que estava vivendo o Pará, seja respeitada a disposição terminante da Constituição Federal e sejam revogadas em parte as bases estabelecidas pela citada lei n. 126 A, de 21 de novembro do anno passado, para o fim de continuar o estado a cobrar as taxas de sello que de direito devem caber-lhe.

Palacio do governo do estado do Pará, 2 de junho de 1893.—*Lauro Sodré.*

39ª sessão em 23 de junho de 1893

Presidencia do Sr. João Pedro
(1º secretario)

SUMMARIO—Chamada—Leitura da acta—EXPEDIENTE Requerimento da commissão de obras publicas—Votação da redacção das emendas ao projecto reorganisando a Repartição dos Telegraphos—Votação dos projectos ns. 45, 11, 6 e 54, de 1893—2ª discussão do projecto n. 55, de 1892 — Observações do Sr. João Neiva—Encerramento da discussão—Votação.

Ao meio-dia comparecem 22 Srs. senadores, a saber:

João Pedro, Antonio Baena, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Manoel Barata, Gomensoro, Catunda, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, João Neiva, Messias de Gusmão, Rosa Junior, Coelho e Campos, Manoel Victorino, Braz Carneiro, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, C. Ottoni, Americo Lobo, Paranhos, Santos Andrade e Luiz Delfino.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão e, não havendo reclamações, dá-se por approvada a acta da sessão anterior.

Comparecem depois de aberta a sessão os Srs. Francisco Machado, Nina Ribeiro, Cruz, João Cordeiro, José Bernardo, Joaquim Pernambuco, João Barbalho, Virgilio Damasio, Ruy Barbosa, Domingos Vicente, Q. Bocayuva, Rodrigues Alves, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Joaquim Murtinho, Pinheiro Guedes e U. do Amaral.

O SR. 3º SECRETARIO (*servindo de 1º*) dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do Sr. senador Prudente de Moraes, datado de 21 do corrente mez, communicando que por motivos justos é forçado a deixar de

comparecer ás sessões, por alguns dias.—Inteirado.

Outro do 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 22 do corrente mez, remettendo a seguinte

PROPOSIÇÃO N. 8 DE 1893

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A força naval para o anno de 1894 constará:

dos officiaes da armada e classes annexas que for preciso embarcar nos navios de guerra e transportes da União, conforme suas lotações e dos estados-maiores das esquadras e divisões navaes;

de quatro mil praças do corpo de marinheiros nacionaes, além de 124 da companhia de Matto-Grosso;

de seiscentas praças do batalhão naval;

de quinhentos foguistas contractados de conformidade com o respectivo regulamento, promulgado para os foguistas extranumerarios, emquanto o corpo de marinheiros nacionaes não puder fazer face a todas as exigencias do serviço naval;

de quinhentos marinheiros contractados, sob as bases que acompanham este decreto, para supprir temporariamente as vagas existentes no corpo de marinheiros nacionaes;

de tres mil aprendizes marinheiros;

Em tempo de guerra, do pessoal que for preciso para attender ao serviço da esquadra.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorisado:

1º, a rever a tabella de vencimentos dos officiaes da armada e classes annexas, regulando as gratificações em postos correspondentes de modo que todos os officiaes embarcados e principalmente os combatentes sejam sempre melhor remunerados que os que servirem em commissão de terra;

2º, a elevar a cincoenta o numero de guardas para o policiamento do Arsenal de Marinha e suas dependencias, sendo de preferencia admittidos a esse serviço os inferiores e praças graduadas dos corpos de marinha que houverem deixado o serviço por conclusão de tempo;

3º, a não considerar *armados* sinão os navios em estado de preencher commissão, sendo classificados na *reserva*, em *fabrico*, ou *desarmados*, os que, embora em bom estado, não forem precisos para o serviço, os que necessitarem de concertos que se prolongarem além de noventa dias, e os que não estiverem mais em condições de ser utilisados; sendo neste caso o seu pessoal militar reduzido a commandante, immediato, commissario, machinista, mestre e fiel, ficando os navios inteiramente entregues á inspectoria do arsenal, que se encarregará de sua conservação e limpeza, empregando marinheiros e foguistas contractados.

O pessoal militar conservado a bordo nenhum desconto soffrerá nos seus vencimentos;

4º, a mandar pagar pela apresentação de cada menor para aprendiz marinheiro, depois de julgado apto, á autoridade que o apresentar, vinte mil réis a titulo de emolumentos; e aos paes ou tutor oitenta mil réis, a titulo de gratificação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, 22 de junho de 1893. —*João Lopes*, presidente.—*Antonio Azeredo*, 1º secretario.—*Antonio Borges de Athayde Junior*, 2º secretario.

Bases para o engajamento de marinhagem para o serviça da armada

As capitanias dos portos da Capital Federal e dos estados da Bahia, Pernambuco e Pará, engajarão para o serviço da armada individuos de profissão maritima nellas matriculados ou ex-praças do corpo de marinheiros nacionaes que houverem tido baixa por conclusão de tempo, sob as seguintes condições:

1ª

Os engajados conforme as suas habilitações serão classificados em cabos de marinheiros, marinheiros de 1ª e 2ª classe, percebendo:

Cabos de marinheiros.....	50$000	mensaes
Marinheiros de 1ª classe....	40$000	»
Marinheiros de 2ª classe....	30$000	»

nos portos da Republica e 25 % mais em paiz estrangeiro.

2ª

O prazo do engajamento será no minimo de tres annos.

3ª

A classificação dos engajados ao assentar praça, assim como posteriormente o seu accesso gradual, serão feitos pelo corpo de marinheiros nacionaes, tal qual estabelece o respectivo regulamento.

4ª

Os engajados constituirão a marinhagem auxiliar do corpo de marinheiros nacionaes,

pelo que gosarão de todos os direitos e vantagens de que gosam as praças deste, taes como o fardamento, ao assentarem praça e os semestres que forem vencendo; o tratamento nos hospitaes de marinha, e o asylo de invalidos, uma vez que declarem querer para elle contribuir.

5ª

Os engajados que forem ex-praças do corpo de marinheiros nacionaes contarão para a reforma o prazo de engajamento.

6ª

Os engajados terão preferencia, concluido o engajamento, para os logares de serventes, remadores e outros das repartições e estabelecimentos de marinha, e bem assim matricula gratuita nas capitanias dos portos, os que pretenderem arrolar-se no pessoal maritimo das respectivas circumscripções.

7ª

Poderão desembarcar onde se acharem quando concluirem o prazo do engajamento; com direito, porém, a passagem para o logar de sua residencia primitiva ou para aquelle que preferirem no territorio nacional.

8ª

Os engajados ficarão sujeitos aos regulamentos em vigor na armada.

9ª

Os engajados só serão definitivamente incorporados á armada por ordem do chefe do estado-maior general.

10ª

Os engajados, antes de firmarem a sua obrigação de serviço, serão submettidos a rigorosa inspecção pelos medicos dos arsenaes, presidida pelos capitães de portos.

Sala das sessões, 22 de junho de 1893.—*João Lopes*, presidente.—*Antonio Azeredo*, 1º secretario.—*Antonio Borges de Athayde Junior*, 2º secretario.—A' commissão de marinha e guerra.

Outro do 1º secretario da Camara dos Deputados, de 22 do corrente, communicando que, em sessão de 21 do corrente, aquella Camara não póde dar o seu consentimento ao projecto do Senado estabelecendo os casos em que é livre ou obrigatoria a precedencia do casamento civil.—Inteirado.

Outro do governador do estado da Bahia, datado de 15 do corrente mez, remettendo um exemplar da mensagem e relatorios, apresentados por aquelle governo á assembléa geral legislativa do mesmo estado no dia 7 de abril ultimo.—Archive-se e agradeça-se.

Telegramma, expedido do Desterro, capital do estado de Santa Catharina, em 22 do corrente, assim concebido:

«Senado—Rio.

Camara Municipal julga de seu dever protestar contra a violencia praticada pelo juiz federal contra o chefe do poder executivo do estado, impedindo exercicio a seu cargo. Presidente só póde ser processado quaesquer delictos funccionaes pela assembléa.— Presidente, *Germano Wandashens.—Assis.— Thomaz Coelho.—Joaquim Carreirão.—Saturnino Medeiros.—João Silva.*»—Inteirado.

Requerimento de Herachydes de Miranda Machado, inspector da 5ª secção da 13ª circumscripção policial urbana do Districto Federal, pedindo um anno de licença com vencimentos para tratar de sua saude.— A's commissões reunidas de justiça e legislação e de finanças.

O Sr. João Neiva (*servindo de 2º secretario*) declara que não ha pareceres.

E' lido e posto em discussão, a qual encerra-se sem debate, adiando-se a votação por falta de numero legal, o seguinte

REQUERIMENTO

A commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas requer que, por intermedio da mesa do Senado, se peça ao Poder Executivo a remessa urgente das informações que, sobre a proposição da Camara dos Srs. Deputados, n. 101, de 1892, relativa á concessão de uma linha ferrea a F. Duncker, consta ter prestado o director da fiscalisação das estradas de ferro, e, bem assim, outras quaesquer sobre o mesmo assumpto.

Sala das commissões, 23 de junho de 1893.—*C. B. Ottoni.—Braz Carneiro.—J. L. de Souza Coelho.*

O Sr. Almeida Barreto declara que, tendo ido visitar o Sr. senador Galvão, encontrou-o seriamente doente, motivo pelo qual não tem podido comparecer ás ultimas sessões e não poderá naturalmente comparecer a mais algumas; do que pediu-lhe que fizesse sciente o Senado, bem assim, de que comparecerá logo que possa fazel-o.

O Sr. Presidente declara que o Senado fica inteirado.

ORDEM DO DIA

Entra em discussão unica, a qual encerra-se sem debate, adiando-se a votação por falta de numero legal, a redacção das emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados, n. 84 de 1892, reorganisando a Repartição Geral dos Telegraphos.

O Sr. Presidente declara que continúa adiada a votação em 3ª discussão do projecto do Senado n. 45 de 1892, que autorisa o governo a mandar pagar ao Sr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, professor vitalicio do curso annexo á Faculdade de Direito do Recife, os vencimentos que deixou de receber desde a data da sua exoneração até ao dia em que foi reintegrado.

Verificando-se a existencia de numero para deliberar, procede-se á votação.

E' approvada a redacção das emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados, n. 84, de 1892, reorganisando a Repartição Geral dos Telegraphos.

E' approvado em 3ª discussão o projecto do Senado, n. 45, de 1892, que autorisa o governo a mandar pagar ao Sr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, professor vitalicio do curso annexo á Faculdade de Direito do Recife, os vencimentos que deixou de receber desde a data da sua exoneração até ao dia em que foi reintegrado.

Entra em 3ª discussão, e é sem debate approvado e adoptado para ser remettido á Camara dos Deputados, indo antes á commissão de redacção, o projecto do Senado, n. 11, de 1893, autorisando o governo a prestar, por conta da verba—Eventuaes—do orçamento da despeza do Ministerio da Fazenda, do exercicio corrente, um auxilio pecuniario, não excedendo de 10:000$, ao Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros, afim de poder realisar a—Exposição de trabalhos juridicos—que pretende inaugurar.

Entra em 3ª discussão, e é sem debate rejeitado, o projecto do Senado, n. 6, de 1893, concedendo o auxilio de 100:000$, para a fundação, em Curitiba, da Universidade de que trata a lei do estado do Paraná, n. 63, de 10 de dezembro de 1892.

Segue-se em 2ª discussão, e é sem debate approvado e adoptado para passar a 3ª, o projecto do Senado, n. 54, de 1892, autorisando o governo a prorogar por mais dous annos o prazo concedido á Companhia Colonisação Industrial de Santa Catharina, para a inauguração do engenho central na povoação—Palhoça—, no estado de Santa Catharina (additivo separado do projecto de orçamento do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas para o exercicio de 1893).

Entra em 2ª discussão o projecto do Senado, n. 55, de 1892, tornando extensiva ás companhias concessionarias de garantias de juros para construcção de portos maritimos, a disposição da clausula 17ª do decreto n. 6995 de 10 de agosto de 1878 (additivo separado do projecto de orçamento do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas para o exercicio de 1893).

O Sr. João Neiva—Sr. presidente, pedi a palavra para recordar ao Senado que se trata no projecto de autorisar uma enorme despeza.

Os juros garantidos para as obras em questão pretende-se que sejam pagos ao cambio de 27, ainda que nos contractos não se tenha cogitado da especie, e para isso recorre-se a um decreto antigo, que só tem tido applicação a contractos feitos naquelle tempo; é o decreto de 1878 cuja clausula 17ª diz o seguinte (*lê*):

« Si os capitaes das companhias forem levantados em paizes extrangeiros, regulará o cambio de 27 d. por 1$ para todas as suas operações.»

Já vê o Senado que o Thesouro fica grandemente defraudado nos seus interesses. Si o contracto com o governo cogitasse da especie e se referisse ao cambio de 27 d. por 1$, deveriamos pagar nessa proporção; mas nem todos os contractos conteem semelhante clausula, ao contrario, muitos referem-se ao cambio do dia. Portanto, si approvassemos este projecto, teriamos de pagar uma somma excessiva, á qual não somos obrigados.

Era só o que queria lembrar ao Senado.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Posto a votos, é rejeitado o projecto.

Esgotadas as materias da ordem do dia, é annunciada a votação do requerimento da commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas, cuja discussão ficou encerrada, na hora do expediente de hoje.

E' approvado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE designa para a ordem do dia 24:

Discussão unica do parecer n. 74 de 1893, da commissão de constituição, poderes e diplomacia, opinando pela concessão da licença pedida pelo Sr. senador A. Coelho Rodrigues;

2ª, discussão das proposições da Camara dos Deputados:

N. 130 de 1892, autorisando o Poder Executivo a despender, á proporção que for se tornando necessaria, e fazendo para isto as precisas operações de credito, a quantia de 18 000:000$ ao cambio de 27 dinheiros sterlinos, com a substituição do armamento do

exercito e compra de outros petrechos bellicos;

N.7 de 1893,autorisando o governo a applicar ao pagamento de passagens de immigrantes o credito consignado pelo orçamento vigente á garantia de juros a emprezas que se obrigarem a fundar colonias e a abrir para aquelle fim um credito supplementar de 1.828:832$635 á verba—Terras Publicas e Colonisação;

Discussão unica do parecer n. 70 de 1893, da commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas, indeferindo a petição, em que José A. A. Gonzaga requer concessão de privilegio por 90 annos para construcção de uma estrada de ferro desta capital até Sapopemba;

Dita do parecer n. 72 de 1893, opinando que se archive, por nada haver a deferir, a petição em que a Associação Commercial da Bahia pede a revogação do decreto n. 804 de 4 de outubro de 1890;

Dita do parecer n. 73 de 1893, opinando que seja archivada a petição em que a Companhia *The Minas and Rio Railway Limited* pede a revogação da disposição da lei orçamentaria de 1892, que ordenou que as companhias de estradas de ferro que gosassem de garantias de juros do Estado, contribuissem para as despezas com a fiscalisação das mesmas.

Levanta-se a sessão á 1 hora e 20 minutos da tarde.

Acta em 24 de Junho de 1893

Presidencia do Sr. João Pedro (1º secretario)

Ao meio-dia, acham-se presentes os Srs. João Pedro, Antonio Baena, Gomensoro, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, João Cordeiro, José Bernardo, Amaro Cavalcanti, Paranhos e Raulino Horn.

Deixam de comparecer com causa participada os Srs. Prudente de Moraes, Gil Goulart, Francisco Machado, Nina Ribeiro, Manoel Barata, Cunha Junior, Cruz, Coelho Rodrigues, Elyseu Martins, Catunda, Theodoreto Souto, Oliveira Galvão, Almeida Barreto, João Neiva, Firmino da Silveira, Joaquim Pernambuco, João Barbalho, Gaspar Drummond, Messias de Gusmão, Rosa Junior, Coelho e Campos, Virgilio Damasio, Ruy Barbota, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Monteiro de Barros, Q. Bocayuva, Laper, Braz Carneiro, E. Wandenkolk, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Joaquim Felicio, C. Ottoni, Americo Lobo, Rodrigues Alves, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Aquilino do Amaral, Joaquim Murtinho, Pinheiro Guedes, U. do Amaral, Santos Andrade, Generoso Marques, Esteves Junior, Luiz Delfino, Pinheiro Machado e Julio Frota; e sem causa participada os Srs. Thomaz Cruz, Campos Salles e Ramiro Barcellos.

O Sr. 3º Secretario (*servindo de 1º*) dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Telegramma expedido do Estreito, estado de Santa Catharina, em 23 do corrente, assim concebido:

A Camara Municipal da cidade de S. José protesta perante os poderes da União contra o procedimento do juiz seccional privando do exercicio de suas funcções o chefe do Poder Executivo, que tem o fôro especial da assembléa legislativa tal como o executivo federal (art. 23 ns. 12 e 13 da Constituição do estado, de accordo com o art. 63 da Constituição da União).— O presidente da Camara, *João Luiz Ferreira de Mello.*— O vice-presidente, *Caetano Carlos Xavier Neves.*— *Francisco José da Cunha.*— *João Custodio de Campos.*— *João da Silva Ramos.*— *Macario Bento do Carpes.*— *João Vicente Vaz.*— Inteirado.

O Sr. Gomensoro (*servindo de 2º secretario*) declara que não ha pareceres.

Ao meio-dia e 15 minutos, o Sr. presidente declara que hoje não póde haver sessão, por isso que até esta hora teem comparecido apenas 10 Srs. senadores; e, outrosim, que na proxima segunda-feira, ao meio-dia, haverá sessão secreta.

Depois de convidar os Srs. senadores presentes para se occuparem com os trabalhos de suas commissões, designa para a ordem do dia da seguinte sessão publica:

Discussão unica do parecer n. 74 de 1893, da commissão de constituição, poderes e diplomacia, opinando pela concessão da licença pedida pelo Sr. senador A. Coelho Rodrigues.

2ª discussão das proposições da Camara dos Deputados:

N. 130 de 1892, autorisando o Poder Executivo a despender, á proporção que for se tornando necessaria, e fazendo para isto as precisas operações de credito, a quantia de 18 000:000$ ao cambio de 27 dinheiros sterlinos, com a substituição do armamento do exercito e compra de outros petrechos bellicos;

N. 7 de 1893, autorisando o governo a applicar ao pagamento de passagens de immigrantes o credito consignado pelo orçamento vigente á garantia de juros a emprezas que

se obrigarem a fundar colonias e abrir para aquelle fim um credito supplementar de 1.828:832$635 á verba—Terras Publicas e Colonisação;

Discussão unica do parecer n. 70 de 1893, da commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas, indeferindo a petição, em que José A. A. Gonzaga requer concessão de privilegio por 90 annos para a construcção de uma estrada de ferro desta capital até Sapopemba;

Dita do parecer n. 72 de 1893, opinando que se archive, por nada haver a deferir, a petição em que a Associação Commercial da Bahia pede a revogação do decreto n. 804 de 4 de outubro de 1890;

Dita do parecer n. 73 de 1893, opinando que seja archivada a petição em que a Companhia *The Minas and Rio Railway limited*, pede a revogação da disposição da lei orçamentaria de 1892, que ordenou que as companhias de estradas de ferro que gosassem de garantias de juros do Estado contribuissem para as despezas com a fiscalisação das mesmas.

——

40ª sessão em 27 de Junho de 1893

Presidencia do Sr. João Pedro, (1º secretario)

SUMMARIO — Chamada — Leitura da acta — Expediente — Parecer — Declaração do Sr. Saldanha Marinho — Requerimento do Sr. Amaro Cavalcanti — Votação — Declaração do Sr. Souza Coelho — Reclamação do Sr. U. do Amaral — Resposta do Sr. Presidente — Ordem do dia — Discussão unica do parecer n. 74 — Discurso do Sr. Coelho Rodrigues — Encerramento da discussão — Votação — 2ª discussão da proposição n. 130 — Discursos dos Srs. João Nina e Manoel Victorino — Emenda — Discursos dos Srs. Amaro Cavalcanti e Virgilio Damasio — Requerimento — Discursos dos Srs. Amaro Cavalcanti e João Neiva — Encerramento da discussão do requerimento — Votação — Continuação da discussão da proposição n. 130 — Discurso do Sr. Domingos Vicente — Encerramento da Discussão — Votação — 2ª discussão da proposição n. 7 de 1893 — Discurso do Sr. Manoel Victorino — Adiamento da discussão — Ordem do dia 28.

Ao meio-dia comparecem 35 senadores, a saber: João Pedro, Gil Goulart, Antonio Baena, Francisco Machado, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Coelho Rodrigues, Catunda, José Bernardo, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, João Neiva, João Barbalho, Messias de Gusmão, Rosa Junior, Coelho e Campos, Virgilio Damasio, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Monteiro de Barros, Q. Bocayuva, Braz Carneiro, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Joaquim Felicio, C. Ottoni, Americo Lobo, Rodrigues Alves, Joaquim de Souza, Paranhos, U. do Amaral, Santos Andrade, Raulino Horn, Gaspar Drummond e Luiz Delfino.

Abre-se a sessão.

São successivamente lidas, postas em discussão, e, não havendo reclamações, dão-se por approvadas a acta da ultima sessão e a da ultima reunião no dia 24 do corrente mez.

Comparecem durante a sessão mais os cinco Srs. senadores Thomaz Cruz, Gomensoro, Cruz, João Cordeiro e Silva Canedo.

Deixam de comparecer, com causa participada os Srs.: Prudente de Moraes, Nina Ribeiro, Manoel Barata, Cunha Junior, Elyseu Martins, Oliveira Galvão, Joaquim Pernambuco, Laper, E. Wandenkolk, Aquilino do Amaral, Generoso Marques, Esteves Junior, Pinheiro Machado e Julio Frota; e sem causa participada os Srs.: Theodoreto Souto, Firmino da Silveira, Ruy Barbosa, Campos Salles, Joaquim Murtinho, Pinheiro Guedes e Ramiro Barcellos.

O Sr. 2º Secretario (*servindo de 1º*) dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officio da camara municipal da cidade de Santos, estado de S. Paulo, datado de 22 do corrente mez, representando sobre a grande conveniencia de ser convertido em lei o projecto que autorisa o Poder Executivo a conceder licença ao cidadão Francisco Ferreira Moraes para introduzir 2.000 trabalhadores.—Opportunamente ás commissões raunidas de finanças e de colonisação.

Requerimento de Torquato Caetano Simões, inspector aposentado da Thesouraria de Fazenda do estado do Espirito Santo, pedindo que a sua aposentadoria seja considerada com todos os vencimentos marcados na tabella *J*, annexa ao decreto n. 240 A de 3 de março de 1890.—A' commissão de finanças.

O Sr. 3º Secretario (*servindo de 2º*) lê e vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos o seguinte

PARECER N. 80 — 1893

O veto do prefeito á resolução do Conselho Municipal que concede privilegio por 40 annos, salvo direitos de terceiros, ao engenheiro Felix Antonio Pereira Lima para a construcção uso e goso de uma estrada de ferro denominada—Grande Circuito não assenta em razão que prove desaccordo entre essa resolução e as leis e regulamentos em vigor no Districto Federal.

Não contesta o prefeito o direito que teve o conselho de crear e regular os serviços referentes á viação urbana, e pois a competencia

para determinar a construcção de uma estrada de ferro dentro do perimetro municipal.

A impugnação versa unicamente sobre a concessão do privilegio, allegando o prefeito que a lei n. 85 de 21 de setembro de 1892 não permitte esse genero de favor, e que, ao contrario, o condemna, pois tratando do serviço funerario, que actualmente é privilegiado, vedou expressamente que se conferisse.

Em relação ao serviço funerario é certo que pelo § 21 do art. 15 da lei n. 85 não póde o conselho conferir privilegio por lhe ser isso expressamente vedado. Mas esta prohibição, em relação a este determinado serviço, está mostrando que a lei não vedou ao conselho o direito de conceder privilegio em relação a outros, pois, si assim fosse, inutil seria a prohibição especial para o caso.

Como o funerario, é actualmente privilegiado o serviço de bonds, entretanto si o legislador entendesse que devia tambem prohibir a concessão desse favor á viacção publica, tornaria expresso, como fez em relação ao serviço funerario.

Em nosso paiz todas as concessões de estrada de ferro teem por base o privilegio, como condição indispensavel para garantia dos capitaes.

Si a lei n. 85 dá ao conselho a attribuição de decretar a construcção de estradas de ferro dentro do perimetro do Districto Federal, esta mesma lei, caso quizesse abrir excepção ao regimen seguido nas autorisações desse genero, declararia expressamente a prohibição de concessão de privilegio.

Por estas razões entende a commissão de justiça e legislação que o veto deve ser rejeitado, visto estar comprehendido no direito que tem o conselho de crear e regular os serviços referentes á viação publica a faculdade de conceder ou negar privilegio ás emprezas industriaes de viação.

Sala das commissões, 20 de junho de 1893.— *Nina Ribeiro.— J. L. Coelho e Campos.*

O Sr. Saldanha Marinho — Sr. presidente, não estranhe V. Ex. que em uma sessão publica venha fazer uma reclamação sobre o que se passou em sessão secreta.

O Sr. Q. Rocayuva — Já se autorisou a publicação.

O Sr. Saldanha Marinho — A proposito, Sr. presidente, devo dizer que a denominação de publica ou secreta das nossas sessões é completamente uma burla. Tudo quanto se passa ainda no mais intimo do senado, no dia seguinte os jornaes publicam, e quasi sempre com tal ou qual alteração, á discrição, á vontade daquelle que redige a noticia.

Não acceito nem elogios, nem censuras desta ordem. Votei na sessão secreta pelo parecer apresentado pelo meu nobre amigo Sr. Aristides Lobo approvando a nomeação do prefeito.

O Sr. Gil Goulart — Isso consta de tres listas de chamada que estão na mesa.

O Sr. Saldanha Marinho — Sem duvida, mas o que está publico empresta-me um voto que não dei.

Rectifico, portanto, o meu voto, que foi no sentido de ser reconhecido como prefeito da Capital Federal o cidadão ultimamente nomeado.

Tenho concluido.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Sr. presidente, acaba de ser lida na mesa uma representação da Camara Municipal de Santos, relativamente á introducção de trabalhadores, e requeiro ao Senado que, á semelhança do que se tem praticado em outras occasiões com representações identicas, seja esta publicada no *Diario do Congresso*.

Peço a V. Ex. que submetta ao Senado o meu requerimento.

Consultado, o Senado consente na publicação.

O Sr. Souza Coelho—Sr. presidente, como o Senado resolveu hontem publicar a acta da sessão secreta, julgo poder fazer a seguinte declaração :

«Votei a favor do parecer da commissão approvando a nomeação do Dr. Henrique Valladares para prefeito do Districto Federal.»

Quasi todos os jornaes declararam que votei neste sentido ; mas como o *Jornal do Brazil* disse que eu tinha votado contra, entendi dever fazer esta reclamação.

O Sr. Gil Goulart—E o voto do nobre senador está conforme a acta e as listas da votação.

O Sr. J. do Amaral diz que tem necessidade de uma informação da mesa, afim de poder pautar o seu procedimento futuro no Senado.

Trata-se de uma questão de ordem interna.

Na quarta-feira, 21, foi dada para a ordem do dia seguinte o parecer sobre a nomeação do prefeito do Districto Federal, em sessão secreta ; e, si houvesse tempo, as materias designadas, em sessão publica.

Quinta-feira, esgotado o tempo da sessão e a prorogação regimental, na sessão secreta, não foi dada a ordem do dia para a sessão seguinte.

Sexta-feira, a folha official, que é o *Diario do Congresso*, não publicou ordem do dia.

Parecia que, em vista do regimento, a sessão de sexta-feira só podia constar das materias proprias da primeira hora dos trabalhos do Senado: acta, expediente, communicações, pareceres. apresentação de projectos, indicações, etc.; e por este motivo o orador chegou um pouco tarde a esta sessão de sexta-feira, seria approximadamente uma hora da tarde.

Ficou, pois, muito surprehendido quando varios collegas communicaram-lhe que se tinha tratado de diversas materias, entre as quaes um projecto, assignado pelo orador, que estava em 3ª discussão, e que foi rejeitado.

Não foi a rejeição que lhe causou surpresa, mas o facto de ter entrado em discussão ou votação sem que contasse de modo algum como materia da ordem do dia.

Pensa que ha de se lhe relevar a impertinencia; mas é um assumpto a respeito do qual não poude se pronunciar mais cedo, porque sexta-feira, como disse, chegou quasi no fim da sessão, era pouco menos de 1 hora da tarde. Sabbado foi dia consagrado, crê o orador, a commemorar a separação da Igreja e do Estado; domingo foi feriado; segunda-feira continuou a sessão secreta; de modo que só hoje lhe é dado falar a este respeito.

Haverá quem considere isto questão de nonada; ao orador, porém, não parece.

Acredita que o Senado, que é encarregado de fazer leis, deve começar por executar sua propria lei; e receia que, si um artigo que existe no regimento interno tiver uma interpretação que não poude descobrir, o art. 71, seja victima o orador ou qualquer senador de surpresas desagradaveis.

Parece-lhe que tinha o direito, pelo menos, quando o Senado estivesse resolvido a dar a seu projecto uma execução summaria, de acompanhal-o a bem morrer, saber como o facto se tinha passado e não por surpresa, por uma noticia daquillo que se póde dizer uma especie de sentença em tempo de guerra, em cima de um tambor, seguida de uma descarga, e até para ser mais completa a semelhança não faltou o tiro de honra, de misericordia, que lhe foi dado pela verificação da votação.

Proseguindo, diz que o Sr. presidente deve comprehender, bem como o Senado, que precisa-se saber si este regimento serve para alguma cousa ou não; si o senado pode tomar conhecimento de materias, de projectos que não constam da ordem do dia, que não foram dados em sessão para a ordem do dia, que não constam da publicação na folha official, que é o *Diario do Congresso*, nem de outras folhas.

Si isto pode-se dar, declara ao Senado que tomará a unica cautela possivel, que é não se aventurar a mandar nenhum projecto, nenhum requerimento, que possa ser submettido á votação do Senado; limitar-se-ha, emquanto lhe for permittido, a assistir ás sessões do Senado, e a usar do seu direito de critica e de voto.

A surpresa, nestas materias, pode ter inconvenientes serios; não quer attribuir a ninguem uma intenção menos confessavel no facto que se deu; acredita que teria sido um simples descuido, uma inadvertencia; mas em bom direito, suppõe que teria fundamento para reclamar que todas aquellas materias votadas na sexta-feira, sem constarem de ordem do dia anteriormente designada e publicada, fossem dadas por nullas, visto que preteriu-se uma formalidade essencial, a publicidade das discussões do Senado, uma especie de citação previa dos interessados, afim de comparecerem, discutirem e votarem.

Não quer voltar a esta questão; o que passou-se já está passado.

Somente deseja saber si ha uma interpretação, que não conhece, do art. 71 do regimento, que diz o seguinte:

«Preenchido o tempo da sessão ou esgotando-se antes a ordem do dia, o presidente designará a do dia seguinte, que será publicada no jornal da casa.»

Parecia-lhe isto bastante positivo.

Entretanto, na quinta-feira esteve até o ultimo momento no Senado, é um dos poucos que esperam que se levante o presidente para retirar-se tambem, e não ouviu designar-se ordem do dia.

No dia seguinte procurou vêr no *Diario do Congresso* do que se tratava e viu uma pagina em branco a respeito das deliberações do Senado, e nenhuma outra folha deu ordem do dia.

Dever-se-hia inferir que continuariam na ordem do dia as materias que nella estavam anteriormente? Não, porque é positivo o artigo do regimento; e pelo facto de estar na ordem do dia uma materia em discussão, não se segue que ella permaneça na ordem do dia da sessão subsequente, porque a mesa organisa, processa a ordem dos trabalhos todos os dias e póde retirar as materias que entender, e collocar materias novas.

Ora, o meio de saber-se quaes as materias que se acham em discussão ou votação é aquelle que o regimento deu.

O Sr. presidente desculpará a impertinencia deste pedido de informação; mas o orador tem necessidade de saber como ha de proceder.

O SR. PRESIDENTE — A reclamação do nobre senador pelo Paraná não me parece procedente.

A ordem do dia é sempre dada para a sessão subsequente; e é isto o que se deprehende do art. 71 do regimento. As palavras —

dia seguinte — empregadas nesse artigo não querem dizer outra cousa senão — sessão seguinte.

Ora, na hypothese, a sessão publica subsequente á do dia 21, teve logar no dia 23, e, portanto, a ordem do dia marcada em 21 não podia deixar de ser a reguladora dos trabalhos de 23.

A isto accresce que a acta da sessão de 21 diz o seguinte (*lê*):

« O Sr. presidente declara que amanhã ao meio-dia, haverá sessão, secreta no Senado, para julgar-se das nomeações do prefeito do Districto Federal e de um enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do Brazil juncto ao governo da Republica do Uruguay, e, *si houver tempo*, sessão publica.

Designa para ordem do dia da seguinte sessão publica:»

E, repete, a sessão publica seguinte só teve logar no dia 23.

Esta acta foi publicada no *Diario do Congresso* de terça-feira ; por consequencia a ordem do dia para a sessão que teve logar a 23, foi publicada .

E' o que lhe cabe dizer.

O Sr. U. do Amaral—Toma de novo palavra, porque parece-lhe que não foi bem comprehendido.

Lembra ao Senado que na quinta feira foi designada a ordem do dia para a sessão seguinte—sessão secreta e si houvesse tempo —sessão publica.

O Sr. Presidente—Chamo a attenção de V. Ex. para o seguinte:—a ordem do dia foi annunciada para a seguinte sessão publica.

A sessão publica que seguiu á de 22 foi a do dia 24.

O Sr. U. do Amaral—Continuando, diz que foi publicada a ordem do dia da sessão de quinta-feira, na qual se designava—Sessão secreta e si houvesse tempo, sessão publica; por consequencia estava prevenido para as materias que se ia discutir nesse dia. Mas devia haver ordem do dia para sexta-feira e não houve; por que não se deu ordem do dia para sexta feira?

O Sr. Presidente—V. Ex. está laborando em um equivoco; não houve ordem do dia para data determinada.

O Sr. U. do Amaral—Não tendo havido ordem do dia na quinta-feira, era indispensavel marcal-a para sexta-feira.

O Sr. Presidente—Em sessão secreta?

O Sr. U. do Amaral pergunta para que serve o *Diario do Congresso?*

Por que não se mandou publicar no *Diario*, afim de que os senadores soubessem quaes as materias que tinham de ser tratadas?

O Sr. Presidente — A ordem do dia não póde constar sinão em acta e não houve acta nesse dia.

O Sr. U. do Amaral, concluindo, diz que a consequencia é que na sexta-feira não houve ordem do dia; sómente se podia tratar das materias da primeira hora. E' o que lhe parece.

O Sr. Presidente — A mesa annunciou, é certo, além de sessão secreta para o dia 22, sessão publica; fel-o, porém, quanto a esta, com a clausula—si houver tempo — ; logo a sessão publica não foi annunciada determinadamente para o dia 22.

Nestas condições, pondo mesmo de lado as considerações que já adduzi, não tendo podido realisar-se no dia 22 a sessão publica, por haver terminado em hora adeantada a secreta, excluida tambem a possibilidade eplo mesmo motivo da hora adeantada de uma simples reunião de senadores para declarar-se que não podia ter logar a sessão publica, onde e como annunciar ordem do dia?

Na sessão secreta, não — porque a ordem do dia faz parte integrante da acta e tem de ser publicada com esta — e as actas das sessões secretas não são publicadas,

E' pois fóra de duvida que não procedem as observações do nobre senador pelo Paraná.

ORDEM DO DIA

Entra em discussão unica o parecer n. 74, de 1893, da commissão de constituição, poderes e diplomacia, opinando pela concessão da licença pedida pelo Sr. senador A. Coelho Rodrigues.

O Sr. Coelho Rodrigues — Sr. presidente, V. Ex. comprehende que não posso votar sobre esta materia em que sou directamente interessado. Preciso, porém, de dar uma explicação pessoal ao Senado.

A minha presença em seu recinto hontem e hoje não quer dizer que seja escusada a licença que pedi. Pelo contrario, passei a ultima semana fóra desta cidade em uso de remedios ; desci hontem, a conselho de meu medico, e aqui me conservo para observações diarias, afim de resolver o que me ordena em definitiva.

Como o meu estado de saude não é tão grave que me obrigue a ficar fechado em casa e como não quero desertar do Senado para ir ao meu escriptorio, que fica perto do escriptorio do meu medico, entendi que devia vir

hontem e hoje ao Senado. Isto não quer dizer que renuncie á licença pedida, taes sejam as observações diarias a que estou sendo submettido que me obriguem a pedir mais alguma cousa. Neste interim, como me conservo na cidade, creio que o Senado não levará a mal que eu venha ás suas sessões (*apoiados*), o que não importa, repito, a renuncia da licença.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Vota-se, e é approvada a conclusão do parecer.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 130 de 1892, autorisando o Poder Executivo a despender, á proporção que for se tornando necessaria, e fazendo para isto as precisas operações de credito, a quantia de 18.000:000$ ao cambio de 27 dinheiros sterlinos, com a substituição do armamento do exercito e compra de outros petrechos bellicos.

O Sr. João Neiva—Sr. presidente, está em discussão o credito de 18.000:000$ para o Ministerio da Guerra, e, si não fosse a discordancia do parecer, não pediria a palavra. Observo que um dos membros da commissão assignou-o com restricções; isto é, dividindo o credito em tres exercicios.

Ora, a proposição não concede o credito de uma só vez, porque diz—á proporção que o governo precisar, irá fazendo as necessarias operações de credito...

Parece pois, indispensavel que o honrado membro divergente da commissão explique ao Senado o motivo por que subscreveu do parecer com as restricções alludidas.

S. Ex. sabe que as encommendas de armamentos, nas condições em que ellas se estão operando, não podem ser repartidas por tres exercicios: é preciso commetter a uma fabrica toda a encommenda; além de que, consta que parte do armamento já está encommendado e até mesmo que uma pequena parte delle já foi recebida.

Dividida a encommenda, não póde o governo realisar a compra em quantidade e com fabrica que offereça as maiores vantagens.

Si o Senado quer dar autorisação ao governo, deve dal-a para que elle realise a encommenda quando e como lhe convier.

Não sou apologista dos grandes armamentos, principalmente com relação ao Brazil, que assignou a convenção de Washington, de accordo com a Republica Argentina e outros paizes americanos.

Por outro lado, vejo que os cruzadores custam oito e dez mil contos, e para a marinha demos unicamente 12.000:000$, ao passo que para o exercito temos de fornecer 18.000:000$. A quantia ultima se affigura, pois, exaggerada, mas, seja como for, o que eu quizera é que se habilitasse o governo a operar em tal assumpto quando e como lhe conviesse, e a usar do credito para satisfazer ás necessidades reaes do exercito. Não faço opposição ao projecto; mas desejára que a honrada commissão se manifestasse, afim de serem dissipados minhas duvidas e escrupulos.

O Sr. Manoel Victorino, acudindo ao appello, que lhe foi endereçado pelo nobre senador pela Parahyba, buscará justificar as restricções que oppoz ao parecer em discussão, como membro da commissão respectiva.

A principio, é de opinião que o Senado tem por dever moderar certo furor bellicoso, accentuado progressivamente nas altas regiões politicas e que se traduz, de modo irrecusavel, em mais de um documento publico, cujo valor e repercursão não deixarão de denunciar por parte da Republica uma feição nova e condemnavel na direcção dos negocios internacionaes.

Evidentemente, cumpre ao Senado, como poder moderador ou ramo estavel do Poder Legislativo, contestar desde já uma tão perigosa tendencia, sensivel desde os tempos do governo provisorio, mais clara e manifesta hoje, sem embargo da convenção de Washington e da disposição constitucional, que consagraram o principio da arbitragem antes das aventuras da guerra externa.

Não é estranho á casa o relatorio do ex-ministro da marinha, cuja leitura confirma as apprehensões legitimas, que acaba de externar.

Em tão importante documento parece reinar programmaticamente uma inspiração politica, menos conveniente a um paiz pacifico, como é o Brazil, ainda que capaz, por suas forças patrioticas, de resistir a aggressões injustas. Ahi se proclama a urgente necessidade de armar o paiz contra vizinhos e inimigos provaveis.

Semelhante linguagem é para causar sobresaltos, maximè, sendo votados, quasi sem exame, creditos extraordinarios e avultados, em seguida, para reforma de material bellico e solicitados com rapidez excepcional.

O orador, não se tendo apercebido até agora de symptomas que augurem proxima interrupção de paz externa para a Republica, acreditou que era mais conveniente sujeitar a compra de armamento para o exercito nacional a distribuição por creditos successivos.

Nem é nova semelhante medida, já ella ha sido ensaiada com exito em paizes que precisam de apparelhar o seu material de

guerra com urgencia, como sejam a França, a Italia e a Allemanha.

Si, porém, a medida proposta significa que se não acha o nosso exercito em estado de preencher a missão a que é destinado, isto é, á defesa do territorio e honra nacional ; si, de facto lhe fallecem os elementos materiaes para tanto, ainda assim, deve-se confessar que não dependerá da simples concessão de creditos a reorganisação das forçasmilitares do paiz.

E, cabe aqui externar legitima surpreza pelo facto de não serem desde já tomadas medidas parallelas e cujo intuito consista em fornecer bem cuidada educação ao nosso exercito, instrucção necessaria, ao menos, para o bom manejo das novas armas, tão custosamente adquiridas.

Assim, não vê o orador que se haja até agora cogitado da creação entre nós dos corpos de transporte para o fim de conduzirem rapidamente ao theatro mesmo da lucta novas munições, que substituam as que se exgottam promptamente com as armas de repetição.

Evidentemente, é preciso armar, preparar as classes militares, mas não é menos certo que a politica internacional ou os interesses internos devem fundamentar perante a opinião publica o voto do corpo legislativo, especialmente em paizes republicanos, onde predomina o sentimento da ausencia de grandes exercitos permanentes, e onde o augmento destes constitue sempre maior ou menor perigo para as liberdades nacionaes.

Ainda que não seja dos que acreditam no militarismo no Brazil, continúa o orador, e menos que elle haja sido um producto da Republica, pois que, si elle subsiste, não é sinão um legado da monarchia, não hesite, todavia em aconselhar uma cooperação uniforme de todas as classes sociaes e especialmente da militar para o *desideratum* da reorganisação do exercito nacional e da armada brazileira.

A disciplina e a instrucção technica, sobretudo, só podem ser adquiridas por esforço proprio.

E' indispensavel que se não reparta a actividade do soldado, que não se disseminem os seus esforços, que se não distraia a sua competencia para misteres alheios.

Foi, incontestavelmente, o encargo politico, confiado a militares de intervir no governo dos estados, de influir na direcção local destes, o que os separou do seu papel, alienando-os insensivelmente de sua nobre missão constitucional.

A questão é de alta importancia politica: eis porque conviria repartir o credito, afim de ser acompanhada a evolução alludida pelo Congresso, que o vota.

Apresentando as restricções que ha explicado, o orador termina protestando não exprimirem ellas embaraço de ordem alguma á politica do Ministerio da Guerra.

Vem á mesa a seguinte

Emenda

Accrescente-se ao art. 1.º da proposição n. 130 de 1892:

§ O credito será distribuido em tres exercicios successivos conforme os pagamentos a realisar-se.

S. R.—Sala das sessões, 27 de junho de 1893.—*Manoel Victorino.*

E' lida, apoiada e posta conjunctamente em discussão.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Sr. presidente, assignei com a maioria da commissão o parecer que conclue que seja adoptada a proposição da Camara dos Deputados, autorisando o Poder Executivo a despender, á proporção que se for tornando necessario, o credito de 18.000:000$, com a substituição do armamento do exercito e compra de outros petrechos bellicos ; por isso, depois de ter ouvido o brilhante discurso que acaba do fazer o nosso distincto collega, senador pela Bahia, sinto-me no dever de dar ao Senado uma breve explicação a respeito das conclusões ao mesmo parecer.

Nada tenho a oppor ás considerações de politica geral, em que entrou o honrado senador que acaba de fallar ; nada tenho a oppor a V. Ex., quanto ás boas intenções de que se acha possuido e, poderia dizer, de que todos nós nos achamos possuidos, de que o exercito brazileiro, por sua educação, por sua tactica, pelo seu valor, pela sua pericia, se ache em condições de poder rivalisar com os primeiros exercitos dos paizes mais adiantados.

Esta é uma aspiração commum, nacional, patriotica.

Tenho apenas de occupar-me da sua emenda, relativa á divisão do credito em tres exercicios successivos. E' este unicamente o ponto que se acha em discussão e é sómente para elle que quero chamar a attenção do Senado.

Esta proposição da Camara dos Deputados, concedendo autorisação ao Poder Executivo, teve sua origem na necessidade reconhecida de que o exercito precisa e precisa muito da substituição do seu armamento e de outros petrechos bellicos, indispensaveis no caso de qualquer lucta que, porventura, tenhamos de sustentar.

Para a convicção da Camara dos Srs. Deputados, assim como para a convicção do Senado

que elaborou este parecer, foram prestadas, pelo respectivo ministro, todas as informações, todos os esclarecimentos, deante dos quaes não seria licito recusar o credito pedido.

Não entro, nem acho conveniente que seja materia de discussão, vir aqui ou fóra daqui, em peças officiaes, tomar-se como ponto de partida para melhorar-se o armamento do exercito brazileiro. a possibilidade de guerra com as republicas visinhas; ou direi, usando das expressões empregadas pelo meu honrado collega, essa politica accentuada de paz armada que deve existir na Republica brazileira deante das republicas fronteiras do Prata.

Não só, Sr. presidente, acho de summa inconveniencia trazerem-se taes apprehensões, taes factos, taes supposições para o debate, principalmente, porque é inconveniente uma discussão nesse terreno, como porque ha uma desvantagem para o proprio paiz em revelar a sua conducta, o seu modo de proceder a semelhante respeito.

Fallo das republicas visinhas. Emquanto ellas não derem provas de seu prodedimento em contrario, as nossas relações para com essas republicas devem considerar-se amigas.

O SR. MANOEL VICTTRINO—Me referi ao relatorio do ministro.

O SR. AMARO CAVALCANTI—Estou discutindo em these. Direi mais: entendo que as medidas que devemos tomar em relação ao armamento da nossa força publica, devem ser pautados pela necessidade justamente de manter o exercito e a marinha em pé conveniente de bem desempenhar, na paz e na guerra, a grande missão que lhe é reservada de mantenedores da ordem, da paz publica no interior e defensores constantes, mas sempre completos e efficazes, da honra e da dignidade da patria no exterior.

O SR. ARISTIDES LOBO—Isso é um acto normal.

O SR. AMARO CAVALCANTI—Mas isto devemos fazel-o como um acto normal, como condição indispensavel de nosso exercito e não como faculdade extraordinaria, nem na previsão de luctas que porventura estejam proximas a se darem. Mas si essas se derem, é dever estarmos preparados, para repellir a aggressão, conforme a altura ou impeto com que nos for feita.

E' este o modo por que o Senado deve encarar a presente proposição.

Agora, restricta a materia simplesmente a este terreno, que lhe é proprio, direi ao Senado que da parte do governo nos foram dadas informações cathegoricas de que este credito lhe é indispensavel, e o discurso do honrado senador pela Bahia bem deixou perceber que realmente elle era preciso, porque disse que a marinha não estava absolutamente armada para em qualquer eventualidade de guerra contra o Brazil poder desempenhar o papel que lhe é conferido; que o exercito estava nas mesmas condições, e que mais valia não ter exercito do que tel-o sem que no momento dado elle podesse desempenhar esta missão que lhe é propria-a defesa nacional.

Assim pois, direi ao Senado, informado como estava a commissão, que este credito era indispensavel, indispensavel mesmo como elemento constante que deve existir para defesa e garantia da patria: não restava á commissão nem outro conceito, nem outro proceder sinão propor ao Senado a adopção do mesmo credito.

Si quizesse, direi melhor, si podesse, sem nenhum inconveniente, mostrar ao Senado a razão especial que teve a commissão para entender que esse credito não podia ser negado, fal-o-hia com a maior facilidade possivel, trazendo a convicção a toda a gente; mas não posso trazer para aqui essas razões.

O SR. VIRGILIO DAMAZIO— Tenho nesse caso razão de sobra para pedir uma sessão secreta, afim de se tratar desse assumpto, em vez de estarmos para aqui votar um credito obrigados sem conhecermos das razões qual o justificam.

O SR. AMARO CAVALCANTI—V. Ex. votará segundo a sua consciencia.

A medida do honrado senador de dividir em 3 exercicios successivos essa verba seria acceitavel si a S. Ex. como a nós outros membros da commissão não tivesse sido ponderado que o governo precisava de credito.

Nestas condições, o governo ha de ir se utilisando delle á medida das necessidades; porque ha já umas encommendas feitas, ha encommendas recebidas e encommendas a fazer pelas condições actuaes do nosso armamento que se acha em verdadeiro atrazo relativamente a todo o armamento moderno usado nas outras nações.

Por estas condições especialissimas, não póde o credito aproveitar senão do modo porque é pedido: «a medida de suas necessidades.»

Póde ser mesmo que elle seja gasto até em tres exercicios. Não ha um prazo marcado para que elle seja despendido. O nosso voto, portanto nesta questão, ha de ser subordinado á necessidade do momento, á necessidade reconhecida e que o governo nos aponta.

Não se nega a necessidade da acquisição de novos armamentos; deve-se deixar ao Poder Executivo o arbitrio da execução de um credito, porque o legislador vae até o reconhe-

cimento da necessidade ; o Poder Executivo deve ir até ao ponto de latitude da autorisação.

A outra ponderação, de que nós devemos ter soldados com a precisa educação—a que se faz nos quarteis, nos campos de manobra e nas escolas militares—como disse o honrado senador, nada impede a concessão do credito, antes o justifica. E' só com as armas que o soldado póde aprender o manejo preciso para no momento dado, saber jogal-as. Aprender por mera theoria nas escolas militares, nas manóbras, nos quarteis o uso das armas que elle não teem diante de si, é impossivel. Portanto o armamento deve vir, e é mesmo com elle á mão que a educação do soldado propriamente dita se ha de completar.

E' assim que elle póde saber bem manejar a arma e no momento dado ter valor para usar della em bem da causa publica.

Voto pelo credito e voto convencido de que o Senado assim procedendo cumpre um dever de patriotismo.

O Sr. Virgilio Damasio—Pedi a palavra simplesmente para justificar o meu voto.

Acabo de ouvir affirmar que á commissão de finanças foram feitas declarações e dadas informações pelo governo, de que havia necessidade e mesmo urgencia do credito pedido, isto é, de gravar-se a nação com mais quarenta e tantos mil contos da nossa moeda.

Creio que receio exaggerado existe no governo e isto foi fundamento de taes informações ; conjecturo ao menos, porque não tenho certeza, desde que não conheço nem quaes são essas informações, nem até que ponto são especificadas. E' verdade que m'o acaba de affirmar o nobre senador pelo Rio Grande do Norte, a cuja palavra presto sempre a maior consideração, mas que nesta materia parece-me que posso averbar de não inteiramente competente.

O Sr. Amaro Cavalcanti dá um aparte.

O Sr. Virgilio Damasio—Estou certo de que esta materia, chegando da Camara dos Deputados ao Senado, tem apenas a informação da commissão de finanças e sobre ella não foi ouvida a commissão de marinha e guerra, mais competente para apresentar informações sobre o caso e dizer-nos com plena competencia que realmente é necessaria a concessão deste credito.

Disse ha pouco que conjecturava que exagerados eram os receios que laboravam no animo quer do honrado senador, quer de seus collegas da commissão, os quaes com elle concordaram nas conclusões do parecer.

Com effeito, na America e especialmente no Brazil, não existem as condições que obrigam ao armamento que se nota nas nações da Europa e em cujo dispendio se exhaurem, por assim dizer, e as forças vivas dessas nações, de modo que o pauperismo e o proletariado vão-se multiplicando e fazendo entenebrecer cada vez mais o futuro, por isso que as forças productivas da Europa em grande parte são esterilisadas e tornadas nocivas por esta applicação a uma profissão que não tem futuro até agora e que se funda sómente no velho proloquio latino— *si vis pacem, para bellum*.

Entre nós, dizia eu, não existem essas condições. Quaes os visinhos por quem podemos ter a paz armada ? Respondem que pelas republicas do Prata. Porque ? Porventura dos armamentos que conhecemos que se fazem nestas republicas a conclusão mais logica é esta ? Não, de certo que não. Ha quatro ou cinco annos assignou-se em Washigton o convenio e foram signatarios o Brazil e as republicas do Prata. Si alguma cousa vale a fé dos tratados, si vale o empenho, tomado em convenio por nações civilisadas, de não fazerem a guerra sinão depois de esgotados os recursos do arbitramento, não devemos receiar que as republicas do Prata, que alias por experiencia propria sabem que não teem recursos para medir-se comnosco, venham provocar-nos para a guerra.

Ha outra explicação natural. Todos sabem que o Chile não subscreveu o convenio, e o Chile é o inimigo natural que tem a Republica Argentina.

Um Sr. Senador—Acaba de fazer tratado de paz com a Republica Argentina.

O Sr. Virgilio Damasio—Bem, mas já estavam feitas pela Republica Argentina as encommendas, que não se fazem em poucos dias, como S. Ex. disse ha pouco; e, portanto, a Republica Argentina está armada; mas naturalmente armou-se com receio de que não se podesse solver as difficuldades, que não eram pequenas, existentes entre as duas nações—a Chilena e a Argentina. Portanto, qual é o receio ?

Ha pouco o nobre senador pelo Espirito Santo lembrou que tinhamos aqui votado, sem discussão, o credito de 12.000:000$ pedido para renovação do material da armada. Contribui com o meu voto para isto; mas é certo que temos uma extensão enorme de costa maritima e precisamos de guardal-a, não contra as republicas do Prata, mas contra qualquer que seja o aggressor estrangeiro que se lembre de lançar-nos uma injuria ou de commetter um attentado, como mais de uma vez se commetteu ou tentou-se commetter contra o Brazil.

Demais, si recorrermos á historia das nossas luctas no Rio da Prata, veremos que tem

sido a armada a nossa primeira garantia, antes que o exercito se possa reunir e levar ao cabo a lucta. (*Ha um aparte.*)

Sim, no tempo em que elles não tinham esquadra; com isto mais me ajuda o nobre senador; si no tempo em que elles não tinham esquadra, nós a tinhamos, razão de mais para que hoje a tenhamos. Por isso, dizia eu ha pouco, que não cabia o aparte que me foi dado pelo nobre senador pelo Espirito Santo, parecendo achar contradição entre as minhas palavras de hoje e o facto de ter eu contribuido com o meu voto para a concessão do credito de 12.000:000$ á armada.

Entendo que deve ser essa a nossa politica em materia de armamento: á marinha tudo, ao exercito o menos possivel; exercito pequeno e pouco numeroso, mas educado, como deseja o nobre senador pela Bahia.

Mas, esse armamento enorme, que vai affectar o credito do paiz, podendo realmente verificar-se a hypothese, que acaba de figurar o honrado senador pelo Rio Grande do Norte, de dar-se a possibilidade de gastar-se em um só exercicio a quantia que agora votarmos, faz com que perguntemos: qual o meio de salvar esse credito de 18.000:000$ na nossa moeda?

Dizem que as encommendas já foram feitas. Não sei, em primeiro logar, com que autoridade, não havendo um caso de urgencia, o Poder Executivo empenha a palavra e o credito da nação fazendo encommendas dispendiosissimas para depois vir pedir que, por um projecto posterior, nós...

O SR. ARISTIDES LOBO—Mas este argumento envolve uma petição de principio.

O SR. VIRGILIO DAMASIO—Petição de principio?

O SR. DOMINGOS VICENTE — Está levantando castellos para derrubal-os depois.

O SR. VIRGILIO DAMASIO— Quaes são os castellos? Não acabamos de ouvir as palavras do nobre senador pelo Rio Grande do Norte, dizendo que as encommendas já estavam feitas? Demais, todo o mundo sabe que o general Abreu Lima, levando em sua companhia o seu ajudante, o coronel Norberto, foi á Europa fazer encommendas de armamento!

O SR. ARISTIDES LOBO—V. Ex. argumenta deste modo: não havia urgencia; é esta a questão.

O SR. VIRGILIO DAMASIO—Havia urgencia? e foi essa urgencia que determinou o mandar-se encommendar o armamento?

O SR. ARISTIDES LOBO—A isto é que chamei petição de principios; foi dizer V. Ex. que não havia urgencia e dahi argumentar.

O SR. VIRGILIO DAMASIO—Mas que urgencia é esta, que escapa aos olhos da nação inteira, aos olhos dos representantes da nação?...

O SR. ARISTIDES LOBO—Só escapa áquelles que não querem ver.

O SR. VIRGILIO DAMASIO—E' um segredo que se guarda simplesmente entre os membros do Poder Executivo, entre seus intimos e que não é conhecido dos representantes da nação! Que argumento é este?

O SR. ARISTIDES LOBO—V. Ex. não acabou de ouvir a um dos membros da commissão declarar que recebera informações e que em vista dellas julgara necessaria a decretação do credito?

O SR. VIRGILIO DAMASIO—Neste caso, quando houvesse urgencia, quando fosse de tal natureza e de tal ordem a questão que precisassemos resolvel-a, votando simplesmente por juramento na palavra de um de nós, por mais conceito que mereça esta palavra; neste caso, o que havia a fazer era a convocação da sessão secreta do Senado...

O SR. DOMINGOS VICENTE — Para depois requerer-se que fosse publicada a acta da sessão, como aconteceu com as ultimas.

O SR. VIRGILIO DAMASIO — V. Ex. forme de mim e de todos os meus collegas melhor conceito acerca da observancia dos nossos deveres, para não suppor que qualquer de nós pudesse requerer cousa semelhante, pedindo que se publicasse a acta da sessão que fosse convocada em segredo, para se tratar de factos com caracter de urgencia, que podiam trazer perigos á instituição e perigos á nação.

O SR. DOMINGOS VICENTE — Responde a V. Ex. a publicação no dia seguinte, em todos os jornaes, daquillo que se tem passado aqui em sessão secreta.

O SR. VIRGILIO DAMASIO — Isto é outra cousa. Direi a V. Ex. que aquillo que se passa em sessão secreta póde, sem inconveniente, ser publicado, caso o Senado reconheça que em tudo quanto discutiu e votou, em sessão secreta, não ha inconveniente algum em ser dado á publicidade.

O SR. DOMINGOS VICENTE — V. Ex. sabe que, em um segredo entre dous, é preciso que um morra para que elle fique guardado.

O SR. VIRGILIO DAMASIO—Declaro que pelo menos não serei desta especie.

Sr. presidente, em uma palavra, ouvindo que não tinha sido consultada a commissão de marinha e guerra e não tendo nenhum membro da casa requerido que fosse o projecto a essa commissão, vou apresentar um requerimento neste sentido. Quer me pare-

cer que será perder o meu tempo e não sei si mesmo o apresente.

No Senado, assim como na Camara dos Deputados; apezar de muito se clamar contra as invasões parlamentaristas, teem-se estabelecido habitos parlamentaristas, qual o de scindirem-se completamente em dous grupos os representantes da nação, em suas manifestações, representando um o grupo do governo e outro o grupo da opposição.

Póde parecer que o meu requerimento é de opposição, que é como opposicionista que o apresento, querendo trazer delongas ao governo. Declaro que qualquer que seja a minha attitude (não quero dizer que sou ou que deixo de ser opposicionista, porque voto com a minha consciencia e pouco me embaraça que attribuam o meu voto a este ou aquelle intuito), o que me move a apresentar este requerimento é o desejo de não contribuir, de modo nenhum, com o meu voto, para aggravar o paiz com despeza que seja excusada e que traria enormes embaraços para o futuro; e, por outro lado, evitar proceder anti-patrioticamente (porque tal seria, negando esse credito, caso fosse reconhecida a sua necessidade) contra as minhas convicções e por simples resolução tomada de antemão de negar meios ao governo.

Fazendo esta declaração, creio que salvaguardo minhas intenções e offereço ao Senado o meu requerimento.

Vem á mesa, é lido, apoiado e posto em discussão o seguinte

Requerimento

Requeiro que seja ouvida a commissão de marinha e guerra acerca do projecto em discussão.

S. R.—Sala das sessões, 27 de junho de 1893. —*Virgilio Damasio.*

O Sr. Amaro Cavalcanti—O Senado me desculpará, si ainda volto á tribuna.

Parece-me que o requerimento é de todo ponto de vista dispensavel.

A commissão de marinha e guerra tem como seu relator o honrado senador pela Parahyba, que foi o primeiro a usar da palavra e reconheceu a necessidade de votar-se o credito, tal qual está na proposição.

Acham-se presentes dous membros da commissão; ella se compõe de cinco membros, mas dous estão ausentes.

O Sr. João Neiva—A commissão está completa e todos os seus membros estão presentes.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Todos estão presentes e bem quero crer que todos elles estejam de accordo na necessidade de ser quanto antes decidida esta materia, porque ella foi exigida do Congresso como negocio de urgente solução.

Assim devo declarar ao Senado que voto contra o requerimento, porque já temos, posso asseverar, conhecido o parecer da mesma commissão, que se mandou ouvir.

O Sr. João Neiva—Sr. presidente, parece-me que a commissão de marinha e guerra nada tem a dizer a respeito do credito em discussão. (*Apoiados.*)

Ella só se podia pronunciar si o Senado precisasse saber da especie e qualidade ao armamento e não sobre o credito que se discute.

A commissão de marinha e guerra não póde entrar nas attribuições da commissão technica militar, para ver a especie e qualidade do armamento; não póde entrar nas attribuições do Poder Executivo, para ver a quantidade do armamento de que precisa. Ella, portanto, manifesta-se contra o requerimento do honrado senador pela Bahia e está de accordo com o que disse o honrado senador pelo Rio Grande do Norte. (*Apoiados; muito bem.*)

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Vota-se e é rejeitado o requerimento.

Continúa a discussão do art. 1º da proposição.

O Sr. Domingos Vicente—Difficil, Sr. presidente, seria neste momento a minha posição, depois de ter a casa ouvido o talento e a competencia, si eu tivesse a velleidade de querer convencer aos meus honrados collegas.

Pelo contrario, Sr. presidente, ainda hontem o Senado ouviu o illustre representante do Piauhy dizer que a discussão tem a vantagem de mudar a opinião, mas não tem a de mudar os votos.

O Sr. Coelho Rodrigues—Em regra.

O Sr. Domingos Vicente—Póde ser, Sr. presidente, que o meu illustre collega, que já tem feito parte, em outras legislaturas, da Camara dos Deputados, tenha razão de assim pronunciar-se; em todo o caso, tomei nota de suas palavras, porque achei que ellas encerram uma insinuação ao voto do Senado,

O Sr. Coelho Rodrigues—Não apoiado.

O Sr. Domingos Vicente—Sr. presidente, ainda não tinha eu tomado parte nos trabalhos da presente sessão, quando soube no meu estado que o Senado, por sua generosi-

dade, me havia eleito membro da commissão de finanças.

O SR. MANOEL VICTORINO—Muito merecidamente. (*Apoiados.*)

O SR. DOMINGOS VICENTE—Mas a minha surpresa, Sr. presidente, subiu de ponto, quando aqui chegando soube que me tinham sido designados na commissão os negocios da guerra.

O SR. MANOEL VICTORINO—V. Ex., que é tão pacifico...

O SR. DOMINGOS VICENTE—E a minha surpresa subiu de ponto, Sr. presidente, porque me declaro o mais incompetente (*não apoiados*) para tratar de negocios tendentes á guerra.

Assignalo a minha aversão ao serviço das armas, a minha repugnancia pelas armas, dizendo ao Senado, que não o sabe, que risidi na roça annos e que durante este tempo nem em viagem, nem para meu uso em casa possui uma arma... posso mesmo asseverar que talvez não tenha pegado duas vezes em arma, ainda mesmo descarregada. (*Riso.*)

Entretanto, Sr. presidente, não devia eximir-me de acceitar o posto que me havia indicado o Senado, não devia eximir-me de corresponder á sua confiança; e por isso, embora julgando a minha tarefa muito difficil, acceitei a proposição que me foi enviada, afim de dar o parecer.

Devo notar ao Senado um erro, que, julgo, muito concorre para as difficuldades que ora se suscitam.

Ha o estylo do relator da commissão convidar os companheiros para expor-lhes o seu modo de ver acerca do assumpto que lhe é sujeito, quando me parecia, mais rosoavel que os membros da commissão se reunissem, discutissem e acceitassem quanto a maioria houvesse resolvido.

O SR. MANOEL VICTORINO — E que o relator externasse essa opinião da maioria; realmente era isso mais curial.

O SR. DOMINGOS VICENTE — Sem duvida.

Tive escrupulos de dar parecer sobre a proposição da Camara dos Srs. Deputados, concedendo ao governo um credito de 18.000:000$, ao cambio de 27 dinheiros sterlinos, para a substituição do armamento do exercito e compre de petrechos bellicos; e tive escrupulos, Sr. presidente...

O SR. COELHO RODRIGUES —E com toda a razão.

O SR. DOMINGOS VICENTE — ... porque já nessa occasião havia uma outra proposição da mesma camara concedendo ao governo um outro credito de 12.000:000$, para o material da armada.

O SR. COELHO RODRIGUES — Cerca de 80.000:000$ improductivos.

O SR. DOMINGOS VICENTE — Resolvi então ouvir a opinião do governo e tomei a liberdade de convidar o ajudante general do exercito, encarregado actualmente do expediente do Ministerio da Guerra. O illustre general foi prompto em acceitar o meu convite, e, comparecendo perante a commissão, que então se reuniu, declarou que julgava insufficiente o credito de 18.000:000$, pois que o havia pedido á Camara dos Srs. Deputados na importancia de 20.000:000$000.

Por essa occasião, disse mais S. Ex. que não podia acceitar importancia menor do que aquella que era pedida, porque as encommendas eram feitas de uma só vez para a Europa, a diversas fabricas e de diversos materiaes.

Nestas condições, entendi que não devia tomar a responsabilidade de lavrar um parecer negando ao governo o credito solicitado; entendi conveniente apresentar o parecer como está lavrado e sujeital-o ao voto e á sabedoria do Senado.

Parecia-me, Sr. presidente, e parece-me ainda que o Senado não póde votar o credito de 18.000:000$, dividindo-o por tres exercicios, porque isto seria desde já votar encargos para exercicios cuja despeza ainda não está em discussão. Mais justo, mais regular, mais patriotico mesmo seria reduzir o credito pedido...

O SR. MANOEL VICTORINO — Oxalá que o pudessemos fazer.

O SR. DOMINGOS VICENTE — ... tomando-se assim a responsabilidade de negar ao governo a importancia por elle solicitada.

Temos, Sr. presidente, uma receita de 200.000:000$; temos votado para o Ministerio da Marinha um credito supplementar de 12.000:000$; estamos discutindo uma proposição da Camara dos Srs. Deputados, concedendo um credito de 18.000:000$ para o Ministerio da Guerra.

Ora, parece-me que toda a discussão que se possa suscitar será pouca para esclarecer a importancia do debate.

Trata-se de votar um credito pedido. Não acompanharei os meus illustrados collegas, desenvolvendo o assumpto, porque, já o confessei, não tenho competencia para tratar delle.

O que me cumpre saber, o que me parece que ao Senado cumpre conhecer é si o governo precisa do credito de 18.000:000$ para a substituição do material do exercito e para petrechos bellicos; si o Senado póde e deve conceder este credito; si o Estado póde actualmente fazer esta despeza; si o credito pedido, bem como o que já foi votado e ou-

tros creditos supplementares que teremos de votar, não vão aggravar a nossa situação financeira.

O Sr. Coelho Rodrigues e outros srs. senadores—Muito bem.

O Sr. Domingos Vicente—Eis, Sr. presidente, a pergunta que faço ao Senado, eis a minha duvida, eis os escrupulos que tenho no meu espirito.

O Sr. Manoel Victorino—Todos nós.

O Sr. Coelho Rodrigues — E com toda a razão.

O Sr. Virgilio Damasio — Folgo de ouvir em V. Ex. esse modo de encarar a questão.

O Sr. Domingos Vicente—Entretanto, Sr. presidente, ouvi o nobre senador pela Bahia, cuja palavra ouço sempre com muito acatamento e a quem estou acostumado a respeitar, pedir que fosse ouvida a commissão de marinha e guerra; mas, para que, senhores? Si a palavra da commissão de finanças, composta de maior numero de membros, não tem valor para o nobre senador pela Bahia, que valor teria a palavra da commissão de marinha e guerra? Que teria de dizer essa commissão? Que informações nos poderia ella dar que adiantassem sobre o assumpto?

Um Sr. Senador—Porque trata-se de uma materia especial.

O Sr. Domingos Vicente — Quer o nobre senador (e toco neste ponto porque lhe dei um aparte) que estes assumptos considerados importantes, realmente muito importantes, e nenhum o é mais do que aquelle que ora discutimos, sejam tratados em sessão secreta; mas para que? Que vantagem tem uma sessão secreta?

A de no dia seguinte saber-se pelos jornaes o que cada um senador disse, a opinião de cada um delles, o seu voto? Para no fim da sessão um de nós se julgar no direito de levantar-se e pedir a publicação da acta da sessão secreta pelo luxo de ostentar o modo por que votou, quando constantemente nas sessões secreta, está-se a pedir votações nominaes, como si cada um de nós não tivesse a coragem do seu voto? Será para isso que se pede uma sessão secreta? (*Apoiados.*)

O Sr. Americo Lobo — Sessão secreta para votar fundos!

O Sr. Domingos Vicente—Sr. presidente, já fatiguei de mais o Senado em hora tão adeantada. (*Não apoiados.*)

O Sr. Coelho Rodrigues—Tem sido ouvido com toda a attenção.

O Sr. Domingos Vicente — Desejava mesmo que a discussão do credito de 18.000:000$ fosse ampla, muito ampla (*apoiados*)...

O Sr. João Neiva — E está sendo.

O Sr. Domingos Vicente—... e posso affirmar ao nobre senador que ha pouco levantou um castello e immediatamente o derribou, que o ajudante-general do exercito, que o Poder Executivo emfim, não fez ainda encommendas como, S. Ex. acaba de asseverar.

Pedirei licença para ler o que a respeito disse-nos, por escripto, o Sr. ajudante general do exercito.

O Senado está fatigado, mas o assumpto é importante e convem que a opinião do Poder Executivo seja conhecida em todo o paiz.

Diz o Sr. ajudante general do exercito: (*Lê.*)

«Como já declarei á illustrada commissão de finanças, não se póde determinar quanto se gastará em um anno com relação a despezas com acquisição de material de guerra para o exercito, porquanto, sendo as encommendas feitas em diversas fabricas, variando de preços o mesmo material e dependendo do cambio do dia em que se fizerem as encommendas, difficil se torna marcar aquella depeza.

« E' certo, porém, que a quantia pedida de 20.000:000$, reduzida a 18.000:000$ pela Camara dos Deputados, será gasta até meiado do anno proximo futuro.

« Assim, si for incluida por partes esta despeza nas leis de orçamento, como lembra a commissão, só para o anno se poderia lançar mão da quantia votada, e, quando mesmo essa autorisação fosse concedida para realizar a despeza desde logo, não seria sufficiente, porque seria preciso aguardar o Congresso em 1894 para no anno seguinte fazer face á despeza já realizada, com descredito para o paiz, quando, como disse, as respectivas encommendas serão satisfeitas até o meiado do anno proximo futuro.

« Como sabe a commissão, as encommendas são feitas em diversas fabricas, porque o material do exercito é composto de peças diversas e na Europa não é difficil obter a satisfação das encommendas em prazos não muito longos.

« Como tambem já disse á commissão, si é insufficiente o credito pedido, tornar-se-ha ainda mais difficultosa a encommenda, si for feita por partes, com prejuizo do serviço publico e maiores onus para o Estado.

« Si o governo pudesse prover o exercito dos melhoramentos materiaes de que carece pelas pequenas quantias no orçamento, teria isso solicitado do Congresso e não o fazia por meio de credito extraordinario.

« Em conclusão, repito, é insufficiente para taes despezas o credito reduzido e votado pela Camara dos Srs. Deputados e si o Senado entender em sua sabedoria que não convem satisfazer o pedido feito, a elle caberá a responsabilidade do acto e das consequencias que possam advir.

« A necessidade urgente que tem o governo do alludido credito ficou plenamente demonstrada na respectiva mensagem.

O SR. VIRGILIO DAMASIO — E então as encommendas estão feitas.

O SR. DOMINGOS VICENTE — Não ha tal ; V. Ex. ouça-me e depois me provará si estão feitas as encommendas.

O SR. VIRGILIO DAMASIO—Então tudo quanto V. Ex. acaba de ler nada prova.

O SR. DOMINGOS VICENTE — Si o que acabo de ler não prova em meu favor, isto é, não serve para affirmar que as encommendas não estão feitas, tambem não serve para que o nobre senador pela Bahia affirme que ellas já estão feitas.

O SR. VIRGILIO DAMASIO — Isto é publico e notorio.

O SR. DOMINGOS VICENTE — Então V. Ex. jura nas palavras que por ahi se dizem ? Que documentos tem o nobre senador pela Bahia para que possa assegurar que as encommendas estão feitas ? A sua palavra ? Si a sua palavra póde servir-nos para affirmar, eu tambem direi que a palavra do governo deve valer alguma cousa.

Sr. presidente, o Senado já ouviu o que sobre o credito disse o illustrado e eloquente senador pela Bahia, cujo talento admiro, cuja palavra respeito e ao qual presto a minha admiração e franca sympathia.

O Senado já ouviu a palavra brilhante do honrado senador pelo Rio Grande do Norte, que é naturalmente mais bem conhecedor do que eu, mais bem orientado no que se passa no Ministerio da Guerra.

O SR. AMARO CAVALCANTI dá um aparte.

O SR. DOMINGOS VICENTE—Julguei-me comtudo no dever de não ficar calado, desde que, infelizmente, membro da commissão de finanças, tive de dar parecer como relator sobre a proposição da Camara dos Deputados.

Não me julgo no direito de negar o credito pedido, e, portanto, achei mais facil declarar no parecer que a proposição devia ser dada para discussão e adoptada.

Esta conclusão, porém, não obriga o Senado a deliberar por esse modo.

O Senado não é obrigado a jurar nas palavras da commissão e muito menos do relator della ; tem plena liberdade, e em sua sabedoria fará aquillo que aconselha o seu patriotismo e o severo cumprimento de seus deveres.

Tenho concluido.

VOZES — Muito bem.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Vota-se, e é approvado o art. 1º da proposição.

E' rejeitada a emenda do Sr. Manoel Victorino.

E' approvado o art. 2º.

A proposição é adoptada para passar á 3ª discussão.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças e o additivo apresentado por parte da mesma commissão o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 7 de 1893, autorisando o governo a applicar ao pagamento de passagens de immigrantes o credito consignado pelo orçamento vigente á garantia de juros a emprezas que se obrigarem a fundar colonias e a abrir para aquelle fim um credito supplementar de 1.828:832$635 á verba—Terras Publicas e Colonisação.

O Sr. Manoel Victorino — Sinto, Sr. presidente, ter de fatigar a attenção do Senado, occupando ainda uma vez a tribuna, na sessão de hoje, em hora tão adeantada, verdade é que para discutir questão differente, e que não tem menor interesse para a União.

Sou constrangido a fazel-o por ter assignado uma restricção de voto ao parecer e proposição que se discutem.

A commissão não tem sido prodiga nestas divergencias ; é o segundo facto de parecer com restricção de voto, e isto ainda mais me obriga a explical-a.

O assumpto da proposição prende-se a um dos mais complexos e difficeis problemas economicos do paiz ; mas no caso actual diz respeito particularmente ao conceito e autoridade do Senado, e não é menos importante este aspecto que elle offerece.

Por causa deste e de outros creditos supplementares, accusou-se este ramo do Congresso Nacional de ter votado o anno passado um orçamento incompleto, mutilado, sem estudo e sem reflexão.

Esta censura foi feita quer em documentos publicos e officiaes, como os relatorios dos ministros, quer em discursos da outra casa.

Ora, semelhante accusação, destituida de fundamento, não póde nem deve ficar de pé ; o Senado facil e cabalmente conseguirá destruil-a, taes são os factos e argumentos que provam o criterio com que se houve nesta questão, o anno passado, a respectiva com-

missão. O que convém, entretanto, desde já assignalar, Sr. presidente, é que alguns ministerios estão se habituando a uma pratica que considero abusiva, e que o Senado não póde deixar de condemnar.

Desde que as verbas não satisfazem a todas as exigencias da proposta primitiva e ministerial de orçamento, elles não se conformam com as reducções do Poder Legislativo, ultrapassam as sommas decretadas e soccorrem-se depois da explicativa de que tal ou tal verba foi votada incompleta e sem preencher as necessidades dos serviços creados.

Não accuso, por isso, o actual ministro da agricultura, porque S. Ex. não é responsavel pelo credito supplementar pedido, nem pelas deliberações do seu antecessor, que foi quem, illegalmente, realisou o contracto a que se refere a despeza realisada, e que no seu relatorio accusou o Senado da insufficiencia de verbas, na elaboração do orçamento.

A accusação é grave, e seria por parte do Senado a maior das leviandades estar a truncar verbas a seu bel prazer, trazendo com isto profunda desorganisação em serviços creados, sem preceder a esta deliberação nenhum estudo, nem criterio.

Tão injusta apreciação foi feita em relatorio do ministro da fazenda que accumulou por muito tempo o cargo de ministro da industria, e na outra casa em um discurso do relator da commissão. Ahi se disse que o Senado reduziu as verbas a seu talante, desorganisou os serviços, votou o que lhe aprouve, e a Camara dos Deputados conformou-se com estas irregularidades do Senado, porque o orçamento lhe chegou tarde e a más horas, quando não era possivel mais recusar as emendas que o Senado tinha votado.

Começarei, Sr. presidente, refutando esta ultima asserção: o Senado deve recordar-se que algumas das suas emendas ao orçamento da industria e viação, o anno passado, não foram acceitas pela Camara, que podia, portanto, reviver, si quizesse, outras das disposições que o Senado recusára.

Poderia citar diversas, mas entre outras mencionarei apenas a relativa á distribuição da verba para a construcção de linhas telegraphicas em diversos estados. O Senado substituiu esta disposição por uma medida geral, que mandava o governo applicar a verba á construcção das linhas mais urgentes, e das que se dirigissem a colonias militares e pontos estrategicos. A Camara não acceitou a substituição e fez reviver a distribuição, e nós nos conformámos com isto.

Conseguintemente, a Camara, si quizesse, teria restabelecido as verbas destinadas á immigração, taes quaes havia votado, e si não o fez, conformou-se com a emenda do Senado, acceitou a responsabilidade da sua votação, de sorte que o que disse o honrado representante de Goyaz, relator da commissão de fazenda, no parecer e da tribuna, não é rigorosamente exacto. Disse S. Ex no seu discurso (*lê*):

«Explicarei por que a Camara dos Srs. Deputados, o anno passado, sanccionou com o seu voto as emendas do Senado restringindo esta verba a 7.000:000$000.

Tinhamos apenas dous ou tres dias para approvar o orçamento da receita e despeza, e não era mais licito ao Congresso cogitar de uma nova prorogação. Fomos forçados a respeitar as emendas do outro ramo do Poder Legislativo e que alteraram completamente o trabalho da commissão de orçamento, desta casa, na parte relativa á alludida verba do orçamento do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.»

O contrario foi o que se deu, como é facil verificar: apezar de podermos por dous terços sustentar as nossas emendas, não o fizemos, porque quando o orçamento de industria e viação voltou da Camara, com diversas emendas nossas recusadas, faltavam dous dias para findar a prorogação. Conseguintemente, a Camara dos Srs. Deputados não rectificou o seu trabalho primitivo porque não quiz; acceitou as modificações feitas pelo Senado, conformou-se com ellas e assumiu, portanto, a responsabilidade da alteração.

Convem ainda rectificar as asseverações do ex-ministro da fazenda e da agricultura, no que diz respeito ao procedimento da Camara e do Senado.

Como o Senado deve se recordar, de accordo com a disposição expressa na lei do orçamento de 1892, art. 8º, § 3º, contestamos que S. Ex. tivesse faculdade de fazer novações de contractos, augmentando ou não os encargos do Thesouro.

O Sr. João Neiva—Estava isto prevenido.

O Sr. Manoel Victorino — Estava prevenido na primeira lei do orçamento da Republica, que não autorisava novação alguma em materia de contractos, em que houvesse subvenções, garantias de juros, auxilios pecuniarios de qualquer ordem, ou que acarretassem encargos para a União.

S. Ex., porém, nas alterações que fez nos contractos existentes, creou maior onus para o Thesouro, augmentando as despezas e os encargos da União, e ampliando prazos, que estavam evidentemente a extinguir-se nas concessões de 1888, por tres ou cinco annos.

Os contractos que existiam naquella occasião se acham mencionados no trecho, que tive então o cuidado de ler, do habil e illustrado parecer lavrado pelo relator da commissão que estudou o primeiro orçamento da agricultura votado pelo congresso republi-

cano. O honrado relator dessa commissão na Camara foi o nosso collega o Sr. Rodrigues Alves, cujo nome peço licença para declinar. S. Ex., em um trabalho minucioso e completo que fez, referiu-se aos diversos contractos e mencionou o numero de immigrantes, que em virtude delles tinham de entrar no periodo fixado para cada um.

Sommei este numero e posso ainda uma vez reproduzil-o, citando o referido trecho (*lê*):

« Para se poder bem apreciar a natureza do serviços a que esta verba attende, cumpre ter em vista certas informações que esclarecem a materia.

São 10 os contractos em vigor para a introducção de immigrantes, sendo cinco celebrados em 1888 e cinco em 1890. O numero total de immigrantes, que poderão ser introduzidos ate ao fim do prazo desses contractos, é de 1.257.000, sendo 377.000 por conta do primeiros e 880.000 por conta dos segundos. O prazo para exécução dos contractos é para aquelles de tres a cinco annos, para estes de tres a doze.

Segundo um quadro que lhe foi distribuido, o maximo de entradas de immigrantes no paiz, em virtude dos contractos, será:

Em	de
1891.....	261.166
1898.....	254.166
1892.....	244.166
1894.....	107.500
1894.....	107.500
1895.....	57.500
1897.....	57.500
1898.....	57.500
1899.....	57.500
1900.....	57.500
1901.....	2.500
1902.....	2.500

A subvenção estipulada é para os adultos de £ 6,15 ou 6,10 e a subvenção total até ao termo da execução dos contractos elevar-se-ha a 63.474:944$145, ao cambio de 27.»

Ora, este parecer foi apresentado em 1891 e em janeiro de 1893, quando devia vigorar o novo contracto, o numero de immigrantes a entrar estava evidentemente reduzido, porque havia a subtrahir da totalidade 1.257.000, em quanto o parecer mencionado calculou as entradas a partir de 1891, em virtude dos 10 contractos existentes, as duas quotas de 1891 e 1892 que subiam a 515.332, como se póde verificar no quadro transcripto.

Logo, quando entrasse em vigor o novo contracto os antigos concessionarios ou aquelles a quem elles transferiram os seus direitos só mantinham a obrigação da introducção de 741.668 immigrantes, e não de 1.000.000, como fixou o contracto.

Além disso, os prazos, que eram nos contractos de 1888 de tres a cinco annos, e nos de 1893 de 3 a 12, foram todos ampliados a 10, a partir de 1893.

As alterações assim feitas importaram evidentemente em uma dupla novação: do numero de immigrantes, e do prazo para a introducção delles. Era tão clara, porém, a disposição do orçamento que vedava ao ministro semelhante acto, que seria injustificavel o silencio da commissão e do Senado.

As proprias asseverações do ministro contractante confirmam os calculos mencionados. A um questionario que lhe foi feito, como pedido de informações votado pela Senado, respondeu S. Ex. que o numero de immigrantes entrados por força dos contractos:

Em 1891 foi de 216.659;

Em 1992 (1º semestre) de 36.603.

O que absolutamente não autorisava o governo a accrescentar aos annos subsequentes o numero de immigrantes que os introductores haviam deixado de transportar, como lhes obrigavam os respectivos contractos. Essa falta de cumprimento de clausulas expressas e que deviam motivar até a rescisão, não podia servir de justificativa a uma novação que concedia novas e evidentes vantagens.

Em 1891 os contractos deviam introduzir 261,166, só introduziram 216,659; em 1892, 254,166, e durante o 1º semestre apenas entraram 36.603. Tivemos, pois, de contestar ao Sr. Serzedello a autorisação legal para semelhante acto, desde que se tratava de uma novação de contracto com subvenção, e que S. Ex. não respeitava a prohibição legal.

Entre as emendas apresentadas á proposta da camara do orçamento da industria e viação, figuravam no parecer da commissão do Senado as seguintes:

«Accresente-se: Ficam rescindidos os contractos actuaes para introdução de immigrantes pelo pagamento de um tanto por cabeça.

« O governo distribuirá a verba de auxilios aos estados para introducção de immigrantes, em proporção igual para cada um, sob certidão das listas dos immigrantes entrados.»

O honrado relator da commissão, o Sr. Ramiro Barcellos, que si aqui estivesse com muito maior auctoridade (*não apoiados*) e vigor defenderia a respectiva commissão, e melhor informaria ao Senado, conseguio ver as emendas citadas conquistarem o apoio e approvação da casa.

Um dos honrados senadores, o illustre representante do Paraná, o Sr. Generoso Marques, que brilhantemente discutio o assumpto, assim se exprimio:

«Seja-me licito dar os meus humildes em-

boras á illustre commissão de finanças pela patriotica severidade, pelo modo correctissimo com que a um tempo mostrou zelar a fortuna publica, e velar na guarda das leis, ainda uma vez conculcadas pelo Poder Executivo!

O Senado bem vê que refiro-me á parte do parecer da commissão relativa a *annullação* dos contractos para introducção de immigrantes, ultimamente renovados pelo Ministerio da Agricultura.

.....

.....sendo a essencia dos contractos o consentimento, o primeiro elemento da sua legitimidade é a capacidade das partes contractantes. Ora, desde que por disposição expressa de lei, da lei de 30 de dezembro de 1891, ao Poder Executivo nem só faltava auctorisação, como até era terminantemente vedado celebrar novos contractos desta especie, sem prévia autorisação do corpo legislativo, sem votação dos fundos necessarios para occorrer á despeza, claro é que o Poder Executivo carecia de capacidade para fazer este contracto, fulminado e muito bem pela commissão de finanças.

« O contracto é a meu ver nullo de pleno direito, sem dependencia de acção rescisoria, porque a nullidade é expressamente pronunciada pela lei no interesse do Estado. E a engenhosa argumentação que se produziu hontem nesta casa, si não cahisse diante da lei que serviu de base ao parecer da commissão, e que já foi aqui mais de uma vez citada, desapparecería completamente, sem necessidade de demonstração, ante a expressa disposição do art. 8º § 4º da lei de 30 de dezembro do anno passado, que fixou a despeza geral da Republica para o corrente exercicio. Eil-a (*lê*)

« Ficam prohibidas desde já as concessões com garantias de juros ou subvenções, sem *especial* auctorisação do Congresso.

Ao Poder Executivo não é permittido *renovar* em favor de individuo ou empresa de qualquer natureza as concessões com garantia de juros que tiverem caducado, venham a caducar ou fiquem sem effeito por qualquer causa de direito.

Reputam-se caducas as concessões com garantias de juros ou subvenção que não se tornarem effectivas nos prasos das concessões ou dos contractos, *não sendo licita a renovação desses prasos.*»

Não podia o legislador ser mais claro e terminante, infirmando contractos como o de que se trata: quando a lei é assim previdente e decisiva, toda discussão é ociosa.»

Foi esta a opinião triumphante no Senado, e nem podia ser outra.

Entretanto, o Sr. ex-ministro veio se entender com a commissão, expoz a situação do governo diante das exigencias de pagamentos que se haviam atrazado com as companhias introductoras de immigrantes, esforçou-se por mostrar que o novo contracto tinha vantagens, e declarou formalmente que o concessionario conformava-se com a reducção da verba, e só introduziria annualmente o numero de immigrantes que a referida verba comportasse, dilatando o Congresso o praso do contracto, de conformidade com esta reducção.

Este alvitre, que já havia sido suggerido na Camara, pelo nosso honrado collega, o Sr. Rodrigues Alves, no parecer a que não ha muito me referi, foi em boa fé acceito pela commissão, e traduzido na emenda apresentada em 3ª discussão. em que aliás não se sancionou a novação e nem della se tratou.

«Ao n. 3 substitua-se pelo seguinte, foi a emenda apresentada :

Para o serviço de introducção de immigrantes, 4.000:000$000.

Garantia de juros a emprezas que se obrigarem a estabelecer colonias na fórma e condições especificadas nesta lei 2.400:000$000.

Para o pessoal da repartição e serviço de fiscalisação, 600:000$000.»

E foi esta emenda substitutiva que ficou approvada no projecto de lei orçamentaria.

O Sr. ministro garantiu, como já o disse, ao honrado relator da commissão, que a Companhia Metropolitana conformava-se com o desejo do Senado, não introduzindo numero de immigrantes que excedesse á verba consignada por esta casa para pagamentos de passagens.

Ora, si a Companhia Metropolitana sujeitava-se a esta restrição do numero de immigrantes, de certo que a introducção delles não importaria uma despeza que sahisse fóra das forças do orçamento ; e nós tinhamos o pleno direito de, substituindo parte do serviço de immigração pelo serviço da colonisação, com garantia de juros, para o qual foi votada uma verba especial, impor taxativamente aquella reducção.

A reducção que se fazia na verba devia aliás ser effectivamente feita de accôrdo com uma disposição do orçamento anterior, que mandava passar para os estados, á medida que se organisassem, o serviço de terras e colonisação. Para fazel-a effectiva, tornámos obrigatoria essa transferencia, recusando verba para o serviço, porque já haviamos descoberto a pratica, que reviveu este anno, de que, autorisado apenas a reduzir uma verba, o ministro não se julga obrigado a fazer effectiva a reducção, nos termos votados. Isto acaba de repetir-se em relação a outro ministerio, o do interior, na fusão dos dous gymnasios. Votou-se verba para um gymnasio resultante da fusão dos dous ; mas o ministro não se conformou com isto, con-

servou os dous gymnasios, cuja fusão era por aquelle facto obrigatoria e pede agora um credito supplementar para ambos, quando só tinhamos votado verba para um.

Então tornamos effectiva esta clausula, mandando passar o serviço para os estados e tirando logo a verba, e considerando a transformação como realisada.

Todas estas considerações que fiz, Sr. presidente, veem provar que o Senado não andou com leviandade, sem estudo e sem reflexão neste assumpto.

Redusiu além disso a verba, por que desde o anno passado, quero crer que ha muito mais tempo, reclama-se contra as irregularidades desse serviço.

Muitos senadores pensavam, como eu penso que elle devia passar para os estados, que nós não deviamos continuar a fazer despezas avultadissimas com um serviço que interessa muito mais directamente a elles, que por elles póde ser muito melhor fiscalisado, e cujo custeio por nós nunca póde ser previsto.

Os contratos obrigam, como se vê em uma das clausulas, ao pagamento por cabeça de immigrante adulto, á rasão de 6 libras e 15 shillings; ou cerca de 163 francos.

Ora, quer ver o Senado a quanto attingio esta despesa nos ultimos annos?

No anno de 1887, esta é a informação authentica da secretaria da agricultura, subiu a despesa a 2.196 contos, ainda no regimen extincto; em 1888 a 2.376 contos; em 1889 a 6.514 contos; em 1890 a 12.652 contos; em 1891 a 33.628 contos; havendo no orçamento apenas votada a verba de 10 mil contos.

Ha possibilidade de orçamento algum se aguentar com tal triplicação de verba, volumosa e avultada?

No anno de 1891 subio a 33.628 contos e no anno de 1892, é o honrado ministro quem o affirma, a verba foi excedida e consideravelmente dos 12 mil contos votados. Esta despeza está sujeita ás vicissitudes do cambio; somos obrigados a pagal-a por um serviço que não póde ser bem fiscalisado e que tem sido objecto de constantes censuras.

Agora mesmo posso dizer ao Senado que, não obstante o facto de ter sido elle sujeito a muito melhor fiscalisação, de estar a frente do serviço um funccionario zeloso, de occupar a pasta um ministro que como o seu antecessor tem a responsabilidade da nova orientação republicana, e conseguintemente o maior empenho em defender os interesses economicos e financeiros da União, apezar de tudo isso, quem ha que desconheça os inconvenientes e os abuzos que se commettem nesse transporte, em que a titulo de trabalhadores ruraes ou agricolas, nos vem homens e mulheres, de todas as origens, recrutados das peiores classes das cidades européas e particularmente italianas?

Como são alliciados os immigrantes introduzidos no paiz ainda recentemente nos disseram as companhias de navegação italianas que se encarregavam desse serviço e que desde fevereiro o suspenderam.

O Sr. João Neiva—Melhor para nós, porque não fazemos esta despeza.

O Sr. Manoel Victorino — Antigamente inda maiores eram os vicios desse detestavel systema de acquisição de machinas humanas.

De toda essa massa importada talvez que nem a metade ainda hoje seja realmente aproveitada.

O Senado sabe que grande numero desses homens, apanhados nas ruas das cidades da Italia, vem entregar-se no Brazil, em mais larga escala, ás aventuras de policia correccional que na terra natal lhes foram habituaes.

Qanto ás mulheres, innumeras procuram apenas a passagem para virem exercer nas capitaes, Rio e S. Paulo, a prostituição publica e notoria.

Além disso será difficil, impossivel póde-se dizer, cohibir o abuso de subvencionar a União a passagem a individuos que podem vir por sua conta, ou de pagar o transporte a pessoas que venham aqui apenas de passagem, e que renovem essas vindas, sempre que lhes convenha, por conta do serviço immigratorio.

Quem nos fornece uma estatistica dos immigrantes que se localisam, quantos se applicam ao trabalho de lavoura?

E' possivel continuar este systema deploravel, que não obedece a nenhum principio serio de ordem economica, politica, hygienica ou social?

Acredito que o momento é opportuno para a rescisão dos contractos existentes, não o actual, o da Metropolitana que é nullo por disposição expressa de lei, mas os anteriores que ainda vigoram.

Julgo opportuno, porque não creio que o serviço possa continuar sem o concurso das companhias de navegação italianas, que faziam a quasi que totalidade dos transportes, e a beneficio de quem se póde dizer que o governo da Italia tolera sahida de emigrantes.

Affirma um dos honrados senadores, que o serviço tem continuado pelos vapores da *Messageries*, *da Royal Mail*, das companhias de Bremen e de Hamburgo; surprehendo-me como isso possa ser, desde que estes vapores não tocam nos portos italianos, e em geral, como paquetes, não tem accommodações nem capacidade para transportar aos milhares taes passageiros.

Que os novos immigrantes, transportados por estes vapores, sejam de origem allemã,

ingleza ou franceza, isto é tenham a nacionalidade dos portos onde elles tocam, não é crivel, porque os respectivos governos não toleram a emigração dos seus subditos.

Entretanto, devo dizer á casa que a secretaria da industria e viação informa-me que, a despeito da suspensão do serviço das companhias italianas de navegação, quanto á introdução de immigrantes, as entradas teem continuado, subindo nos primeiros cinco mezes deste anno a 22.746. Isto quer dizer que, ou os concessionarios estão fazendo sacrificios, qne não podem continuar por muito tempo, porque as despezas do transporte devem ter crescido mais. ou a introducção de immigrantes está sendo mistificada pela passagem gratuita de quantos individuos queiram vir daquelles portos para o Brazil.

De que outro modo seriam os immigrantes introduzidos por conta da Companhia Metropolitana!

Si se tratasse do serviço como era feito outr'ora, eu dizia ao Senado qual seria o processo que foi referido em documento publico: havia, Sr. presidente, por parte dos introductores de immigrantes um celebre ardil que se attribue ao primeiro imperador nosso, posto em pratica no cerco do Porto. fazendo desfilar muitas vezes os mesmos batalhões em frente ao inimigo, para levar crer que o seu exercito era muito maior do que realmente acontecia!

Não creio que isto assim seja, applicado ao caso vertente, confio nos funccionarios que desempenham o serviço da fiscalisação; mas os abusos da immigração não dependem dos homens, dependem do systema que é máo, que será sempre máo, ainda que delle se encarreguem os melhores funccionarios.

O Sr. João Cordeiro — E' mais que verdade.

O Sr. Manoel Victorino—A alta administração da Republica tem funcções muito mais elevadas que exercer e não deve entrar nestas cousas; o serviço de immigração, para compensar os sacrificios que elle custa ao thesouro federal, exige além de uma fiscalisação severa a applicação util dos braços importados, o emprego productivo deste capital humano introduzido no paiz, e não é a influencia de uma repartição centralisada, por melhores que sejam os seus esforços, que conseguirá este resultado.

Creio que já estou fatigando o Senado (*não apoiados*); mas era preciso entrar em considerações a respeito da minha emenda, a proposito da minha restricção.

O Sr. Rodrigues Alves — O assumpto é muito importante.

O Sr. Manoel Victorino—As despezas feitas com elle, no periodo decorrido de 1887 a 1893, já sobem a mais de 80 mil contos.

E' uma verba avultadissima, que não podemos alimentar sem uma base segura, sem elementos para uma fiscalisação severa, e evidente compensação.

O anno passado sustentamos que o serviço devia passar para os estados.

O Sr. Domingos Vicente—Para alguns estados passou, como S. Paulo e Espirito Santo.

O Sr. Manoel Victorino—Si taes estados, que são os que teem mais aproveitado desse serviço, podem dispensal-o, porque teem o seu, os outros não logram adquirir immigrantes.

Deu-se direito aos immigrantes de escolher o logar de estada.

Ora, elles não querem as regiões do norte, preferem todos as do sul; e desde que se permitte em qualquer caso esta preferencia, muitos occupam-se justamente naquillo para o que não precisamos de immigração, como, por exemplo, para os serviços domesticos, de cosinha, creados de quarto e até empregados em casas ricas para exercer a rapinagem em que alguns são habeis.

Para desenvolver esta industria não precisamos evidentemente de immigração: mesmo porque, com o contagio dessa concurrencia que soffrem os nacionaes, o serviço domestico continúa a ser máo e dispendioso.

Voltando, porém, Sr. presidente, a minha these primitiva, julgo ter justificado o procedimento do Senado e explicado de modo cabal o ultrapassar da verba votada.

Si a Companhia Metropolitana se submettesse ao compromisso contrahido com o Ministerio da Agricultura e que foi declarado ao relator da commissão, de que não introduziria numero de immigrantes que não estivesse nas forças da verba votada, nós não teriamos a verba excedida e não precisariamos do credito supplementar que se pede.

Além disso, é preciso dizer que se fez uma outra despeza, que não é pequena e attingirá provavelmente a uns 700 ou 800:000$, si não for além, com um serviço manifestamente apparatoso de propaganda immigratoria, serviço a respeito do qual poderiamos ter realmente bons desejos de que se estabelecesse, mas que na occasião não descobrimos vantagem em que se fizesse com as proporções e com o dispendio qne acarretou.

Aqui estão as informações que dá o ministro da agricultura, acerca desse serviço e de quanto nos custa. Esta creação é obra do antecessor do actual ministro; estou certo de que o nobre secretario da agricultura não se conformaria com elle, si lhe fosse permittido voltar atraz.

O SR. AMARO CAVALCANTI — Ministro da industria, si faz favor.

O SR. MANOEL VICTORINO—Da industria e viação, é exacto.

Esse serviço com tal organisação não existia; é completamente novo.

Nós tinhamos propagandistas da immigração, gratuitamente, por patriotismo: tinhamos lá na Europa um honrado coestaduano do Sr. ex-ministro da fazenda, o Sr. Antonio Prado. S. Ex. era propagandista ou velava pelo serviço da immigração ou antes pelos interesses nacionaes da immigração.

O SR. ARISTIDES LOBO— E' muito abalisado para esse serviço.

O SR. MANOEL VICTORINO— Abalisadissimo.

Tinhamos quem desempenhasse habil e officiosamente esse encargo, sem maior despesa; mas não o serviço dispendioso e caro que temos agora.

A pergunta feita ao ministro da agricultura acerca da somma applicada ao novo serviço de propaganda foi porque convinha mostrar que a verba, que não era pequena, não sahia da que tinhamos votado para a immigração sem desfalcal-a consideravelmente e o Senado não podia ser responsavel por um excesso de despesa que jámais fora prevista em seus calculos orçamentarios e que nem si quer figurava na proposta do governo (*lê*):

«Qual o pessoal e a despeza feita com o serviço de propaganda immigratoria na Europa, especificando-se o credito aberto na delegacia do Thesouro em Londres para supprir taes despezas?

« Para occorrer ás despezas com o serviço, na Europa, da verba — Terras Publicas e Colonisação— do actual exercicio, distribuiu-se o credito de 200:000$, ao cambio par.

Nos termos da portaria de 17 de janeiro do corrente anno, a superintendencia de immigração na Europa tem o seguinte pessoal:

Um superintendente.....	14:000$000
Um secretario.....	7:200$000
Dous escripturarios (cada um)	5:000$000
Um continuo.....	2:000$000

Quando estiverem em serviço fóra da séde da superintendencia terão direito a uma diaria de 15 liras o superintendente e á de 6 liras o secretario ou escripturario.

Acham-se addidos á superintendencia o ex-secretario Sant'Anna Nery e o amanuense desta secretaria Domingos G. de Sampaio Ferraz.

Serve como commissario do serviço de fiscalisação dos contractos de introducção de immigrantes o ajudante da Inspectoria Geral das Terras e Colonisação engenheiro Manoel Maria de Carvalho, e como ajudante o chefe da secção addido á Secretaria do Estado Rubem Julio Tavares e Fernando Dobert.»

Ora, todas estas despezas, é preciso que o Senado saiba, são feitas ao cambio de 27; despezas na Europa por certo que não se fazem sinão assim.

Calcule o Senado em quanto importam 200:000$ ao cambio de 27; são cerca de 500:000$, que sahiram dessa verba já reduzida, que tinhamos votado.

Por consequencia, como se vem accusar o Senado de ter votado verba diminuta, mingoada, insufficiente, quando se incluiu dentro della despeza que não tinhamos previsto? Já se vê que o credito supplementar pedido é um credito que antes se explica por essa despeza não autorisada, do que pela deficiencia da verba votada; não houve irreflexão, nem falta de estudo por parte do corpo legislativo.

Ha todo este pessoal, Sr. presidente, para fazer a propaganda da immigração, mas exige-se apenas que os immigrantes que para aqui veem tragam um simples visto, dado em listas de centenas e milhares pelo consul do porto de onde sahem. De sorte que não sei que papel desempenham esses addidos, secretario, continuos, escripturarios e todo o pessoal do serviço de propaganda immigratoria.

A propaganda a que elles se entregam naturalmente será feita por artigos na imprensa, pois não conheço outro meio de propaganda na Europa; ou então por despezas que se devam fazer para conseguir da imprensa ou do jornalismo das capitaes européas reclames, que commumente fazem. Esse pessoal numeroso não me persuado de que se incumba de elaborar ou escrever artigos e de tratar de serviços dessa ordem; mesmo não sei si alguns terão aptidão jornalistica para semelhante mister. De sorte que essa despeza, que posso calcular em mais de 800:000$, que deve ir talvez a 900:000$, com o accrescimo que naturalmente trarão as differenças de cambio e as despezas de publicidade, sahe da verba que nós votámos.

Mas nós não haviamos previsto semelhante despeza: a Camara dos Srs. Deputados e o Senado não cogitaram que se désse ao serviço da propaganda immigratoria essa organisação, que exige somma tão grande. Conseguintemente, o Senado não andou com leviandade ou irreflexão, quando votou a verba; o que não podia caber dentro della é tudo isso que se accrescentou; o credito supplementar que se pede é para cobrir taes excessos no dispendio dos dinheiros publicos, e que se qualificam do deficiencias da verba votada.

Primeira deficiencia da verba: a execução

de um contracto illegal, de um contracto que o ministro não podia fazer, e a habilidade com que elle, o ministro não digo, mas o concessionario, depois de ter declarado que se sujeitava a introduzir immigrantes na força da verba votada, e ter conseguido que o Senado retirasse do orçamento a disposisão que annullava o contracto, entrou a importar numero superior áquelle que a mesma verba permittia, contando com o credito supplementar que teria da ser pedido para ampliar a verba, feita a despeza.

Segunda insufficiencia da verba: a creação de um serviço luxuoso de propaganda immigratoria, serviço que não tinha sido previsto na despeza votada e que importa em cerca de 900:000$000.

Consequentemente, porque é que se ha de dizer que o Senado votou mal, que não estudou o assumpto, que mutilou as verbas como lhe approuve, que não soube fazer orçamento, porque afinal de contas é no que redundam todas essas accusações feitas?

Votarei pelo credito: são compromissos contrahidos e não temos o direito de recusar o pagamento de despezas, que estão feitas pelo ministro, autorisadas por elle...

O SR. ARISTIDES LOBO— Mas, em todo o caso, é bom que fique isso explicado.

O SR. MANOEL VICTORINO— ... mas, é exacto, convém que fique isso explicado. E depois tudo isso vem em apoio da companhia que desde o anno pssado iniciámos aqui em favor de uma reforma radical e profunda no serviço de immigração: continuarmos a cumprir contractos feitosem taes condições, onerosos, que nos custam despezas incapazes de ser previstas, que não podem ser calculadas; manter esses contractos com desvantagem para um serviço que não é o melhor e que absolutamente não satisfaz, não me parece rasoavel.

Foi esta a razão pela qual eu e os meus honrados collegas, os Srs. senadores Q. Bocayuva e Domingos Vicente, assignámos o artigo additivo, mandando rescindir os contractos. A rescisão creio que não será difficil e não ha razão da parte do concessionario para exigir largas indemnisações, que na peior hypothese só podem ser reclamadas pelos contractos antigos.

O anno passado uma das razões allegadas pela companhia cessionaria, perante o ministro e a commissão, para que mantivesse o seu contracto, foi esta: que a companhia havia feito grandes despezas para construir e manter navios de alto calado, de grande capacidade e de grande velocidade e que esta despeza feita por ella tinha sido com o fim de attender ao serviço de immigração. E, desde que esse serviço fosse suspenso, ella tinha grande prejuizo, porque possuia um capital enorme empregado em construcções navaes.

Mas as companhias de navegação que faziam o serviço de transporte de immigrantes veem dizer: nós não temos contractos nenhuns com esta empreza, tanto que suspendemos o serviço.

Conseguintemente, que indemnisação póde ella exigir? O que ella tem organisado na Europa que a obrigue a dispendios maiores? Quaes são os capitaes que tem empregado neste serviço, quando o transporte tem sido feito por estas companhias, que se offerecem ao governo para trazer immigrantes por menor preço? Que razão tem a companhia concessionaria para exigir largas indemnisações? Ou que capital dispendeu, a não ser o preço das concessões transferidas que, pela publicação do contracto, se vê que foi adiantado no acto da transferencia?

A certidão desse contracto foi publicada, e por elle se vê que uma das partes recebeu 1.600:000$ por antecipação de lucros. Comprehende o Senado que um serviço que dá 1.600:000$ de lucros por antecipação, no acto de uma tranferencia, é um serviço que realmente deve deixar ao concessionario vantagens fabulosas.

Estas considerações foram emittidas como fim de justificar o artigo additivo.

Entretanto, acredito que o Senado, tratando-se de um assumpto de tanto interesse como este, não o encerre sem que mais detidamente alguns Srs. senadores ou a propria commissão emitta parecer ou venha em auxilio daquelles que procuram reformar o serviço;

O que queria tornar bem saliente é que a commissão de finanças do Senado o anno passado, no estudo desta verba orçamentaria, andou com criterio e sensatez, não procurando desorganisar serviços uteis.

Si não obtivermos dos secretarios de estado o respeito a estas decretações, conservando-se elles dentro das verbas votadas, de accôrdo com aquillo que aqui resolvermos, então não ha organisação possivel de orçamento; *maxime* quando esses funccionarios se julgam autorisados a modificar a lei e ultrapassar as verbas votadas, sob pretexto de que são insufficientes.

Sufficientes ou não, as verbas que nós aqui votarmos devem ser respeitadas e o governo só tem que mostrar-nos a desorganisação do serviço com o cumprimento da lei. Si continuarmos por este caminho, a commissão de finanças do Senado ficará na mais deploravel posição.

Mantidos aqui sem importancia nenhuma, sem autoridade, as nossas deliberações não terão prestigio, e alem disso seremos censurados, não pelas nossas faltas, mas pelos excessos que commette o Executivo.

O Executivo excede a verba e o Senado, o corpo legislativo, é que é culpado, porque não votou aquillo que elle entendia que devia ser votado, e que a seu arbitrio mandou gastar!

Tenho concluido. (*Muito bem*; *muito bem.*)

A discussão fica adiada pela hora.

O SR. PRESIDENTE designa para a ordem do dia 28:

Discussão unica do parecer n. 70, de 1893, da commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas, indeferindo a petição, em que José A. A. Gonzaga requer concessão de privilegio por 90 annos para construcção de uma estrada de ferro desta capital até Sapopemba.

Dita do parecer n. 72, de 1893, opinando que se archive, por nada haver a deferir, a petição em que a Associação Commercial da Bahia pede a revogação do decreto n. 804 de 4 de outubro de 1890;

Dita do parecer n. 73, de 1893, opinando que seja archivada a petição em que a Companhia *The Minas and Rio Railway, limited* pede a revogação da disposição da lei orçamentaria de 1892, que ordenou que as companhias de estradas de ferro que gozassem de garantias de juros do estado contribuissem para as despezas com a fiscalisação das mesmas;

Continuação da 2ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 7, de 1893, autorisando o governo a applicar ao pagamento de passagens de immigrantes o credito consignado pelo orçamento vigente á garantia de juros a emprezas que se obrigarem a fundar colonias e a abrir para aquelle fim um credito supplementar de 1.828:832$635 á verba—Terras Publicas e Colonisação;

2ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 50, de 1892, autorisando a revisão geral das promoções realisadas no exercito desde 15 de novembro de 1889 até 31 de dezembro de 1891.

Levanta-se a sessão ás 4 horas da tarde.

41ª sessão em 28 de junho de 1893

Presidencia do Sr. Antonio Baena
(3º secretario)

SUMMARIO—Chamada—Leitura da acta—EXPEDIENTE—Pareceres—Projecto—Discurso e requerimento do Sr. Coelho Rodrigues—Observações do Sr. presidente—Votação—ORDEM DO DIA—Votação dos pareceres ns. 70, 72 e 73, de 1893—Continuação da 2ª discussão da proposição n. 7, de 1893—Discurso e requerimentos do Sr. Amaro Cavalcanti—Discursos dos Srs. Manoel Victorino e Amaro Cavalcanti—Encerramento da discussão e votação do requerimento—Encerramento da discussão da proposição e votação—2ª discussão da proposição n. 50—Discursos dos Srs. J. Neiva, Q. Bocayuva e J. Neiva. Encerramento da discussão—Chamada e adiamento da votação.

Ao meio dia comparecem 32 Srs. Senadores, a saber: Antonio Baena, João Neiva, Catunda, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Manoel Barata, Cruz, Coelho Rodrigues, Elyseu Martins, João Cordeiro; Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, Messias de Gusmão, Rosa Junior, Virgilio Damasio, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Monteiro de Barros, Q. Bocayuva, Braz Carneiro, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, C. Ottoni, Americo Lobo, Rodrigues Alves, Joaquim de Souza, Paranhos, Joaquim Murtinho, U. do Amaral, Santos Andrade e Raulino Horn.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão, e, não havendo reclamações, dá-se por approvada a acta da sessão anterior.

Comparecem depois de aberta a sessão os Srs.: Thomaz Cruz, Francisco Machado, Nina Ribeiro, Gomensoro, José Bernardo, João Barbalho, Pinheiro Guedes e Luiz Delfino.

Deixam de comparecer com causa participada os Srs.: Prudente de Moraes, João Pedro, Gil Goulart, Cunha Junior, Theodureto Souto, Oliveira Galvão, Laper, E. Wandenkolk, Joaquim Felicio, Silva Canedo, Aquilino do Amaral, Generoso Marques, Esteves, Junior, Pinheiro Machado e Julio Frota; e sem causa participada os Srs.: Joaquim Pernambuco, Gaspar Drummond, Ruy Barbosa, Campos Salles, Ramiro Barcellos e Coelho e Campos.

O SR. JOÃO NEIVA (*servindo de 1º secretario*) dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do Sr. Theodoreto Souto, datado de 27 do corrente mez, communicando que tem deixado de comparecer ás sessões do Senado por se achar enfermo.—Inteirado.

Quaro officios do 1º secretario da Camaraa dos Deputados, oatados de 27 do corente mez remettendo as seguites

PROPOSIÇOES

N. 9—1893

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorisado a mandar abrir concurso publico, no paiz e no estrangeiro, para o projecto da estatua de Benjamin Constant e a despender para esse fim até á somma de 30:000$000.

§ 1.º Esse monumento será levantado no centro do quatrilatero onde teve logar a proclamação da Republica, representando o cidadão Benjamin Constant naquelle momento decisivo.

§ 2.º O jury que houver de decidir sobre a escolha do projecto do monumento será composto de um representante de cada uma das casas do Congresso Nacional, de um membro da Escola Nacional de Bellas Artes, escolhido pelo governo da União, de um artista brazileiro, pintor ou esculptor, alheio a essa escola, indicado pela mesa da camara, e de um adepto reconhecido da doutrina a que se filiava Benjamin Constant.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, em 27 de junho de 1893.—*João Lopes*, presidente.—*Antonio Azeredo*, 1º secretario.—*Thomaz Delfino*, servindo de 2º secretario.—A's commissões de obras publicas e de finanças.

N. 10—1893

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorisado a abrir concurrencia publica para um projecto de monumento á memoria do immortal precursor e martyr da Republica no Brazil—alferes Joaquim José da Silva Xavier— o Tiradentes.

Art. 2.º O monumento será erigido no local do supplicio.

Art. 3.º Serão concedidos premios aos dous melhores projectos em desenho, de 13:000$ ao primeiro e de 7:000$ ao segundo classificado.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, 27 de junho de 1893. —*João Lopes*, presidente. — *Antonio Azeredo*, 1º secretario. — *Thomaz Delfino*, servindo de 2º secretario. — A' commissão de obras publicas e de finanças.

N. 11 — 1893

O Congresso Nacional resolve :

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorisado a pagar a D. Maria Carolina Rheingantz a quantia de 114:997$848, como indemnisação devida pelo valor de sua propriedade colonia de S. Lourenço, no Rio Grande do Sul, como foi decidido pelo juizo arbitral em 25 de julho de 1893, abrindo para isto o necessario credito.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, 27 de junho de 1893. —*João Lopes*, presidente. — *Antonio Azeredo*, 1º secretario. — *Thomaz Delfino*, servindo de 2º secretario.—A' commissão de finanças.

N. 12 — 1893

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1.º Ficam dispensados de concurso os adjuntos do serviço sanitario do exercito, que tenham mais de dous annos de serviço effectivo, prestado com zelo e proficiencia.

Art. 2.º Fica reduzido o numero de medicos adjuntos de 74 a 60 e augmentados os vencimentos de todos os adjuntos (medicos e pharmaceuticos) a 200$ mensaes, sendo dous terços de ordenado e um terço de gratificação *pro labore*, podendo ser-lhes concedida licença para tratamento de saude, sem perda do cargo.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, 27 de junho de 1893. —*João Lopes*, presidente.— *Antonio Azeredo*, 1º secretario. — *Thomaz Delfino*, servindo de 2º secretario.— A's commissões de marinha e guerra e de finanças.

Officio :

Do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, datado de 23 do corrente, communicando que foi promulgada a lei do Congresso Nacional, mandando considerar como lentes substitutos da Faculdade de Medicina os adjuntos que passaram a preparadores e os adjuntos actuaes que não foram contemplados na ultima reforma, e os preparadores que, tendo feito concurso para adjuntos, foram classificados. — Archive-se o autographo e communique-se á outra Camara.

Do mesmo ministerio, datado de 26 do corrente mez, devolvendo, devidamen te sanccionada a resolução do Congresso Nacional, mandando pagar ao bacharel Manoel José Chaves, professor jubilado da cadeira de philosophia do curso annexo á Faculdade de Di-

reito de S. Paulo, os vencimentos integraes que percebia durante exercicio desse cargo, bem como a indemnisal-o das gratificações que deixou de perceber desde a data da sua jubilação.—Archive-se o autographo e communique-se á outra Camara.

Do governador do estado do Ceará, datado de 13 de junho accusando o recebimento da collecção dos *Annaes do Senado* e de um exemplar do *Manual do Senador*; e bem assim remettendo dous exemplares da Constituição daquelle estado.—Archive-se e agradeça-se,

Do governador do estado do Rio Grande do Norte, datado de 16 do corrente mez, agradecendo a remessa dos *Annaes do Senado* e de um exemplar do *Manual do Senador*; e bem assim remettendo uma collecção das leis daquelle estado e dous exemplares da Constituição.—Archivem-se e agradeça-se.

Requerimentos: De Julio Eduardo Gineste, em que pede isenção de imposto de importação por 15 annos para os machinismos e accessorios, já embarcados, e que tiverem de ser importados com destino a um estabelecimento metalurgico que começou a montar em Curityba.—A' commissão de finanças.

Do cidadão João Baptista de Castro e Silva, inspector aposentado da thesouraria de fazenda do estado de Pernambuco, pedindo que sejam equiparados os seus vencimentos de aposentadoria com os de seus successores que percebem 4:000$000.

O Sr. Joakim Catunda (*servindo de 2º secretario*)—lê e vão a imprimir para entrarem na ordem dos trabolhos os seguintes

PARECERES

N. 81 — 1893

A commissão de constituição, poderes e diplomacia, tendo presente o telegramma em que o senador Cunha Junior solicita do Senado a continuação da licença que lhe foi concedida, por mais um mez, achando que naturalmente occorrem para a prorogação solicitada as mesmas razões que determinaram a concessão da primeira, é de parecer que lhe seja concedida.

Sala das commissões, 15 de junho de 1893. *Aristides Lobo.* — *Q. Bocayuva.*

N. 82 — 1893

A proposição n. 94, de 1892, da Camara dos Deputados, presente á commissão de finanças, autoriza o governo:

« A garantir juros até 6 % pelo prazo maximo de 25 annos sobre o capital de 10.000:000$ para ser effectivamente empregado e parcelladamente distribuido na fundação de colonias nacionaes, em quaesquer pontos do territorio da Republica, que assegurarem aos colonos no minimo favores iguaes aos maximos que são ou forem conferidos aos immigrantes estrangeiros. »

As circumstancias financeiras do paiz não permittem a decretação de uma despeza tão onerosa aos cofres da União. Aconselham, ao contrario, a maior prudencia e discrição na fórma de distribuir os dinheiros publicos.

Não se trata, cumpre entretanto reflectir, de serviços para os quaes não haja abundantemente providenciado o legislador.

Além das numerosas concessões feitas para a fundação de burgos agricolas e das providencias decretadas por lei do governo provisorio de 28 de junho de 1890, que estabelecem regras para a transformação das propriedades agricolas e creação de nucleos especiaes, mediante premios e auxilios aos proprietarios—a lei do orçamento vigente, n. 126 B de 21 de novembro de 1892, no art. 6º, n. 11, providenciou especialmente sobre a materia da proposição vinda da Camara dos Deputados.

Effectivamente por esta lei está o governo habilitado para contractar com empreza ou emprezas particulares o *estabelecimento de colonias sob garantia de juros não excedentes a 6 % annuaes ao cambio de 27*. Entre as bases que o legislador impõe aos contractantes estão — a de estabelecer as colonias em terras préviamente adquiridas e demarcadas e a de fundar colonias em todos os estados da União.

Por taes motivos é a commissão de finanças de parecer que a proposição n. 94, de 1892, da Camara dos Deputados, não deve ser approvada.

Sala das commissões, 26 de junho de 1893. — *Rodrigues Alves.* — *Monteiro de Barros.* — *Domingos Vicente.*—*Q. Bocayuva.*—*A. Cavalcanti.* — *M. Victorino.* — *Saldanha Marinho.*

A cissãoomm de saude publica, estatistica e colonisação concorda com o parecer da commissão de finanças.— *J. Cordeiro.*— *J. Joaquim de Souza.*

O mesmo Sr. Joakim Catunda (*servindo de 2º Secretario*) lê e ficam sobre a mesa para serem discutidos na sessão seguinte, depois de impressos no *Diario do Congresso*, os seguintes

PARECERES

N. 83 — 1893

Redacção

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º E' o governo autorisado a mandar pagar ao Dr. Albino Gonçalves Meira de

Vasconsellos, professor vitalicio do curso preparatorio annexo á Faculdade de Direito do Recife, os honorarios a que teria direito pelo exercicio do referido cargo, e que deixou de receber desde 21 de fevereiro de 1891, data de sua exoneração, até 31 de setembro de 1892, data da sua reintegração, deduzido o tempo em que o dito funccionario haja exercido qualquer funcção publica remunerada, cuja accumulação seja incompativel com o magisterio.

Art. 2.º Inclua-se na verba—Eventuaes — do orçamento do Ministerio da Instrucção Publica a quantia para esse pagamento.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões, 26 de junho de 1893. — *Americo Lobo.— Manoel Barata.*

N. 84 — 1893

Redacção

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São creados no Districto Federal nos logares de 1º e 2º adjuntos do procurador da Republica, e de solicitador da fazenda.

Art. 2.º servirão perante o juizo de secção o 1º adjunto cumulativamente como procurador da Republica, e o solicitador da fazenda.

Art. 3.º O 2º adjunto representará a fazenda federal perante a justiça local.

Art. 4.º A cobrança da divida activa será pela Directoria Geral do Contencioso distribuida igualmente ao procurador da Republica ao 1º adjunto.

Os demais serviços serão commettidos ao procurador, que poderá dividil-os com o 1º adjunto.

Art. 5.º O solicitador exercerá os actos de seu officio sob a direcção do procurador e do 1º adjunto.

Art. 6.º Os adjuntos serão nomeados pelo Presidente da Republica, por intermedio do Ministerio da Fazenda, de entre os doutores e bachareis em direito com pratica de tres annos, pelo menos.

O solicitador será nomeado pelo Ministerio da Fazenda, mediante proposta do procurador da Republica.

Estes funccionarios serão conservados emquanto bem servirem.

Art. 7.º O procurador e os adjuntos se substituirão reciprocamente.

Nas faltas e impedimentos do solicitador, o procurador proverá á sua substituição, constituindo solicitador interino ou *ad hoc*.

O substituto perceberá a porcentagem e custas correspondentes ao serviço, e, si a substituição for de pleno exercicio, tambem a gratificação do substituido (um terço dos vencimentos).

Art. 8.º Além do vencimento de 3:600$ annuaes, o 1º adjunto perceberá a commissão de 2 % sobre as sommas por elle arrecadadas e as custas dos actos que pratica como curador e advogado nas causas em que a fazenda for vencedora, repartidamente com o solicitador nos executivos fiscaes.

Art. 9.º O 2º adjunto, além do vencimento indicado para o 1º e das custas consignadas no respectivo regimento para advogados e curadores, conforme o caso, perceberá a commissão de 1 % sobre os bens que forem arrecadados nos processos em que funccionar; nos termos do regulamento n. 2433, de 1857.

Art. 10. O solicitador terá o vencimento annual de 1:200$, a commissão de 1 1/2 % das sommas que forem arrecadadas, por via executiva fiscal e custas, nos termos do art. 8º, *in fine*.

Art. 11. Para as outras secções em que for mister, o Poder Executivo proporá a creação do logar de solicitador, mediante representação do respectivo procurador, acompanhada da estatistica dos trabalhos da procuradoria e informação do juizo seccional.

Art. 12. Esses solicitadores serão nomeados na fórma desta lei, terão o vencimento de 600$ annuaes e a commissão e custas do art. 10.

Art. 13. Os procuradores da Republico em todas as secções terão igualmente direito á commissão e custas nos termos d- art. 8.º

Art. 14. Para a cobrança da divida activa federal se observará o regulamento annexo ao decreto n. 9885 de 29 de fevereiro de 1888, em tudo o que não estiver revogado pelo decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890.

Art. 15. Fica revogado o paragrapho unico do art. 4º do decreto n. 1166, de 17 de dezembro de 1892 e autorisado o Poder Executivo a expedir as instrucções necessarias para a regular e immediata execução desta lei.

Art. 16. Para as primeiras nomeações serão preferidos os funccionarios nomeados *ex-vi* do decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, na ordem do maior tempo do serviço do cargo.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões, 23 de junho de 1893. —*Americo Lobo.—Manoel Barata.*

N. 85—1893

Redacção

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O Presidente da Republica prestará, por conta da verba—Eventuaes — do orçamento da despeza do Ministerio da Fa-

zenda, do exercicio corrente, um auxilio pecuniario, não excedente de 10:000$, á associação denominada—Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros— para o fim de ser realisada a «Exposição de trabalhos juridicos» que o mesmo instituto pretende inaugurar em dias do mez de agosto deste anno.

Paragrapho unico. Si o credito da verba indicada já não comportar a despeza ora autorisada, será aberto credito supplementar para a mesma.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões, 26 de junho de 1893. —*Americo Lobo.*—*Manoel Barata.*

Vem á mesa o seguinte

PROJECTO

N. 18 — 1893

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1.º E' elevada á categoria de alfandega a mesa de rendas geraes de Caravellas, no estado da Bahia, ficando o Poder Executivo autorisado a abrir o credito necessario para as respectivas despezas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões, 28 de junho de 1893.— *Americo Lobo.—C. B. Ottoni.—Virgilio Damasio. — Saldanha Marinho. — Messias de Gusmão.*

Estando apoiado pelo numero de assignaturas, vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

O Sr. Coelho Rodrigues—Sr. presidente, pedi a palavra para differentes assumptos e o primeiro será lembrar á mesa que na sessão de 17 deste mez, quando offereci a representação do presidente do Senado de Pernambuco e pedi a sua publicação no *Diario do Congresso*, tambem pedi que fosse publicada com a representação a Constituição de Pernambuco, cujo exemplar offereci.

A publicação foi feita em relação á representação, mas não em relação á Constituição, apezar de comprehendel-a a deliberação do Senado. Acredito que foi méro equivoco ou esquecimento; mas tomo a liberdade de lembrar o facto para que se complete a execução da deliberação da casa.

Feita esta reparação, peço tambem a V. Ex. que ponha na ordem dos trabalhos para a sessão de sexta-feira desta semana o parecer da commissão sobre a referida representação do Dr. Albino Meira.

Não peço para amanhã porque não se acham presentes os representantes daquelle estado nesta casa e não quero que elles tenham a noticia de surpresa.

Por tanto, peço que ella seja posta na ordem do dia de sexta-feira. Tambem aproveito a occasião para pedir a V. Ex. que ponha na ordem do dia o projecto sobre a amnistia no estado de Goyaz.

Recebi hontem de lá um telegramma em que se solicitava a solução deste projecto; e V. Ex. comprehende que a amnistia é uma questão de sua natureza urgente. Si ella é necessaria, convém que não seja demorada (*apoiados*); si ella não é necessaria, convém que se decida isto mesmo, quanto antes; e por esta razão, associo este pedido ao outro e espero que V. Ex., ou por deliberação propria inclúa na ordem do dia, ou consulte á casa si consente que entre nella o projecto sobre a amnistia de Goyaz.

Antes de concluir, releva dizer, o projecto de amnistia foi á commissão no dia 13; mas hoje é 28 e são passados os 15 dias do art. 97 do regimento. Nestas condições, o projecto póde ser dado para ordem do dia, independente do parecer.

Tenho concluido.

O Sr. Presidente — Tenho a declarar ao honrado representante do Piauhy, que na acta da sessão de 17 deste mez consta o seguinte (*lê*) :

« E' tambem approvado o requerimento do mesmo Sr. Coelho Rodrigues, pedindo a publicação de uma representação que enviou á mesa.

A representação, depois de impressa, vae á commissão de constituição e poderes. »

Portanto, ficou deliberado que fosse impressa, sómente, a representação, o que já está feito.

Quanto ao pedido para que o projecto de amnistia de Goyaz seja dado para a ordem do dia na sessão de 30 do corrente mez, será tomado em consideração.

Com referencia, porém, á publicação da Constituição do estado de Pernambuco, no *Diario do Congresso*, depende de resolução do Senado, si o nobre senador assim o requerer. (*Pausa.*)

O Sr. Presidente — O Sr. Coelho Rodrigues requer que seja dado para ordem do dia de sexta-feira o projecto concedendo amnistia aos revoltosos de Goyaz.

Os senhores que votam pelo requerimento queiram levantar-se.

E' approvado o requerimento.

O Sr. Coelho Rodrigues — Sr. presidente, reitero o meu pedido para a publicação, no *Diario do Congresso*, da Constituição de Pernambuco.

Já o fiz na sessão de 17, nestes termos (*lê*) :

« A esta representação acompanha um exemplar da Constituição de Pernambuco, cuja publicação peço ao Senado, para fazer em seguida á mesma representação, afim de que se possa ver que o tribunal competente para resolver a applicação da pena ao governador do estado não é o de segunda instancia, mas um especial, composto de 20 juizes dos mais antigos e graduados, sob a presidencia do presidente daquelle tribunal. »

Este requerimento foi submettido a votos e approvado.

Por consequencia, não tenho mais do que requerer a V. Ex. que mande cumprir a resolução do Senado.

O Sr. Presidente —Já tive occasião de explicar ao honrado senador que a deliberação do Senado limitou-se á representação de Pernambuco; não abrange a publicidade da Constituição.

O Sr. Coelho Rodrigues — Mas essa representação acompanha o exemplar da Constituição cuja publicação no *Diario do Congresso* eu pedi.

Si o presidente que então dirigia os nossos trabalhos omittiu esta parte do meu requerimento, isso não impede que elle tenha sido apresentado e submettido á consideração do Senado.

O Sr. Presidente — Então V. Ex. requer novamente que elle seja submettido á votação ?

O Sr. Coelho Rodrigues —Sim, senhor.

Posto a votos, é approvado o requerimento.

ORDEM DO DIA

Entra em discussão unica e é sem debate approvada a conclusão do parecer n. 70, de 1893, da commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas, indeferindo a petição, em que José A. A. Gonzaga requer concessão de privilegio por 90 annos para construcção de uma estrada de ferro desta capital até Sapopemba.

Segue-se em discussão unica e é sem debate approvada a conclusão do parecer n. 72, de 1893, opinando que se archive, por nada haver a deferir, a petição em que a Associação Commercial da Bahia pede a revogação do decreto n. 804, de 4 de outubro de 1890.

Segue-se em discussão unica, e é sem debate approvada a conclusão do parecer n. 73, de 1893, opinando que seja archivada a petição em que a Companhia *The Minas and Rio Railway, limited* pede a revogação da disposição da lei orçamentaria de 1892 que ordenou que as companhias de estradas de ferro que gosassem de garantias de juros do Estado contribuissem para as despezas com a fiscalisação das mesmas.

Continúa em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças e o additivo apresentado por parte da mesma commissão o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 7, de 1893, autorisando o governo a applicar ao pagamento de passagens de immigrantes o credito consignado pelo orçamento vigente á garantia de juros a emprezas que se obrigarem a fundar colonias e a abrir para aquelle fim um credito supplementar de 1.828:832$635 á verba—Terras publicas e colonisação.

O Sr. Amaro Cavalcanti — Sr. presidente, quem assistiu ao importante discurso, proferido hontem pelo honrado senanor pela Bahia, sobre a materia em discussão, havia de ficar convencido de que não existia nenhum motivo de opposição ao credito concedido pela Camara dos Deputados para satisfazer serviços a cuja despeza está o governo obrigado.

S. Ex. fundou a sua argumentação em razões tendentes a demonstrar a conveniencia ou procedencia da emenda por S. Ex. apresentada á proposição da Camara.

A materia da emenda. é sem duvida, da maior relevancia, e a discussão della exige esclarecimentos, informações, dados e documentos, que o Senado não póde apreciar devidamente em um resumido debate.

Assim, pois, não convindo demorar a passagem do credito pedido, porque isto importa demorar o pagamento que se deve a uma companhia, e, por outro lado, não convindo discutir apressadamente, sem os elementos necessarios á importante materia que encerra a emenda alludida, apresentarei ao Senado um requerimento, em o qual peço que a materia da emenda seja separada em projecto distincto afim de que possa ter a discussão ampla que o caso merece, sem prejuizo da votação da proposição da Camara, que concedeu o credito em questão.

Vem á mesa, é lido, apoiado e posto em discussão o seguinte

Requerimento

Requeiro que seja separada em projecto distincto a emenda do Sr. senador Manoel Victorino, para que possa ter discussão ampla, como a sua materia exige, sem prejudicar a votação do credito concedido da proposição vinda da Camara dos Deputados.

Sala das sessões, 28 de junho de 1893. — *Amaro Cavalcanti.*

O Sr. Manuel Victorino não se oppõe ao requerimento em discussão ; invoca, todavia, a attenção do Senado para o fim especial do seu discurso, hontem proferido.

O orador declara que não pretendeu convidar tão sómente os seus collegas ao debate minucioso dos meios de reformar o serviço de colonisação e immigração, serviço condemnado e odioso e cujos defeitos radicaes estão na consciencia publica. Outro foi, tambem, o seu intuito. Procurou justificar e fal-o-ha de novo a commissão de orçamento do Senado de injustas accusações contra ella irrogadas, já pelos agentes do Poder Executivo, já pela Camara dos Deputados.

Entretanto, não regateará o seu voto ao credito solicitado, mas, fal-o-ha no exclusivo empenho de honra á palavra do governo e á satisfação de compromissos contrahidos. Porque, é evidente que as despezas, cuja solução terá de ser decretada, foram ordenadas contra a lei. O Senado votou verba para esse serviço como entendeu em sua sabedoria, e de accordo com o respectivo ministro cedeu qualquer novação de contracto para introducção de immigrantes. Ora, o contracto realisado com a Companhia Metropolitana trouxe consideravel augmento no numero de immigrantes.

Dahi o additivo votado em 2ª discussão do orçamento da agricultura, impondo a rescisão delle. Por essa occasião compareceu o ministro respectivo perante a commissão e comprometteu-se a submetter-se ás forças do orçamento, obrigando o contractante a manter o serviço dentro da verba votada. Foi, em consequencia, retirado o additivo. Posteriormente a Camara dos Deputados censurou o Senado por haver decretado verba insufficiente para o serviço alludido e buscou justificar o seu accordo no facto, aliás inexacto, de haver-lhe chegado ás mãos mui tarde o orçamento da industria e viação, emendado pelo Senado. Tal não houve, porquanto no dito orçamento aquella casa do Congresso teve tempo de sobejo até para registrar additivos, concernentes a telegraphos e outros assumptos.

A situação, pois, affigura-se de tal modo, que, si por um lado a promessa do governo foi cumprida, por outro, a companhia contractante excedeu a verba, dentro da qual devera tão sómente agir. Dahi o credito que se pede ao Congresso Nacional.

Nem paráram aqui, continúa o orador, os abusos graves, introdusidos em tal serviço. Demonstrou hontem e hoje repete que cerca de 900 contos foram distrahidos da verba de immigração para o fim de ser enviada á Europa uma commissão apparatosa, alheia inteiramente áquelle e cujo emprego era perfeitamente imprevisto. Não é, certamente, para espantar que se peça hoje um credito, que deva cobrir despezas não votadas e as quaes foram desclassificadas a capricho do Poder Executivo.

A tudo isso accresce que o serviço de immigração é deploravel ; os quadros estatisticos representam, por ventura, o dobro da colonisação real, sem levar em conta a qualidade do immigrante e a repatriação de muitos, depois de curta residencia no paiz.

Nesta conjunctura, é manifesto que não convem de modo algum ao poder federal manter contractos excessivos, ainda que a rescisão delles possa custar sommas avultadas.

Por esses restam ainda a introduzir 950.000 immigrantes, o que significa uma quantia immensa, aggravada pela baixa do cambio, por ventura progressiva. A utilidade do additivo é, pois, intuitiva.

O Sr. Amaro Cavalcanti acredita que não foi bem comprehendido o alcance de seu requerimento pelo orador precedente, ao qual, aliás, submetteu aquelle, antes de offerecel-o.

Não contesta nem a importancia dos intuitos do artigo additivo, nem as relevantes considerações que o supportam e menos a necessidade de reorganisar radicalmente o serviço de immigração, assim como a accusação em que possa haver incorrido o governo por desvio, ou má applicação de verbas votadas pelo Congresso Nacional.

O que póde, sim, affirmar é que o requerimento é extranho inteiramente a essas questões.

A proposição da Camara dos Deputados manda pagar a somma de 1.800:000$ á Companhia Metropolitana por transportes já effectuados de immigrantes para o Brazil. Esses transportes fizeram-se, a fé dos contractos exige a prompta solução de taes adiantamentos.

Todas as accusações formuladas em torno de tal assumpto recahem em uma consequencia uniforme: o governo deve e ha de pagar.

Reside o segundo ponto da discussão na materia do requerimento que se discute.

Pretendeu o orador, por intermedio delle, separar da questão principal o additivo, que se propõe a rescindir contractos pactuados pelo Poder Executivo com a Companhia Metropolitana.

Motivos serios justificam semelhante pedido.

De um lado, não é licito demorar o pagamento de uma divida e já mui procrastinada; de outro, é obvio que, encerrando o additivo materia de alto valor e que entende com o credito do Estado, convém discutil-o com calma, ponderação e largueza, para o intuito de evitar resoluções precipitadas e que possam

prejudicar a inatacavel esphera dos direitos adquiridos.

O requerimento, pois, offerece ensejo aos autores do additivo para justificarem largamente as suas pretenções.

Elle está sujeito á deliberação do Senado, que o julgará como entender em sua sabedoria.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Posto a votos, é approvado o requerimento.

Continúa em 2ª discussão o art. 1.º da proposição.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

São successivamente approvados os arts. 1.º e 2.º da proposição, sendo adoptada, passa á 3ª discussão.

Segue-se em 2ª discussão com o parecer e o substitutivo da commissão de marinha e guerra o art. 1.º da proposição da mesma camara, n. 50, de 1892, autorisando a revisão geral das promoções realisadas no exercito desde 15 de novembro de 1889 até 31 de dezembro de 1891.

O Sr. João Neiva—Sr. presidente, V. Ex. annunciou a discussão do projecto que veiu da outra casa, mas deixou de parte o parecer da commissão de marinha e guerra, que conclue pela rejeição do mesmo projecto e pela acceitação do substitutivo que apresentou sob o n. 100.

Cabe-me, pois, explicar á casa as razões por que a commissão de marinha e guerra não concordou com o projecto, tal como veiu da Camara, e apresentou um outro em substituição a elle.

O projecto em discussão veio para cá no anno passado. A commissão de marinha e guerra, encontrando difficuldades em adoptal-o, ainda mesmo com modificações, suggeriu a idéa, que o Senado approvou, de ouvir-se a respeito o Conselho Supremo Militar.

O Conselho Supremo Militar, composto, como o Senado sabe, de homens competentes na legislação militar, foi de parecer que o projecto da Camara, tal qual se achava, era impraticavel e não satisfazia ao fim a que se destinava.

A commissão de marinha e guerra actual, tendo presente este parecer e como havia para si mais amplitude no estudo, não limitou-se a estudar o projecto da Camara sómente; recorreu aos Annaes e, na discussão sobre o assumpto, pensou acertadamente melhor, apresentando o substitutivo sob n. 100.

As considerações que o Conselho Supremo Militar apresentou são taes e de tal ordem que o Senado deve acceital-as como uteis ás necessidades do exercito.

O Senado não ignora a origem deste projecto da Camara.

Com a proclamação da Republica o marechal Deodoro, querendo premiar serviços, fez a grande promoção de 7 de janeiro de 1890.

Nesta promoção incluiu todos os officiaes que lhe pareceram dignos de accesso, sem considerar as leis até então em vigor, leis que pela sua proclamação estariam de pé emquanto não fossem revogadas.

E' fundada nesta proclamação unicamente que os officiaes preteridos recorreram ao Congresso Nacional.

No Congresso ficou bem accentuada a necessidade de se reparar as injustiças de 7 de janeiro oriundas daquella promoção. Este ponto ficou bem discutido e illucidado; no *modus faciendi* é que houve divergencia e divergencia séria. O projecto n. 100 teve os ns. 100 A, 100 B, etc...

Foi successivamente substituido, segundo as opiniões da maioria, não digo da maioria actual, mas segundo as disposições da maioria occasional.

Este projecto veiu para o Senado, e a commissão de marinha e guerra foi buscar nos annaes da Camara dos Srs. Deputados a necessidade e o modo de melhor satisfazer ás exigencias do exercito.

Ainda hontem, em um discurso pronunciado na outra casa do Congresso, o illustre deputado pelo Paraná, o Sr. Belarmino de Mendonça, referindo-se á pretenção de um major, pedindo para que fosse contada a sua antiguidade de 7 de janeiro, dizia que as preterições eram em numero de oitocentas. Não affirmo porque não fiz o calculo; mas o que é verdade é que o numero é crescido.

Não sei si o Senado está de accordo sobre a conveniencia de amparar os preteridos. Si está de accordo, o melhor meio de fazer a justiça, é adoptar o projecto offerecido pela commissão de marinha e guerra.

O Sr. Rosa Junior—Mesmo porque está mais de accordo com as considerações apresentadas pelo Conselho Supremo Militar.

O Sr. João Neiva—Creio ter dito o sufficiente a respeito.

O Sr. Q. Bocayuva—Sr. presidente, peço licença ao Senado para justificar o meu voto com referencia a este projecto; e, si não fosse a circumstancia de ter feito parte do governo provisorio, julgar-me-hia por todos os motivos dispensado de fundamentar a minha opinião com referencia a um assumpto no qual me cumpre respeitar principalmente a autoridade dos illustres collegas que tão dignamente representam a classe militar.

Dando meu voto a este projecto, creio em minha consciencia praticar um acto de repa-

ração e de justiça; desejaria até que este projecto, recommendado pela illustre commissão de marinha e guerra, pudesse satisfazer aos intuitos dos seus proprios autores, correspondendo por esta fórma ao desejo que terá o Senado de concorrer tambem pela sua parte para, reparando até certo ponto a offensa feita aos direito adquiridos por grande numero de membros da classe militar, vir tambem facilitar ao Poder Executivo a execução do pensamento do legislador.

Neste ponto é que tenho algumas duvidas, que muito provavelmento serão esclarecidas pelo illustre relator da commissão de marinha e guerra, porque na minha opinião não basta recommendar ao Poder Executivo que elle estude o melhor processo para chegar a um bom resultado neste assumpo, quando a consulta do proprio Supremo Conselho Militar reconhece que é inexequivel, que é impossivel effectuar-se a revisão das promoções feitas pelo governo provisorio, de medo a conseguir-se uma justa e equitativa distribuição das vantagens de que foram privados os officiaes preteridos.

Com o respeito que devo á memoria do illustre chefe do governo provisorio e sem absolutamente pretender affastar da minha pessoa aquella parte de responsabilidade que me cabe por este acto como membro que fui daquelle governo, devo, comtudo, declarar perante o Senado que fui, não direi um voto contrario ás promoções que se effectuaram em virtude daquelle acto, mas uma opinião respeitosamente divergente da intenção do illustre marechal.

Devo mesmo insistir, em honra de muitos dos distinctos membros da corporação militar, que por alguns delles fui pessoalmente autorisado, como membro do governo provisorio, a declarar que não sómente achavam um erro a promoção por serviços relevantes e por merecimento especial, em virtude do acto da sua coparticipação na revolução de 15 de novembro, mas que sentiriam até ter de acceitar aquella promoção com detrimento dos direitos e das vantagens de seus camaradas.

Cito este facto para demonstrar o bom espirito que dominava a classe militar, como uma nova demonstração dos seus intuitos nobres e que não foi certamente, posso dizel-o, por nenhuma pressão exercida sobre o espirito do governo provisorio pela classe militar que essa promoção se effectuou nos termos que todos conhecem. Mas o illustre chefe do governo provisorio entendeu de modo contrario e assim, em discussão com os seus collegas, procurou demonstrar com varios argumentos, effectivamente valiosos na occasião, que elle se julgava obrigado a dar aos seus camaradas aquella prova de reconhecimento do primeiro governo revolucionario pelos relevantes serviços que elles lhe haviam prestado e pela lealdade de sua cooperação naquelle movimento.

O certo, porém, é que posteriormente, como se devia esperar, começaram de produzir-se as queixas legitimas de todos quantos foram preteridos por aquellas promoções. E sem se poder contestar, porque é incontestavel o direito e a competencia do governo provisorio para legislar sobre o assumpto, como legislou, não é menos verdade que ao Congresso actual seria muito agradavel poder concorrer por um acto legislativo, efficiente, a satisfação das justas reclamações despertadas pela preterição de um tão grande numero de officiaes do nosso exercito.

Mas a questão é o modo pratico pelo qual chegaremos a esse resultado.

O SR. NEIVA—Essa é que é a questão.

O SR. Q. BOCAYUVA—O assumpto é de sua natureza tão particularmente delicado...

O SR. NEIVA—E' certo.

O SR. Q. BOCAYUVA—... que não tenho sinão de louvar o escrupulo com que a honrada commissão de marinha e guerra procurou amparar o seu estudo e a sua opinião, promovendo a consulta ou audiencia do Supremo Conselho Militar, onde effectivamente teem assento os mais competentes e os mais illustres representantes do nosso exercito.

O SR. NEIVA—São os proceres da classe militar.

O SR. Q. BOCAYUVA—A autoridade, portanto, destes mesmos illustres generaes, é o que até certo ponto embarga o meu espirito para poder dar, sem condições, o meu voto a uma medida que não traz em si mesma a formula efficiente da sua praticabilidade e, por conseguinte, a garantia de que ella corresponda aos intuitos do proprio Senado ou do proprio Congresso, visto que tratamos de discutir um projecto que já veiu da Camara dos Srs. Deputados.

Lerei a parte da consulta do Supremo Conselho Militar com referencia ao modo pratico de executar-se a disposição do projecto (*lê*):

« Para se fazer a revisão de accordo com estas leis, decretos e regulamentos, suscitam-se duvidas de seria importancia, taes como o modo de considerar as promoções por merecimento e serviços relevantes dos officiaes que sómente por antiguidade poderiam ter accesso, assim como outros que nem mesmo por este principio seriam attendidos por estarem em serviço estranho ao Ministerio da Guerra, sem ser nos corpos de policia e bombeiros desta capital (art. 9º da lei n. 3169 de 14 de julho de 1893). A confirmação dos alferes-

alumnos, o que sómente podia dar-se após um anno de pratica em uma das escolas de tiro (decreto citado de 9 de março de 1889).

A transferencia com promoção de tenentes de artilharia para os corpos especiaes da arma de cavallaria para o estado maior de artilharia, de que nenhuma das disposições citadas cagitou.

A falta de intersticio, só dispensavel em acção de guerra ou na impossibilidade absoluta de se preencher os quadros por não haver officiaes com tempo exigido — art. 17, §§ 1º e 2º do decreto 772 de 31 de março de 1851. Essas irregularidades que se deram nas promoções de 15 de novembro de 1889 até 31 de dezembro de 1890 tornam difficilima, sinão impossivel, a revisão projectada, a menos que a lei, em elaboração no Senado, explique o modo de proceder nos casos alludidos, sendo muito provavel que em sua execução chegue o Poder Executivo á impossibidade de resolver todas as duvidas que no correr do trabalho appareçam por não estar bem claro no texto. Accresce que, em virtude do art. 3º da proposição, não chagaram a conseguir no almanack militar o numero de ordem que teriam si não se dessem as promoções contra as quaes se reclama, pois os adiantados em postos continuarão a ser promovidos, antes mesmo que os camaradas por elles preteridos avancem um gráo na carreira. »

Essa é que é a questão para a qual solicito a attenção do Senado.

Corremos o risco de, em vez de fazermos uma revisão reparadora das offensas, facilitarmos uma nova causa de irritabilidade. justificadissima, não habilitando o Poder Executivo com uma medida clara, positiva e efficiente que indique o modo de resolver, como bem pondera o Supremo Conselho Militar, esta questão ; e antes armando-o de um novo arbitrio que, por mais equitativamente que seja praticado, ha de dar, com certeza, logar a novas preterições, a novas reclamações.

Eis o meu receio: é que, em vez de um balsamo reparador, vamos ainda fomentar nova irritação produzida pelos actos do Poder Executivo, que, não tendo uma lei clara que estatúa a fórma de proceder para uma promoção, póde facilmente descambar para o mesmo arbitrio de que se serviu, com outra legitimidade, o illustre chefe do governo provisorio.

E' esta a questão para a qual solicito a attenção dos meus illustres collegas que fazem parte da commissão de marinha e guerra, porque pelo seu conhecimento especial do assumpto estão mais do que eu no caso de esclarecer o Senado e guiar o nosso voto do modo mais concentaneo com o direito dos reclamantes, e tambem com a garantia que teem o direito de reclamar os que, tendo sido promovidos por actos do governo provisorio, se encontram hoje collocados, na hierarchia militar, nos numeros correspondentes ás suas posições.

Não podemos, creio ou, votar simplesmente uma lei de autorisação, que aliás, modificada por uma emenda, vae tornar-se em lei imperativa, autorisando o Poder Executivo a proceder quanto antes á revisão dessas promoções, sem que se estabeleça uma regra equitativa, por meio da qual a promoção seja feita de modo a não sublevar novas reclamações.

E' esta a difficuldade que embaraça o meu espirito para acceitar, sem reservas, o projecto ; eu estimava muito ser esclarecido, para votar de accordo com o meu desejo e ficar bem com a minha propria consciencia. (*Muito bem.*)

O Sr. João Neiva—Sr. presidente, o meu illustre mestre, o honrado senador pelo Rio de Janeiro, manifestou uma duvida sobre o modo de executar-se a lei.

Receia S. Ex. que o Poder Executivo a transgrida, com menos direito, diz elle, e com razão, do que o chefe do governo revolucionario transgrediu as outras então em vigor.

O projecto vindo da Camara dava pleno arbitrio ao governo, mandando organisar pelo Supremo Conselho Militar uma relação de tres officiaes nas condições de serem promovidos, de entre os quaes o governo escolheria um por merecimento ; na seguinte promoção de outra relação de tres escolheria um outro ; e assim sempre o governo poderia escolher, deixando dous, os quaes não obteriam reparação.

Foi isto que a commissão quiz supprimir, apresentando este substitutivo, que obriga, por força, os officiaes que preteriram seus companheiros, a esperal-os. (*Ha alguns apartes.*)

Não retroage ; retroageria si mandasse voltar aos postos inferiores. (*Ha alguns apartes.*)

Si o Senado reconhece a necessidade de reparar essas injustiças, de que modo poderá fazer ? Como indica a proposição da Camara ? E' impossivel; assim nunca se hão de reparar.

Um Sr. Senador—E quantos annos serão precisos para isto ?

O Sr. João Neiva—Da Republica para cá tem-se feito mais de mil promoções ; é possivel que este numero augmente com a reforma compulsoria, que sempre combati, porque não sei como se reformam officiaes validos, para serem pensionistas do Thesouro,

quando conservavam ainda a sua actividade physica e moral.

UM SR. SENADOR—Vamos ficar com tres quadros.

O SR. JOÃO NEIVA—Mais: um de effectivos, um de reformados, um dos extraordinarios e um de honorarios. (*Apartes e risos.*)

Só não percebem vencimentos os honorarios.

Já vê o honrado senador que não posso precisar o numero de annos necessarios para que se faça a promoção; mas os preteridos teem uma esperança de que chegará o seu dia.

Ha officiaes tão desgostosos, que nem querem vestir a farda para passeio, como me disse um ao encontrar-se commigo e com o honrado senador Almeida Barreto.

Ha capitães do começo da Republica e que não fizeram a guerra do Paraguay e hoje estão coroneis, ao passo que alguns, com 14 annos de capitão, ainda estão no mesmo posto.

Si o Senado entende que é opportuno e conveniente reparar essas injustiças, approve o substitutivo, porque na 3ª discussão apresentarei emendas.

O SR. ROSA JUNIOR dá um aparte.

O SR. JOÃO NEIVA—Refiro-me, no meu discurso, á consulta que o honrado senador pelo Rio de Janeiro leu. O Conselho Supremo Militar rejeitou isso; mas rejeitou porque elle não tinha liberdade de estudo; foi ouvido simplesmente sobre o projecto vindo da Camara.

A commissão de marinha e guerra do Senado é que, tendo maior amplitude para o estudo do projecto, recorreu aos *Annaes do Congresso* e dahi tirou o substitutivo que apresentou á consideração do Senado.

Portanto creio que não ha duvida nenhuma, segundo mesmo a opinião do nobre senador...

O SR. Q. BOCAYUVA—Guio-me pelo voto de V. Ex.

O SR. JOÃO NEIVA ... em que devemos reparar as injustiças que foram feitas aos officiaes do exercito. Segundo acabo de dizer, sobem a 800 as preterições; é um numero desproposito; é quasi toda a officialidade do exercito.

Ora, por serviços relevantes, as leis anteriores autorisavam essas promoções, mas somente em operações de guerra. Vi uma unica vez uma promoção por actos de intelligencia: foi na guerra do Paraguay, e feita pelo Sr duque de Caixias. Quando marchavamos de Santo Antonio para Lomas Valentinas, houve necessidade de estabelecer uma linha telegraphica, que nos puzesse em communicação com o resto do exercito, por que avançavamos rapidamente, no dia 6 de dezembro houve a batalha de Itororó, no dia 11 a de Avahy e no dia 21 estavamos em Lomas Valentinas. Havia pois necessidade de communicações rapidas e o Sr. du-que de Caixias encarregou de estabelecer a linha telegraphica ao bravo major, então capitão Alvaro Joaquim de Oliveira, hoje distincto lente da escola Polytechnica, e este official desempenhou o serviço tão promptamente que merêceu ser promovido a major por actos de intelligencia.

O Sr. duque de Caxias fez aquella promoção, porque estavamos em campanha e, em frente do inimigo, um general em chefe póde lançar mão desse recurso para premiar serviços distinctos.

Mas, quando proclamou-se a Republica não se dava a mesma cousa; não havia inimigos que combater, ou antes, o inimigo unico era o monarcha e este embarcou logo.

Portanto, foi demais o que fez o governo provisorio; elle não podia fazel-o porque a Republica não tinha inimigos a combater.

O SR. ALMEIDA BARRETO—E declarou que mantinha todos os direitos anteriores.

O SR. JOÃO NEIVA—Proclamou isto—que respeitava tudo quanto existia, menos a monarchia e a vitaliciedade do Senado; o conselho de estado e a Camara dos Deputados.

Mas, o Sr. Campos Salles reformou em sua pasta tudo de *fond en comble* e não houve tal respeito, porque a elle seguiram-se outros ministros; e, si nós fossemos a attender aos protestos dahi provenientes, o Senado e a Camara estariam cheios de reclamações.

O governo provisorio era um governo revolucionario, podia fazel-o; mas devia tambem respeitar suas promessas, tanto mais quanto ellas foram feitas em uma proclamção e uma proclamação não é lei, apezar de assignada pelo marechal Deodoro e todo governo provisorio,

Mas, volto á questão das promoções.

Si o Senado entente que devem ser reparadas as injustiças feitas pelo governo provisorio nessas promoções, o remedio é simples: votar o substitutivo da commissão de marinha e guerra, compromettendo-me eu, com meus honrados collegas, a apresentar uma medida complementar que satisfaça ás exigencias do honrado senador pelo Rio de Janeiro, exigencias que reconheço justas...

O SR. Q. BOCAYUVA — Exigencias, não, solicitações.

O SR. JOÃO NEIVA ... sobre o modo de executar a lei e não dar grande arbitrio ao Poder Executivo, para que depois não ve-

nham novas reclamações ao Senado, porque não podemos com isto.

E' o que tinha a dizer. (*Muito bem; muito bem.*)

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Seguem-se successivamente em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º e ultimo da proposição.

Indo proceder-se á votação, verifica-se não haver na casa numero para deliberar, pelo que procede-se á chamada dos Srs. senadores que compareceram á sessão (40) e deixam de responder os Srs. Coelho Rodrigues, Elyseu Martins, Catunda, Amaro Cavalcanti, Saldanha Marinho, C. Ottoni, Joaquim Murtinho, U. do Amaral e Raulino Horn (9).

O Sr. João Neiva, *servindo de 1º secretario*, communica que os Srs. Elyseu Martins, Virgilio Damasio e Saldanha Marinho retiraram-se incommodados.

A votação fica adiada por falta de numero legal.

Esgotadas as materias da ordem do dia, o Sr. presidente designa para a ordem do dia 29:

Discussão unica das redacções dos projectos do Senado:

N. 45, de 1892, autorisando o governo a mandar pagar ao Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, professor vitalicio do curso annexo á Faculdade de Direito do Recife, os vencimentos que deixou de receber;

N. 7, de 1893, ampliando a organisação da Procuradoria da Republica e Fazenda Federal;

N. 11, do mesmo anno, auxiliando com a quantia de 10:000$ o Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros, para o fim de ser realisada a exposição de trabalhos juridicos que o mesmo instituto pretende organisar;

Votação em 2ª discussão da proposição da mesma camara, n. 50, de 1892, autorisando a revisão geral das promoções realisadas no exercito desde 15 de novembro de 1889, até 31 de dezembro de 1891;

Discussão unica dos seguintes pareceres:

N. 76, de 1893, da commissão de finanças, opinando pelo indeferimento da petição em que José dos Santos Colonia pede melhoria de aposentadoria;

N. 78, de 1893, da commissão de marinha e guerra, opinando que não assiste direito algum ao favor pedido pelo major reformado do exercito Francisco de Paula Pereira Andrade;

N. 80, de 1893, da commissão de justiça e legislação, opinando pela rejeição do *veto* do prefeito do Districto Federal á resolução do Conselho Municipal, concedendo um privilegio ao engenheiro Felix Antonio Pereira Lima;

2ª discussão do projecto do Senado, n. 13, de 1893, concedendo amnistia aos implicados nos ultimos acontecimentos havidos no Goyaz;

3ª discussão do projecto do Senado, n. 54, de 1892, autorisando o governo a prorogar o prazo concedido á Companhia Colonisação Industrial de Santa Catharina, para inauguração do engenho central na povoação—Palhoça.

Levanta-se a sessão ás 3 horas da tarde.

Publicação feita em virtude de deliberação do Senado, na sessão de 28 de Junho de 1893.

Constituição politica do estado de Pernambuco

Preambulo

Nós, o povo de Pernambuco, por nossos representantes constituintes, reunidos em Congresso, usando do direito que temos de nos constituir, para garantia de nossas liberdades individuaes, publicas e politicas, queremos e decretamos a seguinte Constituição:

CAPITULO I

Do estado

Art. 1.º A antiga provincia de Pernambuco, conservados os seus limites, organisa-se pelas disposições da presente Constituição em Estado autonomo, fazendo parte da União Federal Brazileira.

Art. 2.º A fórma de Governo do Estado será a republicana representativa, observadas as disposições da Constituição Federal e da presente.

Art. 3.º Os poderes politicos do Estado, legislativo, executivo e judicial, são delegações do povo, e exercem-se pelos modos estabelecidos nos artigos seguintes.

CAPITULO II

Do poder legislativo

Art. 4.º O poder legislativo é delegado a uma camara de deputados, composta de trinta membros, cujo mandato durará tres annos, e

a outra de senadores, composta de quinze membros, cujo mandato durará seis annos, e constituirão o Congresso Legislativo do Estado.

Art. 5.º São condições para ser eleito deputado:

I Ser cidadão brazileiro, nato ou naturalisado desde tres annos pelo menos antes da eleição.

II Ter effectiva residencia no estado desde tres annos pelo menos antes da eleição.

III Ser maior de vinte e um annos.

IV Estar no goso de seus direitos politicos.

V Ser eleitor no estado.

Art. 6.º Para ser eleito senador requer-se:

I Ser cidadão brazileiro, nato ou naturalisado desde seis annos pelo menos antes da eleição

II Ser domiciliado no estado desde seis annos pelo menos antes da eleição.

III Ser maior de trinta e cinco annos.

IV Estar no goso de seus direitos politicos.

V Ser eleitor do Estado.

Art. 7.º O Congresso Legislativo se reunirá na capital do estado no dia 6 de março de cada anno, si a lei não designar outro dia, independentemente de convocação.

Art. 8.º A verificação dos poderes dos membros de ambas as camaras e a nomeação de seus presidentes, vice-presidentes e secretarios competem a cada uma dellas. As commissões, porém, serão nomeadas pelos presidentes.

Art. 9.º Em cada uma das camaras os negocios se resolverão por maioria absoluta de votos dos membros paesentes. As sessões diarias serão celebradas com o numero, pelo menos, de dezeseis deputados e oito senadores e deverão ser publicas, salvo quando o contrario exigir o bem do Estado.

Art. 10. Os projectos de lei terão em geral tres discussões. As propostas do Governo terão sómente duas.

Art. 11 A discussão e votação dos projectos de orçamento e força publica serão de iniciativa da Camara dos Deputados, precedendo sempre ás de quaesquer outros projectos; mas o Senado poderá emendal-os.

Paragrapho unico. A lei do orçamento não conterá disposição alguma que não se refira á despeza e receita do estado.

Art. 12. As sessões annuaes durarão tres mezes, podendo ser prorogadas por trinta dias, findos os quaes, se não houverem sido votadas as leis do orçamento e força, o Governador do Estado prorogará as do anno anterior.

Art. 13. Cada uma das casas do Congresso proverá em seu regimento quanto ao modo de sua communicação com o Governador, publicação das leis, solemnidade da abertura e encerramento das sessões e quanto ao mais que fôr concernente ao seu regimen interno, assim como á organisação de suas secretarias, nomeando, demittiddo, licenciando e aposentando seus empregados, respeitadas as disposições desta Constituição.

Art. 14. Nas sessões de abertura e encerramento do Congresso tomaram assento promiscuamente os Deputados e Senadores. Serão, porém, presididas pelo presidente do Senado.

Art. 15. Compete aos presidentes das camaras fazer manter a policia e segurança no interior e exterior dos edificios em que funccionarem.

Paragrapho unico. Incumbe-lhes requisitar para esse fim a força armada que for necessaria, e dispor della para garantir a ordem e assegurar a liberdade das disposições e deliberações.

Art. 16. Os Deputados e Senadores são inviolaves por suas opiniões, palavras e votos no exercicio do mandato.

Art. 17. Os Deputados e os Senadores desde que forem reconhecidos, até nova eleição, não poderão ser presos, salvo caso de flagrancia em crime inaflançavel, nem processados criminalmente sem prévia licença de suas camaras.

Levado o processo até pronuncia exclusive, a auctoridade processante remetterá os autos á Camara respectiva para resolver sobre a procedencia da accusação, si o accusado não preferir ser immediatamente julgado.

Art. 18. As immunidades estatuidas nos artigos antecedentes não comprehendem os delictos em materia militar ou naval, nem derogam as leis federaes das respectivas disciplinas.

Art 19. Os Deputados e Senadores receberão do cofre do estado igual subsidio, que uma lei fixará, e, além disso, aos que residirem fóra da capital, será arbitrada na mesma lei uma indemnisação, tambem igual, para as despezas de ida e volta.

Paragrapho unico. Durante as prorogações os representantes não receberão subsidio.

Art. 20. A lei que regular o subsidio dos membros do Congresso poderá ser alterada, mas a alteração só vigorará na seguinte legislatura.

Art. 21. Qualquer das camaras poderá punir os seus membros por procedimento incorrecto, e por maioria de dous terços da sua totolidade pronunciar a expulsão de algum.

Art. 22. Não podem ser Deputados, nem Senadores:

§ 1.º O Governador, seus secretarios e chefes de repartições publicas.

§ 2.º Os magistrados e funccionarios da justiça publica, exceptos os que estiverem avulsos, ou em disponibilidade ha mais de um anno.

§ 3.º Os empregados das repartições fiscaes.

§ 4.º As autoridades que exercerem no Estado funcções policiaes ou militares.

§ 5.º Os parentes do Governador em exercicio na epocha da eleição, considerando-se como taes os pais, filhos, genros, irmãos e cunhados, durante o cunhadio.

§ 6.º Os que tiverem contracto de fornecimento e empreitadas de obras com o governo e repartições do Estado.

Art. 23. Os demais funccionarios deixarão o exercicio de seus empregos durante o tempo em que funccionar o Congresso.

Art. 24. Nenhum Deputado ou Senador, emquanto durar o seu mandato, poderá ser nomeado para qualquer emprego civil ou militar, nem celebrar contractos com o poder executivo. Si acceitar nomeação para emprego federal, ou em outro Estado, ou si acceitar mandato legislativo para o Congresso Federal ou de outro Estado, perderá o logar de Deputado ou Senador.

Paragrapho unico A palavra *emprego* não comprehende promoção ou accesso por antiguidade, nem commissões *ad tempus*.

Art. 25. O funccionario publico não incompativel,que sendo eleito Deputado ou Senador deixar de tomar assento até dez dias depois da verificação dos poderes e continuar no exexcicio de seu emprego, reputa-se ter renunciado o mandato e proceder-se-ha immediatamente á nova eleição para preenchimento da vaga.

Art. 26. Por deliberação do Congresso em caso extraordinario ou para garantir a isenção e independencia em seus trabalhos e resoluções, poderá elle funccionar fóra do local do costume, precedendo annuncio e reunindo-se em logar publico e accessivel ao povo.

Art. 27. A Camara que emendar um projecto o reenviará á outra ; si esta não approvar a emenda, será o projecto submettido a uma commissão de tres membros de cada uma das camaras, e o que for por ella deliberado se considerará resolução do Congresso. Os membros dessa commissão serão eleitos pelas respectivas camaras, devendo della fazer parte um Senador um Deputado da minoria.

Art. 28. O projecto que for approvado pelo Congresso será apresentado ao Governador dentrode 10 dias para ser sanccionado e tornar-se lei do Estado.

Art. 29. Si o Governador o sanccionar, o referendará simplesmente e em seguida o fará publicar; si lhe oppuzer o seu veto, por entender que o projecto offende a Constituição Federal ou a do estado, ou por não ser conveniente ao bem publico, devolvel-o-ha á camara em que elle se houver iniciado, dando as razões de não sancção.

Art. 30. Si depois de novamente discutido fôr o projecto approvado, passará á outra camara. Si esta tambem o approvar, o fará publicar como lei. Em ambas as casas haverá uma só discussão e a votação será nominal e por dous terços dos membros de que se compõe cada camara.

Art. 31. Os projectos rejeitados ou não sanccionados não poderão ser renovados na mesma sessão legislativa.

Art. 32. Si o governador dentro de dez dias, contados da data do recebimento da resolução, não a sanccionar, ou não a devolver, o presidente do Senado ou da Camara a publicará como lei.

Art. 33. A fórma de promulgação das leis será a seguinte :

«O Congresso Legislativo do estado de Pernambuco decreta :»

Art. 34. O Senado renovar-se-ha por metade triennalmente.

Art. 35. O senador ou deputado, eleito em substituição de outro, exercerá o mandato pelo tempo que faltar ao substituido.

Art. 36. Compete ao Congresso Legislativo :

§ 1º. Fazer leis, interpretal-as, suspendel-as e revogal-as.

§ 2º. Fixar annualmente a despeza e orçar a receita do estado, lançando as taxas e tributos que forem indispensaveis aos serviços publicos, não embaraçando a acção dos municipios no que concerne ás suas funcções.

§ 3º. Autorisar o governador a contrahir emprestimo sobre o credito do estado.

§ 4º. Velar na guarda da Constituição e das leis do estado e representar ao Congresso e governo federaes contra a invasão no territorio do mesmo estado, e bem assim contra as leis da União e as dos outros estados que attentarem contra os os seus direitos.

§ 5º. Promover o bem e progresso do estado, das sciencias, lettras, artes e industrias, creando estabelecimentos de instrucção normal, secundaria, profissional ou technica, fundando academias ou faculdades de sciencias, e bem assim creando e mantendo concurrentemente com o municipio escolas primarias publicas ou particulares, garantindo por tempo limitado aos autores e inventores direito exclusivo dos seus escriptos e invenções, que forem uteis ao estado, bem como concedendo privilegios vantajosos ao mesmo estado.

§ 6º. Desenvolver o systema de viação no interior do estado e navegação costeira, ficando livre a cabotagem nacional nos portos do estado.

§ 7º. Fixar annualmente a força publica necessaria ao estado e organisar uma milicia civica.

§ 8º. Regular a administração dos bens do estado e decretar a sua alienação, quando convier.

§ 9º. Resolver sobre os limites dos municipios, não podendo, porém, alteral-os sem

que sejam ouvidos os respectivos conselhos municipaes.

§ 10. Mudar, temporaria ou definitivamente, a capital do estado, quando isso convier ao bem publico.

§ 11. Crear os empregos e repartições necessarias ao bom andamento do serviço publico, regulando as condições de nomeação, vencimentos, concessões de licenças, aposentadorias, montepios ou seguros de vida e demissão dos funccionarios do estado.

§ 12. Decretar a divisão civil, administrativa e judiciaria do estado.

§ 13. Prorogar e adiar as suas sessões,

§ 14. A competencia legislativa do Congresso não terá outras restricções além das que lhe forem postas pela Constituição Federal e por esta.

Art. 37. Compete á Camara dos Deputados decretar a accusação do governador, do vice-governador e dos deputados, precedendo audiencia delles.

Art. 38. Uma lei estabelecerá o recenseamento decennal da população do estado, e no triennio que se seguir ao primeiro recenseamento poderá ser augmentado o numero dos deputados na razão de um por cincoenta mil habitantes, e dos senadores na razão de um por dous deputados.

Art. 39. Ninguem poderá ser a um tempo membro de ambas as camaras, nem uma destas funccionará sem a outra.

Art. 40. Compete exclusivamente ao Senado conhecer dos delictos de responsabilidade dos seus membros, dos deputados e dos juizes do Superior Tribunal de Justiça.

CAPITULO III

Das eleições

Art. 41. A eleição dos Deputados e Senadores se fará em um mesmo dia directamente por escrutinio em todo o Estado, garantida a representação das minorias.

Art. 42. E' eleitor no Estado o cidadão alistado para as eleições ao Congresso Federal.

Art. 43. Considerar-se-hão eleitos os cidadãos que obtiverem maiores votações em um só escrutinio.

CAPITULO IV

Do poder executivo

Art. 44. O poder executivo do Estado será exercido por um Governador eleito por quatro annos.

Art. 45. Estando ausente o Governador eleito, o seu substituto legal assumirá immediatamente o exercicio do cargo, começando a decorrer dessa data o periodo governamental.

Paragrapho unico. Em qualquer tempo que se apresente, o Governador eleito assumirá o exercicio, cessando, desde logo, o do Vice-governador.

Art. 46. Os poderes do Governador terminarão no dia em que se completarem quatro annos precisos a contar do acto da posse; devendo immediatamente entrar em exercicio o Governador novamente eleito.

Paragrapho unico. Quatro mezes antes de findar-se o periodo governamental se fará a eleição do novo Governador e do Vice-governador.

Art. 47. O Governador não poderá ser eleito senão passados quatro annos depois de findo o periodo governamental.

Art. 48. Na falta ou impedimento do Governador servirá em seu logar:

I. O Vice-governador.

II. O Presidente do Senado.

III. O Presidente da Camara dos Deputados.

Art. 49. O Governador e o Vice-governador serão nomeados por eleição popular directa em todo o Estado.

Art. 50. Nessa eleição os eleitores votarão em cedulas distinctas, contendo um só nome cada uma — Para Governador — Para Vice-governador.

Art. 51. Será eleito aquelle que obtiver maior votação em um só escrutinio. No caso de igualdade de votos considerar-se-ha eleito Governador ou Vice-governador o mais idoso dos votados.

Art. 52. Ao empossar-se no cargo, o Governador pronunciará em sessão do Congresso, ou, si este não estiver reunido, ante o Superior Tribunal de Justiça, o juramento ou affirmação de que trata o art. 124.

Art. 53. São requisitos de elegibilidade para os cargos de Governador e Vice-governador:

I. Ser cidadão nato dos Estados Unidos do Brazil.

II. Ter residencia no Estado desde pelo menos oito annos antes da eleição.

III. Ter as qualidades de eleitor.

IV. Estar no goso dos direitos politicos.

V. Ser maior de 35 annos.

Art. 54. Prevalecem com relação á elegibilidade de Governador e de Vice-governador as incompatibilidades de que trata o art. 22 e seus paragraphos.

Art. 55. O representante, quer do Congresso do Estado quer do Congresso Nacional, si for eleito Governador, não poderá assumir

o exercicio deste cargo sem que previamente renuncie o mandato.

Art. 56. O Governador, sendo eleito representante de outro Estado, perderá o logar se acceitar o mandato.

Art. 57. Como chefe do poder executivo compete ao Governador:

§ 1.º Decretar a applicação dos fundos consignados pelo Congresso aos diversos serviços do Estado, não podendo ser tirada do thesouro quantia alguma cuja applicação não esteja determinada por lei.

§ 2.º Expedir instrucções para a boa execução das leis.

§ 3.º Convocar extraordinariamente o Congresso quando o exigir o bem do Estado.

§ 4.º Enviar ao Congresso, por occasião de sua abertura, uma mensagem expondo a situação do Estado em todos os ramos do serviço publico, e suggerindo as medidas necessarias á administração publica.

§ 5.º Prestar ao Congresso os esclarecimento e informações que lhe forem requisitados.

§ 6.º Nomear, suspender e demittir na fórma da lei os funccionarios do Estado e, sendo necessario, representar ao Governo Federal, contra os funccionarios destã, residentes no Estado.

§ 7.º Dispor da força publica, conforme o exigir a segurança do Estado e o bem geral da União.

§ 8.º Requisitar do governo nacional o auxilio de forças federaes, a permanencia das que estiverem no Estado e outras medidas que a exigencia do bem publico aconselhar.

§ 9.º Sanccionar e publicar as resoluções do Congresso.

§ 10. Dirigir os negocios da administração civil e militar.

§ 11. Moderar, ou perdoar as penas impostas por crimes communs, sujeitos á jurisdicção do Estado.

§ 12. Designar dia para a eleição da vaga de Senador ou Deputado, occorrida por qualquer causa, inclusive a de renuncia.

Art. 58. Para auxiliar na administração, o Governador nomeará quatro secretarios de Estado, escolhidos entre os cidadãos mais notaveis por sua habilitação e experiencia dos negocios publicos.

Art. 59. Os secretarios de Estado serão da exclusiva e pessoal confiança do Governador e demissiveis *ad nutum*.

Art. 60. Esses secretarios, durante o exercicio de seu cargo, não poderão exercer quaesquer outras funcções publicas e perceberão o ordenado que a lei lhes fixar.

Art. 61. Os secretarios de Estado não serão solidariamente responsaveis pelos actos do Governador, e sim individualmente pelos que expedirem em seu nome.

Art. 62. As funcções de secretarios de Estado cessam com as do Governador que os houver nomeado.

Art. 63. Em remuneração dos serviços do Governador a lei fixará uma quantia annual, que não poderá ser augmentada, nem diminuida durante o periodo do seu governo. O governador, depois de empossado não poderá exercer nenhum outro cargo, nem sahir do territorio do Estado sem licença do Congresso.

Art. 64. O vice-governador governará por todo o tempo, que faltar ao Governador, a quem succeder, si porventura a vaga do cargo de Governador occorrer depois dos dous primeiros annos do periodo governamental.

No caso, porém, de vaga, por qualquer motivo, dos cargos de Governador ou Vice-Governador, não havendo ainda decorrido dous annos daquelle periodo, proceder-se-ha a nova eleição.

Paragrapho unico. Si depois de decorridos dous annos do periodo, ficarem vagos, ao mesmo tempo, os logares de Governador e Vice-Governador, para complemento do periodo governamental, proceder-se-ha á eleição de ambos esse cargos.

Art. 65. O Vice-Governador que terminar o periodo governamental em exercicio, não poderá ser eleito Governador nem Vice-governador no periodo immediato.

Art. 66. Para que o Governador possa ser accusado é preciso, que a Camara dos Deputados assim o delibere, por duas terças partes dos membros, que a compõem e por votação nominal.

Art. 67. Resolvida a accusação, serão remettidos ao Senado, em original, todos os documentos que serviram de base á accusação.

Art. 68. O Senado, tomando conhecimento daquelles documentos, resolverá por dous terços de seus membros e por votação nominal, si a accusação é ou não procedente.

Art. 69. Resolvida a procedencia da accusação, a Mesa do Senado remetterá ao presidente do Superior Tribunal de Justiça o decreto de accusação com todos os documentos que o motivaram, para que elle prosiga nos termos ulteriores da formação da culpa e julgamento, sorteando para esse fim um tribunal, composto dos juizes mais graduados e antigos do Estado, em numero de vinte e por elle presidido.

Art. 70. As penas applicaveis ao governador por crime de responsabilidade serão sómente as de suspensão, demissão e incapacidade para o exercicio de qualquer funcção publica ou do Estado.

Paragrapho unico. A applicação dessas penas não eximirá o culpado das demais, em que possa incorrer em virtude da lei commum.

CAPITULO V

Do poder judicial

Art. 71. O poder judicial do estado é delegado:

I. A juizes de districto.
II. A juntas do municipio.
III. Ao jury.
IV. A juizes de direito.
V. A um Superior Tribunal de Justiça.

Art. 72. Os juizes de districto terão a seu cargo o preparo e julgamento das causas civeis, cuja alçada será fixada por lei, com appellação para o juiz de direito. Competelhes mais:

I. Fazer corpos de delicto.
II. Conceder fianças provisorias.
III. Processar e julgar em primeira instancia as contravenções ás posturas municipaes, e bem assim os crimes a que não estiver imposta pena maior que a de multa até 100$, prisão, degredo ou desterro até seis mezes, com multa ou sem ella e tres mezes de casa de correcção ou officinas publicas, onde as houver, com appellação necessaria para as juntas de municipio.
IV. Formar culpa nos crimes communs até a pronuncia inclusive, com recurso necessario para o juiz de direito.

Art. 73. As juntas de municipio se comporão do presidente do Conselho Municipal e de quatro juizes de districto, sorteados para cada sassão ; e compete-lhes conhecer por appellação das decisões daquelles juizes em materia crime.

Art. 74. O jury conhecerá dos factos nos crimes, cujo julgamento não seja da alçada dos juizes de districto e das juntas do municipio ; dos crimes dos funccionarios publicos que não tenham fôro especial ; do de injurias impressas e dos outros cujo conhecimento a lei attribuir.

Art. 75. Os juizes de direito conhecerão das suspeições postas aos juizes de districto e por appellação das sentenças civeis dos mesmos juizes de districto. Incumbe-lhes tambem o preparo e julgamento das causas civeis de valor superior ao da alçada dos juizes de districto.

§ 1.º No crime exercerão as actuaes funcções na parte não alterada pela nova organisação.

§ 2.º Fóra da séde do Superior Tribunal de Justiça os juizes de direito julgarão os conflictos de jurisdicção e attribuição entre os funccionarios do municipio e conhecerão das suspeições postas ao juiz de direito do municipio visinho.

Art 76. O Superior Tribunal de Justiça será composto de sete juizes, e conhecerá em segunda a ultima instancia, por appellação, das sentenças proferidas em primeira pelos juizes de direito, assim no civel, como no crime, e dos conflictos de jurisdicção e attribuição entre as autoridades existentes uo municipio da capital, bem como entre os juizes de direito do Estado.

Art. 77. Ao Superior Tribunal de Justiça incumbe o preparo dos processos de responsabilidade dos respectivos membros e dos juizes de direito, bem como o julgamento destes e o preparo e julgamento de uns e outros nos crimes communs.

Art. 78. Os juizes do Superior Tribunal de Justiça e os de direito recebeberão dos cofres do Estado os vencimentos que a lei fixar, sem mais retribuição alguma, a titulo de emolumentos ou de custas, que passarão a ser percebidas pelo Estado na fórma que for estabelecida por lei.

Art. 79. Os juizes de direito serão nomeados pelo governador de entre os indicados pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça em uma lista não excedente de quinze nomes.

Paragrapho unico. Farão parte desta lista os doutores e bachareis em direito pelas faculdades dos Estados Unidos do Brazil, approvados em concurso ou exame oral e escripto de jurisprudencia, theoria e pratica do processo, feito na séde do estado perante uma commissão de cinco membros, nomeados pelo governador de entre lentes da Faculdade de Direito, advogados do fôro e juizes do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 80. Os juizes de direito serão vitalicios e só poderão ser suspensos ou perder o seu logar em virtude de sentença ; nenhum será removido sinão a pedido, ou mediante processo em que se prove ser perniciosa sua permanencia no municipio.

Art. 81. A vaga aberta pela remoção ou qualquer outro motivo será preenchida pelo juiz de direito mais antigo, de entre os que a requererem no prazo de trinta dias ; si ninguem a requerer, o governador nomeará nos termos do art. 79.

Art. 82. Aos juizes do Superior Tribunal de Justiça é applicavel a primeira parte do art. 80. As vagas que se derem nesse Tribunal serão preenchidas por accesso dos juizes de direito, na ordem de sua antiguidade.

Art. 83. Haverá em cada municipio um juiz de direito; o de capital, porém, terá os que forem necessarios.

Paragrapho unico. A substituição desses juizes será regulada por lei.

Art. 84. Os cargos judiciarios são incompativeis com quaesquer outros, electivos ou não.

Art. 85. Sempre que as partes preferirem, dar-se-ha o julgamento por arbitros nas ques-

tões em que não forem interessados menores, orphãos e quaesquer interdictos.

Art. 86. Para representar o estado, seus interesses, os da justiça publica e dos interdictos e ausentes, perante os juizes e tribunaes, haverá um Ministerio Publico, tendo por chefe um procurador geral do estado. Uma lei ordinaria dar-lhe-ha organisação, estabelecendo o seu pessoal e funcções.

CAPITULO VI

Da administração do estado

Art. 87. Para os effeitos da administração, o estado dividir-se-ha em municipios.

Art. 88. Os municipios são pessoas civis, autonomps, e como taes gozam de todos os direitos necessarios á vida administrativa e economica.

Art. 89. Os direitos e prerogativas dos municipios serão exercidos em cada um delles :

I Por um conselho municipal ;

II Por um prefeito ;

III Pelos juizes de districto.

Art. 90. Haverá em cada municipio um conselho municipal, composto nas cidades de nove membros, nas villas de cinco e na capital do estado de quinze.

Art. 91 O conselho municipal será eleito triennalmente pelo corpo eleitoral do municipio.

Art. 92. Serão eleitores do conselho municipal, além dos cidadãos alistados como eleitores politicos, os estrangeiros que tiverem domicilio no municipio, desde pelo menos tres annos e contribuirem com as taxas municipaes.

Art. 93. O conselho municipal elegerá annualmente de seu seio um presidente e commissões, de accordo com o seu regimento interno.

Art. 94. Realisará annualmente, na época que a seu juizo for considerada mais opportuna, cinco sessões, cuja duração será fixada em regulamento.

Art. 95. Compete ao conselho municipal delbierar sobre :

I Receita e despeza municipal, organisando na primeira sessão de cada anno o competente orçamento, lançando para esse effeito as contribuições ou taxas que forem indispensaveis ao serviço municipal e não contrevierem ás leis do Estado ;

II Emprestimo que o municipio precise contrahir sob sua responsabilidade para occorrer ás despezas com os serviços municipaes;

III Arrendamento, fôro, troca e alienação dos bens moveis e immoveis do municipio ;

IV Emprego, arrendamento e fiscalisação das rendas municipaes, organisando a competente escripturação ;

V Obras publicas municipaes, illuminação, abastecimento e distribuição das aguas ;

VI Guarda municipal necessaria ao policiamento dos districtos, salubridade, vaccinação e revaccinação, limpeza e aformoseamento das cidades, villas e povoações ;

VII Construcção e conservação dos cemiterios, viação publica do municipio e em geral sobre meios de transporte ;

VIII Estabelecimentos de beneficencia publica, escolas de qualquer gráo, sendo o ensino primario gratuito e ficando a cargo da municipalidade. E' garantido aos cidadãos o direito de ensinar, independentemente de licença ;

IX Theatros, logradouros, mercados, feiras, cadeias e serviço de extincção de incendio ;

X Desapropriação municipal, precedendo indemnisação ao proprietario, mediante ajuste ou arbitramento e de conformidade com as leis do Estado ;

XI Divisão do territorio do municipio em districtos ;

XII Organisação dos differentes serviços municipaes, creando os empregos necessarios e regulando por acto especial as condicções de nomeação, vencimento, exercicio, suspensão e demissão dos empregados do municipio ;

XIII Reclamação ao governador do estado contra os abusos prejudiciaes aos direitos do municipio, praticados por autoridades de qualquer hierarchia não municipal, e proceder contra ellas, sendo caso disso, para serem punidas e indemnisado o municipio ;

XVI Organisação de estatistica, fazendo arrolar de cinco em cinco annos a população do municipio, com indicações relativas á extensão territorial, recursos industriaes e agricolas, instrucção e movimentos dos diversos serviços da municipalinade ;

XV Favores tendentes aos melhoramentos de caracter municipal ;

XVI Finalmente, sobre tudo que disser respeito á vida economica e administrativa do municipio e não contrarias as leis feleraes e as do estado, respeitados os direitos dos municipes.

Art. 96. A execução das deliberações relativas a emprestimo, aforamento e alienação de immoveis, de que tratam os §§ 2º e 3º do precedente artigo, fica dependente de approvação do governador do estado.

Art. 97. Dous ou mais municipios confinantes poderão de mutuo accordo reunir-se para realisação de serviços que lhes interessem.

Art. 98. Vagando qualquer logar no conselho municipal por morte, renuncia ou algum outro motivo, será chamado a

occupal-o o immediato em votos ao conselheiro menos votado.

Art. 99. No desempenho das funcções da municipalidade nenhuma ingerencia terão quaesquer outras autoridades estranhas á hierarchia municipal, salvo os casos previstos na constituição e leis do estado.

Art. 100. Não podem ser eleitos membros do conselho municipal :

I As autoridades judiciarias e militares, quer federaes, quer do Estado;

II Os empregados das repartições fiscaes federaes, do Estado ou do Municipio.

III Os empreiteiros de obras municipaes.

Art. 101. Não poderão servir simultaneamente no Conselho Municipal, avô, pai, filho, genro, irmão e cunhado, durante o cunhadio.

Art. 102. O prefeito é o chefe do poder executivo municipal.

Art. 103. O prefeito e o sub-prefeito serão eleitos ao mesmo tempo e pela mesma fórma que for o Conselho Municipal, e seu mandato durará tres annos.

Art. 104. O prefeito não poderá ser eleito sinão passados tres annos depois de findo o periodo de seu governo.

Paragrapho unico. O sub-prefeito que terminar aquelle periodo em exercicio não poderá ser eleito prefeito nem sub-prefeito no periodo immediato.

Art. 105. Além das attribuições que possam ser conferidas ao prefeito pela lei organica municipal, compete-lhe mais:

I Executar e fazer executar as deliberações do Conselho Municipal devidamente promulgadas.

II Superintender todos os serviços do municipio.

III Fazer arrecadar a receita municipal por intermedio de agentes de sua confiança.

IV Nomear, suspender e demittir os empregados não electivos do municipio, exceptuados os da secretaria no Conselho.

V Abrir as sessões ordinarias e extraordinarias do Conselho, lendo por essa occasião uma exposição das necessidades do Municipio e das occurrencias mais notaveis que se tiverem dado nos intervallos das sessões.

VI Ordenar as despezas com serviços determinados pelo Conselho Municipal e autorisar o seu pagamento pelo cofre da Municipalidade.

VII Formular a proposta do orçamento municipal e o balanço e contas do anno anterior para serem presentes ao Conselho.

VIII Convocar extraordinariamente o Conselho quando o bem do Municipio o exigir.

Art. 106. Entendendo o prefeito que alguma deliberação do Conselho é prejudicial ao bem do municipio, poderá suspender a sua execução, apresentando ao dito Conselho os motivos por que assim procedeu.

Art. 107. O Conselho, tomando conhecimento das razões de não execução, resolverá por votação de dous terços de seus membros si deve ou não ser mantida a sua deliberação.

Art. 108. Nos casos de impedimento ou vaga, o prefeito será substituido: 1º, pelo sub-prefeito; 2º, pelo immediato em votos ao prefeito. Si a vaga, porém, se der no primeiro ou segundo anno, proceder-se-ha immediatamente á nova eleição.

Art. 109. As funcções do prefeito serão remuneradas mediante porcentagem da arrecadação, ou ordenado fixo, arbitrado pelo Conselho Municipal, em uma das primeiras sessões do triennio anterior ao em que tiver de servir o prefeito.

Art. 110. Em cada um districto haverá um juiz e tres supplentes eleitos pelo Conselho Municipal e servirão por tres annos. Serão eleitos de preferencia os bachareis formados.

Art. 111. A esses juizes de districto, além das attribuições constantes do art. 72 e seus paragraphos, competem mais as funcções que até agora incumbiam ás autoridades policiaes.

Art. 112. Os juizes de districto terão o ordenado que lhes marcar o Conselho Municipal antes da eleição delles.

Art. 113. Não poderão ser eleitos para o mesmo triennio, juiz de districto e supplentes, avô, pai, filho, genro, irmão e cunhado durante o cunhadio.

Art. 114. A justiça e a administração serão distinctas em todos os gráos de jurisdicção.

Art. 115. Crear-se-ha um Tribunal de justiça administrativa. Os casos em que esse Tribunal deva julgar, sua composição, competencia e processo para os seus julgamentos, serão regulados por uma lei especial.

Art. 116. Em todos os casos em que a autoridade administrativa, por força das leis actuaes ou futuras, tenha de intervir para resolver contestações entre os cidadãos, a parte que se julgar lesada em seu direito pela decisão administrativa póde recorrer aos tribunaes judiciarios.

Art. 117. O cidadão que se julgar lesado em seu direito por decisão ou providencia da autoridade administrativa salvo o caso previsto no artigo antecedente, tem a faculdade de reclamar perante o Tribunal de Justiça Administrativa.

CAPITULO VII

Disposições geraes

Art. 118. As disposições da presente Constituição se deverão sempre entender de modo

que não prejudiquem as prerogativas do Poder Federal e de qualquer dos Estados da União nem em caso algum possam servir de obstaculos á prosperidade do Estado e ao livre exercicio dos direitos do cidadão.

Art. 119. As actuaes disposições legaes reguladoras das relações de direito privado, a legislação processual, administrativa, financeira e policial, no que explicita ou implicitamente não for contrario a esta Constituição, continuarão em vigor até que sejam alteradas pelo poder legislativo do estado.

Art. 120. São mantidos os contractos legalmente celebrados pelo antigo governo provincial e do estado e em geral os direitos adquiridos de qualquer natureza preexistentes a esta Constituição.

Art. 121. Terão fé publica neste estado os documentos officiaes, devidamente authenticados, do governo federal ou dos outros estados.

Art. 122. Quando em algum municipio se perpetrarem crimes que por sua gravidade, numero de culpados ou patrocinio de pessoas poderosas, tolham á acção regular das autoridades locaes, o governador determinará que algum magistrado para alli se passe temporariamente e proceda a rigoroso inquerito, formação da culpa e pronuncia dos criminosos com recurso necessario para o Superior Tribunal de Justiça.

Art. 123. E' concedida a extradicção de criminosos reclamados pelas justiças dos outros estados ou do Districto Federal, de accordo com as leis.

Art. 124. O governador, os membros do Congresso do estado, os dos conselhos municipaes e quaesquer funccionarios publicos, antes de entrarem em exercicio, deverão fazer o seguinte juramento ou promessa :— «Juro ou prometto guardar a Constituição Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil, a deste estado e suas leis, desempenhar fiel e lealmente o cargo que me foi confiado pelo estado e sustentar a União, a integridade e a independencia da Republica.»

Art. 125. Todos os funccionarios publicos do estado e dos municipios, qualquer que seja a classe e categoria a que pertencerem, serão responsaveis civil e criminalmente perante as justiças do estado por prevaricação, abuso ou omissão no exercicio de suas funcções.

Art. 126. Não os isentará de culpa a allegação de terem obrado por ordem e determinações de seus superiores.

§ 1.º Denunciados aquelles funccionarios pelos prejudicados ou por qualquer cidadão, a autoridade judiciaria competente, com ou sem requisição do ministerio publico, mas mediante audiencia deste, é obrigada a fazer effectiva a responsabilidade dos funccionarios culpados.

§ 2.º Além da pena criminal, ficam elles, pelo damno causado, sujeitos á indemnisação pecuniaria arbitrada pelo juiz, com o limite que for marcado por lei, resoluvel em prisão.

Art. 127. A aposentadoria só poderá ser dada aos funccionarios publicos em caso de invalidez no serviço do estado.

Art. 128. Os juizes do Superior Tribunal e os de direito terão as attribuições que por esta Constituição lhes competirem.

Art. 129. A inviolabilidade dos direitos relativos á liberdade, segurança individual, e de propriedade, é garantida pela presente Constituição aos nacionaes e estrangeiros residentes no estado, nos termos seguintes:

§ 1.º Nenhum cidadão póde ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma cousa, sinão em virtude da lei;

§ 2.º Todos são iguaes perante a lei;

§ 3.º E' livre o exercicio de todos os cultos que não offenderem á ordem publica e aos bons costumes. O estado não adopta nem subvenciona religião alguma;

§ 4.º Os cemiterios terão caracter secular e serão administrados pela autoridade municipal;

§ 5.º Não depende de licença ou intervenção da policia o exercicio do direito de associação e de reuniões pacificas;

§ 6.º E' livre a manifestação do pensamento pela imprensa e pela tribuna em quaesquer assumptos, respondendo cada um pelos abusos que commetter nos casos e pela fórma que a lei determinar. Fica abolido o anonymato na imprensa;

§ 7.º O domicilio do cidadão é inviolavel e, sem o consentimento deste, nelle só se poderá penetrar nos casos e pela fórma que a lei determinar;

§ 8.º Qualquer pessoa póde, independente de passaporte, usar de seu direito de locomoção, levando comsigo os seus haveres;

§ 9.º Sómente em virtude de mandado de autoridade judiciaria competente poderá o cidadão ser preso, excepto no caso de flagrante delicto;

§ 10. Ninguem poderá ser conservado em prisão sem culpa formada, nem será levado á prisão ou nella detido si prestar fiança idonea nos casos legaes;

§ 11. Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente;

§ 12. Nenhum cidadão póde ser distrahido da jurisdicção perante a qual deva responder, nem sentenciado sinão por autoridade competente, em virtude de lei anterior e na fórma por esta prescripta;

§ 13. Dentro de vinte e quatro horas se entregará ao preso a nota da culpa assignada pela autoridade e contendo os nomes do accusador e das testemunhas;

§ 14. Em caso algum deixará de ser immediatamente cumprida a ordem de *habeas-corpus*, legalmente expedida.

§ 15. E' inviolavel o segredo da correspondencia postal e telegraphica.

§ 16. E' reconhecido a todos o direito de petição e de representação perante qualquer poder ou autoridade do Estado.

§ 17. Os cargos publicos podem ser exercidos por quaesquer cidadãos que reunirem os requisitos exigidos por lei.

§ 18. E' garantido o livre exercicio de qualquer profissão moral, intellectual e industrial.

§ 19. O direito de propriedade mantem-se em toda sua plenitude, salvo as desapropriações por necessidade ou utilidade publica, mediante indemnisação prévia.

§ 20. Nenhum imposto de qualquer natureza poderá ser cobrado senão em virtude de uma lei que o autorise.

§ 21. Além dos direitos especificados, são garantidos todos os outros que decorrerem da fórma de governo estabelecida e dos principios consagrados por esta Constituição.

Art. 130. A promulgação da presente Constituição se fará pela Mesa do Congresso depois de approvada.

A Mesa do Congresso e os membros presentes assignal-a-hão, fazendo-a publicar nos jornaes de maior publicidade.

CAPITULO VIII

Da reforma constitucional

Art. 131. Emenda ou emendas poderão ser additadas á esta Constituição, se passados dous annos depois de sua execução, a experiencia assim o aconselhar. Qualquer das Camaras poderá iniciar a discussão da emenda.

Art. 132. Se a proposição de emenda fôr approvada pela maioria dos membros de ambas as Camaras, a emenda ou emendas propostas serão registradas na acta da sessão e devolvidas á decisão da seguinte legislatura.

Art. 133. Dous mezes antes da eleição dessa legislatura, as emendas serão publicadas para que cheguem ao conhecimento dos eleitores.

Art. 134. Se ambas as Camaras da nova legislatura, após tres discussões, approvarem as emendas por dous terços da totalidade dos membros de cada uma das Camaras, os presidentes destas as publicarão como addição constitucional.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 1.º No primeiro anno da primeira legislatura, logo nos trabalhos preparatorios, declarará o Senado a 1ª e 2ª turmas de seus membros, compostas aquella dos sete menos votados e esta dos oito de maior votação.

Paragrapho unico. No fim do triennio cessa o mandato dos da 1ª turma e em lugar delles se elegerão novos; no fim do 2º triennio elegerse-hão novos Senadores em lugar dos da 2ª turma.

Art. 2.º Emquanto não houver nova lei do Estado regulando o processo eleitoral, ficarão em vigor, no que não fôr contrario á esta Constituição, os actuaes e vigentes Decretos e regulamentos para as eleições de todos os funccionarios electivos do Estado e Municipios.

Art. 3.º Até que sejam novamente organisados os diversos serviços do Estado, permanecerão elles como se acham, conservados em seus lugares os funccionarios respectivos emquanto bem servirem.

Art. 4.º Na primeira eleição para representantes do Estado e dos Municipios, assim como para a de Governador Vice-governador e mais funccionarios electivos, não terão vigor as disposições desta Constituição relativas á incompatibilidade e requisitos de elegibilidade. Tambem não terá vigor no periodo da 1ª legislatura a disposição do art. 24.

Art. 5.º Vigorarão as actuaes leis do orçamento do Estado e dos Municipios, emquánto outras não forem votadas, ficando, porém, desde já revogado o § 57 do art. 1º do Decreto de 4 de março de 1890.

Art. 6.º Logo depois da promulgação da Constituição, os Deputados e Senadores votarão em escrutinio secreto para Governador e Vice-Governador, que nos trez primeiros annos do 1º periodo governamental serão eleitos por voto indirecto.

Paragrapho unico. Durante esses tres primeiros annos, a eleição para preenchimento desses cargos, no caso e vaga, por qualquer motivo, se procederá do mesmo modo, reunindo-se para esse fim o Congresso.

Art. 7.º Serão eleitos Governador e Vice-governador aquelles que obtiverem maioria absoluta de votos na primeira votação, ou maioria relativa na segunda, se na primeira ninguem tiver obtido maioria absoluta.

Art. 8.º Promulgada a Constituição do Estado, eleitos o Governador e o Vice-governador, e depois da respectiva posse, o Congresso dará por terminada a sua missão constituintê; e separando-se em Camara e Senado encetará seus trabalhos legislativos ordinarios do corrente anno, em epocha não posterior a 20 de agosto.

Os Presidentes de ambas as Camaras fixa-

rão dentro daquelle prazo a epocha da reunião.

Art. 9.º Emquanto por lei ordinaria não forem definitivamente arbitrados os vencimentos do governador, perceberá elle o honorario de trinta contos de reis annuaes e terá mais cinco para despezas de estabelecimento.

Art. 10. Na organisação que se fizer dos diversos serviços do estado, o governador preferirá os funccionarios mais antigos e de mais merecimento, mandando se conservem como addidos, com seus ordenados, os que excederem dos quadros do pessoal das repartições.

Paragrapho unico. Para execucção deste artigo fica o governador autorisado, desde já a reformar as repartições do estado, de accordo com esta Constituição e sem augmento de despeza.

Art. 11. A' proporção que os Municipios forem-se organisando, o governo do estado lhes irá entregando a administração dos serviços, que pela Constituição lhes competirem, correndo por conta dos cofres das Municipalidades as respectivas despezas.

§ 1.º O Municipio ou Municipios, que dentro de um anno não se organisarem será annexado ou annexados á outro; durante esse tempo as despezas municipaes continuarão a cargo do estado.

Art. 12. Na organisação do magisterio municipal deverão ser preferidos:

1.º Os professores titulados actualmente providos:

2.º Os que não sendo, contarem cinco ou mais annos de effectivo exercicio do magisterio.

Paragrapho unico. Os que achando-se nestas condicções excederem do quadro do pessoal aproveitado continuarão a perceber seus ordenados dos cofres do estado, até que sejam providos nas vagas occorridas nos respectivos Municipios, devendo ser para isso preferidos.

Art. 13. Nas primeiras nomeações para a magistratura do estado, o governador, a quem cabem as nomeações, preferirá os actuaes juizes de direito e os desembargadores de mais nota, nos termos do art. 6.º das disposições transitorias da Constituição da Republica dos estados Unidos do Brazil.

Nessa primeira organisação não terá vigor o disposto no art. 79 e seu paragrapho.

§ 1.º Por essa occasião o governador poderá supprimir lugares de juizes municipaes e substitutos e bem assim remover esses juizes e dispensal-os nos Municipios supprimidos.

§ 2.º Naquelles Municipios, onde não forem supprimidos, conservando-se até vagarem os logares de juizes municipaes e substitutos, servirão esses juizes de preparadores e supplentes de juizes de direito, percebendo vencimentos do cofre do Estado.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades ás quaes o conhecimento e execução desta Constituição pertencerem, que a executem e façam executar e cumprir tão fiel e inteiramente como nella se contem.

Publique-se e execute-se em todo o territorio deste Estado.

Salas da sessões do Congresso Constituinte do Estado de Pernambuco, aos 17 de junho de 1891, 3º da Republica.

José Soriano de Souza, Senador — Presidente do Congresso.

José Maria de Albuquerque e Mello, Deputado, 1.º Secretario do Congresso.

Antonio Estevão de Oliveira, Deputado, — 2.º Secretario do Congresso.

Senadores

José Marcellino da Rosa e Silva.
Dr. *Praxedes Gomes de Souza Pitanga.*
Gaspar de Drummond.
Barão de *Caiará*
Coronel *Feliciano Catiopo Monteiro de Mello.*
Rogoberto B. da Silva.
Barão de *Itapissumá.*
José Maria C. de A; Lacerda.
Miguel José de A. Pernambuco.
Dr. *Antonio Joaquim de Moraes e Silva.*
Renovato Pereira Tejo.
Felippe de Figueirôa Faria.
Felisbino de Mendonça Vasconcellos.

Deputados

Apolinario Florentino de Albuquerque Maranhão.
Francisco Antonio Regueira Costa.
Arthur H. de Albuquerque Mello.
José Faustino Porto.

Publicação feita em virtude da deliberação do Senado na sessão de 27 de Junho de 1893

ESTADO DE S. PAULO

Paço da Camara Municipal da cidade de Santos, 22 de junho de 1892.

Srs. membros do Congresso Nacional — A Camara Municipal da cidade de Santos, confiada nos vossos sentimentos de patriotismo, vem respeitosamente representar-vos sobre a grande conveniencia de ser convertido em lei o projecto n. 29, elaborado pela illustre commissão de obras publicas e colonisação, autorisando o Poder Executivo a conceder licença ao cidadão Francisco Ferreira de Moraes, a

introduzir 2.000 trabalhadores liberianos no paiz.

Foi escudada com razões da maior relevancia que esta Camara tomou a deliberação de apoiar a proposta do mencionado cidadão e de solicitar do poder competente a sua approvação.

Attentas as condições reconhecidamente excepcionaes do porto desta cidade, a passagem do projecto impõe-se como uma medida salutar capaz de remover os innumeros obstaculos que embaraçam o desenvolvimento de seu commercio.

Della depende auferirmos incontestaveis beneficios, tanto sob o ponto de vista economico, como pela regularidade, brevidade e modicidade de salarios, que os trabalhadores liberianos asseguram no ramo de serviços a que especialmente se dedicam—o de carga e descarga de mercadorias sobre agua.

Devido ás influencias morbidas do nosso clima, a epidemia da febre amarella durante a estação calmosa assola de modo tão assombroso aos tripolantes das embarcações que aqui ancoram, que as importantes casas commerciaes, a quem veem consignadas, procuram collocal-as em abrigo seguro, retirando-as immediatamente para portos isentos do contagio do mortifero mal, taes como a villa de S. Vicente, Cubatão, ilha das Palmas e a cidade de S. Paulo!

Dest'arte, despojados de suas equipações, são os navios entregues aos mesmos trabalhadores, na sua maioria europeus, para carregal-os e descarregal-os.

Em consequencia, porém, de serem elles deficientes e improprios para serviço tão rude e penoso, acontece que os seus salarios encarecem exclusivamente e suas vidas estão sujeitas a imminente perigo.

Entretanto, estes graves inconvenientes desapparecerão si a immigração liberiana for uma realidade.

Os operarios liberianos são os que mais nos convem, porque, sobre serem morigerados, diligentes e amantes do trabalho, são de uma compleição robusta e sadia, perfeitamente adaptada ao serviço dos portos e acostumados aos rigores dos climas tropicaes e, portanto, ás epidemias que, com frequencia, nelles se desenvolvem.

Por estas breves considerações e por outras que ás vossas esclarecidas intelligencias acudirão, esta Camara espera que approveis o projecto alludido e tem a honra de apresentar-vos as expressões de sua mais distincta consideração.—*Francisco Cruz*, presidente.—*José Caetano Munhoz*, 1º secretario.—*Manoel F. de Araujo Vianna*, 2º secretario.

ACTA EM 29 DE JUNHO DE 1893

Presidencia do Sr. João Pedro (1º secretario)

Ao meio-dia comparecem os Srs. João Pedro, Antonio Baena, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Manoel Barata, Gomensoro, Catunda, José Bernardo, João Neiva, Joaquim Pernambuco, Rosa Junior, Manoel Victorino, Monteiro de Barros, C. Ottoni, Joaquim de Souza, Paranhos, Pinheiro Guedes, U. do Amaral, Santos Andrade e Luiz Delfino.

Deixam de comparecer com causa participada os Srs.: Prudente de Moraes, Gil Goulart, Thomaz Cruz, Francisco Machado, Nina Ribeiro, Cunha Junior, Cruz, Elyseu Martins, Coelho Rodrigues, João Cordeiro, Theodoreto Souto, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, João Barbalho, Gaspar Drummond, Messias de Gusmão, Coelho e Campos, Virgilio Damasio, Ruy Barbosa, Domingos Vicente, Q. Bocayuva, Laper, Braz Carneiro, E. Wandenkolk, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Joaquim Felicio, Americo Lobo, Rodrigues Alves, Silva Canedo, Aquilino do Amaral, Joaquim Martinho, Generoso Marques, Paulino Houn, Estéves Junior, Pinheiro Machado e Julio Frota, e sem causa participada os Srs.: Campos Salles e Ramiro Barcellos.

O Sr. 3º Secretario (*servindo de 1º*) dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Telegramma expedido do Desterro, estado de Santa Catharina, em 27 do corrente, assim concebido:

« Presidente Senado — Rio — Hontem, ordem commandante districto fui tirado bordo *Urano*, povo incommunicavel quartel cidadão José Savinliam e Marques, sem mandado nem requisição á autoridade estadual. Este cidadão viera Vaccaria, trazendo salvo-conducto autoridade policial dalli; seguiu Montevidéo. Outros emigrados aqui ameaçados, commando districto invadindo attribuições policiaes, não ha garantias.— *Fernando Caldeira*, chefe de policia. » — Inteirado.

O Sr. João Neiva (*servindo de 2º secretario*) declara que não ha pareceres.

Ao meio-dia e 15 minutos, o Sr. presidente declara que hoje não póde haver sessão, por isso que até esta hora teem comparecido apenas 20 Srs. senadores.

Depois de convidar os Srs. senadores presentes para se occuparem com os trabalhos de

suas commissões, designa para a ordem do dia da sessão seguinte:

Discussão unica das redacções dos projectos do Senado:

N. 45, de 1892, autorisando o governo a mandar pagar ao Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, professor vitalicio do curso annexo á Faculdade de Direito do Recife, os vencimentos que deixou de receber;

N. 7, de 1893, ampliando a organisação da Procuradoria da Republica e Fazenda Federal;

N. 11, do mesmo anno, auxiliando com a quantia de 10:000$ o Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros, para o fim de ser realisada a exposição de trabalhos juridicos que o mesmo instituto pretende inaugurar;

Votação da materia cuja discussão ficou encerrada.

Discussão unica dos pareceres:

N. 76, de 1893, da commissão de finanças, opinando pelo indeferimento da petição em que José dos Santos Colona pede melhoria de aposentadoria;

N. 78, de 1893, da commissão de marinha e guerra, opinando que não assiste direito algum ao favor pedido pelo major reformado do exercito Francisco de Paula Pereira Andrade;

N. 80, de 1893, da commissão de justiça e legislação, opinando pela rejeição do *veto* do prefeito do Districto Federal á resolução do Conselho Municipal, concedendo um privilegio ao engenheiro Felix Antonio Pereira Lima;

2ª discussão do projecto do Senado, n. 13, de 1893, concedendo amnistia aos implicados nos ultimos acontecimentos havidos em Goyaz;

3ª discussão do projecto do Senado, n. 54, de 1892, autorisando o governo a prorogar o prazo concedido á Companhia Colonisação Industrial de Santa Catharina, para inauguração do engenho central na povoação — Palhoça;

Discussão unica do parecer n. 77, de 1893, opinando que se archive a representação do Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, pedindo providencias que salvem a situação anarchica do estado de Pernambuco.

RATIFICAÇÃO

Nas observações feitas pelo Sr. presidente em resposta a uma reclamação do Sr. senador U. do Amaral, em sessão de 27 do corrente, em logar de—Esta acta foi publicada no *Diario do Congresso* de terça feira... diga-se: de quinta-feira.

42ª sessão em 30 de junho de 1893

Presidencia do Sr. João Pedro (1º secretario)

SUMMARIO — Chamada — Leitura da acta — Parecer. — Requerimento — Discurso e requerimento do Sr. Domingos Vicente — ORDEM DO DIA — Votação da redacção dos projectos ns. 45, 7 e 11 — Votação da materia encerrada — Requerimento do Sr. João Neiva — Votação dos pareceres ns. 76, 78 e 80 — 3ª discussão do projecto n. 13 — Discursos dos Srs. Firmino da Silveira e João Barbalho — Emenda — Observações do Sr. presidente — Discursos dos Srs. Gomensoro, Paranhos, Almeida Barreto e Gomensoro — Requerimento — Adiamento da discussão — Votação do projecto n. 51 — Discussão do parecer n. 77 — Discursos dos Srs. Coelho Rodrigues e Aristides Lobo — Requerimento — Chamada — Adiamento da discussão.

Ao meio-dia comparecem 33 Srs. senadores, a saber: João Pedro, Antonio Baena, João Neiva, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Nina Ribeiro, Manoel Barata, Gomensoro, Cruz, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, Joaquim Pernambuco, João Barbalho, Rosa Junior, Coelho e Campos, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Monteiro de Barros, Q. Bocayuva, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, C. Ottoni, Rodrigues Alves, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Paranhos, U. do Amaral, Santos Andrade, Raulino Horn, Esteves Junior e Luiz Delfino.

Abre-se a sessão.

São successivamente lidas, postas em discussão e, não havendo reclamações, dão-se por approvadas as actas da ultima sessão e da reunião realisada no dia 29 do corrente.

Comparecem depois de aberta a sessão os Srs. Gil Goulart, Thomaz Cruz, Francisco Machado, Coelho Rodrigues, Gaspar Drummond, Virgilio Damasio, Laper, Braz Carneiro, Joaquim Felicio, Americo Lobo, Joaquim Murtinho e Pinheiro Guedes.

Deixam de comparecer com causa participada os Srs. Prudente de Moraes, Elyseu Martins, Cunha Junior, Theodoreto Souto, E. Wandenkolk, Aquilino do Amaral, Generoso Marques, Pinheiro Machado e Julio Frota; e sem causa participada os Srs. Catunda, João Cordeiro, Messias de Gusmão, Ruy Barbosa, Campos Salles e Ramiro Barcellos.

O SR. 3º SECRETARIO (*servindo de 1º*) declara que não ha expediente.

O SR. JOÃO NEIVA (*servindo de 2º secretario*) lê e vão a imprimir, para entrar na ordem dos trabalhos, os seguintes

PARECERES

N. 86 — 1893

A Commissão de Marinha e Guerra, tendo examinado a proposição da Camara dos Srs.

Deputados, fixando a força naval para o anno de 1894, e a proposta do Governo, que serviu de base áquella, é de parecer que a mesma proposição seja submettida a debate e approvada.

As alterações feitas na proposta do Governo pela Camara constituem medidas de grande conveniencia para o serviço naval, e são reclamadas como complemento inadiavel ao bom andamento, não sómente desse mesmo serviço, como dos que lhes são connexos.

Entende, portanto, a Commissão que nenhuma modificação ha mais a fazer; sujeita, entretanto, á sabedoria do Senado esta sua opinião.

Sala das Commissões, 28 de junho de 1893.—*João Neiva.—Almeida Barreto.—Joaquim Sarmento.—Rosa Junior.—Santos Andrade.*

N. 87 — 1893

Considerando que por deliberação do Senado, requerida em 21 de setembro de 1892 pela commissão de finanças, mandou-se ouvir o governo sobre a petição do Dr. Francisco Augusto de Almeida, em que este impetra do Poder Legislativo melhora de vencimentos para sua aposentadoria, com a addição da porcentagem percebida ao tempo de sua effectividade no cargo de lançador;

Considerando que, em resposta a esta consulta, remetteu o Sr. Vice-Presidente da Republica as informações e pareceres que acerca da referida petição prestaram diversos funccionarios do Ministerio da Fazenda;

Considerando que destes pareceres e informações deduz-se que «os vencimentos da aposentadoria foram marcados de conformidade com as disposições que regulam a especie, e que, portanto, o pedido é objecto de graça», cuja concessão só encontra um facto igual, verdadeira e notoria excepção;

Considerando que ainda na hypothese de mais de 30 annos de bons serviços, entendeu o poder competente que devia ser cassada a autorisação dada ao governo no § 2º do art. 8º do decreto n. 2551 de 17 de março de 1860, de melhorar os vencimentos da aposentadoria dos empregados das recebedorias que contassem esse tempo, augmentando-os até mais de 50 %;

Considerando que, cassada esta autorisação pelo art. 7º do decreto n. 5323 de 30 de junho de 1873, só por uma lei de caracter meramente pessoal, sem motivos bastante sérios e poderosos que a justifiquem, poderá o Congresso Nacional attender á pretenção do peticionario:

E' de parecer a commissão de finanças do Senado que seja indeferida a petição do Dr. Francisco Augusto de Almeida.

Sala das commissões, 30 de junho de 1893. —*Manoel Victorino. — Rodrigues Alves.— Monteiro de Barros.—Saldanha Marinho.— Domingos Vicente.*

N. 88—1892

A commissão de marinha e guerra, de posse da informação ministrada pelo governo, em aviso do Ministerio da Marinha n. 1263 de 19 do corrente mez, sobre a transferencia do Arsenal da Bahia para outro ponto que reuna as condições reclamadas pela sciencia militar, para um estabelecimento naval dessa natureza, vem hoje modificar seu parecer de 17 de setembro do anno passado, no sentido de aconselhar seja adoptada a proposição, com a emenda additiva, que adeante formulará.

De facto, a transferencia dos arsenaes de marinha quer da Bahia, quer da Capital Federal, tem sido indicado por diversos ministros, em seus relatorios, dando-se como causa principal estarem esses estabelecimentos collocados em posição indefensaveis, em caso de aggressão estrangeira; e mais ainda, a necessidade de alargar suas dependencias, reconhecidamente acanhadas, o que sómente se poderá realisar retirando-os dos centros commerciaes em que se acham situados.

Deste modo construir-se-hão edificios proprios aos serviços a que se destinam e dar-se-ha espaço ás alfandegas, que lhes ficam quasi contiguas.

Quanto á duvida que se levanta sobre a exequibilidade da mudança sem dispendio para o Thesouro Nacional, ella desapparece deante da consideração de que em troca póde-se ceder parte dos terrenos e propriedade dos edificios dos indicados arsenaes, terrenos que teem na actualidade grande valor pela sua posição no centro commercial e á beira-mar.

E a commissão, convencida da viabilidade da permuta, anima-se, sobre tal base, a propor a transferencia dos dous alludidos arsenaes.

Relativamente á construcção de uma mortona no estado de Matto Grosso, de que tambem trata o projecto, pensa a commissão que o simples exame da posição geographica desse longinquo estado, sem fallar de outras circumstancias alliadas á politica internacional, aconselham urgentemente essa obra, cujo dispendio é relativamante pequeno attento o fim a que é destinada.

Accresce que bem proximo á cidade de Corumbá temos um arsenal de marinha convenientemente montado e provido de machinismos modernos, vindo, portanto, aquella mortona completar os melhoramentos de que carece o arsenal, para prestar inestimaveis serviços em dadas circumstancias, reparando os nossos navios de guerra estacionados no rio Paraguay.

Sujeital-os a uma viagem á Capital Federal para fazer os concertos e reparos de que porventura necessitem, é desconhecer que, muitas vezes elles não poderão deixar as aguas tranquillas dos rios para affrontar as tempestades do oceano; sem fallar na despeza que acarretariam taes viagens, e da impossibilidade material sinão politica de realisal-as:

Ha, portanto, pensa a commissão, absoluta e inadiavel necessidade de levar-se a effeito a construcção da mortona em Matto Grosso; distribuindo-se, porém, por mais de um exercicio financeiro a respectiva despeza.

Neste pensamento, e si for approvada pelo Senado a idéa, a commissão apresentará ao orçamento do Ministerio da Marinha uma emenda contemplando a quantia necessaria para ser despendida no proximo exercicio.

Emenda additiva a que se refere este parecer

Ao art. 1º acrescente-se:

§ 1.º A remoção dos arsenaes sómente se effectuará depois de escolhido pelo governo o conveniente local para cada um delles, e mediante concurrencia publica, tendo por base os orçamentos e planos das novas construcções, inclusive officinas, dependencias, casas de morada para o pessoal, que pelo regulamento deve habitar no estabelecimento ou suas immediações. Esses estudos e planos serão executados pelo governo.

§ 2.º A União cederá os terrenos onde estão actualmente os arsenaes com todos os predios e bemfeitorias nelles existentes, salvo:

a) quanto ao Rio de Janeiro, os diques e dependencias do mesmo arsenal estabelecidos na ilha das Cobras;

b) quanto á Bahia, o terreno que fica entre a alfandega e a doca do arsenal e a parte desta que for necessaria ao serviço da referida alfandega.

§ 3.º A União concede dispensa dos impostos de importação para todo o material destinado á construcção dos novos estabelecimentos; direito de desapropriação, com obrigação de construir nas áreas cedidas, trapiches alfandegados e communicações francas e faceis por aterros ou viaductos, com os centros commerciaes.

Sala das commissões, 30 de junho de 1893. —*João Neiva.—Santos Andrade.— Rosa Junior.—Almeida Barreto.—Joaquim Sarmento.*

A commissão de finanças está de accordo. Em 30 de junho de 1893.—*Manoel Victorino.* —*Q. Bocayuva.*—*Amaro Cavalcanti.*—*Saldanha Marinho.*—*Rodrigues Alves*, com restricções. —*Monteiro de Barros.*

N. 89—1893

A commissão de marinha e guerra examinou a proposição da Camara dos Srs. Deputados, n. 12, de 1892, que dispensa do concurso para os logares de medico adjunto do serviço sanitario do exercito os que tenham mais de dous annos de serviço effectivo, prestados com zelo e proficiencia, reduz seu numero, e augmenta-lhes os respectivos vencimentos; e depois de estudar o assumpto com a maxima attenção, consultando os interesses do corpo sanitario do exercito, é de parecer que a mesma proposição seja submettida a debate e approvada.

Sala das commissões, 30 de junho de 1893. —*João Neiva.*—*Joaquim Sarmento.*—*Almeida Barreto.*—*Rosa Junior.*—*Santos Andrade.*

A commissão de finanças está de accordo, por não haver augmento na despeza.

Sala das commissões do Senado, 30 de junho de 1893.—*Manoel Victorino.*—*Q. Bocayuva.*— *Amaro Cavalcanti.*—*Saldanha Marinho.*— *Rodrigues Alves.*—*Monteiro de Barros.*

O mesmo Sr. secretario lê, é posto em discussão e sem debate approvado o requerimento constante do seguinte

PARECER N. 90—1893

Considerando que pende de estudo e approvação legislativa a organisação dada pelo Ministerio do Interior á Repartição Sanitaria, que ficou a cargo da União;

Considerando que no respectivo orçamento deve ser fixada a verba de vencimentos do pessoal que tem de servir na referida repartição;

Considerando que os peticionarios, empregados da Secretaria Geral de Hygiene, estão comprehendidos na supradita organisação:

E' de parecer a commissão de finanças que o requerimento dos empregados da secretaria da Inspectoria Geral de Hygiene aguarde a elaboração do orçamento do Interior.

Sala das commissões, 29 de junho de 1893. —*Manoel Victorino.*— *Domingos Vicente.*— *Monteiro de Barros.*—*Saldanha Marinho.*— *Rodrigues Alves.*

O Sr. Domingos Vicente começa pedindo ao Sr. presidente a bondade de dar para discussão um projecto, que já está em segunda, alfandega do as mesas de rendas de Itajahy e Laguna, em Santa Catarina, Antonina no Paraná, e Itapemirim, no estado do Espirito Santo.

Este pro ecto foi á commissão para emittir parecer e ella opinou que fosse ouvido o governo, que, entretanto, até hoje não manifestou sua opinião.

Passando a outro assumpto, diz que tem um requerimento, que vae enviar á mesa, depois de fundamental-o.

Esse requerimento não tem fins hostis ao governo, ao qual tem prestado sempre o seu voto, sem importancia moral, é verdade (*não apoiados*), mas que vale tanto como o de qualquer outro para o numero de votos que elle tem obtido.

Não crearia embaraços ao governo, ainda mesmo si tivesse prestigio, si tivesse influencia, si tivesse valor para o fazer.

O Sr. Gil Goulat — V. Ex. tem toda a influencia, basta o modo por que tem desenpenhado o seu mandato.

O Sr. Domingos Vicente, proseguindo, diz que niguem mais do que elle deseja a consolidação do regimen republicano, para o qual não concorreu; ninguem mais do que elle deseja a consolidação do credito e da confiança publica, da ordem e da paz, constantemente perturbadas por boatos alarmantes, que tornam duvidoso o dia de amanhã; finalmente ninguem deseja mais do que elle o respeito á Constituição e ás leis, para que as instituições sejam amadas; politica de confraternisação, de tolerancia, de esquecimento de erros.

Confessa tambem, com toda a franqueza, seus erros, certo, porém, de que não são elles dos mais graves nem dos mais grosseiros.

Sente-se muito desalentado e muito desanimado, e tem razão para isto. Mas o seu desalento e o seu desanimo não fazem esquecer o cumprimento do dever, nem tambem menospresar os interesses do estado que, generoso, deu-lhe a honra de represental-o.

Não é daquelles que dizem que acima do amor da familia colloca-se o amor da patria. Acima do amor da familia o orador só colloca o cumprimento do dever e é pelo cumprimento do dever que vem a comprehensão do amor da familia.

O orador não seria digno da posição que occupa si, pelas attenções que o governo lhe tem dispensado, si pelos favores que tem pedido aos Srs. ministros, por causa da posição que occupa, esquecesse o cumprimento do seu dever e desprezasse os interesses legitimos do estado que representa.

Si o seu procedimento por ventura melindrar as suas relações com o governo, preferirá isto a tragar em humilhante silencio um ataque feito á autonomia e aos interesses dos estados menos presados pelo governo federal em assumpto que interessa essencialmente sua vida.

Passando a fundamentar o seu requerimento, o orador diz que vae tratar de tres questões que estão dependentes do governo todas ellas dizem respeito ao estado do Espirito Santo.

O ministro da industria, viação e obras publicas, de ordem do Vice-Presidente da Republica, recommendou ao presidente do estado do Espirito Santo que expedisse á Companhia Brazileira Torrens titulo de propriedade de 30.000 hectares de terras em uma área de 81.180, medida e demarcada nos valles do Guandú e Castello, do Cachoeiro do Itapemerim, naquelle estado, uma vez que a companhia recolhesse aos cofres da Thesouraria de Fazenda a importancia desses 30.000 hectares.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Em que data foi este aviso?

O Sr. Domingos Vicenee responde que não se lembra da data; crê, porém, que é do anno passado.

Não é um aviso, é uma recommendação, um officio dirigido pelo ministro da industria e viação ao presidente do Espirito Santo no sentido de que trata.

O Sr. Gil Goulart—E' uma absorpção dos direitos estadoaes.

O Sr. Domingos Vicente lembra que já a lei n. 3396, de 24 de novembro de 1888, dera aos estados o producto de terras devolutas.

Pede, portanto, licença ao Senado para ler o art. 4º da lei a que se refere (*lê*):

« Serão pelas provincias cobradas as dividas ao Estado dos colonos nellas estabelecidos e o producto, bem como o da venda das terras publicas, ás mesmas provincias cedido para ser por ellas applicado ao desenvolvimento e serviço da colonisação. »

Por conseguinte, nenhuma lei posterior revogou a de 1888, plenamente confirmada no dominio da Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891.

O contracto feito pelo Companhia Brazileira Torrens é de 1890, e o governo não podia ordenar que o producto desse contracto, isto é, que o valor das terras fosse recolhido aos cofres da União, como renda desta, cuja cessão foi voluntaria.

A recommendação do governo dá á Companhia Brazileira Torrens um direito novo, que ella não tem e não póde ter, que é vender terras por preço menor do que está estabeleciro nas tabellas organisadas pelo Estado, que

teve em vista a qualidade dos terrenos e a procura delles.

A Constituição no art. 54 dispõe o seguinte (*le*):

«Pertencem aos estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territorios, cabendo á União sómente a porção de territorio que for indispensavel para a defeza das fronteiras, fortificações, construcções militares e estradas de ferro federaes.»

Só em um caso a Constituição Federal tornou dependente de lei federal o cumprimento de disposições suas. O art. 13 é o unico que dispõe dando o direito á União e estados de legislar sobre viação ferrea e navegação interior.

Ainda a Constituição dispõe no art. 83 o seguinte (*le*):

«Continuam em vigor, emquanto não revogadas, as leis do antigo regimen, no que explicita e implicitamente não for contrario ao systema de governo firmado pela Constituição e aos principios nella consagrados.»

A disposição da Constituição Federal, art. 64, é clara, terminante e muito simples.

O ministro da fazenda, porém, julgou-se no direito de summariamente revogar o art. 64 da Constituição Federal, mandando que o producto das terras devolutas fosse arrecadado como receita eventual da União; por esta fórma o ministro da fazenda desorganisa o orçamento do Estado.

A constituição do Espirito Santo, em virtude da Constituição Federal, em seus orçamentos, dispoz das terras devolutas como renda sua e, a prevalecer a doutrina do Sr. ministro da fazenda, está desorganisado o orçamento do estado, a sua situação financeira e economica, emfim todos os planos da administração, planos estes que são os mais beneficos, os mais acertados, os mais importantes para o progresso do estado que o Dr. Muniz Freire, com muita vantagem, brilhantismo e illustração administra. (*Apoiados.*)

Anteriormente a este aviso o Presidente da Republica recommendou ao Congresso, em sua mensagem, que passasse para os estados os serviços de terras e colonisação; e não fez só isto, mandou passsar para os estados todos os processos de terras, todos os requerimentos dos cidadãos pedindo terras devolutas, todo o serviço de terras.

O SR. Q. BOCAYUVA— E a União reservou sómente para si o orçamento da despeza.

O SR. DOMINGOS VICENTE, respondendo ao aparte com que o honra o nobre senador pelo estado do Rio, diz que a despeza com a colonisação do Espirito Santo está sendo feita pelo estado.

A prevalecer este aviso do ministro da fazenda, o estado devolve á União o serviço de colonisação, que está determinado em seu orçamento.

O SR. Q. BOCAYUVA—Si ella não tem terras ha de fazer a colonisação no ar?

O orador, em resposta ao aparte, pergunta: si a União Federal não tinha terras, por que a sua Constituição cedeu as dos estados, para que não as reservou?

O SR. Q. BOCAYUVA—Estou de accordo com o honrado senador; refiro-me á anomalia que resulta desta disposição.

O SR. DOMINGOS VICENTE, entende portanto que o governo federal, para ser coherente, para que observe a doutrina do ministro da fazenda, mande recolher aos cofres da União o producto das terras desde 1888 arrecadado.

Foi em virtude da lei de 1888 que o honrado administrador da provincia, Dr. Henrique Moscovo, cujo nome os filhos do Espirito Santo não deixam sahir dos labios sem respeito e acatamento, mandou construir um grande barracão que lá está á entrada da barra attestando o seu zelo, o seu patriotismo, a sua dedicação e a sua boa orientação. (*Apoiados.*)

Já então elle tinha feito um contracto para introducção de colonos no Espirito Santo.

Viu ha poucos dias um illustre deputado pelo seu estado, apresentando um projecto na Camara dos Srs. Deputados relativamente á questão do producto das terras devolutas que o Ministerio da Fazenda mandou recolher aos cofres da União.

O SR. GIL GOULART— Este projecto de lei não tem mais valor do que a Constituição.

O SR. DOMINGOS VICENTE diz que o seu collega tem toda a razão e até vem em seu auxilio.

Está em completo desaccordo com as disposições deste projecto, apesar de ainda não o conhecer, mais porque entende que o art. 64 da Constituição Federal não precisa de explicação.

O art. 64 do estatuto federal dá aos estados o producto das terras devolutas. O ministro da fazenda summariamente manda recolher aos cofres da União o producto dessas terras. E' uma especie de juiz de paz da roça, do antigo regimen, que revogou a Constituição do Imperio.

O orador, como representante do estado do Espirito Santo, mais de perto interessado nesta questão, deve declarar ao Senado que, si fosse presidente do estado, preferiria demittir-se, deixar o governo, a cumprir semelhante aviso.

A segunda é sobre o auxilio de 200:000$, para colonisação.

O SR. GIL GOULART—V.Ex. deixe isto para depois.

O SR. DOMINGOS VICENTE responde que falla nisto porque disse que ia tratar de tres questões.

Diz que confia que o honrado Dr. Paula Souza resolva como prometteu. Nada mais dirá por emquanto.

Passa a outro assumpto, que o orador considera de grande importancia; refere-se a um contracto que o governo da União fez, auxiliando uma estrada de ferro.

Lembra ao Senado que em 1882 a assembléa provincial concedeu privilegio a José Moreira Barbosa e Eduardo M. Limoeiro para construcção, uso e goso de uma linha ferrea de bitola estreita que, partindo da capital do Espirito Santo fosse a Santa Cruz nas cabeceiras do Rio Pardo, limites do estado com Minas Geraes.

Diversas innovações foram feitas após a lei, em 1882 e 1884, a pedido dos concessionarios para apresentação dos estudos e construcção da linha.

Em 1888, a requerimento da companhia, o Dr. Henrique Moscoso innovou pela terceira vez o contracto, em virtude de lei, substituindo a garantia de juro, que era de 7 %, pela garantia de 4 % em ouro, e nessa occasião os concessionarios obtiveram da União um auxilio addicional de 2 % em ouro sobre 30 contos por kilometro mas com obrigação de por o seu contracto de accordo com o contracto celebrado com o governo da União.

Nestas condições, porém, pensa o orador que não se conseguiu do governo do Espirito Santo a modificação ao contracto exigida pelo governo da União, quando concedeu a garantia addicional de 2%.

O anno passado (1892) requereram os contractantes ainda uma quarta innovação de contracto, que lhe foi concedida pelo actual presidente do Espirito Santo, que no intuito ao ver realisado aquelle melhoramento, concedeu vantagens. Então o governo substituiu a garantia de 4% em ouro pela de 5 % e reduziu-lhe o traçado, que devia ser de 300 kilometros, a 80. A companhia era obrigada a construir a estrada de ferro do lado meridional da capital do Espirito Santo até á povoação de Mathilde, 80 kilometros.

Substituiu tambem ou augmentou a importancia das £ 500.000, que era em quanto se calculava a construcção de toda a linha, pela de 3.600:000$000.

Nada disto, porém, serviu para que a companhia procurasse satisfazer o contracto que pela quarta vez fez com o estado.

Leio a clausula 22 do contracto, celebrado o anno passado (*lê*):

« O estado garante á companhia, pelo prazo de 15 annos, o juro de 5 % ao anno sobre o capital que ella empregar na construcção da estrada, até o maximo de 3.600:000$, e, si caducar a garantia supplementar que a companhia tem do governo da União, de 2 % sobre 30:000$ por kilometros, o estado preenchel-a-ha na mesma proporção.»

Os concessionarios nesta occasião passaram o contracto á Companhia Viação Ferrea Sapucahy, e esta, inaugurou o serviço, mas sem animo deliberado de cousa alguma fazer.

Tinha a companhia em serviço uns 30 trabalhadores, que cavavam a terra com cavadores de páo. Além disto a companhia pagava aos trabalhadores no fim de dous mezes, e quando elles antes reclamavam a importancia de seus salarios, procurava o chefe de policia, que com muita facilidade uma occasião mandou recolher á cadeia 11 trabalhadores que deixaram o serviço.

A razão que ella dava era a seguinte:

Não pagava os dous mezes de salarios aos trabalhadores para que elles ficassem presos ao trabalho e não abandonassem o serviço.

Na ultima innovação do contracto feito com a Companhia de Sapucahy, representada pelo seu procurador legitimo, impoz-se a seguinte clausula (*lê*):

«A companhia fica sujeita á multa de 500$ até 5:000$, conforme a gravidade da falta, pela inobservancia de qualquer clausula do presente contracto ou das determinações do engenheiro fiscal, e á pena de caducidade do contracto nos seguintes casos:

«1.º Si ao fim dos primeiros 6 mezes da data de sua assignatura não tiver atacado com a devida diligencia os trabalhos.»

No fim de seis mezes, no primeiro trecho da estrada, que tem 20 kilometros, não tinha a companhia serviço em mais de 12 e o presidente do Espirito Santo rescindiu o contracto; mas a companhia, que tem um auxilio addicional da União, reclamou perante o Ministerio da Industria, que até hoje não declarou caduco o contracto, alimentando assim a esperança de haver do estado do Espirito Santo uma indemnisação que na 131ª clausula foi prevenida (*lê*):

« Declarada a caducidade pelo presidente do estado, a companhia perderá todo o trabalho e material empregado, sem direito a indemnisação alguma e nem poderá auguir contra o estado a subsistencia do seu contrato perante o Governo Federal, cujos privilegios e favores ficam desta arte subordinados á subsistencia do presente contracto.»

Parece-lhe que esta questão é mais importanta do que se afigura ao governno da União; que o honrado ministro da industria, em quem muito confia, não tem, talvez pelos muitos afazeres, prestado a attenção mere-

cida a este assumpto e o orador tomou a resolução de chamar desta tribuna a sua attenção, pedindo-lhe com o maior interesse que, em beneficio do estado do Espirito Santo, que não tem um palmo de estrada de ferro subvencionada pelos cofres da União, rescinda este contracto, afim de que o estado do Espirito Santo possa, desembaraçado, levar a effeito a construcção de toda a linha, uma vez que tem recursos para fazel-o.

O SR. Q. BOCAYUVA—O governo tem contracto com esta companhia?

O SR. DOMINGOS VICENTE responde que o governo deu uma garantia addicional de 2%.

O SR. Q. BOCAYUVA— Não é uma concessão.

O SR. DOMINGOS VICENTE diz que no entretanto está a companhia com advogados que, aproveitando-se do favor que a União dá, estão alimentando a esperança e embaraçando a estrada que o estado do Espirito Santo está construindo.

O governo deu o auxilio de 6 % a uma estrada que da povoação Mathilde fosse a Santa Luzia de Carangola, 400 kilometros, e esta subvenção caducou. Ha outra estrada tambem garantida pelo governo da União: é a de Peçanha, que ora está embargada e que só poderá ser realisada, porque o governo do estado concedeu-lhe tambem uma garantia addicional de 6 % por 20:000$ o kilometro. A Estrada de Ferro Sul do Espirito Santo, que é a antiga do Rio Pardo, ligará a capital á importante cidade de Cachoeiro do Itapemirim, e ahi encontrando a do Alegre póde e deve ir aos limites do estado do Espirito Santo e ligar-se com Minas, si porventura o illustrado presidente de Minas Geraes quizer auxiliar por sua vez a construcção no seu estado e ligal-o ao Espirito Santo.

O orador diz que não se alongará mais sobre este assumpto.

O SR. PRESIDENTE — A hora está esgotada.

O SR. DOMINGOS VICENTE responde que terminará; mas, si porventura quizesse ir além, pensa que teria a benevolencia do Senado concedendo-lhe mais uns dez minutos (*apoiados*), mesmo porque faria isto a um membro que poucas vezes usa da palavra.

Não pedirá, porém, prorogação da hora; acceita a observação do Sr. presidente, mandará á mesa o seu requerimento, guardando-se para dar maiores esclarecimentos, si for impugnado, ou quando o Ministerio da Fazenda se dignar de responder á pergunta que no mesmo requerimento faz, podendo desde já, não garantir; mas dizer ao Senado que nenhuma esperança tem de que semelhante informação possa ser dada pelo Ministerio da Fazenda, porque lhe parece que o assumpto é tão simples que elle não terá que dizer sinão que fez porque entendia que devia fazer.

O Senado desculpal-o-ha de ter abusado um pouco mais do que costuma da sua benevola attenção. (*Não apoiados; muito bem; muito bem.*)

Vem á mesa o seguinte

Requerimento

Requeremos ue o Ministerio da Fazenda *informe*,

1º em que funda-se para declarar aos chefes das repartições do seu Ministerio, em 9 de maio ultimo, que façam recolher como receita da União o producto de terras nos estados.

2º, si depois da Constituição Federal, as thesourarias ou alfandegas arrecadaram o producto de taes terras ou das dividas dessas.

Sala das sessões, 30 de junho de 1893. — *Domingos Vicente.—Monteiro de Barros.*

Fica sobre a mesa para ser apoiado opportunamente, visto estar esgotada a hora designada para o expediente.

ORDEM DO DIA

Entram successivamente em discussão unica e são sem debate approvadas as redacções dos projectos do Senado:

N. 45, de 1892, autorisando o governo a mandar pagar ao Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, professor vitalicio do curso annexo á Faculdade de Direito do Recife, os vencimentos que deixou de receber;

N. 7, de 1893, ampliando a organisação da Procuradoria da Republica e Fazenda Federal;

N. 11, do mesmo anno, auxiliando com a quantia de 10:000$ o Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros, para o fim de ser realisada a exposição dos trabalhos juridicos que o mesmo instituto pretende inaugurar.

E' annunciada a votação em 2ª discussão da proposição da mesma camara, n. 50, de 1892, autorisando a revisão geral das promoções realisadas no exercito desde 15 de novembro de 1889, até 31 de dezembro de 1891.

O SR JOÃO NEIVA (*pela ordem*) requer, em nome da commissão de marinha e guerra, a retirada do substitutivo, que apresentou.

Consultado, o Senado consente na retirada.

Procede-se á votação da proposição e são successivamente approvados os arts. 1º a 8º e ultimo da proposição.

E' a proposição adoptada. para passar á 3ª discussão.

O SR. JOÃO NEIVA (*pela ordem*) requer dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição.

Consultado, o Senado concede a dispensa pedida.

Entram successivamente em discussão, e são sem debate approvadas as conclusões dos seguintes

PARECERES

N. 75, de 1893, da commissão de finanças, opinando pelo indeferimento da petição em que José dos Santos Colona pede melhoria de aposentadoria ;

N. 78, de 1893, da commissão de marinha e guerra, opinando que não assiste direito algum ao favor pedido pelo major reformado do exercito Francisco de Paula Pereira Andrade.

Segue-se em discussão unica, e é sem debate approvada, a conclusão do parecer n. 80, de 1893, da commissão de justiça e legislação, opinando pela rejeição do *veto* do prefeito do Districto Federal á resolução do Conselho Municipal, concedendo um privilegio ao engenheiro Felix Antonio Pereira Lima.

A resolução a que se refere o parecer vae ser devolvida ao prefeito do Districto Federal, com a communicação da deliberação do Senado.

Segue-se em 2ª discussão o art. 1º do projecto do Senado, n. 13, de 1893, concedendo amnistia aos implicados nos ultimos acontecimentos havidos no estado de Goyaz.

(*O Sr. presidente deixa a cadeira da presidencia, que é occupada pelo Sr. 2º secretario.*)

O Sr. Firmino da Silveira entra no debate receioso de offender o melindre dos illustres senadores de Goyaz, aos quaes pede desculpa por precisar tratar de uma questão peculiar e correspondente aos interesses locaes daquelle estado.

Não se oppõe ao projecto de amnistia, ao contrario, entende que é necessario offerecer uma emenda, ampliando este favor a outra comarca do mesmo estado.

Nesse sentido offerecerá uma emenda relativa á comarca de Boa Vista, actualmente conflagrada.

Vem á mesa e é lida a seguinte

Emenda

Accrescente-se ao final do art. 1º o seguinte —*e bem assim os implicados em todas as occurrencias que se tem dado na comarca da Boa Vista, no mesmo estado, desde fevereiro do anno findo.*

Sala das sessões, 30 de junho de 1893.— *Firmino da Silveira.*

O Sr. Presidente—O honrado senador pela Parahyba enviou á mesa um additivo, pedindo que se estenda a amnistia proposta para os revoltosos de Catalão aos crimes de identica natureza occorridos em Boa Vista, no estado de Goyaz.

Agita-se neste momento uma questão, a que se prendem interesses individuaes. Ora, tratando-se destes, me parece, que segundo o art. 109 do regimento a emenda não póde ser recebida.

O SR. JOÃO BARBALHO (*pela ordem*) — Sr. presidente, estou muito acostumado a respeitar as decisões da mesa ; mas parece que esta decisão não procede.

O SR. PRESIDENTE — A mesa não decidiu nada; vae consultar ao Senado.

O SR. JOÃO BARBALHO—A amnistia é essencialmente de interesse publico, e não ha necessidade de requerimento das partes, tanto assim que os contemplados no projecto nada requereram. Mas, uma vez que V. Ex., vae submetter o caso á consideração do Senado, nada mais accrescentarei.

O SR. COMENSORO (*pela ordem*) — Tambem respeito as decisões da mesa, mas parece-me que não ha necessidade de submetter o caso á consideração do Senado mesmo pelos precedentes que existem. O Senado ha de lembrar-se que, quando foi lançada a questão da amnistia para os revoltososos de Matto Grosso, houve a enxertia de uma emenda com relação aos sediciosos de Santa Cruz; essa emenda foi levada á commissão e depois passou aqui sem ter sido atacada pelo art. 109 do regimento.

O Sr. Presidente — Quando se deu o precedente a que allude o honrado senador o regimento não era o mesmo ; depois soffreu reformas. Submetterei, portanto, a questão á deliberação do Senado.

O Sr. Firmino da Silveira mandou uma emenda ao projecto em discussão.

A mesa entra em duvida si, á vista do art. 109, que não admitte emendas a projectos relativos a interesses individuaes ou locaes, deve ou não ser acceita esta emenda"; é sobre este ponto que vae consultar o Senado.

Consultado, o Senado apoia a emenda, que entra em discussão com o projecto.

O Sr. Gomensoro—Sr. presidente, a decisão do Senado, resolvendo que este projecto fosse lançado á discussão, independente do parecer de commissão, me colheu de sorpresa.

Não me achava presente ao começo dos trabalhos da sessão no dia em que o honrado senador pelo Piauhy entendeu dever pedir que fosse incluido na ordem do dia este projecto, prevalecendo-se da disposição do art. 95 do regimento; si estivesse presente impugnaria o requerimento do honrado senador, não pelo facto de não ter a lei por si, mas porque daria nessa occasião as razões da demora no parecer, não de uma, mas de duas commissões.

O projecto foi affecto á commissão de justiça e legislação e á de constituição.

Eu pudera, sem ser chicanista, dizer que o prazo é dobrado, porque nem sempre as duas commissões podem trabalhar conjunctamente: mas o projecto foi apresentado sem documentos de factos comprobatorios que dessem logar a ser apreciado de modo que o parecer fosse interposto com brevidade,

E' verdade que o autor do projeto, o Sr. Paranhos, quando o fundamentou, deu a razão de ser do projecto; a commissão, porém, não se achava completamente habilitada para interpor parecer; e eu pretendia, consultando os outros membros da commissão, requerer documentos que nos levassem a propor decisão sobre questão tão importante, como é a amnistia.

Todos sabem a importancia deste remedio, que é excessivamente salutar para certos e determinados casos, mas que não deve ser usado com tal liberalidade, que tenhamos a cada momento, por qualquer facto, por mais insignificante que seja (não faço allusão ao do que se trata), por qualquer facto de motim ou sedição de caracter local a que se queira dar colorido politico, de lançar mão desse remedio.

São estas as considerações que poderia apresentar naquella occasião, para que o illustre autor do requerimento désse mais um folego a commissão, que tinha o dobro do tempo para dar parecer.

Propositalmente citei o art. 109, quando ha pouco V. Ex. consultou o Senado sobre a emenda em discussão.

Acceito tão sómente em beneficio de inventario a emenda apresentada, no intuito de que voltem ás commissões o projecto e a emenda, aproveitando o ensejo que esta offerece para isto.

Creio ter demonstrado a razão por que as commissões não deram parecer.

O Sr. Coelho Rodrigues—Sr. presidente, não venho propriamente discutir o projecto, venho dar uma satisfação ao honrado collega que me precedeu na tribuna.

Fui quem teve a honra ou tomou a liberdade de requerer á casa que fosse posto na ordem do dia o projecto sobre a amnistia. Fiz isto solicitado por telegramma de um amigo de Goyaz e antigo companheiro no parlamento, fiz isto depois de ter consultado ao nobre autor do projecto original, de que se trata; e, si não dei a mesma satisfação ao honrado relator da commissão, que acaba de sentar-se, foi porque não o encontrei...

O Sr. Gomensoro—Não estava presente.

O Sr. Coelho Rodrigues... si não, não me custaria ter com o nobre deputado a mesma delicadeza que tive com o outro nosso collega.

Mas, tratando-se de amnistia, que é uma medida de sua natureza urgente em regra, ao menos me pareceu que não devia ser demorada.

Si ella é util, não convém que se perca tempo em votal-a; si ella não é conveniente, não é tambem conveniente que se deem esperanças, que mais tarde terão de ser convertidas em decepções.

Por esta razão, sem me parecer haver inconveniente, nem quebra de respeito á commissão da casa ou as commissões que eu não sabia que eram duas, tomei a liberdade de requerer para entrar na ordem do dia este projecto. Fica ao Senado e á honrada commissão resolverem em sua sabedoria si elle é ou não é conveniente.

Agora, não me parece em caso algum de vantagem, nem para as pessoas a quem póde aproveitar o projecto, nem para aquellas a quem elle não deve aproveitar, continuarem nesse estado de incerteza e de duvida, de um modo indefinido.

Era a explicação que eu tinha de dar a respeito do meu requerimento, e quanto ao projecto é inutil accrescentar que estou disposto a votar por elle á vista das considerações que foram apresentadas a seu favor por seu distincto autor.

O Sr. Coelho de Campos—Agora temos o appendice.

O Sr. Coelho Rodrigues—Quanto ao appendice, as informações que tenho me habilitam a crer que a causa da desordem removeu-se, não existe mais, e que de parte a parte houve excessos; de maneira que, si ha crime de um lado, ha tambem do outro, e era o caso de não apurar muito os apices de direito e vêr si com o véu do esquecimento se

pacificava uma comarca, que está realmente revolucionada.

Entretanto, taes sejam as informações que os honrados senadores possam addir áquellas que tenho, que eu mesmo, apezar de ter subscripto a emenda approvada, seja obrigado a votar contra ella, porque, si o errar é dos homens, não é prudente persistir no erro, desde que se convençam delle.

Tenho concluido.

O Sr. Paranhos — Sr. presidente, sinto não poder concordar com o meu nobre amigo, senador pelo estado da Parahyba, em relação á emenda que acaba de offerecer ao projecto que se discute, sobre negocios de Catalão.

Não posso concordar com essa emenda, nem poderei votar por ella, porque Sr. presidente, o estado em que se acha a comarca da Boa Vista do Tocantins é muito diverso daquelle em que se acha a cidade de Catalão.

Na cidade de Catalão appareceu o movimento sedicioso, os revoltosos atacaram a minha casa.

O Sr. Almeida Barreto—Foi V. Ex. que atacou os revoltosos.

O Sr. Paranhos — V. Ex. está enganado e desafio que me conteste seriamente.

O Sr. Almeida Barreto—Tenho disso documentos.

O Sr. Paranhos—V. Ex. não póde ter documentos. Está illudido, como verá quando quizer discutir a questão.

O Sr. Almeida Barreto — Não os trouxe hoje, mas o tenho.

O Sr. Paranhos—Pois peço que os apresente ao Senado; é uma questão que me affecta e por isso exijo que os apresente logo.

O Sr. Almeida Barreto dá um aparte.

O Sr. Paranhos—V. Ex. está mal informado. Eu estava almoçando com a minha familia...

O Sr. Almeida Barreto dá um aparte.

O Sr. Paranhos—Pois bem, vou historiar os factos.

O Sr. Almeida Barreto—Para que V. Ex. vae entrar nesta questão? Eu não queria tratar desse assumpto.

O Sr. Paranhos—Quando fundamentei o projecto tratei da questão e apresentei documentos; porque não os contestou?

O Sr. Almeida Barreto—Nós queremos a pacificação de todo o estado.

O Sr. Paranhos—E' justamente o que eu quero, e o que desejam todos os goyanos com mais razão do que V. Ex. Já dei prova de que pugno pela pacificação, apresentando um projecto de amnistia.

Como ia dizendo, Sr. presidente, a minha casa foi attacada.

Estando almoçando com a minha familia e achando-se em minha casa algumas autoridades, vimo-nos, devido a occasião em que deu se o ataque, sem meios de resistencia, sem forças para promovermos reacção e repelil-os; tivemos de retirar-nos todos, ficando a cidade entregue aos revoltosos, sem garantia alguma.

Um delles arvorou-se em delegado de policio, outro em agente do correio, tomando logo conta da agencia e das malas.

Emquanto recebia intimação para transportar-me em breve prazo com toda a familia para o estado de Minas, as autoridades locaes atterradas occultavam-se para evitar represalias.

Passados 28 dias, chegaram de Goyaz e São Paulo dous contingentes de força, e repostas as autoridades em seus logares, pude voltar a minha casa e bem assim numerosas familias que haviam emigrado.

A autoridade judiciaria que veiu da capital abriu inquerito, processou os sediciosos, pronunciou-os, recorrendo para o Tribunal da Relação.

Os criminosos fugiram e hoje sou o primeiro a esquecer os encommodos e affrontas que soffri, propondo a amnistia para elles.

Outro tanto não acontece com a comarca da Boa Vista.

Na comarca da Boa Vista, Sr. presidente, continúa até hoje o movimento sedicioso; os revoltosos ainda estão com as armas na mão, tem-se dado 80 e tantos assassinatos, saques em todas as casas dos republicanos victimados.

Alli a lucta se trava em outro terreno que não o politico; o partido catholico fanatisado por uns frades dominicanos tenta desalojar os republicanos das posições officiaes por meio do punhal assassino, do incendio, da corrupção, da força lá estacionada e apoderar-se dos despojos das victimas.

Nestas condições como votar-se amnistia?

O Sr. Almeida Barreto — Quem está com as armas é o governo, o povo está foragido.

O Sr. Paranhos—O povo não está foragido; foragidas estão as autoridades de Boa Vista, desde o juiz de direito até os subdelegados e intendentes municipaes.

O Sr. Baena — Resta saber si essas luctas da Boa Vista podem ser classificadas como ques-

tão politica. Isto é o que desejo que seja bem explicado perante o Senado.

O Sr. Paranhos—Quando houve o movimento revolucionario de 23 de novembro de 1891 que repercutiu em Goyaz a 19 de fevereiro, o governador do estado mandou um official como delegado de policia para tratar do inquerito em Boa Vista, afim de syndicar dos factos criminosos que constava estarem se passando lá desde julho do mesmo anno de 1891.

Este official, chegando lá, entendeu-se com o chefe da revolução, que propoz-se adherir ao governo do estado, impondo condições irrisorias. O official não comprehendeu a sua missão, que era garantir as autoridades, restabelecer o imperio da lei e não angariar partidarios.

O governo fez seguir outro official, que, chegando a Bôa Vista, encontrou a força publica toda subornada pelo chefe sedicioso Francisco Perna que della se aproveitou para acossar os republicanos, perseguil-os e roubal-os. Dos documentos existentes em mãos do governo de Goyaz constam todos os factos vandalicos commettidos então pelos sediciosos, muito embora se saiba que o Sr. Perna tenha pago caro a um sargento o seu auxilio...

O official, pois, nada pôde fazer; não por tratar do inquerito, nem perseguir os sediciosos, pois que estes estavam com a força publica. Assim continuaram elles as scenas de sangue, das quaes resultou a morte de 80 e tantos homens, entre os quaes os distinctos chefes republicanos tenentes-coroneis Alexandre Gomes e Estevão Tavares.

O Sr. Firmino da Silveira — De uma e de outra parte.

O Sr. Paranhos — Esta é que é a verdade. Não ha como desconhecel-a ou encobril-a.

Quanto ao projecto que tive a honra de apresentar á consideração do Senado, eu, como já disse, corri um veu sobre o passado e devia frzel-o. Em Catalão não houve mortes e nem roubos, não tem havido mais desordens; as autoridades estão repostas e em exercicio de suas funcções.

Eu, um dos mais offendidos, dou o exemplo de concordia e de amor a paz, procurando impedir a continuação dos processos. Mas na Boa-Vista a amnistia não tem razão de ser e nem explicação possivel

Não será, votada neste momento, um passo para a pacificação, será um elemento de anarchia lançado no meu Estado.

A intervenção do Congresso, já e já, será contraproducente e mesmo quando ella for opportuna...

O Sr. Almeida Barreto—Então não quer a pacificação do estado.

O Sr. Paranhos—Tanto quero que propuz a amnistia para Catalão. Quando tiver conhecimento de que a ordem foi restabelecida na Boa Vista não duvidarei dar o meu voto pela amnistia dos sediciosos, mas essa amnistia não deve aproveitar aos assassinos e ladrões por que entre os sediciosos os ha em grande numero.

De uma vez por todas, declaro Sr. presidente, que o actual governo de Goyaz só tem em vista o progresso do estado, restabelecendo a harmonia na familia goyana, quebrada com a nefasta politica inaugurada pelo Sr. Lucena em abril de 91 e que muito custou aos goyanos.

O Sr. Almeida Barreto — Sr. presidente, julgo que o projecto de amnistia, que está hoje em discussão, terá o apoio unanime do Senado.

Entretanto, quem conhece as graves occurrencias que tem havido naquelle estado, desde fevereiro do anno passado até á presente data, deve saber que a cidade da Boa Vista acha-se anarchisada pela força publica.

O honrado senador sabe que Catalão dista da capital 80 leguas e a cidade da Boa Vista do Tocantins dista 300 e tantas leguas. S. Ex. deve saber ainda que o governador de Goyaz mandou para alli uma força de 50 praças, commandada por um capitão, que procedeu a um inquerito, reconhecendo-se que o culpado era o chefe que estava alliado ao governo e immediatamente esse official foi demittido, a bem do serviço publico, por não dizer aquillo que o governo queria que dissesse,

O Sr. Paranhos—Não é exacto.

O Sr. Baena—Isto é gravissimo.

O Sr. Almeida Barreto—Entretanto, dahi a dias...

O Sr. Paranhos— V. Ex. está mal informado.

O Sr. Almeida Barreto— Tenho documentos que poderei trazer em 3ª discussão, uma vez que V. Ex. quer que diga a minha opinião a seu respeito e a respeito dos factos de Catalão.

O Sr. Paranhos—E' o que desejo.

O Sr. Almeida Barreto—Tenho o inquerito feito pelo juiz daquelle logar, do qual se vê que V. Ex. não procedeu alli bem; tenha paciencia.

O Sr. Paranhos— Tenho toda.

O Sr. Almeida Barreto—V. Ex. quer ser chefe, porem os habitantes de Catalão não o reconhecem como tal. Mas para que me obriga a trazer esta questão? O que quero é a pacificação do estado de Goyaz.

O SR. PARANHOS—Exactamente o que todos nós desejamos.

O SR. ALMEIDA BARRETO—... dahi a dias, o governador de Goyaz requi-sitou do governo geral uma força para accom-modar a sublevação da cidade da Boa Vista.

Para alli seguiu o Sr. major Affonso Chaves, com 100 praças; foi entrando na cidade e logo praticando horrores, Sr. presidente!

Não houve casa de familia respeitada; foi uma cousa horrivel, uma desordem completa!

Parte daquelle povo abandonou suas propriedades e seus haveres, seguindo uns para o Maranhão, outros para o Pará e retirando-se muitos para a propria capital do estado, que fica, como já disse, a 300 e tantas leguas de distancia.

Portanto, é de esperar que o Senado, que sempre se mostra possuido de muita benevolencia para tudo quanto é pacificação e progresso do paiz, não abandone uma comarca que está sublevada, não pelo povo que deseja reivindicar os seus direitos, a sua liberdade; mas, por uma força armada e consideravel, que está fazendo barulho naquella localidade.

Hontem, Sr. presidente, li um telegramma do Maranhão, que diz o seguinte:

«Partirá amanhã um contingente de 60 praças de linha com destino a Goyaz, sob o commando do major Nemesio de Sá, em virtude dos factos occorridos em Boa Vista, onde continúa alterada a ordem.»

Ora, Sr. presidente, ha naquelle logar 50 praças de policia, commandadas por um capitão; ha mais 100 praças de linha, commandadas pelo major Affonso Chaves; agora vão mais 60 praças, commandadas pelo major Nemesio de Sá.

Veja V. Ex. que aquella comarca é hoje uma praça de armas e que não póde haver alli socego.

O SR. PARANHOS — A força publica não é um elemento de ordem?

O SR. ALMEIDA BARRETO — Alli é um elemento de desordem.

O SR. ARISTIDES LOBO — Isto é o que V. Ex. está dizendo.

O SR. ALMEIDA BARRETO — Si o nobre senador apresentou um projecto de amnistia para sua comarca—a de Catalão, o que é muito louvavel, o que é um acto de patriotismo da parte de S. Ex., que assim torna-se um benemerito daquelle logar, nós, como senadores, devemos todos procurar concorrer com o nosso apoio para que se pacifique todo aquelle estado. E, si temos conhecimento de que uma outra localidade do estado está anarchisada pela força armada que lá existe, ficando privados de sua liberdade e de seus direitos muitos concidadãos, alli residentes, devemos fazer com que seja completa a pacificação daquelle estado.

O SR. ARISTIDES LOBO — Mas não por este meio.

O SR. ALMEIDA BARRETO — Estou certo de que o Senado concordará com isto.

O SR. COELHO E CAMPOS — Mas não se trata de factos passados.

O SR. LUIZ DELFINO — O honrado senador está fallando contra a amnistia. Si entende que o estado não se acha pacificado, que se vae amnistiar?

O SR. ALMEIDA BARRETO — Aquelles que lá estão sujeitos a processo. Quando houve a amnistia para os desterrados, que não tinham criminalidade alguma, foram incluidos os que estavam aqui presos em Santa Cruz.

O SR. COELHO E CAMPOS — Eram factos passados. Não ha agora assento juridico.

O SR. ALMEIDA BARRETO — Não ha o que?

O SR. COELHO E CAMPOS — Assento juridico para o caso.

O SR. ALMEIDA BARRETO — O assento juridico é este: os nobres senadores trabalham pela pacificação de todo o Brazil...

O SR. BAENA — E disto temos dado inconcussas provas.

O SR. ALMEIDA BARRETO — ... e, portanto, devemos, todos unidos, trabalhar para o engrandecimento da patria e morrer abraçados com a bandeira da liberdade (*apoiados*), que é o symbolo do progresso social. Si deixarmos, porém, correr tudo á revelia, então a força armada póde servir para perseguições, para o descredito da patria; e assim é melhor cruzarmos os braços, ou retirarmo-nos deste recinto.

Julgo que a cidade da Boa Vista, primeiro que Catalão, deve ser amnistiada. Em Catalão lá está a força do governo para sustentar o nobre senador daquelle estado.

O SR. PARANHOS—Para me sustentar, não; para sustentar a ordem publica.

O SR. ALMEIDA BARRETO—Em Boa Vista os dous chefes que se combatem retiraram-se...

O SR. BAENA—Um delles falleceu.

O SR. ALMEIDA BARRETO—Qual foi?

O SR. BAENA—Não sei; mas vi essa noticia em um jornal do Pará.

O SR. ALMEIDA BARRETO—São dous chefes que se guerream, e que estão vivos. Si ha outros, não conheço. Estes dous, porém, existem, guerream-se e é necessario que haja uma amnistia para todos. (*Apartes.*)

O SR. GOMENSORO—V. Ex. por que não responde áquelle aparte ?

O SR. ALMEIDA BARRETO—Qual é ?

O SR. GOMENSORO—O que veio dalli ?

O SR. ALMEIDA BARRETO—Não ouvi.

UM SR. SENADOR— Si conhece os dous chefes ?

O SR. CANEDO—Um dos chefes foi assassinado.

O SR. ALMEIDA BARRETO—Qual o assassinado ? V. Ex. então não está ao facto do que se passou no seu estado ?

VARIOS SRS. SENADORES dão apartes.

O SR. ALMEIDA BARRETO—O coronel Leitão não está na Bôa Vista; retirou-se porque não podia com a força do coronel Perna. Mas eu já disse que muitas familias da Boa Vista teem-se retirado para Goyaz para não estarem expostas á violencia e á deshonra. E' necessario que o Senado tome em consideração este facto: a retirada da força e a chamada dos povos aos logares de seu nascimento.

Antes do nobre senador apresentar esta emenda, tive uma conferencia com todos os senadores de Goyaz.

O SR. BAENA—O objectivo da amnistia é a retirada da força que está em Boa Vista ?

O SR. ALMEIDA BARRETO—Sim, senhor, e estou certo que, retirada a força, sendo amnistiado, o povo ha de regressar aos seus lares.

Mas, si o Senado tomar em consideração a amnistia apresentada para Catalão e deixar de lado uma outra comarca, no mesmo estado, debaixo do jugo oppressor da força armada, então, Sr. presidente, o Senado commetterá uma gravissima injustiça.

O meu desejo, Sr. presidente, é, como já tenho dito mais de uma vez, ver este paiz caminhando desassombradamente ; desejo ver o nosso Brazil prosperando; desejo ver todos os estados pacificados, e isto não se póde conseguir sem que o Poder Legislativo intervenha.

UM SR. SENADOR—Ahi, não apoiado; nós não temos que intervir nestas questões.

O SR. ALMEIDA BARRETO—Nestas questões? Como se apresenta então um projecto pedindo amnistia para uma comarca de um estado e o Senado, sabendo que nesse estado ha uma outra comarca tambem revoltada, quer deixar de contemplal-a com uma medida pacificadora que esse mesmo Senado julga necessaria para pacificar a outra?

O SR. BAENA—Si o fim do projecto é a pacificação do paiz, então falta alguma cousa isto é, attender aos revoltosos do Rio Grande do Sul.

O SR. ALMEIDA BARRETO — Mas, não tratamos agora do Rio Grande, que não está pacificado.

Si por acaso o Rio Grande estivesse pacificado e si uma das suas comarcas fosse amnistiada, deixando de o ser uma outra, isso seria uma falta grave.

Mas, nós aqui tratamos de duas comarcas, para pacificação de um estado em geral. Em Goyaz, as cousas passam-se por outra fórma, em Goyaz ha uma comarca que se pretende amnistiar. (Entre os amnistiados tambem deve estar o nobre senador o Sr. Paranhos).

Agora, deixar de amnistiar outra comarca que pertence ao mesmo estado, o Senado, me permitta a franqueza, praticará uma grande injustiça. (*Muito bem.*)

O Sr. Gomensoro—Sr. presidente, vê V. Ex. e o Senado que eu tinha razão. Não só o projecto como a emenda deram logar a um largo debate, com impugnação de um lado e defesa do outro.

Disse que tinha eu razão, porque a questão não é tão simples no seu objecto, de modo a apreciar-se assim por uma votação immediata quando o parecer da commissão não veiu, si bem que eu não seja muito apologista dos pareceres das commissões, como já tenho confessado ao Senado. Mas vejo, pela discussão havida, que ha uma necessidade indefectivel de que essa emenda e o proprio projecto vão á commissão.

Pedi a palavra tão sómente no intuito de fazer uma pergunta a V. Ex., si é que posso fazel-a pela ordem. A pergunta é esta:

Pelo art. 128 do regimento tenho necessidade de fazer o requerimento para que vão o projecto e a emenda ás commissões, ou tenho de esperar a votação da emenda tambem para isso; ou ainda, si votada a emenda, por força do art. 128, tem de ir, independente de requerimento, ás commissões para dar parecer ?

O SR. PRESIDENTE—V. Ex. faz a consulta baseado no art. 128 ?

O SR. GOMENSORO—Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE—Em vista do art. 128 do regimento, o projecto e a emenda, uma vez approvados em segunda discussão, teem de ir á commissão para que esta os redija de accordo com o vencido, afim de entrar em terceira.

O SR. GOMENSORO—Acceito a resposta de V. Ex.; mas, não obstante, a minha pergunta permanece. A minha duvida foi produzida pelo facto de me parecer que a intervenção da commissão não se poderá dar desde o mo-

mento que ella tenha, pelo artigo do regimento, de redigir tão sómente.

Fiz a pergunta a V. Ex. para ver si poderia ser submettido á consideração do Senado o meu requerimento, pedindo que sejam ouvidas as commissões, afim de emittirem sua opinião, visto como ainda não ha parecer nenhum sobre o projecto que se discute.

Espero, portanto, a sorte da emenda com o projecto para mandar o meu requerimento, repetindo ainda que acho de summa importancia a audiencia das commissões, pelo menos a audiencia de meus collegas da commissão de justiça e da outra commissão que é tambem composta de membros muito respeitaveis.

Não sei si poderei interromper a discussão...

O SR. PRESIDENTE—V. Ex. póde mandar o requerimento e, uma vez acceito, a discussão ficará adiada.

O SR. GOMENSORO—V. Ex me dirá si o requerimento tem de ser verbal ou por escripto.

O SR. PRESIDENTE—Desde que não determina tempo, deve ser por escripto.

(*Assume a cadeira da presidencia o Sr. 1º secretario.*)

Vem á mesa o seguinte

Requerimento

Requeiro que o projecto e emenda vão ás commissões de constituição e de legislação, afim de interporem seus pareceres.

Sala das sessões, 30 de junho de 1893.—*Gomensoro*

E' lido, apoiado, posto em discussão e sem debate approvado.

A discussão fica adiada.

Entra em 3ª discussão e é sem debate approvado e adoptado para ser remettido á Camara dos Deputados, indo antes á commissão de redacção, o projecto do Senado, n. 54, de 1892, autorisando o governo a prorogar o praso concedido á Companhia Colonisação Industrial de Santa Catharina, para inauguração do engenho central na povoação Palhoça.

Segue-se em discussão unica o parecer n. 77, de 1893, opinando que se archive a representação do Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, pedindo providencias que salvem a situação anarchica do estado de Pernambuco.

O Sr. Coelho Rodrigues dispensar-se-hia de tomar parte na discussão deste parecer, si não tivesse sido portador da representação de que se trata e si não tivesse reclamado a entrada do parecer para a ordem do dia de hoje.

Não quer o orador, ao menos por ora, entrar no conhecimento dos factos nem na exposição historica dos acontecimentos de Pernambuco, porque o parecer merece especial attenção, pela sua fórma, pelos seus *consideranda* e pela sua conclusão.

A commissão de constituição, poderes e diplomacia opina no sentido de que o Senado não tome em consideração a representação que lhe foi dirigida e ordene seja ella archivada por duas razões:

1ª, porque a representação veiu nua de provas;

2ª, porque não é assignada ou offerecida por pessoa competente.

Ora, quer uma quer outra destas razões parece ao orador de todo improcedente, a começar pela que trata da incompetencia do peticionario. Pelo § 9º do art. 12 da Constituição Federal é licito a qualquer individuo (nem ao menos é a qualquer cidadão brazileiro) representar contra os abusos das autoridades aos poderes publicos.

E' o caso: trata-se de factos que, uma vez provados, constituem abusos da maior gravidade e quem os traz ao conhecimento do Senado Federal é presidente do Senado de Pernambuco! Pois bem, a honrada commissão, apezar de tratar-se de factos tão graves que, uma vez provados, impunham a necessidade da intervenção do poder federal, concluiu por mandar archivar a representação por falta de provas, quando podia obtel-as, pedil-as facilmente, visto como as allegações são baseadas em decretos e leis existentes e em vigor no estado de Pernambuco!

Finalmente, os factos são graves e as provas faltam, mas consistem em actos legislativos, em decretos do executivo e em decisões do Poder Judiciario que pódem ser obtidos pelos canaes competentes.

Limita-se hoje o orador a isto. Julga que em logar da conclusão do parecer, seria mais conveniente, uma vez que o principal motivo é a falta de provas, mandar a representação ao Poder Executivo para que elle proceda a um inquerito sobre os factos articulados nella, communicando posteriormente ao Senado o resultado de suas indagações. Nesse sentido, vae o orador redigir uma emenda substitutiva da conclusão do parecer da commissão.

Vem á mesa a seguinte

Emenda substitutiva

E' a commissão do parecer que a representação do Dr. Albino Meira, presidente do Con-

gresso de Pernambuco, seja remettida ao Poder Executivo para que este informe o que constar-lhe sobre os factos nella referidos.

S. R. Sala das sessões, 30 de junho de 1893. —*A. Coelho Rodrigues.*

E' lida, apoiada e posta conjunctamente em discussão.

O Sr. Aristides Lobo sente ter necessidade de occupar a attenção do Senado em hora tão adeantada.

O Sr. Gil Goulart—S. Ex. será ouvido com tanta attenção como si fallasse no começo. (*Apoiados.*)

O Sr. Aristides Lobo agradece e diz que o discurso proferido pelo nobre senador pelo Piauhy foi para si uma verdadeira sorpresa.

S. Ex. sabe quanto o orador respeita a sua intelligencia e os conceitos que emitte ; mas ficou verdadeiramente pasmo em presença das proposições que S. Ex. avançou em seu discurso.

A commissão composta de um ou de dous (não está presente o seu companheiro de commissão e por isso não póde dizer em que consistiram as suas decisões); mas a commissão por ora representada por sua fraca palavra (*não apoiados*) perante o Senado, estudou este documento com todo o cuidado; examinou essa representação e o primeiro defeito que encontrou, a primeira impossibilidade, foi exactamente a incompetencia do requerente.

Si elle tivesse apresentado o seu nome individual, requerendo perante o Senado um inquerito, uma medida qualquer tendente a melhorar a situação de Pernambuco, o dever effectivamente do Senado era tomar conhecimento déssa petição e dar o devido andamento a ella.

Mas com que competencia falla elle em nome do Congresso de Pernambuco, em nome do Senado, de que se diz presidente?

O Sr. Coelho Rodrigues — De que se diz, não; é notorio.

O Sr. Aristides Lobo — Não sabe si ha notoriedade nisso; mas elle não se apresentou revestido de um acto da Camara que preside, autorisando-o a represental-a perante o Senado, perante a Camara dos Deputados ou perante qualquer autoridade federativa.

O Sr. Gil Goulart — O juizo é procedente.

O Sr. Aristides Lobo — Ninguem requer sem estar perante a autoridade revestido da competencia necessaria para fazel-o; e ninguem dirá que qualquer individuo póde lançar em uma petição a declaração, a seu arbitrio, de que representa uma corporação politica e possa fallar em nome della; jamais poderá alguem sustentar semelhante theoria. Portanto, a commissão não podia desconhecer a incompetencia da individualidade que appareceu perante o Senado, fallando em nome de uma entidade, de um terceiro, e que terceiro! uma das Camaras dos representantes de Pernambuco.

Si o Senado admittisse semelhante precedencia, teria todos os dias de tomar conhecimento de reclamações feitas por individuos que não teem nenhum direito de fazel-o, e o Senado exautorava-se, rebaixava-se tomando em consideração semelhantes petições;

O Sr. Coelho Rodrigues — Já havia no archivo da casa a prova de que elle era presidente do Senado.

O Sr. Aristides Lobo — Julga que isso não é bastante; elle póde dez vezes ser presidente do Senado; mas qual é o documento autentico que prova que o Senado de Pernambuco o tivesse revestido de seu mandato para represental-o perante o Senado Federal?

O Sr. Coelho Rodrigues — O telegramma que elle já tinha mandado.

O Sr. Aristides Lobo — Acha tambem que isso não prova.

Para fallar em nome do Senado de Pernambuco, o dever delle era juntar á petição o titulo de nomeação para este encargo fóra do seio da representação.

Ninguem falla em nome de terceira sem estar autorisado; isto é um principio rudeimentar.

O Sr. Coelho Rodrigues dá um aparte.

O Sr. Aristides Lobo — Responde affirmando que o que S. Ex. faz não é distinguir; é crear direito contra um principio geralmente estabelecido. (*Ha outro aparte*)

Aqui não ha ápices, ha o direito raso; o mandato politico e particular é sempre cousa tão substancial, que ninguem se arroga o direito de representar outro sem estar para isto autorisado legalmente.

O nobre senador faz um cavallo de batalha de ter dito a commissão que, si os factos articulados naquella petição fossem verdadeiros, era caso de procurar um meio, fosse qual fosse, de restabelecer a ordem.

Que valor tem esta phrase da commissão? pergunta o orador.

Não fez a commissão mais do que verificar que as allegações eram realmente de caracter grave; mas entre estas e a prova dos factos que se allegam, vae um abysmo.

Não basta que um individuo allegue que certos factos se deram deste ou daquelle modo, conforme sua phantasia; o juiz que lê, dirá que si o acontecimento se deu conforme está descripto, é cousa lastimavel; mas qual a prova de que assim se deu?

O honrado senador appella para os actos legislativos daquelle estado e allega as sentenças dos tribunaes. Mas o orador teve occasião de dizer em apartes que não póde haver outro documento mais que a constituição de Pernambuco, que afinal não se ingere nesses conflictos. Nestas condições a commissão viu-se na necessidade de formular esse parecer.

Quem deve dar as provas é quem tem interesse em apresentar-se a um poder publico solicitando medidas sem duvida graves, porque o Senado deve reflectir que a intervenção na vida de um estado é sempre um passo arriscado e muito melindroso da parte dos poderes federaes. (*Apoiados.*)

Só em um caso extremo, quando a situação é verdadeiramente revolucionaria e della póde provir um alastramento de consequencias mais ou menos perturbadoras da ordem publica em todo o paiz, se póde intervir na vida de um estado, e isto depois de exame maduro e reflexão demorada.

O honrado senador declara com a autoridade da sua palavra e das informações que lhe transmittem, que o estado de Pernambuco está nessa anarchia descripta pelo peticionario; mas não ha tal. Pois a imprensa da capital, que é ávida de todos os escandalos, que explora todos esses acontecimentos, todos, e ouve os inimigos da Republica que não perdem vasa em apoderar-se de tudo quanto traz perturbação e desordem no seio da sociedade, como elemento do seu descredito, não achou uma palavra para dizer nesse sentido?

E' certo que o Sr. Ambrosio Machado, de quem faz um juizo muito elevado e que é incontestavelmente um republicano de primeira agua, julgou-se, talvez por conselhos de seus amigos, investido no logar de governador de Pernambuco; mas teve a cautella de consultar em termos mais sensatos o governo federal, dizendo que de modo nenhum queria causar perturbações no governo do estado; mas isto prova que no proprio animo desse supposto governador do estado de Pernambuco pairava grande duvida pelo menosa respeito da legitimidade de cargo.

Demais não é só o facto de não se ter as provas do allegado na petição; a solução do caso não dependia simplesmente de lei ou de acto do Poder Judiciario. Em primeiro logar não sabe que a intervenção que se pede possa encontrar ponto de apoio na nossa Constituição.

ALGUMAS VOZES — Apoiado; essa é que é a questão.

O SR. ARISTIDES LOBO—Os casos do art. 6º estão plenamente definidos....

O SR. JOÃO BARBALHO—Taxativamente.

O SR. ARISTIDES LOBO — ... e em nenhum só se póde encartar essa pretenção; em nenhum, porque Pernambuco não está, já não diz em um estado de sedição, de rebellião ou em uma commoção revolucionaria qualquer, e longe disso a situação de Pernambuco actualmente é de plena tranquillidade.

O SR. JOÃO BARBALHO—Nesse sentido ha telegramma do commandante do districto, dizendo que ha plena e completa paz.

O SR. ARISTIDES LOBO — São as noticias que chegam de lá, e aquelles seriam os casos unicos em que muito escrupulosamente o Poder Federal poderia intervir.

Mas não ha nada disso.

O que ha é o seguinte: as decisões finaes proferidas contra o governador de lá, o chefe do estado actual, não produziram o effeito que os seus adversarios esperavam; lançam-se então nesses caminhos extraordinarios, pretendem essa intervenção do Poder Federal, mas a pretenção é absolutamente inepta e inadmissivel.

Para si, mesmo quando se désse a probabilidade, que não existe nem por sombras, de que esta petição viesse documentada por todas as leis, por todas as sentenças de tribunaes, o orador jámais aconselharia ao Senado que emprehendesse essa intervenção quando ella coubesse.

O SR. JOÃO BARBALHO—Muito bem.

O SR. ARISTIDES LOBO — Mas a sua convicção inabalavel, estudando este facto, é que isto não tem caminho. O Senado está em presença de um homem incompetente, que lhe requer, que não póde ser acceito perante o direito como procurador do Senado de Pernambuco e, portanto, que não tem o direito de ser ouvido pelo Senado Federal. E em segundo logar o Senado não tem mesmo elementos para emprehender de qualquer modo, porque não ha meios conhecidos, a intervenção que se pretende. Não tem, porque a Constituição o prohibe: o estado de Pernambuco não é aquelle descripto pelo art. 6º e seus paragraphos.

O SR. COELHO RODRIGUES—Por que não ha combatentes em campo?

O SR. ARISTIDES LOBO—Não, porque não ha anarchia, não ha desordem nenhuma que conste.

O SR. COELHO RODRIGUES—Pois a dualidade dos poderes não é uma desordem?

O SR. ARISTIDES LOBO—Acredito que isso é uma invenção, porque já disse, e S. Ex. mesmo concordou, que elle ainda está á espera até hoje...

Mas á espera do que, pergunta a S. Ex.?

O Sr. Coelho Rodrigues—A' espera de ver o procedimento dos poderes federaes.

O Sr. Aristides Lobo—Não; é isto mesmo. S. Ex. está attribuindo ao Sr. Ambrosio Machado muito pouca moderação e senso, quando elle os tem.

O Sr. Coelho Rodrigues—Si S. Ex. faz bom conceito do Sr. Ambrosio, ha de fazer igual ao que eu faço,

O Sr. Aristides Lobo diz que si S. Ex. o faz, não parece, porque o está suppondo capaz de um acto desses.

Ambrosio Machado é homem de uma energia suprema, que não cede a ninguem; mas ao mesmo tempo é homem razoavel e justo até comsigo mesmo.

O Sr. Coelho Rodrigues e outros Srs. senadores dão apartes.

O Sr. Aristides Lobo não acredita; isso é um máo conselho que S. Ex., indirectamente, está dando a elle, traduzindo seu silencio a qualquer espectativa.

O Sr. Coelho Rodrigues—Não aconselho, pelo contrario, a minha missão é de paz.

O Sr. Aristides Lobo admira nesta casa um phenomeno muito curioso, uns raciocinios que o orador observa: os Srs. senadores prégam a paz, isto aqui é a casa da paz universal. (*Riso.*)

Não tem duvida nenhuma...

O Sr. Coelho Rodrigues—Hei de provar-lhe que sou sincero.

O Sr. Aristides Lobo — ... mas de vez em quando SS. EEx. prégam essa paz depois de terem prégado uma guerra horrorosa. A respeito, por exemplo, da Republica, não é raro ver os homens de grande competencia politica subirem á tribuna e dilacerarem a pobresinha, que é uma victima dos erros de outros.

O Sr. Coelho Rodrigues — Daquelles que obram em nome della.

O Sr. Aristides Lobo—Mas, afinal de contas, todos aqui são representantes da Republica, e o orador ainda não viu aqui no seio do Senado uma manifestação em sentido contrario.

Em conclusão, depois de demolida a Republica na tribuna, se conclue sempre dizendo que não ha risco. (*Riso.*) Eis o processo politico a seguir.

O orador segue caminho diverso, só conhece um caminho: é a linha recta; só conhece uma idéa: é aquella que defende; e não tem razão para o contrario.

O Sr. Americo Lobo—Deve conhecer tambem a outra.

O Sr. Aristides Lobo — Conhece a outra por uma experiencia triste e dolorosa para o seu paiz.

Não entra em comedias: esses elogios de convenção, que se trazem para fazer argumentos no sentido de se maldizer da Republica, não os aceita.

O Sr. Luiz Delfino—Mas a Republica soffre bem a comparação.

O Sr. Aristides Lobo — Diz que effectivamente a Republica soffre, mas a questão é não fazel-o todos os dias.

Não se está perante um paiz verdadeiramente habilitado para fazer essas distincções; acredita em todos os republicanos.

Esse assomo de todos os dias contra a Republica é interpretado pelas massas populares como uma reconhecida censura da nova patria, como uma prova de que essas instituições não prestam para nada.

O Sr. Luiz Delfino — A Republica nunca cahiu tão baixo como a monarchia.

O Sr. Aristides Lobo—Entende que isto é uma cousa que se diz...

O Sr. Luiz Delfino—E' a historia que diz: a Republica, mesmo nos seus dias lutuosos, soffre bem a comparação com a monarchia.

O Sr. Aristides Lobo... mas os parallelos que se trazem á tribuna e que lhe parecem propositaes, não teem esse fito nem esse resultado.

O Sr. Americo Lobo—Si o povo estivesse convencido de que a Republica não valia nada, tinha já proclamado algum Cesar.

O Sr. Luiz Delfino—Ou algum Octavio.

O Sr. Aristides Lobo—Ninguem se illuda: essa imbecilidade, que se chama *federalismo*, porque não tem razão de ser, porque é uma palavra idiota na bocca de especuladores politicos; esse federalismo...

O Sr. Americo Lobo—Isso é uma ironia.

O Sr. Aristides Lobo—... está na bocca do Sr. Gaspar, como ha pouco tempo ouviu de um homem que de lá veju, dizendo; «Nós havemos de vencer e havemos de entregar o poder ao Sr. Ouro Preto, porque é o homem designado para representar o governo no primeiro periodo, até que se faça um governo definitivo».

O Sr. Coelho Rodrigues—Não sabia disso; estou aprendendo.

O Sr. Aristides Lobo—Mas, o orador disse a esse homem: como é que o senhor sabe disso? Sei, respondeu elle, porque o Sr. Gaspar não faz caxeta destas cousas, elle falla com toda a franqueza!

O SR. LAPER dá um aparte.

O SR. ARISTIDES LOBO—Elle faz ostentação lá em Montevidéo, conversa com todo o mundo, não faz mysterio disso.

Afinal de contas, recebe essas confidencias, mas não precisava dellas; não carece saber disto, não carecia dessas declarações.

Um dos modos de estudar uma situação politica é ver quaes são os homens e as opiniões que estão á sua frente...

UM SR. SENADOR— Então acha que elle é orleanista ?

O SR. ARISTIDES LOBO— Considero-o um sebastianista dos quatro costados. Elle foi sempre um homem que assumia uma posição equivoca e duvidosa, dizendo a todo o mundo e em toda a parte que não fazia questão de fórma de governo. Não ha nada mais relapso nem mais commodo para elle. Ha consciencias que se acommodam com estas situações.

O SR. COELHO RODRIGUES— Elle governava o Rio Grande do Sul mais durante as situações conservadoras do que nas liberaes.

O SR. ARISTIDES LOBO— Pergunta si se tem de formar um partido federalista, já consagrado na Constituição ? Depois de estabelecido este principio, tem-se de o applicar em mais nada ? Por que o partido federalista ? Que quer dizer ? Só idiotas podem pensar nisso...

E' preciso usar da linguagem verdadeira, deixando os *alambicamentos* de tribuna, para dizer-se a cousa como a cousa é; deixar-se de usar uma linguagem emprestada, que não corresponde áquillo que se está vendo, que todos comprehendem. Póde ser tudo isto muito bonito; mas não é a realidade da cousa.

Terminando, de tudo quanto tem dito conclue em primeiro logar que o Senado póde decidir a questão pela preliminar da incompetencia do peticionario, para trazer ao Senado uma petição com uma série de acontecimentos, que seriam a conflagração no estado de Pernambuco, si fossem verdadeiros, e não constassem de simples allegação delle, sem provas.

Em segundo logar, como disse, não vê possibilidade da intervenção federal, em presença do documento que foi presente á commissão.

UM SR. SENADOR—E' um procurador sem procuração.

O SR. ARISTIDES LOBO—Entende que o Senado não póde tomar uma resolução desta ordem sómente porque apparece uma representação de um cidadão dizendo ser representante do Congresso de Pernambuco. Não sabe si elle o é; não tem obrigação de sabel-o; elle é que tinha obrigação de provar si estava investido dos direitos de procurador daquelle Congresso si se achava revestido dessa incumbencia. O facto de ser elle presidente do Senado de Pernambuco não vale nada. Elle é presidente lá, emquanto está dirigindo os trabalhos daquella casa, caracter que cessa logo que elle transpõe as fronteiras da mesma casa e não póde de modo algum autorisal-o a dirigir-se ao Senado Federal com este nome.

Quanto ao outro ponto, embora se possam obter as provas, o Congresso de Pernambuco as devia ter trazido, e o orador entende que o Senado não se deve prestar a este papel de estar dirigindo recados ao Poder Executivo, pedindo que elle mande requisitar peças ou a proceder a pesquizas; isto está fóra da orbita de suas attribuições.

O SR. COELHO RODRIGUES—Não é dirigir recados, é pedir informações, cousa que sempre se fez em todos os parlamentos do mundo.

O SR. ARISTIDES LOBO—Mas é preciso fazer uma indicação positiva, dar a razão de agir.

O SR. COELHO RODRIGUES — E' do regimento. E ao Congresso incumbe velar pela guarda da Constituição e das leis.

O SR. ARISTIDES LOBO—Acha que não cabe absolutamente esse meio, porque não se dá neuhuma das hypotheses do art. 6º, que são as previstas.

O SR. COELHO RODRIGUES— Então julga que se acha pacificado o estado de Pernambuco ?

O SR. ARISTIDES LOBO—Não tem de julgar sinão pelos factos.

O SR. COELHO RODRIGUES— Então, ou pegar em armas ou não serem attendidos.

O SR. ARISTIDES LOBO — Diz que pegar em armas, não; estas ameaças de nada valem.

O SR. COELHO RODRIGUES—Não estou fazendo ameaça.

O SR. ARISTIDES LOBO— Não se refere ao nobre senador; sabe que S. Ex. não quer fazer trabalho de partido; ao contrario, está procurando a paz.

Mas o facto é este: não consta absolutamente que ninguem em Pernambuco esteja dominado por uma situação destas extraordinarias.

O SR. A. PERNAMBUCO—Apoiado.

O SR. ARISTIDES LOBO—Nem é de suppor que o governo federal se mantivesse inactivo e indifferente, deixando um dos principaes estados da Republica entregue a plena conflagação.

Essa historia de dous governos, de duas magistraturas, de duas autoridades, em pre-

sença uma da outra, desde o principio lhe pareceu que era uma pulha. O orador escreveu ao Sr. Dr. Ambrosio Machado, que lhe respondeu affirmando que a principio, levado por seus amigos, entendera dever proceder assim, mas que hoje não tinha mais nada com essa questão, que o orador podia ficar tranquillo. E como muito confia na sinceridade e na palavra delle, acha que essas cousas são assim mesmo.

As cousas continuam lá no mesmo pé, sem alteração.

Reconhece as boas intenções do nobre senador; mas não póde absolutamente assentir no alvitre que elle lembra ao Senado.

O requerimento se lhe affigura uma cousa inopportuna e inutil. A questão deve ser decidida como a commissão propoz.

Si houvesse qualquer meio constitucional, legal, ou mesmo apenas razoavel, para se fazer semelhante intervenção, com certeza não o recusaria.

Mas na situação em que se acha o estado de Pernambuco, parece-lhe que não ha outra cousa a fazer sinão o que lembra a commissão.

Seria um pessimo precedente autorisar a intervenção do governo federal em virtude dessa reclamação.

Basta que se deixe que os estados caminhem para em pouco tempo perderem-se todas as esperanças restauradoras. O de Pernambuco entrará em plena e absoluta tranquillidade.

Estes proprios resentimentos, que ora surgem, desapparecerão e a marcha ou a direcção politica dos estados ha de ser uma realidade.

O SR. COELHO RODRIGUES—Deus o permitta.

O SR. ARISTIDES LOBO — Parece-lhe que S. Ex. está muito pessimista nesta questão.

O SR. JOAQUIM PERNAMBUCO—Em Pernambuco só havia um receio: a intervenção das forças federaes.

VARIOS SRS. SENADORES dão apartes.

O SR. ARISTIDES LOBO—Penso, porém, que o Senado não póde fazer intervenções prévias, Mesmo para decretal-as, na imminencia dos acontecimentos, e mesmo no flagrante delles, a Constituição é muito escrupulosa.

Como, pois, ir agora, na hypothese vaga da possibilidade de uma conflagração, intervir na vida do estado?

O SR. AMERICO LOBO—Pretende-se que lá o estado não esteja organisado?

O SR. ARISTIDES LOBO—Acha que isso é outro sophisma com que se pretende fazer vencer a causa dos *federalistas*.

O SR. COELHO RODRIGUES—Eu não era federalista antes de organisada a Constituição. Mas, visto que esse é agora o nosso regimen, devo defender a Constituição.

O SR. ARISTIDES LOBO diz que, no ponto de vista do honrado senador, a federação se interpreta de outro modo, isto é, quando o governo federal ou central presume, por uma serie de observações, que é possivel uma conflagração em um estado, intervem préviamente.

O orador é dessa escola, tem o maior escrupulo e respeito pela autonomia dos estados, e como legislador, só poderia autorisar uma medida no sentido de intervenção, quando se convencesse de que estavam esgotados todos os meios de debellar uma revolta aberta. Era uma situação revolucionaria que se creava em presença do governo federal, que tem obrigação de manter em paz todos os estados. Mas é só neste caso.

Simplesmente porque lhe occorre a possibilidade de um estado se conflagrar é motivo para que o orador diga ao governo: intervenha previamente para evitar? Não; isso é uma politica preventiva e odiosa.

Portanto, acredita que o parecer deve ser approvado pelo Senado tal como está; o Senado não tem de dar andamento a semelhante requerimento; fazel-o seria até um máo serviço prestado ao estado de Pernambuco.

O Sr. João Barbalho. — Attendendo a que a hora está muito adiantada e a que ha muito que dizer a respeito desta questão, que considera muito seria, apresenta ao Senado um requerimento pedindo o adiamento da discussão por 48 horas.

Indo-se consultar o Senado sobre o requerimento de adiamento, verificou-se não haver mais na casa numero para deliberar, e procede-se á chamada dos Srs. senadores que compareceram a sessão (46) e deixaram de responder os Srs. Nina Ribeiro, Manoel Barata, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, João Neiva, Rosa Junior, Virgilio Damasio, Q. Bocayuva, Lapér, Braz Carneiro, Saldanha Marinho, C. Ottoni, Rodrigues Alves, Silva Canedo, Paranhos, U. do Amaral, Santos Andrade e Raulino Horn (19).

O SR. 3º SECRETARIO informa que os Srs. senadores Nina Ribeiro, Manoel Barata, José Bernardo, Oliveira Galvão, João Neiva, Virgilio Damasio, Saldanha Marinho, Rodrigues Alves e Silva Canedo, commnnicaram á mesa que se retiravam por incommodados.

Não havendo numero para deliberar, considera-se prejudicado o requerimento verbal do Sr. João Barbalho, e continua a discussão do parecer.

O Sr. Presidente diz que, havendo no recinto numero inferior ao de 1/3 de Srs. senadores, vae adiar, como adia, a discussão

do parecer e designa para a ordem do dia seguinte :

Discussão unica do parecer n. 81, de 1893, da commissão de constituição e poderes, opinando pela prorogação da licença pedida pelo Sr. Senador Cunha Junior;

3ª discussão da proposição da Camara dos deputados, n. 130 de 1892, autorisando o governo a despender a quantia de 18.000:000$, ao cambio de 27 d. com a substituição do armamento do exercito e outros petrechos bellicos ;

3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados n. 7, de 1893, autorisando o governo a applicar ao pagamento de passagens de immigrantes o credito consignado pelo orçamento vigente á garantia de juros a emprezas que se obrigarem a fundar colonias e a abrir para aquelle fim um credito supplementar de 1.828:832$635 á verba — Terras Publicas e Colonisação ;

3ª discussão da proposição da mesma Camara n. 50, de 1892, autorisando a revisão geral das promoções realisadas no exercito desde 15 de novembro de 1889, até 31 de dezembro de 1891 ;

Continuação da discussão unica do parecer parecer n. 77, de 1893, opinando que se archive a representação do Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, pedindo providencias que salvem a situação anarchica do estado de Pernambuco.

Levanta-se a sessão ás 3 horas 55 minutos da tarde.

——

43ª sessão em 1 de julho de 1893

Presidencia do Sr. João Pedro (1º secretario)

SUMMARIO—Chamada—Leitura da acta—EXPEDIENTE Observações do Sr. presidente—Votação de um requerimento apresentado na sessão anterior—Observações do Sr. Almeida Barreto—Requerimento—Votação ORDEM DO DIA—Votação do parecer n. 81 e das proposições ns. 130, 7 e 50—3ª discussão da proposição n. 50—Discurso e emendas do Sr. João Neiva—Discurso do Sr. Amaro Cavalcanti—Encerramento da discussão—Votação—Discussão do parecer n. 77—Discurso do Sr. Gaspar Drummond—Requerimento—Encerramento da discussão—Chamada—Adiamento da votação.

Ao meio-dia comparecem 34 Srs. senadores, a saber: João Pedro, Antonio Baena, Thomaz Cruz, João Neiva, Francisco Machado, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Nina Ribeiro, Manoel Barata, Coelho Rodrigues, Catunda, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, Joaquim Pernambuco, Gaspar Drummond, Rosa Junior, Coelho e Campos, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Braz Carneiro, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Joaquim Felicio, C. Ottoni, Americo Lobo, Rodrigues Alves, Joaquim de Souza, Paranhos, U. do Amaral, Raulino Horn e Luiz Delfino.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão e, não havendo reclamações, dá-se por approvada a acta da sessão anterior.

Comparecem depois de aberta a sessão os Srs, Gomensoro, Cruz, João Barbalho, Messias de Gusmão, Virgilio Damasio, Laper, Silva Canedo, Santos Andrade, Pinheiro Guedes e Esteves Junior.

Deixam de comparecer com causa participada os Srs. Prudente de Moraes, Gil Goulart, Cunha Junior, Elyseu Martins, Theodoreto Souto, Monteiro de Barros, E. Wandenkolk, Aquilino do Amaral, Generoso Marques, Pinheiro Machado e Julio Frota; e sem causa participada os Srs. João Cordeiro, Ruy Barbosa, Q. Bocayuva, Campos Salles, Joaquim Murtinho e Ramiro Barcellos.

O SR. 3º SECRETARIO (*servindo de 1º*) dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios:

Do 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 30 do mez findo, communicando que aquella Camara adoptou e vae ser enviado á sancção o projecto do Senado que concede a D. Maria do Carmo Alcibiades Amorim Rangel uma pensão annual de 1:440$, repartidamente com sua filha D. Henriqueta Augusta de Amorim e Silva.—Inteirado.

Do Ministerio da Marinha, datado de 28 do mez findo, devolvendo, devidamente sanccionado, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional autorisando o governo a despender, á proporção que for se tornando necessario, e fazendo para isto as precisas operações de credito, a quantia de 12.000:000$ ao cambio de 27 d. esterlinos, com a reforma do material naval.—Archive-se o autographo e communique-se á outra Camara.

Do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, datado de 30 do mez findo, remettendo a informação, processo e parecer do inspector geral das estradas de ferro, dos directores da secretaria e da 2ª secção, como complementares das informações já submettidas sobre o projecto de F. Duncker para construcção, uso e goso de uma estrada de ferro entre a Capital Federal e Entre-Rios, com entroncamento da linha central e passagem por Petropolis.—A quem fez a requisição.

Requerimento em que o porteiro e continuos do Conselho Supremo Militar pedem que seus vencimentos sejam equiparados aos dos empregados de igual categoria da secretaria da guerra.—A' commissão de finanças.

O Sr. João Neiva (*servindo de 2º secretario*) declara que não ha pareceres.

O Sr. Presidente — O Sr. senador Domingos Vicente, hontem, na hora do expediente, submetteu ao Senado dous requerimentos, um verbal e outro escripto; o verbal, pedindo urgencia para ser dada para ordem do dia a proposição da Camara dos Deputados, sobre o alfandegamento das Mesas de Rendas de Itajahy e Laguna, em Santa Catharina, de Antonina, no Paraná, e de Itapemirim, no Espirito Santo; o escripto, solicitando informações do Ministerio da Fazenda. Estes requerimentos não foram resolvidos por estar terminada a hora do expediente.

Vou submetter á votação o primeiro, que não depende nem de apoiamento, nem de discussão, porque é verbal.

Devo, entretanto, informar ao Senado que a discussão da proposição a que se refere o requerimento, foi interrompida em consequencia de pedido de informações ao governo, pedido que até hoje não foi satisfeito. Essas informações foram solicitadas em 20 de maio ultimo.

Si o Senado approvar o requerimento, declarando urgente a discussão, dispensará as informações solicitadas.

Posto a votos o requerimento verbal, é approvado.

E' lido, apoiado, posto em discussão e sem debate approvado o seguinte requerimento que se achava sobre a mesa:

Requeremos que o Ministerio da Fazenda informe:

1º, em que funda-se para declarar aos chefes das repartições do seu ministerio, em 9 de maio ultimo, que façam recolher como receita da União o producto de terras nos estados;

2º, si depois da Constituição Federal as thesourarias ou alfandegas arrecadaram o producto de taes terras ou das dividas dessas.

O Sr. Almeida Barreto — Sr. presidente, hontem, quando se discutia o projecto de amnistia para uma das comarcas de Goyaz, disse o honrado autor do mesmo projecao que já se tinham publicado no *Diario do Congresso* diversos documentos.

Dei o meu voto ao projecto em 1ª discussão, e hoje que tenho tambem documentos em favor de um povo opprimido, peço a publicação desses documentos.

O projecto foi devolvido á commissão de legislação e justiça; nestas condições, estando publicados estes documentos que veem corroborar a emenda apresentada pelo meu illustre collega, representante do meu estado, entre os quaes se acha o de um deputado do estado do Maranhão, o Sr. padre Lusa, que supponho ser conhecido de V. Ex., Sr. presidente, a commissão dará com mais consciencia e conhecimento de causa o seu parecer.

Peço portanto a V. Ex. que consulte o Senado para que dê o seu assentimento para a publicação destes documentos.

Consultado, o Senado consente na publicação.

ORDEM DO DIA

Entra em discussão unica, e é sem debate approvada a conclusão do parecer n. 81, de 1893, da commissão de constituição e poderes, opinando pela prorogação da licença pedida pelo senador Cunha Junior.

Segue-se em 3ª discussão, e é sem debate approvada e adoptada para ser submettida á sancção presidencial, a proposição da Camara dos Deputados, n. 130, de 1892, autorisando o governo a despender a quantia de 18.000:000$ ao cambio de 27 d. com a substituição do armamento do exercito e outros apetrechos bellicos.

Segue-se em 3ª discussão, e é sem debate approvada e adoptada para ser submettida á sancção presidencial, a proposição da Camara dos Deputados, n. 7, de 1893, autorisando o governo a applicar ao pagamento de passagens de immigrantes o credito consignado pelo orçamento vigente á garantia de juros a emprezas que se obrigarem a fundar colonias, e a abrir para aquelle fim um credito supplementar de 1.828:832$635 á verba — Terras Publicas e Colonisação.

Entra em 3ª discussão a proposição da mesma camara, n. 50, de 1892, autorisando a revisão geral das promoções realisadas no exercito desde 15 de novembro de 1889 até 31 de dezembro de 1891.

O Sr. João Neiva diz que, como prometteu ao Senado, vem apresentar as emendas de accordo com o parecer do Conselho Supremo Militar, attendendo a todas as duvidas por elle suggeridas na consulta que se lhe fez.

O honrado senador pelo Rio de Janeiro, quando tratou deste assumpto, leu um topico do paracer, no qual o Conselho Supremo Militar tinha duvidas em attender a todas as reclamações pelo modo laconico em que estava redigida a lei e indicava então no seu parecer

quaes as lacunas que convinha preencher. A' vista disso, a commissão de marinha e guerra reuniu-se e, tratando destas duvidas apresentadas pelo Conselho Supremo Militar, redigiu as emendas que lhe parecem completar perfeitamente o pensamento do Congresso.

Já lhe foi dito que ha reclamações contra a proposição da Camara dos Deputados sob o fundamento de que o governo provisorio, o governo revolucionario, tinha poderes para fazel-as do modo por que o fez, sem respeitar leis anteriores.

O orador não contesta isto; declarou no parecer, como relator na commissão, esta circumstancia e no seu discurso anterior confirmou.

Não nega ao governo provisorio a competencia de fazer o que bem entendesse, porque elle era tudo, era Constituição, era o parlamento, era o Poder Judiciario, emfim enfeixava em suas mãos todos os poderes.

Mas, si não nega competencia ao governo provisorio para fazer estas promoções, tambem não nega ao Congresso a competencia de alterar ou modificar alguma cousa que tenha de fazer. Depende simplesmente da conveniencia, da opportunidade destas medidas.

Ao orador não cabe discutir esta questão; simplesmente como relator da commissão de marinha e guerra, e recebendo a proposição qua veiu da Camara dos Deputados submetteu á consideração do Senado com as emendas que aos seus illustres collegas e ao orador pareceram completar o pensamento manifestado pelo Congresso.

A idéa uniforme do Congresso é reparar injustiças; no *modus faciendi*, no modo de entender dos oradores que se pronunciaram a respeito nota-se divergencia.

Que fez o Senado? Apanhou o parecer do Conselho Supremo Militar e formulou as emendas para ter tempo de serem estudadas ou pelo menos lidas e o orador obteve do illustre presidente que mandasse imprimir estas emendas préviamente para serem distribuidas no momento em que fosse apresentado o original á mesa.

Ha grande divergencia simplesmente quanto á proposição da Camara e quanto ao paragrapho unico do art. 2º, que a commissão do Senado substituiu *in totum* por um outro; tratando este paragrapho unico do art. 2º de cumprir esta lei, e fazer a revisão, attendendo aos casos suggeridos pelo proprio conselho, como por exemplo as transferencias contra a lei, as promoções dos officiaes sem intersticio, etc. etc. e a maneira de classificar os serviços, os serviços relevantes, a commissão classificou como merecimento.

E' justa esta classificação, porque os officiaes antigos seriam prejudicados desde que, por uma circumstancia furtuita, merecessem ser classificados como distinctos ou por terem prestado grandes serviços á Republica. Tudo isto constitue merecimento, e, portanto, todos os officiaes devem ser incluidos no principio de merecimento e não de antiguidade.

Terminando, diz o orador que, quanto ao mais, limita-se simplesmente a pequenas modificações, quasi de redacção.

Apenas foi substituido o art. 3º da proposição por um outro do parecer que a commissão de marinha e guerra primitivamente adoptou, accrescentando-se tambem o paragrapho unico deste mesmo projecto que a commissão tinha adoptado.

Veem á mesa as seguintes

Emendas

Ao art. 1º *infine*:

Substituam-se as palavras — principios da lei — por — legislação — modificando-se a redacção para estabelecer a concordancia.

Ao art. 2º:

Substitua-se a palavra — justiça — pelas — ou seu succedaneo constitucional — e em vez de — logo que seja autorisado — diga-se — com urgencia.

Ao paragrapho unico do mesmo artigo:

Substitua-se pelo seguinte:

Paragrapho unico. Nesta revisão o indicado Conselho Supremo observará todas as disposições que regulavam as promoções do exercito não revogadas por acto expresso do governo provisorio, para classificar:

a) as promoções desde alferes ou 2º tenente até o posto de capitão, na arma de artilharia e corpos especiaes por antiguidade; e nas armas de cavallaria e infantaria, um terço por estudos e dous terços por antiguidade;

b) as promoções desde o posto de major até o de coronel inclusive, metade por merecimento e metade por antiguidade; devendo comprehender-se naquelle principio os officiaes promovidos por serviços relevantes; salvo a hypothese de tocar-lhes a promoção por antiguidade, na qual serão então incluidos;

c) a transferencia em qualquer posto, de uma arma para outra ou para corpo especial, fóra dos casos previstos na legislação, como contemplado na disposição do art. 6º da lei n. 1143, de 11 de setembro de 1861, que manda considerar transferido o mais moderno de sua classe. Assim collocado, se lhe applicará uma das regras (a) ou (b), conforme o seu posto;

d) a confirmação dos alferes-alumnos nos postos de 2ºs tenentes e alferes, sem as condições exigidas pelos regulamentos das escolas, como uma transferencia de arma, su-

jeita, portanto, ao art. 6º da supracitada lei de 1861 ;

e) o computo das antiguidades dos officiaes promovidos sem o intersticio legal de novo posto, havendo outro satisfeito tal exigencia, será desde o dia em que completarem esse requisito, levando-se, porém, em conta para o effeito o disposto no art. 9º e seu paragrapho unico, da lei n. 3160, de 14 de julho de 1883, si estiverem comprehendidos na sancção dessa lei.

Ao art. 3º:

Substitua-se pelo seguinte :

Art. 3º Os officiaes promovidos com preterição de seus camaradas e a estes avantajados em postos não poderão ter novo accesso emquanto os preteridos não forem elevados aos postos que os primeiros actualmente occupam, desde quando os mesmos preteridos retomarem a devida procedencia.

Paragrapho unico. Os officiaes prejudicados, que se acharem em postos iguaes aos occupados por aquelles que os preteriram, contarão as antiguidades precisas para retomarem os logares que relativamente a estes lhes cabem, e os que se acharem em postos inferiores serão promovidos nas vagas que forem occorrendo, sendo suas promoções classificadas nos principios reguladores correspondentes á qualidade e numero dessas vagas, observada a ordem de collocação que legitimamente lhes competir para a promoção.

Ao art. 5º:

Accrescente-se, depois da palavra—militar—as seguintes—ou seu succedaneo constitucional.

Sala das sessões, 1 de julho de 1893. — *João Neiva.—Almeida Barreto.—Santos Andrade.—Rosa Junior.—Joaquim Sarmento.*

São lidas, apoiadas e postas conjunctamente em discussão.

O Sr. Amaro Cavalcanti —Sr. presidente, pedi a palavra para, em vista da importancia do assumpto, consubstanciado na proposição vinda da Camara dos Srs. Deputados, chamar a attenção do Senado para a ponderação com que este deve estudar e dar o seu voto sobre a mesma proposição.

Noto, porém, Sr. presidente, que no recinto não ha nem o numero legal para que a casa possa funccionar, e neste caso serão talvez inuteis as minhas observações, porque o Senado, não as ouvindo, não poderá dar-lhes o valor que eu entendo que ellas podem merecer.

Sr. presidente, a proposição que autorisa o Poder Executivo a rever as promoções feitas do dia 15 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890, se me afigura de effeitos e consequencias talvez prejudicialissimos.

O Sr. João Neiva—A questão é muito grave, não deixo de o reconhecer.

O Sr. Amaro Cavalcanti —Attenda V. Ex. ás razões que motivaram essas promoções e áquellas que hoje são allegadas para que ellas deixem de subsistir.

Todos sabem que, no dia 15 de novembro de 1889, forças armadas, sahindo para o Campo de Sant'Anna, decidiram da sorte da monarchia e proclamaram o regimen existente.

Si essas forças, em vez de vencedoras no momento, fossem as vencidas, ninguem ignora qual devia ser, pelas leis militares, o seu destino,

Deviam ter perdido, não sómente as posições, mas a propria vida, segundo resam as leis millitares.

Mas dado ao seu movimento o caracter revolucionario, e este triumphante, esta acção da lei penal, que devia recahir sobre as mesmas, desappareceu por motivo da propria victoria obtida sobre as instituições que baquearam.

Entendeu, por conseguinte, o poder constituido, em virtude dessa resolução, que podia promover os seus companheiros que nesse momento haviam arriscado todas as posições adquiridas e a propria vida, que devia dar-lhes, digo, mesmo um galardão e para o que entendeu que aos mais conspicuos na acção, os que mais arriscaram no momento, deviam ser os preferidos nas promoções que deviam ser feitas pelo poder existente.

Esse poder, como sabe o Senado, era um poder revolucionario,— quer dizer—um poder completo ; tinha o direito de legislar e a sua acção constitue direito adquirido, que é tão respeitavel como si fosse feito em virtude de lei de um poder legalmente constituido. Esta é a verdade.

O Sr. João Neiva—Não contesto este principio.

O Sr. Amaro Cavalcanti— Sei que V. Ex. está de accordo em relação aos principios cardeaes que regem a materia, com o que muito me alegro.

Mas agora pense V. Ex. no contrario.

Outros que deviam ser promovidos ou por direito de antiguidade, ou porque lhes assistia já o que se chama intersticio, para na primeira occasião, serem os preferidos nos postos vagos, si juldando desde então prejudicados por não terem tido opportunamente aquellas promoções que lhes cabiam, levantaram queixas, reclamações e afinal fizeram com que a Camara dos Srs. Deputados, acceitando essas queixas e reclamações, formulasse a pro-

posição que é submettida ao nosso voto, para que fossem revistas essas promoções feitas pelo governo dictatorial de 15 de novembro, afim de que sejam salvaguardados os direitos destes que se julgam offendidos.

O SR. JOÃO NEIVA dá um aparte.

O SR. AMARO CAVALCANTI — V. Ex. sabe que o movimento foi aqui, o momento decisivo foi aqui. Si a cabeça cahisse, o corpo nem siquer faria um movimento. E nós sabemos mais que essas promoções de preferencia, aproveitaram a alumnos das escolas militares, a moços ousados, a um punhado dessa mocidade que dise: — Não, a instituição actual não deve subsistir; queremos instituições novas.

Foi em favor destes, sobretudo, que o poder dictatorial abrira o cofre das graças em taes promoções.

O SR. MANOEL VICTORINO — Na occasião da revolução.

O SR. AMARO CAVALCANTI— Dentro do periodo revulucionario sómente.

O SR. MANOEL VICTORINO dá um aparte.

O SR. AMARO CAVALCANTI — De maneira que o objeccivo da proposição que veiu da Camara dos Srs. Deputados é desfazer, desconhecer os serviços que foram reconhecidos como relevantes, como importantissimos e essenciaes para a proclamação da Republica.

Com o meu voto nunca ella passará.

Em segundo logar, vamos estabelecer, por esta mesma lei, motivo para reclamações muito maiores, porque estes que agora reclamam contra os direitos preteridos de sua antiguidade não deixaram de ter tambem depois promoções e promoções vantajosas, poisque estesmesmos que foram proferidos abriram espaço para que outros tambem o fossem, ainda mesmo não tendo tomado parte na revolução.

O SR. JOÃO NEIVA dá um aparte.

O SR. AMARO CAVALCANTI— Outras razões occorreram, como bem lembra o nobre senador, resultantes da propria revolução, como o augmento da força armada, como a compulsoria e muitos outros actos consequentes e subsequentes da revolução, que abriram outros tantos ensejos para as promoções, que talvez estes que agora reclamam não teriam obtido si não fosse a mesma revolução.

Portanto, esta proposição, permittam-me que diga com todo o respeito, foi inconsideradamente votada na outra casa do Congresso.

Vejo de certo tempo a esta parte reinar uma especie de mania (deixem passar o termo) para desfazer tudo quanto a revolução fez. Não é assim que se consolida uma Republica que ainda está no berço.

O SR. SALDANHA MARINHO—Muito bem.

O SR. AMARO CAVALCANTI — Temos desfeito em finanças, em politica, em tudo, e agora até nas promoções concedidas, como galardão áquelles que deram o golpe decisivo na revolução de 15 de novembro.

O SR. JOÃO NEIVA — Não se annullam essas promoções.

O SR. ALMEIDA BARRETO — Forão promoções feitas pelo almanak, não o foram no espirito da lei.

O SR. AMARO CAVALCANTI — As promoções de que trato foram do governo provisorio.

O SR. ALMEIDA BARRETO — O governo provisorio garantiu as promoções, garantiu tudo e não fez nada.

O SR. AMARO CAVALCANTI — E promoveu; ignoro que não promovesse. Trata-se dessas promoções, e si não se trata disso, não se trata de nada, porque a lei refere-se ás promoções feitas de 15 de novembro de 1889 a 30 de dezembro de 1890, isto é, ao periodo revolucionario.

Agora isto por um lado, como consideração geral; por outro, como consideração especial, e esta consideração é a mais valiosa de todas: essas promoções são legaes. As promoções feitas de 15 de novembro de 1889 a 30 de dezembro de 1890 foram effectuadas em virtude de um poder que tinha para os seus actos a força da lei. Por consequencia uma promoção feita pelo governo revolucionario, que era nesse tempo possuidor de todos os poderes da nação, é tão legal como si fosse feita em virtude de qualquer lei votada pelo parlamento da monarchia ou por nós posteriormente; por consequencia, para aquelles que foram promovidos, essas promoções importam em direitos adquiridos legitimamente, e que não pódem ser mais revogados.

Toda lei póde ser revogada pelo Poder Legislativo, porque nós somos o continuador desse governo pelo lado do Poder Legislativo ordinario, mas, attenda-se bem: nós podemos revogar a lei feita por nós o anno passado; entretanto os direitos adquiridos em virtude dessa lei do anno passado já não nos toca revogal-os: revogamos a lei *ad futurum*, ou que produzirá novos direitos adquiridos, mas o adquirido até agora é perfeito, não ha poder mais que possa desfazel-o, porque (é preciso attender bem para isto, que nem sempre bem se comprehende) a lei é a expressão do direito, é a simples regra do direito; nós, legisladores, temos o direito de fazer a lei para regular o direito, mas não temos o poder de

annullar o direito, porque o direito não se annulla; apenas se muda a regra que o regula nos casos dados.

Portanto, o direito adquirido, não ha poder que possa annulal-o, só o da violencia, só justamente o da revolução, porque então já não é mais a esphera legal que domina, já não é mais na esphera legal que os direitos podem ser advogados ou deferidos.

Mais um argumento. A pratica nestas materias tambem serve.

Durante as guerras as promoções tambem não são feitas, respeitando-se os direitos adquiridos...

O Sr. Joao Neiva—Mas uma lei anterior as autorisou.

O Sr. Amaro Cavalcanti—... são feitas no campo da batalha, conforme o merecimento, conforme a bravura e ás vezes conforme a affeição do general, que dirige o cobate e que dá titulo de heróe a uns e de cobardes a outros; mas o que é certo é, que são conferidas nem sempre conforme a lei. Ora, durante a guerra do Paraguay tambem se deram grandes abusos, mas dahi para cá qual foi a pratica adoptada? Nunca, absolutamente nunca se votou lei mandando rever as promoções.

Admitte-se, sim, o direito individual daquelle que se julgou prejudicado no seu direito de promoção, de recorrer ao poder competente, ao Executivo, e este, si é caso da sua esphera, decide por si; si não, remette ao Poder Legislativo.

Cada um vem reclamar por seu direito que foi preterido, e é attendido lá ou cá.

Isto comprehende-se, mas fazer objecto de uma lei, uma these geral, a revisão de todas as promoções de 15 de novembro a 30 de dezembro, de 1890;—V. Ex. comprehende que, si o fim da lei é abafar, acabar com as reclamações dos que foram promovidos, porque todos o foram, mas ainda não acharam bastantes essas promoções, porque acham que outros em meio caminho lhes interceptaram o accesso; si é para abafar pretenções destas que a Camara votou a lei; posso declarar ao Senado que, si esta lei; passar, reclamações virão e a meu ver com dobrada razão, porque serão justamente trazidas por aquelles que formaram o actual governo, por aquelles que proclamaram a actual Republica.

Não posso absolutamente, constrangendo a minha consciencia, votar por esta proposição, que a meu ver deve ser rejeitada (*apoiados*), até mesmo porque não é tempo para estarmos a desfazer as cousas da Republica, que ainda é de hontem.

Estamos na mania de destruir, antes de termos acabado de consolidar; por toda a parte vejo o mesmo procedimento.

Si é na questão financeira, mal os planos do ministro das finanças, errados ou certos, não discuto agora nem para sustentar, nem para desfazer, mal haviam apparecido, dando os primeiros effeitos de suas operações, começou o machado da demolição, em vez de começar o conselho da reparação e da emenda, e assim continua.

Em politica, serei um dos peccadores, mas apenas começaram os primeiros erros e erros muito graves do primeiro chefe constitucional da Republica, começamos nós outros a derrocar, sem attender bem, a que estavamos dando na propria Republica, que ainda não estava consolidada.

Agora é a mesma cousa por toda a parte, e como se precisa tocar aqui, alli, acolá, já se levantou ao mesmo tempo— não sei como qualifique—uma dupla tentativa contra os direitos dos militares: um projecto, que os exclue dos direitos politicos, e agora um outro que lhes manda reduzir a nada as promoções que tiveram pela parte que lhes coube na revolução de 15 de novembro!

Póde ser que tudo seja muito bom; eu daria o meu voto *depois de amanhã*; hoje, porém, o nego tanto a um, como a outro projecto.

Niguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

São rejitadas as emendas.

E' rejeitada a proposição, em 3ª discussão e vae ser devolvida á Camara dos Deputados, com a communicação do occorrido.

Continúa em discussão unica o parecer n. 77, de 1893, opinando que se archive a representação do Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, pedindo providencias que salvem a situação anarchica do estado de Pernambuco, com a emenda apresentada pelo Sr. Coelho Rodrigues.

O Sr. Gaspar Drummond (*movimento de attenção*)—Sr. presidente, começo por pedir desculpa á illustrada commissão de constituição e diplomacia, si vejo-me forçado á discrepar um tanto do douto parecer, que V. Ex. acaba de submetter á debate.

Como sabe o Senado, versa o parecer sobre uma representação que, acerca de negocios de Pernambuco, o Dr. Albino Meira, na qualidade de presidente do congresso daquelle estado, endereçou-nos por intermedio do illustre senador, representante do Piauhy.

Em rigor, não ha discrepancia de minha parte, por isso que, de accordo com a illustre commissão penso que, desde que o reclamante não comprovou com documentos as importantes e graves allegações adduzidas, outro não deveria ser o destino a dar-se á representação, sinão o archivamento.

Mas, é precisamente esta a falta que busco preencher de momento.

E' assim que proponho-me a offerecer á illustrada commissão, quer as provas em que o reclamante poderia basear as allegações, aliás provas unicas, pois constam de documentos publicos, como leis do congresso e decretos do Poder Executivo, quer as provas em contrario, para desta arte habilitar a illustre commissão a proferir sobre a especie, de que se trata, parecer definitivo.

Agora mesmo o congresso, que ha pouco tempo adiou suas sessões, quando o senado dalli resolveu sobre a procedencia da accusação contra o governador, deliberada pela camara dos deputados, suspendendo-o das funcções governativas; e adiou-as por entender que não devia funccionar co-existindo dous governadores, pois o governador suspenso não submetteu-se ao *veredictum* do senado e o senado, não obstante, deu posse ao vice-governador; agora mesmo o Congresso reabre-se.

Nestas condições, como funccionar? A quem deverá elle submetter, para serem sanccionadas ou não, as leis que decretar? Ao actual governador em exercicio? Mas esse o senado suspendeu das funcções governativas!

Ao vice-governador, que se diz em exercicio? Mas esse, na hypothese, terá exercicio legal?

Demais, ao vice-governador não falleee a precisa autoridade moral para fazer executar, no caso de sanccionadas, as leis do congresso?

Não póde, portanto, ser mais opportuno o ensejo, nem mais propria a occasião para o Senado, manifestando-se a respeito e intervindo com a grande autoridade de que se acha investido, contribuir efficazmente no sentido de fazer com que o poder que exorbita reentre na espheva funccional dos seus deveres e assim se restabeleça entre os dous poderes em lucta naquelle estado, isto é, entre o congresso e o governador, poder legislativo e poder executivo, a necessaria harmonia, harmonia aliás tão doutrinada no direito publico constitucional e consagrada quer na Constituição Federal quer na constituição politica de Pernambuco. (*Apoiados.*)

E assim, o Senado poupará a continuação de um conflicto espectaculoso, que tanto está contribuindo para desvirtuar o nascente regimen de governo e perder se a fé no systema republicano, já tão amortecida por constantes erros politicos!

Quanto á preliminar do parecer, estabelecida pela commissão, excusando-se de tomar conhecimento da representação por faltarem ao reclamante poderes que o habilitem a representar, perante este senado, a corporação legislativa, de que é presidente e em nome da qual reclama, em rigor tem razão a commissão.

Em hypotheses semelhantes, o mandato não póde ser omisso, antes deve ser expresso...

O SR. ARISTIDES LOBO — Não se presume.

O SR. GASPAR DRUMMOND... segundo as praxes do fôro. Entretanto, penso tambem, que a illustrada commissão poderia ter sido menos rigorosa, si deixando de tomar conhecimento da representação, como provinda do Congresso, de que é presidente o reclamante, considerasse-a feita pelo cidadão que a subscreveu. E assim a commissão se amoldaria melhor ao pensamento da Constituição Federal, que confere, mais do que a qualquer cidadão, pois confere-o a todo individuo, o direito de reclamar, de representar perante os poderes competentes contra os abusos das autoridades.

E a docilidade da commissão bem se justificaria, em face da gravidade da situação politica de Pernambuco, pois a commissão francamente reconheceu no parecer, que a occorrerem naquelle estado os factos articulados pelo reclamante, *conviria que os poderes federaes encontrassem um remedio, fosse elle qual fosse*! No emtanto, a commissão, simplesmente por faltarem ao reclamante poderes expressos de procurador, deixa de entrar no conhecimento da importante representação, recusa-se a dar um remedio á resolução da crise, recordando assim o conhecido caso daquelle celebre fidalgo hespanhol que deixava o rei, já enfermo, morrer asphixiado, por não competir a elle a incumbencia de abrir a janella, por onde entrasse o ar.

Passarei, Sr. presidente, á fazer o offerecimento das provas e subsequente contestação. Antes, porém, o Senado permittir-me-ha um ligeiro historico do desdobramento dos successos politicos occorridos em Pernambuco, desde dezembro de 1891 até a actualidade. E o faço, para que o Senado possa melhor julgar das origens do conflicto, alli existente entre os dous poderes em lucta.

UM SR. SENADOR. — O Senado precisa orienar-se bem.

O SR. GASPAR DRUMMOND — A onda sangrenta das deposições de governadores, gerada na vasa das paixões partidarias dos promotores da revolução de 23 de novembro, onda que se espraiou por todos ou quasi todos os estados, desde o norte até o sul da União, não podia deixar de tragar a legalidade constituida em Pernambuco, principalmente naquelle estado, cujo povo heroico tem attestado, nobremente, em diversos periodos gloriosos de sua historia, grande valor civico e admiravel patriotismo, opondo sempre tenaz

resistencia ás tendencias invasoras e ás usurpações dos governos despoticos, ainda mesmo que custe-lhe, como tem succedido, derramamento de sangue e sacrificio de vidas em prol da patria !

O SR. SALDANHA MARINHO —Apoiado.

O SR. GASPAR DRUMMOND — Não podia, portanto, Pernambuco escapar á acção destruidora daquella revolução, que levou o immortal Deodoro da Fonseca a resignar patrioticamente o elevado cargo que exercia.

Por essa época, o estado de Pernambuco achava-se mais ou menos constituido. Alli havia um Congresso Legislativo, composto de Senado e Camara, eleito pelo povo ; haviam conselhos municipaes, prefeitos e sub-prefeitos, si bem que provisorios, porque ainda não existia lei de organisação municipal, em todo caso tambem de eleição popular; diversos ramos de serviços publicos organisados e outros em organisação; presidia o estado um governador eleito pelo Congresso e o estado era governado sob os auspicios da Constituição politica, decretada pelo Poder Legislativo em nome do povo, á semelhança da Constituição norte-americana.

O governador de então, o desembargador Corrêa da Silva, magistrado integerrimo e, como chefe do Poder Executivo do estado, espirito liberal que tanto fizera prosperar, sob o seu justiceiro governo, as artes e as industrias, por enfermo passara o exercicio daquelle cargo a um dos seus substitutos legaes, o coronel Dr. José Maria de Albuquerque Mello.

Em época difficil assumindo o governo do estado, o grande patriota coronel Dr. José Maria collocou-se na altura do cargo, superior mesmo a situação tão momentosa! Alliando a energia á prudencia soube, dentro de breve tempo, dominar as tentativas de deposição, preparando grandes resistencias em defesa da autonomia do estado, partissem as tentativas de onde partissem, quer da politicagem indigena, quer das forças federaes.

Assim, a deposição não se fez; e quando fizessem-na, custaria lucta sanguinolentissima, á semelhança dessa, que tanto está enluctando nossos irmãos do Rio Grande do Sul.

Curto, meus senhores, foi o governo do coronel Dr. José Maria, governo apenas de tres dias, mas fecundo em rasgos de patriotismo e abnegação do grande cidadão pernambucano, que apezar de pobre havia preparado á propria custa, sem onus para os cofres publicos, dispendiosa resistencia, seguindo assim o civico exemplo dos seus maiores, cidadãos patriotas, que em épocas revolucionarias conservavam e restituiam intacto o sagrado deposito dos dinheiros publicos!

Apoz tres dias de governo, o coronel Dr. José Maria, a instancias do marechal Vice-Presidente da Republica, que agradecia-lhe por telegramma os relevantes serviços prestados á ordem e a tranquillidade publica, passava o exercicio do cargo ao vice-governador Barão de Contendas, que a tanto se prestava, attendendo tambem a constantes solicitações telegraphicas do marechal Floriano Peixoto.

Espirito prudente, politico sem partidarismo, mesmo politico moderado, o Barão de Contendas, ao passo que inspirava confiança aos correligionarios, tranquillisava os animos dos adversarios, que delle jámais poderiam receiar medidas extremas.

Pois bem; foi sob um governo assim, que realisou-se a deposição do governador, deposição que fez-se em lucta cruenta, mas fez-se á custa da perfidia, da traição que desarmara primeiro a grande resistencia da parte do povo e ainda mais porque as forças federaes, quando marcharam para realisal-a, não sabiam ao que iam, movidas pela exaltação de uns officiaes, extremamente partidarios e tolerados pela frouxidão e falta de energia de quem então commandava alli o districto militar !

Feita a deposição, apossou-se do estado uma junta governativa, assim sanguinariamente usurpando o poder, á semelhança do salteador que mata a traição para roubar !

Governon a junta dictatorialmente, apezar de haver protestado respeitar a Constituição politica e as leis existentes.

De picareta em punho realisou o funesto processo de demolição politica e administrativa, dissolvendo o Congresso, as administrações municipaes, a magistratura federal; prendendo cidadãos sem crime e conservando em prisão outros sem culpa formada; desrespeitando ordens de *habeas-corpus*, concedidas pelo Superior Tribunal de Justiça; tentando amordaçar a liberdade da imprensa por constantes ameaças e ataques aos redactores de jornaes; sequestrando as liberdades publicas; massacrando o povo a patas de cavallaria e a cargas de bayonetas da soldadesca desenfreiada; emfim, plantando em todo o estado o despotico governo do terror !

Si foi curto, pela duração, o governo da junta, governo que ha de ser sempre memorado na historia daquelle estado pela execração do povo Pernambucano, foi longo e duradouro pelas tyrannias, que praticou, vilipendiando os brios de Pernambuco!

Tempos depois, quando já havia aprofundado muito as raizes da antipathia na opinião publica, desmoronava-se o governo da junta e a junta morria, miseramente, á semelhança daquelle faustoso rei biblico, que assistia em vida á propria decomposição, sentindo cahirem-lhe dilaceradas pela ulceração e apodre-

cidas e putrefactas as carnes do proprio corpo!

Sim, aquelle governo desapparecia coberto das maldições publicas e da desmoralisação em que o deixava extrebuxando a mais formal desconsideração por parte do marechal Vice-Presidente da Republica!

Então o Congresso elegeu governador de Pernambuco o Dr. Alexandre José Barbosa Lima.

Sou insuspeito para fallar do actual governador daquelle estado, de quem ainda hoje considero-me adversario, embora cheio de tolerancias.

O SR. JOAQRUIM PERNAMBUCO — Perfeitamente, não ha alli accordo politico.

O SR. GASPAR DRUMMOND—Si ultimamente, quando alli a autonomia do estado correu perigo de ser pela segunda vez saqueada pelo governo federal, o partido, de que sou um dos mais obscuros soldados (*não apoiados*), tendo á frente o grande democrata e inexcedivel patriota José Mariano, estava disposto a pegar em armas para sustentar o governo do estado, foi porque naquelle momento o governador symbolisava, personificava o principio consagrado na bandeira do partido autonomista, isto é, a defesa da autonomia do estado.

Posso, portanto, fallar e occupar-me do actual governador, sem dever ser acoimado de suspeito.

Pois bem; o Dr. Barbosa Lima, politico voluntarioso e habituado a agir por iniciativa propria, temperamento votado antes ao imperio prudente, que á obediencia passiva, ao assumir o governo de Pernambuco, bem cedo deu a conhecer que havia adoptado o programmade governar acima e fóra da acção exaggerada dos partidos, traçando a si atrajectoria de uma administração justiceira, sensata e prudente.

Era mesmo o governo, que após uma época revolncionaria, em que os animos politicos estavam muito incandescentes, mais conviria ao estado. (*Apoiados.*)

E,assim,no firme proposito de antes governar do que ser governado, começou por hastear a bandeira branca da paz, convidando a todos os opprimidos pela revolução a abrigarem-se á sombra daquella bandeira. E restaurou as liberdades publicas sequestradas pela junta governativa; reintegrou os cidadãos á posse dos seus direitos confiscados, dos quaes um des mais importante,o coronel Dr. José Maria, achava-se foragido para evitar a sanha dos inimigos politicos, que haviam-lhe posto a premio a cabeça; emfim, restabeleceu o regimen da paz, da ordem e da tranquilidade publica.

Governo tão imparcial e correcto, que despertou as sympathias dos adversarios affirmando-lhes garantias de justiça e respeitando-lhes os direitos, como poderia convir á politicagem indigena dos que haviam realisado á trahição a deposição do governador, si elles ainda estavam cheios de odios e sedentos de vinganças?!

Dahi o desgosto á lavrar e a divergencia ainda latente!

Mas o Dr. Barboza Lima, firme no proposito de executar integralmente o seu programma degvoverno, proseguiu, nullificando diversos actos illegaes da junta, organisando ramos de serviço publico. Isto concorreu para que a divergencia explodisse; e, ao abrir-se o congresso do estado, então a luta assumiu grandes e francas proporções!

E o congresso não trepidou em decretar leis, as mais absurdas, incongruentes, ineptas e inconstitucionaes, e ate duplamente, porque attacaram quer a constituição politica do estado, quer a Constituição Federal; outras retirando autorisações que o Poder Legislativo havia dado ao governador; e mais leis cerceando os meios do governo e da força policial; emfim resolucções legislativas, meramente pessoaes, em as quaes só a pessoa do governador era objectivada.

Deve estar presente á memoria do Senado o desagradavel conflicto, que então se deu. De um lado era o congresso á decretar leis, do outro, o governador á vétal-as; de um lado, o congresso votando-as por dous terços e promulgando-as para serem executadas; do outro, o governador sem executal-as, fundando-se em interposições de recursos legaes da validade de leis inconstitucionaes!

E assim, de queda em queda, de abysmo em abysmo, o congresso, ja bastante faccioso, não escrupulisou em fazer uma lei de processo de responsabilidade, na qual estatuia que, logo que o Senado resolvesse sobre aprocedencia da accusação contra o governador deliberada pela camara, ficasse o accusado suspenso de suas funcções governativas.

A essa lei, manifestamente inconstitucional, porque em face da constituição politica de Pernambuco a suspensão só póde ser pena imposta em consequencia de sentença e nunca medida preliminar do processso, o governador negou sancção,

Mas, o congresso obstinado votou-a por dous terços e promulgou-a para ter execução. Fez mais ainda: lavrou decreto de suspensão do governador e deu posse do cargo ao vice-governador, Dr. Ambrosio Machado! No emtanto o governador, não se conformando como decreto inconstitucional do Senado, recorria legalmente para o superior tribunal de justiça do estado, e esse tribunal dava, por acordão, provimento ao recurso, julgando insubsistente a suspensão decretada pelo senado.

E assim, em Pernambuco tivemos de assistir ao espectaculoso conflicto de dous governadores, que disputavam o governo do estado, um o Dr. Barbosa Lima, que, apezar da suspensão do senado, conservava-se no exercicio do cargo, aliás bem fundado na Constituição e em um *veridictum* do poder competente, outro, o Dr. Ambrosio Machado, que se considerava no exercicio do cargo por haver recebido do senado a posse respectiva.

Ao receber do senado a posse do cargo, o vice-governador solicitou do Vice-Presidente da Republica a intervenção dos poderes federaes em ordem a resolver o conflicto.

Deve o Senado conhecer os termos em que ã respeito se pronunciou o marechal Floriano Peixoto, que declarou que era *governador constitucional de Pernambuco o governador eleito pelo congresso, Dr. Alexandre José Barbosa Lima, e que reconhecel-o-hia como legal até que o Poder Judiciario resolvesse as questões qua lhe estavam affectas.*

Cumpre notar que até então o superior tribunal de justiça do estado ainda não havia julgado o recursó que da validade da suspensão o governador teve de interpor.

Posteriormente houve o julgamento, e então, em face do accordão de que ha pouco fallei, o Vice-Presidente da Repuclica declarou ao vice-gavernador, Dr. Ambrosio Machado, que nenhum facto havia modificado a attitude do governo federal, já manifestada anteriormente.

Ora, si o Vice-Presidente da Republica, solicitado a intervir, homologára, por assim dizer, a questão ao poder judiciario, é concludente que esse poder, julgando insubsistente a suspensão do governador, resolvera o conflicto da co-existencia dos dous governadores em exercicio, julgamento com que aliás conformou-se o marechal Floriano Peixoto, e nem podia deixar de conformar-se, desde que considerou o poder judiciario competente para resolver o caso. (*Apoiados.*)

Eis, senhores, o desdobramento dos successos politicos occorridos em Pernambuco, desde a revolução que erigiu o Sr. marechal Floriano Peixoto ao exercicio do cargo de Vice-Presidente da Republica até á época actual.

Do historico enfadonho que acabo de fazer (*muitos não apoiados*) vêem os distinctos collegas que outra não foi a origem da lucta entre o Poder Legislativo e o Executivo, entre o governador e aquelles que o elegeram sinão o despeito destes polo facto do Dr. Barbosa Lima governar o estado sob a egide do direito, da lei e da justiça, sem prestar-se ás exigencias e manobras inconfessaveis da politicagem de aldeia.

O Sr. Joaquim Pernambuco—Apoiadissimo.

O Sr. Gaspar de Drummond—Passo, agora, Sr. presidente, a apreciar os pontos capitaes da representação, o que farei ligeiramente, para não fatigar por mais tempo a attenção do Senado.

Um Sr. Senador—Estamos ouvindo V. Ex. com maximo prazer.

O Sr João Barbalho — V. Ex. está inteirando perfeitamente o Senado sobre a situação politica de Pernambuco.

O Sr. G. de Drummond — Eu contava, mesmo com tamanha benevolencia do Senado, benevolencia que agradeço, mas de que não devo abusar.

Prosegueirei. Uma das principaes allegações, arguidas pelo presidente do congresso de Pernambuco contra o actual governador, consiste em que o Dr. Barbosa Lima dissolveu dictorialmente os conselhos municipaes, prefeito e sub-prefeitos, que elle encontrou eleitos, desde o governo da junqa e já achando-se os municipios organisados.

Antes de tudo, é inexacto que o governador houvesse dissolvido as administrações municipaes.

O que se déu foi o seguinte:

A administração dos municipios achava-se entregue á conselhos municipaes, prefeitos e sub-prefeitos, eleitos a 21 de fevereiro de 1892 pela junta que havia dissolvido os que existiam, tambem de eleição popular sob o governo do honrado dezembargador Corrêa da Silva, e antes da revolução de 23 de novembro.

Então o actual congresso decretou uma lei de organisoção municipal, a lei n.52, do corrente anno. Um dos artigos desta lei assim se expressa. (*lê*)

«Os municipios existentes, com seus actuaes limites, serão conservados, para o fim de elegerem os seus conselhos municipaes, Prefeitos e Sub-Prefeitos e chamades a constituirem-se de accordo com as disposições da Constituição do Estado e da presente lei.»

Um outro artigo dispõe o seguinte (*lê*)

«Enquanto não forem declarados constituidos, os municidios reger-se-hão pela legislação anterior á constituição de 17 de junho, menos no que diz respeito á separação das attribuições legislativas e executivas municipaes, estipulada no artigo 102 da mesma Constituição e que entrará em vigor depois da eleição dos conselhos municipaes, prefeitos e Sub-Prefeitos.»

Cumpre notar ao Senado que, quer aquelle quer este artigo estam capitulados no corpo das disposições transitorias daquella lei sendo que aquelle é o artigo 1º e este o artigo 8º,

Ora, em face de tão expressas disposição. cumpria ao governador executar a lei, de accordo com o artigo 1º, designando dia para

eleição dos conselhos municipaes, prefeitos e sub prefeitos e de accordo com a artigo 8º, nomeando intendencias provisorias até aquella eleição. (*Apoiados*).

Pois bem, foi o que fez o Dr. Barbosa Lima Entretanto, a isto chama-se dissolução de conselhos municipaes, prefeitos e sub-prefeitos !

Era justo que, não passando de provisorias, embora eleitas, as administrações municipaes, por isso que ainda não existia lei de organisação de municipios, sobrevindo a lei, cessassem os poderes daquellas administrações, dando lugar a que na posse de taes poderes entrassem as administrações municipaes eleitas definitivamente. E, tanto mais legal, quanto a lei n. 52 expressamente o determinava. (*Apoiados.*)

Mas, dir-se-ha, como o actual congresso assim concorria, ou antes legalisava o desapparecimento de administrações municipaes amigas principalmente achando-se em divergencia politica com o governador?

Explica-se facilmente. E' que o Congresso decretou uma lei sem saber o que decretava. O projecto de lei havia sido apresentado no congresso anterior, que aliás tinha o pensamento sxarado naquelles dous artigos e o actual congresso converteu em lei o projecto, sem eliminar, nem siquer corrigir aquelles artigos.

Foi, portanto, mais uma inepcia do Congresso, então possesso do espirito faccioso!

Quantas vezes o juri da aldeia, tendo em vista condemnar o réo, por negar alguma circumstancia do processo, por exemplo, a de prisão em flagrante em determinados crimes, surprehende-se com a perempção da acção, que abre ao criminoso as portas da cadeia?! Pois o congresso de Pernambuco na especie commetteu a *innocencia* do juri da aldeia. (*Riso.*)

Peza-me muito salientar a inepcia ou imprevidencia dos actuaes legisladores do congresso de Pernambuco, mas é um facto tão publico que um dos membros da execranda junta governativa, aliás tambem em divergencia politica com o actual governador e na melhor harmonia com o congresso, declarara na imprensa dalli que o acto legislativo, isto é, a lei n. 52 com aquellas duas disposições era mesmo um « grande cochilo de Homero » !

Despeitado, o congresso decretou uma lei dando interpretação cerebrina aos dous artigos da lei n. 52 e determinando que o governador do estado, « no praso de 48 horas da datada promulgação da lei interpretativa, restabelecesse os conselhos municipaes, prefeitos, e sub-prefeitos dissolvidos por força do decreto de 15 de agosto de 1892. »

A interpretação não passava de um pretexto!

Eram expressas e terminantes as disposições, isto é, os arts. 1º e 8º da lei n. 52 e como sabe o Senado, *interpretatio cessat in claris.*

Demais, a lei interpretativa consagrava manifesta inconstitucionalidade, pois feria de frente, quer a constituição politica do estado no ponto em que manda respeitar a autonomia dos municipios, já constituidos e elles o estavam ; quer a Constituição Federal, que no art. 11 § 3º véda aos estados como á União, « prescrever leis retroactivas » !

Ora, a lei interpretativa, restabelecendo administrações municipaes já findas, era evidentemente inconstitucional, porque só poderia ter execução, tendo ao mesmo tempo effeito retroactivo !

A semelhante lei o governador negou sancção ; mas o congresso votou-a por dous terços e promulgou-a para ser executada.

E' excusado accrescentar, que a lei não foi executada, já porque o recurso que os conselhos municipaes, prefeitos e sub-prefeitos interpuseram para o Supremo Tribunal Federal suspendeu a execução, já porque o governador, como guarda da constituição, não podia executar uma lei francamente inconstitucional !

E tanto procedeu legalmente o actual governador, que mais tarde os dous ramos do Poder Legislativo Federal, a Camara e o Senado, approvavam as eleições para provimento de vagas de tres senadores e um deputado, eleições aliás presididas por mesas nomeadas pelos mesmos conselhos, que o congresso do estado acabava de declarar illegaes conjunctamente com os prefeitos e sub-prefeitos, sendo digna de nota a circumstancia capital de que perante a Camara dos Deputados foi arguida e levantada, a nullidade geral das eleições por incompetencia dos conselhos que haviam nomeado as mesas eleitoraes, e a Camara despresou a nullidade, aliás por unanimidade de votos !

Ora, pergunto, approvadas, como foram pela Camara e pelo Senado aquellas eleições, não está, *ipso facto*, legalisado pelo Congresso Federal o acto do governador de Pernambuco, isto é, o decreto de 15 de agosto de 1892, que em face dos artigos 1º e 8º da lei n. 52, do congresso daquelle estado, julgou findos os poderes dos conselhos municipaes, prefeitos e sub-prefeitos, eleitos no tempo da junta?! (*Apoiados.*) Manifestamente o Congresso Federal não considerou, assim, inconstitucional a lei interpretativa decretada pelo congresso de Pernambuco com o fim de reintegrar-se aquellas administrações municipaes na posse dos seus poderes?! (*Apoiados.*)

Bem ; não insistirei mais sobre este ponto e, apenas, ás considerações, que tenho feito, accrescento que não é exacto o reclamante ao assegurar na representação que os munici-

pios de Pernambuco achavam-se já constituidos, quando o governador publicou o decreto de 15 de agosto. A allegação não é verdadeira. Mais alto do que ella fallam os factos, que constituem provas em contrario!

O Sr. Joaquim Pernambuco—V. Ex. tem razão.

O Sr. Gaspar Drummond—Vamos ao outro capitulo da accusação. Consiste em que o actual governador nullificou illegalmente o acto da junta governativa, firmado em data de 8 de janeiro de 1892 e referente ao primeiro provimento dos logares da magistratura do estado.

E' exacto que o governador, por decreto de 26 de setembro, nullificou aquelle acto da extincta junta, com o que procedeu muito legalmente.

A junta, ao apossar-se do governo de Pernambuco, protestou governar com a constituição politica do estado. Ora, sendo assim, ella que era, apenas, um governo de facto, ficára reduzida a de mero expediente, a simples depositaria de um poder que deveria passar intacto ao governador eleito pelo congresso. Pois foi o que não fez a junta! Arrogando-se attribuições, que não lhe competiam, aventurou-se á organisar ramos de serviços publicos; depois de haver dissolvido o congresso e as administrações municipaes existentes entendeu que devia organisar a magistratura estadoal, que até então não existia, pois ainda prevalecia a organisação federal; e, sem escrupulo algum, dissolveu a magistratura federal, dando primeiro provimento aos logares da magistratura do estado,

Era mais uma illegalidade da junta, mesmo uma inconstitucionalidade, porque tão importante attribuição só podia ser exercida pelo governador, a quem á constituição politica commeteu-a no art. 13 das disposições transitorias (*lê*):

«Nas primeiras nomeações para a magistratura do estado, o *governador a quem cabem as nomeações*, preferirá os actuaes juizes, etc.»

E, para ser mais aggravante e mais condemnavel, o acto attentatorio da junta não era mais nem menos do que misera vingança por ella exercida para fulminar a independencia de magistrados integerrimos! Explico-me: o superior tribunal de justiça do estado havia concedido *habeas corpus* ao coronel Dr. José Maria de Albuquerque Mello, Ricardo Lima e Paula Mafra, cujos *crimes* consistiam na patriotica resistencia por elles opposta á deposição do governador, realisada na sinistra noute de 18 de dezembro de 1891.

Já eram decorridos mezes, que aquelles cidadãos estavam sendo perseguidos, sendo que até os dous ultimos achavam-se presos, sem culpa formada, mesmo sem processo iniciado siquer.

Diante de provas inconcussas o superior tribunal de justiça teve o civismo de affirmar os grandes principios de justiça concedendo aos cidadãos opprimidos garantia ás liberdades individuaes. Enfureceu-se a junta e, então, possessa de *rabbia* não só desrespeitou as ordens de *habeas-corpus*, ultaajando o sanctuario da justiça, como sedenta de vingança contra os integerrimos desembargadores, que as haviam concedido julgou azado o momento para *organisar* a magistratura, como fez, eliminando do quadro dos juizes do Supremo Tribunal de Justiça do estado aquelles desembargadores (cito os nomes delles perante o Senado para memorar, expressando a gratidão do povo pernambucano, a independencia, a justiça e o civismo com que souberam, em momento difficil, honrar a toga immaculada de juizes). Foram os desembargadores Teixeira de Sá-Caldas Barreto e Miranda, magistrados illustrados e integerrimos. O ultimo delles, pouco tempo depois do acto vingativo da exeranda junta, fallecia minado de desgostos pela *recompensa* que o seu acto de civismo havia merecido, já no fim de uma longa vida de juiz votada ao tabernaculo da lei e do direito!

Pois bem, não obstante as proporções descommunaes do attentado da junta, mais tarde o Congresso do estado apaixonadamente approvava aquella organisação da magistratura! E é com semelhante acto legislativo que ainda hoje busca-se legalisar o attentado da junta! Exaltados, que não sentem que o exame daquelle acto á decisão do Congresso é a prova mais inconcussa de que a junta não podia pratical-o! Obcecados, que não veem que a approvação do Congresso, bandeira com que cobriu-se o contrabando da junta, era uma outra monstruosidade igual á carga, porque o Congresso, não tendo poderes constituintes, jámais poderia legalisar actos inconstitucionaes! E que ao Congresso de então faltavam poderes consttiuintes, a prova está no proprio decreto com que a junta, dissolvendo o que existia, convocou o actual.

Eis o decreto (*lê*):

«4ª Secção — Palacio do governo do estado de Pernambuco, 26 de dezembro de 1891.

A junta governativa do estado de Pernambuco, considerando que é urgente ultimar a organisação do estado, pelo jogo regular de todos os poderes, instituidos na Constituição de 17 de junho;

Considerando que para isso deve o povo manifestar-se livremente e pelos meios normaes, elegendo seus representantes ao con-

gresso do estado e seus immediatos delegados para a gestão dos negocios municipaes;

Decreta:

Art. 1.º Fica designado o dia 21 de fevereiro do anno vindouro para nelle terem logar as eleições de deputados e senadores ao Congresso do estado, bem como as de prefeitos, sub-prefeitos e membros dos conselhos municipaes; devendo aquelle reunir-se a 7 de abril proximo futuro.

Art. 2.º O futuro Congresso funccionará *ordinariamente, respeitada em todas as suas partes a Constituição vigente.*

Art. 3.º Com a maxima brevidade será expedido regulamento para o processo eleitoral, no qual serão consignados preceitos, que garantam a expressão da vontade popular e a representação das minorias, na fórma da disposição constitucional.

O secretario da junta faça publicar o presente decreto, expedindo as necessarias ordens.—*Joaquim Mendes Ourique Jacques.*— *Ambrozio Machado.*— *J. V. Meira de Vasconcellos.*»

Resta-me, apenas, um ultimo capitulo de accusação, de que occupar-me-hei ligeiramente para não fatigar por mais tempo a attenção do Senado. (*Muitos não apoiados.*)

O SR. LUIZ DELFINO— Estamos ouvindo-o com muita attenção.

O SR. JOAQUIM PERNAMBUCO—V. Ex. tem prendido agradavelmente a attenção do Senado.

O SR. GASPAR DRUMOND— E' accusado o governador do estado, por manter-se no exercicio do cargo, não obstante ter sido suspenso das funcções governativas por acto do Senado, quando essa corporação legislativa resolveu sobre a procedencia da accusação contra o governador, deliberada pela Camara dos Deputados.

E' exacto que o Senado, suspendendo-o daquellas funcções, procedeu em virtude de lei do Congresso.

Mas de que lei?

De lei em que condições?

O actual Congresso, na faina ingrata de eliminar do governo do estado o actual governador, decretou uma lei personalissima de processo de responsabilidade.

Em um dos artigos a lei estabelecia, como effeito da procedencia da accusação pelo Senado, a suspensão das funcções governativas.

A proposição do Congresso foi vetada pelo governador, por se lhe affigurar inconstitucional; mas o Congresso não se conformou com as razões da inconstitucionalidade e votou-a por dous terços, promulgando-a como lei!

A inconstitucionalidade da lei impunha-se descaradamente, como passarei a demonstrar.

As bases do processo por crime de responsabilidade commettido pelo governador do estado, assentadas na Constituição politica de Pernambuno, são distinctas das adoptadas na Constituição Federal e nas de quasi todos os estados da União. E' assim que, pela Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil, declarada procedente pela Camara a accusação contra o Presidente da Republica, é o accusado submettido a processo e a julgamento, nos crimes de responsabilidade, perante o Senado, sendo que, basta a simples decretação da procedencia da accusação para determinar a suspensão das funcções presidenciaes.

Em quasi todos os estados da União, com excepção apenas de Pernambuco, S. Paulo, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, acha-se expresso nas respectivas Constituições politicas que, resolvida a procedencia da accusação movida, nos crimes de responsabilidade, contra o chefe do Poder Executivo, ficam-lhe suspensas, desde logo, as funcções governativas. Vê-se, pois, que a suspensão, em casos semelhantes, foi julgada materia constitucional pelos legisladores constituintes. E como não ser assim, si ella constitue materia de alta gravidade?!

Pois bem; em Pernambuco, a Constituição politica não só não consagra aquelle preceito, como até estabelece a suspensão sómente como pena em consequencia de sentença.

Eis o que dispõe a Constituição politica de Pernambuco (*lê*):

« Art. 66. Para que o governador possa ser accusado é preciso que a Camara dos Deputados assim o delibere, por duas terças partes dos membros que a compeem e por votação nominal.

Art. 67. Resolvida á accusação, serão remettidos ao Senado, em original, todos os documentos, que serviram de base a accusação.

Art. 68. O Senado, tomando conhecimento daquelles documentos, resolverá por dous terços de seus membros e por votação nominal, si a accusação é ou não procedente.

Art. 69. Resolvida a procedencia da accusação, a mesa do Senado remetterá ao presidente do Superior Tribunal de Justiça o decreto de accusação com todos os documentos, que o motivaram, para que elle prosiga nos termos ulteriores da formação da culpa e julgamento, sorteando para esse fim um tribunal composto dos juizes mais graduados e antigos do estado, em numero de vinte e por elle presidido.

Art. 70. As penas applicaveis ao governador por crime de responsabilidade serão *só-*

mente as de suspensão, demissão e incapacidade para o exercicio de qualquer funcção publica do Estado.

Paragrapho unico. A applicação dessas penas não eximirá o culpado das demais, em que possa incorrer em virtude da lei commum.»

Ora, si a constituição politica de Pernambuco não adoptou a suspensão das funcções governativas, como medida preliminar do processo; si fez da suspensão pena sómente imposta em virtude da sentença, como uma lei do congresso sem poderes constituintes poderia alterar, desvirtuar o pensamento constitucional?!

UM SR. SENADOR—Mas, neste ponto, a constituição de Pernambuco não é das mais correctas.

O SR. GASPAR DRUMMOND — Isto é outra questão (*apoiados*).

Não é meu intuito, presentemente, justificar, sustentar o preceito constitucional, devo porém, em attenção ao aparte, com que fui honrado, declarar, que o congresso constituequiteve razões para assim proceder.

Quem falla neste momento fazia então parte daquelle congresso e nelle occupava o cargo de presidente da commissão incumbida de emittir parecer sobre a constituição em projecto.

Pois bem, posso assegurar ao Senado, que foi preoccupação seria da commissão, garants o mais possivel o governador do estado contra as tendencias facciosas do Poder Legislativo!

Assim estabeleceu-se na constituição que, para o governador poder ser accusado, seria preciso que a camara o deliberasse, não por simples maioria, mas por dous terços dos membros, que a compoem e por votação nominal; e que para o senado resolver a procedencia da accusação, fosse precisa a mesma votação nominal e por dous terços, accrescendo que só depois destes tranmites é que o poder competente proseguiria nos termos ulteriores da formação da culpa e do julgamento.

Cumpr enotar que o poder competente é o judiciario, isto é, um tribunal composto dos juizes mais graduados e antigos do estado em numero de vinte, presidido pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Quando o congresso constituinte affectava o processo e o julgamento do governador ao Poder Judiciario, foi não só por confiar mais na justiça de juizes, affeitos a julgar e offerecendo mais isenção de animo por alheios ás lutas partidarias e mais arrhas de independencia por serem vitalicios e inamoviveis, como tambem por suspeitar bastante do espirito faccioso dos corpos legislativos.

Os legisladores constituintes tinham bem presente á memoria o partidarismo e a corrupção das ultimas assembléas provinciaes do regimen monarchico!

A Republica havia substituido a fórma de governo, mas não tinha mudado os costumes.

Os congressos legislativos dos estados haviam de vir eivados do mesmo partidarismo, que as assembléas das provincias.

Eis, por que o congresso constituinte legislou, tendo em vista mais os costumes politicos da época, que os moldes do regimen republicano.

E a prova, de que bem procederam os legisladores constituintes, tendes no procedimento do actual congresso contra o governador do estado, votando leis pessonalissimas, inconstitucionaes, actuando fóra da orbita da constituição politica de Pernambuco, como o fez, ao suspender as funcções governativas do actual chefe do poder executivo.

O SR. JOÃO BARBALHO—Não ha duvida que foi um acto faccioso do congresso.

O SR. GASPAR DE DRUMMOND—Suspenso das funcções governativas, mas suspenso em virtude de uma lei inconstitucional e de um acto legislativo, attacante da constituição politica do estado, o governador recorreu da validade daquella lei para o Superior Tribunal de Justiça, competente nos termos do artigo 83 da lei n. 15, de 1891, lei que regulou a administração da justiça do estado.

Diz o artigo a que me refiro (*lê*):

«Os recursos interpostos de qualquer juizo, que tenham por fundamento negar a validade das leis e regulamentos do estado, por serem contrarias á constituição destes, são da exclusiva competencia do Superior Tribunal.»

Mas, argumentam que o recurso é illegal, porque, não se dando recurso senão de um juizo inferior para o superior hyerarchico, na especie o senado de Pernambuco, um dos ramos do poder legislativo, não é hyerarchicamente inferior ao Superior Tribunal de Justiça, que é poder inteiramente distincto daquelle.

O argumento é falso. Si em regra, os recursos são de um poder inferior para outro superior na mesma hyerarchia, ha entretanto excepções, pois o principio não é absoluto. E' assim que em Pernambuco dá-se recurso das administrações municipaes para o Superior Tribunal de Justiça, e no entanto aquellas e este não estão presas pelos laços da mesma hyerarchia. E' assim, ainda, que das prisões ordenadas pelo questor policial, aliás autoridade administrativa, cabe recurso para o poder judiciario. E demais, desde que o senado de Pernambuco na simples in-

stauração do processo do governador do estado, mesmo limitado á denuncia, figura como tribunal de justiça, segundo o regimento do proprio senado, é claro que o recurso é muito cabivel e muito competente para julgal-o o Superior Tribunal de Justiça do estado.

Aqui está o regimento interno do senado.

As disposições referentes ao processo de responsabilidade do governador inscrevem-se sob esta significativa epigraphe : DO SENADO COMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

O Superior Tribunal de Justiça, tomando conhecimento do recurso, julgou por accordão inconstitucionaes as disposições da lei n. 65 de 13 de abril do corrente anno, em que se fundou o congresso para resolver a procedencia da accusação do governador com suspensão do exercicio de suas funcções de chefe do poder executivo e deu provimento ao recurso, declarando insubsistentes os effeitos daquellas disposições legaes quanto á suspensão do recorrente.

Portanto, si o Dr. Barbosa Lima, não obstante a suspensão decretada pelo senado, conserva-se no governo do estado, é não só por obedecer á constituição politica em resistencia a um acto legislativo faccioso, como tambem escudado em *veritdum* do tribunal competente, em accordão preferipo por juizes integerrimos da estatura moral dos desembargadores Teixeira de Sá, Caldas Barreto, Henrique de Almeida e Domingues Pinto.

O SR. JOÃO BARBALHO — Apoiado.

O SR. GASPAR DRUMMOND—Apreciados como ficam os diversos capitulos de accusação, allegada contra o governador do estado, na representação do Dr. Albino Meira e a elles opposta a necessaria reputação...

O SR. JOAQUIM PERNAMBUCO—Foi completa.

O SR. GASPAR DRUMMOND— Emittirei minha opinião sobre a solução do conflicto.

Penso que o conflicto já está resolvido pelo marechal Vice-Presidente da Republica, sem que aliás o Poder Executivo houvesse intervindo directamente nos negocios peculiares do estado de Pernambuco.

Explico-me: Quando o Senado, depois de suspender o actual governador, deu posse das funcções governativa ao vice-governador Dr. Ambrozio Machado, esse solicitou a intervenção dos poderes federaes, dirigindo-se por telegramma ao Vice-Presidente da Republica. Eis a resposta do marechal Floriano (*lê*) :

«Palacio presidencial, 11 de maio de 1893.
Ao governador de Pernambuco—Recife.

Eis o telegramma que expedi ao Dr. Ambrozio, ao presidente da Camara e ao presidente do Senado :

O governador constitucional deste estado é o que foi eleito pelo Congresso do mesmo estado, cumprindo-me reconhecel-o como governador legal, até que o poder judiciario resolva as questões que lhe foram affectas.

Não tenho que intervir não só por me faltar competencia, como pela ausencia actual de causas que motivem e justifiquem a intervenção constitucional do poder executivo federal. Floriano.»

Vê-se, pois, que o vice-presidente da Republica affectára ou julgara bem affecta a solução do conflicto, ao poder judiciario.

Mais tarde, o Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso que o governador interpoz da validade da suspensão decretada pelo Senado.

Então, tendo conhecimento do venerando accordão daquelle tribunal, o Sr. Vice-Presidente da Republica declarou por telegramma ao vice-governador Dr. Ambrosio Machado « que nenhum facto modificara a attitude do governo federal em relação ao governador eleito, manifestada na primeira resposta, porquanto o referido tribunal dando provimento ao recurso alludido e julgando-se competente *ex-vi* do disposto no artigo 83 da lei n. 15 de 14 de novembro de 1891, reconheceu a illegalidade da suspensão, por ter sido decretada em virtude de lei que violava a Constituição do estado.»

Esta resposta acha-se tambem exarada nas informações que o ministro da justiça e negocios interiores, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, mandou ao Senado, satisfazendo a requisição do illustre senador, representante do Piauhy, informações lidas aqui na sessão de 13 de junho proximo passado.

Resta, agora, que o Senado se pronuncie a respeito; ou consolidando a solução do Vice-Presidente da Republica, e neste caso, em face das provas que offereço, julgando prejudicada a representação e mandando archival-a, ou então tomando qualquer outra resolução, que se lhe affigure mais acertada em sua sabedoria.

Como quer que seja, penso que o Senado deve interpôr a grande autoridade moral de que se acha investido, de modo a terminar o desagradavel e espectaculoso conflicto, que reina em Pernambuco entre os dous poderes Legislativo e Executivo, situação nefasta bem comparavel á daquella época romana, que Tacito tanto verberou, conceituando que já não eram os costumes, mas as proprias leis que estavam contribuindo para o descredito da Republica !

Ao concluir, peço ao Senado, que desculpe-me por ter abusado, durante longo tempo, da preciosa attenção dos illustres collegas. (*Não apoiados*; *muito bem*; *muito bem! O orador é comprimentado*).

Vem á mesa, é lido, apoiado, posto em discussão, que é sem debate encerrada, o seguinte

Requerimento

Requeiro que o parecer em discussão volte á commissão, com os documentos offerecidos, afim de dar novo parecer. — *Gaspar Drummond.*

Indo-se proceder á votação, verifica-se não haver mais na casa numero legal para deliberar, pelo que procede-se á chamada dos Srs. senadores que compareceram á sessão (44), e deixam de responder os Srs. Joaquim Sarmento, Nina Ribeiro, Coelho Rodrigues, Catunda, José Bernardo, Oliveira Galvão, Messias de Gusmão, Rosa Junior, Coelho e Campos, Virgilio Damasio, Manoel Victorino, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Americo Lobo, U. do Amaral e Raulino Horn (16).

O Sr. 3º Secretario declara que os Srs. Saldanha Marinho e Raulino Horn communicaram á mesa que se retiravam por incommodados.

Não havendo numero legal para se votar o requerimento, fica este prejudicado.

Continúa a discussão do parecer com a emenda.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

A votação fica adiada por falta de numero legal.

Esgotadas as materias da ordem do dia, o Sr. presidente designa para a do dia 3:

Votação em discussão unica do parecer n. 77, de 1893, opinando que se archive a representação do Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, pedindo providencias que salvem a situação anarchica do estado de Pernambuco;

2ª discussão das proposições da Camara dos Deputados:

N. 8, de 1893, fixando a força naval para o exercicio de 1894;

N. 114, de 1892, autorisando o governo a alfandegar as mesas de rendas de Itajahy e Laguna, no estado de Santa Catharina, de Antonina, no do Paraná; e de Itapemirim, no do Espirito Santo;

N. 49, de 1892, autorisando o governo a garantir juros até 6 % sobre o capital de 10.000:000$, para fundação de colonias nacionaes;

2ª discussão do projecto do Senado, n. 46, de 1892, regulando as avarias grossas, e a jurisprudencia dos capitães de navios mercantes nos portos da Republica;

1ª discussão do projecto do Senado, n, 18, de 1893, elevando á cathegoria de alfandega a mesa de rendas geraes de Caravellas, no estado da Bahia.

Levanta-se a sessão ás 2 1/2 horas da tarde.

Publicação feita em virtude da deliberação do Senado, na sessão de 1 de julho de 1893

CARTA

Abrindo espaço nesta secção para nella publicarmos a honrosa carta infra, o nosso pensamento foi patentearmos a idéa insuspeita de um illustre chefe politico de Carolina, estado do Maranhão, sobre a sanguinolenta lucta fratricida que rebentou na Boa Vista e infelizmente tem sido conservada até hoje.

Mas é necessario adeantarmos um passo além do que expende esta carta, e mostrarmos, sem a reserva reconhecida do seu autor, tambem os maiores responsaveis por esses acontecimentos.

São elles os dirigentes da actual situação desse estado.

Sim, são elles que, podendo evitar os ultimos fogos do Sobradinho e da Aldeia, não o fizeram, para não sacrificar a politica de uma collectividade e os interesses pessoaes de um homem pela obtenção da paz que o justiceiro e patriotico Sr. Augusto Alves de Castro principiou a estabelecer na desolada comarca.

São elles que, podendo salvar ao menos as apparencias, submettendo á decisão dos tribunaes todos os chefes do movimento popular, não fizeram assim. Deram, ao contrario, para o Sr. Leitão a subida honra de membro da assembléa goyana, aos seus amigos cargos importantissimos, commando da força publica armada a Comblain ao passo que para os outros—o desterro, a prisão, correntes, troncos, martyrios!

Eis a carta:

Carolina, 7 de janeiro de 1893.

Caro amigo Sr. Luiz Leite Ribeiro.—Foi-me entregue pelo Sr. agente do correio desta cidade o seu presado bilhete de visita, acompando o n. 35 da *Folha do Norte*, que, nesta cidade, se publica sob sua digna e illustrada redacção.

Não foi ousadia o acto do amigo analysando o meu simples e humilde discurso proferido no congresso deste estado, onde indevidamente occupo uma cadeira, sobre as grandes vantagens que offerecem este estado e o de Goyaz, maxime na zona Tocantina, para terem direito que a projectada estrada de ferro tenha na Carolina o seu ponto terminal.

Si, como visinho dos dignos goyanos e representante dos interesses do alto sertão do Maranhão, me esforcei para cumprir o meu dever, mais, muito mais, fez o amigo reconhecendo pelo seu bom senso e patriotismo, na *Folha do Norte*, que aquelle meu procedimento, taxado por desleal opposição de immerita e sem valor, tem por objectivo, além da satisfação de um compromisso de honra e de justiça, o direito que assiste ao importante estado de Goyaz e a um povo digno e hospitaleiro, de indole mansa, pacifica, ordeira e trabalhadora, como soe serem todos os goyanos.

* * *

As lagrimas, neste momento, cahem-me dos olhos ao traçar-lhe estas linhas, porque, com grande dor me recordo do estado actual da outr'ora importante e florescente cidade da Boa Vista do Tocantins. Lamento, meu bom amigo, e hei de lamentar a triste sorte dos dignos boavistenses, desses amigos que, em grande parte, estão sendo hoje pasto dos urubús, desse pobre povo que foge sem rumo, sem motivo, sem crime, emfim, para salvar a vida, deixando em abandono o lar, a familia e os bens! Só um coração endurecido pelo crime; só uma alma já abandonada de Deus, surda aos remorsos da consciencia, é capaz de insensivelmente contemplar aquelles logares, hontem habitados, cheios de vida e animação, hoje, que desgraça! desertos, tristes e, aqui e alli cobertos de cadaveres em putrefacção e insepultos! .. Nem gosto de fallar ou de escrever sobre a triste sorte da Boa Vista, porque a alma como que sente-se opprimida sob o peso da dor e da tristeza. Sim, quem seria capaz de ser indifferente aos lamentos de um povo que morre ao desamparo de um espirito conciliador, de um intermediario que, tornando-se imparcial naquella sangrenta lucta, fosse o thermometro da paz e da concordia entre elle? E' por demais triste o espectaculo que nós, como visinhos da Boa Vista, presenciamos. Aqui, é um pae extremoso que chora a deshonra da incauta filha que viu desfolhada pela violencia a grinalda de sua innocencia; alli, é a esposa honesta que lamenta a desconsideração por que passou, o desacato que soffreu ao passar a escolta desenfreada; hontem, foi a digna consorte que, cercada de filhos, os viu na orphandade porque succumbiu sob o peso da injustiça o honesto esposo; hoje é a mãi afflicta que se vê carpindo o filho unico que fazia o enlevo do seu coração e as graças da familia toda, de quem era o verdadeiro animo; agora, é uma população inteira que se vê perseguida, presa, esmolando a caridade daquelles a quem outr'ora abasteceu com os productos de sua lavoura; são, emfim, a dor, as lagrimas, os gemidos e o luto que se veem em cada casa, em todas as estradas, na alma, no coração dos que ainda alli, como naufragos de uma grande catastrophe, se aquecem ao sol da caridade publica.

Desejara neste momento, meu bom amigo, não saber ler nem escrever, porque assim evitaria o dissabor e desgosto que sou obrigado a aguentar, escrevendo-lhe esta carta. Não entro na apreciação da responsabilidade de tantos crimes, de tanta carnificina, de tanto sangue injustamente derramado; a Deus pertence recompensar ao bom e punir ao máo.

Esta minha carta, que, em minha consciencia, não fere, nem se refere a este ou aquelle, não é tambem um segredo, nem um lamento surdo; é ella, pelo contrario, uma manifestação publica da sincera dor que sinto pela infeliz sorte dos dignos boavistenses, desse digno povo que ora paga um tributo tão pesado à injustiça.

Desviei-me, meu bom amigo Leite, do assumpto, que só era agradecer-lhe, como de coração agradeço, as expressões de benevolencia que dispensou-me. O amigo sabe tão bem como eu, que, levados por um sentimento, por uma paixão, por mais que façamos para, fallando ou escrevendo, desviarmo-nos desse sentimento, nunca podemos; eis, pois, a razão da minha digressão. Creio que serei desculpado.—Seu etc., Padre *Carvilio Luzo*.

O capitão Augusto Netto Carneiro, 2º substituto do juiz municipal deste termo do Catalão, estado de Goyaz, servindo no impedimento do cidadão Dr. juiz de direito da comarca, na fórma da lei etc.

Faz saber aos que o presente edital com o prazo de 30 dias virem que, correndo por este juizo e cartorio do escrivão que este subscreve, uns autos de arbitramento de bens immoveis e especialisação para inscripção de hypotheca legal, em que são autores o cidadão Themistocles Dias Prates dos Santos por si e como procurador bastante do senador Antonio da Silva Paranhos e sua mulher D. Belisaria Antoni ada Costa Paranhos representando toda a familia e o Dr. Manoel Dias Prates dos Santos e réos—José Maria da Silva Ayres, Pedro Ayres da Silva, Joaquim Ayres da Silva, João

Ayres da Silva, Carlos Antonio de Andrade, João Felippe do Nascimento, José Rodrigues Ribeiro, João Chrysostomo de Aguiar, Herculano Dias Carneiro, Justino Martins Cardoso, Theotonio Ayres da Silva e suas mulheres, e, reconhecendo-se não terem sido encontrados os ditos réos e algumas das mulheres destes, apezar das diligencias empregadas, por acharem-se em logares incertos e não sabidos; em audiencia de hoje lhe foi dirigido o requerimento verbal que abaixo vae transcripto por cópia, bem como a petição inicial, cujo teor é o seguinte: —Illm. Sr. juiz municipal em exercicio neste termo.—Dizem Themistocles Dias Prates dos Santos e o Sr. senador Antonio da Silva Paranhos e sua mulher D. Belisaria Antonia da Costa Paranhos, representando toda sua familia, Dr. Manoel Dias Prates dos Santos, representados por seu procurador, abaixo assignado, todos domiciliarios nesta cidade, que, tendo sido determinado quaes os autores dos crimes commettidos a 16 de dezembro do anno passado pela sentença de pronuncia, inserta nos autos crimes que passou em julgado, conforme a certidão n. 1 e como pela certidão n 2 se mostra que no corpo de delicto a que se procedeu, foi avaliado o damno causado em 130:000$, querem os supplicantes fazer a especialisação da hypotheca legal dos bens immoveis de seus offensores—José Maria da Silva Ayres, Pedro Ayres da Silva, Joaquim Ayres da Silva, João Ayres da Silva, Carlos Antonio de Andrade, João Felippe do Nascimento, José Rodrigues Ribeiro, João Chrysostomo de Aguiar, Herculano Dias Carneiro, Justino Martins Cardoso e Theotonio Ayres da Silva, constante da relação inclusa, na qual acham-se designados e estimados, que pela certidão n. 3, estão livres e desembargados, afim de que V. S., nomeando peritos, a aprasimento das partes, se digne de mandar proceder a avalição, assim da responsabilidade dos supplicados como estimação dos bens que hão de ficar especialmente hypothecados e, julgado tudo por sentença, mande proceder a inscripção da hypotheca legal nos termos dos artigos 40 e seguintes do decreto n. 370, de 2 de maio de 1890.—P. a V. S. se digne de mandar que se proceda na fórma requerida, sendo esta autuada como os mais documentos.

Os supplicantes deixam de requerer perante o Dr. juiz de direito por ser parte offendida. E. R. J.—Catalão, 17 de março de 1893.—*Themistocles Dias Prates dos Santos*—via-se o sello da verba seguinte:—N. 158—440 réis—pagou quatrocentos e quarenta réis de sello, em falta de estampilha.—Catalão, 18 de março de 1893.—O escrivão encarregado, *C. Lima*. —Despacho—A. Como requer, intimando-se as partes para na primeira audiencia deste juizo, que terá logar na quinta-feira, na casa da intendencia municipal desta cidade, virem nomear e approvar louvados para o arbitramento do valor da responsabilidade e avaliação dos immoveis designados na relação junta.

Catalão, 18 de março de 1893.—O 3º supplente em exercicio, *Christiano Victor Rodrigues*.

Relação—bens immoveis de José Maria da Silva Ayres: uma casa situada na praça da Republica, esquina da rua do Commercio, com quatro janellas e quatro portas de frente e tres janellas e tres portas de lado, com quintal murado—casa de sua residencia— calculada no valor de 5:000$000.

Uma dita na mesma rua, com duas portas e duas janellas de frente—com o distico—Deposito de cerveja nacional—com quintal murado na frente—calculada em 1:000$000.

Uma dita pequena immediata, situada na mesma rua, com uma porta e duas janellas—calculada no valor de 700$000.

Uma dita do lado opposto, com tres janellas e duas portas de frente—quintal murado na frente e na mesma rua—calculada em 800$000.

Uma dita situada na mesma rua—do mesmo lado—com duas portas e duas janellas de frente, quintal murado, esta foi de Antonio Gonçalves da Silva—calculada em 1:500$000.

Uma dita situada na mesma rua, e lado, com quatro portas e uma janella na frente; com paiol coberto de telha, curral cercado de madeira, quintal murado na frente—que foi de Joaquim Leão, com uma posse no fundo, na margem direita do corrego—calculada em 2:000$000.

Uma dita na rua Quinze de Novembro, do mesmo lado, pequena e velha, com duas janellas e uma porta na frente, com quintal cercado de madeira, que foi de Rufina Calaça, calculada em 400$000.

Uma dita na rua da Alegria, murada na frente, com um terreno annexo, com duas portas e duas janellas na frente, que foi de Maria Luiza—calculada em 600$000.

Uma dita no fim da rua da Alegria, com quintal murado na frente, com uma porta e uma janella de madeira roliça—que foi de Jeronymo Borges, calculada em 300$000.

Um pasto cercado a valo, cerca e muro, situado na margem esquerda do corrego, dividindo com a chacara de D Ignacia Cavalcanti, calculado em 500$000.

Uma posse no fundo da casa de José Rodrigues Ribeiro, com começo de casa, engradamento feito, coberto de telha, orçada em 500$000.

Partes de terras na fazenda dos Olhos de Agua, e Posse do Roque, nas margens do rio Paranahyba orçada em 3:000$000.

Um sitio e suas bemfeitorias e partes de terras na fazenda da Forquilha, orçada em 5:000$000.

Um sitio com bemfeitorias e terras na fazenda das Paineiras, termo de Entre-Rios, orçado em 5:000$000

Um sitio com casa coberta de telha, com bemfeitorias e terras na fazenda de Santo Antonio e partes de terras e bemfeitorias no Mandaguahy, orçado em 5:000$000.

Partes de terras na fazenda do Buracão, orçadas em 300$000.

Partes de terras nas fazendas da Olaria e Catalão, orçadas em 150$000.

Pedro Ayres da Silva: uma casa na praça da Republica, com uma porta e quatro janellas na frente, e uma mais annexa com duas portas e uma janella na frente, muradas, quintal e um pasto nos fundos cercado de madeira, orçada em 6:000$000.

Um sitio com casa de telha e bemfeitorias, pasto vallado e terras na fazenda da Olaria, orçado em 2:000$000.

Joaquim Ayres da Silva: uma casa na praça da Republica, com quintal murado na frente, com sete portas e duas janellas, orçada em 4:000$000.

Uma dita pequena com uma porta e duas janellas, na rua Quinze de Novembro, com quintal murado na frente, orçada em 1:000$000.

Theotonio Ayres da Silva: uma casa na rua Francisco Glicerio, com tres portas e quatro janellas, com quintal murado na frente, orçada em 1:200$000.

Uma meia agua na mesma rua, annexa á casa, com quintal murado, orçada em 200$000.

Uma posse para edificar, com esteios fincados cavrados, no fundo da mesma casa, orçada lm 100$000.

João Ayres da Silva: um sitio com bemfeitorias e terras na fazenda dos Olhos de Agua, sendo casa de telha, paiol e curral, orçado na quantia de 8:000$000.

Quatro partes de terras na fazenda da posse da Lagoa, orçadas em 300$000.

Uma parte de terra na Posse do Roque, na matta do Paranahyba, orçada em 50$000.

Uma parte na Posse do Cotovello (matta do Paranahyba) orçada em 100$000.

Quartas partes na posse do Ouvidor, margem do Paranahyba, orçadas em 80$000.

Carlos Antonio de Andrade: uma casa na rua do Senador Paranhos, esquina da de Goyaz, com qnatro portas e duas janellas na frente e quatro portas e quatro janellas na frente da rua de Goyaz, tendo uma casa velha annexa e um pasto no fundo das mesmas, margem direita do corrego, orçada em 8:000$000.

Uma dita na mesma rua do Senador Paranhos, que foi do Alexandre José de Almeida, orçada em 2:000$000.

Um dita na rua Francisco Glicerio, que foi de sua sogra, orçada em 1:500$000.

Um moinho no fundo do Matadouro, á margem esquerda do corrego Pirapetinga, orçada em 500$000.

Um pasto nas terras do Mandaguahy, cercado a vallo orçado em 2.500$000.

Um sitio e terras com café na fazenda da Floresta, termo de Araguary orçada em 6:000$000.

Herculano Dias Carneiro: uma casa na rua da Alegria com uma porta e uma janella, orçada em 300$000.

Uma dita na mesma rua ao lado esquerdo, com tres portas e duas janellas na frente, com quintal murado, orçada em 1.000$000.

Uma dita na mesma rua e lado opposto, envidraçada, com uma porta e quatro janellas na frente, com quintal, orçada em 4:000$000.

Uma dita velha, na mesma rua e lado, que foi de Balbina Gonçalves, orçada em 400$000.

Uma parte em um pasto nas terras do patrimonio em commum com o pasto de Antonio Gonçalves da Silva, orçada em 400$000.

João Felippe do Nascimento: uma casa no largo da Igreja, com duas janellas e uma porta na frente, quintal murado, orçada em 1:000$000.

Uma dita (de sua residencia) no mesmo largo da Igreja, quintal murado, orçada em 2:000$000.

Uma dita no mesmo largo, em terreno annexo em construcção, orçada em 3:500$000.

Uma chacara com casa, engenhos de serra e canna, dous pastos e terras nas fazendas do Catalão e Burity, com plantações e cafezal, orçada em 12:000$000.

Uma casa com engenho de serra e terras na fazenda da Pirapetinga, 2:000$000.

José Rodrigues Ribeiro: uma casa na Praça da Republica, com quintal murado, duas portas e tres janellas na frente, esquina do becco, 1:000$000.

Uma dita, velha, á margem direita do corrego, na rua de Goyaz, orçada em 500$000.

João Chrysostomo de Aguiar: um sitio e bemfeitorias com partes de terras de cultura e campos na fazenda denominada Senhor Bom Jesus, conhecida por Rosas, orçada em 6:000:000.

Justino Martins Cardoso: uma casa nesta cidade, na rua Francisco Glicerio, em frente á casa de Clemente de Oliveira, quintal murado, com duas janellas e tres portas, orçada em 1:000$000.

Cópia do termo de audiencia — Audiencia civil no dia 10 de abril de 1893.

A's 10 horas e no logar do costume, ahi presente o meritissimo Sr. capitão Augusto

Netto Carneiro, 2º substituto do juiz municipal deste termo, servindo no impedimento do Exm. Sr. Dr. juiz de direito da comarca, comigo escrivão abaixo nomeado, o porteiro Ruella, aberta a audiencia por este em alta voz e a toque de campainha, compareceu o cidadão Themistocles Dias Prates dos Santos, pedindo a palavra que lhe foi concedida, disse: Que, tendo requerido a especialisação e inscripção da hypotheca legal dos bens immoveis dos réos — José Maria da Silva Ayres, Pedro Ayres da Silva, Joaquim Ayres da Silva, João Ayres da Silva, Theotonio Ayres da Silva, Carlos Antonio de Andrade, João Felippe do Nascimento, José Rodrigues Ribeiro, João Chrysostomo de Aguiar, Herculano Dias Carneiro, e Justino Martins Cardoso, marcando este juizo para a audiencia do dia 23 de março do corrente anno o arbitramento do valor da responsabilidade dos mesmos e avaliação dos immoveis, acontece que lagumas das mulheres dos ditos réos não foram citadas por se acharem em lugares incertos, e áquelles em logares não sabidos nesta comarca conforme as certidões dos officiaes de justiça e escrivão.

Pelo que por sua parte e de seus constituintes requeria na fórma da Ordenação livro 3º, titulo 1º, §§ 8º e 9º, sejam citados os ditos reos e mulheres que estão em logares incertos por edital para todos os actos e termos da especialisação e inscripção e findo o praso legal, citadas as partes presentes, proceda-se na fórma de direito.

Requereu mais que junte-se aos autos os mandados de notificação que offerece e que no mesmo edital as ditas partes sejam citadas para assistirem a acção competente de indemnisação do damno causado e prejuizo, que tem de ser proposta na occasião opportuna.

Disse mais que deixou de requerer na audiencia marcada para o dia 23 de março e nas subsequentes, porque o juiz deixou de dal-as por se achar doente.

O que sendo ouvido pelo moretismo juiz, deferiu na forma requerida, ordenando que se passassem dous editaes de um só têor com o praso de 30 dias, contados depois da publicação no jornal official do estado, e outro que será affixado nesta cidade no lugar do estylo.

Nada mais havendo a tratar-se mandou o juiz encerrar a audiencia, que assignou neste termo.

Eu, João Gonçalves Lima, escrivão, o escrivi. — *A. Netto.* — *Themistocles Dias Prates Santos.* — Em virtude dos despachos exarados na petição inicial e em audiencia de hoje, mandei passar o presente edital com o praso de 30 dias, que serão contados depois da publicação deste pela folha official do estado; pelo qual cito e requeiro aos ditos réos e as suas mulheres que se achão ausentes e em logares não sabidos, para comparecerem na primeira audiencia que se seguir, da data da referida publicação, na sala da casa da Intendencia Municipal desta cidade, ás 10 horas da manhã, afim de nomearem e approvarem avaliadores ou peritos que avaliem o valor da responsabilidade dos mesmos, bem como dos immoveis já descriptos neste, para ficarem especialmente hypothecados afim de proceder-se á inscripção da hypotheca legal nos termos dos arts. 40 e seguintes do decreto n. 370, de 2 de maio de 1890.

Outrosim, ficam igualmente citados para assistirem á acção competente de indemnisação do damno causado e prejuizos que tem de ser proposta em occasião opportuna, tudo sob pena de revelia.

Dado e passado nesta cidade de Catalão, aos 10 de abril de 1893.

Eu, João Gonçalves de Lima, escrivão, que o escrevi. — *Augusto Netto Carneiro.*

Publica fórma de uma justificação, como tudo abaixo segue:

Mil oitocentos e noventa e tres. — Juizo Municipal do termo da cidade de Entre-Rios.

Justificação — Autuação de uma petição do cidadão Carlos Antonio de Andrade e outros, requerendo uma justificação contra o senador Antonio da Silva Paranhos. O escrivão Faria Barbosa.

Autuação. — Anno de nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e noventa e tres, aos vinte e oito dias do mez de janeiro do dito anno, nesta cidade de Entre Rios, comarca do Rio Paranahyba, estado de Goyaz, em meu cartorio, ahi autuo uma petição do cidadão Carlos Antonio de Andrade e outros, requerendo uma justificação contra o cidadão Antonio da Silva Paranhos, como adeante se vê; do que fiz esta autuação. Eu, Julio Firmino Barbosa, escrivão, o escrevi.

Segue o teor da petição:

Distribuida ao primeiro officio. — Entre Rios, vinte e oito de janeiro de mil e oitocentos e noventa e tres. O distribuidor, *Araujo* Um mil réis — Araujo.

Cidadão juiz municipal primeiro supplente em exercicio.

Dizem os abaixo assignados, Carlos Antonio de Andrade, Herculano Dias Carneiro, Joaquim Ayres da Silva e Pedro Ayres da Silva, negociantes, residentes na cidade de Catalão, que, a bem de seus direitos, requerem perante vós justificar os seguintes *itens*:

1º, que o senador Antonio da Silva Paranhos, derrotado pelos supplicantes e seus companheiros politicos nos ultimos pleitos eleitoraes, havidos em Catalão, e querendo a ferro e a fogo rehabilitar-se perante o go-

verno, lançou mão dos ultimos recursos a seu alcance, isto é, chamar a attenção do governo federal para uma questão toda pessoal e tentar contra a existencia dos supplicantes e de seus heroicos companheiros de lucta ;

2º, que o senador Paranhos, antes de chamar a attenção do governo federal para esta questão, fez toda a sorte de pressão contra seus adversarios politicos, aproveitando-se do elemento official accumullado em sua familia ;

3º, que o senador Paranhos, que em Catalão o povo em massa desprestigia e á sua familia, pronuncia-se e manifesta-se francamente contra si e sua familia, tomou o vergonhoso alvitre de chamar para seus defensores os famigerados indios Affonsos eoutros criminosos, que publica e francamente frequentam a casa do referido senador ;

4º, que sendo baldada tôda pressão empregada pelo senador Paranhos e familia contra os supplicantes e o povo,entenderam de fazer de Catalão uma praça de guerra e apoiados na burlesca força policial que ali achava-se destacada, e firmados nas trincheiras previamente feitas no sobrado, e nos muros do mesmo, que serve de habitação ao referido senador, no dia dezeseis de novembro proximo findo, reunida a familia Paranhos e a força policial, fizeram fogo em um grupo de populares, que passava inerme em frente á casa do senador ;

5º, que este grupo de populares, reunindo-se a outro, respondeu á descarga que partia da casa do senador Paranhos, dando diversas descargas contra a mesma casa, durando o fogo de parte a parte quasi uma hora ;

6º, que obtendo os populares explendido triumpho sobre seus adversarios, não aproveitaram-se da victoria, deixando-os incolumes, provando por esse modo que apenas defendiam-se de uma agressão ;

7º, que o senador Paranhos, depois da vergonhosa derrota que soffreu, retirou-se de Catalão com parte de sua familia, entrando dias depois na mesma cidade, acompanhado da força federal, que promette exercer vingança contra seus adversarios ;

8º, que os indios Affonsos, antes da entrada do senador Paranhos em Catalão, convidaram a diversas pessoas para irem com elles ao encontro do referido senador Paranhos ;

9º, que depois da chegada do senador Paranhos á Catalão, este e sua familia despachou os indios Affonsos em perseguição dos supplicantes e seus companheiros de lucta ;

10, que o movel da questão de Catalão é o senador Paranhos e sua familia não querer se conformar com as derrotas eleitoraes que ultimamente soffreram em Catalão e quererem como dantes dominar o povo, que os desprestigia e abandona.

Os supplicantes offerecem para testemunhas, que requerem sejam intimadas, os cidadãos Jezuino Archanjo da Costa, Luiz Antonio de Almeida, José Alvares Moreira Leão, Antonio Vaz da Costa Sobrinho, José Corrêa de Mesquita e Caetano José Pires. As testemunhas com as quaes pretendem provar os *itens* supra não é facil produzil-as em juizo ao tempo da prova, e por isso pedem vos digneis de ordenar a citação das mesmas testemunhas, para jurarem no dia, hora e logar por vós marcado. P. justiça. Entre Rios, vinte oito de janeiro de mil oito centos e noventa e tres. Carlos Antonio de Andrade, Joaquim Ayres da Silva, Pedro Ayres da Silva e Herculano Dias Carneiro. Ao começo da petição estavam duas estampilhas inutilisadas e sobre as mesmas o despacho seguinte : Despacho, Autuada, intimem-se as testemunhas offerecidas para deporem hoje ás duas horas da tarde, no cartorio do primeiro tabellião. Entre Rios, vinte oito de janeiro de mil oito centos e noventa tres. Mendes da Costa. Certidão—Certifico que em virtude do despacho exarado na petição retro fui nesta cidade aonde moram os cidadãos Jesuino Archanjo da Costa, Luiz Antonio de Almeida, José Alves Moreira Leão, Antonio Vaz da Costa Sobrinho José Corrêa de Mesquita e Caetano José Pires, e alli os intimei em suas proprias pessoas do conteúdo do mesmo despacho; do que ficaram scientes e dou fé. Cidade de Entre Rios, vinte oito de janeiro de mil oito centos e noventa e tres. O escrivão, Julio Firmino de Faria Barbosa.—Assentada. Aos vinte e oito dias do mez de janeiro de mil oito centos e noventa e tres nesta cidade de Entre Rios, em meu cartorio, alli presente o primeiro supplente do juiz municipal em exercicio, o cidadão José Mendes da Costa, commigo escrivão de seu cargo abaixo nomeado, e tambem presentes os requerentes Carlos Antonio de Andrade, Joaquim Ayres da Silva, Pedro Ayres da Silva e Herculano Dias Carneiro, pelo dito juiz foram inqueridas as testemunhas, como abaixo segue; do que fiz este termo. Eu Julio Firmino de Faria Barbosa, escrivão, o escrevi.

Primeira testemunha. Jesuino Archanjo da Costa, de vinte annos de idade, solteiro, lavrador e morador nesta cidade, aos costumes disse nada. Testemunha jurada na forma da lei, e sendo inquerida sobre os *itens* da petição de folhas duas a tres, que lhe foi lida e declarada, respondeu ao primeiro *item* que sabe por ouvir dizer que a questão de Catalão tem por base divergencias politicas entre os requerentes e o coronel Paranhos. Ao segundo *item* respondeu que não sabe. Ao terceiro *item* respondeu que os habitantes de Catalão, á excepção da

familia Paranhos, manifestam-se contra o mesmo e sua familia, que indo daquells cidade para esta D. Marianna Candida Lopes, isto depois do tiroteio que houve em Catalão, estando de pouzo em casa de Manoel Delfino, por ahi passaram Antonio Paranhos Junior, conjunctamente com os indios Affonr sas (nove pessoas ao todo), vindo de Catalão, para os lados de S. Marcos. Ao quarto *item*, respondeu que sabe por ouvir dizes-primeiramente por Juvencio Domingues Ferreira de Souza, que o fogo principiou da casa do coronel Paranhos, e depois pela voz por blica, e que na casa do coronel Paranhas achava-se a força policial que o ajudava ne lucta. Ao quinto *item*, respondeu que sab que o grupo de populares, unindo-se a outros, deu descargas contra a casa do coronel Paranhos. Ao sexto *item*, respondeu que sabe que os populares obtiveram riumpho, sahindo o conego Luiz Antonio da Costa da casa do coronel Paranhos pedindo paz aos populares, sendo por estes attendido o seu pedido. Ao setimo *item* respondeu que sabe que o coronel Paranhos evadiu-se de Catalão com toda sua familia, entrando dias depois com a força federal. Ao oitavo e nono *itens* espondeu que não sabe. Ao decimo *item* respondeu que sabe que o movel da questão é a derrota eleitoral que soffreu o coronel Paranhos, e seu desprestigio para com o povo daquella cidade. E nada mais sendo perguntado, deu o juiz por concluido o presente depoimento, que, sendo lido e achando conforme, assigna com as testemunhas e requerentes; do que fiz este termo. Eu Julio Firmino de Faria Barbosa, escrivão, o escrevi. Mendes da Costa, Jesuino Archanjo da Costa, Carlos Antonio de Andrade, Joaquim Ayres da Silva Herculano Dias Carneiro, Pedro Ayres da Silva. Segunda testemunha. Antonio Vaz da Costa Sobrinho, com 20 annos de idade, lavrador, solteiro, morador na fazenda da Parapetinga, deste termo, aos costumes disse nada. Testemunha jurada na fórma da lei, e sendo perguntada pelos interessados da petição de folhas, que lhe foi lida e declarada, ao primeiro *item*, respondeu que sabe que o senador Paranhos foi derrotado em Catalão pelos requerentes e seus companheiros policos nos ultimos pleitos eleitoraes alli havidos, e que tem lançado mão de todos os recursos para rehabilitar-se, e que achando-se em Catalão depois do tiroteio, hospedado em casa de José Camillo, e em frente ao sobrado do coronel Paranhos, soube que alli se achavam uns indios, e tendo visto no sobrado um individuo de côr roxa, suppoz ser um delles. Ao segundo *item* que sabe que o coronel Paranhos e familia aproveitou-se do elemento official para fazer pressão contra seus adversarios politicos. Ao terceiro *item*, responde que sabe que o povo de Catalão, em massa, manifesta-se contra o coronel Paranhos, e sabe por ouvir dizer geralmente que este mandou chamar os indios para seus defensores. Ao quarto *item*, respondeu que soube, por bocca do conego Luiz Antonio da Costa, que achava-se hospedado em casa de seu pai Jeronymo Vaz da Costa, quando seguia desta cidade para o Rio Verde, que achando-se em casa do senador Paranhos conjunctamente com João de Siqueira Netto, promovendo os meios de evitar o fogo e conseguir a paz, e estando quasi realisado seus intentos, surgiu Antonio Paranhos Junior, oppondo-se á paz, disse que si esta realisar-se elle *suicidar-se-hia* e *retirando-se* precipitadamente, ouviu uma voz sahida da casa do coronel Paranhos, dizendo diversas vezes fogo, e que sabe por ouvir dizer que a força policial achava-se na hora do fogo em casa do coronel Paranhos, e que elle testemunha indo a negocios em Catalão, teve de ver as trincheiras nos muros do coronel Paranhos.

Ao quinto *item* respondeu que sabe, por ouvir dizer igualmente, que o grupo de populares, reunindo-se a outros, respondeu á descarga, dando diversas contra a casa do coronel Paranhos.

Ao sexto *item* respondeu que, obtendo os populares triumpho sobre seus adversarios, não aproveitaram da victoria, attendendo ao pedido de paz do conego Luiz Antonio da Costa, que sahiu com uma bandeira branca logo após o fogo, não havendo morte alguma a lamentar.

Ao setimo *item* respondeu que sabe por ouvir dizer que logo após o fogo o coronel Paranhos evadiu-se de Catalão com toda sua familia, entrando para a mesma cidade dias depois com a força federal.

Ao oitavo *item* respondeu que não sabe.

Ao nono *item* respondeu que sabe por boca de Luiz Antonio de Almeida.

Ao decimo *item* respondeu que sabe, por si e por boca do conego Luiz Antonio da Costa, que o movel da questão de Catalão é o senador Paranhos e familia não quererem se conformar com a derrota eleitoral que ultimamente soffreram, e que o referido conego dissera que o mais imprudente de todos é o seu sobrinho Antonio Paranhos Junior, e sabe mais que esta familia acha-se *desprestigiada em Catalão*. E nada mais respondendo nem lhe sendo perguntado, deu o juiz por concluido o presente depoimento que, sendo-lhe lido e achando-o conforme, assigna com a testemunha e requerentes; do que dou fé. E eu, Julio Firmino de Faria Barbosa, escrivão, o escrevi.—Mendes da Costa.—Antonio Vaz Sobrinho.—Carlos Antonio de Andrade.—Pedro Ayres da Silva.—Herculano Dias Carneiro.—Joaquim Ayres da Silva.—

(estava á margem dous mil réis).—Faria Barbosa. Terceira testemunha. Luiz Antonio de Almeida, com trinta e novo annos de idade, casado, vive de agencias, morador nesta cidade, aos costumes disse nada. Testemunha jurada na fórma da lei, sendo inquerida sobre ao *itens* da petição de folhas duas a tres, que lhe foi lida e declarada, ao primeiro *item*, respondeu que sabe por ouvir dizer geralmente, tanto nesta cidade como na de Catalão, que o movel da questão entre o coronel Paranhos e os requerentes é a politica e que o coronel Paranhos mandou buscar para sua companhia os indios Affonsos para perseguir os requerentes e seus companheiros politicos. Disse mais que depois do tiroteio havido em Catalão, indo elle testemunha com Jesuino Archanjo da Costa, desta cidade para aquella, buscar D. Marianna Candida Lopes e sua familia, chegando alli não a encontrou, e tendo noticia que ella tinha se retirado para a fazenda de Manoel Delfino, para alli se dirigiram, e no dia seguinte, á tardinha, quando se achavam soltando o carro que devia conduzil-a, viu passar na porteira do curral da mesma fazenda Antonio Paranhos Junior, o indio *João Affonso* (vulgo João Pereira), dous crioulos e mais cinco caboclos, todos armados, sendo o primeiro e segundo destes armados a carabina, isto pôde apreciar com attenção, por ter o burro de Antonio Paranhos empacado na mesma porteira, vindo este grupo de Catalão e procuraram o rumo de São Marcos, e que esta questão *é toda pessoal*, não constando que os requerentes e seus companheiros hostilisem o governo. Ao segundo *item* respondeu que sabe por ouvir dizer geralmente tanto nesta cidade como na de Catalão, que o senador Paranhos aproveitou-se do elemento official acumulado em sua familia, para fazer pressão sobre seus adversarios politicos. Ao terceiro *item*, respondeu que sabe por ouvir dizer geralmente em Catalão, que o povo em massa se manifesta contra o coronel Paranhos e sua familia e que chamando *os indios Affonsos e outros criminosos para defenderem a sua casa*, com elles conviveu abertamente. Ao quarto *item*, respondeu que sabe por ouvir dizer geralmente em Catalão e por ter tido occasião de ver as trincheiras nos muros e no sobrado do coronel Paranhos, que o fogo partio da casa do coronel Paranhos, onde se achava reunida sua familia e a força policial. Ao quinto e ao sexto *itens*, respondeu que sabe por ouvir dizer geralmente que o povo, em vista da agressão que soffreu, deu diversas descargas contra a casa do coronel Paranhos, durando o fogo de parte a parte quasi uma hora, e obtendo o povo explendido triumpho sobre este, não aproveitou-se da victoria, attendendo ao pedido de paz do conego Luiz Antonio da Costa, que, erguendo uma bandeira branca, sahiu apressadamente da casa do coronel Paranhos para a do capitão Pedro Ayres. Ao setimo *item*, respondeu que depois do coronel Paranhos *ser batido pelo povo, evadiu-se da cidade do Catalão* com toda a sua familia, entrando ahi depois acompanhado pela força federal. Ao oitavo *item* respondeu que não sabe. Ao nono, respondeu que sabe por ouvir dizer de Francelino que o senador Paranhos e seo neto Antonio Paranhos Junior despacharam os indios em perseguição dos requerentes e seus companheiros politicos, isto affirma por ter ouvido dizer de Francelino de tal, chegado hontem em Catalão. Ao decimo respondeu que sabe que a origem de toda a questão de Catalão é o desprestigio em *que alli cahiu a familia Paranhos*.

E nada mais respondendo, nem lhe sendo perguntado, deu o juiz por concluido o presente depoimento, que sendo-lhe lido e achando conforme, assigna com a testemunha e os requerentes, do que dou fé. Eu Julio Firmino de Faria Barbosa, escrivão, o escrevi.—Mendes da Costa.—Luiz Antonio de Almeida. — Carlos Antonio de Andrade. — Herculano Dias Carneiro. — Joaquim Ayres da Silva.—Pedro Ayres da Silva. (Estava á margem—dous mil réis —Faria Barbosa.) Quarta testemunha. José Alves Moreira Leão, com quarenta e trez annos de idade, casado, vive de agencias, morador nesta cidade, aos costumes disse nada. Testemunha jurada na fórma da lei, e sendo inquerida sobre os *itens* da petição de folhas duas a tres, ao primeiro respondeu que sabe que o senador Paranhos foi derrotado pelos requerentes e seus companheiros politicos nos ultimos pleitos eleitoraes havidos em Catalão, e para conservar-se na sua antiga posição de chefe politico, embora desprestigiado pelo povo, e não querendo perder o valor para com o governo, chamando a attenção deste para uma questão affecta tão sómente a si e a sua familia, e sabe por ouvir dizer geralmente que o senador Paranhos e sua familia tentam contra a existencia de seus adversarios politicos. Ao segundo *item*, respondeu que sabe que o coronel Paranhos aproveitou-se do elemento official accumulado em sua familia para fazer pressão contra seus adversarios politicos, procurando como pretexto, cousas mais comesinhas. Ao terceiro *item*, responden que sabe que a maior parte do « povo do Catalão pronunciou-se e manifestou-se francamente contra o senaror Paranhos e sua familia por causa do máo procedimento destes » e que sabe por onvir dizer que o senador Paranhos e sua familia mandou chamar « os indios Affonsos e outros criminosos para defendel-os nesta questão e perseguir seus adversarios politi-

cos, e que estando elle testemunoa em Catalão, em casa de Joaquim Felippe, companheiro politico do coronel Paranhos, ahi chegou um dos indios e passaram mais tres rua acima todos bem armados, este disse a Joaquim Felippe que vinha a mandado de João Pereira buscar o dinheiro que tinha mandado procurar com os Ayres; aquelle respondeu que já tinha exigido, e estes se oppuzeram a entregar a quantia exigida e que elle Joaquim Felippe já tinha proposto uma acommodação aos Ayres, deixando os dez contos exigidos por tresentos mil réis e que mesmo assim não tinha tido resposta, ao que o indio disse a Joaquim Felippe que si os Ayres não déssem o dinheiro, elle e seus companheiros os atacariam, ao que confirmou Joaquim Felippe, retirando-se o dito indio. Disse mais que ouviu da bocca do Dr. Manoel Dias Prates dos Santos, juiz de direito desta comarca, « que os Paranhos a principio occultaram delle terem mandado chamar os indios, e mais tarde confessaram para o mesmo Dr. que tinham tido conferencia com os indios em casa de Joaquim Felippe, offerecendo a elles dinheiro para se retirarem, e sabe por ouvir dizer que depois dessa conferencia os indios teem andado em companhia dos Paranhos, achando-se sempre dentro do Catalão a favor dos mesmos. Ao quarto *item* respondeu que sabe que « a familia Paranhos (isto por bocca do povo e do Dr. Prates) e a força policial reunida em casa do coronel Paranhos » e protegidas pelas trincheiras préviamente na mesma casa, « fizeram fogo em um grupo de povo que passava em frente á casa do referido coronel », cujo povo lhe era diverso em politica. Sabe mais por bocca do Dr. Prates, « o qual se achava no interior da casa do coronel Paranhos conjuctamente com o coronel João de Siqueira Netto» Paulino Ribeiro Guimarães e conego Luiz Antonio da Costa, que alli se achavam, promovendo os meios do evitar o conflicto, quando ouviram a voz de Antonio Paranhos Junior e do tenente Luiz Pedro. commandante da força policial,«que gritavam fogo, depois do tiroteio acabado » o coronel Siqueira, zangando-se com Antonio Paranhos, este respondeu que está satisfeito, porque o que queria era pôr os outros na lama,e que o mesmo doutor dissera que o tenente Luiz Pedro e Antonio Paranhos Junior eram os unicos culpados naquelle conflicto, e que, chegando em Catalão, reconheceu que, desde » da côrte, vinha illudido com o coronel Paranhos e familia, pois que estes só tratavam de vingaças contra seus adversarios, occultando tudo de si e desprezando sempre seus conselhos prudentes; disse mais que em Catalão tratava-se de uma questão pessoal e não politica, e que, fallando ao coronel Paranhos, que não era como elle tinha lhe dito » pois que via sempre a casa de seus adversarios sempre frequentada, ao que o coronel respondeu que aquellas pessoas eram capangas vindos de outros logares, e finalmente reconheceu que não era como tinha dito o coronel Paranhos, porque com a sahida de seus adversarios, a cidade ficou deserta; disse mais que o coronel Paranhos lhe dizia que aquella reunião era para pôr o juiz de direito para fóra, convencendo-se elle mais tarde do contrario.

Ao quinto, sexto e setimo *iteno*, respondeu que sabe por ouvir dizer que o povo « recebendo a descarga que partiu da casa do coronel Paranhos», durando o fogo, de parte a parte, quasi uma hora, e obtendo o povo triumpho sobre seus adversarios, não quiz aproveitar-se da victoria, deixando-os incolumes, provando por este modo que apenas defendiam-se de uma aggressão,retirando-se depois do tiroteio da cidade o coronel Paranhos e parte da familia, entrando dias ao depois para a mesma «acompanhado pela força federal,» e que sabe por bocca de Augusto Netto, «sobrinho do coronel Paranhos», e supplente do juiz municipal em exercicio, que haviam de «exercer vingança, não podendo perdoar nem ao menos as crianças»,

Ao oitavo e nono *itens*, respondeu que sabe Por bocca de Francisco José da Rosa, homem reconhecido como verdadeiro, e que achava-se na fazenda da Caxoeira, no termo de Catalão, tratando de seus negocios, ouviu dizer que os indios estavam convidando gente psra irem ao encontro do senador Paranhos, e sabe mais por ouvir dizer que os Paranhos despacharam os indios em persiguição dos requerentes e seus companheiros peliticos.

Ao decimo *itens*, respondeu que sabe que o movel da questão de Catalão é « o desprestigio em que cahiu a familia Paranhos».

E nada mais respondendo, nem lhe sendo perguntado, deu o juiz por concluido o presente depoimento, o qual, sendo-lhe lido o achando conforme, assigna com a testemunha e requerentes; do que dou fé.

Eu, Julio Firmino de Faria Barbosa escrivão, o escrevi.— *Mendes da Costa.—José Alves Moreira Leão.— Joaquim Ayres da Silva.— Pedro Ayres da Sjva.— Carlos Antonio de Andrade(e Herculanio Dias Carneiro.*—Estava a margem 2$) *Faria Barbosa.* — Assentada aos 30 dias do mez de janeiro de 1893 nesta cidade de Entre Rios, estado de Goyaz, em o meu cartorio, ahi presente o primeiro supplente do juiz municipal em exercicio, cidadão José Mendes da Costa, commigo, escrivão de seu cargo, abaixo nomeado e tambem presentes os requerentes Carlos Antonio de Andrade, Joaquim Ayres da Silva, Pedro Ayres da Silva e Herculano Dias

Carneiro, pelo dito juiz foram inqueridas as testemunhas que abaixo segue, de que fiz este termo. Eu, Julio Firmino de Faria Barbosa, escrivão, o escrevi. (Estava a margem 200 réis.)— *Faria Barbosa*. Quinta testemunha. José Corrêia de Mesquita, com 40 annos de idade, casado, official de carpinteiro, morador nesta cidade. aos costumes disse nada testemunha jurada na forma da lei, sendo inquerida sobre os *itens* da petição de folhas 2 e 3, do primeiro *item* — Respondeu que sabe por ouvir dizer geralmente que sendo o senador Paranhos derrotado pelos requerentes e seus companheiros politicos *nos ultimos* pleitos eleitoraes havidos *em Catalão*, e querendo rehabilitar-se *perante o* governo, tratou de tentar contra a existencia dos requerentes e seus companheiros politicos e chamão a attenção do governo para esta questão. Ao segundo *item*, responde que sabe por ouvir dizer geralmente que o senador Paranhos *aproveitou do elemento official acumulado em sua familia* para fazer pressão sobre seus adversarios politicos. Ao terceiro *item*, respondeu que sabe que o senador Paranhos e sua familia acha-se *desprestegiado em Catalão vendo o* povo se manifestar francamente contra as mesmas, e sabe por ouvir dizer que os mesmos chamaram para seus deffensores os indios Affonso e outros criminosos. Ao quarto *item*, respondeu que sabe por ouvir dizer que o senador Paranhos e familia prepararam préviamente trincheiras e *unidos com a força policial fizeram fogo em um grupo de populares que passava* em frente da casa do senador Paranhos, e isto sabe por ter ouvido da bocca dos soldados do destacamento que alli se achava. Ao quinto *item*, respondeu que sabe por ouvir dizer geralmente que este grupo de populares reunindo-se a outros respondeu á descarga que partiu da casa do senador Paranhos, *dando diversas descargas* contra a mesma casa, durando o fogo, de parte a parte, quasi uma hora. Ao sexto *item*, respondeu que sabe por ouvir dizer geralmente que, obtendo os populares *triumpho sobre seus adversarios, não aproveitaram da victoria*, deixando todos incolumes, provando por esse modo que apenas se defendiam de uma aggressão. Ao setimo *item*, respondeu que sabe por ouvir dizer geralmente que o senador Paranhos, depois do fogo, retirou-se da cidade com parte de sua familia, entrando dias ao depois na mesma cidade acompanhado da força federal, promettendo exercer vingança sobre seus adversarios. Ao oitavo *item*, respondeu que não sabe. Ao nono *item*, respondeu que não sabe. Ao decimo *item*, respondeu que sabe por ouvir dizer geralmente que o movel da questão de Catalão é *o desprestigio que o senador Paranhos e sua familia* soffrem por parte do povo, e as derrotas eleitoraes que ultimamente soffreram. Disse mais que, achando-se nesta cidade em casa do coronel Francisco Vaz da Costa, conjunctamente com o Dr. *Prates* e *João Camillo*, neto do senador Paranhos, ouviu aquelle dizer a este que a familia Paranhos tinha commettido um absurdo, não podendo elle *testemunha apreciar o resto da conversação* por ter-se retirado incontinente. E nada mais respondendo nem lhe sendo perguntado, deu o juiz por concluido o presente depoimento, que, sendo lido e achando conforme, assigna com os requerentes e testemunhas; do que dou fé. Eu, Julio Firmino de Faria Barbosa, escrivão o escrevi.—*Mendes da Costa.—José Corrêa de Mesquita.—Carlos Antonio de Andrade.—Joaquim Ayres da Silva.—Pedro Ayres da Silva.—Herculano Dias Carneiro*. (Estava á margem 2$).—*Faria Barbosa.*—Sexta testemunha, Caetano José Pires, com 41 annos de idade, casado, lavrador. residente neste termo, aos costumes disse nada. Testemunha jurada na fórma da lei, e sendo inquirida sobre os *itens* constantes da petição de folhas duas a tres, respondeu que sobre os acontecimentos sabe, a origem da derrota do coronel Paranhos é seu desprestigio para com o povo, e que estando elle testemunha passeando nas ruas de Catalão em dias de dezembro proximo findo, ás 11 horas da noute, em companhia de Pedro Honorio, encontrou-se e teve conversações com o capitão Abdam Ricardo Paranhos, Antonio Paranhos e Paulino Guimarães, que estavam em companhia dos indios Affonsos, e mandando aquelles buscar tres garrafãosinhos de cachaça em casa de Joaquim Felippe, para estes. Disse mais que estando com *Felippe Estella*, este mostrou-lhe *duas balas dizendo* que eram para o *capitão Carlos*. E nada mais respondendo, deu o juiz por concluido este depoimento que sendo-lhe lido e achando conforme, assigna com a testemunha e os requerentes, e a rogo da testemunha por ella não saber ler nem escrever, assigna-se a seu rogo o cidadão Luiz de Oliveira, do que dou fé. Eu, Julio Firmino de Faria Barbosa, escrivão o escrivi. *Mendes da Costa.—Luiz de Oliveira.—Pedro Ayres da Silva.—Jaaquim Ayres da Silva.—Herculano Dias Carneiro.—Carlos Antonio de Andrade.* (Estava á margem 2$.)—*Faria Barbosa.* Conclusão.—Aos 30 dias do mez de janeiro de 1893, nesta cidade de Entre Rios, de um cartorio, faço estes autos conclusos ao supplente do juiz municipal em exercicio, o cidadão José Mendes da Costa, do que fiz este termo. Eu, Julio Firmino de Faria Barbosa, escrivão, o escrevi. Conclusão. (Estavão a margem 200 réis). *Faria Barbosa.*—Despacho: Sellados voltem. Entre Rios, 31 de janeiro

de 1893. *Mendes da Costa.*—Dacta.— E logo no mesmo dia, mez e anno supra mencionado em um cartorio me foram entregues estes autos pelo juiz, com o despacho supra, do que fiz este termo. Eu, Julio Firmino de Faria Barbosa, escrivão, o escrivi. (200 réis.)—*Faria Barbosa.*—Guia.—Vae pagar o sello fixo de 17 folhas destes autos.—Entre Rios. 31 de janeiro de 1893. O escrivão Julio Firmino de Faria Barbosa —Sello. 200 réis. *Faria Barbosa.*—N. 9.—3$400.—Pagou de sello 3$400. Não ha estampilha. Collectoria de Entre Rios, 1 de fevereiro de 1893. O collector, *Costa Pereira.*—Conclusão.—Ao 1 dia do mez de fevereiro de 1893, nesta cidade de Entre Rios, do meu cartorio, faço estes autos conclusos ao supplente do juiz municipal em exercicio do que fiz este termo. Eu Julio Firmino Faria Barbosa, escrivão, (escrivi. 200 réis.)—*Faria Barbosa.*—Conclusos.—Sentença — Vistos estes autos etc. Julgo por sentença provados os *itens* da petição de fls. 2 a 3 para que possam sentir os effeitos juridicos. Entregué-se esta aos requerentes sem que fique traslados—custas pelos mesmos. Entre Rios, 1 de fevereiro de 1893. — *José Mendes da Costa.* Data—E logo no mesmo dia, mez e anno, rectro mencionados, nesta cidade de Entre Rios, em o meu cartorio me foram entregues estes autos pelo supplente do juiz municipal em exercicio com a sentença rectro, do que fiz este termo. Eu, Julio Firmino de Faria Barbosa, escrivão, o escrevi. (200 réis).—*Faria Barbosa.* Remessa—E logo no mesmo dia, mez e anno supra mencionado, de meu cartorio faço remessa destes autos ao contador deste juizo, do que fiz este termo. E eu, Julio Firmino de Faria Barbosa, escrivão, o escrevi. Remettidos. (200 réis).—*Faria Barbosa.* Ao juiz municipal Mendes da Costa—Juramento a seis testemunhas a 300 réis, 1$800; inquirição das mesmas, 4$800; estada duas, 20$; sentença, 2$000. Somma 28$600. Ao escrivão Barbosa, autuação, 500 réis; certidão a fls. 3 verso, 12$; inquirição de seis testemunhas a 2$, 12$; termos, nove, a 200 réis, 1$800; guia do sello, 300 réis; sello dos autos, 3$400. Somma 31$000.—Ao contador e distribuidor, 2$000. Somma geral, 60$600. Entre Rios, 1 de fevereiro de 1893. —O contador, *Araujo.* Data—E logo no mesmo dia, mez e anno supra mencionado, em o meu cartorio me foram entregues estes autos pelo contador com a conta supra, do que fiz este termo. Eu, Julio Firmino de Faria Barbosa, escrivão, o escrevi. Entrega—Ao primeiro dia do mez de fevereiro de 1893, nesta cidade de Entre Rios, em meu cartorio faço entrega destes autos aos requerentes sem ficar traslado, do que fiz este termo. E eu, Julio Firmino de Faria Barbosa, escrivão, o escrevi. Entregues 200 rs.—*Faria Barbosa,* E' o que continha e declarava em a referida justificação, a qual me foi apresentada para ser reproduzida em publica fórma, e ao original em reparto em poder do apresentante, por ter fielmente copiado, e achar conforme, nesta cidade de Entre Rios, ao primeiro dia do mez de março de mil oitocentos e noventa e tres. Eu, Manoel José de Abbadia, 2º tabellião, a copiei e assigno em publico e raso de que uso. Em testemunho de verdade.—*Manoel José de Abbadia.*—N. 15—Rs. 3$600. Pagou de sello tres mil e seiscentos. Não ha estampilha. Collectoria de Entre Rios, 1 de março de 1893.—O collector, *Costa Pereira.*

44ª sessão em 3 de Julho de 1893

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes (vice-presidente)

SUMMARIO—Chamada—Leitura da acta— EXPEDIENTE — Parecer — Observação dos Srs. Almeida Barreto e Antonio Baena — Pedido do Sr. Cruz — ORDEM DO DIA — Votação do parecer n. 77 — 2ª discussão da proposição n. 8 — Discursos dos Srs. Aristides Lobo e João Neiva — Encerramento da discussão e votação — 2ª discussão da proposição n. 114 — Discurso do Sr. Luiz Delfino — Encerramento e votação — Votação da proposição n. 94 — 2ª discussão do projecto n. 46 — Discurso e substitutivo do Sr. Americo Lobo — Requerimento do Sr. Q. Bocayuva — Votação — Adiamento da discussão — Votação do projecto n. 18 de 1893.

Ao meio-dia comparecem 33 Srs. senadores, a saber: Prudente de Moraes, João Pedro, Gil Goulart, Antonio Baena, Francisco Machado, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Manoel Barata, Cruz, Elyseu Martins, Catunda, Almeida Barreto, João Neiva, Joaquim Pernambuco, João Barbalho, Messias de Gusmão, Rosa Junior, Coelho e Campos, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Q. Bocayuva, Braz Carneiro, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Joaquim Felicio, C. Ottoni, Americo Lobo, Rodrigues Alves, Paranhos, U. do Amaral, Santos Andrade, Raulino Horn e Luiz Delfino.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão e, não havendo reclamações, dá-se por approvada a acta da sessão anterior.

Comparecem depois de aberta a sessão os Srs. Thomaz Cruz, Gomensoro, José Bernardo, Amaro Cavalcanti, Firmino da Silveira, Virgilio Damasio, Laper, Joaquim de Souza, Silva Canedo e Joaquim Murtinho.

Deixam de comparecer com causa participada os Srs. Cunha Junior, Nina Ribeiro, Coelho Rodrigues, Theodoreto Souto, Oliveira Galvão, Monteiro de Barros, E. Wandenkolk, Aquilino do Amaral, Generoso Marques, Pi-

nheiro Machado e Julio Frota; e sem causa participada os Srs. João Cordeiro, Gaspar Drummond, Ruy Barbosa, Campos Salles, Pinheiro Guedes, Esteves Junior e Ramiro Barcellos.

O SR. 1º SECRETARIO dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do governador do estado do Maranhão, datado de 14 do mez findo, agradecendo a remessa dos exemplares dos *Annaes do Senado*, do anno proximo passado, bem como do *Manual do Senador*, e remettendo dous exemplares da Constituição politica daquelle estado. — Agradeça-se e archive-se.

O SR. 2º SECRETARIO lê e fica sobre a mesa para ser discutido na sessão seguinte, depois de impresso no *Diario do Congresso*, o seguinte

PARECER N. 91 — 1893

Redacção

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º E' o governo autorisado a prorogar por mais dous annos o prazo concedido á Companhia Colonisação Industrial de Santa Catharina, para a inauguração do engenho central na povoação Palhoça, no estado de Santa Catharina.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões, 3 de julho de 1893.— *Manoel Barata.— Americo Lobo.*

O Sr. Almeida Barreto (*pela ordem*) — Pedi a palavra para uma explicação que julgo necessario fazer.

Lendo hontem no *Diario do Congresso*, na parte que publica os trabalhos desta casa, deparei com uma rectificação de um aparte que deu ao discurso que fiz aqui, no dia 30 do mez passado, o meu illustre collega, digno senador pelo Pará, o Sr. Baena, cuja rectificação peço permissão para ler (*lê*):

« No discurso pronunciado pelo Sr. senador Almeida Barreto, sobre as occurrencias de Catalão, na sessão de 30 de junho, o aparte do Sr. Antonio Baena deve ser lido do modo seguinte:

« Si o fim do projecto é a pacificação do paiz, então falta alguma cousa; isto é, attender aos revoltosos do Rio Grande do Snl.»

O aparte do nobre senador, que foi publicado no resumo do meu discurso, foi o seguinte (*lê*):

« O SR. BAENA — Então falta mais alguma cousa: tem de attender aos revoltosos do Rio Grande. »

A differença, portanto, que existe entre este aparte e a rectificação, leva a acreditar ou a poder dizer-se que o fim do projecto é a pacificação do paiz, quando naquella occasião não se tratava desta questão, mas sim de amnistiar-se uma comarca de um estado.

Quem ler este aparte do nobre senador, ha de suppor que costumo fazer alteração nos apartes com que me honram os meus illustres collegas.

UM SR. SENADOR dá um aparte.

O SR. ALMEIDA BARRETO — V. Ex. só póde fazer rectificações nos discursos que proferir; mas não póde fazer rectificações em discursos que não lhe pertencem.

Compareci á sessão de sabbado e V. Ex. devia ter-me fallado para que eu fizesse reparo nesse aparte. Perdôe-me, mas V. Ex. foi pouco amavel para commigo.

Eu, Sr. presidente, declaro ao nobre senador e a todo o Senado, que só faço qualquer alteração nos apartes, quando vejo que falta alguma palavra para completar o pensamento daquelles que o dirigem, mais nada. Os meus discursos, Sr. presidente, estão ahi em originaes e o Senado póde mandar ler, podendo por elles verificar que nunca fiz a menor alteração aos apartes com que me honram.

Para terminar, devo accrescentar, Sr. presidente, que até ao momento em que fallo não me foi entregue o discurso a que me refiro; quando me vier ás mãos, tomarei em consideração, não só a rectificação de S. Ex., mas mandarei publicar o seu aparte, tal qual constar da nota tachygraphica.

O Sr. Baena — Sr. presidente, as palavras que acaba de proferir o nosso honrado collega, justificam bem o meu procedimento, visto que S. Ex. acaba de dizer-nos que ainda não lhe foram remettidas as notas tachygraphicas do discurso que pronunciou, e portanto, ainda não está convencido de que no discurso, na parte referente ao aparte que tive a honra de dar a S. Ex., houve no extracto uma omissão.

Quando S. Ex. dizia: «Como se apresenta um projecto pedindo amnistia para uma comarca de um estado e o Senado, sabendo que nesse estado ha uma outra comarca tambem revoltada, quer deixar de contemplal-o com uma medida pacificadora que esse mesmo Senado julga necessaria para pacificar a outra?»

O honrado senador accrescentou, lembro-me perfeitamente: «*Senhores, devemos empregar todos os meios para pacificar o paiz...*»

O SR. ALMEIDA BARRETO—Apoiado, disse isto mesmo.

O SR. BAENA— Seguiu-se o meu aparte e «*Então, falta mais alguma cousa; tem de attender á pacificação do Rio Grande.*» Vê-se que, omittido o final do periodo, o meu aparte importava desconchavo de idéas.

Apressei-me, portanto, a indicar a rectificação, para evitar criticas não merecidas.

O SR. ALMEIDA BARRETO dá um aparte.

O SR. BAENA—Mas V. Ex. já declarou que ainda não recebeu as notas tachygraphicas; quando as receber, então verá que, sem alterar o discurso de V. Ex., o que certamente não me fôra licito fazer, rectifiquei o meu aparte, com o mesmo direito que V. Ex. tem de corrigir o seu discurso.

O SR. ALMEIDA BARRETO dá um aparte.

O SR. BAENA—Isto é um resumo; V. Ex. não póde arguir-me desta falta.

Tendo, pois, justificado a rectificação do meu aparte, creio ter dado uma explicação satisfactoria ao nobre senador e cumprido o meu dever.

O SR. CRUZ—Sr. presidente, pedi a palavra para mandar á mesa do Senado documentos que me foram enviados pela Associação Commercial da cidade da Parnahyba, no estado do Piauhy, afim de que, juntando-se á representação que aquella associação dirigiu ao Senado, V. Ex. se digne de remettel-os á respectiva commissão.

O SR. PRESIDENTE declara que os documentos apresentados serão juntos aos papeis a que se referem, e com estes remettidos á commissão de finanças para dar novo parecer.

ORDEM DO DIA

Annuncia-se a votação da conclusão do parecer n. 72, de 1893, opinando que se archive a representação do Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos.

E' approvada a conclusão do parecer, ficando prejudicada a emenda offerecida pelo Sr. Coelho Rodrigues.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de marinha e guerra, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 8, de 1893, fixando a força naval para o exercicio de 1894.

O Sr. Aristides Lobo vem apenas á tribuna para pedir algumas explicações á commissão que lavrou parecer sobre a lei de forças navaes.

A commissão de marinha e guerra, examinando a proposta remettida ao Senado pela Camara dos Srs. Deputados, referiu-se ás alterações feitas na proposta do governo pela Camara «e que constituem medidas de grande conveniencia para o serviço naval».

Lendo a proposta da lei a que se refere a commissão, o orador ficou em duvida a respeito dessas novas medidas que foram addu-zidas á proposta do governo por parte da Camara dos Srs. Deputados.

Deseja, portanto, saber o juiso da commissão de marinha e guerra do Senado, quaes foram as novas medidas accrescentadas á proposta do governo sobre este projecto de lei, e verificar, para votar conscienciosamente, qual o alcance destas medidas, que foram julgadas de grande importancia por parte da referida commissão.

Vê o orador que esta proposta de decreto legislativo no que toca ao pessoal das guarnições maritimas, orça este pessoal em 4.000 homens mais ou menos, exceptuando 124 homens da companhia de Matto Grosso.

Parece-lhe que, á semelhança do orçamento das forças de terra, a marinha devia indicar qual o processo pelo qual vae prover desse elemento—pessoal—a nossa armada.

Como se sabe, a Constituição prohibiu aquella caçada de homens, que outr'ora se chamava recrutamento e o orador não vê indicado processo algum na propria lei para provimento dessa necessidade, aliás indeclinavel.

Não se comprehende o provimento desse pessoal da armada senão por engajamento, que é sempre um processo difficilimo para obtel-o. Não ha neste serviço seduções para o nosso povo, para os nossos patricios, que, além de serem pouco affeiçoados aos trabalhos da guerra, o são sobre tudo para os trabalhos da guerra maritima.

Parece-lhe, ainda, que o Ministerio da Marinha, formulando este trabalho de organisação da respectiva repartição na parte a mais delicada e a mais importante, devia ter indicado ao Congresso os elementos de que dispõe para satisfação desta grande e imperiosa necessidade.

Em todo caso é provavel que a commissão do Senado, mais habilitada do que o orador nesta materia, trate de semelhante assumpto.

O SR. JOÃO NEIVA—V. Ex. tem muita habilitação; tem tanta quanto os membros da commissão.

O SR. ARISTIDES LOBO—Em todo caso é de presumir que a commissão disponha de elementos indispensaveis para tranquillisar o Senado, pelo menos a respeito da materia que se vae votar.

O Sr. João Neiva—Sr. presidente, acudo ao appello do honrado senador pelo Rio de Janeiro e que deseja explicações sobre o parecer da commissão fixando as forças de mar para o anno de 1894.

Em aparte disse que S. Ex. era habilitado. De facto, o honrado senador dedica-se ao estudo de todas as materias sujeitas ao parlamento, e de longa data, como jornalista.

Julgo-o com grande competencia para discutir os assumptos que se ligam á administração do paiz e um delles é com certeza a organisação das forças quer de mar, quer de terra.

O honrado senador extranhou que quer na proposta do governo, quer no parecer da commissão de marinha e guerra não se houvesse indicado um expediente pelo qual devessem ser preenchidos os quadros.

Nem era preciso indical-o, pois que a Constituição faz especial menção delle—o *voluntariado sem premio*.

Repetir na lei semelhante disposição, que de nenhum de nós é ignorada, fôra uma redundancia escusada.

O honrado senador lendo a proposta de força, pondera que o governo pedia 3.000 aprendizes marinheiros e é destes aprendizes marinheiros, educados nas escolas mantidas pelo governo, que sahem os marinheiros para encherem os quadros, em substituição daquelles que teem completado o seu tempo ou fallecido.

Este é o melhor recurso ou melhor systema que as forças de terra e mar podem admittir para preencher os seus claros.

Não é um soldado bisonho que entra para o exercito e armada, é um moço nas condições de prestar os melhores serviços como um soldado velho.

Como sabe o honrado senador, a marinha dispõe hoje de machinas poderosas, de navios cujo manejo e manobras exigem conhecimentos especiaes.

Antigamente só tinhamos navios de vela, as manobras eram feitas sobre navios de vela e canhões de alma lisa.

Hoje temos as torpedeiras de alto mar, cruzadores e canhoneiras; tinhamos apparelhos movidos a vapor; hoje temos introduzido apparelhos hydraulicos e a electridade.

Já vê o nobre senador, que um marinheiro bisonho não póde nem ao menos passear em um navio de guerra, quanto mais conhecer-lhe os apparelhos.

Assim, não era escusado dizer que as forças de mar se preencheriam por meio do voluntariado sem premio.

Nem só a Constituição, como as leis ordinarias nos indicam qual o fim das escolas de aprendizes marinheiros.

Os novos dados que o honrado senador deseja colher, visto que da proposta do governo nada consta a respeito, resultam da equiparação dos vencimentos.

E' sabido que na esquadra um official das classes annexas ganha muito mais do que um official de marinha, cujo trabalho é muito arduo e de muito maior responsabilidade.

O Sr. Q. Bocayuva — Apoiado; isto é um absurdo.

O Sr. João Neiva — Isto é um absurdo.

Tenho notas que me foram fornecidas, pelas quaes se vê o desproposito entre os vencimentos de um official de certa patente com um official de patente muito inferior. Não vamos longe, basta reflectir em que um 1º tenente, commandante de um navio, tem menor vencimento do que um alferes pharmaceutico empregado no mesmo navio.

O Sr. Almeida Barreto — Na gratificação.

O Sr. João Neiva — Está claro; os soldos são iguaes.

Vou mostrar a V. Ex.

Um 1º tenente da armada, official embarcado, tem 158$000 de gratificação, emquanto que um official pharmaceutico tem 193$000.

O Sr. Coelho e Campos— E por que deu-se mais ao pharmaceutico?

O Sr. João Neiva — E' porque se dizia que um medico e um pharmaceutico, antes de entrarem para o quadro da marinha ou do exercito, tinham gasto muito, estudando,

E' preciso dar uma recompensa, e esta recompensa é, não só dar o galão, que para um official de marinha conquistar leva muitas vezes, 5, 10 e 20 annos trabalhando; como dar-lhe maior gratificação?

O Sr. Coelho e Campos dá um aparte.

O Sr. João Neiva— Os officiaes de marinha trabalham mais, evidentemente, e a sua responsabilidade é mais grave do que aquella, em que incorrem os officiaes pharmaceuticos.

O Sr. Manoel Victorino— Estas equiparações vão muito longe.

O Sr. João Neiva— Não estou me referindo sinão ás medidas de que falla o parecer da commissão.

O Sr. Coelho e Campos— V. Ex. combinou com o que veiu da Camara?

O Sr. João Neiva— Perfeitamente; nada alterei.

O Sr. Manoel Victorino dá um aparte.

O Sr. João Neiva— Não se trata disto; isto é da lei do orçamento.

O Sr. Manoel Victorino— Votada a equiparação, nós havemos de ficar sujeitos ao que vier.

O Sr. João Neiva— Ora, ha ainda a notar que um commissario de 1ª classe embarcado em navio de 1ª classe, ganha mais 25$ do que um official de patente correspondente.

Isto não é justo. O official de fazenda não é um medico, não gastou nenhum capital antes de entrar para o pessoal da armada.

Ha outra medida digna de ser ponderada. Essa é o engajamento do pessoal que já tenha sido excluido do serviço da armada, ou que esteja nas capitanias dos portos,para servir na marinha, de preferencia a engajar individuos sem o menor conhecimento do mar, como se tem feito muitas vezes.

No tempo do recrutamento,vinham as levas de recrutas e no quartel-general separava-se parte para a armada e parte para o exercito.

A medida agora proposta é muito melhor ; ficamos assim providos de gente, que, pelo menos, conhece o elemonto do mar, comquanto a commissão de marinha e guerra da Camara dos Srs. Deputados fosse de opinião que se desse preferencia aos individuos que tivessem pertencido ao corpo de marinheiros nacionaes e obtido baixa.

O Sr. Aristides Lobo — Em todo caso o expediente não serve, porque depende da vontade desses homens.

O Sr. João Neiva—Mas a esses engajados dá-se melhor vencimento. V. Ex. não leu a disposição ?

O Sr. Aristiddes Lobo — Sim, mas isso póde ser falho.

O Sr. João Neiva — Isso é em pequeno numero; são marinheiros especiaes e que já se presuppõe que estejam completamente educados, quer no serviço de mar, quer no serviço das machinas. Este é o engajamento de que se trata aqui; são 500 marinheiros divididos em cabos de marinheiros e marinheiros de 2ª classe.

São estas as medidas novas, e quanto ao augmento de pessoal, que pareceu ao nobre senador existir, não existe. Esses 500 marinheiros engajados foram supprimidos do numero pedido na proposta do governo; o governo pediu 4.400 praças para o corpo de marinheiros nacionaes; damos só 4.000 e as outras 400 subtrahidas passam para estas que teem de ser novamente engajadas. O accrescimo, portanto, é simplesmente de 100 e não de 500.

O Sr. senador particularmente fez-me a indicação de que parecia se concediam premios contra a Constituição. Não ha tal. Aqui falla-se em 100$, sendo entregues 80$ ao pai ou tutor do menor e 20$ a quem o apresenta.

O Sr. Q. Bocayuva — Esses 20$ é que verdadeiramente não são nem moralisadores, nem justos.

O Sr. João Neiva — E' preciso fazer uma propaganda. O exercito tem officiaes encarregados de angariar voluntarios; e a marinha não os podendo ter, dá 20$ a quem apresenta um marinheiro nas condições, isto é, depois de inspeccionado e julgado apto para o serviço do mar.

Estes 20$ são dados como trabalho de uma propaganda especial, de que o individuo é incumbido ; não constitue isso uma gratificação.

O Sr. Manoel Victorino—Trabalho de catechese...

O Sr. João Neiva — Mas trabalho, de cujo resultado a marinha vem a aproveitar.

O Sr. Manoel Victorino—Sim, mas isso não parece muito moralisador.

O Sr. João Neiva—Então não haverá meio de completar o quadro da marinha.

Desejava que os honrados senadores, que impugnam esta medida, me indicassem uma outra capaz de conciliar o interesse publico com o individual.

O Sr. Q. Bocayuva — Peço licença para dizer que foi o elemento militar que preponderou nessa medida constitucional, não foi o elemento civil ; votei contra.

O Sr. João Neiva — Tambem votei contra na Constituinte.

Creio que não ha mais nada a responder ao honrado senador; mas, si occorrer ainda alguma duvida, estou prompto a dar as explicações necessarias.

E' o que tenho a dizer.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Seguem-se successivamente em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate, os arts. 2º, 3º e as bases para o engajamento de marinhagem para o serviço da armada.

São successivamente approvados os arts. 1º, 2º, 3º e as bases para o engajamento da marinhagem para o serviço da armada.

A proposição é adoptada para passar a 3ª discussão.

Segue-se, em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados n. 114, de 1892, autorisando o governo a alfandegar as mesas de rendas de Itajahy e Laguna, no estado de Santa Catharina, de Antonina, no do Paraná, e de Itapemirim, no do Espirito-Santo.

O Sr. Luiz Delfino justificará em breves reflexões os motivos que militam

para que sejam alfandegados os portos de Itajahy e Laguna, no estado de Santa Catharina.

A questão reduz-se a um estudo geographico, do qual resulta a plena procedencia do projecto.

Ha em todo o estado alludido uma só alfandega, situada na ilha mesmo de Santa Catharina; essa não basta ás necessidades e ao desenvolvimento progressivo da importação daquellas paragens. Assim comprehendendo, o illustre governador do estado de Santa Catharina, pois considera ainda revestido desse caracter o Sr. Lauro Müller, visto como foi delle esbulhado pelo roubo e pela força, offereceu na Camara a resolução que se discute e a qual é digna do melhor apoio.

De feito, achando-se a alfandega existente separada do continente pela posição geographica de Santa Catharina, a que acima alludiu, desde que são nella recebidos todos os productos importados, claro é que augmentam estes de valor logo que começam a ser espalhados por toda a superficie do estado. O preço e o transporte são assim grandemente onerados. A nova creação, pois, virá obviar a esse duplo inconveniente.

O porto de Itajahy, á cuja margem floresce vivida a cidade do mesmo nome, tem as mais vastas e seguras proporções, bastando assignalar que preside á sua formação o rio Itajahy-Guassú, unico que ataca a Serra do Mar, sulcando-a formidavelmente antes de ar rojar-se ao oceano.

Quanto a Laguna, ninguem ha que desconheça a sua posição e capacidade, bem como as relações que já nutre com o estrangeiro.

Collocada ao sul do estado, ás margens de uma lagôa, ella é perfeitamente abrigada. Nem fallece alli espaço para o manejo dos maiores barcos. A Laguna reune-se á lagôa de Miritiba e, posteriormente, a outras, que se encaminham na direcção da lagôa dos Patos até Porto Alegre, estendendo-se todas ao longo e mui proximo da costa, estando algumas apenas separadas de vastos mares internos por espaço intermediario de uma lagôa tão sómente.

O orador não ignora as razões plausiveis que subsistem para condemnar a multiplicação de alfandegas nos estados. Ellas não devem, porém, antepor-se como barreiras invenciveis ante as necessidades publicas reconhecidas, sobretudo quando não podem ser custosas as creações propostas, nem onerosas aos cofres da União.

Crê haver exposto quanto é sufficiente para demonstrar a utilidade do projecto, que justifica nem só as condições geographicas e o systema orographico de Santa Catharina, como tambem o crescimento e producção crescente do estado. Não carece, sem duvida, de buscar na relatividade dos factos novos argumentos. Não; quando sobe á tribuna não se lembra sinão que é senador da União e que não lhe cabe a ingrata tarefa de representar interesses mesquinhos de localidades, mas, pura e simplesmente, os altos encargos inherentes ao seu elevado mandato. Nem convém aos estados, que anceam por sua autonomia, despojarem-se desta para sacrificarem o tempo e a actividade na busca de favores insignificantes, que mais os humilham do que enaltecem.

A questão ahi está posta clara e terminante; O Senado que lhe applique a justiça que costuma presidir ás suas sábias deliberações.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Segue-se em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate, o art. 2º da proposição.

São successivamente approvados os arts. 1º e 2º da proposição, e, sendo adoptada, passa á 3ª discussão com dispensa de intersticio, visto ter sido dada para ordem do dia, como materia urgente, a requerimento do Sr. senador Domingos Vicente.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer das commissões de finanças e de saude publica, estatistica e colonisação, e é sem debate rejeitado o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 94, de 1892, autorisando o governo a garantir juros até 6 % sobre o capital de 10.000:000$, para fundação de colonias nacionaes.

Fica prejudicado o art. 2º.

A proposição vae ser devolvida á Camara dos Deputados, com a communicação do occorrido.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer das commissões reunidas de justiça e legislação e de commercio, industria e artes o art. 1º do projecto do Senado, n. 46, de 1892, regulando as avarias grossas e a jurisprudencia dos capitães dos navios mercantes nos portos da Republica.

O Sr. Americo Lobo — Sr. presidente, poucas palavras direi sobre o assumpto.

Venho apresentar um requerimento para que V. Ex. o submetta á consideração do Senado, de modo que se destaque o art. 25 do projecto, para constituir projecto separado. Já o illustre marechal Presidente da Republica deu interpretação á disposição constante desse artigo, mas incontestavelmente é de direito publico, e por isso acho justo que se o separe do projecto.

Quanto ao projecto, V. Ex. se lembrará de que o apresentei nos ultimos dias da sessão passada, tendo em vista facilitar a fórma do processo que diz respeito á regularisação e

rateio das avarias ; não havendo, porém, a commissão dado naquelle tempo parecer sobre este projecto, que não era original, (elle foi escripto por um dos illustres juizes desta capital) e sendo o mesmo projecto urgente, com o tempo deliberei fazer-lhe um substitutivo que vou ter a honra de submetter ao Senado.

O substitutivo modifica em alguma cousa as penas do projecto e tende a satisfazer a uma grande lacuna do fôro. Eu me explico Sr. presidente.

A lei franceza, creio que de 1866, revogou o juizo arbitral, pelo qual se decidiam as liquidações sociaes ; e, depois disso, a nossa lei acabou com o juizo arbitral necessario.

Daqui resulta que varias acções do codigo que não teem outra sahida sinão por um arbitramento e que não deviam ser julgadas sinão summariamente, o são ordinariamente, com grande prejuizo.

O substitutivo contem uma disposição que torna a acção summaria extensiva aos casos de salvados, do abalroações, de locações de serviços, assim como á liquidação das sociedades. Supponho que com isto concorro de alguma fórma para supprir essa lacuna, que consta dos annaes d nosso foro.

Uma questão, porém, é muito importante. Modifiquei aquelle artigo do projecto que diz respeito propriamente á policia dos portos, isto é, aos actos praticados pelos navios que na nossa bahia abalroam impunemente, muitas vezes conscientemente, aos outros navios aqui surtos.

Vemos que os conductores de *bonds* são processados por crime de ferimentos ou de morte mesmo, e sujeitos á indemnisação.

Ora, a navegação deve estar sujeita tambem a certas responsabilidades, porque pode muitas vezes, em uma abalroação funesta, dar lugar ao crime de morte.

O Sr. Q. Bocayuva—Já está previsto no codigo.

O Sr. Americo Lobo—No entanto, não ha na lei medida alguma, que assegure a obrigação de indemnisações por estes damnos.

Vi o Codigo Commercial, e parece-me que nem os proprios navios brazileiros são submettidos a arrestos nestes casos. Ora, o damno mais ou menos pode ser um delicto.

Aqui deve haver um privilegio ; e eu, portanto, modifiquei o projecto em referencia a casos de abalroação.

Chamo tambem a attenção do Senado para outro ponto.

O Codigo Penal diz que a responsabilidade criminosa se refere tambem aos navios estrangeiros surtos nos portos. No meu substitutivo estendo esta obrigação não só aos navios estrangeiros surtos nos portos, como fóra, nas aguas territoriaes.

A quem deve caber a policia, senão á Republica, isto é, á nossa soberania?

Por isso. afastei-me do Codigo Penal neste ponto. e chamo a attenção dos nobres senadores para ver se acham conveniente ou não esta extensão. Isto é a questão mais importante que tem o assumpto, por isso que se refere ás medidas de garantia tomadas contra os navios,

Em um dos artigos estabeleço um paragrapho demonstrando que as obrigações de imposto de navegação se comprehendem entre os privilegiados.

Contém o substitutivo mais outras disposição. que a casa tomara na devida consideração.

Offereço, portanto, ao Senado este substitutivo e peço a V. Ex. que submetta o meu requerimento á votação, afim de se fazer a separação do art. 25 do projecto.

Vem á mesa o seguinte

Substitutivo

Art. 1.º A regulação e o rateio da avaria grossa se farão a requerimento do capitão do navio ou de qualquer interessado, si aquelle não iniciar a acção do prazo de trinta dias.

Art. 2.º O autor juntará á petição inicial os documentos justificativos da acção e poderá offerecer desde logo o calculo da regulação e rateio, escripto sem emenda, entrelinha ou razura.

Art. 3.º Si o juiz verificar da petição inicial e de seus documentos que a acção é improcedente, assim o declarará por sentença que será proferida no prazo de cinco dias.

Art. 4.º O autor pedirá a citação dos interessados para na primeira audiencia se louvarem em arbitradores, e para virem assignar a citação da contestação fixada pelo juiz, si elles não acceitarem o calculo extra-judicial permittido pelo art. 2º.

Art. 5.º Havendo muitos co-réos não solidarios, bastará a citação pessoal de dous, que o juiz designar, tendo em attenção o maior grão do interesse que lhe assista ; e todos os outros co-réos serão citados por edital, cujo breve prazo marcará o juiz.

Art. 6.º No caso de ausencia das partes, o juiz lhes poderá nomear outro curador além do que manda o art. 772 do Codigo Commercial.

Paragrapho unico. O curador, cuja defesa prevalecer afinal, terá direito a que o juiz lhe arbitre um augmento de custas até o decuplo das singellas, comtanto que a somma não exceda de 1:000$000.

Art. 7.º Findo o prazo da contestação, o juiz marcará uma citação probatoria que poderá prorogar.

Paragrapho unico. As citações para a contestação, a prova e allegações finaes serão mais ou menos breves conforme a importancia e o valor da acção.

Art. 8.º Proceder-se-ha a arbitramento e á vistoria nos termos dos arts. 189, 205, 209 e 215 do regulamento n. 737, de 25 de novembro de 1850, e nos termos de mais leis em vigor, com as seguintes modificações:

§ 1.º O juiz fixará o numero de peritos que nunca excederá de tres e os nomeará nos casos já previstos e nos de:

a) urgencia, isto é, quando a demora da louvação feita pelas partes puder prejudicar o exito da diligencia;

b) de divergencia ou de revelia dos interessados;

c) de substituição de perito, qualquer que ella seja.

§ 2.º A suspeição ou recusação dos peritos se póde fundar na falta de idoneidade physica, moral ou technica.

§ 3.º O perito nomeado ou acceito pelas partes ainda póde ser recusado por motivo até então ignorado, ou superveniente.

§ 4.º Os peritos poderão dar os laudos em separado quando pedirem e obtiverem prazo para os laborarem.

§ 5.º O juiz arbitrará os salarios dos peritos com prévia audiencia dos interessados.

§ 6.º O arbitramento subscripto pela maioria dos peritos, estimando o valor liquido e certo ou dando base certa para a liquidação da responsabilidade, constitue, antes de julgado, prova litteral da divida para autorisar a decretação do aresto.

Art. 9.º Finda a citação probatoria, e arrazoando as partes afinal, serão o autos conclusos ao juiz, cuja sentença deverá ser proferida no prazo de 30 dias, cabendo della appellação para o Tribunal Superior no effeito devolutivo.

Paragrapho unico. Da sentença de que trata o art. 3º caberá appellação em ambos os effeitos.

Art. 10. O navio extrangeiro que tiver abalroado outro nas aguas territoriaes ou em um porto da Republica, poderá ser embargado ou detido para segurança da obrigação de pagar os prejuizos e o damno da abalroação que se dê no alto mar.

Paragrapho unico—Entende-se contrahida em utilidade do navio ou de sua carga, a obrigação de pagar os direitos de porto e os impostos de navegação.

Art. 11. No caso do artigo antecedente, a primeira citação para a causa deve ser feita ao dono do navio e,na sua ausencia, ao capitão ou ao procurador bastante, nos termos do art. 113 do decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890.

§ 1.º A nacionalidade extrangeira do navio faz presumir a ausencia do dono.

§ 2.º O official de justiça na contra-fé que passar consignará, sob as penas da lei, além dos requisitos ordinarios da diligencia, a certidão da citação, a hora em que a tiver effectuado e o valor dos seus emolumentos ou custas.

Art. 12. São summarias as acções de que trata o Codigo Commercial nos art. 245 e 348, 739 e 750, marcando o juiz as dilações abreviadas e procedendo-se em conformidade do art. 8º desta lei, quando haja vistoria ou arbitramento.

Art. 13. Emquanto não pagar as custas em que for condemnado,na fórma do art. 134 ou do art. 137 do decreto n. 848, de 11 de 1890, o expediente será tido como revel para o fim de não ser ouvido, nos termos posteriores da causa.

Art. 14. Ha appellação *ex-officio*, ainda quando não interposta expressamente, sempre que for condemnada a Fazenda Nacional ou a Fazenda Municipal do Districto Federal.

Artc 15. A alçada dos juizes federaes inferiores, é simples medida de sua jurisdicção para o julgamento, do qual cabe appellação para os juizes immediatamente superiores. (Constituição, art. 59 II).

Art. 16. Quando a appellação for interposta no logar onde estiver o Tribunal Superior, a remessa dos autos se fará independentemente de traslado, excepto si a appellação fôr recebida em um só effeito, e a parte precisar da carta de sentença.

Paragrapho unico. No caso desse artigo fica reduzido a 30 dias o prazo de que trata o art. 340 do decreto n.848, de 11 de outubro de 1890, equiparada só para esse fim a cidade de Nitheroy ao Districto Federal.

Art. 17. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Sala das sessões, 3 de julho de 1893.—*Americo Lobo.*

E' lido, apoiado e posto conjunctamente em discussão.

O Sr. Americo Lobo (*pela ordem*)—Sr. presidente, tendo o Presidente da Republica interpretado bem a Constituição, retiro o requerimento que ha pouco offereci.

O Sr. Presidente declara que não estando ainda apoiado, fica retirado o requerimento. Continúa, portanto, a discussão do art. 1º com o substitutivo.

O Sr. Q. Bocayuva (*pela ordem*)—Sr. presidente, a relevancia do assumpto de que trata o projecto em discussão, ao qual acaba de ser offerecido um substitutivo pelo hon-

rado senador por Minas Geraes, parece aconselhar o adiamento da discussão, pelo menos até que se imprima esse substitutivo.

Nelle abrangeram-se todas as disposições do primitivo projecto; deveria, mesmo em rigor, voltar á commissão para emittir parecer.

O Sr. Saldanha Marinho—Apoiado.

O Sr. Q. Bocayuva — Neste sentido vou mandar á mesa um requerimento.

Vem á mesa, é lido, apoiado, posto em d-is cussão e sem debate approvado o seguinte

Requerimento

Requeiro que o projecto n. 46 e o substitutivo que lhe foi offerecido sejam de novo enviados ás commissões competentes para sobre elles emittirem o seu parecer.

Sala das sessões, 3 de julho de 1893.—*Q. Bocayuva.*

Volta o projecto, com o substitutivo que lhe foi offerecido ás respectivas commissões.

Segue-se em 1ª discussão, e é sem debate approvado e adoptado, para passar á 2ª, indo antes á commissão de finanças, o projecto do Senado n. 18, de 1893, elevando á categoria de alfandega a mesa de rendas geraes de Caravellas, no estado da Bahia.

Esgotadas as materias da ordem do dia, o Sr. presidente designa para a da sessão seguinte:

Discussão unica da redacção do projecto do Senado n. 54, de 1892, autorisando o governo a prorogar o prazo concedido á Companhia de Colonisação Industrial de Santa Catharina para a inauguração do engenho central na povoação Palhoça;

Discussão unica do parecer n. 87, de 1893, da commissão de finanças, opinando que seja indeferida a petição em que o Dr. Francisco Antonio de Almeida, lançador da Recebedoria da Capital, impetra do Poder Legislativo melhoria de vencimentos para sua aposentação;

2ª discussão do projecto do Senado n. 19, de 1893, autorisando o governo a rescindir, desde já, os contractos existentes para a introducção de immigrantes por capitação—additivo destacado do parecer n. 71 de 1893 da commissão de finanças sobre a proposição n. 7, de 1893, para constituir projecto distincto;

3ª discussão do projecto do Senado n. 44, de 1892, dispondo que os machinistas navaes de 1ª 2ª e 3ª classes do antigo quadro, perceberão mais, como gratificação, a differença do soldo que então lhes competia e o que actualmente vencem;

3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados n. 114, de 1892, autorisando o governo a alfandegar as mesas de rendas de Itajahy e Laguna, no estado de Santa Catharina, de Antonina, no do Paraná, e de Itapemirim, no do Espirito Santo.

Levanta-se a sessão ás 2 1|2 horas da tarde.

—

45ª sessão em 4 de julho de 1893

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes (vice-presidente)

SUMMARIO—Chamada—Leitura da acta—Expediente—Pareceres — Nomeação de um membro para a commissão de finanças — Ordem do dia — Votação da redacção do projecto n. 54 e do parecer n. 87 — 2ª discussão do projecto n. 19 — Discurso, requerimento do Sr. Americo Lobo — Observações do Sr. Presidente — Discursos dos Srs. Manoel Victorino e Americo Lobo — Encerramento da discussão e votação — 3ª discussão do projecto n. 44 — Discurso do Sr. João Neiva — Encerramento da discussão e votação — 3ª discussão da proposição n. 114 — Discurso dos Srs. U. do Amaral, Amaro Cavalcanti, Luiz Delfino e Amaro Cavalcanti — Encerramento da discussão e votação.

Ao meio-dia comparecem os Srs. senadores, a saber: Prudente de Moraes, João Pedro, Gil Goulart, Antonio Baena, Thomaz Cruz, Francisco Machado, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Catunda, João Cordeiro, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, João Neiva, Firmino da Silveira, Joaquim Pernambuco, João Barbalho, Manoel Victorino, Monteiro de Barros, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, C. Ottoni, Americo Lobo, Rodrigues Alves, Joaquim de Souza, Paranhos, Pinheiro Guedes, U. do Amaral, Messias de Gusmão, Rosa Junior e Coelho e Campos.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão, e, não havendo reclamações, dá-se por approvada a acta da sessão anterior.

Comparecem depois de aberta a sessão os Srs. Manoel Barata, Cunha Junior, Gomensoro, Cruz, Virgilio Damasio, Domingos Vicente, Q. Bocayuva, Laper, Braz Carneiro, Silva Canedo, Joaquim Murtinho, Santos Andrade, Raulino Horn e Luiz Delfino.

Deixam de comparecer com causa participada os Srs. Nina Ribeiro, Coelho Rodrigues, Elyseu Martins, Theodoreto Souto, E Wandenkolk, Aquilino do Amaral, Generoso Marques, Pinheiro Machado e Julio Frota; e sem causa participada os Srs Gaspar Drummond, Ruy Barbosa, Joaquim Felicio, Cam-

pos Salles, Esteves Junior e Ramiro Barcellar.

O SR. 1º SECRETARIO dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios:

Quatro do 1º secretario da Camara dos Deputados, datados de 3 do corrente, remettendo as seguiutes

PROPOSIÇÕES

N. 13 — 1893

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorisado a dispender pela repartição do Ministerio das Relações Exteriores, no exercicio de 1894, com os serviços designados nas seguintes verbas, a somma de... 1.815:992$000

1 Secretaria de Estado; moeda do paiz.....	190:692$000
2 Legações e consulados, ao cambio de 27 d. por 1$, inclusive 66.000$ para a legação e consulados na China...	1.115:300$000
3 Empregados em disponibilidade, moeda do paiz.....	60:000$000
4 Ajudas de custo, ao cambio de 27 d. por 1$.....	90:000$000
5 Extraordinarias no exterior, ao cambio de 27 d. por 1$.,	60:000$000
6 Extraordinarias no interior. moeda do paiz.....	10:000$000
7 Commissões de limites, ao cambio de 27 d. por 1$: sendo 120:000$ destinados á commissão de limites com a Goyana Franceza.....	290:000$000

Camara dos Deputados, 3 de julho de 1893. *Arthur Cesar Rios*, vice-presidente.—*Antonio Azeredo*, 1º secretario.—*Domingos Rocha*, servindo de 4º secretario. — A' commissão de finanças.

N. 14 — 1893

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º Fica elevada á quantia de 300$ mensaes a pensão concedida, por decreto de 22 de fevereiro de 1890, do governo provisorio, a D. Maria Gertrudes da Motta Vieira da Silva (Viscondessa Vieira da Silva), viuva do estadista Vicconde de Vieira da Silva, repartidamente com sua filha D. Helena Vieira da Silva.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, 3 de julho de 1893. —*Arthur Cesar Rios*, vice-presidente.—*Antonio Azeredo*, 1º seeretario.—*Domingos Rocha*, servindo de 4º secretario. — A' commissão de finanças.

N. 15 — 1893

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorisado a conceder a Manoel de Mello Mattos, escrivão do juiz seccional do estado da Bahia, seis mezes de licença, em prorogação, afim de tratar de sua saude em estado do Sul.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, 3 de julho de 1893. —*Arthur Cesar Rios*, vice presidente.— *Antonio Azeredo*, 1º secretario.—*Domingos Rocha*, servindo de 2º secretario. — As' commissões de justiça e legislação e de finanças.

N. 16 1893

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º Fica concedida a D. Thereza Florentina de Cantalice, irmã do capitão de fragata Francisco Flaviano de Cantalice, morto no naufragio do couraçado *Solimões*, uma pensão mensal equivalente ao meio soldo daquella patente, segundo a tabella actual.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, 3 de julho de 1893. —*Arthur Cesar Rios*, vice-presidente.— *Antonio Azeredo*, 2º secretario. — *José Bevilaqua*, servindo de 2º secretario.—A's commissões de marinha e guerra e de finanças.

Do Ministerio das Relações Exteriores, datados de 1 do corrente mez, remettendo a seguinte mensagem:

Submetto á vossa approvação, na fórma do art. 48 § 12 da Constituição, as nomeações dos Srs. Antonio Luiz von Hoonholtz, (Barão de Teffé) e Francisco Regis de Oliveira como enviados extraordinarios e ministros plenipotenciarios respectivamente na Austria-Hungria e na Italia. Esses diplomatas estão actualmente acreditados, o primeiro junto a sua magestade o rei de Italia e o segundo na Russia.

Capital Federal, 1 de julho de 1893. — *Floriano Peixoto*. — A' commissão de constituição, poderes e diplomacia.

Do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, datado de 3 do corrente mez, remettendo em nome do Sr. Vice-Presidente da Republica, para o fim indicado no art. 38 da Constituição, o autographo do decreto do Congresso Nacional, creando um externato do Gymnasio Nacional na cidade da Campanha, no estado de Minas Geraes. — Inteirado.

Do Sr. João Felippe Pereira, datado de 3 do corrente mez, communicando que naquella data tomou posse do cargo de ministro das relações exteriores, para o qual foi nomeado por decreto de 30 de junho findo.—Inteirado.

Do governador do estado do Rio Grande do Sul, datado de 24 do mez findo, agradecendo a remessa de uma collecção dos *Annaes do Senado* e de um exemplar do *Manual do Senador*; e bem assim remettendo dous exemplares da constituição politica daquelle estado.—Archive-se e agradeça-se.

Telegramma expedido de Goyaz em 2 do corrente mez, assim concebido:

Cidadão 1º secretario, Senado — Rio.

A camara deputados estado sessão hoje approvou seguinte requerimento:

Sabendo que ainda não foi concedida amnistia aos implicados nos acontecimentos de 16 de dezembro do anno passado em Catalão, cujo projecto passou em 1ª discussão no Senado e convencidos de que essa medida restabelecerá a paz e a tranquillidade em nosso municipio do estado, lançado um véo de esquecimento sobre as occurrencias que todos lamentamos, requeremos que esta camara, interprentando os sentimentos de todos os goyanos que querem a paz e o socego publico de dirigir por telegramma ao Senado, no Rio de Janeiro, pedindo-lhes que com urgencia votem anmistia que depende de seu pronunciamento. — *Vaz da Costa.* — *Vieira de Castro.* — *Joaquim Ayres.* — *Leopoldo Jardim.* — *José de Campos*—*Paulo Povoa.* — *Costa Brandão.* — *Carlos Leitão.* — *Monteiro de Barros.* — *Manoel Alves* — *Joaquim Fernandes*, presidente. — *Souza Moraes*, 1º secretario. — *A. Cupertino*, 2º secretario.— Inteirado.

O Sr. 2º secretario lê e vão a imdrimir para entrarem na ordem dos trabalhos os seguintes

PARECERES

N. 92 — 1893

A commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas, a quem foi presente a proposição da Camara dos Deputados, n. 9, de 1893, autorisando o Poder Executivo a dispender até a somma de 30:000$ com o concurso publico para o projecto de uma estatua á Benjamin Constant, é de parecer que ella entre em discussão e seja adoptada.

Sala das commissões, 3 de julho de 1893.— *Braz Carneiro.*—*C. B. Ottoni.*

A commissão de finanças concorda com o parecer da de obras publicas.

Sala das commissões, 4 de julho de 1893.— *Rodrigues Alves.*—*Monteiro de Barros.*—*Domingos Vicente.*— *Saldanha Marinho.*— *Q. Bocayuva.*—*A. Cavalcanti.*

N. 93 — 1893

A' commissão de obras publicas foi presente a proposição da Camara dos Srs. Deputados, n. 10, de 1893, autorisando a abertura de um concurso e estabelecendo premio, para um projecto de monumento á memoria de Tiradentes.

A commissão, attendendo á grande notoriedade das considerações que recommendam a idéa do projecto, limita-se a submettel-o á sabedoria do Senado, cuja approvação lhe parece merecida.

Sala das commissões, 3 de julho de 1893.— *C. B. Ottoni.*—*Braz Carneiro.*

A commissão de finanças está de accordo com o parecer da de obras publicas.

Sala das commissões, 4 de julho de 1893.— *Rodrigues Alves.*—*Monteiro de Barros.*— *A. Cavalcanti.*— *Domingos Vicente.*— *Saldanha Marinho.*—*Q. Bocayuva.*

N. 94—1893

A proposição n. 11 deste anno, adoptada pela Camara dos Srs. Deputados, autorisa o Poder Executivo a pagar á D. Maria Carolina Rheingantz a quantia de 114:997$848, como indemnisação devida pelo valor da sua propriedade *Colonia S. Lourenço* no Rio Grande do Sul, abrindo-se para isso o respectivo credito.

Dos documentos em que se basea a alludida autorisação, se verifica que a importancia da indemnisação fôra fixada por juizo arbitral, com o que se conformou o Poder Executivo, e que este deixou de pagar á *indemnisada* somente, á falta do respectivo credito. E, pois, não subsistindo outras razões em contrario a commissão de finanças é de parecer que a proposição da Camara dos Srs. Deputados entre em discussão e seja adoptada.

Sala das commissões, 3 de julho de 1893. —*Amaro Cavalcanti*, relator.—*Saldanha Marinho.*—*Domingos Vicente.*—*Rodrigues Alves.* —*Q. Bocayuva.*

N. 95—1893

A commissão de finanças do Senado, tendo examinado o requerimento da Companhia Internacional Commercio e Industria, em que solicita subvenção para si ou companhia que organisar para o serviço de navegação entre o Brazil e os Estados Unidos da America do Norte, é de parecer que nada ha a attender em vista da disposição XX do orçamento vigente de industria, viação e obras publicas, concedido nos termos seguintes.

«O governo confiará á iniciativa particular o serviço de navegação subvencionada cujos contractos findarem, *e em caso nenhum poderá innovar as concessões de subvenções para as linhas que não prescendirem della, sem preceder concurrencia publica*.

Sala das commissões, 4 de julho de 1893. —*Manoel Victorino.—Amaro Cavalcanti.— Rodrigues Alves.—Monteiro de Barros.— Saldanha Marinho.—Q. Bocayuva.*

A commissão de agricultura e commercio está de accordo com o parecer supra.—*Messias de Gusmão.—José Bernardo.*

N. 96 — 1893

A commissão de finanças do Senado, tendo examinado o requerimento em que o porteiro e continuos do Conselho Supremo Militar pedem que seus vencimentos sejam equiparados aos dos empregados de igual cathegoria da secretaria de guerra, é de parecer que fique adiada a solução do referido requerimento até que se organise a nova instituição do Supremo Tribunal Militar, e respectiva secretaria de conformidade com o projecto de lei votado pelo Congresso Nacional.

Sala das sessões do Senado, 4 julho de 1893. —*Manoel Victorino.— A. Cavalcanti.— Saldanha Marinho.— Monteiro de Barros.— Rodrigues Alves.*

N. 97 — 1893

A commissão de finanças, tendo examinado o requerimento em que Torquato Caetano Simões, inspector aposentado da Thesouraria de Fazenda do Espirito Santo, pede que a sua aposentação, concedida por decreto de 22 de abril de 1890, seja considerada com todos os vencimentos da tabella — J —, annexa ao decreto n. 240 A, de 3 de março do dito anno de 1890, é de parecer que a este respeito seja ouvido o governo.

Sala das commissões, 4 de julho de 1893.— *Manoel Victorino.— A. Cavalcanti. — Saldanha Marinho.— Rodrigues Alves.— João Barbalho. — Domingos Vicente* (vencido).— *Monteiro de Barros.*

O Sr. Presidente nomeia o Sr. João Barbalho para substituir, na commissão de finanças, o Sr. Ramiro Barcellos.

ORDEM DO DIA

Entra em discussão unica, e é sem debate approvada a redacção do projecto do Senado, n. 54, de 1892, autorisando o governo a prorogar o prazo concedido á Companhia Colonisação Industrial de Santa Catharina para a inauguração do engenho central na povoação Palhoça.

Segue-se em discussão unica, e é sem debate approvada, a conclusão do parecer n. 87, de 1893, da commissão de finanças, opinando que seja indeferida a petição em que o Dr. Francisco Antonio de Almeida, lançador da Recebedoria da Capital, impetra do Poder Legislativo melhoria de vencimentos para sua aposentação.

Segue-se em 2ª discussão o projecto do Senado, n. 19, de 1893, autorisando o governo a rescindir, desde já, os contractos existentes para a introducção de immigrantes por capitação; additivo destacado do parecer n. 71, de 1893, da commissão de finanças sobre a proposição n. 7, de 1893, para constituir projecto distincto.

O Sr. Americo Lobo—Sr. presidente, em primeiro logar vou dizer duas palavras a V. Ex. e á Mesa. Não taxei de irregular o procedimento de ninguem. V. Ex. explicou como o projecto nasceu da 2ª discussão de outro, do qual se destacou.

E', pois, uma proposição anomala, que não seguiu os tramites ordinarios do regimento. Tive em vista accentuar a falta de audiencia da Commissão, que não attribuo á Mesa.

Algumas vezes tenho tido desintelligencia com a Mesa no modo de interpretar o regimento, mas tenho sido franco e sempre reconheci em V. Ex. um grande auxiliar nos debates desta casa. (*Apoiados.*)

A irregularidade, si existe, veiu do destacamento do additivo e nestes termos dou por finda a minha explicação.

Quanto ao que disse o illustre senador pela Bahia, que tão habilmente mostrou seus profundos conhecimentos no estudo da materia em discussão, cada vez mais me convenço da necessidade de serem ouvidas a respeito as Commissões de finanças e de legislação e justiça. (*Apoiados.*)

Não estou persuadido, Sr. presidente, de que não houvesse innovação; mesmo do discurso de S. Ex. se póde inferir o contrario. Sejamos francos; não estamos discutindo como partes, e portanto não se escondam os meios de defesa.

S. Ex. disse que se votou uma verba para innovação do contracto.

O Sr. Manoel Victorino — A Commissão não tocou neste assumpto. Havia contractos anteriores, que obrigaram a votação desta verba.

O Sr. Americo Lobo — Houve, no dizer de S. Ex., uma deliberação assentada para se refrear a onda de immigrantes; houve ainda pagamento consciente ao novo credor que se subrogou nos contractos anteriores. Pergunto agora: desde que se paga scientemente a divida nova, não se reconhece a innovação?

O Sr. Manoel Victorino — V. Ex. sabe que o concessionario era possuidor do contracto anterior.

O Sr. Americo Lobo — Elle não podia ser possuidor sem conhecimento do Congresso, e os antigos contractantes nada podiam transferir sem consentimento do governo.

O Sr. Manoel Victorino — As transferencias estavam feitas de longa data.

O Sr. Americo Lobo — Si o novo concessionario era senhor dos contractos anteriores e por virtude do titulo innovado, e si, apresentando-se ao poder publico, este lhe fez o pagamento...

O Sr. Manoel Victorino — Pelas clausulas anteriores.

O Sr. Americo Lobo — V. Ex. disse no seu discurso que o ministro se tinha obrigado a diminuir a entrada annual de immigrantes a que se obrigara a Companhia Metropolitana.

O Sr. Manoel Victorino — Porque o ministro sabia que não tinha competencia.

Foi uma capitulação de ministro.

O ministro reconheceu perante o Senado que não estava autorisado a fazer uma innovação.

O Sr. Americo Lobo — Não estou dando o meu voto definitivo; quero mostrar que a questão não é tão simples.

O Sr. Manoel Victorino — V. Ex. leu a disposição da lei? Si leu, havia de notar que elle não podia fazer.

O Sr. Americo Lobo — Mas, tendo solicitado do Congresso uma verba e o Congresso a tendo dado...

O Sr. Manoel Victorino — Elle não communicou ao Senado que havia feito o contracto; elle pedia a verba para esse serviço.

O Sr. Americo Lobo — Os annaes estão cheios da existencia desse contracto.

O Sr. Manoel Victorino — Elle apenas no Senado levantou a questão.

O Sr. Americo Lobo — Disse eu então que, si não acceitassemos o novo contraco, resuscitariamos os antigos.

O Sr. Manoel Victorino — Estes são legaes.

O Sr. Americo Lobo — Operou-seuma transacção, quando nos cumpria examinar a questão e decidir si davamos verba para os antigos ou para o novo contracto.

O Sr. Manoel Victorino — Tanto que V. Ex. vê no voto em separado que manda-se rescindir os constractos existentes para reconhecer o contracto da Metropolitana. Não falla no plural.

O Sr. Americo Lobo — Ha uma disposição no orçamento que manda pagar uma verba cujo credor era a Companhia Metropolitana, que tinha innovado o contracto.

A innovação póde ser approvada tacita ou expressamente.

Em vista da annuencia do nobre senador, terá o projecto de ir ás commissões; mas não haverá temeridade em se decretar previamente a rescisão, sem conhecermos si quer o *quantum* provavel da indemnisação?

O Sr. Manoel Victorino — Ninguem póde affirmar; prevê-se a hypothese.

O Sr. Americo Lobo — Nós não devemos legislar na duvida.

As commissões devem dizer-nos si ha ou não indemnisação, e nos esclarecer sobre suas bases.

Si a nação brazileira é parte, como é que ella se ha de lançar cegamente a uma demanda? Não é possivel um arbitramento prévio; mas é preciso saber ao menos si, rescindindo o contracto, ha de facto indemnisações!

O Sr. Manoel Victorino — Os tribunaes dirão.

O Sr. Q. Bocayuva — Si houver, o Congresso dirá.

O Sr. Americo Lobo — Sinto-me triste em separar-me da opinião de VV. Exs.; mas não posso dar meu voto na duvida. Votar uma rescisão do contracto, sem saber si ha ou não indemnisação, como se me diz em apartes, e, havendo indemnisação, sem saber presumptivamente a quanto ella montará, não me parece possivel.

Na empreitada paga-se ao empreiteiro tudo quanto elle deixa de ganhar.

Ha no contracto um numero determinado de immigrantes a introduzir, e essa empreitada ou commissão não está acabada. Mas si se rescinde sem culpa do empreiteiro ou do commissario, tem este direito a meia commissão ou a commissão inteira, conforme se

decidir si seu contracto é de commissão ou de empreitada.

O SR. SALDANHA MARINHO — O Poder Judiciario nos dirá o que temos a fazer.

O SR. MANOEL VICTORINO dá um aparte.

O SR. AMERICO LOBO — Engana-se V. Ex., nós não podemos entregar o governo aos azares de uma acção.....

O SR. SALDANHA MARINHO — Não acho azar nenhum. No Poder Judiciario temos campo vasto para intentar e sustentar acções.

O SR. AMERICO LOBO — Mas existe a espectativa de uma indemnisação, e por isso não me acho habilitado a votar o projecto sem que a commissão diga em primeiro logar si ha ou não ha indemnisação; e na affirmativa, a quanto ella monta. O anno passado a solução foi clara e expressa, e nada se resolveu, porque em uma parte se dizia: o contracto é nullo; em outra se respondia: renasce o contracto antigo; entretanto se votou uma lei sem remediar nem prever cousa nenhuma. Foi uma verdadeira imprudencia.

Mas, como é que se diz que essa innovação não está approvada?

O SR. Q. BOCAYUVA dá um aparte.

O SR. AMERICO LOBO — Por isso pedi que o contracto fosse ás commissões, para ser trasladado nos seus pareceres. Nem todos folheam os *Annaes* como V. Ex.

O SR. SALDANHA MARINHO — Não vejo outro meio de guiar-se bem aqui s'não lendo tudo quanto se passa.

O SR. AMERICO LOBO — O illustre senador que tão bem conhece o assumpto pelas estatisticas, não vê, porém, o reverso da questão. Espero, portanto, que o Senado, attendendo á natureza do assumpto, approve o requerimento que formulei e que as illustres commissões esclareçam e estudem bem a questão, que merece uma grande meditação.

Não posso concordar de fórma nenhuma com este systema de mandar fazer uma rescisão sem se saber si ha ou não direito de indemnisação; nem isto, Sr. presidente, é legal.

Estando o poder publico ligado por obrigações, não póde o Senado dizer ao governo: — liberte-se do contracto!

O SR. MANOEL VICTORINO — O Poder Legislativo não póde?

O SR. AMERICO LOBO — Não póde sem saber si ha indemnisação, e a somma a que ella monta.

O SR. Q. BOCAYUVA dá um aparte.

O SR. AMERICO LOBO — E' preciso prestar homenagem á lei.

O SR. MANOEL VICTORINO — Mas, si convier aos interesses do Estado não continuar, não póde propôr a rescisão?

O SR. AMERICO LOBO — O Estado tem contractado a introducção de um milhão ou mais de immigrantes; não póde assim de repente.

OS SRS. MANOEL VICTORINO, Q. BOCAYUVA E ARISTIDES LOBO dão apartes.

O SR. AMERICO LOBO — Estou apenas objectando que o Congresso votou verba sciente e conscientemente.

O SR. MANOEL VICTORINO — Não votou verba para este contracto; havia 10 contractos anteriores; só se votou para os antigos.

O SR. AMERICO LOBO — Não comprehendo; não posso permittir que depois de um contracto approvado se rescinda sem indemnisações á parte.

O SR. MANOEL VICTORINO — V. Ex. não leu os annaes; si nós votassemos verba para o cumprimento do contracto, cuja innovação se havia feito, essa verba não chegaria para a medida da quantia que é necessaria para as despezas feitas. Isso é claro.

O SR. AMERICO LOBO — O meu coração está do lado de V. Ex.; a razão é que não o acompanha.

Sou representante do paiz, e não de companhias.

Mas em todo o caso, como representante do paiz, direi que o paiz deve ser leal e probo.

O SR. LUIZ DELFINO dá um aparte.

O SR. AMERICO LOBO — Estou vendo que perco o meu tempo.

Desde que uma parte rescinde um contracto, está sujeita á indemnisação e esta póde ser horrorosa; o Thesouro está depauperado. (*Ha varios apartes.*)

O que desejo é que as commissões esclareçam o seguinte: si os contractos antigos caducaram, e depois si a novação foi approvada tacitamente, por virtude da verba votada para aquelle fim, porque isto constitue meio solemne de approvação. (*Cruzam-se varios apartes.*)

Sr. presidente, de novo chamo a attenção do Senado e das commissões para esta questão, que é difficil, e tão difficil, que o projecto representa a desherança de toda a immigração e o desabamento de todo esse trabalho secular... (*Ha apartes.*)

Temos de pagar a indemnisação e não sabemos de quanto! Esta é a questão.

Tenho concluido.

Vem á mesa o seguinte

Requerimento

Requeiro que o aditivo destacado do parecer n. 71, de 1893, da commissão de finanças, sobre

a proposição n. 7 vá ás commissões de finanças e de justiça e legislação, para darem parecer, o fornecerem as bases da indemnisação

Sala das sessões, 4 de julho de 1893.—*Americo Lobo.*

E' lido, apoiado e posto em discussão.

O Sr. Presidente—O Sr. Americo Lobo, nas ponderações que acaba de fazer contra o projecto em discussão, achou irregular que este projecto esteja em segunda discussão, visto como não havia sido ouvida sobre elle uma das commissões da casa.

O Sr. Americo Lobo — Perdão, não achei irregular.

O Sr. Presidente—Si V. Ex. não achasse irregular não faria as observações que fez. Entretanto as observações do meu honrado collega não teem a menor procedencia.

Este projecto era uma emenda offerecida pela minoria da commissão de finanças composta dos Srs. Manoel Victorino e Quintino Bocayuva, emenda offerecida em 2ª discussão a um outro projecto e como tal considerava-se apoiada em 2ª discussão e seguindo os tramites respectivos.

A requerimento, porém, de um dos Srs. senadores, o Senado resolveu que esta emenda constituisse um projecto separado.

Comprehende o Senado que a mesa procederia irregularmente si fizesse voltar á 1ª discussão um projecto que já tinha soffrido a 2ª discussão. Isto é que seria irregular.

A mesa não podia tomar a deliberação expontanea, de que sobre este projecto fosse ouvida uma das commissões da casa.

Pelo regimento do Senado, os projectos entram em 1ª discussão; approvado nesta, por força de disposição regimental e deliberação da mesa vae a uma das commissões para dar parecer; depois seguem-se os tramites da 2ª e 3ª discussões.

Mas esta emenda convertida em projecto estava effectivamente, por deliberação, não da mesa, mas do Senado, em 2ª discussão.

Devia, conseguintemente, continuar na 2ª discussão, competindo ao Senado, por iniciativa de qualquer de seus membros, como acaba de fazer o honrado senador, lembrar a conveniencia de sobre o assumpto do projecto ser ouvida uma ou mais commissões da casa.

Portanto, o procedimento da mesa está inteiramente correcto, de accordo com o estylo seguido em relação a estes assumptos, assim como correcto será o procedimento do Senado, si resolver que na 2ª ou 3ª discussão do projecto seja ella adiada para sobre o assumpto emittir parecer — uma ou mais commissões da casa.

Dada esta explicação, está em discussão o requerimento do Sr. Americo Lobo, para que o projecto seja enviado ás commissões de justiça e legislação e de finanças.

O Sr. Manoel Victorino, ainda que não se opponha ao requerimento proposto pelo Sr. Americo Lobo, lembrar-lhe-ha, todavia, que as explicações solicitadas por S. Ex. já foram amplamente fornecidas desta tribuna, e, durante o anno passado, largamente debatidas.

Assim que o relator da commissão de obras publicas, o Sr. Ramiro Barcellos, elucidou cabalmente o assumpto, tendo sido, afinal, assentado pelo Senado que o contracto em questão não encontrava na lei motivos para ser considerado valido pelo Congresso Nacional, de sorte que não se preoccupou este com a novação, mas continuou simplesmente a consignar verba para execução dos contractos existentes.

Para demonstral-o cabalmente, basta recordar um trecho do discurso do Sr. Generoso Marques e uma exposição de motivos do relator da commissão da Camara dos Deputados, o actual Sr. senador Rodrigues Alves.

O orador lê os referidos topicos, dos quaes resulta que havia contractos, manifestamente caducos, quaes eram os de 3 annos, lavrados em 1888, tendo a novação delles sido emprehendida em 1892, e ainda que não era licito ao Poder Executivo dilatar prazos por 10 annos, o que importava em renovação de contractos, aggravada pelo augmento de immigrantes a introduzir, como um e outro commettimento expressamente prohibido por preceito legislativo.

Para melhor comprehensão do assumpto, o orador repete quanto já disse em uma das sessões passadas. O Poder Legislativo, sobre solicitação e promessa de um ex-ministro de viação e obras publicas, continuou a votar uma verba para satisfazer os contractos existentes, sem se conformar com a novação e suas consequencias, de sorte que as condições que tornavam irritos e nullos esses contractos prevalecem, e nenhuma razão subsiste para preteril-as ou annullal-as.

A novação, pois, póde ser, em virtude da propria lei, rescendida pela illegalidade ou incompetencia de uma das partes contractantes. Como, porém, semelhante questão deve ser ventilada nos tribunaes federaes, si alguma indemnisação houver a pagar, previu-se tal hypothese, sem assentar no *quantum* daquella, ou mesmo na provavel procedencia de semelhante reclamação. A discussão versou, apenas, acerca da possibilidade do caso.

O orador não cansará a attenção do Senado com repetir que a manutenção do serviço de immigração por cabeça é extremamente

perigoso e altamente prejudicial do thesouro publico.

Ha muito que se lembrou no Congresso o alvitre de serem distribuidas pelos estados as verbas destinadas a esse serviço.

Não sabe si dará resultado um semelhante expediente; em todo caso o serviço da introducção de immigrantes deve ter seus fiscaes naturaes nos propries estados, que são nelle directamente interessados.

A União deve apenas distribuir o serviço, facilitar meios para a introducção dos colonos, sem crear-lhe o menor obstaculo.

Foi para o intuito de estudar todos os graves inconvenientes do serviço da immigração, continua o orador, que se tractou da apresentar a emenda ao parecer da commissão e que o Senado resolveu e separação de uma e outro.

Quanto ás informações accerca do caracter do contracto, das condições que o invalidam, dos compromissos contrahidos por sua illegal innovação, das vantagem colhidas ainda com indemnisação possivel, tudo isso ficou bem dlscutido nos recentes debates e nos do anno passado.

O Sr. Americo Lobo começa explicando ao Sr. presidente e á mesa as palavras que proferira no discurso antecedente. Não taxou de irregular a proposição em discussão. Tendo verificado que o prsjecto nascera de uma segunda discussão, de que elle se destacou, encontrou extraordinaria a proposta, por lhe parecer que não seguira ella os tramites geraes do regimento.

Tem tido, é verdade, algumas desintelligencias com a mesa relativas ao modo de interpretar a lei que regula as discussões do Senado, sem que, entretanto, haja attribuido áquellas intenções menos respeitaveis ou deixado de proclamar a sua competencia e efficaz auxilio na organisação dos debates e orientação destes.

Quanto ás reflexões do illustrado senador da Bahia, que o precedeu na tribuna, e que tão habilitado se mostrou no exame da questão sujeita, sente-se compellido a confessar a sua convicção gradualmente crescente, da necessidade de serem ouvidas as commissões de finanças, legislação e justiça sobre o assumpto.

Sem embargo da proficiencia do orador alludido, está certo de que houve novação nos contractos, que se discutem, quer se considere a existencia de um plano no sentido de refrear a onda de immigrantes, quer se reflicta sobre a effectividade de um pagamento concernente á continuidade de um facto anterior.

Todavia, não está emittindo, por ora, voto definitivo; deseja, apenas, lembrar que o caso sujeito não é tão simples quanto se vae affigurando, o que a sua mesma complexidade justifica a apresentação do requerimento em debate.

Sente-se, realmente, constrangido ao separar-se do parecer de muitos de seus illustres collegas, mas não póde votar a rescisão de um contracto sem saber si ha ou não indemnisação a pagar e a quanto póde montar esse prejuizo.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Posto a votos, é approvado o requerimento.

A discussão do projecto fica adiada, indo este ás commissões de justiça e legislação e de finanças.

Entra em 3ª discussão o projecto do Senado n. 44, de 1892, dispondo que os machinistas navaes de 1ª, 2ª e 3ª classes do antigo quadro perceberão mais, como gratificação, a differença do soldo que então lhes competia e o que actualmente vencem.

O Sr. João Neiva—Sr. presidente, signatario do projecto em discussão, no anno passado defendi esta idéa, com a maioria da commissão de marinha e guerra, e o honrado senador pelo Maranhão, então relator da mesma commissão, oppunha-se tenazmente ao projecto. Elle está presente e eu da tribuna o saudo pela sua volta para o Senado.

Agora, porém, não defendo mais o projecto, por julgal-o prejudicado á vista da votação de hontem sobre a proposição que fixou a força naval para 1894, onde se consignou um artigo autorisando o governo a rever a tabella dos vencimentos, equiparando as classes annexas á dos officiaes.

Ora, desde que o Senado, em 2ª discussão, approvou essa disposição, parece-me acertado, a menos que não se queira rejeitar o projecto, esperar pela 3ª discussão da fixação de forças de mar, para, melhor orientado, pronunciar-se o Senado.

Creio, portanto, que não ha razão de ser para o projecto e que o Senado póde desde já rejeital-o. E' o que tinha a dizer.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Posto a votos, é rejeitado o projecto.

Segue-se em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados n. 114, de 1892, autorisando o governo a alfandegar as mesas de rendas de Itajahy e Laguna, no estado de Santa Catharina, de Antonina, no do Paraná, e de Itapemirim, no do Espirito Santo.

O Sr. U. do Amaral— Sr. presidente, vae o Senado votar em 3ª discussão um projecto a respeito de cuja materia não tem o minimo conhecimento.

A commissão de que eu fazia parte pediu informações ao Poder Executivo afim de saber si as necessidades do serviço publico exigiam o alfandegamento das mesas de rendas de Itajahy, Laguna, Antonina e Itapemirim.

O Poder Executivo não se dignou de responder, julgou desnecessario este luxo de informações, talvez seguindo a opinião de um honrado collega, que, perguntando-se-lhe, durante uma discussão, por que motivo não eram ouvidos os funccionarios competentes relativamente a um assumpto analogo a este, respondeu que era desnecessaria essa audiencia, porque acontecia muitas vezes que os especialistas estavam em desaccordo entre si.

E' provavel que os agentes do Poder Executivo, tambem por isso, se dispensassem de mandar dizer alguma cousa em relação a este projecto.

Supponho que não é muita audacia repetir que o Senado vae votar sobre materia de que não tem conhecimento algum.

O Sr. Amaro Cavalcanti — Ao menos é o que me succede.

O Sr. U. do Amaral — Ha algumas informações relativamente á importancia dos serviços fiscaes de Itajahy, Laguna, Antonina e Itapemirim?

O Sr. Amaro Cavalcanti — Não ha.

O Sr. U. do Amaral — Alguem nesta casa sabe qual é a renda dessas mesas, qual é a despeza, qual a differença de serviços depois do novo regimen?

O Sr. Amaro Cavalcanti — Tambem não.

O Sr. U. do Amaral — Procurou-se examinar quaes são actualmente as funcções destas mesas de rendas?

O Sr. Amaro Cavalcanti — Perguntou-se e não veiu resposta.

Um Sr. Senador — Pergunte-se de novo.

O Sr. U. do Amaral — Teem-se idéas exactas das attribuições dellas? Não.

Sr. presidente, no antigo regimen as mesas de rendas em regra tinham attribuições para lançar e cobrar os impostos que em outras localidades estavam a cargo das recebedorias e collectorias, e tinham mais os despachos de cabotagem. Isto era em regra o que pertencia ás mesas de rendas.

Ora, desses dous serviços, um hoje não é da União e do outro restam sómente vestigios; a União não tem mais que ver com o commercio de cabotagem e a União quasi mais nada tem que ver com a percepção de impostos nos estados; impostos que eram cobrados pelas recebedorias e pelas collectorias. Hoje as funcções essenciaes das mezas de rendas desappareceram.

Entretanto, em outros tempos estas faculdades eram, a juizo do governo, augmentadas ou restringidas, conforme dictavam as necessidades.

O governo podia crear e supprimir mesas, augmentar ou diminuir as faculdades das mesas de rendas, communicando á assembléa geral os seus actos.

De modo que das mesas actuaes nem todas estão no mesmo pé; ellas são classificadas de 1ª, de 2ª e de 3ª ordem; ha mesas de rendas que podem fazer o serviço de importação directa; ha outras que hoje estão reduzidas a quasi nada fazer.

Durante a discussão pronunciou-se o honrado senador por Santa Catharina, que fez um brilhantissimo discurso, como é o seu costume, dando-nos informações preciosas sobre a geographia do seu estado, especialmente sobre a orographia. Com a sua palavra colorida nos descreveu as montanhas alterosas de Santa Catharina, os cursos de agua, as suas direcções, as lagôas que se succedem naquelle estado; e nos informou de que a alfandega estava situada em uma ilha, cujas dimensões declarou, de onde resultava que o commercio do interior e os consumidores eram muito onerados pelas difficuldades de transporte. Isto foi uma informação geral.

Mas que o honrado senador foi provavelmente apanhado de surpresa para a discussão, vê-se logo nas suas primeiras palavras, quando elle pediu que ao menos fossem concedidos portos alfandegados, isto é, menos do que aquillo que já teem algumas localidades, nas quaes existem mesas de rendas.

Em relação ao meu estado, devo declarar que não posso agradecer a parte que lhe querem dar deste presente, visto que Antonina não vae lucrar cousa alguma com o que chamam de modo um tanto vago *mesas alfandegadas*.

Si alfandegar mesas de rendas é, como supponho, dar-lhes mais faculdades do que aquellas que ordinariamente lhes competem...

O Sr. Amaro Cavalcanti — E' despacharem mais algumas tabellas de mercadorias.

O Sr. U. do Amaral — ... si é permittir especialmente o despacho de importação, o commercio directo de importação, Antonina já o tem; o não é isso de que ella precisa, é de uma alfandega, que ha de ter, visto que o seu commercio se desenvolve, visto que ella tem um bom porto, apenas exigindo alguns melhoramentos. Mais cedo ou mais tarde, a cidade de Antonina ha de ter uma alfandega; não serei eu provavelmente quem o proponha: este cuidado ficará a outro que tenha mais autoridade (*não apoiados*)...

O SR. AMARO CAVALCANTI — V. Ex. tem toda.

O SR. U. DO AMARAL — ... para fazer ouvir e reconhecer as necessidades desse estado.

Mas eu não poderia deixar de intervir nesta discussão. Quando não fosse por outras razões, por esta: para não se suppor que, sendo tão exigente em relação a projectos da mesma natureza, calava-me agora, porque tinha sido incluida uma localidade pertencente ao meu estado. Não seria por isso: o meu estado nada lucra com alfandegamento da mesa de rendas de Antonina.

Nada proponho em relação ao projecto; nem o emendo, nem o impugno.

Quiz sómente deixar claro isto: que vamos votar mesas alfandegadas sem termos nenhum conhecimento da materia.

Era de prever. As novas alfandegas hão de prolificar: umas foram approvadas, outras estão quasi approvadas e diversas acham-se na forja.

Si não fosse o receio que tenho de passar mais uma vez por inconveniente, lembraria um expediente que nos poupava muito tempo. Seria em dous ou tres artigos fazer-se uma lei dizendo; todas as actuaes alfandegas serão promovidas á classe immediatamente superior; todas as mesas de rendas serão tambem promovidas, passando as de primeira ordem para alfandegas, e as outras subindo da 3ª ordem para a 2ª e da 2ª para a 1ª; além disto, fica o Poder Executivo autorisado a estabelecer mesas de rendas e portos alfandegados em todos os portos do Brazil, em todas as enseadas, abras e calhetas. (*Riso.*)

Assim, em um paiz novo e de tão vastos recursos como o nosso, iriamos, como temos ido até agora, na mais perfeita harmonia, —o Poder Executivo e o Poder Legislativo—, para dar sahida ás nossas immensas riquezas, que já nos estão causando os mesmos cuidados que causou, em certo tempo, nos Estados Unidos, a grande massa da moeda metallica recolhida aos cofres nacionaes.

Mas nada proponho.

Lembro sómente que seria um processo simplificativo...

O SR. JOÃO CORDEIRO—E tomaria pouco tempo.

O SR. U. DO AMARAL — ... dispensavam-se todas as informações, e veriamos os nossos estados muito agradecidos a nós, as localidades satisfeitas, um grande numero de funccionarios promovidos, e porta franca e aberta a tantas outras vocações, que não estão sendo aproveitadas.

Pela minha parte, Sr. presidente, vou limitar-me a votar com a maioria, com a declaração, porém, de que o meu estado nada lucra com isso que se quer fazer. Do que elle precisa é de uma alfandega na cidade de Antonina.

Nada mais.

O Sr. Amaro Cavalcanti — Sr. presidente, preciso dar ao Senado a razão do meu voto.

Como relator da commissão de fazenda, dei parecer, que foi benevolamente acceito por sua maioria, no sentido de que, para acceitar o alfandegamento das mesas de rendas, de que cogita o projecto, necessitavamos ao menos de duas informações:

1ª, saber si o desenvolvimento commercial, sobretudo do commercio externo dessas localidades, tinha crescido ou havia razão para se acreditar que iaja e já augmentar por tal modo que o mechanismo das mesas de rendas ahi existentes já não correspondesse ás necessidades desse commercio;

2ª, qual a despeza, a renda e outras informações que deviam servir de base ao nosso voto. Não tivemos informações algumas até o presente; mas como o praso decorrido excedeu áquelle durante o qual póde uma proposição estar retirada do debate, a requerimento do nosso collega pelo estado do Espirito Santo, foi dado para a ordem do dia a materia do mesmo projecto e hontem teve a votação do Senado.

Sem estas informações pedidas não estou habilitado a reconhecer a necessidade e utilidade de nenhum dos alfandegamentos pedidos e portanto o meu voto será contrario a todos elles.

O SR. LUIZ DELFINO—Agradeço a V. Ex. Nem ao menos perguntou á representação de Santa Catharina o que sabia a respeito das mesas de Itajahy e Laguna.

O SR. AMARO CAVALCANTE—Acceito as informações da representação de Santa Catharina. Para justificar o meu voto, porém, quero documentos e não palavras, que tambem sei proferir.

O Sr. Luiz Delfino limitou-se na sessão anterior a defender a necessidade de serem alfandegadas as mesas de rendas das cidades de Itajahy e Laguna, deixando de referir-se ás outras para que os representantes dos respectivos estados dissessem em relação a ellas o que entendessem.

O honrado representante do Paraná, como se infere de suas palavras, votará pelo projecto, acompanhando a maioria do Senado, embora julgue do nada valer para Antonina o alfandegamento, porque do que aquella cidade precisa é de uma alfandega. Ora, si An-

tonina precisa de uma alfandega, como não ha de precisar de uma mesa de rendas alfandegada?

Quanto ás cidades do seu estado, não póde o orador apresentar dados ou cifras desde já, afim de provar ao Senado aquillo que avança —a necessidade do alfandegamento das mesas de Itajahy e Laguna, a urgencia palpitante desta medida exigida pelo commercio.

O estado do Espirito Santo deve ter tambem necessidade da medida quanto á cidade de Itapemerim; os seus representantes poderão dizer ao Senado quaes são as razões que militam a favor da idéa alli.

Não vê o orador vantagem em consultar-se o Poder Executivo, cujas informações no momento actual nada adeantariam ao Senado.

Espera, pois, que a casa manterá o seu voto da 2ª discussão, approvando o projecto que veio da Camara dos Deputados.

Termina o orador observando que o honrado membro da commissão de fazenda que acaba de fallar, não tendo meios para chegar definitivamente a lançar o seu parecer, abandonou os humildes membros da representação de Santa Catharina, que não teem fóros de intelligentes nem autoridade, mas que, superior a todo menospreso, conserva-se neste posto, procurando cumprir o seu dever e só o seu dever tendo em mente.

O Sr. Amaro Cavalcanti— Sr. presidente, vejo-me obrigado a dar uma explicação ao honrado senador que acaba de fallar, e é que as poucas palavras que ha pouco dirigi ao Senado, explicando meu voto, não significavam opposição ao projecto, nem ás mesas de rendas de que elle trata, e menos ainda desconsideração á honrada representação de Santa Catharina, a que particularmente voto muito amizade, consideração e respeito, podendo disto dar testemunho o proprio honrado senador.

O meu parecer mesmo não concitou ao Senado a negar o seu voto; era simplesmente a consciencia que em mim pesava, como relator da commissão, que me obrigava a dizer que, com essas informações, não posso dar o meu voto.

Até, em vez de desconsideração, foi motivo contrario o que me levou a isso, para que a representação de Santa Catharina, vendo-me dar um voto contrario silenciosamente, não comprehendesse que eu assim fazia por desconsideração.

O que desejava era que me dissesse alguem qual o valor commercial da importação e da exportação naquelles portos em tres ou quatro annos, qual o rendimento que essas mesas de rendas deram ao Estado em 1889, 1890 e 1891; quizera um ponto de apoio, qualquer que fosse.

O Sr. Luiz Delfino—Da Republica para cá não tem havido relatorios.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Pois bem, podia ser em relação ao anno de 1889, de que já existe balanço.

O Sr. Luiz Delfino dá um aparte.

O Sr. Amaro Cavalcanti — A palavra do honrado senador vale muito mais para mim, que já tinha fundada a orientação do meu voto na necessidade de taes documentos, não podia, como não posso, dar o meu voto sem estes documentos,

Este é o meu voto; o Senado resolverá como entender. Devo até accrescentar que tambem se pede uma alfandega para Mossoró, que é o porto mais commercial do meu estado; mas declaro que, si aqui tiver de defender um projecto para isso, hei de trazer os documentos que provem a necessidade de alfandegamento daquelle porto, ou então não o pedirei e nem o defenderei. (*Muito bem.*)

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

A proposição é approvada e adoptada para ser submettida á sanecção presidencial.

Esgotadas as materias da ordem do dia, o Sr. presidente designa para a do dia 5:

2ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 12, de 1893, dispensando do concurso os adjuntos do serviço sanitario do exercito, que tenham mais de 2 annos de serviço effectivo, prestado com zelo e proficiencia, reduzindo o numero de medicos adjuntos e augmentando os vencimentos de todos os adjuntos (medicos e pharmaceuticos).

Trabalhos de commissões.

Levanta-se a sessão ás 2 horas e 45 minutos da tarde.

46ª sessão em 5 de julho de 1893

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes (vice-presidente)

SUMMARIO — Chamada — Leitura da acta — Expediente — Observações do Sr. presidente—Ordem do dia—Votação da proposição n. 12— Observações do Sr. presidente—Ordem do dia 6.

Ao meio-dia comparecem 32 Srs. senadores, a saber: Prudente de Moraes, João Pedro, Antonio Baena, Thomaz Cruz, Francisco Machado, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Manoel Barata, Cruz, Catunda, José Bernardo,

Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, João Neiva, Firmino da Silveira, João Barbalho, Messias de Gusmão, Rosa Junior, Coelho e Campos, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Monteiro de Barros, Saldanha Marinho, Joaquim Felicio, C. Ottoni, Rodrigues Alves, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Paranhos, U. do Amaral, Santos Andrade e Esteves Junior.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão, e, não havendo reclamações, dá-se por approvada a acta da sessão anterior.

Comparecem depois de aberta a sessão, os Srs. Gil Goulart, Cunha Junior, João Cordeiro, Joaquim Pernambuco, Aristides Lobo e Luiz Delfino.

Deixam de comparecer, com causa participada, os Srs. Nina Ribeiro, Gomensoro, Coelho Rodrihues, Elyseu Martins, Theodoreto Souto, E. Wandenkolk, Aquilino do Amaral, Generoso Marques, Raulino Horn, Pinheiro Machado, Julio Frota e Braz Carneiro; e sem causa participada os Srs. Oliveira Galvão, Gaspar Drummond, Virgilio Damasio, Ruy Barbosa, Q. Bocayuva, Laper, Americo Lobo, Campos Salles, Joaquim Murtinho, Pinheiro Guedes e Ramiro Barcellos.

O Sr. 1º Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Requerimento do Sr. senador José Bernardo de Medeiros, pedindo dous mezes de licença para regressar ao seu estado, visto achar-se profundamente enfermo. — A' commissão de constituição e poderes.

Officio do 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 4 do corrente, communicando que foram por aquella camara rejeitadas as emendas do Senado ao projecto da mesma camara relativo á fundação de uma colonia correccional no proprio nacional Fazenda da Boa Vista, existente na Parahyba do Sul. — A' commissão de legislação e justiça.

O Sr. 2º Secretario declara que não ha pareceres.

O Sr. Presidente—Na sessão do anno de 1891, o Senado discutindo, em 3ª discussão, um projecto sobre organisação da Justiça Federal, approvou um requerimento do Sr. José Hygino, para que ficasse adiada a discussão do projecto e fosse este enviado com todas as emendas então offerecidas a uma commissão especial para formular um projecto de codigo da Justiça Federal.

Este requerimento foi approvado na sessão de 28 de outubro do mesmo anno e foi nomeada essa commissão, que ficou composta dos Srs. José Hygino, Campos Salles e Ubaldino do Amaral.

A commissão está desfalcada de dous membros, visto que dos tres nomeados só está presente no Senado o Sr. Ubaldino do Amaral. Para completar a commissão, na qual continua a funccionar o Sr. Ubaldino do Amaral, nomeio os Srs. Coelho e Campos e Amaro Cavalcanti.

Consta-me que a commissão nomeada em 1891 tem trabalhos adeantados para a organisação do codigo completo da Justiça Federal.

A commissão nomeada agora, aproveitando esses trabalhos e outros offerecidos ao Senado, póde completar o projecto do codigo da Justiça Federal.

ORDEM DO DIA

Seguem successivamente em 2ª discussão, com o parecer das commissões de marinha e guerra e de finanças, e são sem debate approvados os arts. 1º, 2º e 3º da proposição da Camara dos Deputados n. 12, de 1893, dispensando de concurso os adjuntos do serviço sanitario do exercito, que tenham mais de dous annos de serviço effectivo, prestado com zelo e profissiencia, reduzindo o numero de medicos adjuntos e augmentando os vencimentos de todos os adjuntos (medicos e pharmaceuticos).

A proposição é approvada e adoptada para passar á 3ª discussão.

O Sr. Presidente diz que, na ordem do dia, seguem-se—trabalhos de commissões—e, na forma de regimento, dará a palavra a qualquer dos Srs. senadores que queira fundamentar projectos, indicações ou requerimentos.

Não havendo quem peça a palavra, convida os Srs. senadores a occupar-se com trabalhos de suas commissões e designa para a ordem do dia da sessão seguinte:

3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 8, de 1893, fixando a força naval para o exercicio de 1894;

2ª discussão da proposição da mesma camara, n. 61, de 1892, autorisando o governo a remover o Arsenal de Marinha da Bahia e a construir uma mortona em Matto Grossa;

Discussão unica dos pareceres:

N. 95, de 1893, das commissões de finanças e de agricultura e commercio, opinando que nada ha a attender relativamente ao requerimento em que a Companhia Industrial, Commercio e Industria solicita subvenção para si ou companhia que organisar para o serviço

de navegação entre o Brazil e os Estados Unidos da America do Norte;

N. 96, de 1893, da commissão de finanças, opinando que seja adiada a solução do requerimento em que o porteiro e continuos do Conselho do Supremo Tribunal pedem que seus vencimentos sejam equiparados aos de igual categoria da Secretaria da Guerra até que se organise a nova instituição do mesmo tribunal e respectiva secretaria, de conformidade com a lei votada pelo Congresso Nacional;

N. 97, de 1893, da commissão de finanças, opinando que seja ouvido o governo sobre o requerimento em que Fortunato Caetano Simões, inspector aposentado da Thesouraria de Fazenda do Espirito Santo, pede melhoria de sua aposentadoria.

Levanta-se a sessão ás 12 3/4 horas da tarde.

47ª sessão em 6 de julho de 1893

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes (vice-presidente)

SUMMARIO — Chamada — Leitura da acta — Expediente — Pareceres — Discurso e indicação do Sr. Ruy Barbosa — Discurso do Sr. Amaro Cavalcanti e votação da indicação — Ordem do dia — Votação da proposição n. 8 — 2ª discussão da proposição n. 64 — Discurso e emenda do Sr. João Neiva — Discurso do Sr. Manoel Victorino — Encerramento da discussão e votação — Votação dos pareceres ns. 95 e 93 — Discussão unica do parecer n. 97 — Discursos dos Srs. Domingos Vicente e Manoel Victorino — Encerramento da discussão e votação.

Ao meio-dia comparecem 35 Srs. senadores, a saber: Prudente de Moraes, João Pedro, Gil Goulart, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Manoel Barata, Gomensoro, Cruz, Elyseu Martins, Catunda, José Bernardo, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, João Neiva, Firmino da Silveira, Joaquim Pernambuco, João Barbalho, Messias de Gusmão, Rosa Junior, Coelho e Campos, Ruy Barbosa, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Monteiro de Barros, Q. Bocayuva, Braz Carneiro, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Joaquim Felicio, C. Ottoni, Amerilo Lobo, Rodrigues Alves, Joaquim de Souza, Paranhos e Raulino Horn.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão, e, não havendo reclamações, dá-se por approvada a acta da sessão anterior.

Comparecem depois de aberta a sessão os Srs. Antonio Baena, Nina Ribeiro, João Cordeiro, Gaspar Drummond, Virgilio Damasio, Laper, Joaquim Murtinho, U. do Amaral, Santos Andrade, Luiz Delfino e Silva Canedo.

Deixam de comparecer com causa partipada os Srs. Coelho Rodrigues, Theodoreto Souto, E. Wandenkolk, Aquilino do Amaral, Generoso Marques, Esteves Junior, Pinheiro Machado e Julio Frota; e sem causa participada os Srs. Thomaz Cruz, Francisco Machado, Cunha Junior, Oliveira Galvão, Campos Salles, Pinheiro Guedes e Ramiro Barcellos.

O Sr. 1º Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios:

Do Sr. senador Theodoreto Souto, datado de 5 do corrente mez, communicando que deixa de comparecer ás sessões do Senado por se achar enfermo. — Inteirado.

Do 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 4 do corrente mez, remettendo a seguinte

PROPOSIÇÃO N. 17 — DE 1893

O Congresso Nacional resolve:

Artigo unico. A reforma concedida por decreto de 14 de abril de 1891 ao capitão aggregado á arma de infantaria, Antonio Galdino Travassos Alves, de conformidade com o artigo 4º do decreto n. 193 A, de 30 de janeiro do anno anterior, deve ser considerada no posto de major com o respectivo soldo e a gratificação de tenente-coronel; revogadas as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, 4 de julho de 1893. — *João Lopes*, presidente. — *Antonio Azeredo*, 1º secretario. — *Thomaz Delfino*, servindo de 2º secretario. — A's commissões reunidas de marinha e guerra e de finanças.

— Requerimento de Amphilophio Botelho Freire de Carvalho, ministro do Supremo Tribunal Federal, pedindo um anno de licença, com ordedado, para tratar de sua saude onde lhe convier. — A's commissões reunidas de justiça e legislação e de finanças.

O Sr. 2º Secretario lê e vão a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos os seguintes

PARECERES

N. 98 — 1893

As commissões de finanças e de justiça e legislação, tendo examinado a proposição da Camara dos Deputados, que autorisa o Poder

Executivo a conceder a Manoel de Mello Mattos, escrivão do juizo seccional, no estado da Bahia, seis mezes de licença, em prorogação, afim de tratar de sua saude, é de parecer que a mesma proposição seja acceita pelo Senado.

Sala das commissões, 6 de julho de 1893.—*Manoel Victorino.—Rodrigues Alves.— Monteiro de Barros.— Saldanha Marinho.— João Barbalho.—Gomensoro.—J. L. Coelho e Campos.*

N. 99—1893

A commissão de justiça e legislação, á qua foi presente a emenda do Senado á proposição n. 91, de 1892, da Camara dos Deputados, relativa á fundação de uma colonia correccional no proprio nacional—Fazenda da Boa Vista—existente no municipio da Parahyba do Sul, do estado do Rio de Janeiro, emenda a que aquella camara não pôde dar o seu consentimento e que, conjunctamente com a proposição, foi devolvida ao Senado, é de parecer que a referida emenda seja rejeitada, mantendo-se deste modo a resolução da outra casa do Congresso Nacional.

Sala das commissões, 6 de julho de 1893.—*Gomensoro.—J. L. Coelho e Campos.—R. Nina Ribeiro.*

N. 100—1893

A commissão de justiça e legislação examinou o projecto n. 17, deste anno, apresentado pelo Sr. senador Americo Lobo.

O projecto é perfeitamente acceitavel, pois que trata de modificar a legislação vigente, quanto ao contracto emphyteutico, pondo-se de accordo com os principio da jurisprudencia moderna.

Si, porém, é opportuna a discussão do assumpto, quando já se acha elaborado o projecto do codigo civil, contractado pelo governo com o Dr. Antonio Coelho Rodrigues, e do qual provavelmente o Congresso tomará conhecimento na presente ou na proxima sessão, fica ao Senado resolver.

Resolvida a preliminar da opportunidade, póde o projecto ser adoptado, salvo emendas que lhe sejam offerecidas.

Sala das commissões, 6 de de julho de 1893.—*J. L. Coelho e Campos.— Gomensoro.— Nina Ribeiro.*

N. 101—1893

A commissão de constituição, poderes e diplomacia, a quem foi remettido o requerimento do Sr. senador José Bernardo de Medeiros, pedindo dous mezes de licença para tratar de sua saude por se achar esta alterada por serios incommodos, é de parecer que seja concedida a licença requerida.

Sala das commissões, 6 de julho de 1893.—*Q. Bocayuva*, relator.—*Aristides Lobo.*

N. 102 — 1893

A commissão de finanças, tendo examinado o requerimento de Antonio da Silva Netto, chefe da 2ª secção da Directoria Geral de Estatistica, solicitando nove mezes de licença com ordenado por inteiro, visto se achar doente, o que prova com attestação de facultativo idoneo, é de parecer que seja concedida a licença pedida com ordenado, submettendo á approvação do Senado a seguinte.

PROPOSIÇÃO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São concedidos a Antonio da Silva Netto, chefe da 2ª secção da Directoria Geral de Estatistica, 9 mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saude, onde lhe convier.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões 6 de julho de 1893.—*Manoel Victorino. — Q. Bocayuva.— Domingos Vicente.— Monteiro de Barros.—Rodrigues Alves.— Saldanha Marinho.*

A commissão de estatistica concorda com o parecer dado pela commissão de finanças.

Sala das cammissões 6 de julho de 1893.—*João Cordeiro.—J. Joaquim de Souza.*

N. 103—1893

A commissão de justiça e legislação, a quem foi presente o projecto do Senado sob n. 16 do anno corrente, que entende com a revisão dos processos findos por crimes militares;

Attendendo a que o referido projecto cura de materia importante, qual o modo de revisão dos processos findos, por crimes militares, obedecendo desta arte ao preceito constitucional exarado no art. 81 da Constituição Federal, é de parecer:

Que seja o mesmo projecto adoptado e convertido em lei.

Sala das commissões, 6 de julho de 1893.—*Gomensoro.—J. L. Coelho e Campos.—R. Nina Ribeiro.*

A commissão de marinha e guerra concorda com o parecer suppra.— *Rosa Junior.— Almeida Barreto.— Joaquim Sarmento.— João Neiva.*

N. 104—1893

A commissão de justiça e legislação examinou o *veto* do prefeito do Districto Federal á resolução do conselho municipal relativa á licença para construcções nas ruas desta cidade até seus limites, considerando fóra destes limites as freguezias de Jacarepaguá, Inhaúma, Irajá, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Ilha do Governador e Paquetá

Entende o prefeito que a resolução, fazendo independer de licença as construcções nas freguezias exceptuadas:

a) invade, limitando a attribuição executiva e como tal privativa sua ;

b) não consulta as conveniencias da edificação, e o futuro da cidade neste particular.

A commissão, considerando que a competencia só póde existir por lei expressa, e que pelo art. 19 e seus paragraphos da lei de 20 de setembro de 1892, não ha tal attribuição do prefeito para conceder licenças ;

Considerando que esta attribuição é conferida ao prefeito pela propria resolução vetada ;

Considerando que pelo art. 20 da referida lei o *veto* só póde ser posto quando a resolução em desacordo com as le's e regulamentos em vigor no Districto Federal;

Considerando que nenhuma lei ou regulamento prescreve o contrario do que se acha disposto em dita resolução ;

E' de parecer que o *veto* seja rejeitado,

Sala das commissões, 6 de julho de 1893 — *J. L. Coelho e Campos.—R. Nina Ribeiro.*

A commissão de constituição, poderes e diplomacia concorda com o parecer supra.— *Q. Bocayuva.—Aristides Lobo.*

O Sr. Ruy Barbosa — Sr. presidente, levanto-me unicamente como um dos ultimos membros desta casa (*não apoiados*), por ver que nenhum delles pede a palavra, acerca dos acontecimentos que occupam neste momento a attenção publica.

Estamos em uma dessas circumstancias em que em uma corporação como esta não póde haver distincção de maioria do governo ou de opposição.

Sob a dolorosa impressão dos acontecimentos que hontem interromperam os trabalhos da Camara dos Srs. Deputados, acha-se, a meu ver, empenhada essencialmente, não só a solidariedade das opiniões que dividem aquella casa, como a dignidade do Senado juntamente com a della. Em toda a historia do governo representativo entre nós, creio, que nenhuma circumstancia se apresentou ainda com os caracteres mais significativos de um symptoma afflictivo do que aquelle de que acaba de ser objecto a Camara dos Deputados. A liberdade da tribuna parlamentar acha-se profundamente abalada, ferida em sua essencia pelas manifestações de que hontem foi alvo um digno membro daquella casa.

Não se póde comprehender a distincção entre manifestações particulaees e á pessôa de um deputado, e manifestações geraes á Camara, a que elle pertence, quando esse deputado mereceu o desagrado dos manifestantes no exercicio de um dever inherente ao seu mandato. Não nos cabe a nós apreciar a conveniencia dos termos pelos quaes o honrado representante da nação pelo estado de Minas incorreu no desgosto a que se acha ligado o incidente de hontem. O facto em si é de um alcance que interessa a dignidade parlamentar (*apoiado*) ; perante ella devem desapparecer as distincções de partidos.

Si deante de factos tão graves, de acontecimentos tão tristes é licito ainda um movimento de congratulação, podemos congratular-nos com aquella camara pela dignidade de sua attitude deante da ameaça irrogada á sua dignidade : podemos dizer que alli todos cumpriram nobremente o seu dever, desde o presidente da Camara até á opposição ; todos cumpriram o seu dever na mais simples e na mais digna extensão da palavra. Adoptando em relação a esse incidente a attitude mais moderada que elle podia aconselhar, a Camara dos Deputados adoptou uma moção pela qual, lastimando o facto, aguarda o procedimento da administração publica, o corr ctivo que pelas suas funcções elle deve estar obrigado a oppor a desvios desta ordem.

Devemos, Sr. presidente, esperar que o governo não seja insensivel a factos de alcance tão grave. Ainda ha pouco, por um incidente occorrido em uma das instituições do ensino superior nesta capital, vimos encerrados os seus cursos com prejuizo dos interesses e dos direitos dos innocentes não envolvidos no movimento de rebeldia contra a ordem e disciplina daquella casa : era, por assim dizer, um facto interior, domestico, no regimen daquelle estabelecimento, e essa facto bastou para provocar da parte do governo a attitude, a meu ver, exaggerada, mas em todo o caso categorica e firme, a que aquelle estabelecimento deveu por muito tempo o encerramento dos seus cursos. Agora, Sr. presidente, as circumstancias são incomparavelmente mais graves, mais funestas, de um alcance mais incalculavel, não para os interesses do ensino, mas para os interesses universaes do paiz : trata-se de um ensaio de manifestações contra uma das casas do Congresso em consequencia da linguagem empregada por um de seus membros, na defeza de interesses de seus constituintes. Não é possivel acreditar que o governo seja mais frio deante dos factos que interessam a autoridade do Poder Legislativo

e anniquilam a liberdade da tribuna parlamentar do que o foi em presença de circumstancias de ordem relativamente inferior como aquella.

Parece-me, portanto, Sr. presidente, que é de nosso dever nas circumstancias actuaes associarmo-nos ao voto da Camara dos Srs. Deputados, declarando a solidariedade do Senado com aquella casa, deante da ameaça de que foi victima.

Neste sentido, enviarei á mesa uma indicação. (*Muito bem*; *muito bem*.)

Vem á mesa a seguinte

Indicação

O Senado, informado das circumstancias que interromperam hontem os trabalhos da Camara dos Deputados, lastimando esse triste incidente, que deve encontrar no poder competente a necessaria reparação, declara-se solidario com aquella casa do Congresso na moção por ella adoptada em presença desse deploravel acontecimento, e espera as providencias do governo.— *Ruy Barbosa*.

E' lida, apoiada e posta em discussão.

O Sr. Amaro Cavalcanti — Sr. presidente, seria excusado dizer ao Senado que o facto lamentavel que hontem se deu com relação ao outro ramo do corpo legislativo, não pedia, nem póde deixar de ter da minha parte a mais solemne reprovação, e acredito mesmo que este é o pensamento de todos aquelles que, com o animo desprevenido, acompanham acontecimentos de semelhante natureza, graves sem duvida até mesmo pelos individuos que os praticaram.

O Sr. Gil Goulart — Principalmente por isto.

O Sr. Amaro Cavalcanti — E, sem o quererem, os illustres alumnos da Escola Militar, pretendendo talvez reprovar as palavras do deputado opposicionista que lhes notara defeitos da educação escolar recebida, foram, hontem, dar-lhe a mais solemne contra-prova de que o mesmo affirmava uma verdade.

Obedecer é a base da educação que elles recebem; respeitar os poderes constituidos, defendel-os na sua autonomia e nas suas immunidades, é o seu primeiro dever, é a sua primeira lição militar. (*Apoiados*; *muito bem*.)

Por consequencia o facto, assim encarado, não póde deixar de ter tido a represalia completa, com que a Camara dos Deputados se houve nesse acto; nem tampouco dispensa a nós outros, parte integrante do mesmo Poder Legislativo, de manifestarmos nossa solidariedade. (*Apoiados*.)

Neste ponto estou de accordo com a indicação apresentada; devo, porém, dizer ao Senado que, antes de vir para esta casa, senti-me no dever de saber, si, com effeito, o Poder Executivo se mostrara *insensivel*, usando da expressão do honrado collega pela Bahia, em relação ao mesmo facto.

O Sr. Ruy Barbosa — Não garanti.

O Sr. Amaro Cavalcanti — Tive, porém, a satisfação de ser informado, de maneira a mais categorica e completa, de que, desde hontem, foram dadas providencias energicas e convenientes a respeito, ordenando-se a precisa syndicancia, que o facto exigia, e que o governo officiou, á outra casa do Congresso, que a esta hora deve estar inteirada de tudo, communicando-lhe que póde contar com o seu decidido apoio, para inteira garantia de suas immunidades, e que providencias, dentro das attribuições do Poder Executivo, já estavam dadas, e na altura das occurrencias.

Informando ao Senado desta circumstancia, tenho cumprido o meu dever. (*Muito bem*.)

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Vota-se e é approvada a indicação.

ORDEM DO DIA

Entra em 3ª discussão, e é sem debate approvada e adoptada para ser submettida á sanecção presidencial, a proposição da Camara dos Deputados n. 8, de 1893, fixando a força naval para o exercicio de 1894.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer e as emendas das commissões de marinha e guerra e de finanças, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados n. 61, de 1892, autorisando o governo a remover o Arsenal de Marinha da Bahia e a construir uma mortona em Matto Grosso.

O Sr. João Neiva declara que houve uma omissão na cópia do parecer da commissão de marinha e guerra e cumpre corrigir.

De feito, entendeu aquella não só attender á remoção do arsenal de marinha da Bahia, como recommendou a do da Capital Federal, sob identicas condições, isto é, sem gravame de ordem alguma para os cofres publicos.

Faz-se, agora, preciso emendar o art. 1º para que fique consignado no projecto o pensamento da commissão.

E' antiga a idéa de remover o arsenal de marinha do Rio de Janeiro.

Tanto basta para justificar a medida proposta.

Evidentemente, o local em que elle se acha é insufficiente, a sua posição, sob o ponto de vista estrategico, a peior possivel. Nada é mais facil do que bombardeal-o, inutilisal-o, consequentemente.

Ora, é de primeira intuição que os arsenaes, verdadeiros laboratorios de guerra e depositos de munições e petrechos não devem estar ao prompto alcance do inimigo. Eis por que se o pretendeu mudar para um dos extremos norte da ilha do Governador, tendo sido reconhecido, posteriormente, que semelhante remoção satisfaria os intuitos almejados, a despeito da obrigação, por vezes apresentada de falta de agua no Boqueirão, onde, afinal, verificou-se a existencia de cisternas ou poços com capacidade para abastecer o arsenal.

Quanto á mortona para Matto Grosso, o orador pensa que, no intuito de justificar-lhe a edificação, basta simplesmente recordar ao Senado que ha alli uma flotilha de guerra, de que os navios carecem de reparos, sem que haja meios de occorrer a remedio salutar, sendo preciso enviar os nossos vasos de guerra a Montevidéo ou Buenos-Ayres, onde os concertos são, sem duvida, tres vezes mais custosos.

A mudança do arsenal de marinha da Bahia, é, por seu lado, indispensavel. Militam em favor de tal providencia razões identicas ásjá expostas quanto á Capital Federal. A questão é sufficientemente conhecida e o orador abster-se-lha de accrescentar-lhe novas considerações. Termina, declarando que as suas emendas são offerecidas em nome da commissão de que é membro.

Vem á mesa a seguinte

Emenda

Art. 1.º Em vez de — *o arsenal de marinha da Bahia diga-se — os arsenaes de marinha da Capital Federal e da Bahia.—João Neiva.*

E' lida, apoiada e posta conjunctamente em discussão.

O Sr. Manoel Victorino toma a palavra para fornecer ao Senado algumas informações relativas á remoção do arsenal de marinha da Bahia, e que, segundo o seu parecer, acha-se collocado em local estreito, perfeitamente inservivel aos fins a que se deve propor. Dahi a utilidade da mudança, que, aproveitando ao serviço publico, nem desfalca o Thesouro Nacional, nem é prejudicavel ao contractante que se propuzer ao commettimento de operal-a.

Evidentemente, accrescenta o orador, o arsenal de marinha da Bahia está sujeito a qualquer ataque ou á mais insignificante sorpreza.

Facilmente dominavel pelo lado do mar, inteiramente accessivel pelos flancos da montanha, que o margea, não offerece elle condições possiveis de defesa. E', pois, um praça de guerra imprestavel, e a cuja inefficacia accresce a impossibilidade de alargar a sua área, logo que o exijam circumstancias imperiosas.

Não póde subsistir duvida, pois, de que é urgente a mudança proposta, principalmente se attentar o Senado para a opportunidade e competencia do local indicado e appropriado nem só ás construcções da marinha de guerra e reparos dos navios desta, como tambem aos da marinha mercante.

Termina, relembrando ao Senado que não proveiu a proposição de nenhum dos representantes da Bahia, e que só tomára a palavra para corresponder ao appello do orador que o precedeu na tribuna.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Segue-se em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate, o art. 2º da proposição.

São successivamente approvados os arts. 1º e 2º da proposição e as emendas offerecidas pelas commissões de marinha e guerra e de finanças e pelo Sr. João Neiva.

Seguem-se em discussão unica e são sem debate approvadas as conclusões dos seguintes pareceres:

N. 95 de 1893, das commissões de finanças e de agricultura e commercio, opinando que nada ha a attender relativamente ao requerimento em que a Companhia Industrial, Commercio e Industria solicita subvenção para si ou companhia que organisar para o serviço de navegação entre o Brazil e os Estados Unidos da America do Norte ;

N. 96 de 1893, da commissão de finanças, opinando que seja adiada a solução do requerimento em que o porteiro e continuos do Conselho Supremo Militar pedem que seus vencimentos sejam equiparados aos de igual categoria da Secretaria da Guerra, até que se organise a nova instituição do mesmo tribunal e respectiva secretaria, de conformidade com a lei votada pelo Congresso Nacional.

Segue-se em discussão unica o parecer, n. 97 de 1893, da commissão de finanças, opinando que seja ouvido o governo sobre o requerimento em que Torquato Caetano Simões, inspector aposentado da thesouraria de fazenda do Espirito Santo, pede melhoria de sua aposentação.

O Sr. Domingos Vicente — Nada diria acerca do parecer que se discute, si não estivesse obrigado a dar a razão por que

assignei *vencido*. Trata-se de approvar ou rejeitar o parecer da commissão de finanças sobre o requerimento em que o inspector aposentado da Thesouraria de Fazenda do Espirito Santo pede que a sua aposentadoria, concedida por decreto de 22 de abril de 1890, seja com os vencimentos marcados na tabella J, annexa ao decreto n. 240 A de 3 de março do mesmo anno.

O distincto funccionario que requer esta graça prestou muito bons serviços por espaço de 44 annos, durante os quaes deu 188 faltas em virtude de licenças e por motivo de molestia, de modo que liquidou-se para a sua aposentadoria o tempo de 41 annos, 10 mezes e 16 dias.

Como este funccionario, que tem uma vida dedicada ao serviço publico, tem visto que o Congresso ha sido benevolo em conceder melhores vencimentos a outros, em iguaes circumstancias, e com menos annos de serviço, e menos importantes serviços, como concedeu a Bernardo José de Castro e a Bellarmino Brasiliense Pessoa de Mello, soccorreu-se destes precedentes para dirigir ao Senado a petição, da qual, tomando conhecimento, a commissão de finanças conclue por pedir que seja ouvido o governo.

Ora, parece-me que os documentos que podem servir de base para negar ou conceder o favor pedido pelo distincto e probidoso funccionario, meu adversario politico no actual regimen e no passado, são bastantes, e o governo não poderá adeantar cousa alguma.

Que nos dirá o governo? Que o funccionario tem 40 e tantos annos de serviços e que os prestou muito bons, porque não póde dar outra attestação.

O Sr. Manoel Victorino — Póde dar a respeito do merecimento desses serviços.

O Sr. Domingos Vicente — O merecimento desses serviços é conhecido de todos nós no estado do Espirito Santo. Não tenho o direito de exigir do Senado que jure nas minhas palavras e que approve a pretenção porque eu informo que o funccionario é distinctissimo e prestou muito bons serviços, tão bons, que sendo o Visconde do Rio Branco, de saudosa memoria, seu adversario politico, o distinguiu com o habito da Rosa.

Sou de opinião que o Senado vote o pedido deste inspector de thesouraria aposentado ou o negue. Não tenho interesse que lhe negue, nem tambem me empenho para que se lhe dê o que pede. Pretendo apenas evitar que o governo, tão atarefado como anda, que pela sua preoccupação não tem sido solicito em dar outras informações mais importantes, vá ver-se vexado para satisfazer ao que pede a commissão de finanças no parecer que se acha em discussão; terá de não satisfazer este pedido, não dará informação alguma e o Senado ficará privado de resolver sobre o pedido do funccionario de que se trata.

Foi este o motivo por que assignei vencido no parecer da commissão de finanças, de que faço parte. Outra razão não tive. E' minha opinião, portanto, que o Senado deve resolver — sim ou não. Pedir informações ao governo, querer saber si o funccionario tem virtudes, si tem merito, como acaba de lembrar o nobre senador pela Bahia, penso que nada adeantará para o voto do Senado, porque o seu voto deve versar sobre isto—si o inspector de thesouraria aposentado tem direito ao que requer ou não tem.

O Sr. Manoel Victorino—Direito não é, tanto que V. Ex. diz que é uma questão de graça.

O Sr. Domingos Vicente—O melhoramento de uma aposentadoria é uma questão de graça.

Infelizmente o Senado, como a Camara dos Srs. Deputados, tem sido facil em conceder esses favores.

Um Sr. Senador—Não devemos acompanhal-a.

O Sr. Domingos Vicente—E' preciso fecharmos a porta de uma vez a esses favores, e pela minha parte estou disposto a não acompanhar a maioria do Senado no voto favoravel que der nestes assumptos e tambem a negar o meu voto a todos os que estiverem nestas circumstancias. (*Apoiados.*)

Cumpre-me, por uma vez declarar desde já que systematicamente votarei contra todas as petições apresentadas neste sentido; e si não fizermos assim, será um nunca acabar. (*Apoiados.*)

Esse cidadão foi aposentado no dominio da lei de 1890 e deu-se-lhe os vencimentos a que elle tinha direito, não lhe podendo aproveitar melhores vencimentos concedidos posteriormente. Ora, temos visto que os vencimentos teem sido augmentados consideravelmente e estariamos todos os dias a conceder melhoramentos de aposentações ou melhores vencimentos.

Penso que tenho explicado o meu voto e prometto votar contra esses favores. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Manoel Victorino—Sr. presidente, o honrado senador que acaba de fallar pronuncia-se sempre sobre as questões em que toma parte com tanta inteireza, isenção e independencia, que realmente a sua palavra reveste-se do maior valor e autoridade; e ainda mais pelo desprendimento com que S. Ex. se enuncia mesmo nas questões que poderiam interessar mais directamente aos homens e ás cousas do seu estado.

O Sr. Domingos Vicente — E' bondade de V. Ex., que agradeço.

O Sr. Manoel Victorino — A prova disto está, quer nos pareceres emittidos por S. Ex., quer em suas palavras, manifestando-se sempre com o desprendimento o mais louvavel e com a isenção a mais digna de encomios.

Por isso, venho dar uma explicação que me parece dever expôr.

Tomei o alvitre de mandar ouvir o governo sobre o requerimento, afim de que elle dê informações ao Senado, porque na pobresa de documentos annexos á petição, ha somente um certificado passado pelo cartorario da thesouraria de fazenda, do qual consta apenas o tempo do serviço do funccionario e não se menciona as commissões que elle tivesse desempenhado ; os cargos de maior responsabilidade, que demandassem estudos mais serios, que elle tivesse exercido e que porventura o tornassem mais susceptivel ou mais merecedor de qualquer favor dos poderes publicos.

E' verdade que esses pedidos vão se renovando, de modo a nos vermos seriamente embaraçados (*apoiados*) em attender a quantos venham perante nós, achando-nos na dependencia em que nos collocarmos desde que abrirmos um precedente, isto é, desde que, tendo attendido a uma reclamação, ficarmos obrigados a fazer concessões iguaes.

Ora, as concessões desta natureza feitas até agora foram, em grande numero abusivas ; o Poder Legislativo foi nimiamente generoso, ultrapassou o que havia mesmo de equidade em taes concessões...

O Sr. Saldanha Marinho—Apoiado.

O Sr. Manoel Victorino ... e este precedente obriga-nos a acompanhar os nossos antecessores nas deliberações tomadas a este respeito ; isto quando a nossa situação financeira aggrava-se de dia a dia ? Esse precedente, porventura, obriga-nos a proceder do mesmo modo ? Não: o honrado senador é o proprio a reconhecel-o com o mais admiravel e o mais louvavel dos criterios. S. Ex. foi o primeiro a confessar que devjamos recuar nesse caminho e tomar uma resolução definitiva, cortando com esse abuso de funccionarios que requerem taes favores, prevalecendo-se de uma nova tabella e pedindo serem isentos daquillo que chamamos residencia no cargo, e na tabella para fazer jus ao augmento de vencimentos.

Desde que fizeram-se reformas, augmentando os vencimentos em todas as repartições publicas, exige-se para um individuo que requer aposentação ou jubilação, quando se trata dessa especie de aposentação, um certo tempo decorrido depois da reforma votada. Chama-se a isso residencia no cargo.

Para fazer jus aos novos vencimentos, esses funccionarios, quer este, quer outros que o teem requerido, pedem dispensa da residencia, isto é, entraram em um dia ou dous depois da reforma realisada e querem ficar no goso dos favores que a reforma creou.

O Sr. Domingos Vicente—V. Ex. está enganado neste ponto.

O Sr. Manoel Victorino—Não estou; V. Ex. vae ver.

O Sr. Domingos Vicente—A aposentadoria de que se trata foi concedida sómente com o ordenado : o cidadão quer que lhe seja concedida tambem com a gratificação.

O Sr. Manoel Victorino — Elle quer que lhe seja concedida a aposentadoria de accordo com a tabella nova. Foi aposentado por decreto de 22 de abril de 1890 e a tabella nova que elle quer que prevaleça é de 3 de março do mesmo anno ; de sorte que da tabella nova para o decreto de aposentação decorre pouco mais de um mez, isto é, não decorre o tempo preciso que de ordinario determina a residencia no cargo, para dar direito a novos vencimentos.

O Sr. Domingos Vicente—Não é isto que elle quer.

O Sr. Manoel Victorino—Elle quer que o ordenado de aposentado seja de 4:000$ e não de 3:600$, como lhe foi concedido, porque em 22 de abril vigorava a tabella de vencimentos do decreto de 3 de março, tabella em que os vencimentos foram augmentados.

O Sr. Domingos Vicente — Elle não quer augmento.

O Sr. Manoel Victorino — Vejamos. Elle quer que a aposentadoria seja melhorada com o augmento da gratificação, como permitte o decreto de 3 de abril ; logo, quer que prevaleça uma tabella nova, que não estava em vigor quando elle foi aposentado.

O Sr. Domingos Vicente — Quer a mesma tabella, apenas percebendo mais a gratificação.

O Sr. Manoel Victorino—Verifiquei isto.

O Sr. Domingos Vicente — Elle só tem direito ao ordenado e então pede o ordenado e a gratificação.

O Sr. Manoel Victorino — Pela tabella J ?

O Sr. Domingos Vicente— Por essa mesma que vigorava quando elle foi aposentado.

O Sr. Manoel Victorino — Não ha tal, posso mandar buscar a lei para mostrar a V. Ex. que elle referia-se á tabella antiga, como não prevalecendo.

O SR. GIL GOULART — Esta tabella manda dar somente o ordenado e elle pede a gratificação, a despeito da tabella.

O SR. MANOEL VICTORINO — Está V. EX. de accordo commigo. A tabella creou um favor novo, que não existia na anterior.

O SR. GIL GOULART — Estes favores são dados pelo Congresso.

O SR. MANOEL VICTORINO — Não comprehendo V. EX., vou mandar buscar a lei e mostrar.

A tabella creou favores novos, augmentando vencimentos.

Ora, da data em que se realisou a reforma, com augmento de vencimentos até á data do decreto da aposentadoria, não havia decorrido um prazo que o habilitasse a entrar no goso da nova tabella.

O SR. DOMINGOS VICENTE — Ha engano da parte de V. EX.

O SR. MANOEL VICTORINO — E' possivel que haja engano, mas fui compulsar as leis e verifiquei.

Entretanto, ainda quando se dê a hypothese que no momento não posso demonstrar, como se trata de uma graça, pois que não ha direito liquido, e, si houvesse, elle não teria necessidade de requerer, salvo si o Poder Executivo não tivesse attendido a esse direito firmado, direi que para conceder favores desta ordem é mister que os funccionarios tenham por serviços excepcionaes adquirido essa especialidade de uma graça.

O SR. DOMINGOS VICENTE — Agora é que V. EX. está na verdadeira questão.

O SR. MANOEL VICTORINO — Por consequencia, é indispensavel que saibamos quaes foram os serviços excepcionaes prestados por este funccionario para que elle tenha direito a uma graça.

Ora, a simples allegação de 40 e tantos annos de serviço não equivale a uma attestação de merecimento pessoal.

O SR. GIL GOULART—E' deficiente a prova.

O SR. MANOEL VICTORINO — E' deficiente a prova. Que é que se deseja ouvir do governo? Deseja-se ouvir do governo a ennumeração destes serviços especiaes. Ora, este alvitre foi tomado no anno passado por alguns dos membros da commissão de finanças, que o adoptaram, creio com boa inspiração.

O honrado senador, o Sr. Ruy Barbosa, pediu que se ouvisse ao governo a respeito de uma petição desta ordem. A petição foi ao governo, que a informou.

Não é rasoavel que o Senado em uma materia desta natureza, depois de ouvir o chefe, que póde dar informações acerca dos merecimentos ou qualidades especiaes desse funccionario e dos serviços que tinha prestado, pronuncie-se depois sobre o assumpto? Acho melhor, e foi nesse sentido que mandei ouvir ao governo.

Si houver, porém, demora nesta informação, porque é possivel que o governo esteja atarefado, posto que a materia seja de mero expediente, honrado senador pelo Espirito Santo tem o direito de reclamar que a questão venha de novo á discussão independente de informações.

Ainda hontem adoptamos uma reclamação semelhante sobre o alfandegamento de certas mesas de rendas.

Si assim acontecer, si a demora se der, o honrado senador requererá a mesa que, independente das informações, a commissão emitta o seu parecer, e ella não recusará dal-o com os elementos que o proprio peticionario ministrou. Por enquanto, parece á commissão que o governo deve ser ouvido e que os serviços do funccionario sejam attestado pelas informações que foram exigidas.

Neste sentido foi dado o parecer, sem haver prevenção contra o pedido.

O SR. DOMINGOS VICENTE —Nem fiz essa injustiça a V. EX.

O Sr. Monteiro de Barros— Sr. presidente, tendo acompanhado a maioria da commissão de finanças e succedendo que o meu collega de representação, o Sr. Domingos Vicente, assignasse *vencido* o parecer, eu, que procuro estar sempre de accordo com a representação do meu estado, embora o assumpto de que se trata seja de somenos importancia, julgo de meu dever explicar este facto.

Devo declarar, Sr. presidente, em abono do funccionario que pede o favor em questão ao Senado, que o meu juizo a seu respeito é o melhor possivel; reconheço, que tem sido um dos bons servidores geraes no estado do Espirito Santo. Alli elle sempre gosou do melhor conceito, quer como funccionario publico, quer como homem particular.

Entretanto, pelas razões tão bem adduzidas pelo meu collega, senador pela Bahia e relator do parecer, julgando que é um dever da commissão de finanças não ir, com o espirito de certa benevolencia mal entendida, favorecendo todas as pretenções de aposentadorias, que consomem não pequena quantia dos cofres federaes, entendi que não devia oppor-me, mesmo porque se tratava de uma pessoa do meu estado, a ouvir-se o governo a respeito desta aposentadoria, e a despeza com a classe de pensionistas do Estado tem sido tão onerosa que já sóbe á verba de mais de 7.000:000$000.

O SR. COELHO E CAMPOS — Sete mil novecentos e tantos contos.

O Sr. Monteiro de Barros — E' esta a razão por que não assignei vencido o parecer, mostrando neste ponto uma divergencia com o meu collega ; e si não fosse o discurso que S. Ex. pronunciou, julgar-me-hia dispensado de tomar mais este tempo ao Senado. (*Não apoiados* ; *muito bem.*)

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Vota-se, e é approvada a conclusão do parecer.

O Sr 2º. secretario lê e vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos o seguinte

PARECER N. 105—DE 1893

As commissões reunidas de justiça e legislação e de finanças tendo examinado o requerimento de Amphilophio Botelho Freire de Carvalho, ministro do Supremo Tribunal Federal, solicitando um anno de licença para tratar-se, onde lhe convier, da enfermidade de que se acha soffrendo, como prova com attestação de distincto facultativo, é de parecer que seja concedida a licença pedida com ordenado, como requer o peticianario, e que seja submettida a approvação do Senado a seguinte

Proposição

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1.º E' concedido a Amphilophio Botelho Freire de Carvalho, ministro do Supremo Tribunal Federal, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude, onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões do Senado, 6 de julho de 1893—*Manoel Victorino.—Rodrigues Alves.—Monteiro de Barros.— Domingos Vicente.—João Barbalho.—A. Cavalcanti.—Saldanha Marinho.—Q. Bocayuva.—Gomensoro.—J. L. Coelho e Campos.*

O Sr. Gomensoro (*pela ordem*)—Sr. presidente, o Senado conhece quem é o peticionario que vem impetrar essa licença.

Nós o vimos no Congresso, firme no trabalho, sempre constante na lucta do estudo e do trabalho (*apoiados*); sabemos, portanto, que elle não pederia licença sem ter effectivamente a necessidade de tratar-se, tanto mais quanto asseguro ao Senado que no seio de nós outros mais de um senador medico teve de examinal-o.

E' urgente pois a concessão desta licença. Portanto, venho pedir a V. Ex dispensa de impressão do parecer em avulso, podendo tão sómente vir impresso o parecer no *Diario do Congresso*, afim de que elle seja dado para a ordem do dia da sessão soguinte.

Consultado, o Senado consente na dispensa pedida.

Exgottadas as materias da ordem do dia, o Sr. presidente designa para a da sessão seguinte :

2ª discussão do projecto do Senado n. 22 de 1893, concedendo a Amphilophio Botelho Freire de Carvalho, ministro do Supremo Tribunal Federal, um anno de licença com ordenado, para tratar de sua saude;

2ª dita da proposição da Camara dos Deputados, n. 10 de 1893, autorisando a abertura de concurso e estabelecendo premio para um projecto de monumento á memoria de Tiradentes;

2ª dita da proposição da Camara dos Deputados, n. 9 de 1893, autorisando o Poder Executivo a despender até 30:000$ com o concurso publico pelo projecto de uma estatua a Benjamim Constant;

2ª dita da proposição da Camara dos Deputados, n. 11 de 1893, autorisando o Poder Executivo a pagar a D. Maria Carolina Rheingantz, a quantia de 114:997$848, como indemnisação devida pelo valor da sua propriedade á *Colonia S. Lourenço*, no Rio Grande do Sul, abrindo-se para isso o respectivo credito.

Levanta-se a sessão ás 2 horas e 40 minutos da tarde.

48ª sessão em 7 de julho de 1893

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes (vice-presidente)

SUMMARIO — Chamada — Leitura da acta — EXPEDIENTE — Discursos dos Srs. Elyseu Martins e Rodrigues Alves — ORDEM DO DIA — Votação do projecto n. 22—2ª discussão da proposição n. 10 — Discurso e requerimento do Sr. Gaspar Drummond — Discursos dos Srs. Americo Lobo, C. Ottoni, Gaspar Drummond, Catunda e U. do Amaral — Encerramento da discussão e votação do requerimento — Votação da proposição — 2ª discussão da proposição n. 9 — Discursos dos Srs. U. do Amaral e Braz Carneiro — Requerimento — Encerramento da discussão e votação do requerimento — Votação da proposição n. 11 — Ordem do dia de 8.

Ao meio-dia comparecem 35 Srs. senadores a saber : Prudente de Moraes, João Pedro, Antonio Baena, Thomaz Cruz, Francisco Machado, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Nina Ribeiro, Manoel Barata, Gomensoro, Cruz, Elyseu Martins, Catunda, João Cordeiro, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Caval-

canti, Almeida Barreto, João Neiva, Firmino da Silveira, Rosa Junior, Coelho e Campos, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Monteiro de Barros, Q. Bocayuva, Braz Carneiro, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, C. Ottoni, Americo Lobo, Rodrigues Alves, Paranhos, U. do Amaral e Luiz Delfino.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão, e, não havendo reclamações, dá-se por approvada a acta da sessão anterior.

Comparecem depois de aberta a sessão os Srs. Gil Goulart, Gaspar Drummond, Virgilio Damasio, Laper, Silva Canedo e Pinheiro Guedes.

Deixam de comparecer com causa participada os Srs. Cunha Junior, Coelho Rodrigues, Theodoreto Souto, E. Wandenkolk, Joaquim Felicio, Aquilino do Amaral, Generoso Marques, Raulino Horn, Esteves Junior, Pinheiro Machado e Julio Frota; e sem causa participada os Srs. Joaquim Pernambuco, João Barbalho, Messias de Gusmão, Ruy Barbosa, Campos Salles, Joaquim de Souza, Joaquim Murtinho, Santos Andrade e Ramiro Barcellos.

O Sr. 1º Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios:

Do Sr. 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 6 do corrente, communicando que aquella camara approvou o projecto do Senado que dispõe sobre titulos ao portador e que opportunamente será submettido á sancção presidencial.—Inteirado.

Do Ministerio do Guerra, datado de 6 do corrente, devolvendo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, autorisando o Poder Executivo a dispender a quantia de 18.000:000$, ao cambio de 27 d. esterlinos, com a substituição do armamento do exercito e compra de outros petrechos bellicos. —Archive-se o autographo e communique-se á outra camara.

Da commissão agricola do Districto Federal, convidando o Senado a assistir ás sessões que pretende realisar em differentes pontos dos suburbios desta capital.—Inteirado.

O Sr. 2º Secretario declara que não ha pareceres.

O Sr. Elyseu Martins — Sr. presidente, ha um mez, mais ou menos, a esta parte, tive a honra de submetter á consideração do Senado um projecto sobre engajamento de trabalhadores asiaticos, e de então para cá tenho recebido de diversos municipios do estado do Rio de Janeiro cartas de agricultores importantes a perguntarem interessados pela sorte desse projecto.

Tenho respondido que devemos aguardar o parecer da commissão e consequente deliberação do Senado.

Entretanto, hontem, recebi do estado de S. Paulo o retalho de um jornal com uma representação dos lavradores do importante municipio de Campinas, chamando a minha attenção para este assumpto e pedindo que interviesse deante da commissão, o que não faço, porque não descreio da sua boa vontade, para que o projecto sobre engajamento de trabalhadores asiaticos entre quanto antes em discussão, como um daquelles que correspondem a uma das maiores, sinão a maior, necessidade do nosso paiz. (*Apoiados.*)

Sem que das minhas palavras a nobre commissão possa inferir a menor censura ao seu procedimento, chamo a sua attenção para o assumpto, para que, pondo em pratica a sua melhor boa vontade, traga quanto antes ao Senado o seu parecer sobre o projecto, pedindo egualmente a sua attenção para as idéas emittidas pelos lavradores, dos mais importantes e em grande numero, do municipio de Campinas, que reclamam providencias a respeito do mesmo assumpto suggerindo idéas novas ao governo do estado de S. Paulo.

Sr. presidente, aproveito a occasião para dizer ao Senado e á commissão que a introducção de trabalhadores asiaticos vem corresponder ás aspirações e esperanças de todos os nossos concidadãos interessados nesse facto e que constituem a classe mais importante do nosso paiz. Devo dizer que essa idéa de introducção de trabalhadores asiaticos vae se tornando tão generalisada que até vae affectando já a immigração italiana, contra a qual crescem de dia a dia as prevenções.

No Estado que V. Ex., Sr. presidente, tão dignamente representa, as prevenções já vão a tal ponto que, segundo sou informado, se pretende reduzil-a á proporção de 15 %, no numero dos immigrantes europeus.

O assumpto é por demais importante para que eu insista deante da commissão, de cuja boa vontade estou inteiramente tranquillo.

Não é para a commissão que fallo neste momento, mas sim como uma satisfação aos nossos concidadãos dos estados do Rio de Janeiro e S. Paulo que teem appellado para mim, afim de que, quanto em minhas forças couber, não me descuide deste assumpto. Espero que a commissão não veja nas minhas palavras sinão um incentivo para que ella coopere quanto puder para a satisfação da grande necessidade nacional, que o projecto sobre introducção de trabalhadores chinezes parece estar destinado a vir preencher.

O Sr. Rodrigues Alves diz que o projecto a que o nobre senador pelo Piauhy se refere foi effectivamente submettido ás commissões de colonisação e finanças ha cerca de15 dias.

A commissão de colonisação entregou á de finanças o seu parecer opinando para que o projecto entrasse na ordem dos trabalhos.

Como relator da commissão de finanças, o orador sabia que tinha sido submettida á consideração do Senado um additivo apresentado pelo honrado senador pela Bahia,pedindo a rescisão de todos os contractos de immigração, cessando o systema até então adoptado do auxilio por cabeça de immigrante, idéa que era mais ou menos suggerida pelo projecto do honrado senador pelo Piauhy ; entendeu por essa rasão que era conveniente aguardar o estudo da materia até que o Senado deliberasse sobre o additivo do Sr. senador Manoel Victorino.

A commissão não apresentou o seu parecer, porque aguardava o pronunciamento do Senado sobre aquelle additivo apresentado ao credito do Ministerio da Agricultura, afim de ver qual a tendencia que se queria dar ao serviço de immigração, em virtude das ponderações feitas pelo honrado senador pela Bahia.

Como hontem viu que estava sendo objecto de reparo a demora na apresentação do parecer da commissão de finanças, o orador apressou-se a fundamental-o, submetteu-o á consideração dos seus honrados companheiros de commissão, e espera que em pouco tempo será submettido á consideração do Senado.

O Sr. Elizeu Martins — Declarei que fallava apenas para satisfação daquelles que teem insistido commigo a respeito.

ORDEM DO DIA

Entra em 2ª discussão, e é sem debate approvado, em escrutinio secreto, por 24 votos contra 10, o projecto do Senado n. 22, de 1893, concedendo a Amphilophio Botelho Freire de Carvalho, ministro do Supremo Tribunal Federal, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.

O projecto passa a 3ª discussão, com dispensa de intersticio, visto ter sido considerada urgente a sua materia.

Segue-se, em 2ª discussão, com os pareceres das commissões de obras publicas e de finanças, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados n. 10, de 1893, autorisando a abertura do concurso e estabelecendo premio para um projecto de monumento á memoria de Tiradentes.

O Sr. Gaspar de Drummond —Sr. presidente, visa a proposição, que V. Ex. acaba de sujeitar a debate, a erecção de um monumento a Tiradentes, como o precursor da Republica no Brazil.

Impugno a proposição e impugno-a em nome dos factos.

O Sr. Elyseu Martins — Da historia.

O Sr. Gaspar de Drummond — Não é meu intuito apear o grande vulto historico do elevado pedestal, onde se acha collocado pelo seu martyrologio e de onde o admira a gratidão do povo brazileiro. (*Apoiados.*)

Quero, apenas, que nessa homenagem, nesse tributo de glorias, que se lhe presta, não fique ao mesmo tempo na penumbra da historia um outro heróe tão grande ou maior que elle !

Entre as datas celebres, que fulguram como outras tantas constellações de gloria na historia de Pernambuco, destaca-se a de 10 de novembro de 1710, data, portanto, muito anterior á de 1789, isto é, á conjuração mineira.

O Sr. Americo Lobo—A de Beckman é ainda anterior.

O Sr. Gaspar de Drummond — Mas, Beckman, si não me falha a memoria, não affirmava positivamente a fórma republicana ; queria, apenas, a consagração da liberdade politica e religiosa.

Volvamos, porém, ao assumpto principal. Naquella época, a capitania de Pernambuco achava-se governada...

O Sr. Americo Lobo — E os paulistas tinham tido antes a idéa de independencia.

O Sr. Gaspar de Drummond — Isto é outra questão. Não ha no Brazil movimento de independencia tão pronunciado anterior ao que se operou em Pernambuco em 1654, na restauração daquella capitania,pela expulsão dos hollandezes.

Mas continuemos : em 1710 Pernambuco estava sujeito ao governo de Sebastião de Castro Caldas, que opprimia os naturaes da capitania, pretendendo arrastal-os ao regimen do governo despotico e tyrannico, que adoptára.

Aquelle governador não olhava com bons olhos para a altivez e brios dos pernambucanos, que elle considerava orgulhosos das tradições de glorias, provindas da restauração de Pernambuco.

Realmente, nós pernambucanos, quando ainda hoje recordamo-nos de que, naquella época do Brazil colonial, Pernambuco, entregue ás suas proprias forças— o heroismo de seus filhos, abandonado da metropole, então preoccupada nas lutas com a Hespanha, conseguiu libertar-se do jugo hollandez, expul-

sando do solo o elemento invasor, desvanecemo-nos de ser descendentes de heróes tão assignalados!

E, como não possuirem-se do mais justificado orgulho aquelles que, pelo tempo, estavam mais proximos ainda, que nós, dos heróes da restauração pernambucana ?! *(Apoiados.)*

O SR. ELYSEU MARTINS — A restauração contra o jugo hollandez foi uma desgraça ; mas não ha duvida que Pernambuco libertou-se por suas mãos.

O SR. GASPAR DE DRUMMOND — Pois bem ; de espirito assim odiente e prevenido, Sebastião de Castro Caldas, em vez de conciliar, pelo contrario fomentava a rivalidade, na época existente entre pernambucanos e mascates.

E, assim conseguio de D. João V que o Recife fosse elevado á categoria de villa, aspiração antiga dos mascates, á qual se oppunha a nobresa de Olinda.

Debalde o senado da antiga capital de Pernambuco reclamou contra o facto.

O tyrannico governador, cada vez mais cheio de odios, despresou as reclamações ; e, para punir a audacia dos que assim se pronunciavam, mandou alçar á noite o pelourinho, ordenar a prisão dos reclamantes e designou o lugubre cortejo official, que deveria justiçal-os.

Dahi resultou um movimento popular hostil ao governador, travando-se lucta cruenta, em que foi elle ferido.

Então foi que Sebastião de Castro Caldas ordenou vinganças de toda a ordem, convertendo-se o sólo pernambucano em theatro de scenas sanguinolentissimas, principalmente nas villas do interior, onde feriram-se combates entre os revoltosos e os assalariados que sustentavam o governo despotico e tyrannico!

Felizmente a lucta durou pouco tempo.

Em menos de um mez os revoltosos entravam victoriosos no Recife, onde demoliram o pelourinho e fizeram com que bem caro os mascates pagassem-lhes a ousadia, escapando apenas o governador,que naquelle mesmo dia fugia para a Bahia.

Reunindo-se, então, o senado de Olinda, já com o proposito de eleger novo governador, compareceu Bernardo Vieira de Mello, um dos chefes do movimento revolucionario e perante o Senado propoz que se adoptasse a *a fórma de governo republicano* ad instar *dos Venezianos*, proposta que afinal não foi acceita por temeraria e audaciosa,a juizo da maioria, que deliberou e opinou para que o governo, na fórma da lei, fosse então entregue ao bispo, como foi. Mas Bernardo Vieira de Mello, bem como outros companheiros, não se conformou com a decisão do Senado.

Mais tarde, quando restaurou-se a regencia do absolutismo, com a posse do novo governador vindo da metropole, soava para Bernardo Vieira de Mello a hora de pagar com o martyrologio o rasgo de patriotismo, que havia praticado, tentando libertar a capitania de Pernambuco do jugo colonial, nella implantando o regimem republicano!

Mallograda a generosa tentativa, Bernardo Vieira de Mello e um filho foram recolhidos presos á fortaleza do Brum, de onde depois, com mais nove revolucionarios, eram remettidos para Lisboa.

Alli foram encarcerados nas prisões do Limoeiro, onde o grande heróe pernambucano, torturado de martyrios,teve de expiar o enorme crime em prol da Republica,ao lado de alguns companheiros, que partilharam de igual sorte, emquanto que os outros iam soffrer a expiação nos degredos inhospitos da India!

Accresce que, além dessas victimas immoladas á liberdade, avolumou-se mais o massacre com o sacrificio de mais setecentos e muitos outros representantes da nobreza pernambucana, todos votadas aos mesmos supplicios!

Tudo quanto acabo de referir, melhor se acha exposto em uma exposição de factos historicos, que comprovam a prioridade de Pernambuco na independencia e liberdade nacional, opusculo historico devido á penna de um dos mais emeritos socios do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco. o major José Domingos Codiceira.

Foi nas investigações historicas desse distincto pernambucano, tão louvavelmente cioso das glorias de Pernambuco, que colhi as notas acerca do movimento revolucionario alli operado em 1710.

Já vê, pois, o Senado que muito antes da conjuração mineira, quasi um seculo de precedencia, Bernardo Vieira de Mello propunha no Senado de Olinda a adopção da fórma de governo republicana.

Nestas condições não póde caber a Tiradentes o monumento que pretende-se erigir-lhe como—o *precursor* da Republica no Brazil.

Era meu intuito corrigir, por meio de uma emenda, a proposição, eliminando della aquelle qualificativo...

O SR. COELHO CAMPOS dá um aparte.

O SR. GASPAR DE DRUMMOND— ... mas, acceitando o alvitre, agora suggerido por um dos nossos illustres collegas, termino requerendo que a proposição volte á respectiva commissão, afim de reconsiderar o parecer, em face das provas historicas. (*Muito bem.*)

Vem á mesa, é lido, apoiado e posto em discussão o seguinte

Requerimento

Requeiro que volte a proposição á commissão para rever a materia, tomando em consideração as provas historicas apresentadas quanto á precedencia da revolução pernambucana.

Sala das sessões, 7 de julho de 1893.—*Gaspar Drummond.*

O Sr. Americo Lobo—Sr. presidente, si ha um dogma gravado na historia deste paiz, é sem duvida nenhuma aquelle que vê em Tiradentes a encarnação do povo que soffria todas as torturas do metropole, e em cuja fronte quasi que se reflecte a imagem do Messias.

Tiradentes é um heroe, não só brasileiro, como universal: na sua dedicação estoica, elle celebrara duplas nupcias com a liberdade e com patria. Era um ser quasi sobrehumano. E' assim que elle apparece na historia, enleiado á corda que o lançou á morte immortalmente bella; é assim que elle na hora do supplicio beijou, dizem, os pés de seu carrasco, mais sublime talvez nesta conjunctura do que o proprio Christo.

Não tem razão de ser o requerimento de adiamento, pelo qual o illustre representante de Pernambuco como que se colloca ao lado de seus algozes (*não apoiados geraes*).

O Sr. Gaspar Drummond—Eu não contesto a historia.

O Sr. Americo Lobo—Senhores, elle foi esquartejado e é um novo esquartejamento que se propõe agora!

Senhores, que pretendia a Camara dos Srs. Deputados quando votou este projecto?

Sem duvida nenhuma que o heroe brazileiro não tinha o direito de supremacia sobre os outros heróes, porque neste terreno todos elles são iguaes. Tiradentes representa e compendia o trabalho anterior; ao contrario não seria possivel a admiração da historia, porque a natureza não dá saltos. Será em honra do episodio de Pernambuco—a lucta dos Mascates, que S. Ex. acha impertinencia ou temeridade levantar-se uma estatua a Tiradentes?

A razão é contraproducente: pois aquelle povo que se pôde libertar da Hollanda, se não podia tambem libertar de Portugal, elle que tinha o Recife, a Veneza da America?

O Sr. Gaspar Drummond—V. Ex. está assim fazendo a apologia delles.

O Sr. Americo Lobo—V. Ex. disse que a proclamação da Republica, em Pernambuco, fôra uma temeridade, quando é certo que a Republica é americana e que podia ter sido proclamada por Colombo, logo ao desembarcar em S. Salvador. Si ha uma terra fadada para a republica, é esta.

Um Sr. Senador—Muito boa republica.

O Sr. Americo Lobo—Muito bôa, optima e si houvesse um superlativo mais, delle me serviria.

Mas, Tiradentes não póde ser um homem destacado das gerações precedentes; ao contrario, não passaria de um ser monstruoso.

Pergunto ao representante de Pernambuco si acaso é justificavel, na historia, a supremacia a que S. Ex. acaba de referir-se em seu discurso? Não. Senhores, no passado mais de um homem, mais de uma victima tombou no itinerario da liberdade.

Lembro-me do Maranhão, onde Bechman, foi o primeiro martyr da liberdade civil e religiosa.

O Sr. Gaspar Drummond—Então dê-se a primasia a elle.

O Sr. Americo Lobo—Pergunto ao Senado si quando, em S. Paulo, o povo sublevado offereceu o poder a Amador Bueno, não queiria então a democracia americana?

S. Paulo póde competir, portanto, nesse certamen. E Minas, Sr. presidente, tem mais factos historicos. Tiradentes não foi sinão o ultimo e mais sublimado dos precursores.

Felippe dos Santos, que teve a coragem de arrostar e dominar o governador de Villa-Rica, o conde de Assumer supportou os maiores supplicios; foi atado vivo á cauda de cavallos e arrastado pelas ruas da cidade. Este facto é de 1720. Lembre-se V. Ex., Sr. presidente, que em Minas não tinhamos os elementos do Recife. No districto diamantino floreceu um homem como Felisbello Brant, a quem o Marquez de Pombal confiscou os milhões e lançou ás masmorras de Portugal, casando seu supplicio os horrores do terremoto.

O facto, Sr. presidente, da inconfidencia mineira, que é a fonte do nosso direito publico, não foi simplesmente uma utopia, mas uma conspiração real em Minas Geraes.

E que era Minas Geraes então? Minas Geraes póde-se comparar com a California dos Estados Unidos, com a differença que em Minas residia a nata da civilisação portugueza.

A cidade de villa Rica era uma cidade importante e sumptuosa e hoje ainda guarda vestigios da grandeza dos antigos tempos, em que regorgitava de ouro, e se via aureolada pela gloria de seus poetas e de seus jurisconsultos, reunindo dentro de seu recinto enorme população intelligente, industriosa e viril.

Pois bem; esse grupo de litteratos, esse aggregado de industriaes, esse povo de heroes, representando todo o Brazil, tramou uma conspiração, em que, graças á traição, perderam uns a familia, todos a liberdade e um só teve o martyrio da forca.

Não foi, portanto, o interesse egoistico, nem as luctas pequenas, o que fez determinar aquella conspiração; ella foi inspirada por um pensamento mais elevado, que nasceu da independencia da America do Norte e que illuminava os cerebros de José Joaquim de Maia, Domingos Vidal Barbosa e José Alves Maciel.

Ainda hoje existem no sul de Minas, em uma das fazendas confiscadas aos inconfidentes, muralhas cujo destino se liga ao plano da revolução, a qual, longe de ser aerea, tomara raizes profundas e falhou por effeito da denuncia.

Si não fôra o crime de Joaquim Silverio, é muito provavel que a Republica Brazileira não fosse agora açoitada pelas paixões do passado; ella talvez tivesse hoje o primeiro logar entre as republicas e seriamos nós dignos emulos dos Estados Unidos do Norte, porque, população por população, a de lá era igual á do Brazil, e quanto á riqueza do terreno, a nossa era, como é, muito superior.

Veja-se que grande differença esta: é um povo mediterraneo que sonha com a liberdade deste vasto paiz e que, si o tivesse realisado, outros teriam sido nossos destinos, porquanto os inconfidentes tinham abolido a escravidão.

Não era, portanto, um movimento limitado, ou estreito; era um movimento nacional.

O SR. ARISTIDES LOBO—Mas a revolução de 1817, no Norte, era igual e foi melhor esboçada: lá cahiram muitas cabeças e houve muitos martyres.

O SR. AMERICO LOBO—Mas não se póde negar que D. João VI, vindo para o Brazil impellido pelas baionetas de Bonaparte, deu alguma autonomia ao Brazil, que de colonia ficou sendo a metropole.

O SR. ARISTIDES LOBO—Essa foi a desgraça do Brazil.

O SR. AMERICO LOBO—Esta não é a questão; a questão é que o Brazil era uma colonia e foi metropole pela espada napoleonica.

O SR. ALMEIDA BARRETO dá um aparte.

O SR. AMERICO LOBO — Estes são acontecimentos posteriores, mas o pensamento nacional, aquelle que paira na historia como a lenda do Calvario, não se póde negar que seja a inconfidencia e o martyr desse pensamento seria um louco, como o chamaram, si não representasse o pensamento nacional, e si não accumulasse, como todos os heroes, os trabalhos de todos os seus antecedentes, de todos os seus compatriotas.

Não quero dizer que a idéa fosse nova, porque entendo que todo brazileiro devia ser republicano; e para que houvesse aqui monarchia, era preciso, como em Alger, que cada casa fosse marcada por tres esqueletos e outras tantas sentinellas de bayoneta calada, visto como nossos pampas, nossas savanas e nossas florestas são outros tantos paços da liberdade.

O SR. JOAKIM CATUNDA dá um aparte.

O SR. AMERICO LOBO— V. Ex. diz o contrario? Onde estão os ataques á liberdade? Será porque o exercito occupa alguns postos civis? A minha opinião, já o disse, é que isso é bom, porque, havendo a guerra do Paraguay trazido uma dilatação á funcção ou aos orgãos militares neste paiz pacifico, nós dissolvemos o exercito collocando seus officiaes nas posições civis, e o exercito nas posições civis tem sido muitas vezes guarda da liberdade e fiador della.

O SR. ALMEIDA BARRETO— Agora mesmo o Paraná dá prova disso.

(*Ha outros apartes.*)

O SR. AMERICO LOBO— Senhores, o paiz é tão republicano que o exercito fez a Republica, quando por sua natureza elle é cezariano.

O SR. JOAKIM CATUNDA — E quem diz o contrario?

O SR. ALMEIDA BARRETO dá um aparte.

O SR. AMERICO LOBO— Como diz V. Ex. isso, quando vejo aqui no Senado illustres representantes das classes armadas, que nos teem prestado relevantes serviços?

O SR. LUIZ DELFINO — O exercito fez a Republica?

O SR. AMERICO LOBO — O exercito promulgou a Republica em nome da soberania nacional, e nunca foi mais legitima semelhante proclamação, porque realmente a soberania nacional queria a Republica; o exercito casou a sua vontade com a do povo, obedeceu á voz do povo; e quando o exercito quizer o contrario do que quizer o povo, estejam certos de que as suas bayonetas serão impotentes para contel-o.

Por isso, digo a guerra do Paraguay trouxe uma dilatação militar neste paiz pacifico; hoje o orgão ou a funcção militar não póde existir com essa hypertrophia; em consequencia foram dadas aos militares posições civis.

Para que houvesse militarismo no paiz era preciso que houvesse guerra, e Deus nos livre de tal.

O Sr. Luiz Delfino — E os chefes militares não encontraram logo deante de si chefes civis, os republicanos ?

O Sr. Americo Lobo — Senhores, não tenho visto nos governos republicanos alguns erros, é verdade, mas em todos elles patriotismo e boa vontade.

Nós assistimos, por exemplo, a uma grave crise, a eleição do primeiro Presidente da Republica: que perturbação houve nella, pergunto eu ? E não havia ameaças em torno do Congresso ? Quando o Congresso resurgiu depois de 23, pergunto, quantas ameaças não se fizeram ? E realizaram-se por ventura? Não; antes a sessão foi de flores, e o mesmo batalhão que dissolveu o Congresso, lhe fez continencias no dia de sua installação.

O Sr. Joakim Catunda— E ainda está fazendo.

O Sr. Americo Lobo — Logo, o exercito obedece á vontade nacional, e desde que lhe queira desobedecer, nada poderá fazer.

Por isso eu dizia, talvez de uma fórma não clara e talvez impertinente, que o illustre senador por Pernambuco propunha um novo esquartejamento do heroe e collocava-se ao lado dos seus algozes.

Alguns Srs. Senadores—Oh !

O Sr. Gaspar Drummond—V. Ex. faz-me injustiça; não foi este o meu pensamento.

O Sr. Americo Lobo—Vou explicar o meu pensamento. A proposição póde ser rude na fórma, mas no fundo é esta: um devedor de mais de 160:000$ ao fisco real, e ao cambio naquelle tempo, traiu os inconfidentes ; esse homem foi perdoado de suas dividas, teve tenças e todas as condecorações da metropole.

Ha, portanto, uma divida do povo brazileiro para com aquelle que perdeu a sua vida pela liberdade da patria ; esta divida fórma o contraste com o procedimento da côrte portugueza, cujos decretos de 4 e de 13 de outubro e de 20 de dezembro de 1794 encheram de honras e de beneficios ao delator Joaquim Silverio dos Reis, depois Montenegro.

Pois bem; ao par desse Montenegro é preciso surgir um *monte branco*, e este *monte branco* será o pedestal em que se erguer a estatua projectada.

Por isso, voto contra o requerimento do nobre senador, tanto mais quanto elle importa um estudo que o Senado não póde proceder agora, porque, como disse, ha muitos heroes anonymos, que morreram nesses levantamentos parciaes contra a metropole.

O Sr. Aristides Lobo—Anonymos, não; anonymos na historia imperial.

O Sr. Americo Lobo—Anonymo sim, porque o povo não tem nome e é raro aquelle a quem a gloria cobre com os seus raios.

O Sr. Aristides Lobo—Uma das cousas que a Republica precisa fazer é restaurar a historia.

O Sr. Americo Lobo—Como ?

O Sr. Aristides Lobo—V. Ex. sabe que o proprio Tiradentes foi calumniado no antigo regimen.

O Sr. Americo Lobo—A côrte portugueza foi munificente para com o delator de Tiradentes e de seus companheiros; resta portanto, ao Senado Brazileiro pagar esta divida sagrada, decretando a reparação , si não quizer navegar na esteira dos regios decretos de 1794.

O Sr. Christiano Ottoni — Somente por deferencia ao nobre senador por Pernambuco e por ter sido eu o relator deste parecer, me julgo na obrigação de fazer algumas observações a respeito do seu requerimento de adiamento, contra o qual peço licença para pronunciar-me.

Não poderia acompanhar o nobre senador na preleção historica com que ornou o seu discurso : a minha memoria de octogenario não m'o permittiria, sem estudo previo ; mas o que me parece estabelecer a precedencia de Tiradentes como principal precursor da Republica, a quem devemos render homenagem, não é uma antiguidade de data. Reconheço que Tiradentes não foi o primeiro republicano do Brazil, e que a Inconfidencia de Minas, de 1789, não foi tambem a primeira aspiração democratica manifestada no paiz ; mas o que estabelece a precedencia é que nenhuma outra manifestação anterior teve o caracter que teve a Inconfidencia Mineira; nenhuma apresentou um tal conjuncto de notabilidades (*apoiados*) e de illustrações—magistrados, publicistas, poetas distinctos, sacerdotes notaveis, generaes ; nenhuma outra apresentou este caracter.

Entre estes illustres mineiros, havia muitos homens eminentes, que, com excepção de Tiradentes, foram mandados morrer nas areiaes da Africa. Entre estes homens, Tiradentes não se distinguia como o mais illustrado; certamente, mas distinguiu-se como a principal victima, distinguiu-se pela sua lealdade para com os companheiros, pedindo até na ultima hora, fosse elle a unica victima, fosse só o seu sangue que sagrasse a tentativa.

Poder-se-hia citar como martyres da inconfidencia não só Tiradentes, mas o poeta Gonzaga, e seus companheiros, principalmente o sabio Claudio Manoel da Costa, que se dissera

suicida, mas cuja morte na prisão foi um dos mysterios tenebrosos dos carceres do despotismo.

Os homens da minha idade são de ordinario depositarios de muitas tradições; como se sabe os velhos esquecem facilmente os acontecimentos recentes, mas conservam vivas as impressões da infancia.

Posso por isso dar testemunho, que na cidade de Ouro Preto um certo rumor e tradição passou de um seculo a outro, accusando o assassinato de Claudio Manoel da Costa, que as autoridades do tempo diziam suicida.

Por largos annos pairaram duvidas sobre este facto historico.

Em certa época, porém, um membro do Instituto disse tel-o esclarecido, descobrindo o auto de corpo de delicto original, a que se procedeu na cadêa, onde se achou o cadaver do notavel inconfidente. Passava este por ser o publicista encarregado de organisar o estado democratico, que se projectava proclamar.

Leu-se no instituto o auto de corpo de delicto e disse-se que elle era a prova do suicidio; mas a meu ver o documento prova o assassinato, lembro-me bem de seus termos: disse que Claudio Manoel da Costa pretendeu asfixiar-se atando o baraço a um cabide ou feixo de porta, que não tinha altura sufficiente para o effeito, de modo que os pés alcançavam o chão, e que para conseguir asfixiar-se ergueo o braço, e empurrando o feixo ou cabide, conseguio esticar a corda e assim morreu.

Mas, accrescenta o auto de corpo de delicto que nesta attitude, de braço levantado verticalmente, foi encontrado o cadaver horas depois da morte.

Parece que o instituto deu por averiguado o suicidio; mas a prova addusida é contraproducente.

Primeiramente, si o preso se achasse na posição descripta, querendo energicamente morrer, nada mais simples do que encolher as pernas e pendurar-se; mas si preferisse, o que é inverosimil, erguer o braço, para dar tensão ao baraço, muito antes da rigidez cadaverica, antes mesmo da morte, perderia os sentidos, e o braço cahiria por effeito da gravidade.

Sendo pois evidente a mentira do corpo de delicto, quanto a posição em que foi encontrado o cadaver, claro é que o documento forjou-se para esconder o crime praticado em nome do rei nosso senhor.

Voltando a Tiradentes o que o sagrou como o mais notavel foi o seu esquartejamento, acto de brutal selvageria:—mandando collocar os membros em diversos logares, por onde elle tinha espalhado as suas predicas democraticas, sendo collocada a cabeça em Ouro Preto, e mandando-se arrasar a casa do martyr e salgar o terreno, para que fosse impossivel qualquer vegetação.

Foi só o governo provisorio da revolução que recedeu a Independencia, quem mandou arrasar o chamado monumento de infamia e entregar o terreno a quem de direito.

São estas circumstancias que tornam a inconfidencia a mais notavel das manifestações até 1789, e entre os inconfidentes distaca-se Tiradentes, pelo seu martyrio, pela sua lealdade, pelas demonstrações que deu do mais fervoroso patriotismo.

Parecendo-me pois que as circumstancias expostas teem mais valor do que a simples precedencia em data, julguei por isso acertada a escolha que fez a Camara dos Srs. Deputados e tal é o fundamento do parecer que se discute.

Peço pois venia ao nobre senador para votar contra a sua proposta de addiamento.

O Sr. Gaspar de Drummond —Volto ao assumpto em discussão. Determina-me a tanto a necessidade de fazer uns reparos ás considerações adduzidas pelos dous illustres representantes de Minas, especialmente o Sr. Americo Lobo, que não me comprehendeu bem ou a quem aliás expliquei-me mal.

Oppondo-me á erecção de um monumento a Tiradentes, como o precursor da Republica no Brazil, não podia ser meu intuito melindrar a susceptibilidade mineira do illustre collega, que tão injusto foi commigo, dando-me um logar entre os algozes do martyr da Conjuração Mineira.

Si sou cioso das glorias do estado de onde sou filho e que aqui represento, não se abriga em meu espirito o sentimento de inveja das glorias de qualquer outro estado da União, porque a este respeito nenhum se avantaja a Pernambuco.

Não me opponho a que a Republica Brazileira perpetue no bronze ou no marmore a memoria do immortal martyr da independencia de Minas, daquelle que tanto se devotou á idéa republicana e pela qual teve de affrontar cruciantes supplicios. O que viso, o que desejo é que não se falsifique, não se comprometta, não se desvirtue a historia, cuja verdade deve ser sempre, imparcialmente, affirmada. (*Apoiados.*)

E' por isso que combato a idéa da erecção de um monumento a Tiradentes, como o precursor, entenda-se-me bem, da Republica no Brazil.

Si precursor é o que vem antes, como póde Tiradentes ser em 1789 o precursor da Republica no Brazil, si já em 1710, mais de meio seculo antes, Bernardo Vieira de Mello proclamou aquella idéa, propondo no senado de

Olinda, apoz uma revolução, de que sahia victorioso, a adopção da fórma do governo republicano em substituição do regimen despotico, com que a metropole governava a capitania colonial de Pernambuco!

Tiradentes póde ser o precursor da idéa republicana em Minas, no Brazil, porém jámais sel-o-ha em face da historia!

O Sr. Americo Lobo—Mas os precursores são muitos; um representa todos.

O Sr. Gaspar de Drummond—Ainda assim; si o monumento será levantado ao precursor, qual o criterio historico para designal-o, sinão a precedencia da data?!

Mas, descance o Senado, que não venho reclamar uma estatua para Bernardo Vieira de Mello, para o grande heroe pernambucano, cujo vulto á esta hora, deante das injustiças dos contemporaneos, cresce ainda mais no elevado pedestal da historia! (*Ha diversos apartes.*)

Disse, ha pouco, na tribuna, o distincto representante de Minas, o venerando Sr. Christiano Ottoni que justificava a erecção do monumento não só á accentuação do movimento mineiro, como a circumstancia de haver sido Tiradentes, dentre os conjurados, precisamente aquelle que mais soffreu, sendo condemnado á pena capital, ao esquartejamento e á infamação posthuma da memoria.

E, depois de ter feito a verdade historica sobre Claudio Manoel da Costa, um dos conjurados que, segundo o *rumor que passou de um seculo a outro*, não suicidou-se, mas foi assassinado na prisão, accrescentou o illustre collega que na Inconfidencia de Minas, haviam tomado parte vultos notaveis da época.

Ora, pergunto eu, por ventura a Conjuração Mineira foi movimento mais accentuado em pról da Republica, que o movimento republicano operado em Pernambuco em 1710?

Bernardo Vieira de Mello sahia victorioso de uma revolução contra o governador da capitania. Que fez então? Submetteu novamente Pernambuco colonial ao regimen despotico da Metropole?! Não; suggeriu uma fórma de governo compativel com a liberdade e esta fórma foi a republicana! (*Ha um aparte.*)

Sem duvida, propoz no senado de Olinda, a 10 de novembro de 1710, que se adoptasse a fórma de governo republicano, *ad instar* dos Venezianos.

O Sr. Q. Bocayuva dá um aparte.

O Sr. Gaspar de Drummond — Que importam as materias, os intuitos da revolução vencedora?! Não quero entrar em apreciações de outra ordem, sinão poderia por argumentos *á pari* responder mais satisfatoriamente. (*Ha apartes.*)

Como quer que fosse, qualquer que houvesse sido a causa occasional, Bernardo Vieira de Mello levantou uma revolução contra o governo despotico da época, conseguiu expellir do sólo pernambucano o governador de então e sahiu vencedor da revolução. Abandonada como ficou a capitania, o heróe pernambucano levantou a idéa da fundação da Republica, idéa que não foi acceita pela maioria por se lhe affigurar temeraria de mais. Mas, Bernardo Vieira de Mello não cedeu e por isso teve de ser preso com outros companheiros e expiar nos carceres do *Limoeiro* o grande crime em pról da liberdade!

Em que foi mais accentuado, portanto, o movimento republicano mineiro de 1789?!

Accresce que, si na Conjuração de Minas envolveram-se personagens principaes da época, o movimento pernambucano de 1710 partiu da nobreza.

O Sr. E. Martins— E das primeiras classes.

O Sr. Gaspar de Drummond— E, como muito bem lembra, o honrado senador, eram das primeiras classes os revolucionarios, que mais tarde expiaram no carcere e no exilio as consequencias do movimento, em que se haviam envolvido!

Portanto, ou seja pela accentuação do movimento ou pela importancia das pessoas nelle envolvidas, não sei como justificar-se a erecção do monumento a Tiradentes, na qualidade de precursor da Republica no Brazil!

Sei que ainda hoje, no juizo dos historiadores, a Conjuração Mineira não passa de um echo da republica norte americana, brado que veiu resoar num dos angulos do Brazil colonial, *conjuração de poeta, em que tudo foi nullo, mal combinado, tudo incerto, pueril, até.* (*Ha diversos apartes.*)

E o monumento deve ser erigido a Tiradentes como o precursor, porque elle foi o que mais soffreu!...

O Sr. Aristides Lobo — V. Ex. esquece 1817?

O Sr. Gaspar de Drummond — 1817, diz bem o illustre collega, e accrescento 1824, duas datas de fundação de republica em Pernambuco, movimentos accentuadissimos, em que tomaram parte politicos principaes da época, revolucionarios que tiveram de pagar com os mais barbaros supplicios e pena capital a devotação á idéa republicana!

Mas Tiradentes, como o precursor, tem direito ao monumento porque foi o que soffreu maiores martyrios!

Que o seja! Mas, então está invertida, alterada a significação dos termos! Precursor não é o que vem antes, não! Precursor é o que soffre mais!

Pois bem; elevem o monumento. Em face delle, o estrangeiro que desconhecer a historia da Republica no Brazil, ao ler o distico de precursor com que a gratidão nacional vae galardoar a memoria do martyr da Conjuração Mineira, ficará sabendo, desvirtuadamente, um dos capitulos daquella historia. Mas, si deante do monumento estacionar quem não seja estranho ao movimento republicano nesta porção da America do Sul, um historiador como Theophilo Braga ou Pinheiro Chagas, que tanto teem-se occupado da historia brazileira, deante do monumento sentirá a estupefacção de quem tem em face de si uma mentira de marmore ou bronze! (*Há diversos apartes.*)

Não leve á mal o Senado o conceito que acabo de expressar.

Ou 1710 é época anterior, chronologicamente, á 1789 ou Tiradentes jamais poderá ser o precursor da Republica no Brazil.

O SR. AMERICO LOBO—Pórem Beckman?

O SR. ELYSEU MARTINS—Que tem Beckman?

O SR. AMERICO LOBO—Foi precursor tambem e antes de 1710.

O SR. ELYSEU MARTINS—Os maranhenses que reivindiquem.

O SR. AMERICO LOBO—Somos todos brazileiros.

O SR. GASPAR DE DRUMMOND—Tanto melhor. Si antes de Bernardo Vieira de Mello acha-se Beckman, o que contestei á principio, então já não será somente Pernambuco a protestar, mas tambem o Maranhão.

Termino, Sr. presidente, accentuando ainda uma vez que não me opponho á erecção do monumento a Tiradentes, como immortal martyr e um dos precursores da Republica no Brazil. Opponho-me, apenas, a que esse monumento seja-lhe erecto como o precursor daquella idéa.

Requerendo que o parecer volte á commissão para reconsideral-o em face das provas historicas, espero que o Senado acquiesça ao meu requerimento.

Quero apenas que sobre o vulto de Tiradentes seja projectada toda a luz da historia. (*Muito bem.*)

O Sr. Joakim Catunda — Sr. presidente, não sou hostil ao levantamento de estatuas a quem quer que seja.

Estou perfeitamente convencido de que o bronze e o marmore não alteram a historia, á qual cumpre fazer justiça á quem de direito. O juizo dos contemporaneos muitas vezes obscurece o juizo da posteridade; mas a critica fiel, perseverante, edificada da sciencia sempre consegue restabelecer a verdade historica.

Sei tambem que os povos carecidos de glorias reaes precisam de dar testemunho no bronze ou no marmore de que si as não tem, ao menos procuram obtel-as, rendendo homenagem aos que a um certo nivel se elevam.

Os povos, porém, que teem glorias effectivas são parcos no levantamento de monumentos.

A Allemanha, por exemplo, não ergueu estatua a Arminias; a França não o fez em honra de Areovisto. A Suissa, é verdade, honrou a memoria do lendario Guilherme Tell; entretanto, a critica historica, excavando a a legenda, que envolvia a gloria do heroe da Helvecia, chegou ao resultado mais triste e deploravel, isto é á não existencia de Guilherme Tell!

O SR. AMARO CAVALCANTI—Apoiado.

O SR. JOAKIM CATUNDA — Foi apenas um mytho, uma legenda, uma aspiração nacional que se concretisou em roda de um nome e deu-lhe uma existencia, não verdadeira, que não estava na realidade.

Passando agora ás cousas do meu paiz, direi que já ha estatuas em demasia; sou, porém, de parecer que se levantem mais, si por ventura cidadãos se destaquem por serviços relevantes do nivel commum, chamando, como grandes homens, a attenção da civilisação moderna. Mas não levantemos bronzes, cuja origem e testemunho a nação desconhece.

O SR. AMERICO LOBO—V. Ex. é muito descrente.

O SR. JOAKIM CATUNDA—Não sou descrente, sou realista, gosto da verdade, e fique V. Ex. certo de uma cousa: posso sacrificar tudo absolutamente, mas não sacrifico nunca a probidade da minha intelligencia.

Com relação á estatua que se pretende levantar, estou bem certo que as gerações futuras hão de admirar a fragilidade das razões que a determinarem. Não procuro nem quero fazer injustiça a Tiradentes.

Sei perfeitamente, como todo o Senado sabe, a historia da inconfidencia mineira; e, sem faltar ao respeito devido á seus martyres, sem faltar de modo algum á consideração ao estado de Minas, que tem produzido muitos filhos dignos e que ainda hoje offerece esplendidos exemplos á Republica (*apoiados*), direi que Tiradentes foi apenas portador de ordens dos verdadeiros collaboradores da idéa republicana.

O SR. AMERICO LOBO—Que foi Napoleão sinão portador de ordens do povo? Esta distincção é que não acceito.

O SR. JOAKIM CATUNDA—O illustre representante sabe que a inconfidencia, como movimento que deu logar á execução de Tiradentes, não partiu da iniciativa delle, partiu da de outros; e como não desconheço o digno senador que me honra com seus apartes, Tiradentes filiou-se a esse movimento, ao qual prestou os serviços de que era capaz.

O SR. AMERICO LOBO—S. Paulo não foi o fundador do catholicismo, sem ter sido a principio christão?

O SR. JOAKIM CATUNDA—Tradenees logrou, porém, uma fortuna. Os gregos diziam que eram amados dos deuses os que morriam moços. Podia fazer uma variante e dizer que é feliz o homem que perece opportunamente. Tiradentes teve o afortunado ensejo. Foi descoberto, preso e executado, conforme a legislação do tempo...

O SR. AMERICO LOBO—Excepcional.

O SR. JOAKIM CATUNDA— Era a do tempo, e excepcional ha de ser para o futuro tudo ou muito do que fazemos agora.

A geração que lhe foi contemporanea não teve illusão a respeito do seu nome, como têm hoje a posteridade. A sua execução originou isto, porque ás vezes, na historia, principalmente na historia politica, occorrem muitos incidentes, em os quaes cumpre fingir emoção realmente não sentida.

O tempo seguiu o seu curso, os acontecimentos desdobraram-se e a memoria de Tiradentes viveu na obscuridade como um criminoso vulgar.

Por occasião da retirada do principe D. João VI, todo mundo sabe que o movimento do Rio de Janeiro, de S. Paulo, de Minas e de alguns estados do Norte era mais ou menos animado a respeito da independencia.

Entendiam uns que se devia fazer uma republica, entendiam outros que se devia fazer um imperio.

Porém o que é verdade é que as circumstancias historicas que teem força poderosa, fizeram com que o elemento americano que naturalmente levava as sociedades politicas para a republica, fosse vencido, sendo determinada outra formula de governo, a forma imperial.

Passou-se ainda isto, sem se fallar absolutamente em Tiradentes; passou o primeiro reinado; passou o periodo regencial; começou então o segundo imperio, e depois de um certo tempo começaram-se as excavações historicas. Veiu Tiradentes outra vez e principalmente, senhores, depois que se lembrou aqui, a população da Capital Federal, de uma estatua ao fundador do imperio, o Sr. D. Pedro I; dahi começou a tomar vulto a historia de Tiradentes, contraposto áquella o monumento do intitulado proto-martyr.

Mas pede a verdade que se diga: Tiradentes soffreu o martyrio, não resta duvida; porém a sua acção foi esteril e infecunda com relação ao movimento republicano do Brazil.

Foi esteril e infecunda, primeiro, porque o heroe não tinha capacidade para tornar productiva uma idéa qualquer, para plantal-a antes de morrer.

A morte trouxe-lhe a sagração. Não foi fecunda e productiva ainda, porque elle apenas era iniciador sem comprehender bem a natureza da fórma politica que proclamava, porque a sua educação não lhe dava uma certa intuição para comprehender a nobre propaganda. Foi apenas um portador das ordens dos outros, sem que lhe faltasse abnegação e patriotismo.

Mas, si se fallar da procedencia dos movimentos assim espasmodicos, sem propagação, sem sequencia do futuro, Maranhão podia reclamar a preferencia.

O SR. GOMENSORO—Apoiado.

O SR JOAKIM CATUNDA — Pernambuco podia reclamar igualmente, como acabou de dizer o illustre representante por aquelle estado.

E se si quizesse tratar de movimento mais fecundo, Pernambuco ainda e o Ceará que depois de proclamado e acceito o imperio, ensoparam o seu territorio com o sangue de seus martyres, não em nome de uma republica abstracta, mas em nome de uma republica que procuramos ainda estabelecer entre nós. Portanto, si o valor das idéas se mede pelos seus resultados, pela fecundação nos espiritos, repito, a de Tiradentes foi inteiramente esteril, mesmo porque elle não foi o autor della.

O SR. U. DO AMARAL — Ai! dos vencidos que nunca teem razão.

O SR. JOAKIM CATUNDA— Perdão, os vencidos são mais vencedores do que os proprios vencedores (*apoiados*) e vou dizer ao nobre Senador e vem a proposito responder a um aparte que dei ao discurso do nobre senador, traductor da *Evangelina* (*riso*). Disse S. Ex., acredito que levada por espirito muito louvavel de patriotismo e é como posso explicar, que Tiradentes foi maior do que Christo.

O SR. AMERICO LOBO dá um aparte.

O SR. JOAKIM CATUNDA—Senhores do mesmo modo que Christo que morreu gloriosamente e fecundamente para a civilisação e para a humanidade e foi sómente depois da morte que sua doutrina se propagou e foi evangelisada e se tornou commum o pão espiritual que inda hoje se experimenta; outros muitos martyres de idéas não tão elevadas, mas não

menos importantes tiveram o mesmo successo e o resultado foi que depois da morte de seus defensores, estas idéas vieram fecundar o seio da sociedade.

O SR. AMERICO LOBO — Disse maior do que Christo, pelo acto de sua temeridade, porque Tiradentes na occasião em que ia ser executado beijou as plantas de seu carrasco.

O SR. JOAKIM CATUNDA—Isto são lendas que se formam e que se tecem em nome de quem as faz.

O SR AMERICO LOBO dá um aparte.

O SR. LUIZ DELFINO—A philosophia civilisou o catholicismo.

O SR. JOAKIM CATUNDA—Desejava mesmo, Sr. presidente, visto que estamos levantando estatuas, levantal-as á quem tem sobresahido neste movimento,

UM SR. SENADOR—Isto fica muito caro.

O SR. JOAKIM CATUNDA—Quanto ao Ceará pederia uma estatua para Pedro Maroni, outra, para Tristão Gonçalves, que não foram portadores de ordens, mas eram espiritos cultivados, homens de acção, politicos que sabiam o que queriam e o que faziam. (*Apoiados; muito bem.*)

O Sr. U. do Amaral declara que si entendesse o Senado recusar uma estatua a Tiradentes, elle conservar-se-hia, provavelmente, silencioso.

Em seu conceito, o immortal alferes da tropa paga nem carece de glorias por decreto, nem de estatuas, que a vaidade gradúa e enáltece, conforme o parecer movel da multidão desvairada.

Podem ser escavadas as chronicas empoeiradas dos cartorios; as rivalidades mesquinhas podem surgir de um golpe; o bom humor e a hilaridede podem por seu lado, repascer-se na nomeada e fama do heroe da Inconfidencia, o nome imperterrito de Tiradentes brilhará como astro solitario, como o filho do povo, que surgiu da obscuridade para rebrilhar ao sol esplendido de uma reputação quasi sem rival.

As multidões não são menos ingratas do que os principes, nem os Congressos são os mais capazes de administrar justiça, consagrando a historia. E' licito, porventura, a um prurido tardio de economia bastarda desprezar a gloria, esquecer o renome dos que honraram a patria, consagrar mesmo e de novo a sentença de infamia, que feriu Tiradentes; mas é de certo impossivel desconhecer a concretisação da nobresa, da elevação, do martyrio, porque isso importaria em violar a mesma historia, o tal crime não passa sem immediato e prompto correctivo.

Onde tem o Brazil, continua o orador, paginas mais vividas e brilhantes do que nesse movimento memoravel em que estiveram representadas todas as classes sociaes, todas as aspirações, as grandes idéas, que ainda hoje se busca debalde cristalisar ?... Tudo se póde repetir ; a morte de Tiradentes, porém, é a sua glorificação.

Não, não alevantem a estatua, si quizerem tanto, porque afinal, a humanidade não é sinão uma cadeia interminavel de acontecimentos, de acções e reacções. Quanto ao requerimento, cumpre impugnal-o. Pró ou contra, eis a resolução do problema. O requerimento deve ficar fóra de combate.

Encerra-se sem mais debate a discussão do requerimento.

Vota-se e é rejeitado o requerimento.

Continúa a discussão interrompida do art 1º da proposição.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Entram successivamente em 2ª discussão, encerrando-se esta sem debate, os arts. 2º, 3º 4º e ultimo da proposição.

Votam-se e são approvados os artigos da proposição, e, sendo esta em seguida adoptada, passa-se a 3ª discussão.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer das commissões de obras publicas e de finanças, a proposição da Camara dos Deputados, n. 9, de 1893, autorisando o Poder Executivo a dispender até 30:000$, com o concurso publico pelo projecto de uma estatua a Benjamin Constant.

O Sr. U. do Amaral — Sr. presidente, nem vou propriamente impugnar, nem sustentar o parecer que está em discussão ; vou sómente pedir ás commissões a sua attenção para materia que tem bastante relação com esta de que se trata. Si tivesse de impugnar alguma cousa no projecto, seria o § 2º, assim concebido (*lê*) :

« § 2º O jury que houver de decidir sobre a escolha do projecto do monumento será composto de um representante de cada uma das casas do Congresso Nacional, de um membro da Escola Nacional de Bellas Artes, escolhido pelo governo da União, de um artista brazileiro, pintor ou esculptor, alheio a essa escola indicado pela mesa da Camara, e de um adepto reconhecido da doutrina a que se filiava Benjamin Constant. »

Si me fosse permittido, consideraria este jury, antes de tudo, incompetente para julgar de uma obra de arte. Não me parece que o mais acertado seja a mesa da Camara indicar um deputado e a do Senado indicar um senador, os quaes provavelmente não teem dedicado a sua actividade a estudos artisticos ; e depois, não sei bem como se ha de haver o

executor desta lei para designar o ultimo dos membros do jury, que deve ser — *um adepto reconhecido da doutrina a que se filiava Benjamin Constant.* Essa doutrina não sei bem si é simplesmente uma doutrina philosophica, ou politica e religiosa, ou tudo ao mesmo tempo, aqui parece indicado um adepto do positivismo. Ora, ha positivistas de diversos matizes: orthodoxos e heterodoxos; entre estes ha diversas gradações ainda, e não sei bem si em uma lei sahida do Congresso republicano se poderia incumbir o governo de fazer intervir a representação de uma religião qualquer. (*Apoiados.*)

Não entro nisto sinão muito accidentalmente; ha, porém, outra materia que me parece merecer ponderação. Não é novo o plano de se levantar uma estatua a Benjamin Constant. O governo provisorio fez alguma cousa a este respeito e os governos que se teem succedido tambem não o teem deixado inteiramente no esquecimento. Assim é que consta officialmente o seguinte:— Em 14 de março de 1891 foi expedido pelo Ministerio do Interior este aviso:

«3ª secção—Ministerio dos Negocios do Interior—Rio de Janeiro, 14 de março de 1891.

Tendo o governo provisorio, em vista das manifestações feitas pelo Congresso Nacional, resolvido, por decreto n. 1320, de 24 de janeiro ultimo, mandar erigir, na praça da Republica, a estatua do eminente cidadão Benjamin Constant Botelho de Magalhães, e, no cemiterio onde foi elle inhumado, um mausoléo, em que se recolherão suas preciosas cinzas, deliberei incumbir-vos de organisar e remetter a este ministerio modelos para taes monumentos com a indicação da respectiva despeza.

Espero, portanto, da vossa reconhecida aptidão o perfeito desempenho de tão honrosa incumbencia.— *João Barbalho Uchôa Cavalcanti.*—Sr. Rodolpho Bernardelli.»

Em 11 de fevereiro de 1892, foi expedido este outro aviso:

«3ª secção—Ministerio dos Negocios do Interior — Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1892.

Tendo o governo, em cumprimento do disposto no art. 2º, n. III, da lei n. 26, de 30 de dezembro ultimo, de apresentar na sessão legislativa do corrente anno o orçamento das despezas necessarias para execução do decreto n. 1320, de 24 de janeiro de 1891, que instituiu honras e homenagens á memoria do general de brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães, rogo-vos me remettais, com a possivel brevidade, os modelos da estatua do mesmo cidadão e do mausoléo que tem de ser erigido no cemiterio em que foi elle inhumado, bem assim o orçamento de taes monumentos, de cujos trabalhos fostes incumbido em aviso de 14 de março do anno passado. — *Fernando Lobo.* — Sr. Rodolpho Bernardelli.»

No relatorio do Ministerio do Interior, apresentado em abril de 1892, á pags. 132 e 133, lê-se:

«*Homenagens á memoria do cidadão Benjamin Constant*—O decreto n. 1.320, de 24 de janeiro de 1891, instituiu honras e homenagens á memoria do eminente cidadão general de brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães, consistindo aquellas manifestações de reconhecimentos patrioticos:

1º Em erigir-se na praça da Republica a estatua daquelle cidadão;

2º Passar-se a denominar — Instituto Benjamin Constant — o Instituto dos Meninos Cégos desta capital;

3º Cunhar-se uma medalha commemorativa dos relevantes serviços prestados pelo mesmo cidadão, afim de ser distribuida aos membros do Congresso Nacional, do Poder Executivo, da alta magistratura e a todos os estabelecimentos publicos de instrucção do exercito e da armada, bem como aos membros destas duas grandes classes;

4º Erigir-se no cemiterio onde foi inhumado o mesmo cidadão um mausoléo, em que se recolherão suas preciosas cinzas. Para execução dos arts. 1º, 3º e 4º este ministerio tomou as seguintes providencias:

Por aviso de 14 de março do mesmo anno foram encarregados o cidadão Rodolpho Bernardelli de organisar e remetter á secretaria modelos para a estatua e mausoleo, com a indicação da respectiva despeza; e o director da Casa da Moeda de igual trabalho relativamente á medalha commemorativa.

Quanto ao segundo artigo, foram expedidas as necessarias ordens pelo Ministerio da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos.

Determinando a lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891, no art. 2º n. III que o Poder Executivo apresentaria na sessão legislativa de 1892 o orçamento das despezas necessarias para execução do citado decreto de 24 de janeiro de 1891, foram reiteradas as providencias constantes dos citados avisos, solicitando-se tambem, por outros de 11 de fevereiro ultimo, dos Ministerios da Guerra e da Marinha informação sobre o numero de medalhas preciso para a distribuição determinada no dito art. 3º.»

No relatorio do Ministerio da Justiça, de 1893, lê-se:

«*Execução do decreto n. 1320.*—Tendo passado em primeira discussão o projecto n. 171 A, de 1892 relativamente á execução do decreto n. 1320, pelo qual o governo provisorio

interpretando os votos do Congresso Constituinte, manifestados em sessão de 24 de janeiro de 1891, instituira honras e homenagens á memoria do eminente cidadão general Benjamin Constant Botelho de Magalhães, coube-me o ensejo de communicar ao presidente daquella camara, em aviso de 6 de outubro ultimo, quaes haviam sido as medidas até então adoptadas sobre o assumpto.

Mas, por não estarem concluidos os trabalhos a que se refere o aviso de 14 de março do mesmo anno de 1891, incumbidos aos directores da *Academia Nacional das Bellas Artes* e da Casa da Moeda, quanto aos monumentos e á medalha commemorativa, não póde ainda o governo dar cumprimento ao disposto no art. 2º n. 3 da lei n. 26, de 30 de dezembro do dito anno, submettendo ao Congresso Nacional o orçamento das despezas respectivas.»

Desta leitura, um pouco longa, vê o Senado que o director da Escola de Bellas Artes, o Sr. Rodolpho Bernardelli, foi encarregado de fazer planos, modelos e orçamentos para a estatua de Benjamin Constant.

Sou informado, e posso até em parte attestar *de visu*, que elle começou a dedicar-se a este trabalho, tendo alguns modelos feitos, e proseguia, quando teve de seguir para o estrangeiro, em commissão do proprio governo.

De modo que parece haver, si não um contracto, pelo menos um certo compromisso para com um artista nacional, digno de todas as attenções. (*Apoiados.*)

Não é só o facto material da possivel indemnisação a que tenha direito, desde que começou a fazer o trabalho, em parte já realisado; não é só este lado que penso digno de consideração.

Estabelecido o jury que quer a lei, naturalmente todo o mundo dirá que para fazer parte delle não ha pessoa mais competente do que o Sr. Bernardelli, que é sem duvidá o nosso primeiro esculptor e o primeiro da America (*apoiados*), que é mesmo um nome bastante conhecido e estimado na Europa, onde se tem distinguido.

Mas em que posição viria a ficar collocado o director da nossa escola, que foi encarregado do trabalho, si tivesse de fazer parte do jury?

Não poderia concorrer naturalmente; e, si concorresse, não poderia ser juiz e nos faltaria talvez o mais competente dos juizes para aquilatar de trabalhos dessa ordem.

Qualquer decisão que fosse dada, sendo elle um dos concurrentes, e, principalmente, em lucta com artistas estrangeiros, poderia parecer suspeita. Acceito um monumento ou o plano elaborado por um brazileiro, os artistas estrangeiros provavelmente haviam de chamar a isto *chauvinismo*, protecção dada a um compatriota nosso.

Supponho que tudo isto deve ser considerado, antes de proseguirmos nesta materia, antes de fazermos lei este projecto.

Supponho que já estamos em condições de dispensar estrangeiros para isto, e que bem podemos ir nos fornecendo da prata de casa. (*Apoiados.*)

Não nos falta material, temos excellentes marmores, de diversas côres, etc. Não nos faltam artistas, porque a Escola de Bellas-Artes está produzindo fructos admiraveis.

Mas não quero ir tão longe que aconselhe a exclusão dos possiveis concurrentes estrangeiros.

Si as commissões entenderem, talvez não seja desacertado ouvir o governo sobre as relações já estabelecidas com o director da Escola de Bellas-Artes, relativamente a este assumpto, para depois deliberar-mos com conhecimento de causa.

O Sr. Braz Carneiro — Sr. presidente, a commissão não tinha conhecimento do que informou o nobre senador, o Sr. Ubaldino do Amaral, de haver já o governo encarregado um artista notavel, o Sr. Bernardelli, da execução do projecto e orçamento da estatua.

Portanto, parece-me que o Senado deve adiar a discussão desse projecto, pedindo informações ao governo a respeito, para depois, perfeitamente orientado com as informações que vierem, poder julgar da sua utilidade ou não.

Nesse sentido, requeiro que se adie a discussão do projecto, pedindo-se informações ao governo.

Vem á mesa, é lido, apoiado, posto em discussão e sem debate approvado o seguinte

Requerimento

Requeiro que fique adiada a discussão da proposição n. 9, de 1893, pedindo-se informações ao governo sobre a incumbencia dada ao artista Rodolpho Bernardelli de fazer os modelos da estatua e mausoléo e os respectivos orçamentos.

Sala das sessões, 7 de julho de 1893.—*Braz Carneiro.*

Fica adiada a discussão da proposição.

Segue-se em segunda discussão, com o parecer da commissão de finanças, e é sem debate approvada em escrutinio secreto, por 25 votos contra 10, a proposição da Camara dos Deputados, n. 11, de 1893, autorisando o Poder Executivo a pagar a D. Maria Carolina

Rheingantz, a quantia de 114:997$848, como indemnisação devida pelo valor de sua propriedade «Colonia S. Lourenço» no Rio Grande do Sul, abrindo-se para isso o respectivo credito.

A proposição é adoptada para passar á 3ª discussão.

Esgotadas as materias da ordem do dia, o Sr. presidente designa para a ordem do dia da sessão seguinte:

3ª discussão do projecto do Senado, n. 22, de 1893, concedendo a Amphilophio Botelho Freire de Carvalho, ministro do Supremo Tribunal Federal, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude;

2ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 15, de 1893, autorisando o Poder Executivo a conceder a Manoel de Mello Mattos, escrivão do juiz seccional no estado da Bahia, seis mezes de licença, em prorogação, afim de tratar de sua saude;

2ª discussão do projecto do Senado, n. 21, de 1893, concedendo a Antonio da Silva Netto, chefe da 2ª secção da Directoria Geral de Estatistica, nove mezes de licença para tratar de sua saude;

Discussão unica das emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados, n. 91, de 1892, que foram rejeitadas por aquella camara.

2ª discussão do projecto do Senado, n. 16, de 1893, que marca os casos e modo da revisão dos processos de crimes militares.

49ª sessão em 8 de junho de 1893

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes (vice-presidente)

SUMMARIO — Chamada — Leitura da acta — EXPEDIENTE — Pareceres — Discurso e projectos do Sr. Americo Lobo — ORDEM DO DIA — 3ª discussão do projecto n. 22 — Discursos dos Srs. João Neiva, Manoel Victorino, Gomensoro e Presidente — Encerramento da discussão — Votação — Votação da proposição n. 15 e do projecto n. 21 — Discussão da emenda á proposição n. 91 — Observações do Sr. Presidente — Votação — Discussão do projecto n. 16 — Discursos dos Srs. Americo Lobo, João Neiva e Americo Lobo — Emenda — Encerramento da discussão — Chamada — Adiamento da votação — Parecer.

Ao meio-dia comparecem 32 Srs. senadores, a saber: Prudente de Moraes, João Pedro, Gil Goulart, Antonio Baena, Thomaz Cruz, Francisco Machado, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Nina Ribeiro, Gomensoro, Catunda, João Cordeiro, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, João Neiva, Firmino da Silveira, Messias de Gusmão, Rosa Junior, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Q. Bocayuva, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Americo Lobo, Rodrigues Alves, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Paranhos, Raulino Horn e Luiz Delfino.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão e, não havendo reclamação, dá-se por approvada a acta da sessão anterior.

Comparecem depois de aberta a sessão os Srs. Manoel Barata, Cunha Junior, Cruz, Joaquim Pernambuco, Laper, Braz Carneiro, Joaquim Felicio, C. Ottoni e U. do Amaral.

Deixam de comparecer com causa participada os Srs. Coelho Rodrigues, Elyseu Martins, Theodoreto Souto, Monteiro de Barros, E. Wandenkolk, Aquilino do Amaral, Generoso Marques, Esteves Junior, Pinheiro Machado e Julio Frota; e sem causa participada os Srs. João Barbalho, Gaspar Drummond, Coelho e Campos, Virgilio Damasio, Ruy Barbosa, Campos Salles, Joaquim Murtinho, Pinheiro Guedes, Santos Andrade e Ramiro Barcellos.

O SR. 1º SECRETARIO dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios:

Cinco do 1º secretario da Camara dos Deputados, de 6 do corrente mez, remettendo as seguintes proposições:

N. — 1893—O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorisado a conceder a José Alves de Carvalho, chefe de secção da contabilidade da Casa de Correcção da Capital Federal, um anno de licença, sem vencimentos, afim de tratar de sua saude.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, 6 de julho de 1893. —*João Lopes*, presidente.— *Antonio Azeredo*, 1º secretario.—*Thomaz Delfino*, servindo de 2º secretario.—A' commissão de justiça e legislação.

N. — 1893— O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorisado a mandar contar para jubilação do ex-professor de esgrima da Escola Naval, José Diogo Osorio de Oliveira, o tempo em que serviu nas fileiras do exercito da Republica até ao posto de tenente, em que foi reformado.

Paragrapho unico. Concedida a jubilação, perde o dito professor o direito ao soldo de sua reforma, visto como terá de perceber os vencimentos do professor aposentado, pelos quaes deseja optar.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, 6 de julho de 1893. —*João Lopes*, presidente.—*Antonio Azeredo*, 1º secretario.—*Thomaz Delfino*, servindo de 2º secretario.—A's commissões reunidas de marinha e guerra e de finanças.

N. 1893—O Congresso Nacional decreta :

Art. 1.º Fica concedida á viuva do desembargador José Manoel de Freitas uma pensão de 3:600$000.

Art. 2.º Esta pensão será dividida entre a viuva D. Thereza Carolina da Silva Freitas e suas filhas D. Anna Julieta de Freitas, D. Rosa Amelia de Freitas e D. Thereza Josphina de Freitas Sá, aquellas solteiras e esta viuva do Dr. José Teixeira de Sá, sendo a metade para a viuva e a metade para as filhas, em partes iguaes.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, 6 de julho de 1893. — *João Lopes*, presidente. — *Antonio Azeredo*, 1º secretario. — *Thomaz Delfino*, servindo de 2º secretario. — A' commissão de finanças.

N. 1893— O Congresso Nacional decreta :

Art. 1.º Fica revertida a D. Herundina Maria Ferreira Cavalcanti, filha do major do exercito Pedro Affonso Ferreira, o meio soldo e pensão que então percebia sua mãe, viuva daquelle official, D. Virginia Zenandes Ferreira.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, 6 de julho de 1893. —*João Lopes*, presidente.— *Antonio Azeredo*, 1º secretario. — *Thomaz Delfino*, servindo de 2º secretario.— A's commissões reunidas de marinha e guerra e de finanças.

N. 1893—O Congresso Nacional decreta :

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorisado para conceder a D. Joanna Octaviana da Rocha, viuva de Antonio José da Rocha, 1º tenente honorario da armada, ex-lente da Escola de Marinha, e unica irmã do capitão de fragata João Carlos de Souza Jacques, o montepio deixado por este seu irmão, habilitando-se na fórma da lei.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, 6 de julho de 1893. —*João Lopes*, presidente. — *Antonio Azeredo*, 1º secretario — *Thomaz Delfino*, servindo de 2º secretario.— A's commissões de marinha e guerra e de finanças.

Do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, datado de 6 do corrente, devolvendo, devidamente sanccionado, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional que autorisa o governo a conceder ao engenheiro Augusto Teixeira Coimbra um anno de licença, com o respectivo ordenado.—Archive-se o autographo e communique-se á outra Camara.

O Sr. 2º Secretario lê e vão a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos os seguintes

PARECERES

N. 106—1833

Foi presente á commissão de colonisação o projecto n. 12 do corrente anno, em parte regulamentar da lei n. 97 de 5 de outubro de 1892 que permitte livre entrada no territorio da Republica de immigrantes de nacionalidade chineza e japoneza, validos e aptos para trabalho de qualquer industria.

Estabelece o mesmo projecto que a acquisição e engajamento de trabalhadores agricolas pertença exclusivamente á iniciativa dos agricultores nacionaes, por intermedio de agentes ou emissarios de sua escolha e confiança, correndo as despezas por conta dos mesmos, e devendo os emissarios ser ouvidos pelo agente consular da Republica quando contractar o transporte, afim de que este se effectue nas melhores condições quanto á alimentação e hygiene dos immigrantes a bordo.

Entre algumas prescripções de detalhes sobre o engajamento dos trabalhadores e circumstancias necessarias para a concessão da passagem dos portos dos imperios chinez e japonez aos da Republica, bem como sobre a creação de agencias consulares nas cidades maritimas daquelles dous imperios, accentua-se o objectivo principal do projecto que vem a ser—pôr a cargo da União as seguintes despezas:

a) transporte maritimo e nas vias ferreas da Republica *ad instar* do que se pratica em relação aos immigrantes europeus;

b) alimentação dos engajados durante tres dias nos portos de embarque e desembarque, podendo o governo dar-lhes tambem agasalho nos portos brazileiros onde houver accommodações destinadas aos immigrantes europeus.

E em seu art. 3º dispõe o projecto:—que da verba votada annualmente para o serviço da immigração, metade será destinada á introducção de trabalhadores asiaticos engajados para a agricultura de conformidade com suas prescripções.

A commissão examinou a materia do projecto conjunctamente com os fundamentos de uma petição de representantes da lavoura e

do commercio, em que pedem sejam concedidos aos immigrantes asiaticos os mesmos favores que se dão aos europeus.

A tal respeito tem a commissão a considerar:

que a lei de 5 de outubro de 1892 fez cessar principalmente no interesse da lavoura a interdicção que havia contra immigrantes asiaticos;

que sendo este o grande *desideratum* e acreditando-se, ao que se dizia, bastar para que a iniciativa dos lavradores auxiliados respectivamente pelos estados se manifestasse e desenvolvesse efficazmente na acquisição dos trabalhadores que lhes são tão necessarios, não cogitou-se então naquella lei, nem especialmente na do orçamento, de auxilio pecuniario em favor da immigração de asiaticos, salvo despezas com agentes diplomaticos;

que apoz grande agitação que seguiu-se, ensaios, calculos e planos multiplos que os jornaes teem noticiado e analysado, para o engajamento e transporte de trabalhadores asiaticos, a iniciativa dos lavradores sem auxilio, que conste, dos estados que o podem conceder pelo maximo e immediato interesse que lhes advem, tem sido esteril e apparece hoje quasi desanimada, contra a expectativa geral;

que os representantes da lavoura e commercio, em sua bem deduzida petição ao Senado, em busca de auxilio, depois de affirmarem ter sido aquella lei de 5 de outubro considerada por todas as classes productoras como a obra a mais fecunda da actividade do Senado, traçam um quadro verdadeiro e lugubre das angustias e ruinas dos lavradores, das privações e soffrimentos de todos em geral pela carestia e elevado preço dos viveres;

que, em tão triste conjectura, concluem aquelles mesmos representantes pedindo ao Senado que não deixe a lavoura abandonada a seus unicos recursos, impondo-lhe o pesadissimo onus da immigração chineza desde a propaganda até á entrada do trabalhador em nossas propriedades (textuaes), quando ao immigrante europeu facilitam-se todos os meios de transporte, e é elle amparado e protegido contra todas as asperezas ao encetar a sua vida em paiz estrangeiro.

Pelo projecto, como se acaba de ver, á cargo dos agricultores fica tão sómente a despeza com seus agentes, encarregados da acquisição e engajamento dos trabalhadores, com o direito de fiscalisar o contracto de transporte dos mesmos trabalhadores.

Todas as demais despezas do pesadissimo onus da immigração chineza deverão correr por conta do Thesouro Federal, pela metade da verba destinada annualmente ao serviço de introducção de immigrantes.

A commissão de colonisação, certa de que a lei de 5 de outubro de 1892, que proveu seriamente sobre a necessidade actual e urgentissima da agricultura e industria, não deve ficar nulla em seus importantissimos effeitos, mormente em relação á lavoura, que seria iniquidade não soccorrer, agonisante, como está, nos diversos estados a que não tem aproveitado a immigração de europeus; que com a maior presteza se deve realisar a introducção de trabalhadores agricolas, conjurando-se todas as difficuldades e facilitando-a por todos os meios; que, além de tudo isto, a utilidade do projecto de que se trata já está reconhecida pelo Senado, approvado, como foi, em 1ª discussão; que o auxilio pecuniario procurado póde ser concedido efficazmente, si não com a extensão do projecto para remover o pesadissimo onus da immigração sem o concurso dos estados, ao menos, para attenuar, com certa limitação e possivel conciliação de interesses, dentro do respectivo credito annual, sem augmento de despeza e sem prejuizo da immigração, como meio de povoamento; por todas estas razões é de parecer:

Que o projecto deve ser approvado, salvo emendas que suggerir a sabedoria do Senado nas discussões por que tem de passar.

Sala das commissões, 21 de junho de 1893.—*J. Joaquim de Souza.*—*João Cordeiro.*—*Laper*, com restricções.

O projecto n. 12, do corrente anno, providenciando sobre a entrada de trabalhadores asiaticos no territorio da Republica, deve ser encarado debaixo de dous pontos de vista:

a natureza e fórma dos auxilios dispensados aos agricultores nacionaes para facilitar a acquisição, engajamento e collocação desses trabalhadores;

os recursos indicados como necessarios para a prestação de taes auxilios.

A lei n. 97 de 5 de outubro de 1892 levantou a interdicção para a entrada de immigrantes de nacionalidade chineza e japoneza consagrada no decreto n. 528 de 28 de junho de 1890, que regularisou o serviço da introducção e localisação de immigrantes na Republica.

Sendo, portanto, permittida actualmente a entrada desses immigrantes no paiz, parece á commissão de finanças que é licito ao governo, dentro das forças das verbas do orçamento, auxiliar a sua introducção, como tem feito com os immigrantes de procedencia européa.

O projecto, porém, no intuito, sem duvida, de facilitar a introducção desses trabalhadores e de corresponder aos reclamos e exigencias de representantes da lavoura e commercio, que muito confiam na efficacia desses

agentes de trabalho, modifica o que se acha estabelecido sobre o assumpto, e estabelece:

que o engajamento seja feito dentre as populações agricolas e os contractos por prazo não menor de cinco annos;

que o transporte dos trahalhadores seja feito por conta da União e por intermedio de agentes consulares da Republica, que contractarão o serviço com quem melhores vantagens offerecer.

Não acredita a commissão que as innovações propostas sejam bastante efficazes para facilitar a introducção de trabalhadores asiaticos no paiz, porquanto não sabe que garantias podem ter os contractos a que se refere o art. 2º, lettra *a*, para a sua fiel execução em vista do decreto n. 213 de 22 de fevereiro de 1890 e não comprehende mesmo que o serviço de transporte possa ser regular e opportunamente contractado pelos agentes consulares sem a existencia de companhias de navegação organisadas e que disponham das embarcações necessarias para fazer o tal serviço.

O projecto crea, além disso, encargso muito serios para os agentes consulares que teem de se collocar na dependencia de repartições extranhas ao Ministerio do Exterior, a que pertencem, o que não parece regular.

Com relação aos encargos creados pelo projecto, não havendo serviço de navegação para os portos asiaticos, não tem a commissão elementos para ajuizar das responsabilidades que podem caber á União pelo transporte dos immigrantes. Parece-lhe, porém, que qualquer auxilio dispensado para esse fim não deve ir além dos que são concedidos aos immigrantes europeus.

Para evitar as despezas de que trata o projecto, dispõe o art. 3º o seguinte:

«Da verba votada annualmente para o serviço da immigração, metade será destinada a introducção de trabalhadores asiaticos, engajados nos termos da lei.»

A commissão está persuadida do que tal disposição não póde subsistir, em vista mesmo da natureza da lei orçamentaria e que deve ser votada annualmente por força de preceito constitucional. Quando fosse licito ao legislador—por leis especiaes—dar destino permanente a verbas variaveis do orçamento, não ficaria o Congresso inhibido de na lei de meios revogar semelhantes disposições ou inutilisal-as com a creação de novas consignações; o que tornará, si não inutil, pelo mesmo inefficaz o preceito da lei especial.

Effectivamente, si orçando a receita e fixando a despeza póde o Congresso fazer a distribuição de verbas sem limitação de qualquer natureza, de que valerão os preceitos das leis especiaes?

Si o Congresso acceitar o pensamento do projecto, explicito no art. 2º de correr por conta da União o transporte dos immigrantes asiaticos, o que é curial é que na lei do orçamento se consigne o credito necessario para essa despeza;

O serviço, de que trata o projecto, não será prejudicado por esperar a decretação de fundos na lei do orçamento, como póde parecer á primeira vista, por quanto:

1º, ainda que prevalecesse a disposição do art. 3º acima referido, não poderia a verba destinada ao serviço da immigração ser applicada á introducção de trabalhadores asiaticos no corrente exercicio, porque a dita verba está esgotada, tendo sido mesmo recentemente reforçada com um credito supplementar com o fim explicito de attender a compromissos derivados dos contractos;

2º, o projecto fica sempre (art. 4º) dependente, para a sua execução, do tratado que for celebrado em virtude da lei n. 97 de 5 de outubro de 1892, o que não se fará naturalmente antes de estar votada a lei de meios.

São estas as considerações que o projecto suggeriu á commissão de finanças.

Esperava a commissão o pronunciamento do accordo sobre o additivo apresentado quando se discutia um credito supplementar á verba de immigração e referente á rescisão de contractos sobre entradas de immigrantes, para dar parecer sobre o projecto ora submettido ao seu exame. Estando aquelle additivo sujeito ao estudo de commissões e demorando-se, portanto, a manifestação do accordo sobre a sua materia, é a commissão de parecer que seja dado para a ordem dos trabalhos o projecto n. 12; a discussão esclarecerá as duvidas suggeridas.

Competindo, entretanto, á commissão de finanças, pela natureza de suas funcções, pronunciar-se sobre os encargos que advirão ao Thesouro com a acceitação do projecto, é ainda de parecer que, si for acceito pelo Congresso o plano indicado:

a) os auxilios para a introducção de trabalhadores asiaticos não devem ir além dos concedidos aos immigrantes europeus;

b) não deve ser approvado o art. 3º, aguardando-se a lei do orçamento para a decretação dos fundos necessarios.

Sala das commissões, em 7 de julho de 1893. —*Rodrigues Alves.*— *A. Cavalcanti.*— *Manoel Victorino.*—*Saldanha Marinho.*—*Q. Bocayuva*, com restricções.— *Monteiro de Barros*, com restricções.— *Domingos Vicente.*

N. 107—1893

O projecto n. 18 do Senado manda elevar á categoria de alfandega a mesa de rendas

geraes de Caravellas, no estado da Bahia, ficando o Poder Executivo autorisado a abrir o credito necessario para fazer as respectivas despezas.

Os illustres signatarios do projecto não o apresentaram, nem a commissão de finanças poude ainda obter, de outro modo, informação official ou documento comprobatorio da necessidade da creação da alfandega proposta, e por isso é de parecer que a materia seja adiada até que o Senado obtenha as informações de que carece.

Sala das sessões, 8 de julho de 1893.— *Amaro Cavalcanti.—Manoel Victorino.— Domingos Vicente.—Rodrigues Alves.— Q. Bocayuva.— Saldanha Marinho.*

O Sr. Americo Lobo — Sr. presidente, em uma das sessões passadas me referi a algumas reuniões populares de Minas. Hontem, por um telegramma, tive sciencia de que na cidade de Juiz de Fóra, que representa alli a metropole da industria e da riqueza, houve duas reuniões populares, onde foi acclamado o Senado Federal, pelo grande acto de justiça que praticou, votando as alfandegas de Juiz de Fóra e de S. Paulo.

Sr. presidente, aquella população activa e patriotica me incumbiu de um mandato, qual o de testemunhar a esta casa seus votos de eterno agradecimento pela decretação da sábia medida. Tenho assim me desempenhado desta missão para com os meus illustres collegas que favoneáram com seus votos, com as suas sympathias e com as suas palavras a passagem de uma lei tão salutar e necessaria ; e felicito-me com V. Ex. e com todos os nossos collegas, Sr. presidente, porque a Republica abre uma nova éra.

Ella não se restringe á zona do litoral; ella caminha para o occidente e ali não penetra como o judeo errante, espalhando em torno de si males e desastres, porém com a sementeira do bem e do progresso.

Sr. presidente, apezar de nova, a idéa de duas alfandegas terrestres venceu a rotina, graças á sabedoria desta casa que quer a federação brasileira religiosamente desenvolvida, tanto na esphera politica como na esphera economica; a Republica demonstrou assim praticamente que está na altura do presente e que á semelhança da lança de Achilles curará todos os males, ainda os que ella acaso tenha produzido.

Agora, Sr. presidente, vou reclamar contra uma referencia feita no meu discurso de hontem e que vem desfigurada no diario da casa e em algumas folhas.

Eu não disse, Sr. presidente, em absoluto, que Tiradentes foi mais sublime que Christo ; apenas accentuei a sua humildade, porquanto si, como diz a legenda imperial, beijou elle na hora suprema os pés de seu carrasco, nessa hypothese soffreria confronto favoravel com quem lavara, mas não beijara os pés de seus amados discipulos.

Embora veja nos horisontes da sciencia altares desconhecidos, e sinta a progressão indefinida dos conhecimentos humanos, confesso-me christão adistricto ás crenças do passado, sem o que não seria representante do Estado de Minas, povo que ama estremecidamente o evangelho : na hora final, quando a agonia me encher de escuridão, desejo sentir a meu lado, para receber minha alma ou o meu derradeiro sopro, a figura do louro sonhador de Nazareth, o autor do sermão da montanha.

Assim, me tenho defendido da asserção por demais atrevida que se me imputou, e ja que essa asserção tomou fóros de publicidade, declaro que, ainda na hypothese da lenda imperial, Tiradentes osculou os pés do carrasco para os tornar dignos de calcar seus hombros, ou antes, naquelle transe elle represensava a America pagando o beijo que Colombo lhe imprimiu no instante do desembarque, preito rendido a Europa pelo novo continente em paga de tanto morticinio, de tanta desolação e de tamanha tyrania implantada pela ambição de Cortez e de Pisarro!

Dito isto, Sr. presidente, vou justificar dous breves projectos que hoje apresento á casa, já honrados pelo numero legal de assignaturas.

O primeiro projecto, Sr. presidente, é a consequencia da lei aqui votada como consequencia do art. 10 da Constituição.

O art. 10, como sabemos todos, veda que os estados e a União tributem reciprocamente suas rendas e seus bens.

Pois bem, Sr. presidente, o municipio está tão conjugado ao estado, como o annel a Saturno, e nestes termos como não lhe ha de ser igual ?

Sr. presidente, do pagamento de direitos de importação são isentos, além de outros, todos os objectos de uso proprio dos embaixadores, ministros e consules estrangeiros ; os importados para uso dos navios de guerra de nações amigas e de suas tripolações, que chegarem em navios mercantes ; os instrumentos de agricultura ou de qualquer arte liberal ou mecanica ou mais objectos de uso de colonos e artistas ; os livros dos litteratos ; os objectos necessarios para o exercicio de quaesquer arte ou profissões: os objectos pertencentes ás companhias lyricas, dramaticas ou equestres ; os medicamentos, fazendas e os objectos importados pelas mesas administrativas dos estabelecimentos de caridade, para seu uso; emfim, tudo quanto diz respeito ao serviço publico e internacional, escapa ao imposto aduaneiro.

Entretanto, pela *Consolidação das Leis das Alfandegas e das Mesas de Rendas*, ha sómente uma isenção a favor do Estado, quando a respectiva administração importa directamente os objectos de que ha mister.

Pergunto si o Estado póde continuar debaixo desta disposição, ou si todos os serviços do Estado são ou não são isentos de tributos federaes?

Por isto, meu projecto não faz mais de que reproduzir e estender a disposição do art. 456 § 24 da *Consolidação das Leis das Alfandegas e das Mesas de Rendas*.

Mas, ao lado do Estado, está, como dizia, o seu brilhante annel, o municipio.

Já na Constituição de 24 de fevereiro, se estabeleceu previamente que cada localidade, isto é, cada familia brazileira tivesse um governo municipal. A mesma constituição imperial não fôra omissa, ordenando que se constituissen os municipios.

Logo, o municipio é o élo principal da cadeia harmoniosa, da Federação; o municipio tem iguaes direitos que o Estado que se prende á União. São poderes conjuntos e triplices o municipio, o Estado e a União.

Nestes termos, como se cança quotidianamente o Congresso com isenções parciaes consignadas a serviços municipaes?

Pois a luz, o ar e a hygiene não são porventura necessarios para as nossas populações? Todo o municipio tem direito aos elementos essenciaes para a sua existencia e o bom desempenho de suas funcções; vejo que na illustre Camara dos Srs. Deputados ainda agora se propoem isenções a favor de certos e determinados municipios, e não comprehendo semelhante acumulo de trabalho legislativo, que se estenda aos municipios.

O SR. GIL GOULART — Desta maneira, dariamos tambem pensões a todas as viuvas e filhos de funccionarios publicos.

O SR. AMERICO LOBO — V. Ex. compara a posição de um municipio com a de uma viuva? O municipio é a primeira autoridade soberana.

O SR. GIL GOULART — Por isso podemos sangrar os cofres da União?

O SR. AMERICO LOBO — V. Ex. não sabe que os immigrantes, que as companhias lyricas, dramaticas e equestres não pagam nada? V. Ex. quer condemnar o municipio ao eculeo da miseria e o quer collocar em plano inferior a uma companhia dramatica, equestre ou lyrica?

Sr. presidente, sem municipio não ha federação e se os municipios não seguirem os exemplos da boa razão, si não se organisarem não haverá liberdade.

O SR. ARISTIDES LOBO dá um aparte.

O SR. AMERICO LOBO — Sem duvida que o municipio é a ermida, como o estado é a matriz da freguezia e a União a cathedral. E o que entende V. Ex. por freguezia? Freguezia é a terra onde ouvimos o sino tocar pela primeira vez chamando-nos á igreja, onde ha a vida e onde ha a morte. Sem o campanario não ha patria; a patria não é sinão a amplificação mais sublime do municipio. Quem não ama o municipio, não ama o paiz; sem o amor do berço e da ermida, ornada de flores, não subsiste o patriotismo.

E hoje, quando os escriptores dizem que o amor da terra desapparece substituido pelo amor do homem, é preciso avigorar aquelle primeiro na pia baptismal; segundo na grande patria.

Ao serviço publico do municipio, portanto, não se póde negar isenção de impostos aduaneiros: negando-se ao municipio um direito constitucional tão claro como este, vamos *ipso facto*, *ipso jure* dissolver a federação.

Que federação é esta, onde ella existe se de facto não existe no interior? Então é uma illusão, é visão enganadora de venal prophetisa de cartas.

Onde ella existe, onde funcciona, se no Senado federal, não é conhecida?

Outro projecto, Sr, presidente, se refere á instrucção secundaria e contém materia constitucional, porque diz o art. 66, que não se póde negar aos documentos dos Estados inteira fé publica.

Logo os documentos dos Estados teem valor dentro e fóra dos Estados pela lettra da Constituição.

Nós vimos no regimen imperial a instrucção publica concentrada em seu fóco principal; viamós que institutos de ensino eram dirigidos pelos ministros com sacrificio da instrucção; porque a instrucção concentrada não existe senão para um pequeno numero.

Hoje não podemos consentir n'um serviço de instrucção organisado por esta fórma; elle não deve estar concentrado nesta capital.

E' preciso dissiminar á instrucção, assim, como o sol dissimina os seus raios, por toda á superficie deste paiz.

Esse direito dos Estados, segundo a Constituição norte americana e segundo a nossa, é perfeito.

A União não póde negar aos documentos dos Estados todo o valor, sob pena de ferir disposição certa e positiva.

O governo provisorio, na posse de uma força centralisadora, decretou o futuro estabelecimento de gymnasios nos estados e se reconheceu o unico competente para reconhecel-os.

O projecto dá aos estados o direito de crear e reconhecer gymnasios, contanto que se modelem pelo gymnasio nacional, que fórma

o typo; sendo os seus exames validos em todo o territorio da Republica.

Este é o projecto que submetto á consideração da casa, esperando que a Camara lhe dê o destino que lhe parecer mais conveniente, certo de que elle representa simples desdobramento da Constituição.

O Senado que acceitou meu primeiro projecto architectado sobre o art. 10 da Constituição impedindo aos estados tributar as rendas e as apolices federaes e as de outro estado, não póde sem duvida alguma, negar a este o seu apoio. Vae-se assim, pouco a pouco, firmando o edificio da federação, e se satisfazem os interesses do momento ou as necessidades publicas.

Tenho concluido.

Veem á mesa os seguintes

PROJECTOS

N. 23—1893

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São isentos de direitos de consumo as mercadorias e quaesquer objectos importados para o serviço dos estados, do Districto Federal e dos municipios da União, ou directamente por conta da administração, ou indirectamente por alguma pessoa ou companhia, nacional ou estrangeira, em virtude de contracto celebrado com administração.

Art. 2.º Qualquer declaração falsa feita para o fim de obter indevida isenção de direito de consumo para todos ou alguns objectos ou mercadorias sujeita a seus autores ás penas fiscaes, e ás do art. 265 do Codigo Penal, sendo competente para impor aquellas a alfandega onde a declaração tiver sido produzida, e para formar culpa o juizo do mesmo logar.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões, 8 de julho de 1893.—*Americo Lobo.—Messias de Gusmão.—J. Catunda.—Saldanha Marinho.—Paranhos.*

N. 24 — 1893

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A approvação do exame de madureza ou o titulo de bacharel em sciencias e lettras dados pelas instituições de ensino secundario que se organisarem nos estados federados, em conformidade do regulamento approvado pelo decreto n. 1194 de 28 de dezembro de 1892, e que forem creadas ou reconhecidas pelo governo estadual, habilita a pessoa approvada ou diplomada á matricula nas instituições do ensino superior da Republica.

Paragrapho unico. Emquanto se não tornar effectiva a exigencia constante do art. 430 do decreto n. 1232 F de 2 de janeiro de 1891, o governo do estado é competente para mandar proceder aos exames de preparatorios indispensaveis nas instituições que elle crear ou reconhecer, assim tambem para fiscalisal-os, produzindo as approvações nelles obtidas todos seus effeitos, dentro e fóra do estado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario

Sala das sessões, 8 de julho de 1893.—*Americo Lobo.—Domingos Vicente.— Messias de Gusmão.—Saldanha Marinho.— Paranhos.*

Estando apoiados pelo nnmero de assignaturas, vão a imprimir, para entrar na ordem dos trabalhos.

ORDEM DO DIA

Entra em 3ª discussão o projecto do Senado, n. 22 de 1893, concedendo a Amphilophio Botelho Freire de Carvalho, ministro do Supremo Tribunal Federal, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.

O Sr. João Neiva — Sr. presidente, pelo decreto de 11 de outubro de 1890, os membros do Supremo Tribunal Federal teem o direito de requerer licença do respectivo presidente, não excedendo aquella o prazo de quatro mezes.

A prorogação da licença, sim, depende do Congresso.

Pergunto, pois, á honrada commissão si esse prazo de quatro mezes já foi esgotado ou si o illustre signatario da petição não recorreu ao presidente do Supremo Tribunal Federal.

Pelo art. 152 do regimento desse tribunal vejo que, depois de esgotados esses prazos, o membro do Supremo Tribunal requererá então ao Congresso Nacional, si precisar, uma prorogação ou uma innovação de licença.

Mas entre papeis que V. Ex. se dignou remetter-me sómente encontro o attestado do medico, que foi apresentado no dia 5 deste mez.

O requerimento do peticionario é do mesmo dia; o parecer da commissão é do dia 6; a 2ª discussão teve logar no dia 7 e a 3ª hoje, 8.

Vejo que se trata de um caso muito urgente. Entretanto devo ponderar ao Senado que o attestado que vem annexo ao requerimento diz que o peticionario soffre de synovite rheumatismal, molestia de que tambem soffro, mas, em consequencia da qual, não estou impedido de andar e de compartilhar com os

meus honrados collegas dos trabalhos das sessões do Senado. Accresce que o peticionario veiu aqui ao Senado, onde muitos dos honrados senadores o viram andar...

O SR. MANOEL VICTORINO — Coxeando.

O SR. JOÃO NEIVA — Mas o facto de requerer-se no dia 5, apresentar-se o parecer no dia 6, dar-se o projecto para 2ª discussão no dia 7 e para 3ª no dia 8, fazia suppor que tratava-se de uma molestia excessivamente grave.

Comprehende-se esse açodamento no Senado quando se trata de um caso excepcional, e tendo-se esgotado todos os recursos, todos os meios de que o peticionario podia lançar mão para restabelecer-se, recursos e meios que veem indicados no decreto de 11 de outubro de 1890.

Parece-me que não é isto muito regular, principalmente quando o Senado não tenha assim procedido com outros em peiores condições do que o honrado signatario do requerimento.

Diz o art. 35 do decreto que creou o Supremo Tribunal:

« O presidente do Supremo Tribunal concederá licença aos membros do mesmo tribunal, juizes e procuradores de secção, não devendo esta exceder o prazo de quatro mezes, com ou sem ordenado. »

O SR. GOMENSORO — Não exclue isto a intervenção do Congresso.

O SR. JOÃO NEIVA—Mas o attestado medico diz que elle precisa retirar-se para fóra da capital, porque a sua enfermidade é curavel em um longo prazo, que não determina e estou habituado a ver nas inspecções militares do exercito precisar-se o prazo, dizendo-se que o tratamento poderá ser feito mediante 5 dias, 30, 2 mezes, 3, etc. Aqui só se diz— um longo tratamento fóra da capital...

Realmente a commissão, que tem entre seus membros um illustre e respeitavel medico, lente de uma de nossas faculdades e luzeiro nas discussões do Senado, deve saber perfeitamente si uma synovite precisa de um anno para tratar-se.

O SR. MANOEL VICTORINO—Ha synovites que exigem dezenas de annos.

O SR. JOÃO NEIVA—Mas é preciso saber si a molestia do requerente está nestas condições.

O SR. MANOEL VICTORINO — E até a synovite da anchylose é incuravel.

O SR. JOÃO NEIVA—E si não forem dadas as explicações que justifiquem a concessão dessa licença, por parte da honrada commissão, votarei contra, por ser o prazo longo e não terem sido esgotados os recursos facultados pela lei para a obtenção de licença pedida ao presidente do tribunal.

Esses funccionarios do Supremo Tribunal Federal, depois de 20 annos de effectivo serviço, teem prerogativas de que não gosam os outros cidadãos brazileiros; teem aposentadoria com todos os vencimentos sem a invalidez, como marca a Constituição.

O SR. GOMENSORO dá um aparte.

O SR. JOÃO NEIVA— V. Ex. veja o artigo que citei e tambem o art. 32.

Aposentadoria aos 10 annos com a quinta parte de seus vencimentos, e aos 20 annos com todos os vencimentos, sem causa justificada.

Teem essas prerogativas que nenhum cidadão brazileiro tem e mais ainda a de obter licenças de um anno em quatro dias.

Acho que com estas regalias é um tribunal que deve ser desejado por todos nós.

Tenho concluido.

O Sr. Manoel Victorino—O honrado senador que acaba de occupar-se com o assumpto, Sr. presidente, não tem absolutamente razão nas censuras que fez e que não envolvem sómente...

O SR. JOÃO NEIVA—Si V. Ex. tiver razão, darei o meu voto a favor do parecer.

O SR. MANOEL VICTORINO... o pedido de licença; envolvem tambem a marcha que tem seguido os trabalhos do Senado nesta materia a discussão.

O SR. JOÃO NEIVA—Não cansarei a marcha da discussão: apenas disse que a sua rapidez indicava a gravidade da molestia.

O SR. GOMENSORO — Pedi dispensa de intersticio e creio que tive o voto de S. Ex.

O SR. MANOEL VICTORINO—O historico deste requerimento já foi feito, apezar de envolvido nas apreciações injustas do nobre senador.

E' verdade que o requerimento veiu no dia 5 e que no dia 6 o parecer foi emittido; que se pediu dispensa de intersticio e dispensa de publicação em avulso; que se requereu urgencia para entrar a proposição na ordem do dia, logo que fosse publicado no *Diario official* o parecer em questão que esta urgencia foi vencida de accôrdo com o regimento; e conseguintemete que se observou escrupulosamente a pratica regimental, que não foi nesse caso esquecida, não houve atropello algum e si houvesse S. Ex. teria reclamado.

O SR. JOÃO NEIVA—Não disse que tivesse havido.

O SR. MANOEL VICTORINO — Si o regimento tivesse sido infringido, certamente que o honrado senador teria protestado e essa infracção não teria encontrado da parte do presidente da casa, que nestas questões procede com a maior correcção e austeridade (*apoiados*), a acceitação para uma urgencia que não fosse permittida. Nenhuma das disposições regimentaes foi infringida e pois não ha nenhum motivo de censura pela rapidez com que se tem tratado do assumpto.

Entretanto esta rapidez está perfeitamente justificada pela natureza da molestia. Não é questão de gravidade; é de natureza. Ha molestias que podem reclamar um tratamento urgente, sem serem muitissimo graves.

E qualquer que seja a molestia, nós não temos que considerar a sua gravidade em relação á licença a conceder; o que nós temos de considerar é a necessidade de habilitar o funccionario a reassumir suas funcções normalmente.

Qualquer que seja a gravidade de uma molestia, desde que ella constitua um impedimento ao exercicio das funcções a que o empregado ou funccionario se entraga, nós ao que devemos attender é á existencia desse impedimento e votar as licenças pedidas, quando ellas estejam de accordo com a lei.

Não se trata, pois, da gravidade da molestia; trata-se da circumstancia especial em que se achava o enfermo, que necessita de grande tratamento. Elle veiu a esta casa, é verdade, mas veiu coxeando, dificilmente caminhando, como viram os nobres senadores, que tiveram a occasião de encontar-se com elle. (*Apoiados.*) Este obstaculo á sua marcha, obstaculo que tive occasião de verificar como medico, tende a aggravar-se, e realmente estas synovites, com o caracter que assumiu aquella de que soffre o peticionario, vão progressivamente augmentando e difficultando de tal modo a marcha, que afinal impedem que o individuo entregue-se ao trabalho da locomoção.

O honrado senador conhece alguma cousa dessa enfermidade e sabe que a primeira das indicações para o seu tratamento é o repouso absoluto.

Logo, nós não tinhamos que ver em relação ao cidadão que requereu esta licença si não que elle soffre de uma enfermidade que o obriga a entregar-se a repouso absoluto, como é necessario em molestias desta ordem.

Quanto á circumstancia da maior ou menor gravidade da synovite, é muito natural que V. Ex. não conheça a classificação das diversas especies dessa enfermidade.

Ha até uma que se conhece sob a denominação de tumor branco, que é a synovite da anchylose o que inutilisa o individuo e póde trazer-lhe soffrimento muito mais grave, a supuração, as fistulas, e que póde exigir uma operação importante.

Mas a molestia em si não é tão innocente, nem tão pouco grave, como S. Ex. fez crer ao senado; a molestia tem toda a importancia, e para o peticionario ella envolvia a impossibilidade de entregar-se ás suas funcções habituaes.

O SR. JOÃO NEIVA — Por espaço de um anno?

O SR. MANOEL VICTORINO—Desde que a primeira condição a preencher era o repouso, nós não poderiamos concorrer para que essa indicação therapeutica fosse observada sem conceder a licença que o requerente pede.

Mas diz S Ex.: Será necessario um anno? Póde ser até mais.

O SR. JOÃO NEIVA—Póde ser mais, sem duvida.

O SR. MANOEL VICTORINO — O tratamento desta molestia ás vezes prolonga-se e prolonga-se muito. Acabei de dizer que ha uma fórma de synovite, que póde inutilisar o individuo, acarretando depois a impossibilidade de mover a perna, ou a anchylose, que é a consequencia, póde acarretar-lhe a estada no leito por muitos mezes e até annos.

O SR. JOÃO NEIVA— Sim, senhor, tal seja a natureza da anchylose.

O SR. MANOEL VICTORINO— Consequentemente nós não podemos de antemão prever o tempo que será necessario ao funccionario para elle se tratar convenientemente.

Elle pede a licença de um anno. Ora, a licença de um anno era justamente aquella que dependia de approvação do Poder Legislativo. O tribunal não lhe podia dar licença por esse tempo, não é assim ?

O SR. JOÃO NEIVA dá um aparte.

O SR. MANOEL VICTORINO—V. Ex. citou a lei. Elle precisava de um periodo longo para se tratar no proprio estado, como seu medico disse ; precisando desse periodo longo, elle recorreu ao unico poder que lhe póde conceder e o unico poder competente, do qual elle poderia obter uma licença por prazo tão longo.

Não vejo da leitura da lei que o funccionario esteja inhibido, no caso de precisar de uma licença longa, de ir ao corpo legislativo sem ter esgotado a licença que póde ser concedida pelo tribunal.

O SR. JOÃO NEIVA dá um aparte.

O SR. MANOEL VICTORINO—Não ha tal inobservancia dos preceitos da lei. Si, da consulta do seu medico, elle tivesse deprehendido que lhe bastariam dous ou tres mezes, teria recorrido ao tribunal, não viria pedir ao corpo le-

gislativo esta licença; isto é claro, seria uma superfluidade ou inutilidade, de que elle não lançaria mão; mas, desde que o seu medico não lhe garante o tratamento nesse periodo e pelo contrario duvida que se realise dentro do mesmo periodo, elle appella para uma licença maior, que só poderia ser concedida pelo Poder Legislativo.

Não diz a lei que o funccionario seja obrigado a esgotar primeiro a licença do tribunal. (*Apoiados.*)

O SR. JOÃO NEIVA—E' da praxe.

O SR. MANOEL VICTORINO—Perdoe-me; não está na praxe.

O SR. JOÃO NEIVA dá um aparte.

O SR. MANOEL VICTORINO—Ora, si para qualquer pedido de licença nós, pelo menos até agora, não temos adoptado esse procedimento inquisitorial...

O SR. JOÃO NEIVA—Rigoroso, diga; mas inquisitorial, não.

O SR. MANOEL VICTORINO — ... inquisitorial...

O SR. JOÃO NEIVA—Não, senhor.

O SR. MANOEL VICTORINO — Si ha funccionarios, que aliás não devem ter para o Senado... é verdade que a lei é igual para todos...

O SR. JOÃO NEIVA—Ah ! ahi é que eu queria que V. Ex. chegasse.

O SR. MANOEL VICTORINO—... sim, mas que não devem ter para o Senado a circumstancia especial, que sem duvida nenhuma deve e póde ser tomada em consideração por todos nós, de se tratar de um ex-collega nosso, de um homem que cooperou de modo relevante, de modo salientissimo para a elaboração das nossas leis, para essa obra importante da nossa organisação legislativa. (*Apoiados.*)

O SR. JOÃO NEIVA —Não contesto a illustração delle ; não se trata disso.

O SR. MANOEL VICTORINO — Trata-se disso. Si os serviços que um homem presta ao seu paiz não servem nestas pequenas occasiões, em que elle reclama meia duzia de mezes ou um anno de licença para se tratar;si esta consideração, si este seu passado e esta tradição, que o recommenda como um homem notavel ao paiz, não o apresentarem idoneamente em uma situação comn esta; si lhe for applicado este systema inquisitorial e se exigir que venha para aqui o funccionario para se verificar si a sua synovite é ou não desta ou daquella gravidade, si elle precisa de tres ou seis mezes para se tratar ; si esta circumstancia não pesar no espirito de todos nós, então comprehende V. Ex. que não sei o que poderá no espirito dos legisladores influir de modo a attendendo aos serviços especiaes de um funccionario desta ordem, á sua posição, á necessidade que o tribunal tem de suas luzes, de sua collaboração, porque a nossa Republica não tem tão grande abundancia de homens notaveis que esteja a menosprezar este ou aquelle (*apoiados*) ; si esta circumstancia não deve pesar em nosso espirito, então V. Ex. me aponte quaes são os elementos pelos quaes nós outros, legisladores, nos devemos guiar na facilidade maior ou menor com que concedemos estes pequenos favores.

O SR. JOÃO NEIVA dá um aparte.

O SR. MANOEL VICTORINO — Não houve açodamento, e quando houvesse, a apreciação de V. Ex., envolvendo uma censura á casa, importaria para nós em uma situação que só poderia ser explicada pelo modo por que me externei ha pouco, dizendo-lhe que não se tratava aqui de um funccionario que seja desconhecido por qualquer de nós e cuja palavra possa ser posta em duvida acerca da necessidade ou desnecessidade de tres ou seis mezes de licença. (*Apoiados.*)

O SR. U. DO AMARAL — A palavra do Sr. Amphilophio vale mais do que qualquer attestado (*Apoiados.*)

O SR. MANOEL VICTORINO — Consequentemente julgo destituida de fundamento a censura feita por V. Ex. ao Senado pelo seu açodamento...

O SR JOÃO NEIVA — Não fiz censura ao Senado.

O SR. MANOEL VICTORINO — ...e não descubro no requerimento e nos documentos que o acompanham nenhum motivo para que S. Ex. encontrasse na lei esta licença, como ella está contida na proposição. Não houve improcedencia nesse requerimento dirigido ao Senado; não ha incompetencia nossa em dar a licença antes do tribunal ter esgotado aquella que poderia dar; e por isso, quer sob o ponto de vista da lei, quer sob o ponto de vista do merecimento do peticionario e da maior ou menor presteza com que andámos na concessão da licença, nada ha absolutamente de censuravel. E esse processo inquisitorial, a que V. Ex. quer sujeitar os altos funccionarios do paiz quando requeiram qualquer licença, nem será acceito por elles, nem poderá ser norma adoptada pelo corpo legislativo.

O SR. JOÃO NEIVA — Permitta V. Ex. que não deixe ficar consignada sem reparo a palavra—*inquisitorial*. Quero que as cousas sigam por melhor caminho; quero que o attestado medico precise o tempo e mais nada.

O Sr. Gomensoro—Sr. presidente, levanto a censura feita pelo nobre senador pela Parahyba, si censura existe.

O Sr. João Neiva—Não censurei; peço até a retirada do que disse, si nisso se enxergar censura.

O Sr. Gomensoro — Vou levantal-a, portanto, declarando a V. Ex. que pela phrase da lei não vejo que as commissões de justiça e de fazenda deixassem de cumprir essa disposição legal do artigo citado pelo nobre senador e que deixo de ler por estar no conhecimento do Senado.

Diz esse artigo, em summa, que o tribunal poderá conceder licença por quatro mezes, e findo esse prazo, só poderá depois de um anno ser renovada a licença.

Segue-se, portanto, que a phrase da lei é verdadeira—concederá; e usou perfeitamente do seu direito o funccionario quando, não indo ao tribunal pedir-lhe esta licença, quando veiu pela necessidade estabelecida pelas circumstancias especiaes da saude declinadas pelo nobre senador que acaba de preceder-me, e pelo attestado explicando a gravidade da molestia do mesmo funccionario, quando veiu, digo, pedir ao Corpo Legislativo uma licença que é excedente de quatro mezes.

Não vejo, portanto, essa obrigação arvorada em pratica trazida pelo nobre senador pela Parahyba.

O Sr. João Neiva—Esta pratica não é do regulamento?

O Sr. Gomensoro—Não é do regulamento, V. Ex. não me mostra.

O nobre senador pela Parahyba disse que era costume, era pratica usar desses meios, isto é, ir ao tribunal, depois podia ir ao governo e então ahi pedir uma licença maior. E' exacto, anteriormente se fazia assim e hoje ainda se póde fazer do mesmo modo. Mas, aquelle facto a que S. Ex. irrogou uma censura e que entende que se dá hoje nesta casa, póde ser evitado, porque anteriormente o que se fazia? Pedia-se uma licença até tres mezes ao presidente, que a concedia e quando era de seis mezes pedia-se ao ministro respectivo que a dava.

Depois de esgotado este tempo, de nove mezes e talvez mais, porque póde-se conceder a licença com a metade do ordenado e póde-se dar até o caso de se a conceder por mais de um anno, então é que se vinha pedir ao corpo legislativo uma licença maior.

Mas, pergunto ao nobre senador que conhece o funccionario: Póde elle esperar que findo o prazo de um anno use deste meio para pedir nova licença? Creio que não poderá fazel-o; nem tampouco S. Ex. póde assegurar o que acabou de affirmar.

Portanto, Sr. presidente, perante a lei, não vejo motivo para que a commissão incidisse em censura dando a licença de um anno ao funccionario de que se trata.

Creio ter demonstrado a improcedencia desta censura, si censura houve á commissão.

O que sinto é que houvesse de soffrer pela primeira vez o rigor de S. Ex. um modo de ver tão severo nesta apreciação feita á commissão da qual faço parte.

O Sr. Presidente—O honrado senador pela Parahyba fazendo impugnação ao projecto, cuja discussão acaba de encerrar-se, estranhou o açodamento com que o Senado estava tratando o assumpto, de modo tal que em dous dias ficaria aqui resolvida a licença pedida pelo Sr. Amphilophio Botelho Freire de Carvalho, ministro do Supremo Tribunal Federal.

A estranheza do honrado Senador absolutamente não tem razão de ser.

S. Ex. conhecedor como é do regimento do Senado, sabe que o projecto em questão tem caminhado de perfeito accordo com as prescripções regimentaes.

Darei uma nova informação á S. Ex. e pela qual verá que a marcha do assumpto foi ainda mais rapida do que suppõe: o requerimento é datado de 5 e o parecer é datado de 6.

Informo ao honrado Senador que este requerimento embora datado de 5, só chegou ao conhecimento do Senado no dia 6 e conseguintemente foi apresentado no dia 6 e nesse mesmo dia teve parecer e foi dado para ordem do dia de 7 do corrente tudo isto de perfeito accordo com o regimento da casa.

No dia 5, ao terminar a sessão do Senado, apresentou-se aqui o Sr. Amphilophio, coxando, como já informou o relator da commissão e muito impressionado com a molestia de que está soffrendo.

O honrado relator da commissão de fazenda do Senado, tendo-o examinado, considerou que o seu estado requeria prompto tratamento e mandou que elle se collocasse em inteiro estado de quietação, reprovando que elle andasse.

O Sr. Dr. Amphilophio dirigindo-se a mim, pediu-me que apresentasse o seu requerimehto no dia segninte. O requerimento ficou em minhas mãos e na sessão do dia 6 foi apresentado e remettido á commissão de finanças e de justiça.

O relator que, para casos analogos, é o honrado senador pela Bahia, que discutiu o assumpto, tendo examinado a enfermidade do Dr. Amphilophio, considerou urgente a concessão da licença e lavrou immediatamente o seu parecer. De modo que ao terminar a

sessão, veiu elle á mesa assignado pelos membros da commissão de finanças e justiça do Senado.

Terminada a leitura, o honrado senador pelo Maranhão que reconhecia a urgencia, requereu não só dispensa de impressão do parecer, como urgencia para sua discussão.

A dispensa de impressão está consignada textualmente em um dos artigos do novo regimento; a urgencia o está tambem. E os seus effeitos são os seguintes: para o projecto que tem duas discussões, como aquelles que são propostos por commissões de casa, o effeito da urgencia consiste na immediata segunda discussão e na dispensa do entersticio para a terceira.

Taes são as prescripções regimentaes e estas foram observadas.

Apresentado naquelle dia, o parecer e votada a urgencia sem reclamação, a obrigação da mesa era offerecel-o á discussão no dia 7.

Approvado no dia 7, como foi hontem, é muito regular que tenha entrada em 3ª discussão no dia 8; e, si o Senado persistir em manter a urgencia que votou, hoje deve approvar a redacção daquelle projecto para ser remettido á Camara dos Srs. Deputados. O honrado senador pela Parahyba, ao envez de extranhar o procedimento do Senado...

O Sr. Joao Neiva — Não estranhei.

O Sr. Presidente ...conhecedor como é do regimento, devia antes fazer elogios ao Senado por estar cumprindo fielmente o regimento. (*Apoiados. Muito bem.*)

Ninguem mais pedindo a palavra encerra-se a discussão.

Procede-se á votação e são recolhidas 36 espheras, sendo 32 brancas e 4 pretas.

A proposição é approvada por 32 votos contra 4, e sendo adoptada vae ser remettida á Camara dos Deputados, indo antes á commissão de redacção.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissões de justiça e legislação e de finanças, e é sem debate approvada emescrutinio secreto, por 33 votos contra 5, a proposição da Camara dos Deputados n. 15, de 1893, auctorisando o Poder Executivo a conceder a Manoel Mello Mattos, escrivão do juiz seccional no estado da Bahia, seis mezes de licença, em prorogação, afim de tratar de sua saude.

A proposição é adoptada para passar á 3ª discussão.

Segue-se,em 2ª discussão, com o parecer das commissões de estatistica e de finanças, e é sem debate approvada em escrutinio secreto por 34 votos contra 5, o projecto do Senado n. 21 de 1893, concedendo a Antonio da Silva Netto, chefe da 2ª secção da Directoria Geral de Estatistica, nove mezes de licença para tratar de sua saude.

O projecto é adoptado para passar á 3ª discussão.

O Sr. Presidente— Segue-se em discussão a emenda do Senado á proposição da Camara dos Deputados, n. 91 de 1892, relativa a fundação de uma colonia correcional no proprio nacional Fazenda da Boa Vista na Parahyba do Sul.

Esta emenda do Senado é suppressiva do art. 9 da proposição da Camara dos deputados que autorisa a creação de colonias correcionaes.

O artigo 9 contem a seguinte disposição:

« Os estados poderão fundar a sua custa colonias correcionaes agricolas, na conformidade das disposições desta lei, correndo somente a despeza por conta da União, quando nas leis annuas si votar verba especial para ellas. »

O Senado por uma emenda supprimiu este artigo, a Camara dos Deputados manteve o artigo, rejeitou a emenda do Senado; esta volta ao Senado, que tem de deliberar, rejeitando ou mantendo-a, mas a sustentação da emenda dependerá de dous terços de votos, na fórma da Constituição e do regimento.

A commissão de justiça e legislação no seu parecer conclue que o Senado deve rejeitar a emenda, mantendo-se desse modo a resolução da outra Camara.

Não havendo quem peça a palavra encerrada a discussão.

Procede-se a votação.

E' a emenda rejeitada por isso que não obteve as 2/3 dos votos presentes.

A proposição vae ser enviada a sancção presidencial.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissões de legislação e justiça e de marinha e guerra, o art. 1º, do projecto do Senado, n. 16 de 1893, que marca os casos e modo da revisão dos processos findos de crimes militares.

O Sr. Americo Lobo — Sr. presidente, como nota dissonante na opinião até aqui enraizada, vou aventar uma questão prévia, e para ella chamo a attenção dos meus illustres collegas e a de *V.* Ex., que promulgou a Constituição de 24 de fevereiro, certo de que todos não quererão dar á Constituição uma interpretação illegal, illegitima, arbitraria, violenta e revolucionaria.

Sr. presidente, quando eu era moço, representei um districto de Minas Geraes, na Camara dos Srs. Deputados, na legislatura de 1867.

Nella figurou uma mascula intelligencia do Maranhão, que hoje não faz parte do Con-

gresso, mas da qual nasceu o principio novo, humano, mais que brazileiro, da revisão dos processos. Era a lagrima de piedade que a Republica derramava sobre os condemnados pela injustiça dos tribunaes; era a revisão á semelhança daquella que se fará, segundo diz a escriptura, nos vales de Josaphat, mas onde não havia a trombeta invocando os mortos, sinão o ai de compaixão que vinha dar vida aos cadaveres feitos pela justiça imperfeita do imperio.

Mas, Sr. preoidente, essa idéa luminosa, que se enraisou e crystalisou-se em nossa legislação, e que faz honra á Republica, a Constituição de 24 de fevereiro a abraçou ardentemente e collocou entre as suas disposições geraes essa bandeira maior que a da misericordia, porque é a bandeira da justiça, a da reivindicação da probidade, da reputação e da liberdade, da vida emfim dos nossos concidadãos.

Até onde, porém, se estende, Sr presidente, essa promessa constitucional? Será aos crimes communs ou aos crimes especiaes?

Vejo no projecto apresentado com as melhores intenções a ruina da Republica, ou dos seus poderes, porque, si dos processos militares ha revisão constitucional, tambem ha dos *impeachments* do Senado, porquanto o Senado é tambem um tribunal para julgar o Presidente da Republica e os seus ministros.

E pergunto: esses julgamentos, cujas formulas estão compendiadas em duas leis promulgadas em janeiro de 1892 e que conteem penas severas, quaes a perda do emprego e a incapacidade de exercer outros, acaso teem revisão? Não, Sr. presidente, impossivel, não ha nenhuma jurisdição superior á do Senado.

E como se fará a revisão proposta? O projecto declara que prevalerão as regras do decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890. Pois bem; o que vemos nesse decreto? E' que as autoridades constitucionaes serão obedientes ao Supremo Tribunal na diligencia ordenada para o descobrimento e da verdade e de novos factos.

E', portanto, uma nova alçada, que se superpõe ás alçadas existentes. E ainda pergunto ao Senado: é possivel que uma sentença condemnatoria do Senado seja revista por um tribunal? Não, jámais, ou então não existiria Senado.

Os mesmos crimes contra os estados, que o Codigo Penal no art. 6º excluê, esses crimes contra a policia dos estados que ficam ao arbitrio delles punir, permanecem ainda affectos á revisão? Ainda respondo que não, porque o mesmo decreto que mencionei os exclue.

Portanto é um engano manifesto suppor-se que o principio constitucional, como manto infinito, envolva a todo o mundo.

A pena disciplinar do exercito e da marinha nunca póde estar dependente do Supremo Tribunal Federal.

Ora, o Codigo Criminal antigo no art. 308 exclue de si todos os delictos militares, que diz serão punidos conforme o seu processo especial, e o novo Codigo Penal no seu art. 6º tambem os exclue, dizendo (*lê*):

« Este codigo não comprehende:

a) os crimes de responsabilidade do Presidente da Republica;

b) os crimes puramente militares, como taes declarados nas leis respectivas;

c) os crimes não especificados nelle, contra a policia e economia administrativa dos Estados, os quaes serão punidos de conformidade com as leis peculiares de cada um. »

Nossos dous codigos já fizeram, pois, a distincção de crimes militares: nem são politicos, nem communs; são crimes especiaes, de cujo castigo depende a existencia nacional, que devem ser punidos promptamente.

Póde-se dizer que a toga é superior ou igual á espada; mas o Supremo Tribunal Militar tem tambem juiz togado; quando se votou a Constituição, se creou tambem um tribunal militar para julgar em 2ª instancia desses delictos, e esse tribunal é annullado pelo projecto, porque, como eu disse, ha verdadeira contradicção no projecto, que se prende aos moldes do decreto n. 848. Supponhamos um crime de deserção, um crime da entrega da bandeira e da praça, um crime semelhante áquelle que commetteu o marechal Basaine; é possivel que em um caso destes a justiça civil impeça a defesa da patria? Jamais. O militar póde ser injustamente condemnado e fusilado, mas o seu dever é morrer ainda que injustamente, porque a lei suprema da salvação publica assim o exige.

Tal é a difficuldade com que lucta o illustre autor do projecto que dá ao governo o poder de suspender uma execução e o de mandar fuzilar immediatamente, posto que longe do theatro dos acontecimentos!

Ha, portanto, verdadeira incompatibilidade entre o processo commum e o processo militar; são cousas que não se podem encontrar juntas. Appello para o codigo do meu illustre collega de representação, o Sr. Felicio dos Santos.

Diz o art. 59 (*lê*):

« Havendo opposição entre a disposição geral da lei e a disposição sobre caso particular, prevalece esta como excepção daquella.»

Além disto, na generalidade dos casos todas as leis penaes soffrem limitação. Por isso

chamo a attenção do Senado para o art. 77 da Constituição.

Como póde existir o especial fôro, com toda a sua jurisdicção privativa, em frente da revizão do Supremo Tribunal Federal?

Pergunto: onde está terminada a acção do processo num caso militar?

Vou ler, Sr. presidente, o art. 77 da Constituição (*lê*):

« Os militares de terra e mar terão fôro especial nos delictos militares.

§ 1.° Este fôro compor-se-ha de um Supremo Tribunal Militar, cujos membros serão vitalicios, e dos conselhos necessarios para a formacão da culpa e julgamento dos crimes.

§ 2.° A organisação e attribuições do Supremo Tribunal Militar serão reguladas por lei. »

Logo si a classe militar tem um fôro especial, este fôro não se confunde com os dos delictos communs. O que se quer na revisão dos processos de crimes militares? Quer-se a manifestação da verdade em bem da propria liberdade.

Mas, aquelles que juram bandeira, que trazem nas suas mãos a defesa da patria; estes, a bem de todos sacrificam-se e expoem-se não só á bala dos inimigos como aos castigos dos seus superiores.

Logo, si ha um tribunal especial para estes crimes, si elles não se confundem com os crimes communs, si fomenta anarchia no exercito uma decisão que depende do beneplacito civil e si não se comprehendem dous supremos tribunaes chocando-se, sou da theoria daquelles, que, como o ministro da guerra entendem que se não deve remetter ao Supremo Tribunal o processo do Sr. capitão Crispim de Mello, não sob fundamento da falta da lei, mas por interpretação legitima da Constituição.

Lembro este parallelo: o Presidente da Republica, por virtude de condemnação perde o cargo; é uma *capitis diminutio maxima*. Logo, ou as sentenças militares não devem ser revistas, ou sel-o-hão por tribunaes militares.

O projecto ainda falla em perda de condecorações que estão abolidas. Diminue, é verdade os casos de revista; mas o seu illustre autor, pagando o tributo do erro commum, notou que o principio é anarchico e subversivo da ordem, e, portanto, da liberdade porque sem ordem não ha liberdade.

Onde fica a disciplina militar? Então as leis marciaes são verdadeiras figuras de papelão ou de folha? Ora, não quero naquelle tribunal juizes revestidos de uma toga tão infantil e irrisoria. Não; quero ver o juiz julgando conforme a sua consciencia, de accordo com a soberania da lei, garantindo a defesa nacional e a disciplina.

Como disse, é um ponto de vista novo no debate este e talvez seja eu o unico a vel-o. Mas estou certo que, si o Senado observar bem em que abysmo rolará não só elle que representa um pOder publico como ainda tudo quanto nos cerca, porque pela Constituição o exercito e a marinha são instituições permanentes, si o Senado emfim attentar em todos os perigos dessa intelligencia erronea, condemnará essa interpretação que não tem razão de ser porque é a interpretação que mutila toda a organisação social.

O Sr. João Neiva dá um aparte.

O Sr. Americo Lobo—Opponho á affirmação de V. Ex. a minha negativa fundada no raciocinio que hontem fiz intuitamente sobre o projecto de lei. Só peço ao Senado que medite sobre o assumpto, bastante grave, e que não commetta erros inutilisando o serviço militar e com elle a disciplina.

Confesso que por falta de attenção participei do erro commum; sendo civil, não quiz invadir por pensamento a esphera militar.

Vi por parte do nobre senador pela Parahyba que S. Ex. fez restricção nos casos da revisão e sob esta illuminação, meu espirito, que não é inimigo da verdade, reconheceu que estavamos em erro profundo e que ao contrario do que faziamos deviamos harmonizar o texto da lei,

Sr. presidente, eu que acato o Supremo Tribunal Federal, acho que elle não tinha razão no conflicto suscitado.

Estou ao lado do ministro da guerra não por principio de camaradagem mas pelo reconhecimento do direito.

Nestes termos tendo aventado a minha objecção, não offendo a Constituição, que é um dogma que atravessa todos os espiritos e domina todas consciencias.

Quando, porém, a Constituição precisa ser explicada e entendida, nós devemos ser cautelosos para não cahirmos em algum disparate de onde provenha o descredito della.

Não, eu que sou a filha de vossas resoluções, eu que sou a Minerva de vossos cerebros, dirá ella, não quero de nenhuma fórma inutilisar a jurisdicção militar e com ella toda a disciplina, toda a ordem e toda a liberdade. (*Muito bem.*)

O Sr. João Neiva entra nesta discussão bem a contragosto; pisa em terreno que lhe é pouco conhecido. Entretanto, deve ao Senado esclarecimentos, porque foi o autor do projecto que se discute.

O honrado senador por Minas negou a necessidade da revisão dos processos, porque o art. 77 da Constituição dava ao exercito e á armada um fôro especial, creando o Supremo Tribunal, ao qual cumpre resolver,

em ultima instancia, todas as questões que lhe fossem affectas, quer de administração, quer criminaes.

Ora, o orador lembra ao honrado collega o art. 81 da Constituição, em virtude do qual teve a honra de apresentar ao Senado o projecto em discussão.

Si effectivamente o art. 77 crêa o fôro especial para os crimes militares, vem depois o art. 81, que diz o seguinte, no § 3º:

«As disposições do presente artigo são extensivas aos processos militares.»

Ora as disposições do presente artigo são estas:

«Os processos findos, em materia crime, poderão ser revistos, a qualquer tempo, em beneficio dos condemnados, pelo Supremo Tribunal Federal, para reformar ou confirmar a sentença.»

Isto é ou não é por demáis claro? manda ou não manda o art. 81 que a revisão dos processos militares corra pelo Supremo Tribunal Federal?

Orador queria que o honrado senador por Minas dissesse si á vista do § 3º do art. 81 não modifica o seu juizo! Accresce que S.Ex. é advogado e deve saber que, si o tribunal superior militar condemna, esse mesmo tribunal não póde rever a sua sentença, porque sempre ha de confirmar o seu primeiro aresto.

No fôro commum ou civil estas questões são sempre decididas por um tribunal estranho.

O orador lê um topico do relatorio do Ministerio do Guerra, pelo qual se vê que o proprio governo, o proprio ministro, o proprio Supremo Tribunal Militar acceitam a revisão feita pelo Supremo Tribunal Federal, em obediencia ao art. 81 da Constituição.

No mesmo relatorio, á pag. 9, vê-se uma cousa que deve envergonhar aos republicanos — uma condemnação a galés perpetuas, quando a Constituição só estabelece a pena maxima de trinta annos de prisão. Da acta da sessão do Supremo Tribunal Militar consta a corrigenda deste erro (porque foi um erro do amanuense), mas em todo o caso é de lamentar que isto esteja no relatorio.

Em o nosso exercito, que é de desoito mil homens, existem quinhentos condemnados a prisões temporarias, nove a galés e vinte e tres expulsos das fileiras: isto prova que é necessario um codigo militar.

Quanto á pena de morte em tempo de guerra, diz o honrado senador que ella escapa á marcha de todas as outras, porque tem de ser cumprida immediatamente. Por isso é preciso que, em todos os casos, o governo determine que o general chefe communique o facto e suspenda a execução até que o governo resolva como antigamente que ninguem era enforcado sem haver o recurso de petição de graça.

S. Ex., porém, tem razão em um ponto: a revisão por qualquer motivo, como quer o decreto de 1890, seria anarchia dos quarteis. O orador no seu projecto limitou os casos ás sentenças de cinco annos para cima e o projecto absolutamente não traz como consequencia a anarchia.

Disse mais o illustre collega que a lei do Conselho Supremo Militar não reconhecia a competencia do Supremo Tribunal Federal para rever os processos de que se trata. Ora, o orador disse, quando apaesentou o projecto, que aguardava a passagem da lei que reorganisa o Supremo Tribunal Militar, para offerecel-o, e foi o que fez realmente.

Finalmente, S. Ex. notou que no art. 3º, lettra C falla-se em penas de distincção, com perda de posto, honras militares e condecorações.

Realmente a palavra condecorações foi mal applicada, mas o orador explica dizendo ter copiado a pena do codigo da armada, de 1891, posterior mesmo á Constituição.

Acceitará emenda a suppressiva da palavra *condecorações*. Copiou as penalidades do codigo da armada, porque tratava-se de duas classes muito semelhantes.

Acredita o orador ter respondido as observações do seu honrado collega. (*Muito bem*; *muito bem.*)

O Sr. Americo Lobo—Sr. presidente, sinto que o Senado está fatigado depois de ter ouvido o brilhante discurso do nobre senador pela Parahyba.

Reconheço que na verdade não dei muita attenção ao § 3º do art. 81 da Constituição; e, como disso meu illustre collega, confesso essa falta.

Mas, o que S. Ex. ponderou não modifica em cousa alguma o que eu avancei, porque mostrei, como os artigos da proposição a incompatibilidade das suas disposições.

De facto não conheço a legislação militar e seu processo, e presumi que não houvesse revista para quaesquer tribunaes em tempo de guerra e em tempo de paz.

Um Sr. Senador continúa a revisão.

O Sr. Americo Lobo—E' outra questão.

O Sr. João Neiva— Esta lei vem firmar o principio da revisão no tempo de paz e no tempo de guerra. Antigamente não havia revisão; a sentença era definitiva, só havia o poder moderador.

O Sr. Americo Lobo— O illustre senador accentuou que o projecto offerecido pelo digno representante do Rio Grande do Norte tinha

contradicções e disposições contra a disciplina mas em aparte declarou que a Constituição determinava a revisão. Onde está, porém, a disciplina do exercito e da armada, desde que o primeiro cidadão póde suspender a acção do Tribunal Militar?

O SR. JOÃO NEIVA—Especificam-se os casos.

O SR. AMERICO LOBO—Não fallo já da parte, que usa do seu direito, recorrendo; o que observo é qualquer cidadão póde vir impedir a acção dos tribunaes militares!

O SR. GOMENSORO—Não apoiado.

O SR. JOÃO NEIVA—Não para rever sentenças passadas em julgado. Não se pertuba a acção dos tribunaes.

E' uma combinação....

O SR. AMERICO LOBO—Bem....

O SR. JOÃO NEIVA—Por isso é que peço a suspensão no meu projecto.

O SR. AMERICO LOBO—V. Ex. pede a suspensão a arbitrio do governo, isto é, colloca uma medida tão excepcional a arbitrio do governo.

Uma de duas: ou é util o recurso e neste caso deve constar da lei para não ter o governo esse arbitrio; ou é prejudicial e não deve existir.

O SR. GOMENSORO—Mas o recurso é necessario. V. Ex. está confundindo.

(*Ha outros apartes.*)

O SR. AMERICO LOBO—Não confundo; estou dizendo que a suspensão da execução da pena capital é arbitraria, logo não é necessaria.

A cousa é muito clara.

Supponha-se finda a acção da justiça militar; segundo o decreto n. 848 de 11 de outubro si o tribunal revisor mandar proceder a deligencias por outro militar?

Haverá ou não um limite para a acção do tribunal competente? Inegavelmente são duas jurisdições que se chocam, e este conflicto quer attenuar como um para-queda o projecto do honrado senador pela Parahyba. Esta é que é a verdade.

Agora outra consequencia, a qual S. Ex. não respondeu; o processo do Senado, o processo de contravenção, os processos contra a policia e a administração dos estados ficam ou não ficam sujeitas á revisão?

Póde-se dizer que o julgamento do Senado não seja definitivo, que ha outras penas? Mas elle em substancia é definitivo, é um *impeachment*, porque faz o empregado perder o emprego e o incapacita para outro.

O SR. Q. BOCAYUVA— Mas é exclusiva attribuição do tribunal politico.

O SR. AMERICO LOBO—E o tribunal militar não é politico? Em certa parte é politico.

O SR. Q. BOCAYUVA—Perdão o unico tribunal politico reconhecido pela Constituição é o Senado.

O SR. AMERICO LOBO—Longe está o tempo em que se julgava Luiz XVI por processo politico.

Pois, cidadãos republicanos, ha pena maior do que essa decadencia do poder publico?

Não ha pena maior; faz perder o emprego e tira a capacidade do cidadão para exercer outro

Como já disse, acho que está em contradicção o § 3º do art. 81 com o art. 77 da Constituição. Como se conciliam estas duas disposições antagonicas? Como a Constituição crea um tribunal especial e o annulla?

Eu desejava que o illustre senador pelo Maranhão me dissesse como póde harmonisar isso.

A jurisdicção especial do tribunal militar é um privilegio que se annulla com essa revisão do civil, porque esta revisão não consiste sómente em rever a pena, consiste tambem em renovar o processo, em estabelecer outras peças, e em mandar até como se manda a inferior.

O SR. JOÃO NEIVA—Não, senhor; é uma requisição de igual para igual,

O SR. AMERICO LOBO—Bem, mas onde está a superioridade hierarchica sinão naquelle que julga afinal?

Si um julgamento de 2ª instancia está submettido á revisão do tribunal civil, de quem é a superioridade sinão do civil?

O SR. JOÃO NEIVA dá um aparte.

O SR. AMERICO LOBO — O Supremo Tribunal não julgava nos casos de revisão, mandava rever; mas aqui torna-se um mandato imperativo.

Ha um tribunal a que se roga, e que não póde negar as novas providencias: logo não são rogatorias simples.

Quem em substancia vae reformar o julgamento definitivo do tribunal especial sinão outro tribunal civil? e este tribunal não é hierarchico pela Constituição?

O SR. JOÃO NEIVA — Não, senhor; esta historia da hierarchia seria bem desfenida na Constituição; não apresentaram emendas; ella ficou como está.

O SR. AMERICO LOBO — Sr. presidente, o § 3º do art. 81 nem se póde dizer constitucional, por que não faz parte da organisação dos poderes; é um paragrapho que está em contradicção com outro artigo especial, o 77.

Sigo, portanto, no caso de contradicção a regra especial.

Agora veja V. Ex. o perigo que ha na pro-

jectada revisão : não se distingue o estado de guerra do estado de paz.

A disciplina do exercito fica á mercê de qualquer do povo, isto é, dos inimigos do exercito e do paiz.

Ora, acho que é um perigo entrar qualquer do povo na disciplina do exercito, revivendo processos, direito que se dá indistinctamente a todos, e sem nenhuma cautela.

O SR. JOÃO NEIVA dá um aparte.

O SR. AMERICO LOBO.— Não temos lei, porque a lei é contradictoria.

Já consegui alguma cousa, porque o honrado autor do projecto já confessa que a revisão é anarchica e subversiva. Para chegarmos, portanto, á melhor deliberação, cumpre que a discussão deste projecto se suspenda. E' preciso pensarmos a respeito', porque não podemos nunca admittir a desorganisação nas forças armadas do paiz.

S. Ex. fallava no Sul, e eu respondi que tambem com o meu voto e pensamento havia acompanhado a esteira brilhante que atraz de si deixavam as nossas forças armadas. Era realmente um facto extraordinario : toda a nação estremecia com a narração da passagem de Humaytá, da batalha de Riachuelo e da de 24 de maio; todos desembarcamos com o general Osorio no solo paraguayo, porque nenhum brazileiro deixou de seguir, si não pessoalmente, ao menos com toda a sua alma e com todo o seu coração a marcha gloriosa do exercito vingador dos brios da patria. (*Muito bem.*)

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Entra em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate, o art. 2º.

Segue-se em 2ª discussão, o art. 3º.

Veem á mesa, são lidas, apoiadas e postas conjunctamente em discussão as seguintes

Emendas

Ao art. 3º (lettra *a*) accrescentam-se *in-fine*: e tambem para o caso de ser ella executada para rehabilitar a memoria do condemnado.

Ao mesmo art. (lettra *c*) supprime-se as palavras : e condecorações.

Sala das sessões, 8 de julho de 1893. — *João Neiva.*

Ninguem pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Entram successivamente em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate os arts. 4º a 8º e ultimo do projecto.

Indo proceder-se á votação verifica-se não haver mais no recinto numero legal, pelo que faz-se a chamada dos Srs. senadores que compareceram á sessão (41) e deixam de responder os Srs. : Gil Goulart, Thomaz Cruz, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Cunha Junior, Catunda, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Rosa Junior, Laper, Braz Carneiro, Saldanha Marinho, Rodrigues Alves, U. do Amaral e Raulino Horn (16).

O SR. 3º SECRETARIO declara que os Srs. Gil Goulart, Thomaz Cruz e Saldanha Marinho, participaram á mesa que se retiravam por incommodados.

A votação do projecto fica adiada por falta de numero legal.

O SR. 3º SECRETARIO lê e fica sobre a mesa para ser discutido na sessão seguinte depois de impresso no *Diario do Congresso* o seguinte

PARECER N. 108 — 1893

Redacção do projecto do Senado n. 22 de 1893, que concede a Amphilophio Botelho Freire de Carvalho, ministro do Supremo Tribunal Federal, um anno de licença, com ordenado para tratar de sua saude onde lhe convier

O Congresso Nacional resolve :

Art. 1.º E' concedido a Amphilophio Botelho Freire de Carvalho, ministro do Supremo Tribunal Federal, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude, onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões, 8 de julho de 1893. — *Americo Lobo.* — *Manoel Barata.*

Estando exgottada a ordem do dia o Sr. presidente declara que, no dia 10, haverá sessão secreta para o Senado tomar conhecimento da nomeação de ministros para o corpo diplomatico e que, si houver tempo, haverá sessão publica, cuja ordem do dia será:

Discussão unica da redacção do projecto do Senado n. 22 de 1893, concedendo um anno de licença, com ordenado, a Amphilophio Botelho Freire de Carvalho, ministro do Tribunal Federal, para tratar de sua saude onde lhe convier;

Votação em 2ª discussão do projecto do Senado n. 16 de 1893, marcando os casos e modo da revisão dos processos findos de crimes militares;

Discussão unica do parecer n. 101 de 1893 da commissão de constituição e poderes opi-

nando pela concessão da licença pedida pelo Sr. senador José Bernardo;

Dita do parecer n. 104 de 1893 da commissão de justiça e legislação opinando pela rejeição do veto do prefeito do Districto Federal, á resolução do conselho municipal, relativa á concessão de licenças para construções nas ruas desta cidade até seus limites.

3ª discussão do projecto do Senado n. 17 de 1893, dispondo sobre o aforamento perpetuo.

Levanta-se a sessão ás 3 1/4 horas da tarde.

—

50ª sessão em 10 de julho de 1893

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes (vice-presidente)

SUMMARIO — Chamada — Leitura da acta — Expediente—Parecer—Ordem do dia—Votação da redacção do projecto n. 22—Votação do projecto n. 16—Votação do projecto n. 101—Encerramento da discussão do parecer n. 101—Chamada—Adiamento da votação.

A's 2 3/4 horas da tarde, depois da sessão comparecem 41 Srs. senadores, a saber: Prudente de Moraes, João Pedro, Gil Goulart, Antonio Baena, Francisco Machado, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Nina Ribeiro, Cunha Junior, Gomensoro, Cruz, Elyseu Martins, Catunda, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, João Neiva, Firmino da Silveira, João Barbalho, Messias de Gusmão, Rosa Junior, Coelho e Campos, Virgilio Damasio, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Q. Bocayuva, Laper, Braz Carneiro, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Joaquim Felicio, Christiano Ottoni, Americo Lobo, Rodrigues Alves, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Paranhos, U. do Amaral, Raulino Horn e Esteves Junior.

Deixam de comparecer com causa participada os Srs. Thomaz Cruz, Coelho Rodrigues, Theodoreto Souto, Monteiro de Barros, E. Wandenkolk, Aquilino do Amaral, Generoso Marques, Pinheiro Machado e Julio Frota; e sem causa participada os Srs. João Cordeiro, Joaquim Pernambuco, Gaspar Drumond, Ruy Barbosa, Campos Salles, Joaquim Murtinho, Pinheiro Guedes, Santos Andrade, Luiz Delfino, Ramiro Barcellos e Manoel Barata.

O Sr. 1º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios:

Do 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 8 do corrente remettendo a seguinte

PROPOSIÇÃO N. 23 de 1893

O Congreso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o governo autorisado a desapropriar o predio em que funcciona a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, ou outro que mais convenha, abrindo para isto o credito necessario até á quantia de 250:000$, incluida nesta verba a despeza com os reparos que forem necessarios.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, 8 de julho de 1893. — *João Lopes*, presidente. — *Antonio Azeredo*, 1º secretario. — *Domingos Rocha*, 4º secretario. — A' commissão de finanças.

Do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, datado de 8 do corrente, devolvendo, devidamente sanccionado, um dos autographos do Congresso Nacional, autorisando o governo a applicar ao pagamento de passagens de immigrantes o credito consignado pelo orçamento vigente á garantia de juros a emprezas que se obriguem a fundar colonias, abrindo para aquelle fim um credito supplementar de 1.828:833$635 á verba —Terras Publicas e Colonisação.— Archive-se o autographo e communique-se á outra camara.

Requerimento de Antonio Galdino Travassos Alves, major graduado reformado do exercito em serviço, pedindo que seja junta aos papeis em que pede melhoria de reforma a sua fé de officio.— Junte-se.

O Sr. 2º Secretario lê e vae a imprimir, para entrar na ordem dos trabalhos, o seguinte

PARECER N. 109 — 1893

As commissões de finanças e de justiça e de legislação, tendo examinado o requerimento de Heraclydes de Miranda Machado, inspector da 5ª secção da 13ª circumscripção policial, urbana, do Districto Federal, pedindo um anno de licença, com vencimentos, para tratar de sua saude, e considerando que os inspectores seccionaes, creados pela

lei n. 76 de 16 de agosto de 1892, não podem ter licença por um anno, com ou sem vencimentos, porque não são empregados publicos e sim meros agentes auxiliares das autoridades policiaes, demissiveis *ad nutum*, são de parecer que seja indeferida a pretenção do peticionario.

Sala das sessões, 8 de julho de 1893.— *Manoel Victorino.— Rodrigues Alves.— Q. Bocayuva.— Domingos Vicente. — Gomensoro. — Nina Ribeiro. — A. Cavalcanti. — Saldanha Marinho.— João Barbalho.*

O Sr. Presidente — Não ha mais expediente.

ORDEM DO DIA

Entra em discussão unica, e é sem debate approvada a redacção do projecto do Senado n. 22, de 1893, concedendo um anno de licença, com ordenado, a Amphilophio Botelho Freire de Carvalho, ministro do Supremo Tribunal Federal, para tratar de sua saude, onde lhe convier.

E' annunciada a votação da 2ª discussão do projecto do Senado, n. 16, de 1893, marcando os casos e modo da revisão dos processos findos de crimes militares.

São successivamente approvados os arts. 1º a 3º e bem assim as emendas offerecidas pelo Sr. João Neiva.

São successivamente approvados os arts. 4º a 8º e ultimo do projecto.

O projecto é adoptado para passar á 3ª discussão, indo antes á commissão de marinha e guerra para redigil-o de accordo com o vencido.

Segue-se em discussão unica, e é sem debate approvada a conclusão do parecer n. 101, de 1893, da commissão de constituição e poderes, opinando pela concessão da licença pedida pelo Sr. senador José Bernardo.

Segue-se em discussão unica, a qual encerra-se sem debate, o parecer n. 104, de 1893, da commissão de justiça e legislação, opinando pela rejeição do veto do prefeito do Districto Federal á resolução do conselho municipal, relativa á concessão de licença para construcções nas ruas desta cidade até seus limites.

Indo-se proceder á votação, verifica-se não haver mais na casa numero legal, pelo que faz-se a chamada dos Srs. senadores que compareceram á sessão (41) e deixam de responder os Srs. Cunha Junior, Catunda, José Bernardo, Oliveira Galvão, Almeida Barreto, Messias de Gusmão, Virgilio Damasio, Q. Bocayuva, Silva Canedo e Paranhos (10).

O Sr. 3º Secretario communica que os Srs. Almeida Barreto, Virgilio Damasio e José Bernardo participaram á mesa que se retiraram por incommodados.

A votação fica adiada por falta de numero legal.

O Sr. Presidente diz que, achando-se no recinto numero inferior a um terço de Srs. senadores, vae, na fórma do regimento, levantar a sessão e designa para a ordem do dia da sessão seguinte:

Votação, em discussão unica, do parecer n. 104, de 1893, da commissão de justiça e legislação, opinando pela rejeição do veto do prefeito do Districto Federal á resolução do conselho municipal, relativa á concessão de licenças para construcções nas ruas desta cidade até seus limites;

3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 10, de 1893, autorisando a abertura do concurso e estabelecendo premio, para um projecto de monumento á memoria de Tiradentes;

3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 15, de 1893, autorisando o Poder Executivo a conceder a Manoel de Mello Mattos, escrivão do juiz seccional no estado da Bahia, seis mezes de licença, em prorogação, afim de tratar de sua saude;

3ª discussão do projecto do Senado, n. 21, de 1893, concedendo a Antonio da Silva Netto, chefe da 2ª secção da Directoria Geral de Estatistica, nove mézes de licença para tratar de sua saude;

3ª discussão da proposição da mesma camara, n. 61, de 1892, autorisando o governo a remover o Arsenal de Marinha da Bahia e a construir uma mortona em Matto Grosso;

Discussão unica do parecer, n. 107, de 1893, da commissão de finanças, opinando que se adie a materia do projecto do Senado, n. 18 de 1893, que eleva á categoria de alfandega a mesa de rendas geraes em Caravellas, estado da Bahia, até que o Senado obtenha as informações de que carece;

2ª discussão do projecto do Senado, n. 17, de 1893, dispondo sobre o aforamento perpetuo.

Levanta-se a sessão ás 3 1/2 horas da tarde.

51ª sessão em 11 de julho de 1893

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes (vice-presidente)

SUMMARIO—Chamada—Leitura da acta—EXPEDIENTE—ORDEM DO DIA—Adiamento da votação do parecer n. 101 e das proposições ns. 10 e 15—Votação do parecer n. 104 e das proposições ns. 10 e 15—Votação do projecto n. 21—3ª discussão da proposição n. 61—Emenda—Discurso e emenda do Sr. C. Ottoni—Discursos dos Srs. Gaspar Drummond, João Neiva, Manoel Victorino e C. Ottoni—Sub-emenda—Encerramento da discussão—Chamada—Declaração do Sr. 3º secretario—Adiamento da votação—Discussão unica do parecer n. 107—Observações do Sr. Americo Lobo e do Sr. presidente—Adiamento da discussão.

Ao meio dia comparecem 31 Srs. senadores, a saber: Prudente de Moraes, João Pedro, Antonio Baena, Francisco Machado, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Nina Ribeiro, Cunha Junior, Cruz, Elyseu Martins, Catunda, Amaro Cavalcanti, João Neiva, Firmino da Silveira, Joaquim Pernambuco, Gaspar Drummond, Messias de Gusmão, Coelho e Campos, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Monteiro de Barros, Braz Carneiro, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Joaquim Felicio, C. Ottoni, Americo Lobo, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Paranhos e Raulino Horn.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão, e, não havendo reclamações, dá-se por approvada a acta da sessão anterior.

Comparecem depois de aberta a sessão os Srs. Gil Goulart, Thomaz Cruz, João Cordeiro, Virgilio Damasio, Laper, Pinheiro Guedes, U. do Amaral, Esteves Junior e Luiz Delfino.

Deixam de comparecer com causa participada os Srs. Manoel Barata, Gomensoro, Coelho Rodrigues, Theodoreto Souto, José Bernardo, Almeida Barreto, E. Wandenkolk, Aquilino do Amaral, Generoso Marques, Pinheiro Machado e Julio Frota; e sem causa participada, os Srs. Oliveira Galvão, João Barbalho, Rosa Junior, Ruy Barbosa, Q. Bocayuva, Campos Salles, Rodrigues Alves, Joaquim Murtinho, Santos Andrade e Ramiro Barcellos.

O SR. 1º SECRETARIO dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios:

Do 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 10 do corrente mez, communicando a adopção e remessa á sancção presidencial, do projecto do Senado, substitutivo do daquella camara, creando alfandegas na capital do estado de S. Paulo e cidade de Juiz de Fóra, no de Minas Geraes.—Inteirado.

Outro do mesmo Sr. 1º secretario e de igual data, communicando que foi enviado á sancção presidencial o projecto daquella camara que dispõe sobre titulos ao portador.—Inteirado.

— Do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, datado de 10 do corrente mez, remettendo em nome do Sr. Vice-Presidente da Republica os esclarecimentos requisitados pelo Senado sobre a pretenção da Companhia Industrial de Construcções Hydraulicas, relativa á isenção de direitos de consumo para o material que importar com destino ás obras do canal da Laguna a Porto Alegre.—A quem fez a requisição, devolvendo depois á secretaria do Senado.

—Do Centro Operario do estado da Bahia, communicando a sua installação por deliberação das classes artistica, operaria e proletaria, daquelle estado, com o fim de represental-as, organisal-as e unifical-as mediante uma lei que obedeca aos planos do manifesto que junta.—Inteirado.

O SR. 2º SECRETARIO declara que não ha pareceres.

O SR. PRESIDENTE—Não ha mais expediente.

ORDEM DO DIA

E' annunciada a votação do parecer n. 104, de 1893, da commissão de justiça e legislação, opinando pela rejeição do *veto* do prefeito do Districto Federal, á resolução do Conselho Municipal, relativa á concessão de licenças para construcções nas ruas desta cidade até seus limites, e verificando-se que até esta hora teem comparecido apenas 31 Srs. senadores, continua adiada a votação.

Seguem-se em 3ª discussão, a qual encerra-se sem debate, adiando-se a votação por falta de numero legal, as proposições da Camara dos Deputados, n. 10, de 1893, autorisando a abertura do concurso e estabelecendo premio para um projecto de monumento á memoria de Tiradentes, e n. 15, de 1893, autorisando o Poder Executivo a conceder a Manoel de Mello Mattos, escrivão do juiz seccional no estado da Bahia, seis mezes de licença, em prorogação, afim de tratar de sua saude.

Verificando-se a existencia de numero legal procede-se á votação adiada.

E' approvada a conclusão do parecer n. 104, de 1893, da commissão de justiça e legislação, opinando pela rejeição do *veto* do prefeito do Districto Federal á resolução do Conselho Municipal, relativa á concessão de licenças para construcções nas ruas desta cidade até seus limites.

A resolução a que se refere o parecer vae ser devolvida ao prefeito do Districto Federal.

São successivamente approvadas em 3ª discussão e, sendo adoptadas, vão ser enviadas á sanecção do Sr. Presidente da Republica as proposições n. 10, de 1893, autorisando a abertura do concurso e estabelecendo premio para um projecto de monumento á memoria de Tiradentes, e n. 15, de 1893, autorisando o Poder Executivo a conceder a Manoel de Mello Mattos, escrivão do juiz seccional no estado da Bahia, seis mezes de licença, em prorogação, afim de tratar de sua saude.

E' approvado em 3ª discussão, e sendo adoptado, vae ser enviado á Camara dos Srs. Deputados, indo antes á commissão de redação, o projecto do Senado, n. 21, de 1893, concedendo a Antonio da Silva Netto, chefe da 2ª secção da Directoria Geral de Estatistica, nove mezes de licença para tratar de sua saude.

Segue-se em 3ª discussão, com as emendas approvadas em 2ª, a proposição da Camara dos Deputados, n. 61, de 1892, autorisando o governo a remover o Arsenal de Marinha da Bahia e a construir uma mortona em Matto Grosso.

Vem á meza, é lida, approvada e posta conjunctamente em discussão a seguinte

Emenda

Ao art. 1º accrescente se:

E bem assim a remover para logar mais conveniente o Arsenal de Marinha de Pernambuco.

S. R. — *Gaspar Drummond.* — *Joaquim Pernambuco.*

O Sr. Christiano Ottoni — Sr. presidente, tenho duvida sobre este projecto, pelo modo como está redigido. Ouvi com a maior attenção os oradores que o defenderam na segunda discussão; notei que um dos illustres membros da commissão de finanças assignou o segundo parecer com restricções e não pediu a palavra para explicar os seus motivos.

E' possivel, talvez provavel que, si ouvisse o nobre senador, a lucidez com que de ordinario expõe elle as suas idéas, tivesse concorrido para dissipar as minhas duvidas.

O projecto vindo da Camara foi por duas vezes objecto de estudo das duas commissões reunidas. A idéa principal do primeiro parecer resume-se nesta proposição: A commissão ignora por que milagre se ha de fazer a mudança dos dous arsenaes sem dispendio do Thesouro. Levantada esta duvida, foi ouvido o governo. Este aconselhou que se faça a mudança mediante concurrencia publica, cedendo os terrenos dos actuaes arsenaes; mas não disse uma palavra para explicação do milagre que com toda a razão tinha embaraçado as duas commissões. O novo parecer diz que desappareceu esse milagre, porque os terrenos offerecidos em troca dos novos arsenaes teem um grande valor; mas declaro ingenuamente, não sei o que quer dizer um grande valor; tudo neste mundo é relactivo; para um pobre é grande quantia a de 100:000$; para os que venderam concessões ultimamente a tres e quatro mil contos, 100:000$ é uma ridicularia.

Que quer dizer um grande valor? Quer dizer que vamos votar sem ter a mais pequena idéa do valor da propriedade que vamos alienar, nem com a mais grosseira approximação.

O orçamento dirá quanto valem as obras a executar, mas parece que nem o local está ainda escolhido.

Na capital sei que ha estudos sérios e parece ultimamente muito recommendada uma ilha do nosso porto, proxima a do Governador; mas parece que não ha decisão do poder competente designando este local.

Na Bahia ignoro...

O Sr. Manoel Victorino dá um aparte.

O Sr. Christiano Ottoni — Então está no mesmo caso desta capital.

O Sr. Manoel Victorino dá um aparte.

O Sr. Christiano Ottoni — Mas o que offerece este projecto aos empreiteiros chamados á hasta publica? Troca dos terrenos e bemfeitorias nellas existentes pelos novos arsenaes.

Diz-se-hã que estas duvidas sobre o que vale o terreno offerecido e a propriedade projectada desapparecem em presença da hasta publica; mas nem sei, lendo o projecto, sobre que versa a hasta publica, a licitação; não é ponto bem esclarecido.

Além disso tenho outras duvidas.

O arsenal de marinha desta capital está collocado entre o largo da Prainha e o embarque chamado dos Mineiros, contiguo á Alfandega; do lado da Prainha é só separado do largo por um muro e do outro lado unicamente o embarque dos Mineiros o separa da Alfandega; está quasi contiguo.

Ora, o fisco da capital sente grandes necessidades de melhorar seus meios de acção em bem do commercio maritimo, que está pessimamente servido: não convirá annexar á Alfandega a área, toda ou parte, de onde se vae tirar o arsenal? Já foram ouvidos sobre estas necessidades os representantes do fisco?

A informação que temos do governo é que convem a mudança do arsenal; não faz a menor referencia ás relações que este projecto póde ter com as necessidades do fisco.

Portanto, tenho duvidas de que seja conveniente offerecer o arsenal de marinha desta capital, todo elle, embora a clausula de estabelecer trapiches alfandegados.

Trapiches alfandegados de propriedade particular não são a mesma cousa que a principal acção do fisco.

Não creio, pois, que se possa resolver essas questões sem ouvir os representantes do fisco.

Mais ainda. Collocado como está e como já expuz o arsenal de marinha, surge uma outra questão, de nenhum modo resolvida.

Simples duvida: não será possivel que, atravez do arsenal, seja praticavel um melhoramento, ha tantos annos reclamado, de uma larga communicação entre o bairro da Saude e o centro da capital?

E' um bairro immenso, muito populoso, povoado por innumeraveis trapiches e que communica-se com o centro da capital por uma viella de seis a sete metros de largura, que causa todos os dias gravissimos embaraços á circulação da cidade. Não se tem podido resolver, nem por um tunnel, nem por alargamento de ruas, esse problema. Não será conveniente examinar si será possivel resolvel-o, atravez do terreno de onde sahe o arsenal de marinha?

Não julgo rasoavel que se aliene esse terreno senão com a clausula de ceder só aquella parte que o governo, ouvidos os representantes do fisco, não julgar util annexar a alfandega. Isto pelo menos, já não me referindo á communicação de que fallei,

Quanto ao arsenal de marinha da Bahia, tenho duvida semelhante.

Não conheço os logares; mas noto que já se manda reservar uma parte da área para a alfandega.

O SR. MANOEL VICTORINO—As autoridades fiscaes reclamaram esta parte que o projecto manda ceder.

O SR. CHRISTIANO OTTONI—Neste caso...

O SR. MANOEL VICTORINO—O inspector da alfandega pede esta parte.

O SR. CHRISTIANO OTTONI—Esta informação não consta dos documentos que se acham annexos á proposição e referia-me aos que encontrei.

O SR. MANOEL VICTORINO—Referi-me, quando fallei a esse pedido de parte do terreno, de parte da doca.

O SR. CHRISTIANO OTTONI—Mas ainda assim a alfandega pede uma parte, a que existe entre a mesma alfandega actual e uma parte da doca.

Ora parece-me que isto é independente da mudança do arsenal.

O SR. MANOEL VICTORINO—E'.

O SR. CHRISTINNO OTTONI—Por consequencia, é uma especie de conflicto entre as necessidades de dous serviços publicos, ambos importantes e naturalmente a alfandega conta com a opposição do arsenal e por esta razão pede o menos que póde pedir. Mas visto que o arsenal se muda, não é justo que seja ouvida a alfandega que talvez precise de maior área?

O SR. MANOEL VICTORINO dá um aparte.

O SR. CHRISTIANO OTTONI — Porque não tambem algum terreno do arsenal, além da dóca?

O SR. MANOEL VICTORINO — Mas não se obriga os concessionarios a construirem trapiches?

O SR. CHRISTIANO OTTONI—Não conheço o terreno de que se trata sinão por um esboço de planta, que encontrei na mesa, com os outros documentos.

O espaço da alfandega é acanhadissimo e parece que o augmento não se deve limitar á doca: é rasoavel dar-se-lhe o que se julgar ser de interesse da alfandega.

Penso mais, que o objecto de licitação não está bem definido...

O SR. MANOEL VICTORINO—Está.

O SR CHRISTIANO OTTONI... quando se offerece troca, é como se costuma dizer vulgarmente, ellas por ellas?

O SR. MANOEL VICTORINO—O projecto diz que o concorrente, além dos novos terrenos, das novas construcções, offerecerá uma indemnisação.

O SR. CHRISTIANO OTTONI — Creio que isso não está bem explicito, e a licitação deve ter mais clareza para que offereça garantias de de boa execução, e de não ser lesada a União sem que estejam bem claras as condições, não se multiplicarão os concurrentes e só um ou outro esperto apparecerá, podendo dar resultado prejudicial aos interesses publicos.

Não sei quanto valem os terrenos que se vão offerecer; não sei quanto vale o novo arsenal; não sei quanto valem os apparelhos do actual; não sei si elles podem ser removidos para o novo arsenal sem outra despeza sinão a de sua transferencia e a do seu assentamento.

O arsenal de marinha da Bahia póde possuir importantes apparelhos e machinas, por que tem produzido boas construcções; foi dos seus estaleiros que sahiu a unica náo de linha que

teve a nossa marinha quando constava principalmente de navios de vela.

Portanto deve ter grandes apparelhos, grandes machinismos, cuja mudança não custa sinão o trabalho de removel-os e assental-os no novo local. Mas, quanto vale tudo isto? Não se sabe. Supponhamos, só para formular um algarismo, que estas novas obras custam com a acquisição do terreno 5.000:000$; mas, si a propriedade que se cede valer 20.000:000$ ou 10.000:000$? Si o interesse publico não estiver devidamente acautelado; podem se dar muitos abusos e fazer-se presente de uma fortuna a algum emprezario feliz e quasi de mão beijada.

O SR. MANOEL VICTORINO—V. Ex. está fazendo apreciações muito vagas; não conhece bem o assumpto, permitta-me que o diga.

O SR. CARISTIANO OTTONI—Parece-me que a acquisição do terreno deve ser feita pelo Estado, embora seja depois indemnisado. Os estudos devem tambem ser feitos á custa do Estado.

O SR. JOÃO NEIVA—Está no projecto.

O SR. CHRISTIANO OTTONI—Mas a licitação deve versar sobre a avaliação dos terrenos, das bemfeitorias e dos machinismos que se cedem e sobre a avaliação das obras, sobre a indemnisação das despezas que o Estado tiver feito. Perece que, adoptadas essas idéas, se melhorará o projecto que offerecerá mais garantias.

Por este motivo mandarei á mesa um additivo, pedindo para elle a attenção sobretudo do nobre senador que assignou o parecer com restricção e que infelizmente hoje não está na casa. (*Lê.*)

Vem á mesa, é lida, apoiada e posta conjunctamente em discussão a seguinte

EMENDA

Disposições additivas para serem collocadas onde convier

Precederá á hasta publica a escolha pelo governo do local para onde deve ser mudado cada um dos arsenaes.

Por conta da União se fará a acquisição pelos meios legaes da área necessaria e igualmente os estudos e planos definitivos das obras a construir.

Dos estabelecimentos actuaes sómente será cedida a parte que o governo, consultando as necessidades do fisco, não julgar util annexar ás respectivas alfandegas.

A hasta publica se abrirá, com exposição dos planos que o emprezario não terá o direito de alterar, com especificações das construcções que garantam a efficaz fiscalisação.

A licitação versará sobre o valor em que fôr estimado por cada concurrente o terreno cedido, e a quantia que offerecer para indemnisação das despezas feitas com os estudos e acquisição do terreno, computo que será declarado no edital.

Sala das sessões, 11 de julho de 1893. — *C. B. Ottoni.*

O Sr. Gaspar Drummond pediu a palavra para justificar uma emenda ao projecto em discussão, e que tem por intuito fazer extensiva ao Arsenal de Marinha de Pernambuco a transferencia proposta para os arsenaes de marinha do Rio de Janeiro e da Bahia.

São identicos os motivos que justificam a resolução e a emenda, sinão quasi identicos. O arsenal de Pernambuco está situado em local perfeitamente desabrigado, e tanto basta para determinar-lhe a inservibilidade. De sorte que é manifesta a utilidade da emenda, já consagrada por innumeras reclamações e até em estudos de mais alta importancia, e entre estes uma monographia sobre o melhor logar para ser edificado o arsenal.

Limitando-se a estas simples observações, o orador termina declarando que não é seu intento impugnar as asserções do Sr. Christiano Ottoni, mas tão sómente resguardar os direitos do estado que representa.

O Sr. João Neiva—Sr. presidente, o honrado senador por Pernambuco acaba de justificar a emenda que apresentou sobre a transferencia do arsenal de marinha do seu estado para um ponto mais conveniente.

Mas, S. Ex. não nos disse si essa transferencia se deverá fazer nas mesmas condições indicadas pelo projecto, isto é, sem onus algum para o Thesouro Publico.

Eis o que conviria desde já assentar.

O SR. GASPAR DRUMMOND—Acceito nas mesmas condições do projecto, bem como as considerações do nobre senador por Minas que visam acautelar a licitação publica com as mesmas garantias e do mesmo modo.

O SR. JOÃO NEIVA—Si é nas condições do projecto, acceito a emenda do nobre senador, comquanto tenha de ponderar que o relatorio do ministro da marinha deste anno pede a extincção do arsenal em questão.

O SR. GASPAR DRUMMOND—Veja V. Ex. que injustiça.

O SR. JOÃO NEIVA—Como fundamento desta opinião, allega-se que não ha um ponto estrategico para collocar o arsenal de Pernambuco.

O SR. GASPAR DRUMMOND—Ha uma monographia a respeito; ha ponto estrategico.

O SR. JOÃO NEIVA—O arsenal deve estar collocado de modo que possa servir de base de operações á esquadra ; e em Pernambuco me parece que não ha uma posição no littoral que satisfaça semelhantes condições.

O SR. GASPAR DRUMMOND—Ha mais de uma.

O SR. JOÃO NEIVA—Si collocal-o em uma ilha é inconveniente, porque uma ilha no oceano póde facilmente ser bombardeada e sitiada, o arsenal em tal caso não póde prestar os serviços que lhe são destinados.

Mas, nas condições em que V. Ex. apresentou a sua emenda, sem haver dispendio algum para o Thesouro, não lhe opporei o meu voto.

Quanto ás observações do nobre senador por Minas, direi que a emenda de S. Ex. não faz mais do que adiar o parecer da commissão e estabelecer as condições que eu tinha reservado ao governo para a hasta publica.

Pareceu-me que isto não passava de um detalhe em que o Congresso não deveria intervir, porque não ha governo de paiz algum que não deixe de ter patriotismo para zelar os interesses da nação.

Escusei-me muito de proposito de discriminar uma por uma as condições para a hasta publica.

Quanto ao milagre a que o illustre senador referiu-se no começo do seu discurso, direi simplesmente que S. Ex. acabou de concordar com elle e talvez com mais alguma cousa. O milagre consistia em obter a remoção dos arsenaes de marinha do Rio e da Bahia sem onus algum para o Thesouro, e cedendo os terrenos nelles edificados com restricção do arsenal da Capital, situado na Ilha das Cobras.

S. Ex. foi mais adiante, estabeleceu como condição para a remoção que se désse á alfandega o terreno de que ella necessitasse. Fallou numa via publica; mas não estabeleceu uma condição primordial ; simplesmente queria defender os interesses do fisco e alargar essas repartições.

Mas, pergunto eu, não haverá maior milagre em reduzir a área desse terreno para dar ao proponente alguma parte do littoral ?

O SR. C. OTTONI dá um aparte.

O SR. NEIVA — Si milagre ha na proposta da commissão de marinha e guerra, maior milagre encerram os additivos de S. Ex. que reduzem a área de terreno para o arsenal da Capital Federal.

Mais ainda, S. Ex. nos fallou em que é preciso comprar primeiro o terreno para depois se proceder aos estudos necessarios.

Ora, não comprehendo como se possa proceder a estudos para um estabelecimento dessa natureza sem que se tenha uma área para ver si ella satisfaz ás condições exigidas. Comprar primeiramente um terreno para depois ir esboçar um projecto e ver si esse terreno, si essa área se presta á edificação que se tem em vista, fazendo-se os estudos para se saber que construcção comporta esse terreno, isso é que não me parece mais racional.

Entretanto, como o meu illustrado collega é mais entendido nessa materia do que eu, abaixo a cabeça. Sinto porém estar em divergencia com S. Ex.

Diz S. Ex. que era preciso ainda aproveitar certos apparelhos que se achavam no Arsenal de Guerra da Capital Federal. Esses apparelhos não teem de ser aproveitados; são removidos simplesmente. A indemnisação é, simplesmente, porque ha grandes dispendios nas novas construcções.

Ora, o que tem Arsenal de Marinha da Capital Federal?

O illustre senador conhece perfeitamente que tem apenas galpões e um unico edificio do lado do caes dos Mineiros.

O SR. C. OTTONI dá um aparte.

O SR. NEIVA — Mas esse presta-se simplesmente para o arsenal; qualquer pessoa que tome conta daquelle terreno, no intuito de estabelecer armazens alfandegados, tem necessariamente de destruil-o.

Como é que se ha de restringir esse terreno na entrega ao proponente ?

A alfandega tem necessidade de terreno ?

O SR. C. OTTONI dá um aparte.

O SR. NEIVA — Ahi é que está o milagre. V. Ex. faz com que a União tenha presentemente recursos para satisfazer essas transferencias...

O SR. C. OTTONI dá um aparte.

O SR. NEIVA —A necessidade da alfandega não é argumento; ella tem os seus trapiches onde deposita as mercadorias.

Agora mesmo V. Ex. vê que o Senado acaba de votar a creação de uma alfandega em Juiz de Fóra; assim como se crea tambem uma alfandega em S. Paulo.

Essas alfandegas vindo tirar trabalho a escota, esta não precisará de alargar a sua área.

O SR. C. OTTONI dá um aparte.

O SR. NEIVA — Na Bahia, o honrado senador pela Bahia teve o cuidado de, conferenciando commigo, como membro da commissão de marinha e guerra, indicar o terreno de que o fisco precisava.

V. Ex. diz que na Bahia não havia estudos.

Eu podia responder neste ponto a V. Ex.; mas reservo para o meu illustre collega esse encargo, visto como S. Ex. me disse que desejava fallar.

Em todo caso sempre direi que havia estudos.

Em 1882 procedeu-se a elles e pessoa competente foi encarregada delles e apresentou.

V. Ex., Sr. presidente, me permittirá que eu leia aqui um topico sobre o arsenal da capital. (*Lê*).

E por onde se verifica que, além de outros estados, ha aquelles a que está procedendo essa nova commissão. Só falta a sondagem dos terrenos.

As condições geologicas das ilhas da bahia do Rio de Janeiro são mais ou menos conhecidas e a poucos estudos será preciso proceder.

Vê, portanto, V. Ex. que nós com essa disposição não tratamos mais do que de cuidar dos interesses e necessidades da marinha.

Tenho concluido.

O Sr. Manoel Victorino— O honrado senador representante por Minas que se occupou do assumpto fez considerações um pouco vagas no sentido de acautelar os interesses da marinha; mas estas suas considerações seriam applicaveis indistinctamente a qualquer projecto de lei que tivesse por fim ceder bens da União e revella apenas da parte de S. Ex. a falta de informações e esclarecimentos acerca do assumpto.

O honrado senador não conhece absolutamente o assumpto em relação á Bahia, e por isso, tendo em vista acautelar os interesses da União, é que propoz as modificações de que me occuparei.

Os estudos já estão feitos. Si não foram realisados, é porque não se tratava de realisar a mudança, não havia autorisação para tanto.

A escolha do local, por um trabalho muito consciencioso, está indicada; não póde haver mais divergencia acerca da opinião relativa á preferencia desta ou daquella localidade, desde que se encontrou a melhor de que dispõe a Bahia para o fim proposto.

Quanto á escolha do local, pois, si S. Ex. tivesse consultado os trabalhos relativos, não traria essa duvida ao conhecimento do Senado.

O Sr. Christiano Ottoni — A emenda não contraria isso.

O Sr. Manoel Victorino — Sim; a emenda tem por fim acautelar os interesses da União, mas acautelal-os de um modo tão meticuloso, tão cheio de difficuldades e embaraços, que importa na não realisação disto que o Senado votará depois de uma discussão, depois de uma proposição approvada pela Camara dos Deputados, e importa tambem em uma lei que vae ficar inutil entre as muitas que já figuram na nossa legislação. E' o que se vae dar, porque S. Ex. diz: « E' preciso que por conta da União se faça pelos meios legaes a acquisição da area necessaria...

O Sr. Christiano Ottoni— Nada mais simples.

O Sr. Manoel Victorino —... e igualmente estudos e planos definitivos da obra a construir. »

Os estudos estão feitos. Quanto aos planos, isto depende da approvação da remoção. Comprehende o Senado que si não vão approvar planos sem a autorisação para realisar a transferencia.

Mas a desapropriação por meios legaes que vantagem tem?

Em primeiro logar, si o honrado senador conhecesse qual é a desapropriação para a remoção que se vae fazer, não julgava necessaria esta desapropriação pelos meios legaes, porque o proprio executor ou a companhia concessionaria encontra a maior facilidade em realisar a transferencia. De sorte que não é da desapropriação que póde provir qualquer lesão para os interesses da União; absolutamente não ha nada disto; o valor dos terrenos para onde se vae transferir o arsenal é relativamente muito diminuto.

O Sr. Christiano Ottoni dá um aparte.

O Sr. Manoel Victorino— Perdoe-me; mas para que obrigar o Estado a proceder a esse trabalho prévio da desapropriação, o que será muitissimo demorado e demanda de autorisação do Congresso para que se realise a compra do terreno, quando tudo isto exigiria um periodo tão longo para se levar a effeito a remoção?

O Sr. Christiano Ottoni dá outro aparte.

O Sr. Manoel Victorino—Mas V. Ex. comprehende que o emprezario não precisa de uma lei que o autorise a dispor do dinheiro para a acquisição dos terrenos, seria necessario depois de avaliados os terrenos, depois de calculada a despeza a realisar, que o Poder Executivo viesse pedir ao Poder Legislativo credito para fazer essa acquisição.

E que vantagem ha em uma acquisição previa?

Que é que póde haver de prejuizo para a União, si essa aquisição for feita pelo concessionario e não pelo Estado?

Não descubro razão nenhuma especial que leve a preferir que a União seja que faça acquisição.

Qual é a vantagem? para que? para que ella entre na licitação com o valor do terreno

comprado ? Mas este valor póde ser calculado previamente sem haver acquisição por parte do governo ; avalia-se o terreno e este valor entra na licitação sem que a aquisição se faça préviamente por parte da União.

Será para limitar o direito da desapropriação ? Tambem não descubro absolutamente vantagem, porque o direito da desapropriação está limitado pela concessão da remoção: o terreno que for necessario de accordo com os planos ; sobre este terreno é que o concessionario da remoção terá o direito da desapropriação e não o poderá levar além.

O Sr. João Neiva— Apoiado.

O Sr. Manoel Victorino — Tudo depende, pois, dos planos que forem approvados.

Não descubro, por consequencia, vantagem nenhuma nessa acquisição prévia; só a de demorar e demorar indefinidamente a execução da remoção. E' apenas uma condição meticulosa, que põe em embaraços a execução de um melhoramento importantissimo.

Quanto ás outras disposições, já ellas estão consignadas no projecto. Podem-se tornar mais claras com este additivo. (*Lê.*)

Ora, o inspector da alfandega já indicou em relatorio ao governo a parte desses terrenos que é necessaria á mesma repartição; no relatorio do Ministerio da Fazenda está a indicação: elle pede o terreno interceptado entre a alfandega e a doca do arsenal, para ahi collocar machinas.

O Sr. Christiano Ottoni — Mas a emenda não contraria isso. Com a emenda o governo póde até não annexar nada, si assim entender...

O Sr. Manoel Victorino — Mas póde annexar tudo.

O Sr. Christiano Ottoni—Ou tudo, certamente, si lhe convier.

O Sr. Manoel Victorino—Ah ! Si a annexação de tudo se der, então para que estamos votando autorisação para uma remoção que não se póde realisar ?

Esta hypothese não póde ser figurada, porque, si a figurarmos, este projecto de lei é inutil, é uma cousa vã.

O Sr. Christiano Ottoni dá um aparte.

O Sr. Manoel Victorino — Essa mudança então será resolvida por uma lei que não esta.

Esta trata da remoção sem onus para os cofres da União ; a não se realisar a remoção por este processo, ella não se realisará por esta lei; será preciso votar outra. O que concluo é que, si nós dermos ao governo margem para ficar com toda a área occupada, e as repartições fiscaes sempre podem amplamente estas cousas; desde que nós concedermos esta faculdade, então não temos absolutamente necessidade de votar esta lei : é uma lei inutil e a remoção não se fará por ella, far-se-ha por outra qualquer.

E' preciso fixarmos o direito, mais ou menos dizendo :

O terreno que até agora pedem as repartições fiscaes e o que possa ser cedido sem prejuizo da execução da lei.

O Sr. Christiano Ottoni — Ahi é que nós divergimos ; acho que só se deve ceder o que se puder, sem prejuizo da alfandega.

O Sr. Manoel Victorino — Mas, por ora, esm prejuizo da alfandega, cede-se o terreno que póde tornar exequivel a lei, porque o drejuizo da alfandega seria não ceder essa parte não reclamada.

E as reclamações futuras ?

Desde que se deixe na lei essa faculdade, os inspectores da alfandega podem reclamar todo o terreno e de accordo com a lei não se poderá fazer a remoção ; porque diz o nobre senador. (*Lê*).

Esta parte já está determinada, já está indicada no projecto ; mas o honrado senador quer que substitua essa indicação precisa para uma faculdade lata, que poderá tornar completamente inexequivel, inutil a lei.

O Sr. Christiano Ottoni dá um aparte.

O Sr. Manoel Victorino — Então não votemos a lei, sem que isso fique averiguado ; mas desde que a questão está estudada, desde que a repartição fiscal da Bahia, pelo menos, pede apenas esta nesga, que se lhe póde dar sem prejuizo da execução da transferencia ou da remoção, creio que não ha necessidade de passar uma medida com essa lattitude. Mas, como foi o proprio governo que pediu essa remoção, estou certo de que, ainda quando consignada esta disposição, que o honrado senador quer que se insira, nem por isso ficará prejudicada a remoção ; entretanto acho que é uma disposição inutil, desde que se conheça aquillo que o fisco precisa.

Diz mais o additivo. (*Lê.*)

Isto já está no projecto. (*Continua a ler.*)

A disposição do projecto ainda é muito mais acautelatoria dos interesses da União.

O Sr. Christiano Ottoni dá um aparte.

O Sr. Manoel Victorino—A hasta publica se haverá com a disposição dos planos, que o emprezario não terá o direito de alterar.

Pelo projecto de lei quem executa as obras é o governo ; pelo additivo é o concessionario e só póde alterar o plano de uma obra quem tiver de executal-a.

Aqui acautelam-se muito mais os interesses da União, porque a execução das obras se fará pelo governo: quem tem de entrar com o valor das obras é o concessionario ; mas

quem as faz é o governo, porque este presume-se que seja muito mais competente para conhecer e fiscalisar a execução de obras desta importancia.

Diz o additivo. (*Lê.*)

Ora, comprehendo o honrado senador, que não posso acceitar isto, nem convem aos interesses da União que o valor, sobre que versa a licitação, seja estimado pelos concurrentes; naturalmente os concessionarios hão de estimar de accordo com os seus interesses e isto prejudicará aos interesses da União.

O Sr. Christiano Ottoni dá um aparte.

O Sr. Manoel Victorino—Mas é uma base fallivel.

V. Ex., que se mostra tão cuidadoso dos interesses da União, adopta um alvitre que é o peior possivel, porque o concessionario dará o valor maior possivel, poderá mesmo mancommunar-se com outros pretendentes, e por um tal processo muito conhecido burlar completamente a concurrencia; bastará que se entenda com os outros e obtenha a retirada de qualquer proposta em que o valor venha arbitrado de modo mais favoravel aos interesses da União.

Deve-se proceder a uma avaliação por meio de arbitros.

(*Ha alguns apartes.*)

Avaliação, sem duvida, está no projecto; desde que se tenha de fazer a concurrencia, ha de entrar o valor das obras que se tem de executar e o valor do que se tem de ceder, sem o que não póde haver base.

Acho que o Poder Executivo não é formado de homens deshonestos, incompetentes e não precisa que em uma lei se especifique tudo o que ha a fazer; si levamos esta falta de confiança no Poder Executivo até á execução de uma lei em materia de contracto, que depende principalmente delle, damos prova de uma desconfiança inquisitorial de máo effeito.

Entretanto, si V. Ex. quizer, póde-se modificar, mas não de accordo com o additivo.

O nobre senador sabe que o terreno cedido tem muito valor, mas o que se vae adquirir para o novo arsenal tem muito pouco: o que vae estabelecer a compensação da differença que ha entre os dous terrenos, é o que se tem de edificar.

Por isso a licitação não terá por base o valor dos terrenos, porque é a mais desigual possivel; terá não só o valor dos terrenos e das bemfeitorias, mas o dos novos edificios.

O Sr. Cristriano Ottoni dá um aparte.

O Sr. Manoel Victorino— A licitação versará sobre o valor em que for estimado por cada concurrente o terreno cedido. (*Lê*).

A indemnisação para os terrenos é o minimo, a indemnisação para as obras é que é essencial, porque não se póde confiar a um particular a construcção de officinas e outras dependencias de um arsenal, que ainda com fiscalisação severa não terão uma execução solida e com as garantias indispensaveis, como acontece ou presume-se que deve acontecer, sendo essa construcção feita pelo governo.

Dahi, a conveniencia de modificar o additivo no sentido de dar por base da licitação o valor do terreno e das bemfeitorias que se tem de ceder e o do terreno e das obras para onde se tem de transferir o arsenal.

Tratando a questão por outro lado, creio poder asseverar ao Senado que esta proposta não está ligada, ou não me consta que o esteja por ora, a nenhum individuo ou empreza.

O honrado ex-ministro da marinha foi quem lembrou o alvitre, quem o suggeriu á Camara dos Deputados e dahi veiu o projecto por iniciativa, portanto, da outra casa.

Aqui, o meu honrado collega da Parahyba entendeu que devia acceitar a proposição, modificando-a e estendendo-a ao Arsenal de Marinha da Capital Federal; por uma emenda, que aliás acho razoavel, foi extensiva a providencia ao Arsenal de Marinha de Pernambuco.

O Sr. João Neiva — Foi lembrança tambem do honrado ex-ministro da marinha, que convidado pela commissão da marinha e guerra, declarou que achava conveniente a remoção do Arsenal de Marinha da Capital Federal.

O Sr. Manoel Victorino — A extincção dos arsenaes de marinha do norte foi suggerida outr'ora por diversos ministros da marinha, mas todos do sul, parecendo que procuravam fazer sempre a politica do sul e não a politica do norte.

Mas nós, que não estamos fazendo politica do norte nem do sul, nem do norte contra o sul, nem do sul contra o norte, nós que temos de estudar sómente o que é em bem da União, verificamos que estas instituições podem ser muito proveitosas, desde que tenham expansão indispensavel e satisfaçam as necessidades para que foram creadas, não as do norte, nem as do sul, mas as da União inteira.

E' por isso que entendemos que esses arsenaes devem ser removidos, porque, si continuarem onde estão e como estão, não prestam para nada; mas não prestam justamente porque estão mal collocados.

O Sr. A. Baena — Chegaram a chamal-os fabrica de ferros velhos.

O Sr. Manoel Victorino—Queremos, pois, manter esses arsenaes, porque temos verificado

que elles podem prestar ainda muitos serviços.

E' preciso attender a essas necessidades novas; e desde que os recursos da União não são bastantes para satisfazel-as, aproveite-se a iniciativa individual, acautelando-se os interesses do Thesouro e sou o primeiro a pedir que essas cautelas sejam valiosissimas. Mas não creemos peas, não creemos embaraços, que não existem em projecto de lei algum, porque em lei alguma se chega em materia de condições de licitação a essas minucias que vão collocar o executivo em uma dependencia ainda não vista, convertendo-o em um instrumento passivo, que não tem responsabilidade, que não inspira confiança.

Acautelemos os interesses do Thesouro; mas não insiramos na lei uma disposição que é manifestamente protelatoria, que creia peias e embaraços e que não melhora essas cautelas; não insiramos na lei esses additivos que absolutamente não salvaguardam taes interesses.

O SR. CHRISTIANO OTTONI dá um aparte.

O SR. MANOEL VICTORINO—V. Ex. não diz isto. A sua emenda diz que a avaliação versará sobre o valor com que for estimado por cada concurrente o terreno cedido. Logo V. Ex. não se refere ao valor dessas obras a construir; e isto sim, era o que devia ser tambem considerado.

O SR. CHRISTIANO OTTONI—Póde ficar mais claro.

O SR. MANOEL VICTORINO—A base da licitação é este conjuncto. O terreno por si não é o unico que tem valor; tel-o-ha pelas edificações que nelle se fizerem.

Logo, a licitação não tem nada com a acquisição, feita para officinas, etc. E póde-se, depois de adquirido o terreno, reconhecer que elle não se presta ás novas installações.

No terreno para onde se vae fazer a remoção não ha edificação nenhuma; alli vão se construir edificios, proprios para installação de officinas e de grandes machinismos; e, pois o meio livre de licitação não póde ser esse lembrado pelo nobre senador; deve ser o conjuncto: de um lado, terreno e edificações e do outro terreno e obras a realisar, e que dependem dos planos que forem approvados.

Está consagrado no projecto que haverá concurrencia publica tendo por base os orçamentos e planos. Assim, offerece-se uma base para indemnisação das despezas feitas com os estudos.

UM SR. SENADOR—Orçamentos e acquisição de terrenos.

O SR. CHRISTIANO OTTONI—Póde-se pôr mais clareza.

O SR. MANOEL VICTORINO—V. Ex. precisa pôr mais clareza em todo o additivo. Mas o que está nelle é o que tenho dito; no projecto se determina que a remoção dos arsenaes sómente se effectuará, depois de escolhido pelo governo o conveniente local para cada um delles e mediante concurencia publica, tendo por base os orçamentos e planos das novas construcções, inclusive officina, dependencias e casas de morada para o pessoal que, pelo regulamento deve habitar no estabelecimento ou em suas immediações.

Logo, os estudos e os planos serão executados pelo governo, de sorte que ainda quando elles não sejam mais aproveitaveis, não ha motivo para que se confie sua execução ao concessionario.

Não descubro vantagem nenhuma de interesse para o Thesouro nessa modificação proposta pelo additivo do honrado senador; em hypothese alguma o acho acceitavel, porque me parece que não precedeu á sua confecção o conhecimento exacto da questão.

O SR. CHRISTIANO OTTONI dá outro aparte.

O SR. MANOEL VICTORINO—Eis aqui o additivo do honrado senador. (*Le*).

Ora, já li a disposição do projecto, a emenda mandando accrescentar ao art. 1º este paragrapho:

«A remoção dos arsenaes sómente se effectuará depois de escolhido pelo governo o conveniente local, etc.»

Este additivo está contido no projecto.

O honrado senador quer que se adquira a área primeiramente. Para que isto? S. Ex. não conhece a questão. Esta área não vale nada relativamente, são terrenos de engenhos e fazendas, terrenos marginaes que pouco valem, que estão em geral abandonados e que nem se prestam ao plant o da canna.

O SR. CHRISTIANO OTTONI — O governo os compra para depois os vender.

O SR. MANOEL VICTORINO—A emenda, dispondo sobre a licitação encerra até uma contradição. O governo compra a área, a base da licitação é o valor do terreno, valor arbitrado pelo concessionario: pois a área, que é do governo, pela acquisição prèvia, póde servir de base á licitação, recebendo qualquer valor do concurrente?

O SR. CHRISTIANO OTTONI—Perdão; a licitação versará sobre o valor do terreno.

O SR. MANOEL VICTORINO — Pelo valor? Falta isto aqui. V. Ex. acha que o valor póde ser outro que não o da acquisição?

O SR. CHRISTIANO OTTONI dá outro aparte.

O SR. MANOEL VICTORINO — A sua emenda diz que a licitação versará sobre o valor do

terreno que for estimado por cada concurrente...

O Sr. Christiano Ottoni — Pelo governo.

O Sr. Manoel Victorino — Falta tambem isto; aqui se diz: por cada concurrente e este valor póde ser outro que não o da acquisição.

O Sr. Christiano Ottoni — Perdão; ha um equivoco ou um *qui pro quo* entre nós...

O Sr. Manoel Victorino—V. Ex. diz que cada concurrente ao terreno dará o valor pelo qual o póde receber...

O Sr. Christiano Ottoni—Talvez não seja boa a redacção...

O Sr. Manoel Victorino—... (*Lê.*) Não. póde haver maior confusão; com o es tudo e acquisição dos terrenos não podem ser os terrenos concedidos pelo governo.

O Sr. Christiano Ottoni dá um aparte.

O Sr. Manoel Victorino — Não entendo esta contradança.

V. Ex. querendo melhorar o projecto, dificultou-o. (*Le.*)

O Sr. Christiano Ottoni—Computado pelo governo.

O Sr Manoel Victorino—Ha uma confusão perfeita.

O Sr. Christiano Ottoni— Pois bem, eu retoco.

OSr. Manoel Victorino—Mas perdoe-me; V. Ex. quer retocar uma disposição que está clara no projecto?

Diz o projecto. (*Le*)

A execução será feita pelo governo; logo está tudo acautelado. Para que este jogo do valor do terreno? Ha outra confusão que o additivo do nobre senador traz e que não previne cousa alguma.

Não descubro vantagem nenhuma; pelo contrario, já mostrei que não ha vantagem na acquisição prévia, porque depende da autorisação do Poder Legislativo, para que faça effectiva e que se venha pedir ao parlamento um credito para isto e que difficulta o plano sem vantagem alguma, porque já tive occasião de dizer que o valor dos terrenos é minimo, ao menos na Bahia. Logo a acquisição prévia não adeanta cousa alguma.

Foram estas as considerações que entendi dever fazer, e V. Ex. deve estar convencido de que precisa additar alguma cousa ao seu additivo.

O Sr. Christiano Ottoni — Sim senhor; tem muita razão.

O Sr. Manoel Victorino — Mesmo quanto a esta questão de acquisição prévia, não descubro vantagem nenhuma.

O Sr. Christiano Ottoni—Ahi não; discordo de V. Ex.

O Sr. Manoel Victorino—Mas qual a vantagem da acquisição prévia?

O Sr. Christiano Ottoni — Explicarei.

O Sr. Manoel Victorino — Foram estas considerações que julguei fazer ao additivo do honrado senador.

Acho que elle vem complicar o projecto e difficultar a sua execução...

O Sr. João Neiva—Difficultar, não; vem annullar a concessão.

O Sr. Manoel Victorino—... porque o projecto como foi redigido está mais que claro. Dá ao Poder Executivo a responsabilidade da concurrencia que, deve-se presumir, se fará nas melhores condições e se completará com as precauções que a administração superior ao paiz ordinariamente costuma tomar em casos tão importantes.

O Sr. Christiano Ottoni — Sr. presidente, sobre dous unicos pontos julgo necessario explicar o additivo que mandei á mesa.

Em um destes pontos divirjo radicalmente do nobre senador que acabou de fallar, e é aquelle que diz respeito á acquisição prévia dos terrenos pelo governo; sobre o outro reconheço que não ha muita clareza na ultima parte do additivo que refere-se á licitação, e não duvido procurar um meio de tornar claro o seu pensamento.

Primeiramente, quanto ao terreno. O conhecimento do terreno, a demarcação de toda a área necessaria para o arsenal, são cousas indispensaveis para os estudos.

Estes estudos comprehendem os orçamentos das obras e estes orçamentos dependem necessariamente do conhecimento do local em que cada um dos edificios tem de ser collocado e em que cada machina tem de ser assentada.

Em cada um destes logares, a formação geologica do terreno influe muito no orçamento.

Tal terreno offerece, por exemplo, um fundo de rocha que não precisa de alicerces; e póde haver outro em que as fundações sejam carissimas.

O Sr. Manoel Victorino — Mas o terreno está estudado.

O Sr. Christiano Ottoni — Portanto, ha terrenos que fazem elevar o custo do orçamento e ha outros que não.

Para que o plano seja completo e estudado é necessario, como condição imprescendivel, não formar um projecto vágamente, isto é, sem relação com o terreno, como depois

ir procurar o local em que cada obra, cada edificio e cada machina devem ser assentados.

O terreno, portanto, deve ser demarcado, conhecido antes dos estudados.

Podem mesmo haver despezas preliminares de nivelamento e outras.

Demais os emprezarios, quando vão desapropriar terrenos, muito facilmente abusam do direito de apropriação, alargando a área para, no excesso, fazer especulações particulares.

O SR. MANOEL VICTORINO — Para estes abusos temos a lei.

O SR. CHRISTIANO OTTONI — Allega-se que o terreno escolhido tem muito pouco valor.

Si o particular póde compral-o por quatro vintens, o governo compra tambem por quatro vintens.

O SR. MANOEL VICTORINO — De ordinario compra mais caro.

O SR. CHRISTIANO OTTONI — Que inconveniente ha em que o governo compre o terreno e procure estudal-o, com relação á localidade em que hão de ser collocadas as obras?

Ponha tudo isso nas plantas que devem acompanhar o estudo e será um adeantamento que facilitará a empreitada e a adjudicação das obras e evita os abusos de desapropriação.

Não insistirei mais neste assumpto. Mas não reconheço que o nobre senador tenha opposto objecção séria a esta acquisição prévia dos terrenos pelo governo.

Quanto, porém, á ultima parte do additivo, o periodo que refere-se á licitação, eu não comprehendia o que dizia o illustre senador, por causa de um *qui-pro—quo* em que elaboravamos, talvez pela má redacção que dei.

Eu dizia que a licitação versaria sobre o valor da propriedade pelo governo posta em hasta publica; os empreiteiros diriam por quanto o recebem.

Redigi, porém, a minha emenda de modo que o nobre senador suppoz que essas palavras tinham applicação ao novo arsenal, quando não estava em minha intenção referir-me a elle.

O SR. MANOEL VICTORINO — V. Ex. se referiu neste artigo a ambos.

O SR. CHRISTIANO OTTONI—Não contesto; simplesmente digo que houve este equivoco entre nós. Eu me referia á cessão daquillo que o governo offerece ao empresario.

O nobre senador respondeu, julgando que eu me referia...

O SR. MANOEL VICTORINO — Realmente V. Ex. se referiu no additivo a ambos.

O SR. CHRISTIANO OTTONI — Mas ponhamos de parte tudo isto. A licitação deve ter em vista o valor despendido pelo governo com a acquisição do terreno e estudos, e o orçamento dos trabalhos, e de outro lado o valor de propriedade cedida pelo governo. E será preferida a proposta mais vantajosa para o Thesouro.

O SR. MANOEL VICTORINO—Mas como não é isso que V. Ex. diz no seu substitutivo...

O SR. CHRISTIANO OTTONI—Bem; já reconheci que a redacção do additivo não está clara: dar-lhe-hei outra que talvez satisfaça ao nobre senador.

Vou fazer a nova redacção e mandal-a á mesa.

Vem á mesa, é lida, apoiada e posta conjunctamente em discussão a seguinte

SUB-EMENDA

Disposições additivas para serem collocadas onde convier

Precederá a hasta publica, além da escolha do local para a mudança, á acquisição por conta do Estado de área necessaria ás construcções, e os estudos definitivos e orçamento das obras.

Dos estabelecimentos actuaes sómente será pedida a parte que o governo, consultando as necessidades do fisco, não julgar util annexar ás respectivas alfandegas.

A hasta publica se abrirá com exposição dos planos, que o emprezario não terá direito de alterar e com especificação de construcção que garantam efficaz fiscalisação.

A licitação terá em vista:

De um lado, a despeza feita com a acquisição do terreno e estudos; e o valor da propriedade cedida pelo Estado, valor determinado préviamente pelo meio que ao governo parecer melhor.

De outro lado, o orçamento dos trabalhos e construcções por adjudicação.

No balanço destas sommas será preferido o concurrente que offerecer ao Thesouro maiores vantagens.

Sala das sessões, 11 de julho de 1893.—*C. B. Ottoni.*

O Sr. Ameirco Lobo nota que a respeito do assumpto o projecto primitivo só se refere á Bahia. A remoção do Arsenal da Bahia parece necessaria, porquanto se demonstrou aqui que até a pedradas podia elle ser tomado. Quanto a Pernambuco, o ministro em seu relatorio propunha a sua extincção; e a respeito do Arsenal do Rio de Janeiro é que a questão parece ser mais séria, porquanto não se sabe si a ilha tem tamanha extensão que

comporte a população de operarios que serve no arsenal. Esta idéa foi lembrada pelo illustre senador pela Parahyba, que indicou a ilha do Boqueirão.

O orador julga muito util a idéa proposta pelo seu honrado collega de representação, para que, por parte do governo, haja prévia acquisição do terreno necessario, para onde se deve mudar o arsenal. Acha razão na emenda do seu collega, por um principio de direito que é garantir a concurrencia. No projecto não se falla expressamente no direito de desapropriação por parte dos concessionarios quanto ao terreno da mudança e não se póde suppor que elle tenha previamente esse terreno! E' uma lacuna do projecto, que devia ser mais claro a respeito das desapropriações.

Outro ponto: propõe-se no projecto a cousa mais imperfeita e tosca, que é a troca ou a permuta, cedendo o governo o terreno e os edificios do velho arsenal ao concessionario, que se obrigará a dar o terreno e as obras do novo arsenal. Mas, qual é o preço? Não existe e o orador não comprehende contracto sem preço, e menos a troca que deve ser egual.

Era melhor que houvesse um orçamento, uma avaliação do que o governo tem de ceder e do que tem de receber.

O orador senta-se, desejando que o illustre senador pela Bahia esclareça os pontos aos quaes acaba de referir-se.

O Sr. Manoel Victorino — Volto á tribuna para responder as apreciações feitas pelo dous honrados senadores por Minas, quer o que apresentou o additivo, quer o que commentou o projecto e o additivo.

Fiz uma referencia a concessão de estradas de ferro, porque me pareceu opportuno lembrar a excepção aberta de uma praxe adoptada pelo honrado senador quanto a uma concessão semelhante. S Ex. considera necessaria a licitação com todas estas minudencias, estas nugas, estes accrescimos meticulosos; mas isto é uma excepção do procedimento até agora seguido por S. Ex., pois não ha muito tempo discutiu aqui a concessão de uma autorisação ao governo para contratar uma estrada de ferro com uma empreza determinada sem haver licitação de ordem alguma.

Era questão de prolongamento; mas não havia licitação prévia, nem esta praxe moralisadora foi estabelecida com aquelle rigor que o honrado governador reclama para o arsenal da Bahia.

Por isso fiz a ponderação quanto a este modo de julgar essa praxe concernente a obras publicas em geral.

As modificações feitas não accrescentam cousa nenhuma ao que o projecto havia delineado em traços geraes.

O projecto e o additivo fizeram depender a remoção do arsenal de certas condições, e a primeira foi a concurrencia publica.

Ora, o Senado comprehende que a concurrencia tem as suas bases; mas não póde marcar os limites das vantagens de um ou de outro concurrente. Para o Estado, as vantagens que advenham da transferencia estão principalmente no melhoramento que se realisa na remoção do arsenal.

Todos os ministros reclamam isto, que não se pôde realisar até hoje, porque a União não tem recursos para uma obra desta ordem: desde que se possa realisar sem onus para a União, tem-se conseguido a principal das vantagens; as outras são secundarias. E' uma questão de serviço publico que se melhora e a sua realisação sem onus constitue a base geral acceitavel para o Poder Legislativo do facto da transferencia.

Querem os honrados senadores apurar mais alguns lucros para a União? Articulem-se clausulas para esse fim; a primeira é a concurrencia.

Comprehende-se que, desde que a concurrencia é a base da concessão, quem tiver de disputar esta concessão ha de offerecer, além da troca, mais alguma cousa para ter preferencia, e neste jogo póde haver até quem offereça ao Estado, além dos novos terrenos e edificios, uma indemnisação em dinheiro. Na concurrencia se apurarão estas maiores vantagens que a União possa colher; mas o que se dispensa, o minimo das vantagens, é o maximo para todos nós, é melhorar o serviço, é a troca dos terrenos e dos edificios actuaes para ter tudo em edificios novos e em local conveniente. Por isso todas essas minucias me parecem exaggeradas, desde que se dá uma autorisação ao Poder Legislativo para estabelecer como base desta concessão a concurrencia publica.

Acquisição prévia de terrenos não adianta cousa nenhuma, não melhora absolutamente as considerações que os nobres senadores fizeram; são filigranas de engenheiro para justificar esses estudos de terrenos, uma supposta razão para essa acquisição prévia.

Mas os terrenos, pelo menos os da minha terra, pela sua natureza não prestam para installação de machinas e engenhos de propriedades agricolas e o digno capitão-tenente encarregado de fazer esses estudos descreveu até a natureza geologica dos terrenos e fez suas considerações a respeito, como profissional que era.

Ora, fazer depender os estudos da acquisição prévia dos terrenos, é uma descoberta do nobre representante de Minas. Para chegar a este resultado, para saber se os terrenos

prestam-se a installação que se pretende, S. Ex. entende que é preciso primeiro fazer acquisição delles, depois do que é que si ha de verificar si são de natureza vulcanica, si são de alluvião e por consequencia si offerecem condições de solidez para os fundamentos de qualquer edificação. O honrado senador entende que sem a acquisição não é possivel conhecer a natureza de um terreno.

Ora, será exacto isto? Acho que não, que adquirir um terreno para depois conhecer de sua natureza, é comprar nabos em saccos, porque depois de comprado é que se vai verificar si elle presta.

Não acho que S. Ex. se haja inspirado na pratica.

O SR. CHRISTIANO OTTONI— São idéas successivas.

O SR. MANOEL VICTORINO — Mas o unico argumento francamente produzido foi este: que era preciso adquirir os terrenos para conhecer si as novas fundações encontravam seus pontos de solidez precisos para as novas intallações de machinismos.

Acho que a preliminar deve ser proceder-se a estas averiguações, a estas investigações para depois adquirir-se o terreno, porque póde-se logo verificar si as fundações serão ou não solidas.

O SR. AMERICO LOBO—V. Ex. não respondeu á segunda parte do argumento a acquisição por parte do governo generalisa a concurrencia, porque o proponente póde tomar conta do terreno, desde que haja o direito de desapropriação concedido por lei.

O SR. MANOEL VICTORINO — Concedido, não.

O SR. AMERICO LOBO—Isto então não está muito claro, porque do projecto consta a concessão desse direito.

O SR. MANOEL VICTORINO—Por isto é que nós não o fixamos. Acho inconveniente essa desapropriação feita pelo Estado, que vai crear para os concurrentes um onus que se lhe poderá dar, porque V. Ex. sabe, como o Senado, que quem compra peior sempre é o governo, e comprar préviamente para impor ao concurrente um valor superior áquelle que elle poderia dar...

O SR. AMERICO LOBO—Isto prova de mais. Si o governo compra por mais, tambem nas desapropriações póde comprar por mais.

O SR. MANOEL VICTORINO — O particular póde comprar em muito melhores vantagens.

O SR. AMERICO LOBO—Desapropriando?

O SR. MANOEL VICTORINO—Perdõe-me, V. Ex. sabe que nas desapropriações para o governo, até os proprios arbitros delle não lhe são favoraveis; nós temos exemplos disto na questão Rheingantz.

Até os proprios arbitros decidem contra o governo. Nas questões particulares não ha arbitro que decida contra particulares.

Entendo, portanto, que a licitação por qualquer modo deve ser deixada ao Poder Executivo, ficando elle com a escolha dos meios. Estabelecer as condições da hasta publica em um projecto, é uma novidade.

O SR. VIRGILIO DAMASIO—E' constituirem-se os legisladores em administradores.

O SR. MANOEL VICTORINO—Estabelecer minucias, que são outras tantas provas de desconfianças no governo, não acho que esteja isto na esphera do Poder Legislativo, porque em materia de contractos a responsabilidade inteira e completa é do Poder Executivo.

Não devemos dizer que a licitação versará sobre isto, aquillo e aquillo outro; devemos dizer que a licitação versará sobre aquillo que governo entender que deve ser objecto della,

O governo póde entender que os machinismos antigos, avaliados, não são absolutamente aproveitaveis, que não lhe convém nada conservar-os; e ha de fazer entrar na licitação esses machinismos, que nenhum serviço poderão prestar? Si elle for obrigado a cumprir a lei, com os additivos que foram apresentados, ver-se-ha forçado a licitar de accordo com a disposição taxativa do honrado senador.

E' verdade que S. Ex. já julgou necessario modificar essa disposição, de tal ordem era ella.

Primeiramente fez entrar os edificios, depois fez entrar os machinismos, e, conforme iamos lembrando, S. Ex. ia fazendo outras modificações.

O SR. CHRISTIANO OTTONI—Como está redigido, comprehende-se isso.

O SR. MANOEL VICTORINO—V. Ex. não fallava em machinismos, e comprehende que, si o contractante quizer assentar os velhos machinismos, transportal-os para o arsenal novo, ficará desonerado de uma grande despeza.

Ora, essas minucias são peias que vamos crear ao Poder Executivo, que não poderá por exemplo fazer acquisição do terreno sem o credito necessario votado pelo Poder Legislativo.

O SR. AMERICO LOBO—Elle terá autorisação illimitada.

O SR. MANOEL VICTORINO—Fica autorisado; mas não ha abertura de credito.

O SR. AMERICO LOBO—Está implicita.

O Sr. Manoel Victorino—Não está implicita.

Em materia de credito, é preciso uma disposição expressa, autorisando-o a crear a depeza.

O Sr. João Neiva—Apoiado.

O Sr. Manoel Victorino — Esses estudos e esses planos serão executados pelo governo; é o que diz o projecto; para que mais condições e clausulas para licitação? A execução desses planos é indispensavel, porque não comprehendo que se realise um plano no ar, principalmente em materia de construcção.

Ora, executar construcções é fazer obra e não sei como se pode fazer construcções sem estudos, sem organisar planos.

Eis aqui como tudo se concilia perfeitamente.

O honrado senador por Minas fez uma referencia ao direito de desapropriação e a dispensa de imposto de importação para todo o material destinado á construcção dos novos estabelecimentos, com a obrigação de construir nas áreas cedidas trapiches alfandegados e communicações francas e faceis por aterros e viaductos com os centros commerciaes.

Acha o nobre senador que esse direito de desapropriação, como está concedido, vae deixar ao arbitrio do concessionario uma faculdade perigosa.

Acho que, quando se concede um direito de desapropriação a essas emprezas, é claro que o criterio do legislador ha de comprehender que tal direito fica limitado ás necessidades da execução da obra de accordo com os planos approvados.

O Sr. Americo Lobo—Pela resolução parece que o contractante terá o direito de desapropriar junto do arsenal, e isto não póde ser.

O Sr. Manoel Victorino—Quando se concede o direito de desapropriação, elle fica limitado, repito, á obra que se vae realisar, de accordo com o plano approvado. Si tudo isto depende de approvação do governo, o direito de desapropriação ha de ficar limitado a esta autorisação.

O Sr. Americo Lobo—Esta desapropriação é para os terrenos novos?

O Sr. Manoel Victorino—E' para estes terrenos onde tem de ser collocado o novo arsenal.

O Sr. Americo Lobo dá um aparte.

O Sr. Manoel Victorino—Si V. Ex. se tivesse dado ao trabalho de ver o plano, acharia esta desapropriação necessaria para o arsenal. São predios velhos, em um dos quaes está installado o correio.

Esta desapropriação é indispensavel; está autorisada ou será autorisada na execução do projecto, porque estes trapiches não podem ser construidos sem esta desapropriação que tem por fim alargar uma rua estreita em frente ao elevador.

O Sr. Americo Lobo—Aqui, ou na Bahia?

O Sr. Manoel Victorino—Na Bahia.

O Sr. Americo Lobo—E aqui?

O Sr. Manoel Victorino—Aqui é a mesma cousa.

O direito de desapropriação ha de ficar limitado áquillo em que o governo entender que ha utilidade de accordo com os planos approvados.

Estes estudos já foram feitos minuciosamente, fazem objecto de uma monographia importante sobre o assumpto.

Sinto que os nobres senadores não a tivemos lido, si o tivessem feito verificariam tudo isto que muito grosseiramente pósso expor ao Senado. (*Não apoiados.*)

Mos o que posso assegurar é que estas peias, estes embaraços, talvez sejam dictados pelo escrupulo que ha em acautelar os interesses da União.

O Sr. Americo Lobo — De minha parte tenho escrupulo quanto ao preço incalculavel dos terrenos cedidos e mesmo pela incerteza do preço, porque, si, o empresario fizer máo negocio, attribue a uma lesão.

O Sr. Manoel Victorino— Como o governo póde avaliar das vantagem de qualquer proposta sem este estudo prévio?

O Sr. Americo Lobo dá um aparte.

O Sr. Manoel Victorino — V. Ex. tem uma base e esta será para cada arsenal o calculo da totalidade de despezas que o concessionario tem de realisar.

Já é uma base arbitraria para o valor destes terrenos; mas será a base minima porque o menos com que cada concessionaio tem de entrar é o valor dos terrenos e edificações novas.

Mas, além destas vantagens, sem o que não póde haver concurrencia, ha de haver outra para se estabelecer a preferencia.

E' preciso que cada concurrente offereça além desses terrenos e edificações, mais alguma cousa para que a preferencia se estabeleça.

Ha uma base commum a todas as propostas, que é a cessão gratuita dos edificios actuaes em troca de novos terrenos e novas construcções.

Conseguintemente, pelo terreno actual e edificio actual, cada concurrente ha de offe-

recer no minimo o valor dos novos terrenos e das novas construcções,

Si nós realisarmos a transferencia do arsenal fal-o-hemos sem que o Estado gaste um só real; entretanto o anno passado pareceu á commissão que só poderia leval-a a effeito por um milagre incomprehensivel.

Si se levar a effeito este milagre, não se terá conseguido muito?

Não insisto neste assumpto mesmo porque é preciso que o Senado saiba que não ligo pessoalmente interasse nenhum a esta pretenção, mesmo quanto a mudança do arsenal da marinha da capital.

Si ella não se fizer por qualquer destes meios, far-se-ha por outros.

O SR. AMERICO LOBO— Ella é urgente?

O SR. MANOEL VICTORINO —E' urgente porque,ou a transferencia se faz, ou,caso contrario, o arsenal será abandonado.

O abandono, não creio que a representação da Bahia consinta que se faça e para a transferencia teremos nisto a colligação de interesses de outros estados que nos auxiliarão neste empenho.

Ha este dilemma; ou o governo acceita a transferencia sem onus algum para o Thesouro, melhorando a situação do actual arsenal, ou dispõe-se a ter uma institnição inutil onerosa aos cofres publicos. Ora, entre um e outro alvitre, creio que a União não tem que hesitar, porque. não tendo sacrificios, obtem a transferencia. Creio que por um projecto,que será apresentado, deve ter a concurrencia que devemos admittir como base da concessão e, portanto, não devemos ter receio de que ella se faça com prejuizo. para a União mesmo porque ella já está salva e o unico prejuizo que ella póde ter é fazer a transferencia sem onus algum.

O SR. AMERICO LOBO dá um aparte.

O SR. MANOEL VICTORINO— A acquisição prévia foi fundada por esta razão. O Senado ouviu que era necessario adquirir o terreno para conhecer da sua natureza geologica, das suas condições,para ver si se prestava ou não para fundação de officinas e o mais.

Alleguei aquillo que me pareceu commum ao criterio mais vulgar; e ninguem adquire terreno sem conhecel-o.

Adquirir para conhecel-o depois e ver si elle presta ao fim a que pretende destinal-o, é uma praxe nova, é uma inversão daquillo que occorre a todos os espiritos.

O SR. AMERICO LOBO—O terreno possuido. préviamente pelo Estado não alarga mais a concurrencia?

O SR. MANOEL VICTORINO — Não alarga; difficulta a concurrencia para os actuaes proprietarios de terrenos, que podem ser concurrentes, offerecendo vantagens maiores que o governo, no entretanto que, desapropriados estes terrenos, elles não poderão offerecer vantagens desde que o terreno não é proprio.

O SR. AMERICO LOBO—Não apoiado.

O SR. MANOEL VICTORINO—Oh! os actuaes proprietarios que não sei quem são; mas figuro esta hypothese: quem for proprietario de um terreno onde queira installar uma empreza não póde offerecer maiores vantagens do que aquelle que não o for.

E desde que o governo se constitue proprietario, esta vantagem não desapparece?

Conseguintemente que vantagem ha? A de conhecer a natureza do terreno? Não. A de collocar a esphera da concorrencia, tambem não.

Concorrencia não existe, porque o direito de desapropriação previne tudo.

São estas as razões que me levaram a impugnar a lembrança ou suggestão do honrado senador por Minas, por isso que é uma idéa que vem embaraçar de um modo sério a realisação sem melhorar as condições do projecto.

O SR. AMERICO LOBO—O projecto é uma troca, e por conseguinte fica sem effeito.

O SR. MANOEL VICTORINO—Não é uma troca, desde que se estabelece a concurrencia publica não é uma troca.

Si fosse uma simples troca não poderia haver concurrencia; o governo trocaria com quem acceitasse as condições impostas. Desde que, porém, se exige a concurrencia publica, o governo não póde dar, por uma simples troca.

Não insisto neste assumpto. Acho entretanto que os additivos são exigencias, que não teem cabimento neste caso. Isto são clausulas do contracto, clausulas que entram nas minucias da concessão a fazer.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Indo-se proceder á votação, verifica-se não haver na casa mais numero legal, pelo que procede-se á chamada dos Srs. senadores que compareceram á sessão (40) e deixam de responder os Srs. Cruz, Elyseu Martins, Amaro Cavalcanti, Messias de Gusmão, Coelho e Campos, Domingos Vicente, Braz Carneiro, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Joaquim Felicio, Joaquim de Souza, Pinheiro Guedes e U. do Amaral (13).

O SR. 3º SECRETARIO communica que os Srs. Elyseu Martins, Domingos Vicente, Saldanha Marinho e Pinheiro Guedes participaram á mesa que se retiravam por incommodados.

A votação fica adiada por falta de numero legal.

Segue-se em discussão unica o parecer n. 107, de 1893, da commissão de finanças, opinando que se adie a materia do projecto do Senado, n 18, de 1893, que eleva á categoria de alfandega a mesa de rendas geraes em Caravellas, estado da Bahia, até que o Senado obtenha as informações de que carece.

O Sr. Americo Lobo—Sr presidente, a questão me parece ter alguma importancia por ser de primeira ordem o porto de Caravellas, e por outras considerações. Pretendia impugnar o parecer, mas vejo a casa inteiramente abandonada, de sorte que seria fallar como que no deserto, salvo si contasse que alguns dos meus collegas ausentes me pudessem ouvir.

O Sr. Presidente — Ainda ha na casa 27 senadores; pela chamada acaba de verificar-se.

O Sr. Americo Lobo — Mas agora não vejo onde o acham.

O Sr. Presidente — Estando reduzido a 13 o numero de senadores, que se acham no recinto, vou adiar a discussão do parecer e encerrar a sessão.

Ainda uma vez sou forçado a lembrar aos meus collegas do Senado, que a sessão vae ser encerrada 3/4 de hora antes de preenchido o tempo marcado pelo nosso regimento.

A' sessão de hoje concorreram 40 senadores, mas do meio para o fim já esse numero estava reduzido á metade ou a menos, e actualmente estamos presentes 13. Por esta forma não cumprimos o nosso dever, nem observamos o nosso regimento

O Sr. J. Sarmento — Estou presente.

O Sr. Presidente — A presença está verificada pela chamada que se fez; mas a ella responderam 27 senadores e immediatamente depois ficámos reduzidos a 13.

Em seguida designa para a ordem do dia da sessão seguinte:

Votação em 3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados n. 61, de 1892, autorisando o governo a remover o Arsenal de Marinha da Bahia e a construir uma mortona em Matto Grosso;

Continuação da discussão unica do parecer n 107 de 1893, da commissão de finanças, opinando que se adie a materia do projecto do Senado n. 18, de 1893, que eleva á categoria de alfandega a mesa de rendas geraes em Caravellas, estado da Bahia, até que o Senado obtenha as informações de que carece;

2ª discussão do projecto do Senado n. 17, de 1893, dispondo sobre o aforamento perpetuo;

3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 11, de 1893, autorisando o Poder Executivo a pagar a D. Maria Carolina Rheingantz, a quantia de 114:997$848, como indemnização devida pelo valor da sua propriedade «Colonia S. Lourenço» no Rio Grande do Sul, abrindo-se para isso o respectivo credito;

Continuação da 3ª discussão da proposição da mesma Camara n. 98, de 1892, reorganisando o serviço do Correio Federal;

2ª discussão do projecto do Senado n. 12, de 1892, regulando o engajamento de trabalhadores asiaticos.

Levanta-se a sessão ás 3 1/4 horas da tarde.

Substitutivo apresentado na sessão de 3 de julho e que se reproduz por ter sido publicado com alguns erros.

Art. 1.º A regulação e o rateio da avaria grossa se farão a requerimento do capitão do navio ou de qualquer interessado, si aquelle não iniciar a acção do prazo de trinta dias.

Art. 2.º O autor juntará á petição inicial os documentos justificativos da acção e poderá offerecer desde logo o calculo da regulação e rateio, escripto, sem emenda, entrelinha ou razura.

Art. 3.º Si o juiz verificar da petição inicial e de seus documentos que a acção é improcedente, assim o declarará por sentença, que será proferida no prazo de cinco dias.

Art. 4.º O autor pedirá a citação dos interessados para na primeira audiencia se louvarem em arbitradores, e para verem assignar a dilação da contestação fixada pelo juiz, si elles não acceitarem o calculo extra-judicial permittido pelo art. 2º.

Art. 5.º Havendo muitos co-réos não solidarios, bastará a citação pessoal de dous, que o juiz designar, tendo em attenção o maior grão do interesse que lhes assista; e todos os outros co-réos serão citados por editos, cujo breve prazo marcará o juiz.

Art. 6.º No caso de ausencia das partes, o juiz lhes poderá nomear outro curador, além do que manda o art. 772 do Codigo Commercial.

Paragrapho unico. O curador, cuja defesa prevalecer afinal, terá direito a que o juiz lhe arbitre um augmento de custas até o decuplo das sinellas, comtanto que a somma não exceda de 1:000$000.

Art. 7.º Findo o prazo da contestação, o juiz marcará uma dilação probatoria, que poderá prorogar.

Paragrapho unico. As dilações para a contestação, a prova e allegações finaes serão mais ou menos breves, conforme a importancia e o valor da acção.

Art. 8.º Proceder-se-ha a arbitramento e á vistoria nos termos dos arts. 189—205—209 e 215 do regulamento n. 737, de 25 de novembro de 1850, e nos termos de mais leis em vigor, com as seguintes modificações:

§ 1.º O juiz fixará o numero de peritos, que nunca excederá de tres e os nomeará nos casos já previstos e nos de:

a) urgencia, isto é, quando a demora da louvação feita pelas partes puder prejudicar o exito da diligencia;

b) de divergencia ou de revelia dos interessados;

c) de substituição de perito, qualquer que ella seja.

§ 2.º A suspeição ou recusação dos peritos se póde fundar na falta de idoneidade physica, moral ou technica.

§ 3.º O perito nomeado ou acceito pelas partes ainda póde ser recusado por motivo até então ignorado, ou superveniente.

§ 4.º Os peritos poderão dar os laudos em separado quando pedirem e obtiverem prazo para os laborarem.

§ 5.º O juiz arbitrará os salarios dos peritos, com prévia audiencia dos interessados.

§ 6.º O arbitramento subscripto pela maioria dos peritos, estimando o valor liquido e certo ou dando base certa para a liquidação da responsabilidade, constitue, antes de julgado, prova litteral da divida para autorisar a decretação do aresto.

Art. 9.º Finda a dilação probatoria, e arrazoando as partes afinal, serão os autos conclusos ao juiz, cuja sentença deverá ser proferida no prazo de 30 dias, cabendo della appellação para o Tribunal Superior no effeito devolutivo.

Paragrapho unico. Da sentença de que trata o art. 3º caberá appellação em ambos os effeitos.

Art. 10. O navio estrangeiro que tiver abalroado outro nas aguas territoriaes ou em um porto da Republica, poderá ser embargado ou detido para segurança da obrigação de pagar os prejuizos e o damno da abalroação, assim tambem o navio brazileiro, ainda que a abalroação se dê no alto mar.

Paragrapho unico. Entende-se contrahida em utilidade do navio ou de sua carga, a obrigação de pagar os direitos de porto e os impostos de navegação.

Art. 11. No caso do artigo antecedente, a primeira citação para a causa deve ser feita ao dono do navio e, na sua ausencia, ao capitão ou ao procurador bastante, nos termos do art. 113 do decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890.

§ 1.º A nacionalidade estrangeira do navio faz presumir a ausencia do dono.

§ 2.º O official de justiça na contra-fé que passar consignará, sob as pénas da lei, além dos requisitos ordinarios da diligencia, a certidão da citação, a hora em que a tiver effectuado e o valor dos seus emolumentos ou custas.

Art. 12. São summarias as acções de que trata o Codigo Commercial nos arts. 245 e 348, 739 e 750, marcando o juiz as dilações abreviadas e procedendo-se em conformidade do art. 8º desta lei, quando haja vistoria ou arbitramento.

Art. 13. Emquanto não pagar as custas em que for condemnado, na fórma do art. 134 ou do art. 137 do decreto n 848 de 11 de 1890, o excipiente será tido como revel para o fim de não ser ouvido, nos termos posteriores da causa.

Art. 14. Ha appellação *ex-officio*, ainda quando não interposta expressamente, sempre que for condemnada a Fazenda Nacional ou a Fazenda Municipal do Districto Federal.

Art. 15. A alçada dos juizes federaes inferiores é simples medida de sua jurisdicção para o julgamanto, do qual cabe appellação para os juizes immediatamente superiores. (Constituição, art. 59. II).

Art. 16. Quando a appellação for interposta no logar onde estiver o Tribunal Superior, a remessa dos autos se fará independentemente de traslado, excepto si a appellação for recebida em um só effeito, e a parte precisar da carta de sentença.

Paragrapho unico. No caso desse artigo, fica reduzido a 30 dias o prazo de que trata o art. 340 do decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890, equiparada só para esse fim a cidade de Nitheroy ao Districto Federal.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões, 3 de julho de 1893.—*Americo Lobo.*

52ª sessão em 12 de julho de 1893

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes (vice-presidente)

SUMMARIO—Chamada.—Leitura da acta—EXPEDIENTE—Discurso do Sr. Domingos Vicente—Requerimento—Votação — ORDEM DO DIA — Votação da proposição n. 61 — Retirada de uma emenda do Sr. C. Ottoni — Continuação da discussão do parecer n. 107 — Discursos dos Srs. Americo Lobo, A. Cavalcanti, Virgilio Damasio, Manoel Victorino — Encerramento da discussão — Votação — 2ª discussão do projecto n. 17 — Discursos dos Srs. Americo Lobo e Coelho e Campos — Requerimento — Encerramento da discussão — Votação — Adiamento da discussão — 3ª discussão da proposição n. 11 — Encerramento da discussão — Votação — Continuação da 3ª discussão da proposição n. 48 de 1892 — Discurso do Sr. Amaro Cavalcanti — Substitutivo — Requerimento — Votação—Discurso do Sr. Gil Goulart — Adiamento da discussão.

Ao meio-dia comparecem 34 Srs. senadores, a saber: Prudente de Moraes, João Pedro, Gil Goulart, Antonio Baena, Thomaz Cruz, Souza Coelho, Joaqnim Sarmento, Manoel Barata, Cunha Junior, Cruz, Catunda, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, João Neiva, Firmino da Silveira, Joaquim Pernambuco, João Barbalho, Gaspar Drummond, Messias de Gusmão, Rosa Junior, Coelho e Campos, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Monteiro de Barros, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Joaquim Felicio, C. Ottoni, Americo Lobo, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Paranhos, U. do Amaral e Luiz Delfino.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão, e, não havendo reclamações, dá-se por approvada a acta da sesão anterior.

Comparecem depois de aberta a sessão os Srs. Francisco Machado, Nina Ribeiro, Gomensoro, João Cordeiro, Theodoreto Souto, José Bernardo, Virgilio Damasio, Q. Bocayuva, Laper, Braz Carneiro, Rodrigues Alves, Joaquim Murtinho, Generoso Marques e Elyseu Martins.

Deixam de comparecer com cousa participada os Srs. Coelho Rodrigues, Almeida Barreto, E. Wandenkolk, Pinheiro Guedes, Aquilino do Amaral, Pinheiro Machado, Raulino Horn e Julio Frota; e sem causa participada os Srs. Ruy Barbosa, Campos Salles, Santos Andrade, Esteves Junior e Ramiro Barcellos.

O SR. 1º SECRETARIO dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios:

Do 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 11 do corrente mez, communicando que foi remettido ao Sr. Vice-Presidente da Republica, afim de ser sanccionado, o decreto que reorganisa o Supremo Tribunal Militar. — Inteirado.

—Do governador do estado de Goyaz, datado de 20 do mez proximo findo, agradecendo a remessa dos *Annaes do Senado* e de um exemplar do *Manual do Senador*; e bem assim remettendo dous exemplares da Constituição e uma collecção das leis organicas daquelle estado. — Archive-se e agradeça-se.

—Representação dos negociantes fornecedores das colonias do Valle do Rio Iguassú, estado do Paraná, expondo a difficil contingencia em que se acham, devida á falta de pagamento dos fornecimentos que fizeram aos colonos das referidas colonias desde maio a dezembro do exercicio passado e solicitando a intervenção do Congresso, afim de que seja decretada a respectiva verba. — A' commissão de finanças.

O SR. 2º SECRETARIO lê e fica sobre a mesa, para ser discutido na sessão seguinte, depois de impresso no *Diario do Congresso*, o seguinte

PARECER N. 110 — 1893

Redacção

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º São concedidos a Antonio da Silva Netto, chefe da 2ª secção da Directoria Geral de Estatistica, nove mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões, 12 de julho de 1893.—*Manoel Barata.* — *Americo Lobo.*

O Sr. Domingos Vicente—O *Diario Official* de hontem publicou o decreto pelo qual o governo da União declara caduco o privilegio, garantia addicional e mais favores que concedeu á Companhia Viação Ferrea Sapucahy, cessionaria dos cidadãos Eduardo M. Limoeiro e José Moreira Barbosa.

Deste assumpto tive occasião de occupar-me em uma das sessões passadas, chamando para elle a attenção do honrado ministro da viação, industria e obras publicas, que me parece não foi surdo á minha reclamação baseada na justiça e na defesa dos legitimos interesses do estado que represento, e a quem, pela solicitude que desenvolveu e pela justiça feita, tenho a satisfação de tributar os meus louvores, não só em meu nome, como em nome do estado do Espirito Santo, que se vê desembaraçado de um obstaculo que podia

concorrer para a não realisação ou pelo menos para dificultar a realisação da via-ferrea.

O Senado tem sido benevolo, indulgente em conceder a diversos collegas a publicação de documentos que não interessam ao serviço publico; e não ha muitos dias, a requerimento do honrado senador pelo Piauhy, actualmente ausente, concedeu até permissão para que fosse publicado no *Diario do Congresso* a constituição do estado de Pernambuco.

Nesta occasião me parece que não sou muito exigente solicitando do Senado permissão para que seja publicada no mesmo diario a resolução pela qual o digno presidente do estado do Espirito Santo declarou caduco o contracto que a mesma companhia tinha feito com o estado e tambem o officio que antecedeu a essa resolução, isto é, o officio em que o presidente basea a sua resolução, apresentada por ordem do mesmo presidente pelo muito distincto e probidoso engenheiro Ignacio de Oliveira, cidadão alheio á politica local e um dos ornamentos da classe de engenharia.

Estes documentos não são destituidos de interesse; si a companhia quiser reclamar qualquer indemnisação, si quizer mesmo taxar de injusto, precipitado ou illegal, o acto do honrado ministro da agricultura podem elles servir de justificativa a esse acto de S. Ex.

Fiado, pois, na benevolencia do Senado, ouso solicitar delle a publicação da resolução do presidente do estado do Espirito Santo e do officio a elle dirigido pelo engenheiro de que acabo de fallar.

Mando á mesa esses documentos, e o Senado attenderá ou não ao meu pedido.

Consultado, o Senado consente na publicação.

ORDEM DO DIA

E' annunciada a votação em 3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 61, de 1892, autorisando o governo a remover o arsenal de marinha da Bahia e a construir uma mortona em Matto Grosso.

O SR. PRESIDENTE—O Sr. Ottoni requereu hontem a retirada da primeira emenda offerecida a esta proposição, visto havel-a substituido por uma outra.

Os senhores que approvam o requerimento para ser retirada a emenda queiram levantar-se.

Foi approvado.

A esta proposição foram offerecidas diversas emendas: uma do Sr. Neiva ao art. 1º, concebida nos seguintes termos (*lê*):

« Em vez de—O Arsenal de Marinha da Bahia—diga-se—Os Arsenaes de Marinha da Capital Federal e da Bahia.

Outra emenda additiva da commissão de marinha e guerra, relativa ás condições em se deve effectuar a remoção dos arsenaes.

Um additivo dos Srs. Drummond e Joaquim Pernambuco, estendendo essa medida ao Arsenal de Pernambuco, e, finalmente, uma emenda additivo do Sr. Ottoni, estabelecendo as formalidades que devem ser observadas por occasião da remoção dos arsenaes.

Na fórma do regimento, a votação vae começar pelas emendas.

Procede-se á votação e são successivamente approvadas as emendas que já o haviam sido em 2ª discussão, e bem assim as dos Srs. Gaspar Drummond e Joaquim Pernambuco ao art. 1º e as dos Sr. C. Ottoni, additivas á proposição e que foram offerecidas em 3ª discussão.

A proposição fica sobre a mesa afim das emendas offerecidas e approvadas em 3ª discussão passarem por nova discussão na sessão seguinte.

Segue-se em discussão unica o parecer n. 107, de 1893, da commissão de finanças, opinando que se adie a materia do projecto do Senado, n. 18, de 1893, que eleva á categoria de alfandega a mesa de rendas geraes em Caravellas, estado da Bahia, até que o Senado obtenha as informações de que carece.

O Sr. Americo Lobo diz que o Congresso Nacional, pela lei n. 91, de 12 de janeiro de 1892, alfandegou os portos de Angra dos Reis e Gargahú.

Não sabe si essa lei passou pelo meio doloroso a que a illustre commissão de finanças deseja levar o projecto que se discute.

Refere que, ha bem pouco tempo, alfandegaram-se quatro mesas de rendas: Itajahy, Laguna, Antonina e Itapemirim.

O Senado foi testemunha do tempo que dormiu a idéa do alfandegamento desses portos, á espera de informações do governo; e afinal resolveu dispensar essa audiencia, por motivos que o orador passa a expôr.

A consideração das leis das alfandegas e mesas de rendas torna o governo competente para marcar os pontos por onde deve ser feita a importação.

Além dessa competencia, a *Consolidação* não só estabelece excepções para os casos de força maior, como, por exemplo, a fome, peste, guerra e bloqueio, como tambem designa os pontos para esse commercio.

Pedindo, portanto, o projecto em discussão, que se autorise o governo a alfandegar uma mesa de rendas, entende o orador que essa autorisação não depende de informações do governo, quando elle póde ou não usar della.

Affirma que, antes de apresentar ao Senado o seu projecto, ouviu o governo, e o Sr. mi-

nistro da fazenda, por meio de um empregado de confiança, declarou-lhe que não havia o menor inconveniente nessa apresentação, porque afinal ficava a seu arbitrio usar da autorisação.

Acha, por conseguinte, que o Senado, firmando-se no precedente da lei de 12 de janeiro, deve approvar este projecto.

O orador, proseguindo, lembra ao Senado que o porto de Caravellas chamou sempre sobre si a attenção do governo e da sciencia. Dista da Bahia 345 milhas e não ha porto alfandegado de permeio, de sorte que o commercio de navegação para alli soffre o jugo da distancia, não só da Bahia como do Rio de Janeiro, além do inconveniente dos polypos que preparam os coraes dos Abrolhos, que crescem e determinam naufragios, sem haver fiscalisação possivel para os que se salvam. Esta consideração, portanto, basta para chamar sobre o porto de Caravellas a attenção do Senado e do governo.

Depois de muitas outras considerações, o orador diz que não apresentaria o seu projecto, si a idéa não fosse acompanhada pela opinião do seu illustre collega, o Sr. senador Virgilio Damasio. O Sr. senador Ruy Barbosa, a quem o orador fallou a respeito, pareceu acceital-a, pelo seu silencio.

Além disso, o presidente de Minas já officiou ao Sr. ministro da fazenda, pedindo a creação de uma alfandega em Caravellas para satisfazer ao commercio daquella região, cuja população calcula-se em mais de 800 mil almas.

Termina pedindo ao Senado que approve o seu projecto, votando contra o parecer da illustre commissão, que nelle pagou um tributo ao *statu quo*; não quiz pensar, não quiz ver que a sessão corre o seu termo, que em pouco tempo a ordem do dia será composta sómente dos orçamentos, das leis de meios, e que não se poderá fazer mais do que isto que a Constituição manda.

Aproveite-se, portanto, um instante e dê-se ao paiz a consciencia de que o Senado sabe zelar as riquezas naturaes do paiz.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Sr. presidente, a linguagem alevantada e, como sempre, poetica do meu honrado collega por Minas Geraes, me convenceu mais uma vez de que os assumptos aridos das finanças do paiz não são os melhor procurados pelos que conversam com as musas e com as deusas na sublimidade da poesia.

O Sr. Luiz Delfino—Pelo contrario, isso é apenas uma superioridade do homem.

O Sr. Amaro Cavalcanti—E' exacto. O meu honrado collega por Santa Catharina tem igual direito a que eu lhe renda a mesma homenagem. (*Riso.*)

O Sr. Luiz Delfino—Obrigado.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Sr. presidente, tratemos da questão terra a terra.

O Sr. Americo Lobo—Apoiado. Tenho aqui um jornal, que remetto a V. Ex., bem como um officio do presidente de Minas.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Caravellas é um bom porto, quasi nos limites da Bahia com Minas Geraes. Tem a sua mesa de rendas, que quasi nada ainda rende para os cofres da União...

O Sr. Manoel Victorino—Isso e que não é exacto; quem informou a V. Ex. informou muito mal Das mesas de rendas é a que mais rende na Bahia.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Vou chegar lá... por falta de producção das terras circumvisinhas.

O Sr. Manoel Victorino—Não ha tal; isso é um desconhecimento completo do que é Caravellas: a' producção de café é enorme nas suas visinhanças.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Será talvez no futuro um dos portos de maior importação e exportação do paiz...

O Sr. Manoel Victorino—E' o maior nucleo da producção do café na Bahia.

O Sr. Amaro Cavalcanti,..porque para Caravellas fatalmente se devem dirigir vias de communicação terrestres que atravessarão regiões, as quaes, depois de cultivadas, hão de lhe trazer grande abundancia de productos e em troca com certeza receberá as mercadorias, que virão de alem mar, mas actualmente é o ponto de partida da Estrada de Ferro da Bahia e Minas, empreza de grande futuro, porém em pessimas condições, até mesmo porque não tendo podido attingir ainda ao desenvolvimento necessario, até aqui só tem atravessado terrenos estereis, incultos e desoccupados.

O Sr. Americo Lobo—Não ha tal; está a 12 leguas de Theophilo Ottoni.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Theophilo Ottoni é uma cidade central que póde ter grande desenvolvimento, póde ser de grande futuro, mas actualmente ainda é muito pouca cousa como cidade.

O Sr. Americo Lobo dá um aparte.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Mas voltemos ao ponto da questão

Póde ser que eu esteja enganado, mas declaro a V., Ex. Sr. presidente, que não se trata de uma mesa de rendas de grande im-

portancia. Vou dizer ao Senado a razão por que assim penso.

Folheei os documentos que podiamos ter, isto é, o projecto de orçamento preparado para o anno passado, e onde figuram differentes mesas de rendas com o seu pessoal, com a sua despeza, com a sua receita, e Caravellas nem sequer é hi mencionada. Para ser correcto, consultei particularmente ao Thesouro: fui á repartição de rendas e disse: ha um projecto que pede que Caravellas seja elevada, não a mesa de rendas, mas a uma alfandega; é uma creação importante, que trará encargos á União, e estes encargos devem ser compensados pela receita dessa mesa de rendas; quero que me deem a cifra da receita do ultimo anno, que fôr conhecida. No Thesouro se me respondeu que era impossivel fornecerem-me taes dados, porque os rendimentos dessas mesas de rendas, por sua pouca importancia, ainda veem englobados com os da Thesouraria de Fazenda ou da Alfandega da propria Bahia.

O Sr. Manoel Victorino — Si V. Ex. quizer obter informações minuciosas a respeito desses assumptos das altas repartições do paiz, ficará inteiramente privado de dar o seu juizo sobre qualquer assumpto.

O Sr. Amaro Cavalcanti — Não contesto; estou explicando o procedimento do relator da commissão.

Nessas condições, para que o Senado não désse um voto por mera presumpção, como outro dia deu a respeito de outras mesas de rendas, e, laborei o parecer propondo que ficasse a materia adiada até que fossem colhidas as informações de que a commissão carece.

O Sr. Manoel Victorino — Eu o acompanhei nesse sentido, porque estou certo de que as informações hão de desmentir essa presumpção.

O Sr. Amaro Cavalcanti — Não ha presumpção; estou expondo o meu procedimento.

O Sr. Manoel Victorino — Presumpção da repartição; ella não conhece nada,

O Sr. Amaro Cavalcanti — Nada, sim, e o que conhece é contra.

Nem a commissão fez opposição ao projecto nem ao menos por parte do seu relator, que elaborou o parecer, houve esse intuito. O intuito foi demorar, até que de outras fontes ou do proprio Thesouro, que declarou-me que precisava receber ainda 10 balanços para poder estudal-os e verificar a renda, se possam colher as informações.

Ainda ha poucos dias ouvimos affirmar a necessidade da creação de duas alfandegas no futuroso estado de Santa Catharina. Entretanto, no dia seguinte fui verificar as cifras que pude colher; e achei que Itajahy rende 1:500$ na melhor hypothese e Laguna 2:000$000.

O Sr. Luiz Delfino dá um aparte.

O Sr. Amaro Cavalcanti — Estas cifras foram colhidas de documentos officiaes, feitos o anno passado no Thesouro.

Ora, em materia desta ordem, o corpo legislativo deve proceder sem ter informações e dados seguros?

Parece-me que desta maneira, si não é proceder sem o devido criterio, é proceder sem razão para affirmar o asserto. Portanto, eis os motivos do parecer da commissão.

Si o Senado entender que bastam as allegações do meu honrado collega em relação a Caravellas ou qualquer outro ponto, a commisão não se julga por isso offendida, si é possivel usar deste termo, tratando-se do cumprimento do nosso dever.

Está explicada a razão e continúo a votar contra, até que me provem o contrario. Agora, porém, não se trata disto, trata-se simplesmente de adiar a votação.

Depois, qualquer dos collegas poderá obter do Senado nova discussão do assumpto.

O Sr. Virgilio Damasio dá um aparte.

O Sr. Amaro Cavalcanti — O adiamento não é indefinido, como parece suppor o nobre collega; é até obter as informações que nos possam habilitar a deliberar sobre o assumpto.

Este é o meu voto. Si não satisfaz o Senado, é comtudo dado com a melhor boa vontade de acertar.

O Sr. Virgilio Damasio — Sr. presidente, na dupla qualidade de signatario do projecto em discussão e representante do estado da Bahia, não posso deixar de tomar parte no debate, e tanto mais quanto as razões adduzidas pelo nobre senador pelo Rio Grande do Norte, que acaba de impugnar o projecto, e que é signatario do respectivo parecer, não levaram a convicção ao meu espirito, e, quer me parecer, que tambem não a levaram ao espirito do Senado.

O Sr. Americo Lobo — Vamos para Pariz, é a canção.

O Sr. Virgilio Damasio — Sr. presidente, o alfandegamento, de que se trata, de Caravellas, não é uma idéa nova, nascida hontem, em relação a qualquer localidade obscura e desconhecida.

A cidade de Caravellas é reconhecidamente a segunda do estado da Bahia, entre as cidades maritimas que margeam a costa, desde o porto do S. Salvador até o rio Mucury.

Esta extensão de 100 legoas, como o Senado conhece perfeitamente, obriga o porto de Ca-

ravellas, que está a pouco maior distancia tambem do Rio de Janeiro, a uma despeza inutil e com deficiencia mesmo de renda para a União, e despeza não pequena, porque todos sabem que Caravellas é o porto de sahida natural de todo o norte de Minas...

O SR. AMERICO LOBO—Apoiado.

O SR. VIRGILIO DAMASIO... e de grande parte das comarcas do sul e oeste da Bahia.

Hoje, o commercio importador que se destina ao norte de Minas, naturalmente irá por Caravellas, mas por intermedio do Rio de Janeiro ou da Bahia, isto é, terá de pagar frete até a Bahia e ahi soffrer as baldeações precisas, tomar um vapor da companhia do Lloyd, por exemplo, e ir novamente até Caravellas.

O Senado sabe bem que, augmentando a despeza de intermediario, augmenta o custo, augmentarão, portanto, as difficuldades do consumo.

Entretanto que com isso, de modo algum ganha a União; porquanto não se me convencerá jamais de que a fiscalisação não se póde effectuar em Caravellas como se faz na Bahia, ou no Rio de Janeiro.

O SR. AMERICO LOBO—Até é uma necessidade porque a costa é enorme.

O SR. VIRGILIO DAMASIO — Uma vez reconhecida a idoneidade e competencia dos empregados das alfandegas, quer estejam na Bahia, quer estejam em Caravellas, com muito mais facilidade se exercerá a vigilancia necessaria nesta ultima com uma alfandega menor e de movimento menos avultado do que em uma alfandega que mal dá vasão ao serviço crescentemente accumulado, como succede no Rio de Janeiro e Bahia.

Por outro lado, é para presumir que menos faceis sejam as tentativas e reducções para o contrabando de parte do commercio, logo que menos custoso e arduo lhe seja o transporte das mercadorias e menos vexames lhe sejam antepostos, o que, certo, acontecerá depois da creação da alfandega de Caravellas, evitadas, desta arte, todas as demoras e despezas consistentes em vir ao Rio de Janeiro ou á Bahia para voltar a Caravellas.

Portanto, Sr. presidente, é incontestavel por esse lado que ha vantagem no estabelecimento de repartição fiscal mesmo em Caravellas.

Mas, si esta, quanto á importação, se acha comprovada, para a exportação ainda mais é incontestavel; pois ha grande exportação de Caravellas por intermedio, quer da Bahia, quer do Rio de Janeiro.

A exportação de todo o norte de Minas e do sul da Bahia é pelo porto de Caravellas—exportação de café, cereaes, de gados, etc.

O SR. AMERICO LOBO dá um aparte.

O SR. VIRGILIO DAMASIO — Diz-nos o honrado senador pelo Rio Grande do Norte que a estrada de ferro que converge para Caravellas está quasi paralysada. E' verdade. Em primeiro logar isto é devido a ter ella participado do abalo que se deu em nossas finanças como todas as outras.

Assim é que em umas paralysou-se o movimento, em outras diminuiu apenas, mas incontestavelmente, apezar dessa crise pouco lisongeira, a empreza vae-se desenvolvendo e, com certeza, desde que o commercio de importação directa augmentar em importancia com a creação da alfandega em Caravellas, a influencia de um tal facto acarretará inevitavelmente curso favoravel á empreza da estrada de ferro que se dirige á Philadelphia e está proxima de Theophilo Ottoni.

A importancia da alfandega alludida está consignada não só no officio, a que ha pouco referiu-se o nobre senador por Minas, expedido pelo governador de Minas ao ministro das finanças da União, como até na mensagem que tenho aqui, do digno governador de Minas, corroborada por algumas palavras do relatorio apresentado ao mesmo governador por seu secretario dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas e do qual a conclusão é peremptoria em favor do commettimento que o projecto recommenda.

No relatorio, que é do Dr. Moretzson, secretario da agricultura em Minas, lê-se toda a argumentação em que assenta aquella conclusão; e o Dr. Affonso Penna lamenta que tenha cahido o norte de Minas em profundo lethargo, devido á difficuldade de transporte e de communicação com os mercados de exportação.

Lerei um pequeno trecho relativo ao assumpto em discussão. (*Lê.*)

Vê portanto o Senado que é uma questão vital para os dous estados.

O de Minas está fechado para o oceano; seu caminho natural para a importação e exportação é o que vae desembocar em Caravellas.

Fallou ha pouco meu honrado collega no porto de Santa Cruz; ha de ser incontestavelmente um dos portos principaes no estado da Bahia, talvez o que competirá um dia com a propria bahia de Todos os Santos, bahia Cabralia; mas, por ora, não ha communicação entre estes portos, de sorte que só de futuro poderemos tratar do porto de Santa Cruz, sendo natural que já então não seja de mais uma repartição fiscal nesse ponto; mas o que é de urgencia, o que vae satisfazer ás necessidades inadiaveis, reconhecido por homens de tanto criterio como é o actual administrador

de Minas, é o alfandegamento do porto de Caravellas.

Deixo de appellar para o sentimento de igualdade que deve predominar em nós e, obedecendo ao qual, cumpre que não nos desviemos do procedimento geralmente mantido, toda vez que senadores de um estado exhibem argumentos efficazes em favor de uma necessidade local, de accordo com o que se passa no senado da America do Norte, onde em casos taes não ha maioria nem minoria e consultam-se simplesmente os mais competentes.

Mas sinto que nem é necessario appellar para essa coherencia; o Senado acaba de vêr demonstrado nas palavras do illustre presidente de Minas que é intuitiva, como elle mesmo assegura, a necessidade do alfandegamento de Caravellas.

Comprehendo perfeitamente os escrupulos do nobre senador pelo Rio Grande do Norte: comprehendo, por outro lado, o estado de ignorancia em quese acha o Thesouro a tal respeito, já que é regra geral que as nossas repartições publicas são os menos habilitados para fornecer informações seguras; si sobrevier a alguem o infortunio de recorrer á ellas, esse não encontrará senão pallidos resumos, que nada esclarecem.

E, de tal facto nenhuma lição é mais proveitosa do que a que offereceu o discurso do honrado senador pelo Rio Grande do Norte, e que acaba de confessar-nos que, havendo buscado afanosamente conhecer a renda da repartição fiscal de Caravellas, no louvavel intuito de formular o seu parecer sobre a questão sujeita, respondera-lhe o Thesouro que aquella não tem sido jamais descriminada, mas sempre englobada na renda do respectivo estado!

E' bem de vêr que dahi se não póde exhaurir argumento contra a proposta. O que, sim, prova em favor della é o movimento maritimo do porto de Caravellas, ponto objectivo de quatro ou cinco linhas de vapores, procedentes da Bahia e Rio de Janeiro.

A' vista disto creio que o Senado não se negará a acompanhar os dous estados, Bahia e Minas, que representamos, nesta justissima aspiração.

Por emquanto é o que direi, e, si preciso fôr, responderei a alguns collegas que pretendam contestar-me.

O Sr. Manoel Victorino — Sr. presidente, tenho necessidade de justificar a minha assignatura no parecer emittido acerca do projecto de lei, pelo qual se pretende alfandegar a mesa de rendas, ou o porto de Caravellas.

A razão capital da minha assignatura consiste no proposito de confirmar meu procedimento uniforme nesta casa, buscando sempre proporcionar a obtenção da maior somma de dados que seja possivel colher no sentido de dar a á proposição todas as razões de acceitação, quer pelo lado da utilidade publica, quer pela justificação do nosso procedimento no Senado, não procurando inspirar-me em sentimentos de bairrismo ou no desejo de satisfazer pretenções eleitoraes ou interesses de candidaturas locaes.

Deveria talvez abster-me de largas considerações por me parecerem ellas baldadas.

Ainda hontem o Senado poude observar que por mais que se esboce o orador para justificar um requerimento, uma pretenção ou uma proposição nesta casa, ou para refutar emendas abstrusas, que se procuram introduzir em um projecto, o tempo é perdido muitas vezes, de sorte que o esforço torna-se inteiramente inutil.

Mas, devo justificar o meu procedimento, porquanto preciso não só convencer o Senado de que sou favoravel ao alfandegamento do porto de Caravellas, mórmente depois das medidas da mesma natureza votadas até agora, como para mostrar que, si os documentos pedidos puderem ser apresentados ao Senado, provarão a inanidade das informações que as nossas repartições publicas hão prestado, a natureza dos esclarecimentos que a alta administração do paiz proporciona e com que subsidia os trabalhos legislativos do Congresso.

Realmente andamos aqui completamente alheios a tudo quanto é informação, a tudo quanto é esclarecimento.

O Sr. Saldanha Marinho—Apoiado.

O Sr. Manoel Victorino—...sendo verdade que se nos poderia applicar perfeitamente aquelle verso, que se refere aos que em tudo mettem o nariz e nada entendem das cousas do seu paiz.

Realmente, informações sobre aquillo que se passa fóra da Capital Federal, nós não temos; as nossas repartições não as ministram; ellas teem para liquidar centenas e centenas de exercicios de collectorias e mesas de rendas.

Tive occasião de o verificar quando era administrador do meu estado. Requisitei da respectiva repartição uma resenha do numero de exercicios das collectorias e mesas de rendas que havia a liquidar.

Creio que o mesmo se dá em relação a outros estados. Mas, no estado que represento ainda não foi possivel liquidar contas e exercicios, que são de longa data. De maneira que não se póde, sem estas informações, fazer um trabalho serio e ellas não podem ser prestadas.

O Sr. Q. Bocayuva— Não será por falta de empregados.

O SR. MANOEL VICTORINO — Por isso, não admira que os relatorios tragam apenas a repetição monotona e sediça de informações que são sempre as mesmas.

O Senado talvez tenha observado, com admiração ingenua, que em vez de encontrar nos relatorios as informações e os esclarecimentos de que mais carecemos, acerca do que é mais essencial em materia de administração, depara, entretanto, com uma estatistica minuciosa do numero de cavallos da raça A ou B, mais ou menos, de puro sangue ou de meio sangue, que foram introduzidos no paiz.

Isto traz um relatorio como cousa de alta importancia, ao passo que não se encontram nelle esclarecimentos os mais rudimentaes.

E a prova de que não se podem encontrar em nossas repartições os dados de que carecemos, está no facto que o honrado senador asseverou da tribuna, dizendo que a mesa de rendas de Caravellas era de somenos importancia.

Não ha tal. De todas as mesas de rendas da Bahia, é a de maior renda, porque não ha em todo o norte, exceptuando os portos das capitaes, porto nenhum que seja servido por tão numerosa linha de navegação, que tenha tão grande movimento e um commercio tão consideravel, quer com o porto do Rio de Janeiro, quer com o da Bahia que é extraordinario.

A exportação de café por aquelle porto é consideravel e foi aquelle o ponto inicial da cultura do café no Brazil.

O Senado sabe ou conhece o que foi a colonia Leopoldina, uma das mais antigas do paiz. Foi alli que se ensaiou a cultura do café no norte do Brazil, creio mesmo que em todo o Brazil, cultura methodica, feita por colonos suissos, que vieram introduzir conhecimentos agricolas entre nós.

A colonia Leopoldina fica muito perto de Caravellas. Foi dalli que vulgarisou-se a cultura do café no meu estado e dahi para todo o paiz. Por aquelle porto se faz uma larga exportação de café; e esses habitos de civilisação européa, introduzidos em grande parte do territorio, crearam necessidades de consumo, que são largamente satisfeitas, quer pela capital do meu estado, quer pela Capital Federal.

Taes dados poderiam ser ministrados si as repartições competentes os soubessem colher. Mas, eu não queria que o parecer emittido sobre esta proposição viesse simplesmente á fé do meu testemunho e da minha informação, que poderia ser suspeita, como representante do estado que sou...

O SR. SALDANHA MARINHO—Não apoiado.

O SR. MANOEL VICTORINO—...e desde que os representantes dos estados invocam esses sentimentos, trazendo sempre á tela da discussão semelhantes realidades reciprocas, eu experimentava acanhamento em deixar de subscrever o parecer, receiando que se pudesse descobrir no meu testemunho uma suspeição, que não desejo que paire jámais sobre a minha palavra deante do Senado. Assim, entendi que, si quizessem, fossem as informações solicitadas. Foi uma delicadeza da minha parte e o meu procedimento anterior não podia deixar de ser sustentado no parecer.

Mas, que as informações que deram ao honrado senador são completamente inexactas, não tenho a minima duvida.

O SR. AMARO CAVALCANTI—São as que se encontram no orçamento.

O SR. MANOEL VICTORINO—Que orçamento?

O SR. AMARO CAVALCANTI — No orçamento vigente, que foi approvado o anno passado. Ahi se encontra Valença em primeiro logar, o administrador com 2:400$, e o de Caravellas com 2:100$. Logo, esta rende menos.

O SR. MANOEL VICTORINO — Em que se funda este calculo?

O SR. VIRGILIO DAMASIO — Qual a base deste orçamento?

O SR. AMARO CAVALCANTI — A base deve ter sido o rendimento das mesas de rendas.

O SR. MANOEL VICTORINO — V. Ex. sabe que esta base naturalmente foi a do resultado conhecido ha muito tempo, porque, quanto ao de hoje, é elle ignorado. Naturalmente foi calculada sobre a do ultimo triennio conhecido e posso asseverar que não ha informação sobre o triennio anterior, porque essas averiguações ainda não estão feitas.

O que posso tambem asseverar ao Senado é que a mesa de Caravellas tem uma renda grande e é inteiramente inexacto que seja inferior á de Valença.

O SR. AMARO CAVALCANTI — Fallo do que sei.

O SR. MANOEL VICTORINO — Valença tem decahido; e é um porto muito proximo da capital, cuja importancia tem diminuido muito relativamente, emquanto que Caravellas tem-se desenvolvido consideravelmente depois que a estrada de ferro augmentou o commercio directo; porque hoje estas linhas não tocam mais com escalas, tocam directamente.

Valença não tem absolutamente commercio com o Rio de Janeiro. Valença só tem commercio com a capital, emquanto que Caravellas tem largo commercio com a capital do meu estado e com a Capital Federal.

Não tendo eu na occasião dados precisos que pudesse apresentar ao Senado, subscrevi o parecer e telegraphei para o meu estado pedindo as informações necessarias, que serão apresentadas ao Senado em occasião opportuna.

O que posso asseverar é que o porto de Caravellas não é o que S. Ex. suppõe nem o que dizem as repartições federaes, que conhecem tanto do meu estado com eu conheço da China e do Japão.

Elles conhecem tanto do que se passa lá, como nós sabemos do que se passa em Marrocos.

Estes dados são imperfeitos e incompletos, reproduzem calculos anteriores porque nem se deram ao trabalho de reconhecer a differença progressiva, fazendo, a respeito, um estudo comparativo. Esse trabalho não póde servir de base ao nosso estudo e eis a razão por que assignei o parecer, nem considerando a medida sem alcance. Julgo, ao contrario, de todo o alcance, quer para o estado da Bahia, quer para o estado de Minas Geraes.

Como não depende do nosso voto nem do juizo que as repartições façam, o porto de Caravellas é um porto que está destinado a ser o emporio commercial de grande parte do sul do nosso estado, que ha de ser tão poderoso, tão fertil e tão grande como os grandes estados do sul do paiz, porque é a zona mais rica de todo o norte e de todo o territorio brazileiro, porque é cortado de innumeros rios e offerece, nas suas riquezas geologicas e nas suas condições de uberdade, vantagens superiores áquellas que tão brilhantemente expoz em outro dia o honrado senador pelo Pará, quando trouxe o prospecto francez feito por um de seus representantes.

O sul da Bahia está destinado a ser um dos pontos mais ricos do paiz. Cortado de innumeros rios, com terreno uberrimo, susceptivel de larga e fecunda colonisação e prestando-se á polycultura, o que não se dá em outros estados, condemnados a viver de um ou outro producto, não serão por certo as informações ministradas ao Senado por empregados de uma repartição, sem dados estatisticos sobre cousa alguma, nem o testemunho do honrado representante ha pouco ouvido da tribuna do Senado, que podem servir de base ao nosso estudo.

O porto de Caravellas está destinado a ser o emporio commercial, quer para o norte de Minas quer para o sul do meu estado.

Não só a estrada existente, como aquella que a assembléa legislativa do estado de Minas acaba de decretar, e que irá de Ouro Preto a Caravellas, e conseguintemente atravessará uma zona extensissima e fertilissima, determinaram a necessidade imprescindivel de estabelecer uma alfandega ou uma repartição capaz de melhor servir aos interesses fiscaes na cidade de Caravellas.

Nós temos um outro porto a que alludiu o honrado senador ha pouco, e a que tambem me referi, e que a nós bahianos convinha alfandegar, porque permaneceria com relações commerciaes apenas limitadas á nossa capital.

Pugnando, entretanto, pelo alfandegamento de Caravellas, não somos inspirados pelo espirito de bairrismo; si o foramos, o nosso interesse aconselharia, antes, não deslocar o commercio da capital do nosso estado.

Mas, preferimos attender ao desenvolvimento local e prospero daquella zona que não póde ficar subordinada ao bairrismo.

Nem podemos contrapor o interesse de um estado ao de outro.

Desde que somos subordinados nestes trabalhos de legislação ao espirito acanhado da centralisação, que ainda nos domina, é mister que appellemos para a ignorancia reconhecida das repartições e para a imperfeição sempre proclamada dos dados estatisticos.

A verdade é uma: as informações são deficientes.

Não existe sobre o assumpto um trabalho serio. Dos documentos officiaes só é licito exhaurir uma evidencia tristissima: a bureaucracia brazileira apenas póde produzir papeis estereis, que só traduzem a ignorancia administrativa.

Assim, é preciso, é indispensavel aguardar informações uteis para decidir a questão proposta.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Vota-se, e é approvada a conclusão do parecer.

Segue-se, em 2ª discussão, com o parecer das commissões de justiça e legislação, o projecto do Senado n. 17 de 1893, dispondo sobre aforamento perpetuo.

O Sr. Americo Lobo—Sr. presidente, o projecto em discussão tem contra si a opinião da illustre commissão...

O Sr. Coelho e Campos—Não tem contra si a opposição da commissão.

O Sr. Americo Lobo... sobre o tempo.

O Sr. Coelho e Campos—A commissão apresentou a preliminar do tempo.

O Sr. Americo Lobo—A votação de ha pouco ainda veio revelar que nós queremos sempre o dia de amanhã; quando para os inglezes, o tempo é moeda, para o brazileiro elle se esperdiça.

Sabemos que nós, representantes do povo, temos um mandato limitado, que estamos aqui occupando passageiramente estas posi-

ções, e sempre se apresenta este argumento cruel para toda idéa, que é de esperar, e marcar passos; e marcar passos sobre os degráos de uma escada, não daquella por onde Jacob viu subir e descer os anjos, mas da escada da amargura, do desgosto e do desanimo.

Ou o projecto contém uma materia util e deve ser discutido immediatamente, independente de todos os codigos, de todas as leis, tal como foi apoiado e passou em 1ª discussão, ou não presta e deve ser atirado para um canto.

A commissão diz: Estou concorde no pensamento do projecto, mas ha uma proposição futura, um projecto do Sr. Coelho Rodrigues e por isso até então descancemos.

Sou feliz por ver neste instante a commissão a meu lado...

O Sr. Coelho e Campos—Quanto á idéa em si.

O Sr. Americo Lobo... mas, pergunto: o projecto do Sr. Coelho Rodrigues se distancia de outro projecto do meu illustre collega, representante de Minas Geraes, sobre o assumpto de que este é um transumpto?

O Sr. Coelho e Campos — A differença é accidental, não é capital.

O Sr. Americo Lobo—Não é capital: é a mesma cousa, ambos pedem, um a consolidação do dominio directo no util, outro o resgate; é a mesma cousa. Onde está a differença? Não vejo nenhuma.

O projecto do Sr. Coelho Rodrigues tem, sim uma desclassificação, porque, quando o outro codigo falla no emphyteusis perpetuo, como deve ser, elle trata do emphyteusis por 20 ou 30 annos.

A unica differença que existe é que no projecto do Sr. Coelho Rodrigues se dá o commisso quando o terreno occupado não é beneficiado pelo emphyteuta. Mas, si toda a legislação moderna condemna a emphyteuseis, como um vestigio da idade média, do feudalismo, havemos de consentir em que se faça o emphyteusis perpetuo? havemos de deixar á legislação este rasto do passado?

Não, Sr. presidente; não convém a separação do dominio. A separação do dominio em dous ramos póde ser o fructo da torre feudal, póde ser a maldita arvore espinhosa que se debruçava sobre aquelles calabouços de outr'ora.

O Sr. Coelho e Campos dá um aparte.

O Sr. Americo Lobo—Bem; mas, o breve tem dous termos: o que é breve hoje, não é breve amanhã.

Apresentei este projecto em seguida á discussão de um *veto* do illustre ex-prefeito da Capital Federal, a cujos serviços rendo preito. Mas não pude deixar de me resentir do modo como elle se referiu á propriedade; e no dia seguinte, como brazileiro e amante da ordem e da paz, apresentei o projecto.

E' o fructo de uma votação do Senado, é, como tal, não póde ser repudiado pelo mesmo Senado.

Mas, si V. Ex. diz, como membro da commissão, que a materia deste projecto está incluida no do Sr. Coelho Rodrigues, por que motivo pol-o de lado?

O Sr. Coelho e Campos—São dous projectos parallelos.

O Sr. Americo Lobo—O projecto tem um só artigo. O 2º manda revogar as disposições em contrario. Portanto, si este projecto passar, póde ser intercalado no codigo futuro.

Isto é um processo racional e não tem inconveniente nenhum.

Si a materia é urgente e util, como diz a commissão, discutamos e votemos o projecto, que vem corresponder ás necessidades de momento, applacar odios e paixões e firmar a paz entre nós.

O Sr. Manoel Victorino—O codigo, não o teremos nem em cinco annos.

O Sr. Coelho e Campes — Elle está proximo.

O Sr. Manoel Victorino — V. Ex. acha que está proximo? Não me parece.

O Sr. Americo Lobo — O codigo, dependente do exame da commissão, não póde estorvar este projecto; e, depois, como disse, proponho só um artigo.

Nós seremos tão incompetentes que não possamos estabelecer um preceito anterior quando este preceito não destôa do que está lá?

O que se póde dizer é que o projecto é uma antecipação da approvação do codigo. Quanto á redacção, ninguem faz questão della, porque a idéa é sempre a mesma.

Por esta razão, direi que o argumento é contraproducente.

Sr. presidente, sabe-se que no Brazil o emphyteusis é uma excepção: e sabe-se infelizmente que a existencia do emphyteusis secular em alguns pontos da cidade tem dado origem a grandes questões, a grandes luctas em que se debatem interesses oppostos. Alguns querem applicar a emphyteusis uma pena que não existe, desde que tivemos a primeira Constituição de 25: o commisso, ainda depois de paga a pensão.

Esta ordenação, a supponho em desuso no Brazil depois da lei democratica que recebemos em 25; e em desuso, pela propria legislação portugueza.

O livro 4º titulo 5º das ordenações foi revogado pelo alvará de 4 de setembro de 1810.

Teixeira de Freitas, que com muita paciencia e sabedoria devastou o que havia de antiquado na floresta do nosso direito, não tirou as ultimas consequencias.

Sr. presidente, basta lembrar que é á Republica que se deve a constituição da familia brazileira, porque antes da Republica a mulher casada não estava sob o poder marital. E por que razão?

Não havia disposição escripta.

O commentador Lobão dizia que era o costume; mas o costume não era lei. Havia, por consequencia, um cahos legislativo; e á Republica coube a constituição da familia, isto é—a organisação do poder marital.

Assim tambem ha este cahos, esta contradicção e não posso perceber como seja a propriedade transferida na compra e venda a credito, e entretanto haja commisso para o emphyteuta, depois de recebido pelo senhorio o preço da pensão em atrazo. Esta pena absoluta, antinomica, que paira como ameaça sobre o proprietario, justa ou injusta, quanto a mim não é mais questão, porque caducou.

E' preciso, porém, que o declaremos, clara e lealmente, por meio do projecto que offereço, que, como disse, foi concebido nos moldes do codigo do meu amigo, o Sr. Felicio dos Santos.

Não posso estender-me mais sobre o projecto. Voto contra a questão prévia. Peço ao honrado senador por Sergipe que medite um instante.

Si a idéa convém, não póde ser arredada; isto é um máo systema, irrisorio até.

O SR. COELHO E CAMPOS—Não podemos legislar antecipadamente.

O SR. AMERICO LOBO—Quando nasceram os codigos na Europa?

Quantos seculos passaram esses povos sem codigo?

Pergunto si a Grã-Bretanha, esse paiz de liberdade, tem codigo?

Por que não nos havemos de abrir a respeito deste assumpto, que é grave, que diz respeito á propriedade, quando a nossa Constituição assignalla essa mesma propriedade como base de liberdade e de segurança?

A outros que não a mim compete receber o projecto e bafejal-o com os seus votos e suas luzes. Tenho minha opinião, que não é sinão o aresto de um homem que lê um pouco e tira as consequencias.

O Senado não póde ficar inerte. Eu estava fóra da capital da Republica e ouvi os protestos constantes que por ahi se faziam, a duvida que se lançava sobre a propriedade.

O Senado recusou o *veto* do prefeito, porque directamente atacava essa propriedade; como é que ha de agora crusar os braços? (*Ha um aparte.*)

O codigo comprehende a mesma disposição; não se trata de um principio que se prenda a grandes relações de direito, mas de uma excepção que não existe em todos os codigos da America, no Uruguay, no Chile, na Republica Argentina, no Equador...

O SR. COELHO E CAMPOS — A commissão não se oppõe á idéa em si; a questão é de opportunidade.

O SR. AMERICO LOBO — Mas a opportunidade onde está?

Si a idéa é justa, tem direito de penetrar nas leis; si é injusta, então se declare tal. Não podemos consentir que a propriedade immovel, adquirida com tanto custo, fique vacillante, por que isso a destruirá.

O SR. GIL GOULART — Por este projecto a propriedade immovel desapparece; opera-se quasi uma exploração do proprietario.

O SR. AMERICO LOBO — Supponho estar no *Sanhedrin*; isto não póde ser sinão judaismo! (*risadas*) verdadeiro judaismo da propriedade!

Estou aterrado! o terreno foge debaixo de meus pés! parece que estou devorado por um abysmo!

O honrado senador que deu o aparte está fazendo a caricatura do projecto e uma caricatura nefasta: contra isto protesto; pois, si é em nome da propriedade que apresentei o projecto, como diz S. Ex. que a propriedade desapparece?

O SR. COELHO E CAMPOS — Tem razão nessa parte.

O SR. AMERICO LOBO — O illustre senador do Espirito Santo sonha com aforamentos perpetuos vinculando as gerações?

Não entendo: creio que S. Ex. não é inspirado pelo Espirito Santo.

UM SR. SENADOR—Apezar do ser representante delle! (*Riso.*)

O SR. AMERICO LOBO— Em que se combate a propriedade? O emphyteusis refere-se a senhorio particular ou publico.

Quanto ao particular, quasi que não existe; onde está esse senhor perpetuo do globo? onde esse direito? Em Minas não existe o emphyteusis, que aliás não se póde dividir; morto o homem, a igualdade é a lei. O emphyteusis é contradictorio, é anti-democratico. E onde está o emphyteusis publico? Já a lei de 1850 dizia que é publico ou municipal aquillo que é destinado a dominio publico ou municipal.

As occupações primarias, as usurpações mesmas foram legitimadas pelas leis; as ses-

marias cahidas em commisso foram revalidadas.

O SR. Q. BOCAYUVA— Gravissimo erro, na minha opinião.

O SR. AMERICO LOBO—Como ? Foi uma providencia legislativa util. Toda occupação, toda posse foi legitimada pela grande lei de 1850. E estes preceitos seriam contra a propriedade?

O SR. Q BOCAYUVA—Os grandes posseiros opprimindo os pequenos, que afinal representam o trabalho geral : esta foi a synthese da lei .

O SR. AMERICO LOBO— A synthese foi a legitimação dos titulos. Pergunto: qual é mais digno de louvor— o q e recorria a El-Rei para lhe pedir concessões de terra, ou o que tomava posse? (*Ha um aparte.*)

Esses presentes feitos pela metropole e essas occupações, depois garantidos pelas leis, não são contrarios á felicidade publica; ao contrario, si não fossem essas doações e posses, não teria sido povoado o Brazil, porque o terreno estava cheio de malaria e de selvagens. (*Ha um aparte.*)

Com o preto e com o indigena, não teriamos povoado o Brazil, sinão houvessemos tido as doações e posses.

O que digo é que a lei sanccionou para sempre a occupação primaria. Para crear a propriedade privada no Brazil, foi preciso garantir os posseiros e os sesmeiros.

Emprazo o nobre senador pelo Espirito Santo a provar como este projecto ataca a propriedade, quando, ao contrario, é a pedra angular della.

O illustre senador Coelho Rodriges e outros teriam todos errado seu alvo; e em vez de termos constituido a propriedade, a teriamos anniquillado. A affirmação é tão vaga, tão abstracta, que realmente eu não sonhava tel-a no caminho da discussão deste projecto.

Prove S. Ex. isto, que eu retirarei a minha assignatura e minha palavra em favor do projecto; tão grave é a asserção!

Diz o illustre senador pelo Espirito Santo que o projecto anniquilla a propriedade.

Si se trata do *canon* pergunto: que respeito tem a propriedade que se realisa por meio de um pequeno reconhecimento de fórma ? Si eu possuo um terreno de 10 leguas em quadra que póde ser aproveitado e si o concedo *ad eternum*, *ad perpetuum*, si o novo dono o passa á sua geração, e esta a outra, recebendo eu em troca jaboticabas ou palmitos, symbolisam estes productos a prova do meu direito ? Já se vê que isto não póde ser serio.

Si o mesmo individuo toma de aluguel um terreno por dous vintens por anno, esses dous vintens symbolisam a propriedade?

Mas, senhores, não é disto que se trata. O projecto prende-se ao alvará portuguez: não ha leis brazileiras. O alvará portuguez é que marca o valor dos bens sujeitos a emphyteuse. E' o alvará de 23 de feveceiro de 1771.

O SR. Q. BOCAYUVA— O valor devia ser o beneficiamento do sólo, que sem trabalho nada produz e o Estado nada ganha.

O SR. AMERICO LOBO— V. Ex. está de accordo commigo.

O SR. Q. BOCAYUVA— O Estado é que devia ser o unico emphyteuta.

O SR. AMERICO LOBO—O fim do emphyteusis é valorisar os terrenos; é o que diz Teixeira de Freitas, é o que dizem as nossas leis.

Si os contractos se reduzem a um menor numero de annos para o senhorio, o direito deste decresce na razão directa da insignificancia do prazo. O alvará marcava o prazo para a indemnisação do senhorio ou o pagamento de 20 pensões.

Eis ahi do que se trata. Nestes termos, espero que o Senado não deixe a questão social agraria, ou urbana, no meio de um abysmo, sem solução, esperando a organisação e a discussão do Codigo Civil. Ha questões que não se podem espaçar; são aquellas que representam a verdade e a justiça e que veem estabelecer como que um arco-iris de esperança, testamento de paz, firmado entre os poderes publicos e as partes que se degladiam. (*Muito bem.*)

O Sr. Coelho e Campos — Sr. presidente, na qualidade de relator do parecer sobre o projecto em discussão, preciso contrapor ás considerações adduzidas pelo nobre auctor do projecto, os fundamentos que teve a commissão para intimar ao Senado o adiamento desta discussão.

E' uma preliminar apresentada, e que não prejudica a materia que contem o projecto.

Eis, em prova do que allego, o que diz o parecer. (*Lê.*)

Já vê o Senado que não se oppõe a commissão á doutrina sustentada de modificar o nosso direito actual, quanto aos contractos emphyteuticos. Pelo contrario, acha a idéa perfeitamente acceitavel, salvo emendas que possam ser apresentadas, que a melhorem, pelo menos no que diz respeito aos emphyteuses já constituidos.

O que, porém, pondera a commissão e deixou ao Senado resolver é si, estando já confeccionado o projecto do Codigo Civil, contractado pelo governo com o Dr. Antonio Coelho Rodrigues, e que trata amplamente da materia do projecto, não seria inoppor-

tuna esta discussão agora, nas vesperas, por assim dizer, da approvação do Codigo Civil.

O projecto que se discute pouco differe do projecto do codigo no ponto especial em questão.

Fosse o projecto actual modificado pela acceitação de uma ou outra disposição do projecto do codigo, *ou vice-versa*, chegaria mos a ter dous projectos paralellos sobre a materia, para serem approvadas como lei, quasi ao mesmo tempo.

Com effeito, quando este projecto passe agora no Senado, não é provavel que se converta em lei na presente sessão legislativa, por isso que a Camara dos Deputados, onerada de importantes assumptos a resolver, talvez não lhe sobre tempo para occupar-se desta materia.

Ora, com todo fundamento è de esperar que na sessão do anno vindouro o Congresso tome conhecimento do Codigo Civil.

Será tambem quanda o actual projecto terá andamento na outra Camara.

Que se adianta, pois, com esta discussão agora?

Ou ficaria de lado este projecto para só discutir-se o Codigo Civil, o que parece natural, ou quando ambos os projectos fossem tomados em consideração, afinal prevaleceria o projecto do Codigo Civil, emendado nesta parte ou não; porque é uma lei principal, que absorveria a materia de que se trata, que, neste ponto de vista, é puramente accessoria.

Para que, portanto, o trabalho escusado de uma discussão que não adianta de modo algum quanto á materia que se pretende converter em lei?

Ha uma hypothe em que poderia proceder a objecção do nobre senador por Minas.

Esta hypothese seria si o projecto do Codigo Civil, pendente de uma commissão nomeada pelo governo para estudal-o e dar parecer, afinal não fosse approvado ou acceito pelo governo.

Mas essa hypothese, pelo que me parece, é improvavel. Digo improvavel pela reconhecida competencia do distincto jurisconsulto a quem foi commettido o trabalho ou a confecção do codigo.

Demais, não por juizo meu, pois não pude ainda apreciar o projecto do codigo detidamente, e de modo a emittir um juizo fundado; mas a juizo de pessoas competentes, o trabalho do nosso illustrado collega Dr. Coelho Rodrigues é notavel e digno do seu auctor e do paiz; é um trabalho excellente.

E quando falhas se notem, póde a commissão indical-as e provel-as; póde o Congresso fazer os retoques necessarios e afinal teremos o nosso codigo civil.

Não é possivel que, depois de tantas tentativas, de tantos elementos reunidos, se procrastine uma necessidade, ha tanto tempo sentida e reclamada, ao ponto de ser já uma aspiração nacional, e venha-se a não ter ainda desta vez o Codigo Civil Isto não é possivel. Basta ponderar que, salvo algumas leis especiaes, o nosso direito civil se rege ainda pelas ordenações de Felippe II de Hespanha.

Acho, portanto, que póde ser adiado o projecto em discussão, sem inconveniente; pelo menos até que seja acceito, ou não, o Codigo Civil contractado, e cujo projecto foi já apresentado ao geveruo.

Neste sentido a commissão envia á mesa um requerimento, de conformidade com o que indicou em seu parecer, isto é, para o adiamento da discussão de approvação ou não do projecto do codigo.

E' o que tenho a dizer. O Senado resolverá como julgar acertado.

Vem á mesa e é lida a seguinte

Emenda

Que seja adiada a discussão da materia até que seja approvado ou rejeitado o projecto do Codigo Civil. — *Coelho e Campos.* — *Nina Ribeiro.*—*Gomensoro.*

O Sr. Presidente — A meu ver o que o nobre senador acaba de propôr é um verdadeiro requerimento de adiamento e, portanto, é posto em discussão independentemente de apoiamento, por partir da commissão que deu parecer, e com interrupção da materia principal.

Posta em discussão, é sem debate approvada a emenda.

Fica adiada a discussão do projecto.

Segue-se em 3ª discussão, e é sem debate approvada, em escrutinio secreto, por 28 votos, contra seis, e, sendo adoptada, vae ser enviada á sanecção presidencial, a proposição da Camara dos Deputados n 11, de 1893, autorisando o Poder Executivo a pagar á D. Maria Carolina Rheingantz, a quantia de 114:957$848, como indemnisação devida pelo valor de sua propriedade «Colonia de S. Lourenço» no Rio Grande do Sul, abrindo-se para isso o respectivo credito.

Continúa em 3ª discussão com as emendas offerecidas a proposição da Camara dos Deputados, n 98, de 1892, reorganisando o serviço do Correio Federal.

O Sr. Presidente — A' proposição da Camara dos Srs. Deputados, reorganisando o serviço do Correio Federal, foram offerecidas differentes emendas pela commissão do Senado em seu parecer, e por diversos Srs. senadores

no correr da 2ª discussão, estando essas emendas publicadas em um avulso.

Posteriormente, já na presente sessão, a requerimento do Sr. Amaro Cavalcanti, interrompeu-se a discussão, para que voltasse a proposição á commissão, afim de dar parecer.

A commissão deu o parecer, offerecendo como substitutivo o projecto elaborado pela Repartição Central dos Correios.

De modo que o que está actualmente em discussão é não só a proposição respectiva da Camara, como as emendas da commissão, as emendas offerecidas pelos Srs. senadores e o substitutivo apresentado em nome da commissão de finanças.

Tem a palavra o Sr. Amaro Cavalcanti.

O Sr. Amaro Cavalcanti não vem fazer um discurso longo e reflectido sobre a materia assaz complexa do serviço dos Correios da Republica. E' materia que exige competencia e estudos especiaes, que é o primeiro a confessar ao Senado que não tem.

O Sr. João Barbalho — E' modestia de V. Ex.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Não; é a verdade, diz o orador.

Cumpre-lhe todavia o dever de submetter á consideração e ao voto do Senado varias observações acerca do assumpto, não só para justificar o requerimento que apresentou na discussão anterior, afim de voltar a materia á commissão de finanças de que faz parte, mas ainda porque tem necessidade de dizer ao Senado a razão porque, como relator desta commissão, acceitou o trabalho elaborado por uma commissão especial de distinctos empregados da repartição do Correio desta Capital.

Tratando-se destes ramos geraes de nosso serviço publico, a praxe parlamentar até agora seguida não lhe parece e já não lhe parecia antes a melhor, nem a mais garantidora dos seus bons resultados.

O Poder Legislativo, não desempenhando-se bem, a seu ver, da sua obrigação de fazer as leis necessarias para a execução dos principaes serviços publicos, adoptou como norma uma autorisação geral ao Poder Executivo, e a este ficava a attribuição dupla, não só de regulamentar, mas de legislar ao mesmo tempo.

Esta foi a pratica adoptada no regimen imperial.

Mas, si até então podia-se, sem grave censura, acceitar semelhante modo de proceder, porque dizem que entre nós vigorou o regimen parlamentar e neste caso via-se no pessoal que compunha o Poder Executivo simples commissão do proprio Poder Legislativo ou do parlamento, esta a razão que até certo ponto attenuava essas faculdades amplas do Poder Executivo.

Esta razão, que até certo ponto attenuava essa faculdade ampla do Poder Executivo para dispor, organisar e dirigir os serviços publicos como bem lhe parecesse, já não póde subsistir no regimen actual, onde a regulamentação dos serviços é cousa inteiramente limitada e diversa.

Assim, pois, voltando o projecto da Camara dos Srs. Deputados á commissão de finanças, onde serviu de relator e coincidentemente sendo offerecido um trabalho pelo actual director dos correios, como elaborado por pessoas de reconhecida competencia de sua repartição, entendeu que devia adoptal-o por isto mesmo.

E verdade seja dita, esse trabalho, quaesquer que sejam os defeitos, lacunas, senões que elle contenha e que o orador não contesta, está organisado com methodo, é comprehensivo de todos os serviços postaes, e si pecca, será talvez pelas minudencias em que entra.

Mas, a commissão adoptando-o deixou-se levar sobretudo pelo pensamento que acaba de externar, isto é, termos talvez pela primeira vez uma lei regulamentar sobre um dos mais importantes ramos do serviço publico.

Sabe o Senado que a materia complexa que constitue o que se chama serviço postal nos seus pontos capitaes deve ser sobretudo regida e regulamentada pelo Poder Legislativo.

Assim é que, sem entrar em promenores, a materia deste serviço comprehende. (*Lê.*)

E assim, outras materias que não podem a seu ver ficar exclusivamente dependentes da acção do Poder Executivo, como até aqui tem sido relativamente a esse ramo de serviço.

Eis a razão primeira por que adoptou ou, na phrase chistosa de um orgão da imprensa, por que *perfilhou* o projecto de lei regulamentar dos Correios, elaborado por uma commissão de empregados distinctos.

Não o perfilhou sem uma razão forte e plausivel; fel-o porque este é o seu modo de encarar a verdadeira organisação dos principaes ramo do nosso serviço,

Ha, porém, entre nós o systema inveterado de evitar-se o grande trabalho legislativo em tudo. Talvez seja esta uma das causas principaes por que com tanta facilidade se dão autorisações a outros poderes.

Entretanto, que se faz? Vae-se ao inverso; dá-se uma autorisação, e com esta autorisação envolve-se effeitos que não podem absolutamente deixar de competir á esphera legislativa. Quasi sempre vem consagrada a seguinte disposição: Será submettida á approvação do Congresso, ou á assembléa legislativa como outr'ora se dizia.

A experiencia, porém, nos tem mostrado

que esta approvação posterior é na pratica puramente uma burla. Diz e repete, porém, ao Senado: a commissão declara em seu parecer que adoptara o trabalho que lhe foi sujeito por motivos que vae ler. (*Lê.*)

Esta conclusão do parecer significa o seguinte: A commissão acceitou como legitimo, como bom o principio de legislar a respeito do ramo de serviço do correio, de modo que, convertido em lei o projecto, fose desde logo posto em execução mediante apenas as instrucções que, para dados casos e particularissimos, fossem necessarias.

Este systema não é novo. Para o nosso regimen lhe parece necessario, e elle é sobremaneira adoptada por dous povos de maior espirito pratico. Na inglaterra principalmente e nos estados da Norte-America.

E' verdade que lá legisla-se sobre esta materia de um modo differente: as commissões permanentes fazem o trabalho, e uma vez adoptado pelos competentes que constituem essas commissões os corpos deliberativos, isto é, a Camara e o Senado, já não se assustam deante de um grande numero de artigos, porque não vão examinal-os de um a um nem discutir a sua utilidade ou applicabilidade; reservam-se o direito de offerecer poucas emendas, e em regra, acceitam o trabalho competentemente feito como bom e digno de ser approvado.

Entre nós porém, que não temos estas commissões constantemente trabalhando para determinar serviços, acceitamos trabalhos feitos por mãos de terceiros muitas vezes competentes, mas que não fazem parte do Congresso.

Não está ainda nos nossos habitos dar o nosso voto na fé da alheia competencia; queremos esmerilhar tudo, entender de tudo, e afinal, ou nada fazemos, ou então, si fazemos, damos autorisação a quem o faça como e quando lhe convier.

Está explicado o pensamento da commissão; ainda mais accrescentará: a adopção do presente trabalho, longo, minucioso como elle é, não significa que a commissão desconheça os deffeitos ou senões que elle tivesse, ao contrario ainda viu nisto uma grande vantagem.

Sendo um trabalho completo como é em todas as partes, abriu ensejo para que na imprensa fosse elle criticado, examinado, debatido por aquelles que tambem teem competencia, quaes as lacunas que deviam ser preenchidas, quaes os erros que deviam ser emendados, quaes os inconvenientes que deviam ser eliminados.

A imprensa tem-se occupado com a materia; e si o Senado e a Camara podessem fazel-o do mesmo modo, poderiamos chegar a ter uma lei regulamentar dos Correios, em vez de um regulamento elaborado pelo Poder Executivo, mas uma lei completa e sem os senões que outros lhe notam.

Entretanto, vem declarar ao Senado que foi vencido nesse seu modo de ver.

Já expoz as razões por que adoptou o projecto e vem dizer agora as razões por que não póde sustental-o tal qual o adoptou. Ponderações de toda ordem do ministro a quem está subordinado esse serviço, do chefe da repartição, o mesmo que offereceu o trabalho á commissão, de differentes membros desta e da outra casa, fizeram ver que, urgente e indispensavel como era a reforma, não poderia passar nesta e na outra Camara, si continuasse a discussão sobre o substitutivo adoptado pela commissão, e que o serviço precisava ser quanto antes reorganisado, allegando como razão primeira e sem duvida attendivel que a repartição com a organisação anterior não satisfaz aos accordos internacionaes que posteriormente foram feitos; além de muitos outros serviços simplesmente exigidos pelo desenvolvimento interno da mesma repartição, não póde, sob pena de ser o publico muito mal servido, continuar a ser regulado pelas normas estreitas por que tem sido feito até ao presente.

Assim, si por um lado achava toda a conveniencia em que, em vez de simples autorisação do Poder Executivo para regular o serviço dos correios, se fizesse uma lei regulamentar bem debatida nesta e na outra casa, por outro lado, a necessidade de prompta reorganisação levou o orador a acceitar alvitre diverso, sendo como é nesta materia um vencido.

Acceitando pois o que a outros parecia melhor, conveiu em que o meio de facilitar esta discussão para chegar com tanta brevidade ao fim que se almeja, seria dar autorisação, não por um só artigo, como se costuma geralmente dar, mas acompanhada de algumas bases, que ao menos servissem de garantia á reorganisação que se tem de fazer. São estes poucos artigos que vao submetter á consideração do Senado, offerecendo-os como emenda substitutiva da lei regulamentar que a commissão havia apresentado.

Pede licença ao Senado para lel-os e depois fará ainda algumas considerações. (*Lê.*)

Nestas bases, deve informar ao Senado, ha algumas alterações da lei vigente.

Primeiramente *cartas-bilhetes*. Até aqui pagavam 80 réis e tinham o peso de 10 grammas, Informam-lhe os competentes da repartição dos Correios que si augmentaram de formato, embora passem de 80 a 100 réis, é muito provavel que venham a ser uma boa fonte de receita, porque o publico, podendo mandar dizer mais em dimensão maior de papel, não fará a questão diminuta de 20 réis para ad-

optar um systema que dispensa papel e involucro e vae se introduzindo e com muita acceitação do publico. Dá esta informação ao Congresso e o Congresso a pesará para ver si com effeito vale a elevação da taxa na possibilidade desse augmento de serviço que trará augmento de receita. Deve accrescentar que em geral na legislação de outros povos a taxa da *carta-bilhete* é equiparada á taxa das outras cartas.

E por tratar desta especie, deve lembrar ao Senado que foi por um aviso do poder executivo que se augmentou o porte das cartas-bilhetes, o que quer dizer que se começou a cobrar maior taxa publica por um simples aviso.

O Sr. Q. Bocayuva—Este abuso não é o unico.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Os manuscriptos que pagavam o porte total, passam a pagar tres quartos deste porte, para serem expedidos pelo Correio.

O orador acha inconveniente esta medida e irregular. Parece-lhe que o porte deve-se pagar integralmente até para segurança da receita; e si em todos os paizes os manuscriptos fazem parte do monopolio, com muito mais razão entre nós, em que não fazem parte do monopolio. Si o serviço que presta o Correio na remessa, como empreza industrial de transporte, exige pagamento integral, essa pequena taxa, que não dá grande renda, não póde ser reduzida.

Jornaes, revistas e outras publicações. A emenda manda cobrar 10 réis por 100 grammas de jornaes.

Convem qbe o Senado saiba o que ha a este respeito. Teve mais de uma suggestão para reduzir esta taxa a 5 réis por 100 grammas e não poude attender, ao menos por si; o Senado deliberará como lhe parecer melhor.

Não poude attender e vae dar as razões ao Senado.

A média do porte hoje de 100 grammas de jornal regula entre nós de 100 a 180 réis; de modo que a empresa pagando 10 réis ainda deixa á repartição expeditora essa grande differença, nunca menos de 100 réis, para que cada gramma de jornal chegue ao seu destino, salvo aqui nos suburbios; mas para aquelles que recebem jornaes por estafetas a cavallo ou a pé, a média é sempre esta.

E' verdade que se allega a respeito dessa especie de correspondencia, desses objectos remettidos pelo Correio, outras razões que não as de interesse financeiro ou economico, que tem relação com a receita publica.

Mas ao orador parece que já não é pouco levar a seu destino por 100 a 180 réis aquillo pelo que se recebe 10 réis. Fez uma pequena alteração na legislação actual, accrescentando ao palavras—*ou por outros individuos*.

Dá a razão ao Senado. Si o beneficio é feito aos jornaes porque se suppõe que os mesmos levam o conhecimento de factos publicos ou melhor educação ao seio das populações, si esta é a razão de ser, neste caso não tem objecção a oppor. Mas póde ser um particular que remetta o jornal e comprehende-se que elle vae produzir o mesmo effeito que se tem em vista; entretanto, tem de pagar um porte duplo ou triplo daquelle que pagam os mesmos jornaes quando expedidos pelos editores. (*Apoiados.*)

O favor não traz beneficios ás emprezas, que elevam o preço das assignaturas na medida do encarecimento da materia prima e dos empregados e o assignante não lucra absolutamente com a diminuição do porte, nem ella aproveita á empreza editora. Por consequencia, não ha em resultado um favor feito á empreza nem a quem recebe o objecto ou o jornal. Quanto ao valor moral que a reducção em si tem, não ha motivo para se attender á qualidade do remettente, porque a razão da remessa é a mesma, e, portanto, a lei deve aproveitar a ambos.

Si o Senado entender que deve reduzir a cinco réis, nada opporá sinão o seu voto. Mas em qualquer hypothese, pensa que é indispensavel impor a mesma taxa de remessa quer ás emprezas, quer aos particulares.

O Sr. João Neiva — Não resta a menor duvida.

O Sr. Amaro Cavalcanti — 8º, ser obrigatorio o registro dos vales postaes.

Não faz parte da legislação actual essa obrigação; mas, ella tem sido adoptada e ninguem remette um vale postal, isto é, um titulo de valor, sem registral-o, sobretudo, si o Correio, como muitas vezes faz, põe algumas difficuldades, quer em relação ao destino do vale, quer em relação á repartição expeditora.

Portanto; a vantagem do regristro está reconhecida. Não se trata de um acto simplesmente creado pela lei, que não esteja admittido na pratica e proporciona a certeza de que o vale postal vae ao seu destino e remove difficuldades quer quanto a esta parte do serviço, quer perante a repartição expeditora, dando maior tranquilidade a quem expede, desde que se trata de valor.

Ha uma outra materia que por assim dizer, constitue a novidade do projecto: é a que consta das tabellas de augmento de vencimentos, e que submette á consideração do Senado. Ellas foram organisadas na propria repartição do Ministerio da Industria, ao qual pertence este ramo de serviço, e tiveram a acquiescencia do respectivo director e do ministro.

Este tem a convicção de que, quer os empregados do Correio quer os da sua propria secretaria, não podem actualmente prover decentemente a sua subsistencia sem que se lhes dê um augmento de vencimentos de cerca de 20 % mais ou menos em relação aos que hoje percebem.

Estes poucos artigos que constituem as emendas que offereço ao Senado foram elaborados neste pensamento: para que sobre elles corra a discussão ampla e franca, para que sobre elles os honrados collegas, tanto os que assignaram, como os que não assignaram, apresentem emendas, de modo que possamos ter uma lei ou pelo menos uma reforma dos Correios tão completa quanto possivel e tão garantidora quanto tambem as circumstancias exigem de uma boa reforma.

Os artigos offerecidos podem ser revogados, alterados, supplementados e complementados. Este é o desejo que leva o orador a offerecer a presente emenda substitutiva. Por consequencia, não o anima outro pensamento, e outra idéa, sinão a de melhor acertar em bem do mesmo serviço.

Remettendo á mesa, portanto, o seu substitutivo, requer ainda que se consulte á casa, si o mesmo for julgado objecto de deliberação, como pensa que será, pois que vae assignado pelo numero de senadores que o regimento exige para o apoiamento, si consente que de preferencia sobre elle corra a discussão. (*Muito bem*; *muito bem.*)

Vem á mesa o seguinte substitutivo á proposição da Camara dos Deputados, n. 98, de 1892:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O Poder Executivo é autorisado a reorganisar o serviço dos correios da Republica, expedindo, para esse fim, o necessario regulamento, de conformidade com as bases seguintes:

1ª, constituir a Directoria Geral, como repartição central encarregada da inspecção e fiscalisação de todo o serviço na Republica do estudo e resolução dos trabalhos postaes, da respectiva correspondencia;

2ª, ser creada uma administração propria para o serviço postal do Districto Federal, a qual tambem ficará incumbida do mesmo serviço no estado do Rio de Janeiro;

3ª, attender a todos os encargos e serviços creados pela ultima convenção postal e accordos internacionaes;

4ª, limitar a franquia, de modo rigoroso e efficaz, á correspondencia official, expedida e recebida entre si, pelas autoridades e funccionarios da União e dos estados, os autos-crimes, em que for parte a justiça, e os autos de recursos remettidos com a declaração de serem os réos pessoas miseraveis, e bem assim os papeis relativos ao alistamento e processos eleitoraes; os exemplares do *Diario Official* da União, remettidos aos assignantes e autoridades; as publicações impressas por conta ou ordem do governo federal; os avisos, maços ou pacotes, relativos ao serviço postal ou telegraphico, que aos empregados ou a particulares remetterem os respectivos chefes e os remettidos pelos ministros e chefes de repartições federaes ou estadoaes;

5ª, serem as taxas das correspondencias, dentro dos limites da Republica:

a) cartas 100 réis por 15 grammas ou fracção de 15 grammas;

b) cartas-bilhete 100 réis cada uma, equiparadas á carta ordinaria para todos os effeitos, e augmentado o seu formato, e o peso para 15 grammas;

c) bilhetes postaes, 40 réis os simples e 80 réis os com resposta paga;

d) manuscriptos, 100 réis por 50 grammas ou fracções desse peso;

e) impressos 20 réis por 50 grammas ou fracções desse peso;

f) jornaes, revistas e outras publicações periodicas, impressos no Brazil, 10 réis, por 100 grammas ou fracções de 100 grammas, sejam expedidas pelos editores ou por outros individuos.

6ª, estabelecer penas para a repressão do contrabando postal, e disciplinares contra os empregados, ficando nesta parte o regulamento dependente de approvação do Congresso Nacional;

7ª, serem creadas duas sub-administrações, uma na cidade de Diamantina e outra em Uberaba, no estado de Minas Geraes, dando-se-lhes a organisação das administrações de 4ª classe;

8ª, serem creadas, nas administrações e sub-administrações dos estados e nas agencias postaes, caixas economicas postaes, as quaes funccionarão, depois de regulamentadas pelo Ministerio da Fazenda;

9ª, ser obrigatorio o registro dos valles postaes.

Art. 2.º São mantidas aos empregados do correio as vantagens pecuniarias, de que actualmente gosam com relação ao serviço postal, e bem assim as que se referem ao modo, condições ou favores, com que podem ser aposentados em virtude das leis.

§ 1.º Nas nomeações a fazer com a presente reforma serão respeitados os direitos adquiridos a accesso pelos actuaes empregados.

§ 2.º As repartições postaes da União terão o pessoal constante das tabellas annexas de ns. 1 a 22, e os vencimentos nestas marcados.

Art. 3.º Considera-se legislação subsidiaria dos correios:

1º, as leis e regulamentos postaes anteriores, na parte, não expressamente revogados;

2º, as disposições da ultima convenção postal e accordos internacionaes, e os seus regulamentos no que for applicavel ao respectivo serviço do paiz.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões, 12 de julho de 1893.— *A. Cavalcanti.—Domingos Vicente.—Saldanha Marinho.—Manoel Victorino.—Gil Goulart.— J. L. Coelho e Campos.—J. Pedro de Oliveira Galvão.—Monteiro de Barros.*

TABELLAS A QUE SE REFERE O ART. 2º, § 2º

N. 1—DIRECTORIA GERAL DOS CORREIOS

		Vencimento annual
1 director geral		15:000$000
§ 1.º Sub-directorias :		
1 sub-director		12:000$000
3 1os officiaes		6:000$000
3 2os ditos a		4:800$000
3 3os ditos a		3:600$000
Amanuenses a		2:600$000
Praticantes a		2:000$000
Continuos, diaria	3$500	
Serventes, diaria	3$500	
§ 2.º Contadoria :		
1 contador geral		10:000$000
1 ajudante do contador		7:200$000
2 1os officiaes a		6:000$000
2 2os ditos a		4:800$000
2 3os ditos a		3:600$000
Amanuenses a		2:600$000
Praticantes a		2:000$000
Continuo, diaria	3$500	
Servente, diaria	3$500	
§ 3.º Thesouraria e almoxarifado:		
1 thesoureiro almoxarife		8:200$000
1 fiel		3:600$000
Continuos, diaria	3$500	
Serventes, diaria	3$500	
§ 4.º :		
1 porteiro		4:200$000

N. 2— ADMINISTRAÇÃO DO DISTRICTO FEDERAL E ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1 administrador		12:000$000
1 ajudante do administrador		9:600$000
1 contador		9:600$000
1 thesoureiro		8:200$000
5 chefes de secção a		7:200$000
17 1os officiaes a		6:000$000
22 2os ditos a		4:800$000
35 3os ditos a		3:600$000
6 fieis de thesoureiro a		3:600$000
1 porteiro		4:200$000
2 ajudantes de porteiro a		3:000$000
Amanuenses a		2:600$000
Praticantes a		2:000$000
Carteiros de 1a classe a		2:200$000
Ditos de 2a classe a		2:000$000
Ditos ruraes a		2:200$000
Continuos, diaria	3$500	
Conductores, diaria de 1$ a	5$000	
Collectores, diaria	3$500	
Carimbadores, diaria	3$500	
Serventes, diaria	3$500	
Estafeta, diarias diversas.		

N. 3 — ADMINISTRAÇÃO DE S. PAULO

1 administrador		9:600$000
1 contador		7:200$000
1 thesoureiro		6:300$000
3 chefes de secção a		6:000$000
5 1os officiaes a		4:800$000
5 2os ditos a		3:800$000
5 3os ditos a		3:000$000
3 fieis do thesoureiro a		3:0 0$000
1 porteiro		3:000$000
1 ajudante de porteiro		2:400$000
Amanuenses a		2:400$000
Praticantes a		2:000$000
Carteiros de 1a classe a		2:000$000
Ditos de 2a dita a		1:800$000
Ditos ruraes a		2:000$000
Continuos, diaria	3$000	
Conductores, diaria de 1$ a	5$000	
Collectores, diaria	3$000	
Carimbadores, diaria	3$000	
Serventes diaria	2$500	
Estafetas, diarias diversas.		

Paragrapho unico. Além do pessoal acima fixado, haverá exclusivamente para o serviço do correio ambulante mais um 1º official, dous 2os e cinco 3os.

N. 4 — ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAES

1 administrador		8:400$000
1 contador		6:000$000
1 thesoureiro		5:000$000
2 chefes de secção a		4:800$000
4 1os officiaes a		4:200$000
4 2os officiaes a		3:600$000
4 3os officiaes a		3:000$000
3 fieis do thesoureiro a		3:000$000
1 porteiro		3:000$000
Amanuenses a		2:000$000
Praticantes a		1:800$000
Carteiros de 1a classe a		1:800$000
Ditos de 2a classe a		1:600$000
Ditos ruaes a		1:800$000
Continuos, diaria	3$000	
Conductores, de 1$ a	5$000	
Collectores, diaria	3$000	
Carimbadores, diaria	3$000	
Serventes, diaria	3$000	
Estafetas, diarias diversas.		

Paragrapho unico. Além do pessoal acima fixado, haverá exclusivamente para o serviço do correio ambulante mais um 1º official, um segundo e tres terceiros.

N. 5 — ADMINISTRAÇÃO DE S. PEDRO DO SUL

1 administrador		8:400$000
1 contador		6:000$000
1 thesoureiro		5:000$000
2 chefes de secção a		4:800$000
4 primeiros officiaes a		4:200$000
4 segundos ditos a		3:600$000
4 terceiros ditos a		3:000$000
3 fieis do thesoureiro a		3:000$000
1 porteiro		3:000$000
Amanuenses a		2:000$000
Praticantes a		1:800$000
Carteiros de 1ª classe a		1:800$000
Ditos de segunda a		1:600$000
Ditos ruraes		1:800$000
Continuos, diaria	3$000	
Conductores, 1$ a	5$000	
Collectores, diaria	3$000	
Carimbadores, dita	3$000	
Serventes, dita	2$500	

Estafetas, diarias diversas.

N. 6 — ADMINISTRAÇÃO DE PERNAMBUCO

1 administrador		8:400$000
1 contador		6:000$000
1 thesoureiro		5:000$000
2 chefes de secção		4:800$000
4 primeiros officiaes		4:200$000
4 segundos ditos		3:500$000
4 terceiros ditos		3.000$000
3 fieis do thesoureiro		3:000$000
1 porteiro		3:000$000
Amanuenses		2:000$000
Praticantes		1:800$000
Carteiros de 1ª classe		1:800$000
Ditos de segunda		1:600$000
Ditos ruraes		1:800$000
Continuos, diaria	3$000	
Conductores, dita 1$ a	5$000	
Collectores, dita	3$000	
Carimbadores, dita	3$000	
Serventes, dita	3$000	

Estafetas—diarias diversas.

N. 7 — ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA

1 administrador		8:400$000
1 contador		6:000$000
1 thesoureiro		5:000$000
2 chefes de secção a		4:800$000
4 1os officiaes a		4:200$000
4 2os ditos a		3:600$000
4 3os ditos a		3:000$000
3 fieis do thesoureiro		3:000$000
1 porteiro		3:000$000
Amanuenses a		2:000$000
Praticantes a		1:800$000
Carteiros de 1ª classe a		1:800$000
Ditos de 2ª classe a		1:600$000
Ditos ruraes a		1:800$000
Continuos, diaria	3$000	
Conductores, diaria 1$ a	5$000	
Collectores, diaria	3$000	
Carimbadores, diaria	3$000	
Serventes, diaria	3$000	

Estafetas, diarias diversas.

N. 8 — ADMINISTRAÇÃO DO PARA'

1 administrador		8:400$000
1 contador		6:000$000
1 thesoureiro		5:000$000
2 chefes de secção a		4:800$000
4 1os officiaes a		4:200$000
4 2os ditos a		3:600$000
4 3os ditos a		3:000$000
3 fieis do thesoureiro a		3:000$000
1 porteiro		3:000$000
Amanuenses a		2:000$000
Praticantes de 1ª classe a		1:800$000
Ditos de 2ª classe a		1:600$000
Ditos ruraes a		1:800$000
Continuos, diaria	3$000	
Conductores, diaria 3$ a	5$000	
Collectores, diaria	3$000	
Carimbadores, diaria	3$000	
Serventes, diaria	3$000	

Estafetas, diarias diversas.

N. 9 — ADMINISTRAÇÃO DO PARANA'

1 administrador		6:000$000
1 contador		4:200$000
1 thesoureiro		3:400$000
2 1os officiaes		3:000$000
3 2os ditos		2:400$000
1 fiel do thesoureiro		2:000$000
1 porteiro		2:000$000
Amanuenses		1:800$000
Praticantes		1:600$000
Carteiros		1:600$000
Ditos ruraes		1:600$000
Continuos, diaria	3$000	
Conductores, diarias diversas.		
Collectores, diaria	3$000	
Carimbadores, diarias.	3$000	
Serventes, diarias	3$000	

Estafetas, diarias diversas.

N. 10 — ADMINISTRAÇÃO DO AMAZONAS

1 administrador		6:000$000
1 contador		4:200$000
1 thesoureiro		3:400$000
2 primeiros officiaes		3:000$000
3 segundos ditos		2:400$000
1 fiel do thesoureiro		2:000$000
1 porteiro		2:000$000
Amanuenses		2:000$000
Praticantes		1:800$000
Carteiros		1:800$000
Ditos ruraes		1:800$000
Continuos, diaria	3$000	
Conductores, diarias diversas.		
Collectores, diarias	3$000	
Carimbadores, diarias	3$000	
Serventes, diarias	3$000	
Estafetas, diarias diversas.		

N. 11 — ADMINISTRAÇÃO DO CEARÁ

1 administrador		6:000$000
1 contador		4:200$000
1 thesoureiro		3:400$000
2 primeiros officiaes		3:000$000
2 segundos ditos		2:400$000
1 fiel do thesoureiro		2:000$000
1 porteiro		2:000$000
Amanuense		1:800$000
Praticantes		1:600$000
Carteiros		1:600$000
Ditos ruraes		1:600$000
Continuos, diarias	3$000	
Conductores, diarias diversas.		
Collectores, diaria	3$000	
Carimbadores, diaria	3$000	
Serventes, diaria	3$000	
Estafetas, diarias diversas.		

N. 12 — ADMINISTRAÇÃO DO MARANHÃO

1 administrador		6:000$000
1 contador		4:200$000
1 thesoureiro		3:400$000
2 1os officiaes a		3:000$000
3 2os ditos a		2:400$000
1 fiel do thesoureiro		2:000$000
1 porteiro		2:000$000
Amanuenses a		1:800$000
Praticantes a		1:600$000
Carteiros a		1:600$000
Ditos ruraes a		1:600$000
Continuos, diaria	3$000	
Conductores, diarias diversas.		
Collectores, diaria	3$000	
Carimbadores, diaria	3$000	
Serventes, diaria	3$000	
Estafetas, diarias diversas.		

N. 13 — ADMINISTRAÇÃO DAS ALAGÔAS

1 administrador		5:000$000
1 contador		3:400$000
1 thesoureiro		2:400$000
1 1o official		2:400$000
3 2os ditos		2:000$000
1 fiel de thesoureiro		1:600$000
1 porteiro		1:600$000
Amanuenses		1:600$000
Praticantes		1:400$000
Carteiros		1:400$000
Ditos ruraes		1:400$000
Continuos, diaria	2$500	
Conductores, diarias diversas.		
Collectores, diaria	2$500	
Carimbadores, diaria	2$500	
Serventes, diaria	2$500	
Estafetas, diarias diversas.		

N. 14 — ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATHARINA

1 administrador		5:000$000
1 contador		3:400$000
1 thesoureiro		2:400$000
1 1o official		2:400$000
3 2os ditos		2:000$000
1 fiel thesoureiro		1:600$000
1 porteiro		1:600$000
Amanuenses a		1:600$000
Praticantes a		1:400$000
Carteiros a		1:400$000
Ditos ruraes a		1:400$000
Continuos, diaria	2$500	
Conductores, diarias diversas.		
Collectores, diaria	2$500	
Carimbadores, diaria	2$500	
Serventes, diaria	2$500	
Estafetas, diarias diversas.		

N. 15 — ADMINISTRAÇÃO DO ESPIRITO SANTO

1 administrador		5:000$000
1 contador		3:400$000
1 thesoureiro		2:400$000
1 1o official		2:400$000
3 2os ditos a		2:000$000
1 fiel thesoureiro		1:600$000
1 porteiro		1:600$000
Amanuenses a		1:600$000
Praticantes a		1:400$000
Carteiros a		1:400$000
Ditos ruraes a		1:400$000
Continuos diaria	2$500	

Conductores, diarias diversas.
Collectores, diaria..... 2$500
Carimbadores, diaria.... 2$500
Servente, diaria..... 2$500
Estafetas, diarias diversas.

N. 16 — ADMINISTRAÇÃO DE GOYAZ

1 administrador.....	4:000$000
1 contador.....	3:000$000
1 thesoureiro.....	2:000$000
1 official.....	1:800$000
1 porteiro.....	1:600$000
Amanuenses a.....	1:600$000
Praticantes a.....	1:400$000
Carteiros a.....	1:400$000
Ditos ruraes a.....	1:400$000
Continuo, diaria..... 2$000	
Coductores, diarias diversas.	
Collectores, diaria..... 2$000	
Carimbador, diaria..... 2$000	
Servente, diaria..... 2$000	
Estafetas, diarias diversas.	

N. 17 — ADMINISTRAÇÃO DA PARAHYBA

1 administrador.....	4:000$000
1 contador.....	3:000$000
1 thesoureiro.....	2:000$000
1 official.....	1:800$000
1 porteiro.....	1:600$000
Amanuenses a.....	1:600$000
Praticantes a.....	1:400$000
Carteiros a.....	1:400$000
Ditos ruraes a.....	1:400$000
Continuo, diaria..... 2$000	
Conductores, diarias diversas.	
Collectores, diaria..... 2$000	
Carimbador, diaria..... 2$000	
Servente, diaria..... 2$000	
Estafetas, diarias diversas.	

N. 18 — ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE

1 administrador.....	4:000$000
1 contador.....	3:000$000
1 thesoureiro.....	2:000$000
1 official.....	1:800$000
1 porteiro.....	1:600$000
Amanuenses a.....	1:600$000
Praticantes a.....	1:400$000
Carteiros a.....	1:400$000
Ditos ruraes a.....	1:400$000
Continuo, diaria..... 2$000	
Conductores, diarias diversas.	
Collector, diaria..... 2$000	
Carimbador, diaria..... 2$000	
Servente, diaria..... 2$000	
Estafetas, diarias diversas.	

N. 19 — ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE

1 administrador.....	4:000$000
1 contador.....	3:000$000
1 thesoureiro.....	2:000$000
1 official.....	1:800$000
1 porteiro.....	1:600$000
Amanuenses, a.....	1:600$000
Praticantes, a.....	1:400$000
Carteiros, a.....	1:400$000
Ditos ruraes, a.....	1:400$000
Continuo, diaria..... 2$000	
Conductores, diarias diversas.	
Collector, diaria..... 2$000	
Carimbador, diaria..... 2$000	
Servente, diaria..... 2$000	
Estafetas, diarias diversas.	

N. 20—ADMINISTRAÇÃO DE MATTO GROSSO

1 administrador.....	4:000$000
1 contador.....	3:000$000
1 thesoureiro.....	2:000$000
1 official.....	1:800$000
1 porteiro.....	1:600$000
Amanuenses, a.....	1:600$000
Praticantes, a.....	1:400$000
Carteiros, a.....	1:400$000
Ditos ruraes, a.....	1:400$000
Continuo, diaria..... 2$000	
Conductores, diarias diversas.	
Collector, diaria..... 2$000	
Carimbador, diaria..... 2$000	
Servente, diaria..... 2$000	
Estafetas, diarias diversas.	

N. 21—ADMINISTRAÇÃO DO PIAUHY

1 administrador.....	4:000$000
1 contador.....	3:000$000
1 thesoureiro.....	2:000$000
1 official.....	1:800$000
1 porteiro.....	1:600$000
Amanuenses, a.....	1:600$000
Praticantes, a.....	1:400$000
Carteiros, a.....	1:400$000
Ditos ruraes, a.....	1:400$000
Continuo, diaria..... 2$000	
Conductores, diarias diversas.	
Collector, diaria..... 2$000	
Carimbador, diaria..... 2$000	
Servente, diaria..... 2$000	
Estafetas, diarias diversas.	

N. 22—SUB-ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAES

1 sub-administrador.....	4:000$000
1 contador.....	3:000$000
1 thesoureiro.....	2:000$000

1 official.....		1:800$000
1 porteito.....		1:600$000
Amanuenses, a.....		1:600$000
Praticantes, a.....		1:400$000
Carteiros, a.....		1:400$000
Ditos ruraes, a.....		1:400$000
Continuo, diaria.....	2$000	
Conductores, diarias diversas.		
Collector, diaria.....	2$000	
Carimbador, diaria...	2$000	
Servente, diaria.....	2$000	
Estafetas, diaria diversas.		

Conforme.—*Amaro Cavalcanti.*

O Sr. Presidente — O Sr. Amaro Cavalcanti acaba de offerecer á consideração da Senado algumas emendas á proposição vinda da Camara dos Srs. Deputados e requereu que fossem tomadas para base da discussão.

A base da discussão não póde deixar de ser a proposição da Camara dos Srs. Deputados.

Entretanto supponho interpretar bem o pensamento do honrado senador dizendo que o que elle pretende em seu requerimento é que as emendas ora offerecidas fiquem substituindo as que offerecera anteriormente.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Perfeitamente; é o meu pensamento.

O Sr. Presidente—Sendo assim, vou consultar o Senado sobre o requerimento do nobre senador.

Os senhores que approvam que as emendas hoje offerecidas substituam as que foram offerecidas anteriormente pelo Sr. Amaro Cavalcanti queiram levantar-se.

E' approvado o requerimento.

O Sr. Gil Goulart —Sr. presidente, dei-me ao trabalho de ler com alguma attenção a emenda substitutiva ao projecto vindo da Camara a respeito da materia que se discute.

Si bem que ella fosse bastante extensa, notei diversos inconvenientes, alguns em desaccôrdo com as disposições legaes e, parece-me até, com a Constituição, uns tantos outros me pareceram prejudiciaes á conveniencia publica.

Entretanto, tive o prazer de ver que este substitutivo foi retirado *in totum*; de sorte que já não póde servir de base para a nossa discussão. Neste caso farei algumas observações a proposito das emendas ora offerecidas pelo nosso illustre collega senador pelo Rio Grande do Norte.

Como vimos, em geral as emendas hoje offerecidas consultam conveniencias publicas; estão de accordo com aquillo que parece justo ou seja para os interesses do fisco ou principalmente, para a organisação de um serviço importante como sem duvida é o serviço postal, serviço que, tendo adquirido uma perfeição relativa em todos os outros paizes, temos visto que, em relação ao nosso, acha-se muito longe daquillo que já poderia ter attingido, attendendo a que sob certos pontos de vista a nossa repartição postal até se acha impedida de preencher seus fins e de satisfazer a exigencias da maior importancia, exigencias que o publico tem direito de fazer porque já são admittidos em paizes de muito menor população do que o nosso.

Portanto, por este lado julgo que teremos motivo de applaudir as emendas ora offerecidas, especialmente emquanto não temos tempo de estudal-as detidamente, pondo-as em confronto com o projecto vindo da Camara que agora fica submettido á nossa apreciação, sendo necessario, portanto, comparal-o, o que sem duvida requer estudo mais minucioso.

O Sr. Amaro Cavalcanti—Sem duvida.

O Sr. Gil Goulart—Parece-me indispensavel que vejamos as emendas impressas para cotejal-as e assim formarmos juizo exacto sobre a materia.

Todavia algumas observações vou expender aproveitando a opportunidade, sem prejudicar exames posteriores.

Notei que, quer no projecto vindo da Camara, quer na emenda que nos foi offerecida por parte da Directoria dos Correios, ora retirada, quer finalmente, nas palavras do honrado senador pelo Rio Grande do Norte, tratando-se do serviço dos Correios se usa frequentemente da palavra *monopolio* em favor da União.

O Sr. Amaro Cavalcanti—E' linguagem universal.

O Sr. Gil Goulart—Não sei si esta palavra é adequada em uma lei tão importante como esta.

O Sr. Q. Bocayuva—Não é, mas devia sel-o.

O Sr. Gil Goulart—Em face da nossa Constituição devia ser : nisto estou de accordo e declaro até ao meu honrado collega que, quando se discutiu a Constituição, nesta parte achei-me ao lado daquelles que quizeram garantir á União este monopolio.

Mas, a despeito disto *legem habemus*, e o que nos cumpre agora, parece-me, é nos subordinarmos á lei, de fórma que tudo quanto fizermos esteja dentro do terreno constitucional, e nenhuma disposição legal pareça destoar da constituição, já tão mal vista por alguns.

O Sr. U. do Amaral—E' um termo consagrado.

O SR. GIL GOULART—E, si bem que V. Ex. me diga que o termo é consagrado como uma palavra technica, todavia nós que legislamos devemos encarar as palavras pelo seu sentido juridico e não podemos acceitar sem reparo a palavra—*monopolio* para o caso, porque o monopolio é o direito exclusivo que tem alguem ou alguma corporação de fazer ou deixar de fazer alguma cous.

Entretanto, vemos que no art. 70 da Constituição se diz que é da competencia exclusiva da União decretar impostos sobre os correios e telegraphos federaes.

O SR. AMARO CAVALCANTI— A Constituição está errada, porque diz ahi *exclusiva*, quando adiante dá a mesma competencia aos estados.

O SR. GIL GOULART — Por esta disposição vê-se que o monopolio existe; mas encontramos mais adeante, no § 1º do art. 9º, o seguinte:

« Tambem compete aos estados decretarem contribuições concernentes aos seus telegraphos e correios.»

Ora, parece que estas duas disposições são antagonicas...

O SR. AMARO CAVALCANTI—Competencia de dous; já não é monopolio.

O SR. GIL GOULART... e neste caso, si não existe o antagonismo, o que devemos presumir é que, não cedendo os estados á União, nem a União aos estados, desapparece o monopolio, porque subsiste a faculdade da União e dos estados tributarem sobre materia de correios.

E' possivel que alguma interpretação declare que este tributo não é propriamente o tributo do sello, do transporte da correspondencia de um para outro ponto, que é uma *outra taxa differente*. Mas, ainda assim, me parece que seria tambem occasião asada de ou modificarmos a palavra *monopolio*, ou incluirmos nas emendas, á lei que se discute, alguma disposição que harmonise estes dous textos constitucionaes, que expliquem por que fórma é que os estados podem tambem decretar sobre os correios.

Por varias fórmas podem os estados considerar a questão. Por exemplo : podem crear mesmo um serviço seu de correios dentro dos limites do estado, que funccione parallelamente com o serviço do correio da União.

Neste caso temos nós dentro do territorio de cada estado duas autoridades tributando sobre a mesma materia, dous serviços parallelos, e, sendo assim, não póde existir monopolio.

Ora, si um estado póde fazer isto e, não ha territorio para a União, por fóra dos estados, segue-se que em todo o territorio, em toda a soberania, em todo o ponto do paiz, por onde se estende a União, póde existir um serviço concurrente.

E' possivel tambem que os estados, em vez de crearem um serviço de correio parallelo com o outro, exerçam esta faculdade constitucional da seguinte maneira : creando um imposto addicional sobre a propria correspondencia que transitar dentro do seu territorio.

O SR. AMARO CAVALCANTI — E' perigoso ; V. Ex. não ensine isso aos estados.

O SR. GIL GOULART—Não estou concitando nem aconselhando nada ; acabo mesmo de declarar que na Constituinte votei contra essa faculdade dada aos estados...

O SR. AMARO CAVALCANTI—Eu o sei.

O SR. GIL GOULART... mas estimaria que se firmasse agora, nesta occasião opportuna, uma especie de interpretação dos textos constitucionaes, ou fosse tirando a palavra *monopolio* para que mais tarde possa a substitutiva ser mais consoante com o procedimento que os estados possam ter, ou fosse desde já determinando a fórma por que os estados podem crear tributos sobre serviço dos correios.

O SR. AMARO CAVALCANTI — Será bom um artigo nesse sentido.

O SR. GIL GOULART—Esta minha objecção parece-me que deve ser attendida, tratando-se de legislar tão minuciosamente, como está projectado a respeito de correios.

O SR. AMARO CAVALCANTI—Sim, a opportunidade é esta.

O SR. GIL GOULART—Tratando-se do registro dos vales postaes, o honrado senador, a meu ver, justificou plenamente a medida adoptada de exigir-se o registro obrigatorio para os mesmos vales.

O SR. AMARO CAVALCANTI — E' garantia para a propria população.

O SR. GIL GOULART — Com effeito inconscientemente muitos individuos remettem sommas pelo correio, esquecendo-se de que, por meio do registro, teem um modo facil não só de garantirem melhor a restituição de seu dinheiro, como de auxiliarem as repratições publicas na punição dos responsaveis pelos desvios; e simplemente por este esquecimento que se dá principalmente por parte da classe mais ignorante, não só se desmoraliza frequentemente este serviço do correio em relação á entrega de quantias, como se levantam reclamações mais ou menos procedentes, por parte dos particulares contra o máo desempenho do mesmo serviço.

No entretanto que, estabelecendo a taxa obrigatoria, a maior parte dos individuos, sinão todos pagarão esta differença de imposto sem talvez o perceberem, mas evitando-se gravissimos inconvenientes que resultariam da adopção do projecto sem esta providencia.

Basta apenas para reparar no inconveniente disto attender para o seguinte: Ha cartas de portes simples e cartas de registro. Entretanto, o expedidor ou aquelle que receber as malas, póde facilmente substituir uma carta por outra, e não ha meio de provar si desappareceu essa carta, ao passo que na carta registrada, por meio de recibo, verifica-se facilmente, si não o responsavel pelo extravio pelo menos a estação onde elle se deu.

O SR. AMARO CAVALCANTI dá um aparte.

O SR. GIL GOULART — Justifica-se plenamente a adopção dessa medida além de outras pelas razões muito valiosas que o meu honrado collega apresentou.

Com relação á taxa marcada para os impressos transitarem pelo correio, acho que o que está estabelecido no projecto é justo, e não se póde razoavelmente pretender mais, porque ao passo que se reduzem as taxas que os impressos ora pagam para a metade do seu valor, se eleva o peso em relação ao mesmo pagamento muito além daquelle que até hoje tem sido adoptado.

São duas vantagens para o contribuinte que correspondem a 75 % do valor da taxa actual.

Si porventura se estabelecer um favor ainda maior, isso importará quasi a annullação completa do que existe. E não vejo razão mesmo para que os jornaes sejam mais favorecidos, uma vez que representão verdadeiras industrias que pagam por este facto o seu imposto indirecto, utilisando-se de um serviço que lhes é imprescindivel para poderem viver.

Com mais razão ainda, não vejo motivo para que os particulares que remettem impressos paguem mais do que a imprensa, porque a razão que se dá em favor da imprensa é de por meio dos impressos espalhar a civilisação, a instrucção, o conhecimento dos negocios publicos e a divulgação de todos os ramos de conhecimentos humanos.

Si essa razão é procedente em favor da imprensa, tambem procede para o particular que remette por sua propria conta os impressos.

Poderia fazer outras considerações, mas a hora está muito adiantada e o assumpto requer mais maduro exame.

A discussão fica adiada pela hora.

O Sr. Presidente designa para a ordem do dia 13 :

Discussão unica da redacção do projecto do Senado, n. 21, de 1893, concedendo a Antonio da Silva Netto, chefe da 2ª secção da Directoria Geral de Estatistica, nove mezes de licença para tratar de sua saude.

Nova discussão das emendas offerecidas e approvadas, em 3ª discussão, á proposição da Camara dos Deputados, n. 61, de 1892, autorisando o governo a remover o Arsenal de Marinha da Bahia e a construir uma mortona em Matto Grosso.

3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 12, de 1893, dispensando de concurso os adjuntos do serviço sanitario do exercito, que tenham mais de dous annos de effectivo serviço, prestados com zelo e proficiencia, reduzindo o numero de medicos adjuntos e augmentando os vencimentos de todos os adjuntos (medicos e pharmaceuticos).

Discussão unica do parecer n. 109, de 1893, da commissão de finanças e de justiça e legislação, opinando pelo indeferimento da petição em que Heraclydes de Miranda Machado, inspector da 5ª secção da 13ª circumscripção policial urbana do Districto Federal, pede um anno de licença, com vencimentos.

2ª discussão do projecto do Senado, n. 12, de 1893, regulando o engajamento de trabalhadores asiaticos.

Levanta-se a sessão ás 4 horas da tarde.

44ª sessão em 13 de Julho de 1893

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes (vice-presidente)

SUMMARIO — Chamada — Leitura da acta — EXPEDIENTE — Pareceres — ORDEM DO DIA — Votação da redacção do projecto n. 21 — Discussão das emendas á proposição n. 61 — Discursos dos Srs. Manoel Victorino, C. Ottoni, Manoel Victorino, João Neiva e Rosa Junior — Encerramento da discussão e votação — Votação da proposição n. 12 e do parecer n. 109 — 2ª discussão do projecto n. 12 — Discurso do Sr. Monteiro de Barros — Substitutivo — Discursos dos Srs. Manoel Victorino e Lapor — Adiamento da discussão — Parecer.

Ao meio-dia comparecem 34 Srs. senadores, a saber: Prudente de Moraes, João Pedro, Gil Goulart, Antonio Baena, Thomaz Cruz, Francisco Machado, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Manoel Barata, Catunda, João Cordeiro, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, João Neiva, Firmino da Silveira, Joaquim Pernambuco, Gaspar Drummond,

Rosa Junior, Virgilio Damasio, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Monteiro de Barros, Braz Carneiro, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, C. Ottoni, Rodrigues Alves, Joaquim de Souza, U. do Amaral, Generoso Marques, Raulino Horn, Esteves Junior e Luiz Delfino.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão e, não havendo reclamações, dá-se por approvada a acta da sessão anterior.

Comparecem depois de aberta a sessão os Srs. Nina Ribeiro, Cruz, João Barbalho, Q. Bocayuva, Laper, Americo Lobo, Paranhos e Pinheiro Guedes.

Deixam de comparecer com causa participada os Srs. Cunha Junior, Gomensoro, Coelho Rodrigues, Elyseu Martins, Theodoreto Souto, Almeida Barreto, E. Wandenkolk, Joaquim Felicio, Silva Canedo, Aquilino do Amaral, Pinheiro Machado e Julio Frota; e sem causa participada os Srs. Messias de Gusmão, Ruy Barbosa, Campos Salles, Joaquim Murtinho, Santos Andrade, Ramiro Barcellos e Coelho e Campos.

O SR. 1° SECRETARIO dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Telegramma, expedido do palacio de Porto Alegre, em 12 do corrente mez, assim concebido.

1° secretario—Senado—Rio.

Peço Senado se digne de conceder-me licença para que possa exercer qualquer commissão militar neste estado, caso seja urgente e necessario bem defesa Republica.—Senador *Julio Frota*.—A's commissões de marinha e guerra e de constituição e poderes.

Officios:

Do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, datado de 7 do corrente mez, devolvendo um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, creando um externato ou gymnasio nacional, na cidade da Campanha, estado de Minas Geraes, que foi promulgado de conformidade com o art. 38 da Constituição e publicado no *Diario Official*.—Archive-se o autographo e communique-se á outra camara.

Do secretario do senado do estado Minas Geraes, datado de 10 do corrente mez congratulando-se com o Senado Federal, e agradecendo a este louvando-lhe o voto proferido nos projectos que estabeleceram uma alfandega na cidade de Juiz de Fóra e um gymnasio nacional, na da Campanha do dito estado.—Archive-se e agradeça-se.

Do governador do estado do Amazonas, datado de 23 do mez proximo findo, agradecendo a remessa da collecção dos *Annaes do Senado* e de um exemplar do *Manual do senador*; e bem assim remettendo dous exemplares da constituição politica daquelle estado.—Archive-se e agradeça-se.

Do governador do estado do Piauhy, datado de 9 do mez proximo findo, remettendo um exemplar da mensagem que apresentou á camara legislativa daquelle estado, por occasião da installação de sua sessão ordinaria do corrente anno.—Inteirado.

Requerimento do general de divisão reformado Franklin do Rego Cavalcanti de Albuquerque de Barros, pedindo, na qualidade de tutor de sua sobrinha D. Maria Sebastiana Cavalcanti Pereira da Silva, que sejam transferida para esta as quotas que deixaram de receber seus irmãos Rogerio Cavalcanti Pereira da Silva e Possidonio Cavalcanti Pereira da Silva, por terem attingido a maioridade, ou então a concessão de uma pensão á sua tutellada, em attenção aos serviços prestados por seu fallecido pae, o major de engenheiros Francisco Pereira da Silva.—A's commissões de marinha e guerra e de finanças.

O SR. 2° SECRETARIO— lê e vão a imprimir para entrarem na ordem dos trabalhos os seguintes

PARECERES

N. 111—1893

As commissões reunidas de constituição e poderes, e de justiça e legislação, a quem foram remettidos o projecto n. 49, de 1892, fixando prazo para as eleições federaes e dando outras providencias, e as emendas que a a esse projecto foram apresentadas em 3ª discussão, afim de que sobre ellas interpuzessem parecer, opinam:

Que as emendas são em geral acceitaveis porque melhoram e completam o projecto, havendo, entretanto, entre algumas dellas e elle, ou entre ellas proprias, evidentes repetições;

Que, achando-se taes repetições incluidas no texto das modificações propostas de sorte a não ser facil destacal-as, não póde a commissão apontal-as afim de que sejam rejeitadas;

Que, sentindo-se assim embaraçada, prefere colher das emendas o que convem fundir no projecto, e neste sentido formular o seguinte substitutivo, que submette á apreciação do Senado:

Projecto n. 26—1893

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.° Para execução do § 3° do art. 17 da Constituição Federal fica marcado aos gover-

nos dos estados o prazo maximo de 90 dias da data da communicação feita pela mesa da respectiva camara, salvo o caso de guerra ou calamidade publica, ou si entre a vaga e a eleição ordinaria para a legislatura seguinte não medeiar intervallo maior de cinco mezes.

Paragrapho unico. Si, decorrido o prazo indicado, não se houver procedido á eleição para preenchimento da vaga, o presidente da respectiva camara fixará o dia em que ella se realise, communicando-o á junta eleitoral da capital do respectivo estado (art. 26 da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892), e esta transmittirá a communicação, em circular, aos governos municipaes, os quaes promoverão a eleição no dia designado, de conformidade com a lei eleitoral vigente.

Art. 2.º Incorrerá na pena de suspensão do emprego por nove a 18 mezes o presidente ou governador do estado que deixar de cumprir o disposto no art. 1º.

A pena será de suspensão dos direitos politicos por tres a seis annos, além das mais em que incorrer, si obstar de qualquer fórma o presidente ou governador do estado á eleição marcada pelo presidente da Camara, na fórma do paragrapho unico do mesmo artigo.

Paragrapho unico. Compete ao procurador geral da Republica denunciar e ao Supremo Tribunal formar a culpa e julgar nos crimes previstos neste artigo, observando-se, quanto ao processo a lei em vigor para os crimes, funccionaes de fôro especial.

O presidente da Camara dará conhecimento do facto com documentos que tiver ao procurador geral da Republica para os devidos effeitos.

Art. 3.º O membro da junta eleitoral ou do governo municipal que deixar de cumprir o disposto na ultima parte do paragrapho unico do art. 1º incorrerá na pena do art. 48 da lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892.

A formação da culpa e o julgamento do crime nestes casos competem aos juizes seccionaes, qualquer que seja o logar do delicto, tratando-se dos membros dos governos municipaes, e ao Supremo Tribunal Federal quando forem os da junta eleitoral.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões do Senado, 12 de julho de 1893. *Q. Bocayuva*, relator.—*Nina Ribeiro.*—*Aristides Lobo.*—*Gomensoro.*—*F. Machado.*

N. 112—1883

A' commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas foram presentes as informações que o governo prestou, em data de 19 e 30 de junho proximo findo, sobre o projecto apresentado por F. de Duncker, para construcção, uso e goso de uma estrada de ferro entre esta capital e Entre Rios, entroncando-se na linha central e passando por Petropolis.

Essas informações, umas favoraveis e outras contrarias ao projecto, procedem: da directoria da Estrada de Ferro Central, Inspectoria Geral de Estradas de Ferro, Directoria Geral e secções de viação.

O secretario de Estado da industria, viação e obras publicas igualmente se pronunciou á respeito.

A commissão, depois de examinar detidamente os diversos pareceres, ouviu o proponente, que lhe prestou informações sobre a linha e estação no bairro da Prainha, da qual apresentou planta e perfil.

Parece á commissão ser conveniente, para que fiquem mais precisas e claras as condições da concessão, que o Senado adopte o seguinte substitutivo á proposição da Camara dos Deputados n. 101 de 1892.

Projecto n. 27—1893

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º Fica o Governo autorisado a contratar com F. de Duncker, ou com a companhia por elle organisada, a concessão, sem garantia de juros de uma linha ferrea de bitola de 1m,60 que, partindo da Capital Federal, vá entroncar-se em Entre Rios com a Estrada de Ferro Central do Brazil, passando por Petropolis.

Art. 2.º No contracto para esse fim lavrado pelo Poder Executivo ficarão expressas as seguintes condições:

a) concorrer a companhia com 30 % da renda bruta, para os cofres da União, provenientes do trafego de passageiros e mercadorias que transitarem por Entre Rios, estação da Central, e que o governo se obriga a ceder á companhia, a qual cobrará os fretes pelas actuaes tarifas da Central applicadas na extensão via Barra do Piraby;

b) reversão gratuita, sem direito a indemnisação ou compensação de especie alguma, de toda a estrada de ferro, estações, dependencias, material fixo e rodante e de tracção, em perfeito estado de conservação, no fim do prazo da concessão, que será de 40 annos, contados da data da inauguração da linha.

c) direito de desapropriação do Estado, mediante o pagamento em apolices da divida publica nacional, calculado o preço do resgate pelo rendimento liquido médio annual do ultimo quinquennio;

d) obrigação de apresentar os estudos definitivos de toda a linha em 10 mezes, contados da data do contracto, e de concluil-a den-

tro do prazo de dous annos, contados do dia em que forem approvados os estudos pelo governo, sujeitando-se o concessionario ou a companhia á multa de 5:000$ mensaes por mez de excesso dos prazos acima citados;

c) serão concedidos favores iguaes aos que teem sido concedidos a outras companhias de estradas de ferro, menos a garantia de juros ou outro qualquer auxilio pecuniario, que não poderão ser solicitados.

Sala das commissões, 13 de julho de 1893. —*Braz Carneiro.—J. L. de Souza Coelho.— C. B. Ottoni* (vencido).

N. 113 — 1893

A commissão de finanças examinou com a devida attenção a proposição da Camara dos Srs. Deputados pela qual se autorisa o governo a desapropriar o predio onde funcciona a Secretaria de Estado do Ministerio das Relações Exteriores ou outra que mais convenha, abrindo para isso o credito de 250:000$, incluida nesta verba a despeza com os reparos do mesmo predio.

A commissão de finanças sente não poder concordar com o pensamento da Camara dos Deputados expressado nessa proposição.

A idéa de autorisar o governo a desapropriar o predio onde funcciona a referida secretaria ou outro que mais convenha não parece á commissão que seja acceitavel.

A desapropriação constitue uma restricção occasional e excepcional ao direito de propriedade; e só é legitima em casos muito especiaes e por motivo bem fundado no interesse publico, que é substancial sómente a expressão do bem geral da sociedade.

Não se póde, pensa a commissão, comprehender neste principio a necessidade de adquirir um predio para o funccionamento de uma repartição publica, cuja natureza não torna obrigatoria a sua permanencia no logar ou no predio onde actualmente funcciona.

Abstrahindo, porém, dessa consideração outras se offerecem ao espirito da commissão. Estando decretada pelo nosso estatuto constitucional a mudança da capital da Republica, não parece prudente onerar o Thesouro Nacional com a despeza exigida pela acquisição de mais um proprio nacional que, dentro de algum tempo, terá de ser abandonado, e esta observação adquire mais força recordando-se que a secretaria do Ministerio das Relações Exteriores funcciona no predio para esse fim arrendado ha mais de um quarto de seculo.

Não parece, portanto, opportuna e muito menos urgente a acquisição do referido predio que continúa arrendado ao governo por accordo reciproco entre o seu proprietario e o mesmo governo.

Accresce que, pelas informações colhidas pela commissão, póde esta affirmar que na quantia dos 250:000$, não cabe absolutamente aquella que irremessivelmente será exigida pelos reparos no edificio, já bastante damnificado pelo tempo e pelo uso e muito menos aquella que cada dia se torna mais indispensavel para attender á decoração e ao mobiliario dessa secretaria, que se acham effectivamente no mais deploravel estado.

Incluindo-se estas sommas, o credito se elevaria forçosamente ácerca de 400:000$000.

Por estes motivos julga a commissão, e este é o seu parecer, que a referida proposição não merece o assentimento do Senado.

Sala das commissões, 13 de julho de 1893.— *Q. Bocayuva*, relator.—*João Barbalho.—Rodrigues Alves.— Manoel Victorino.— Monteiro de Barros.*

O mesmo Sr. 2º secretario lê e é posto em discussão e sem debate approvado o requerimento constante do seguinte

PARECER N. 114—1893

A commissão de finanças, á qual foi presente o projecto n. 19, do corrente anno, acerca de introducção de immigrantes;

Considerando que esse projecto tende a uma radical reforma no serviço da immigração, e

Considerando que entende elle tambem com o direito, resultante de contracto, dos que se encarregaram desse serviço;

E' de parecer que a respeito do referido projecto seja ouvido o governo.

Salas das commissões, 12 de julho de 1893. —*João Barbalho.—A. Cavalcanti.—Saldanha Marinho.— Rodrigues Alves.— Monteiro de Barros.—Domingos Vicente.*

ORDEM DO DIA

Entra em discussão unica e é sem debate approvada a redacção do projecto de Senado, n. 21, de 1893, concedendo a Antonio da Silva Netto, chefe da 2ª secção da Directoria Geral de Estatistica, nove mezes de licença para tratar de sua saude.

Entram em discussão as emendas offerecidas e approvadas em 3ª discussão, da proposição da Camara dos Deputados, n. 61, de 1892, autorisando o governo a remover o Arsenal de Marinha da Bahia e a construir uma mortona em Matto Grosso.

O Sr. Manoel Victorino— Sr presidente, peço desculpas ao Senado de voltar ainda uma vez a tratar deste assumpto. Mas cumpre-me assignalar a inconveniencia da passagem destas emendas. Si ellas vingarem, isto equivale a rejeição do projecto.

Estou certo de que o honrado senador que as apresentou está convencido disto.

O Sr. Christiano Ottoni—Protesto.

O Sr. Manoel Victorino — Mas V. Ex. votou contra o projecto e tem o pensamento formado contra elle.

O Sr. Christiano Ottoni—Explicarei.

O Sr. Manoel Victorino—Não podendo estrangulal-o (esta phrase é official), atirou este lenço de Saturno que o ameaça de morte.

O Sr. Christiano Ottoni— Protesto contra esta interpretação de V. Ex.

O Sr. Manoel Victorino—Mas eu já tive occasião de dizer ao Senado que a pêa creada pela acquisição prévia do terreno, não tem justificação plausivel,

O honrado senador, referindo-se ao assumpto, para justificar esta emenda, disse o seguinte: que era indispensavel que o governo conhecesse a natureza do terreno; si era de natureza ignea ou se tinha qualquer contextura geologica; em summa, que era necessario conhecer si o terreno podia receber as fundações ou os alicerces indispensaveis ao arsenal.

Isto está no seu discurso; não accrescento cousa alguma (*le*):

« Primeiramente, quanto ao terreno. O conhecimento do terreno, a demarcação de toda a área necessaria para o arsenal são cousas indispensaveis para os estudos.

Estes estudos comprehendem os orçamentos das obras e estes orçamentos dependem necessariamente do conhecimento do local em que cada um dos edificios tem de ser collocado e em que cada machina tem de ser assentada.

Em cada um destes logares, a formação geologica do terreno influe muito no orçamento.

Tal terreno offerece, por exemplo, um fundo de rocha que não precisa de alicerce; e póde haver outro terreno que não esteja nas mesmas condições. »

O Sr. Christiano Ottoni dá um aparte.

O Sr. Manoel Victorino—Mas é a razão do conhecimento do terreno. Esta foi a razão scientifica que V. Ex. deu para fundamentar a sua emenda. Disse então que isso era uma innovação curiosa, desconhecida nessas leis formuladaspor nós a cerca de assumptos semelhantes.

Ora, o governo comprar terrenos para verificar da sua natureza, das suas condições geologicas; reconhecer si é susceptivel de acceitar ou não qualquer installação; comprar antes para verificar depois, é um processo novo.

Até agora qualquer comprador de terreno tinha o direito de verificar si o mesmo terreno era susceptivel para a empreza desejada ou para o objectivo em que tinha em vista.

Adquirindo-o, todo o proprietario cede ou franqueia a qualquer individuo que quer comprar terrenos, para estes estudos.

Mas, o Estado; não; ia proceder de modo diverso.

Comprava o terreno, verificava si servia ou não e, depois de verificado, o applicava ao fim destinado ou deixava de applical-o.

O Sr. Christiano Ottoni— Vou dar uma prova de que me faz uma apreciação injusta neste sentido. Vou mandar uma emenda e deixo que o emprezario compre o terreno.

O Sr. Manoel Victorino—Mas, a acquisição prévia do terreno é uma pêa que annulla completamente a lei. Si aqui a votamos e si me animei a sustentar este projecto, foi tão sómente pela circumstancia delle não custar absolutamente um real ao erario publico, para se realisar uma obra, a primeira que se pede para o meu estado desde que o Senado republicano existe, porque, releva dizer, não temos pedido para a Bahia um só melhoramento.

Si não custava ao Thesouro um só real, pugnei por elle pelo facto de não ser penoso na situação critica que atravessamos e, além disto, porque satisfazia a uma questão de brio e de dignidade para nós.

Não há nada que incommode mais do que passar por parasita do Thesouro publico, tendo uma instituição sem utilidade; sim, por que si o arsenal hade continuar sem prestar serviços, forçosamente deve desapparecer. Mas, si quizermos trasnformal-o, tornando-o uma instituição util, devo pugnar por elle, afim de que não continuemos a ser pesados aos cofres federaes com uma instituição que não satisfaz a seus fins.

Assim alcançamos este duplo objectivo: transforma-se uma instituição e realisa-se esta transformação sem nenhum onus para o Thesouro.

Desde que obriga-se o Thesouro a comprar préviamente o terreno onde se tem de installar o arsenal, este sacrificio poder-se-ha dar ou, pelo menos, se dará por algum tempo, porque é necessario que se vote a verba precisa, que seja discutida, o que demorará a realisação da mudança do arsenal e tornará na situação actual inexequivel.

O Sr. Christiano Ottoni dá um aparte.

O SR. MANOEL VICTORINO—Este é o maior obstaculo.

Agora é tarde, não se póde apresentar emendas na 4ª discussão.

Mas esta pêa fica inutilisando completamente a lei.

Ella se tornará inexequivel, inviavel. O Estado não tem recursos para fazer acquisição de terrenos e si isto é em relação ao Arsenal da Bahia, não é muito tambem em relação ao Arsenal do Rio de Janeiro. Será tudo, porque S.Ex. sabe que esta acquisição de terrenos para nova installação vae custar milhares de contos; estou certo de que não se poderá fazer por menos.

Mas si os concessionarios, aquelles a quem se vae fazer a cessão dos terrenos, se encarregarem disto, para que sobrecarregar o Thesouro com uma somma tão importante e tão avultada?

Acho, pois, que o Senado, si realmente deseja que a lei seja uma cousa util, exequivel, applicavel, não deve acompanhar o honrado senador.

As suas disposições, incluidas na emenda, já foram previstas pela emenda da commissão. A concurrencia publica lá está estabelecida.

Si a commissão não entra no detalhe desta concurrencia, não define as bases sob as quaes a licitação se fará; si não entra minuciosamente neste assumpto, é porque este corre e sempre correu pelo Poder Executivo.

Nunca aqui elaboramos uma lei em que se descesse a tanta minudencia. Si tal cousa fizessemos, como as emendas do honrado senador o indicam, seria, além de um obstaculo, uma prova de desconfiança para o Poder Executivo, que é o responsavel pelos contractos que realisar.

Tolheria a acção desse poder, porque como eu já disse ao Senado, ha disposições que não foram previstas e que seria indispensavel incluil-as no contracto, sob pena de acautelar menos a discussão que a emenda acautela.

Si nós não discutirmos, por exemplo, o valor dos machinismos e outros objectos de valor que podem existir e existem neste arsenal, não temos uma base certa para a licitação.

O honrado senador contemplou o que? De um lado despezas feitas, acquisição de terrenos e estudos, o valor da propriedade cedida pelo Estado e o valor do terreno.

O SR. CHRISTIANO OTTONI dá um aparte.

O SR. MANOEL VICTORINO—V. Ex. sabe que esta questão ainda se póde resolver de um modo que o concessionario acceite e o Estado não fique prejudicado.

O Estado póde preferir a conservação de alguns machinismos de alta importancia que lá existem, a acquisição de novos que não possam satisfazer tambem como esses pelo conhecimento que os nossos operarios já teem delles.

O SR. CHISTIANO OTTGNI dá um aparte.

O SR. MANOEL VICTORINO— Mas, si V. Ex. diz que o valor total é que há de servir de base de licitação? o governo diz: Ha machinismos aqui que não cedo porque, não posso adquirir novos sinão dispendendo o duplo ou o triplo do valor destes.

São machinismos bem conhecidos pelos operarios, já manuseados frequentemente por elles e que, portanto, não devem ser abandonados.

Quero dizer com isto que nós, determinando assim com esta precisão o que entra e o que sahe, e que deve servir de base á licitação, cerceamos a acção do Poder Executivo, o que não é da nossa competencia.

Por isso acho que estas emenda são minuciosidades excessivas e dispensaveis e que o contracto nunca trará onus ao Thesouro; porque, qual é a base da operação que se quer realisar?

E' que ella não custará um vintem ao erario publico.

Em um contracto como este, em que não arriscamos um real do Thesouro, entrarem nessa minuciosidade de pretenções escrupulos tão excessivos, me parece pouco justificavel.

Eis a razão pela qual peço ao Senado a rejeição destas emendas, porque a approvação dellas equivale á rejeição do projecto.

O Sr. Christiano Ottoni—Sr. presidente é com grande constrangimento que cumpro o dever em que me collocou a approvação do meu additivo, de responder ao nobre senador; é com grande constrangimento que o contrario, e direi mesmo com grande receio de não acertar, por que estou habituado, desde que tenho a honra de ser collega do nobre senador, a admirar a sua proficiencia, a sua dialectica, a elevação de vistas com que discute, tendo sempre em mira o maximo interesse publico.

Tenho tanta convicção de que é este o papel do nobre senador, que mais de uma vez, tratando de materias em que sou pouco versado, em que o meu espirito hesita, fluctua: não sabendo que voto deva dar, mais de uma vez achando-me neste estado de indecisão, tenho feito do nobre senador, como se diz nos bastidores do parlamento, minha balisa...

O SR. MANOEL VICTORINO — Muito obrigado.

O SR. CHRISTIANO OTTONI... levantando-me quando o nobre senador se levanta, tal é a

confiança que me tenho habituado a depositar em sua intelligencia e no modo conspicuo e consciencioso porque S. Ex. desempenha o elevado papel de senador.

O Sr. Manoel Victorino—Muito agradecido.

O Sr. Chsirtiano Ottoni—Entretanto, ha um ponto em que absolutamente não posso chegar a accordo com o nobre senador e é aquelle a que S. Ex. se referiu no final do seu discurso. O que mais me preoccupou não é a acquisição previa do terreno para o novo arsenal, idéa aliás que continuo a julgar conveniente. Parece-me que feito o exame geral da escolha do terreno, da sua localidade, que principalmente se refere ao fundo da agua proxima e ás condições estrategicas; feito este exame, o governo procederá com muito mais acerto; estará muito mais seguro de obter bom resultado, comprando o terreno, demarcando-o para dentro desta demarcação apontar exactamente o logar em que cada apparelho deve ser assente; em que cada estaleiro deve ser estabelecido, e em que ha de ser construido cada edificio, formando de tudo isto uma planta que deve ser presente aos empreiteiros.

Parecia-me não haver difficuldade alguma neste trabalho, principalmente porque como o nobre senador informou ao Senado, o terreno que se tem em vista, quasi nada vale e, por consequencia a sua acquisição é facilima.

E' por estas razões que aventei a idéa desta acquisição prévia. Mas não a considero tão substancial, como o nobre senador julga, e repito o que ha pouco disse em aparte, que si fosse admissivel uma emenda...

O Sr. Manoel Victorino—Para nós isto é uma questão capital.

O Sr. Christiano Ottoni...suprimindo esta parte, deixando a compra do terreno a cargo do emprezario preferido, eu concordaria.

O Sr. Manoel Victorino dá um aparte.

O Sr. Christiano Ottoni—Mas, o principal é uma divergencia radical entre nós dous que me obriga a sustentar o additivo; refiro-me ao modo de executar a empreiteda. O projecto dizia que os estudos e planos *serão executados* pelo governo. Quando fallei e propuz meu additivo, tinha entendido as palavras—estudos e planos, como ellas soam—estudos e levantamento de planos, e de nenhum modo construcção das obras; mas a resposta que me deu o nobre senador esclareceu-me mostrando-me que a intenção daquellas palavras é a construcção por agentes do governo, entrando o emprezario com o dinheiro para os pagamentos. Ora é este systema de empreitada, idéa nova, não pratica, que julgo completamente inadmissivel e que quasi com certeza prejudicará os cofres publicos.

Votado o additivo que está em discussão a empreitada será como são de ordinario as empreitadas.

Será objecto da licitação o valor dos objectos que o governo entrega ao empreiteiro: terrenos, machinas, edificios para demolir, etc., e mais o custo do terreno e dos estudos e por outro lado o dos trabalhos e obras a que se obrigar, isto é, o novo arsenal prompto a funccionar.

Não podem deixar de correr por conta do empreiteiro preferido todos os trabalhos e canstrucções, e não sómente o fornecimento do dinheiro.

Esta idéa me parece absolutamente inadmissivel.

Pergunto: que acção tem o capitalista particular, que entra com o dinheiro, que acção tem para fiscalisar as obras? O governo, como se costuma dizer, serra de cima, quando contrata; estabelece as condições de fiscalisação necessarias; o seu fiscal tem toda acção sobre os empreiteiros, acção definida no contrato; o fiscal acompanha as construcções desde o mais fundo alicerce, vê que qualidade de materiaes se empregam; deve examinar tudo.

O preço dos materiaes e dos salarios varia todos os dias: esta circumstancia impede uma empreitada séria e só se podem fazer as obras por administração; mas em nenhum caso é admissivel a construcção pelo agente do governo, o fornecimento de dinheiro por um particular; nenhum capitalista serio acceitaria tal obrigação.

O Sr. Manoel Victorino dá um aparte.

O Sr. Christiano Ottoni — As palavras —executar estudos e planos— não queriam dizer construir as obras, como V. Ex. explicou?

O Sr. Manoel Victorino deu outro aparte.

O Sr. Christiano Ottoni—Eis ahi a differença profunda: é isso que eu acho, permitta-me a expressão, um absurdo; a tal nenhum capitalista serio se susjeitará. (*Ha outro aparte.*)

Si a redacção póde pôr bem claro que a empreitada ha de ser á moda das empreitadas ordinarias; que quem receber o arsenal velho, ha de entregar o arsenal novo, completo, fazendo elle tudo mediante um contracto....

O Sr. Manoel Victorino dá um aparte. (*Ha outros apartes.*)

O Sr. Christiano Ottoni—Si cahir o meu additivo e se tiver de interpretar a lei, e como é uso nestes casos, se consulta o elemento historico, que é a discussão no Congresso verão no discurso do nobre senador que o

empreteiro apenas entra com o dinheiro e o governo contracta a construcção como e com quem quizer; mas não posso convir em medida semelhante.

O Sr. Manoel Victorino—Mas agora é que V. Ex. se refere a esta explicação que incidentemente dei. (*Ha outros apartes.*)

Sinto contrariar o nobre senador, mas não posso retirar o que propuz nem votar contra o additivo.

O Sr. Manoel Victorino—Peço a palavra para uma pequena explicação.

O Sr. Manoel Victorino — Sr. presidente, o honrado senador levanta uma questão inteiramente nova, que não póde servir-lhe. Hontem, incidentemente, me referi á seguinte emenda apresentada pela commissão de marinha e guerra: os estudos e os planos serão executados pelo governo.

Ora, persuadia-me de que a execução que melhor garantia o fim que visavamos era aquella qne seria melhor feita pelo governo...

O Sr. Christiano Ottoni—Justo.

O Sr. Manoel Victorino — ... do que pelo empreiteiro ou concessionario. Foi neste sentido que respondi a S. Ex. e esta resposta minha deu logar a uma divergencia profunda, a que S. Ex. alludiu no seu discurso de hoje.

Ora, não sei si foi o pensamento da commissão aquelle que externei na occasião, mas o que é certo é que me parece melhor que os estudos sejam feitos pelo governo, porque serão mais garantidores assim do que confiados ao concessionario; ainda que a fiscalisação do contractante seja severa, certamente não poderá ella rivalisar com a do governo, seja a obra feita por empreitada, ou por administração.

Diz S. Ex. que não haverá concessionario que se sujeite a isto, que se obrigue a semelhante cousa.

O Sr. Christiano Ottoni—Parece.

O Sr. Manoel Victorino—Não sei por que.

O Sr. Christiano Ottoni—Quem dá o dinheiro?

O Sr. Manoel Victorino—Attenda o nobre senador...

O Sr. Christiano Ottoni—Si, na execução das obras, os orçamentos forem excedidos?

O Sr. Manoel Victorino— Os orçamentos tanto podem ser excedidos, feita a obra pelo governo, como pelo concessionario.

Si elles forem excedidos, executando o emprezario as obras, não é elle quem paga? Necessariamente. Si houver differença nos orçamentos, quem ha de entrar com ella? E' o proprio emprezario, o individuo que tomou a si a execução da obra, sem onus para o Thesouro. Si o excesso no orçamento feito tiver de ser pago pelo Thesouro, teremos ahi um onus para o Thesouro. Mas é justamente o fim que queremos visar o de evitar isto, de modo que a União não tenha de entrar com um real. Queremos que se realise um contracto garantidor, feito do melhor modo, como entender o governo, que fica melhor garantida a sua execução.

Sendo elle feito pelo governo, estipular-se-ha no contracto que o concessionario ou emprezario tenha a precisa idoneidade para encarregar-se da construcção, sem dar logar a essas modificações que em geral apparecem em obras contractadas pelo governo. Si isto assim succeder, elle naturalmente confiará no concessionario, desde que este tenha a idoneidade precisa para realisar a obra; e a differença entre o orçamento feito e as despezas realisadas ha de ser paga por esse emprezario, por quem se tiver encarregado da execução da obra; e assim se terá a transferencia do arsenal sem onus para o Thesouro, que é justamente o que pretendemos conseguir.

Para isto, porém, é que os estudos devem ser feitos pelo governo, porque assim inspirarão mais confiança do que entregues a outrem.

Mas esta circumstancia não está na emenda da commissão de marinha e guerra, nem na emenda do honrado senador.

A commissão diz vagamente: estes estudos e planos serão executados pelo governo. O governo é que conhecerá da necessidade da execução dos planos e estudos, sómente na sua accepção commum, e quanto ás obras, propriamente, isto ficará a cargo do contractante, como se pratica em casos desta ordem.

A emenda do nobre senador tambem não trata do assumpto. O que ella diz acerca da execução é o seguinte (*Lê.*)

Mas, as alterações aos planos poderão ser feitas depois de começar a execução; e não convém que o sejam antes da execução?

A modificação de um plano não se póde dar só na execução; póde ser estabelecida antes da execução; póde-se assentar nas alterações anteriormente á execução.

Na occasião de ser lavrado o contracto, seriam presentes ao emgrezario os planos, que elle poderia modificar ou dizer: não me conformo com isto, opponho-me a esta ou aquella parte; e, apresentada a modificação, acceita e approvada, far-se-hia a obra no sentido accordado.

O honrado senador, que é engenheiro, sabe que alterações em planos não se fazem somente na execução da obra, que podem ser

feitas, antes de tentar-se a execução; e até é muito melhor, é de muito mais criterio, de muito mais experiencia, que nestas materias alterem-se os planos antes de executal-os, para que, feita a alteração, a obra se realise desempedidamente.

Creio mesmo que em regra ou geralmente as modificações precedem á execução.

Mas, isto não está no emenda do nobre senador.

O que se acha nella contido, como já disse, só poderá conseguir impossibilitar a execução da obra que se pretende realisar.

Os additivos, como foram redigidos, só conseguem um fim: a lei não poderá ser executada, principalmente com a acquisição prévia dos terrenos.

O Senado comprehende que o governo não póde estar adquirindo o terreno A, que não poderá servir para o fim que se visa e depois adquirir o terreno B, fazendo despezas que, naturalmente, darão a esta lei uma feição diversa daquella que queremos dar, isto é, consiguir um grande melhoramento sem dispendio para os cofres da União, porque, na realidade, desde que a União ficar sujeita a esses *onus*, desapparecerá o fim a que o projecto se propoz.

Haverá necessidade, si um terreno não servir, de abandonar o capital empregado e comprar um novo, isto até que a disposição do additivo seja satisfeita, isto é, até encontrar-se terrenos que sirvam para o fim desejado, que é promover a installação dos novos arsenaes.

Repito: os additivos, sendo votados ou acceitos, equivalem á rejeição da lei, que é inteiramente inviavel com essas pêas, creadas pelas emendas do nobre senador.

O Sr. João Neiva— Sr. presidente, já expendi o pensamento da commissão de marinha e guerra na 2ª discussão deste projecto.

O honrado senador por Minas Geraes levanta agora nova questão; accudo, pois, outra vez em nome da mesma commissão para o fim de tornar mais explicito o seu parecer.

Versa a divergencia do honrado senador sobre saber si da redacção do additivo da commissão de marinha e guerra, resulta que as obras por executar nos novos arsenaes serão feitas pelo governo, mas pagas pelo concessionario.

Não ha tal; seria um tal processo innovação original em materia de concurrencia publica.

Planos e estudos que podem ser executados em um gabinete constituem cousa essencialmente differente de execução de obras.

A emenda do honrado senador, pois, confundindo um e outro processo, não faz mais do que perturbar todo o mecanismo suggerido pela commissão de marinha e guerra no additivo acima alludido.

Dir-se-hia que o honrado senador por Minas crea difficuldades á viabilidade do projecto, pretendendo que elle não vingue.

Nem outra conclusão é licito exhaurir de plano proposto por S. Ex., que, ora restringe a área dos arsenaes propostos, mais tarde a alarga, lembra ruas entre a montanha e o terreno, objecto de escambo proposto no projecto quanto á cidade do Rio de Janeiro, finalmente, como se não bastaram tamanhos obstaculos, crea a necessidade de largas concessões territoriaes á alfandega desta capital!

Valera melhor dizer com o maximo laconismo que o projecto não aproveita.

Entretanto, elle offerece o meio unico de crear arsenaes capazes sem dispendio para os cofres publicos. Como a commissão de marinha e guerra do anno passado, a deste anno, seguindo o seu exemplo, considerou engenhoso o meio proposto e explanou o modo porque se realisaria a transferencia alludida sem onus para o Thesouro.

E' para estranhar, em consequencia, que se falle ainda aqui em machinismos deixados no arsenal ao empreiteiro. Pois não é claro que, operada a transferencia do arsenal, com elle irão todos os mecanismos aproveitaveis?

O Sr. Christiano Ottoni dá um aparte.

O Sr. João Neiva — Tanto é assim que o nobre senador pela Bahia disse que apezar de velhas, essas machinas deviam ser aproveitadas, porque os operarios estão acostumados a operar com ellas...

Em resumo considero um descalabro a approvação do additivo: o projecto será perdido e com elle a prentendida mudança dos arsenaes de marinha sem onus para os cofres publicos.

O Sr. Rosa Junior, como membro da commissão de marinha e guerra, julga que lhe é dever imperioso manifestar-se na discussão travada sobre a mudança dos arsenaes de marinha da Bahia Pernambuco e Rio de Janeiro. Sem embargo de haverem sustentado o parecer emittido os honrados senadores pela Bahia e Parahyba do Norte, o orador persiste em affirmar que os additivos do Sr. Christiano Ottoni não constituem, sinão embaraços á passagem do projecto, sacrificando, assim, uma idéa util e creadora de serviços proveitosos, sem dispendios do Thesouro Publico. Confia que o Senado resolverá em bem do serviço publico, rejeitando additivos inuteis e perniciosos.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se discussão.

E' approvada a emenda dos Srs. Joaquim Pernambuco e Gaspar Drummond, e rejeitada a do Sr. Christiano Ottoni.

A proposição assim emendada, é approvada em 3ª discussão e, sendo adoptada, vae ser devolvida á Camara dos Deputados, indo antes á commissão de redacção, para redigir as emendas.

Segue-se em 3ª discussão, e é sem debate approvada e adoptada para ser submettida á sancção presidencial, a proposição da Camara dos Deputados, n. 12, de 1893, dispensando de concurso os adjuntos do serviço sanitario do exercito, que tenham mais de dous annos de serviço effectivo, prestados com zelo e proficiencia, reduzindo o numero de medicos adjuntos e augmentando os vencimentos de todos os adjuntos (medicos e pharmaceuticos).

Segue-se em discussão unica e é sem debate approvada a conclusão do parecer n. 109, de 1893, da commissão de finanças e de justiça e legislação, opinando pelo indeferimento da petição em que Heraclydes de Miranda Machado, inspector da 5ª secção da 13ª circumscripção policial urbana do Districto Federal, pede um anno de licença com vencimentos para tratar de sua saude.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer das commissões de colonisação e de finanças o art. 1º do projecto do Senado, n. 12, de 1893, regulando o engajamento de trabaladores asiaticos.

O Sr. Monteiro de Barros como membro da commissão de finanças assignou com restricções o parecer relativo ao projecto em discussão, e pensa que na publicação desse parecer não appareceu o seu nome, nem o do seu illustre collega o Sr. Domingos Vicente.

Tendo, pois, assignado com restricções e sendo o iniciador da lei de 8 de outubro de 1892, relativa á introducção de chins, vae dizer o que pensa sobre o projecto. Não quer combater auxilios que se concedam aos lavradores para obterem um numero da trabalhadores, que o orador julga indispensaveis para a manutenção da lavoura. Entretanto, não póde estar de accordo com a fórma dada ao projecto e com o pensamento nelle contido, de fazer-se exclusivamente á custa da União a introducção de trabalhadores asiaticos.

Quem quizer obter esses trabalhadores, lembrando-se da difficuldade com que foi permittida tal immigração, não deve exigir grandes sacrificios do Thesouro. Neste sentido é que o orador julga dever o projecto ser modificado. Parece-lhe conveniente apresentar um substitutivo e offerecel-o como meio de coadjvar o pensamento da commissão, afim de que a classe dos lavradores possa realmente obter o trabalho do chim, que é mais vantajoso, mais barato e mais productivo que o do europeo.

O projecto não marca a despeza, nem a quanto monta a responsabilidade da União, tornando-se necessario fixar a importancia do auxilio.

Ainda outra cousa: o projecto determina que os trabalhadores sejam agenciados por prepostos dos agricultores, directamente na China.

Ora, isto significa que só os lavradores mais ricos dos estados onde houver maior iniciativa poderão ter a felicidade de, por meio de associações ou mesmo individualmente, mandar buscar esses trabalhadores; ao passo que os estados onde a lavoura ainda não está adiantada não obterão esses favores, tanto mais que o transporte do chim será muito caso. E' sabido que a immigração européa tem aproveitado unicamente a alguns estados do sul.

Quer-se negar á União a competencia para fazer esse serviço, quando ella é clara e positiva.

O orador não admitte que fique só a cargo dos estados o auxilio para a immigração. O facto das terras devolutas pertencerem aos estados não implica a incompetencia da União para povoal-as, dando auxilios. Tem-se reconhecido que a introducção do proprio elemento europêo, que vem em melhores condições, carece de protecção official; porque não hade tel-a tambem o elemento asiatico, cujo transporte é mais difficil? Essa é a especie de trabalhadores que mais facilmente debellará a crise da nossa lavoura; e, sendo assim, o auxilio é imprescindivel, mas limitado, definido com clareza.

Neste sentido é que apresenta o seu substitutivo, mesmo para evitar a queda do projecto, que se daria graças ao modo porque está formulado e attendendo-se á nossa má situação financeira.

Tem assim fundamentado o seu voto e a sua opinião. (*Muito bem.*)

Vem á mesa, é lido, apoiado e posto conjunctamente em discussão o seguinte

SUBSTITUTIVO N. 28 — 1893

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O Poder Executivo fica autorizado a despender annualmente, solicitando do Congresso Nacional a consignação do credito necessario no orçamento do Ministerio da Industria, a quantia de 5,000:000$ para subvencionar uma ou mais emprezas especialmente encarregadas de agenciar e transportar bons trabalhadores de nacionalidade chineza e japoneza, escolhidos, de conformidade com

a lei n. 97 de 5 de outubro de 1892, de preferencia entre os agricultores, destinados ao mesmo na razão de 90 % ao trabalho agricola no Brazil.

§ 1.º Os referidos trabalhadores não deverão ter mais de 40 annos de idade, nem menos de 15, serão do sexo masculino na proporção de 70 % no minimo, todos validos e sujeitos á inspecção fiscal ao embarcarem na China e no Japão, afim de serem recusados quando não estiverem nas condições estipuladas.

§ 2.º As emprezas subvencionadas serão obrigadas :

N. 1 a transportar por preço modico estabelecido pelo Poder Executivo, os trabalhadores chinezes e japonezes que expontaneamente quizerem vir para o Brazil, assim como os agenciados directamente por lavradores, associações ou industriaes, seus prepostos, a cujo cargo ficará o pagamento das respectivas passagens.

N. 2 A multas e outras condições, que o Poder Executivo fica autorisado a estabelecer para favorecer o commercio do Brazil com a China e o Japão, e para garantir a execução dos contractos e boa qualidade dos trabalhadores.

Art. 2.º De accordo com as convenções e tratados que celebrar com a China e o Japão, o Poder Executivo formulará as bases para a concessão da subvenção, a qual se fará mediante concurrencia publica de emprezarios nacionaes ou estrangeiros, ficando desde já estabelecido que :

N. 1, o prazo do contracto não excederá á cinco annos, podendo, entretanto, ter preferencia para a sua renovação a empreza que tiver bem cumprido o seu dever ;

N. 2, o numero total de trabalhadores, que deverá ser introduzido annualmente, em virtude de todos os contractos autorisados por esta lei, não será inferior a 50.000 ;

N. 3, os trabalhadores asiaticos, introduzidos por emprezas subvencionadas, poderão ser contractados por lavradores ou industriaes de qualquer dos estados da União ;

N. 4, os trabalhadores asiaticos serão recebidos gratuitamente nas hospedarias de immigrantes e terão passagem nas estradas de ferro da União, do mesmo modo que os immigrantes europeus.

Art. 3.º O Poder Executivo expedirá os regulamentos e instrucções que forem necessarios á boa execução desta e da lei n. 97 de 5 de outubro de 1892.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

S. R.—Sala das sessões, 13 de julho de 1893. —*Monteiro de Barros.*—*Domingos Vicente.*

O Sr. Manoel Victorino tomou a palavra, como signatario do projecto, na ausencia do seu autor, porque causar-lhe-hia pezar o encerramento da discussão sem que este assumpto fosse mais longamente debatido pelo Senado.

Trata-se de pôr em pratica uma medida adoptada pelo Congresso no anno passado — a introducção de immigrantes chinezes.

Não é sob o ponto de vista do povoamento nem da colonisação que se trata de assimilar ou de trazer para o paiz o elemento chinez : precisamos do trabalhador por emquanto, desde que não é possivel obter o colono sinão por muito tempo.

O chim é para a lavoura do norte uma questão de vida, porque não tem o direito de escolha.

Podem os philosophos hygienistas, ideologistas, perderem-se no mundo de divagações e de conceitos lyricos ou sentimentaes acerca da necessidade que temos de aperfeiçoar a nossa raça, de avigorar o nosso physico.

Para isto, porém, seria preciso termos o direito de escolher para o paiz aquillo que fosse mais perfeito e melhor das raças caucaseanas e africanas.

Isto é impossivel para o norte do paiz e mesmo impossivel para uma parte do sul, emquanto estiver deante do legislador a questão gravissima do salario.

E esta questão não vem ser precipitada ou aggravada pelo chim.

O nosso operario não soffre com a sua vinda; ninguem se illude a respeito.

Pelo menos no norte, onde o trabalhador contenta-se com um salario inferior aquelle que se vae pagar ao chinez; contentam-se com tão pouco os trabalhadores do norte, exceptuando Amazonas e Pará, que lhes basta o producto de dous ou tres dias de trabalho para passarem o resto da semana em descanço, resentindo-se disto o agricultor que vê a lavoura abandonado Elles trabalham tres dias e o producto deste trabalho chega para passarem sete ou oito dias a farinha, feijão e cachaça. Passam mezes e annos nesta vida.

A concurrencia não virá se estabelecer, portanto, uma vez que o chim não venha ganhar menos do que elles ganham.

Depois de 1888 achamo-nos em uma posição difficilima de que ainda não podemos sahir, porque a lei aurea e humanitaria de 13 de maio, tirou os braços empregados na lavoura. E, si em alguns dos estados a lavoura conseguiu reviver, no norte ella ainda continua no mesmo estado de abatimento. A crise creada pela aurea lei não teve ainda correctivo. Os governos que se succederam, com mostras de auxiliar a lavoura, adoptaram as medidas as mais absurdas e ineffi-

cazes: são conhecidos os taes auxilios á lavoura, que não foram exgottados porque o primeiro ministro da fazenda da Republica supprimiu-os. Gastou-se comtudo cerca de 45 mil contos inutilmente.

O orador historia toda a questão dos auxilios á lavoura, criticando os diversos actos dos governos a respeito, absolutamente infructiferos. Eis a razão porque surge agora a necessidade imprescindivel de proporcionar braços á lavoura, com o auxilio dos poderes publicos, uma vez que não se póde prescindir delle. E, para que o auxilio da União seja efficaz, é preciso que seja distribuido tanto para o norte como para o sul e é necessario e indispensavel que entre o concurso dos interessados na realidade dessa distribuição, isto é, a iniciativa particular.

Emquanto nós tivermos uma civilisação propriamente nomada, como tinha o elemento antigo colonial, toda essa tendencia regressiva á patria, essa tendencia inevitavel para o berço, não podemos deixar de appellar para outros recursos de que podemos lançar mão. Da colonisação propriamente européa só temos alguns nucleos no sul; o norte não póde contar com ella.

E' preciso dar aos estados o auxilio de que carecem para debellar a crise da lavoura. Pois bem, que receio ha para negar a importancia do elemento constituido pela immigração chineza, que é muito menos prejudicial do que o elemento europeu, sob o ponto de vista politico?

O auxilio da União dá-lhe o direito de fiscalisação, que não deixará de tornar efficaz o mesmo auxilio: e, quando os estados e os agricultores concorrerem, a fiscalisação delles tornar-se-ha tambem effectiva. O transporte do chim é muito mais custoso do que o do europeu e o auxilio é necessario, quer, como se propõe no projecto, quer como está contido no substitutivo.

A immigração chineza será o recurso unico de que podemos lançar mão para vencer a transição entre o braço escravo e o elemento mais pacifico da civilisação americana.

O que não devemos fazer é introduzir indistinctamente homens que não podem ser aproveitados e que custam muito dinheiro ao governo e que ficam a vagar pelas ruas.

Não tenhamos medo do chim. Elle não póde fazer-nos mal, porque seria preciso que as raças fracas influissem sobre as mais perfeitas. O chim não se immiscuirá na nossa politica, como os italianos já o estão fazendo; só virão como meros auxiliares ou trabalhadores, doceis, inoffensivos. Elles teem grande experiencia em materia de agricultura, de jardinagem, de drenagem, de esgoto, de escoamento de terrenos, etc. O chim possue uma civilisação admiravel, e o orador acredita que essa prevenção ha de desapparecer no futuro, na pratica, quando todos virem transformadas vastissimas regiões em grandes celeiros. E' o que se quer: que se desenvolva a lavoura, a nossa riqueza maior. Multipliquemos o trabalho e nesse esforço, não ha hereges ou apostatas, não ha differenças de raças. Para a religião do trabalho todos são fieis — o brazileiro, o italiano e o proprio chim. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Lapér esperava que no discurso do nobre orador pelo estado da Bahia se oppuzessem outros oradores. Vendo, porem, que ninguem pede a palavra para discutir o assumpto, vem ao debate justificar o seu voto com restricções no parecer da commissão de odras publicas.

Não acceita *in totum* nenhum dos projectos apresentados, nem do Sr. Elyzeo Martins, nem o substitutivo do Sr. Monteiro de Barros.

Mas quanto ao que diz respeito ao interesse de seu estado, entende que a immigração chineza é a unica que lhe offerece vantagens incontestaveis. A immigração européa não trará os resultados esperados; não virá de forma alguma attender ás necessidades e aos reclamos da lavoura.

O nobre senador pelo Espirito-Santo, ao que lhe parece, renunciou as idéas que sustentava o anno passado relativamente ao assumpto: o seu substitutivo restringiu demais as proporções da concessão em beneficio da immigração asiatica que devia merecer pelo menos uma verba correspondente á metade da que se dispende com a immigração européa.

Depois de outras considerações, termina na persuação de haver cumprido o seu dever reclamando a concessão de um favor a que os estados teem direito incontestavel e convencido de que o Senado não lhes negará uma medida de equidade, cuja justiça está inteirado.

A discussão fica adiada pela hora.

O Sr. 2º Secretario lê e fica sobre a mesa, para ser discutido na sessão seguinte, depois de impresso no *Diario do Congresso* o seguinte

PARECER N. 115 — 1893

Redacção das emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados, n. 61, de 1892, que autorisa o governo a remover o arsenal de marinha da Bahia e a mandar construir uma mortona em Matto Grosso

Ao art. 1º: em vez de—o arsenal de marinha da Bahia—diga-se: os Arsenaes de Marinha da Capital Federal, da Bahia e de Pernambuco.

Accrescentem-se ;

§ 1.º A remoção dos arsenaes sómente se effectuará depois de escolhido pelo governo o conveniente local para cada um delles, e mediante concurrencia publica, tendo por base os orçamentos e planos das novas construcções, inclusive officinas, dependencias, casas de morada para o pessoal, que pelo regulamento deve habitar no estabelecimento ou suas immediações. Esses estudos e planos serão organisados pelo governo.

§ 2.º A União cederá os terrenos onde estes actualmente os arsenaes com todos os predios e bemfeitorias nelles existentes, salvo:

a) quanto ao Rio de Janeiro, os diques e dependencias do mesmo arsenal estabelecidos na Ilha das Cobras ;

b) quanto á Bahia, o terreno que fica então a alfandega e a doca do arsenal e a parte desta que fôr necessaria ao serviço da referida alfandega.

§ 3.º A União concede dispensa dos impostos de importação para todo o material destinado á construcção dos novos estabelecimentos ; direitos de desapropriação, com obrigação de construir nas áreas cedidas trapiches alfandegados e communicações francas e faceis por aterros ou viaductos, com os centros commerciaes.

Sala das commissões, 13 de julho de 1893. *Manoel Barata.—Americo Lobo.*

Em seguida o Sr. presidente designa para a ordem do dia 15 :

Discussão da redacção das emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados n. 61 de 1892, autorisando a remoção do Arsenal de Marinha da Bahia ;

1ª discussão dos projectos do Senado ; n. 23 de 1893, isentando de direitos os mercadorias e objectos importados para o serviço dos estados, Districto Federal e municipios, n. 24 de 1993, sobre exames nas instituições de ensino secundaria fundados pelos estados;

Continuação da 2ª discussão do projecto n. 12 de 1893 ; regulando o engajamento de trabalhadores asiaticos.

Levanta-se a sessão ás 4 horas e 10 minutos da tarde,

Publicação feita em virtude de deliberação do Senado na sessão de 12 de julho de 1893.

SECRETARIA GERAL

Resolução n. 33

O presidente do estado, tendo em vista o parecer do Dr. engenheiro-chefe das estradas de ferro do estado, que será publicado com esta resolução:

Considerando que a Companhia de Viação Ferrea de Sapucahy, cessionaria do contracto para construcção, uso e goso da Estrada de Ferro da Victoria ao Rio Pardo, obrigou-se pela clausula 2ª do seu contracto innovado a 3 de setembro do anno passado a, no prazo de seis mezes, atacar a construcção do trecho da Victoria a Mathilde com efficiencia necessaria para estar dentro de um anno todo o leito em preparação, e em dous annos concluida a construcção ;

Considerando que pela clausula 3ª o juizo sobre o cumprimento dessa obrigação ficou dependendo do exame do trabalho feito e da consideração do tempo necessario para concluil-o, tomando-se por base a actividade e diligencia empregadas nos mezes decorridos, de modo a verificar si com esforço igual poderia a companhia dar a estrada em trafego no novo prazo concedido ;

Considerando, de accordo como o parecer fiscal, que a companhia, por occasião da innovação, tinha já feitos 12 kilometros, apenas as ligações, e que, no espaço dos seis mezes decorridos, apenas adeantou um kilometro aos seus trabalhos, não obstante ser essa secção do trecho a mais facil de todas, de onde se conclue que só em 50 annos chegaria a empreza á conclusão do trecho, empregando esforço igual ;

Considerando que o novo prazo foi prorogação de prorogação de outros, pois que pelo contracto de 3 de setembro de 1888 já os concessionarios primitivos se haviam obrigado a construir em quatro annos toda a estrada até o Rio Pardo, com cerca de 230 kilometros, e ao expirar o tempo marcado só tinham 12 kilometros muito mal acabados de leito prompto, do que resultou o referido contracto de 3 de setembro, que reduziu a sua obrigação á construcção immediata dos 80 kilometros primeiros que comprehendeu o trecho até Mathilde ;

Considerando que data de 1882 a primitiva concessão da Estrada de Ferro da Victoria ao Rio Pardo, e que em um longo decennio de vida, de boléo em boléo, os concessionarios não teem feito sinão abusar das condescendencias do poder publico, e solicitar prorogações sobre prorogações, com sacrificio dos interesses do estado, cuja grandeza depende muito da realisação desse emprehendimento ;

Considerando que esse conjuncto de factos, além de outros que seria excusado referir aqui, provam sobejamente que a companhia não tem elementos para dar execução ao seu contracto, e trata apenas de simular continuidade de esforços para conservar a concessão, fazendo do futuro do estado uma preza da sua má-sorte ;

Considerando finalmente que pela clausula 30ª do sobredito contracto de 3 de setembro foi expressamente estipulada a clausula de caducidade para o caso de não ser o trabalho da estrada atacado pela fórma prescripta na clausula 2ª;

Resolve declarar em caducidade a concessão em cujo goso estava a Companhia de Viação Ferrea Sapucahy para a construcção da Estrada de Ferro da Victoria ao Rio Pardo, no territorio do estado, ficando *ipso facto* extinctos todos os privilegios baseados na referida concessão, á qual ficou subordinado pela clausula 31ª o contracto da companhia com o Governo Federal.

Palacio do governo do estado do Espirito Santo, 14 de março de 1893.—*José de Mello Carvalho Moniz Freire.*

Victoria, 10 de março de 1893—Cumprindo o que determinou-me V. Ex., examinei os trabalhos da construcção da Estrada de Ferro da Victoria á Mathilde, de que é concessionaria a Companhia Viação Ferrea Sapucahy.

A via ferrea referida, pelas difficuldades que o seu traçado apresenta, póde ser dividida em tres trechos bem distinctos: O primeiro, que tem o seu ponto inicial á bahia da Victoria e seu limite em Vianna (kilometro 20), é de facil execução: terreno livre de mattas expessas, pois a linha só atravessa campos e capoeiras finas; facilidade de transporte de madeiras e de transito ao longo do serviço; pastagens para animaes; pequeno cubo de materiaes a excavar por metro corrente; obras de arte sem importancia e pouco numerosas, das quaes as mais custosas são a ponte sobre o rio Marinho e a sobre o Itaquary, eis os caracteristicos deste trecho.

No segundo, que podemos limitar no kilometro 45, estão concentradas todas as difficuldades que encarecem a linha e a tornam de demorada execução. Logo em Vianna, o solo inconsistente do valle de Santo Agostinho apresenta más fundações para os encontros da ponte que alli se ha de construir. Em seguida, a linha desenvolve-se por terrenos cada vez mais accidentados e pedregosos, onde grande é o movimento de terras por metro corrente, numerosas e importantes são as obras de arte, avultada é a porcentagem de pedreira e pedra solta, expessas são as mattas, difficeis são os caminhos de serviço a fazer-se e raras as pastagens para animaes. E' neste trecho que se acham os tunneis, os viaductos importantes e os numerosos muros de sustentação, além de obras correntes caras.

O terceiro trecho, que termina em Mathilde, sem ter a importancia do segundo, é, não obstante, mais difficil que o primeiro; podendo-se dizer que neste, isto é, no primeiro estão concentrados todos os elementos que tornariam a construcção da linha muito facil, si os obstaculos naturaes não se amontoassem bruscamente depois do kilometro 20.

Si eu tivesse á vista os estudos e orçamentos do projecto, claramente tornaria patentes as difficuldades relativas dos tres trechos; mas se as avaliará dizendo eu que, si o primeiro póde ser construido em oito mezes, o segundo só o será em 20 e o terceiro em 14.

Desta exposição ligeira, facil é concluir a maneira pela qual deveria a companhia organisar o serviço e atacar os trabalhos,

Conhecendo, como devia conhecer, a importancia das obras que tinha de executar, cumpria-lhe, logo que inaugurou a construcção, preoccupar-se seriamente com a remoção dos embaraços concentrados nos trechos mais difficeis, desenvolvendo a maxima actividade, fazendo acquisição de pessoal operario sufficiente, que naquella epoca era facil de encontrar, empregando, emfim, todos os esforços para que fosse atacado o serviço nos logares em que sua marcha será mais demorada.

Deveria encetar em diversos pontos a locação da linha e, immediatamente, a construcção nos trechos que fossem ficando locados, para que em pouco tempo toda a linha fosse atacada.

O trecho até Vianna, cuja locação seria rapida, urgia que fosse atacado com o maximo esforço emquanto ella procurasse diminuir as difficuldades dos seguintes e os locasse definitivamente.

Assim, em pouco tempo os trabalhos apresentariam um andamento satisfactorio capaz de justificar a prorogação de prazo que mais tarde pediu.

Longe disso, a companhia, conservou-se sempre na mais censuravel indifferença pelos trabalhos que contractara, parecendo não conhecer a importancia dos mesmos, ou ter como certa a satisfacção de successivos pedidos de prorogação de prazo que já tinha em vista fazer.

Assim é, que tendo ella inaugurado os trabalhos em fevereiro de 1891, só tinha em andamento a construcção dos 12 primeiros kilometros contados da Victoria, e só locados 40 kilometros quando expirou o prazo; não nos devendo esquecer que pelo contracto era obrigada a construir a linha até Rio Pardo, com o desenvolvimento de 230 kilometros approximadamente, — razão ainda que accresce para dizermos que a sua boa vontade deveria manifestar-se em esforços empregados para levar a effeito rapidamente pelo menos a con-

strucção do trecho garantido pelos dous governos.

O novo contracto foi, pois, consequencia forçada imposta pelo andamento que tiveram os trabalhos até então.

Pois bem, as obrigações acceitas pela companhia nesse termo não a fizeram dar outra direcção aos trabalhos nem desenvolver maior actividade.

No entanto, facil lhe seria dar aos trabalhos um andamento tal que trouxesse a convicção de que em um anno estaria toda a linha atacada até Mathilde.

Bastaria para isso, por exemplo, atacar em diversos pontos todo o trecho até Vianna, inclusive as duas pontes; encetar a construcção no valle do Jucú, no do braço do sul e no do rio Fundo, onde ha linha locada, e terminar a locação até Mathilde.

Ao em vez disso, a construcção está em andamento até o kilometro 13, faltando ainda para a conclusão deste pequeno numero de kilometros quasi todas as obras de arte e abertura de alguns cortes e formação de aterros.

Ahi trabalhavam, quando percorri o serviço, cinco turmas de cavadores de terras.

Cavouqueiros e pedreiros não encontrei um só.

Mesmo no trecho facil, muito falta para que fiquem concluidos os trabalhos; nos trechos difficeis tudo está por ser feito, inclusive o estaqueamento e nivelamento do eixo da linha que não estão feitos em 40 kilometros.

Não é preciso, ir mais longe: a conclusão a tirar-se do exposto é forçada e ou a tiro garantindo á V. Ex. que a companhia não cumprirá a clausula II do contracto celebrado a 3 de setembro e não cumprirá a 1ª.

Saude e fraternidade.

Ao Exm. Sr. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, muito digno presidente deste Estado.—*Ignacio Francisco de Oliveira.*

——

51ª sessão em 15 de julho de 1893

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes (vice-presidente)

SUMMARIO—Chamada—Leitura da acta—Expediente — Parecer — Reclamação do Sr. Amaro Cavalcanti — Resposta do Sr. presidente — Ordem do dia — Discussão da redacção das emendas á proposição n. 61, de 1892 — Votação em 1ª discussão do projecto n. 24, de 1893 — Continuação da 2ª discussão do projecto n. 12 — Discursos dos Srs. Elyseu Martins, Catunda e Monteiro de Barros — Requerimento — Encerramento da discussão — Chamada — Continuação da discussão do projecto — Discurso do Sr. U. do Amaral — Adiamento da discussão.

Ao meio-dia comparecem 32 Srs. senadores, a saber: Prudente de Moraes, João Pedro, Gil Goulart, Souza Coelho, Joaquim Sarmento, Manoel Barata, Cunha Junior, Cruz, Elyseu Martins, Catunda, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, João Barbalho, Rosa Junior, Coelho e Campos, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Monteiro de Barros, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Joaquim Felicio, C. Ottoni, Rodrigues Alves, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Paranhos, U. do Amaral, Generoso Marques e Esteves Junior.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão e, não havendo reclamações, dá-se por approvada a acta da sessão anterior.

Comparecem depois de aberta a sessão os Srs. Thomaz Cruz, Nina Ribeiro, Gomensoro, João Cordeiro, João Neiva, Joaquim Pernambuco, Gaspar Drummond, Virgilio Damasio, Laper, Braz Carneiro, Americo Lobo, Raulino Horn e Luiz Delfino.

Deixam de comparecer com causa participada os Srs. Antonio Baena, Francisco Machado, Coelho Rodrigues, Theodoreto Souto, E. Wandenkolk, Aquilino do Amaral, Pinheiro Machado e Julio Frota; e sem causa participada os Srs. Messias de Gusmão, Ruy Barbosa, Q. Bocayuva, Campos Salles, Joaquim Murtinho, Pinheiro Guedes, Santos Andrade e Ramiro Barcellos.

O Sr. 1º Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, datado de 15 do corrente, devolvendo, sanccionado, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, autorisando o governo a fundar uma colonia correccional no proprio nacional —Fazenda da Boa Vista— existente na Parahyba do Sul, ou onde melhor lhe parecer, e dando outras providencias.—Archive-se o autographo e communique-se á outra camara.

O Sr. 2º Secretario lê e vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos o seguinte

PARECER

N. 116 — de 1893

A commissão de finanças, á qual foi presente o requerimento dos fornecedores das colonias do valle do Rio Iguassú, estado do Paraná, reclamando pagamento de suas contas e pedindo que seja para isso decretada *verba extraordinaria*, é de parecer que os requerentes se devem dirigir ao Poder Execu-

tivo, que requisitará a verb necessaria, si fôr caso disso, não havendo portanto que deferir o requerimento apresentado ao Senado.

Rio, 13 de julho de 1893.—*João Barbalho.—Rodrigues Alves.—Q. Bocayuva—Manoel Victorino.—Monteiro de Barros.—Saldanha Marinho.—A. Cavalcanti.—Domingos Vicente.*

O SR. PRESIDENTE—Não ha mais expediente.

O SR. AMARO CAVALCANTI—Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE—Tem a palavra o Sr. Amaro Cavalcanti.

O Sr. Amaro Cavalcanti lembra ao Sr. presidente que em dias da sessão passada requereu de S. Ex. providencias em ordem a não serem publicados seus discursos antes de prévia correcção. E' forçado a renovar agora esse pedido em presença da infiel reproducção de alguma de suas asserções proferidas na ultima sessão, quanto á reforma da legislação postal. Taes dislates lhe foram attribuidos, que, sem embargo de não pretender irrogar censura aos encarregados do serviço tachygraphico do Senado, ou á redacção dos debates deste, sente a necessidade de reiterar aquelle pedido, si fôr a sua satisfação compativel com o regimento.

O SR. PRESIDENTE—A reclamação do nobre Senador será tomada em consideração pela mesa.

ORDEM DO DIA

Entra em discussão unica e é sem debate approvada a redacção das emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados, n. 61, de 1892, autorisando a remoção do Arsenal de Marinha da Bahia.

Segue-se em 1ª discussão, e é sem debate approvado e adoptado para passar á segunda, indo antes á commissão de finanças, o projecto do Senado, n. 23, de 1892, isentando de direitos as mercadorias e objectos importados para o serviço dos estados, Districto Federal e municipios.

Segue-se em 1ª discussão, e é sem debate approvado e adoptado para passar á segunda, indo antes á commissão de instrucção publica, o projecto do Senado, n. 24, de 1893, sobre exames nas inotituições de ensino secundario fundadas pelos estados.

Continúa em 2º discussão, com os pareceaes das commissões de colonisação e de finanças e com o substituto offerecido, o art. 1º do projecto do Senado, n. 12, de 1893, regulando o engajamento de trabalhadores asiaticos,

O Sr. Elyseu Martins sente não ter estado presente á ultima reunião do Senado em a qual foi iniciado o debate sobre o projecto que apresentou para engajamento de trabalhadores asiaticos. Felizmente, porém, para a idéa que advoga e que representa o sentimento geral do paiz e da classe agricola, teve a sua proposição defensores conspicuos, quaes os senadores da Bahia e Rio de Janeiro, os Srs. Manoel Victorino e Laper.

Si não fez falta o orador, lastima todavia que lhe não houvesse sido licito ouvir a palavra autorisada do Sr. Monteiro de Barros quando apresentou um substitutivo ao projecto em discussão. Nem siquer deu o jornal official um resumo do discurso, nem o reproduziram cabalmente outros orgãos da imprensa. Assim, ater-se-ha em sua resposta á argumentação que deduz-se naturalmente do substitutivo alludido. Não cogitou, propriamente, da immigração nem do povoamento do solo, que reputa materia somenos ante o problema da falta, cada dia crescente, de braços para a lavoura. O que constitue a sua preoccupação e o que se traduz no projecto em discussão é a multiplicação ou acquisição de elementos de trabalho, ao emvez do que resulta da lettra e pensamento do substitutivo, em que se trata da introducção de chinezes, factor dispensavel para a lavoura. Daqui decorre que é mui mais pratico o seu modo de ver sobre o assumpto.

E' ainda para reparar, observa o orador, que o honrado autor do substitutivo, por suas ponderações e conclusões, preconise o condemnado systema de immigração mantida por companhias privilegiadas, e que a experiencia já proscreveu rigorosamente. O projecto, entretanto, não attendendo á immigração ou povoamento, mas insistindo pura e simplesmente na acquisição do trabalhador valido, cuja capacidade só é julgada pelo lavrador adquirente, produz consequencia intuitivamente salutar e de economia para os cofres publicos.

Em resumo, termina o orador, a differença entre o seu parecer e a do substitutivo é radical, parecendo entretanto que a vantagem pratica está de seu lado.

De feito, o substitutivo arma á immigração; o projecto não pede mais do que o trabalhador agricola; o primeiro cogita de um terço, ao menos, da introducção do elemento feminino; o outro não requer mais do que braços validos para a lavoura. Evidentemente, o ultimo é o mais util; e seria de bom conselho para os propagandistas da colonisação chineza não abandonar a opportunidade de um projecto viavel em troca de sonhos ou miragens que difficilmente podem ser apprehensiveis.

O Sr. Joakim Catunda — Sr. presidente, voto contra o projecto apresentado pelo illustre orador que acaba de sentar-se e contra o substitutivo, offerecido hontem á consideração da casa.

O Sr. Eliseu Martins — Contra o substitutivo tambem ?

O Sr. Catunda — Contra.

O Sr. Eliseu Martins — Isso é radical.

O Sr. Catunda — Exactamente.

Parece-me, Sr. presidente, que não nos está bem irmos aproveitar ou procurarmos aproveitar o refugo de todas as immigrações, a população que se tem procurado expellir de todo o solo civilisado e que a inexperiencia, a falta do conhecimento exacto de suas aptidões, de suas condições de civilisação e de moralidade tinham chamado ao trabalho.

Como todos sabem, o chinez foi introduzido na America do Norte para operar no Estado da California, quasi que á força de morrões accesos, nos portos da China.

Ao principio, como sabe o Senado, o sólo daquelle estado foi exclusivamente explorado para extracção do ouro.

Os chinezes trouxeram vantagens, porque se prestaram aos trabalhos da lavoura.

O Sr. Elyseu Martins—E transformaram os pantanos da California em região fertilissima.

O Sr. Catunda—E transformaram os pantanos da California em terrenos fertilissimos. Fica satisfeito o collega ?

Não ha muitos annos porém que os inconvenientes de uma tal immigração e de uma tal população se começaram a manifestar, e as desordens da população contra esse elemento teem sido constantes e ininterrompidas.

O Sr. Elyseu Martins—V. Ex. está fallando contra a historia.

O Sr. Catunda—Conheço perfeitamente o relatorio de que V. Ex. fez menção.

O Sr. Elyseu Martins—Pois então, está fallando contra o relatorio que é uma prova em favor da immigração chineza da mais alta monta.

O Sr. Aristides Lobo—Feito pelos especuladores.

O Sr. Elyseu Martins—Está enganado.

O Sr. Catunda—Nas colonias inglezas da Oceania se deu o mesmo facto; o chinez foi solicitado para o trabalho dellas.

Começou-se a sentir desde logo o inconveniente da introducção de tal trabalhador, de tal immigrante. A Inglaterrr deixou de solicital-os; elles continuaram a ir. Depois creou imposto por cabeça que entrasse em Java; elles continuaram a ir; augmentou o imposto; ainda continuaram a procurar aquella região.

O Sr. Elyseu Martins—Quem pagava o imposto ?

O Sr. Catunda—Quem pagava ?

O Sr. Elyseu Martins—Era o proprietario.

O Sr. Catunda—Em todo o caso era o chim.

Tanto nas colonias inglezas como nos Estados Unidos o elemento chinez foi inteiramente condemnado...

O Sr. Elyseu Martins—Não está assim inteiramente condemnado ; ainda lá existe.

O Sr. Catunda—... pelas populações, condemnado pela civilisação, pela moralidade e pela lei.

O Sr. Luiz Delfino—Aquillo é uma ostra : agarra-se.

O Sr. Catunda—Sr. presidente, todo o mundo conhece o chinez. Por que havemos de suppor que é um povo desconhecido que só agora se apresenta nos umbraes da historia?

O Sr. Elyseu Martins — V. Ex. si tivesse visto e estudado o chinez não o condemnaria assim.

O Sr. Catunda—Tenho-o visto demais.

O Sr. Elyseu Martins—V. Ex. tem visto o indo-china que para aqui veiu ha muitos annos.

O Sr. Catunda—E' uma raça inteiramente differente das raças européas.

O Sr. Elyseu Martins—Pela superioridade mental e moral.

O Sr. Catunda— V. Ex. está dirigindo uma ironia ao chinez, ou faz um conceito tristissimo da raça, a que pertence.

O Sr. Elyseu Martins — Faço o conceito que merece.

O Sr. Catunda—E' uma raça inteiramente differente da européa e cuja civilisação nos é diametralmente opposta. A China è um mundo aparte.

O Sr. Elyseu Martins—Exactamente. Isso não quer dizer que seja uma raça inferior.

O Sr. Catunda — A sua moral é inteiramente differente da do mundo occidental.

O Sr. Elyseu Martins—Não é.

O Sr. Catunda—São gostos. Ao chim falta o bom senso moral na apreciação dos factos: é atrazadissimo sob o ponto de vista.

Por exemplo: todo o mundo, no facto criminoso, faz a distincção entre o elemento material e o elemento internacional, responsa-

vel do agente. O chim, porém, não póde perceber isto: o facto é o facto.

O individuo que, por exemplo, mata outro, escondendo-se por detraz de uma arvore, é equiparado ao que, no exercicio da profissão licita da caça, onde ella é permittida, mata casualmente o que passa na occasião em que dispara o tiro.

O SR. ELISEU MARTINS — Onde V. Ex. leu isto?

O SR. CATUNDA — Na historia; e convido V. Ex. a lel-a, si porventura a não conhece. Ainda mais, é um dos casos...

O SR. ELISEU MARTINS — O codigo chinez é de uma sabedoria incomparavel.

O SR. CATUNDA — V. Ex. ainda não viu o codigo. Um dos motivos de conflictos constantes com a Inglaterra é esta falta. Em certos mares da China as cerrações são constantes. Em consequencia disso, os abalroamentos entre navios são frequentes naquellas paragens.

Um navio inglez encontra um junco chinez e mette-o a pique. O chim não se importa com isso; não attende a circumstancias da occasião e não se importa mesmo com attenuantes. E' como si fosse proposital o sinistro.

O SR. ELYSEU MARTINS dá um aparte.

O SR. CATUNDA—Sr. presidente, varias prevenções tenho contra o chinez pela historia que tenho lido, pelos conhecimentos que tenho colhido daquelle paiz, pela sua moralidade inteiramente diversa da nossa, tão diversa que o illustre senador...

O SR. ELYSEU MARTINS — E' muito diversa.

O SR. CATUNDA—... propõe que sejam contractados por tres a cinco annos os trabalhadores; ao passo que para nenhuma outra raça se procura impor uma tal medida, que seria inexequivel.

O SR. ELYSEU MARTINS dá um aparte.

O SR. CATUNDA—E' porque V. Ex. conhece a moralidade do chinez. Si, porventura se favorecer deste modo a acquisição de taes trabalhadores e conseqnentemente a immigração de chinezes, aqui, onde o elemento europeu encontra difficuldades maiores do que encontraria nos Estados Unidos, aqui, para onde os differentes estados que emigram como a Allemanha, como a França (pouco, porém), como a Inglaterra, tratam de cohibir os seus subditos a vir para o Brazil em consequencia da insalubridade do clima e tambem em consequencia da ausencia de garantias, teremos, *ipso facto*, excluido a immigração europêa.

Pois, si nos Estados Unidos, para onde vão voluntariamente em quantidade, não poderam concorrer com essa praga que nos vem do Oriente, como havemos de crer que aqui possam os europeus supportar a concurrencia?

Demais o chinez, não sei...creio que pertence ao genero humano, porém não pertence a mesma especie a que pertence o nobre senador.

O SR. ELYSEU MARTINS—Com certeza não.

O SR. JOAKIN CATUNDA—O chinez é uma especie de ser á parte na familia humana; sujeita-se á tudo, com tanto que satisfaça a sua pura animalidade: que vem fazer a aqui? Trazer o salario barato, consumindo muito pouco, o que deixará mais generos para os nacionaes, e matar o braço do trabalhador nacional. (*Ha um aparte.*)

Pois chegamos a estado, de não encontrarmos trabalhadores?

O SR. ELYSEU MARTINS—Mas esse é o facto. (*Trocam-se alguns apartes.*)

O SR. JOAKIM CATUNDA— A raça é fraca, é imbelle: satisfaçam-lhe animalidade e ella se sujeitará a tudo.

O resultado é este: emancipamos o braço africano; havemos de ter a escravidão amarella, o braço mongolico.

O SR. ELYSEU MARTINS—Isto é uma preoccupação que não está na altura do espirito de V. Ex.

O SR. JOAKIM CATUNDA — Tenho tambem minhas preoccupações; è o meu modo de ver. Acho que o elemento chinez não póde ser excluido por uma disposição legislativa; parece-me porém que será um erro grave facilitar-lhe meios de vir estanciar-se no solo da Republica; é a morte da colonisação europeia, é a retirada forçada do elemento nacional do trabalho. (*Ha um aparto.*)

A que estamos reduzidos— que o chinez vem educar os nossos lavradores!

O SR. ELYSEU MARTINS dá um aparte.

O SR. JOAKIM CATUNDA—Deus me livre de ter uma tal civilisação. Acho portanto, que nos devemos acautellar contra a perspectiva de facilidades que nos podem trazer o chinez, porque o resultado real ha de ser o arrependimento pelas consequencias do erro de um tal favor feito á raça amarella.

O Sr. Monteiro de Barros responderá aos illustres senadores, que atacaram o substitutivo, lamentando, todavia, achar-se em desaccordo com o illustre autor do projecto, ainda que não veja esse senão apparente, pois que um e outro não buscam

outro expediente a não ser o de auxiliar a lavoura decadente do paiz.

O pensamento do substitutivo não é, evidentemente, crear companhias subvencionados e menos adquirir immigrantes, sujeitos a cotação por cabeça, antes, é, conferir ao governo a faculdade de estabelecer o systema mais conveniente e capaz de repor um tal serviço na altura das exigencias urgentes do paiz e da sua primeira industria.

Não desconhece o orador que, subsistindo uma fiscalisação efficaz, é ainda adoptavel o systema condemnando pelo projecto e pelo substitutivo. Não faz, porém, cabedal de semelhante argumento.

O que, sim, lhe parece capital é o emprego de uma subvencão certa e determinada ás empresas, que se encarregarem por si ou seãs agentes de trazerem os indispensaveis trabalhadores asiaticos para o Brazil, porque nem todos os lavradores, especialmente, os dos estados mais pobres, poderão obter a formação de associações, capazes de mandar agentes seus á China afim de procurar os trabalhadores de que necessitam, como alias, requer o substitutivo, que impugna.

Em tal conjuctura, offerecerá um requerimento no sentido de voltarem ás commissões respectivas o projecto e o substitutivo afim de se ponderar sobre a conveniencia de um e outro, de modo que não seja prejudicado a idéa principal.

Vem á mesa o seguinte

Requerimento

Requeiro que o projecto n. 12 e seu substitutivo voltem ás commissões para darem seu parecer sobre ambos.

Sala das sessões, 15 de julho de 1893.— *Monteiro de Barros.*

E' lido, apoiado e posto em discussão, ficando esta encerrada sem debate.

Annunciada a votação, verifica-se não haver numero para deliberar e procede-se á chamada dos Srs. senadores que compareceram á sessão (46) e deixam de responder os Srs. João Pedro, Nina Ribeiro, Manoel Barata, Gomensoro, Cruz, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Gaspar Drummond, Rosa Junior, Coelho e Campos, Virgilio Damasio, Manoel Victorino, Domingos Vicente, Laper, Saldanha Marinho, C. Ottoni, Americo Lobo, Joaquim de Souza, Generoso Marques e Raulino Horn. (22)

O SR. 2º SECRETARIO informa que os Srs. João Pedro, Nina Ribeiro, José Bernardo, Almeida Barreto, Manoel Victorino e Domingos Vicente, participaram á mesa que se retiravam por incommodados.

Não havendo numero para votar, fica prejudicado o requerimento do Sr. Monteiro de Barros.

Continúa a discussão interrompida.

O Sr. Ubaldino do Amaral combateu o projecto, pronunciando um discurso.

O Sr. Presidente declara que, estando adiantada a hora e reduzido a menos de um terço o numero Srs. senadores, vae adiar, como adiou, a discussão do projecto, e designa para ordem do dia da sessão seguinte:

Continuação da 3ª discussão do projecto do Senado, n. 49 de 1892, marcando prazo aos governadores para o preenchimento de vagas ao Congresso Nacional;

Continuação da 2ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 98 de 1892, reorganisando os serviços do correio;

Continuação da 2ª discussão do projecto do Senado n. 12 de 1893, regulando o engajamento de trabalhadores asiaticos.

Levanta-se a sessão ás 3 1/2 horas da tarde.

FIM DO SEGUNDO VOLUME